

HISTÓRIA EM DEBATE

V Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS
V Seminário de Pesquisa em História da UFFS

25 a 27 de novembro de 2020

Anais do História em Debate: Seminário de Pesquisa do
PPGH/UFFS e Seminário de Pesquisa em História da UFFS

Volume 3, número 1
Dezembro de 2020

Organizadores:

Marlon Brandt

Samira Peruchi Moretto

Clóvis Alceu Cassaro

ISSN 2675-0635

Organização:



Mestrado
em História



Curso de
História

Coordenação Geral

Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (UFS)
Prof. Dr. Marlon Brandt (UFS)

Comissão organizadora

Professores

Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw (UFS)
Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva (UFS)
Prof. Dr. Delmir Jose Valentini (UFS)
Prof. Dr. Fernando Vojniak (UFS)
Prof. Dr. Humberto José da Rocha (UFS)
Prof. Dr. José Carlos Radin (UFS)
Prof. Dr. Marlon Brandt (UFS)
Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho (UFS)
Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (UFS)
Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro (UFS)

Graduandos e Mestrandos

Adriana Elizabeta Seitenfus
Clóvis Alceu Cassaro
Ma. Daiana Paula Varotto
Gabrieli Elisa da Costa
Gerson Junior Naibo
Jasmini Letícia Maurer
Ma. Letícia Maria Venson

Lucas Wazlawick do Carmo
Luiz Henrique Grolli Ivanowski
Mateus Felipe Socha
Michely Cristina Ribeiro
Ma. Raquel Forchesatto
Tailana Benelli
Tais Regina Tenedini

Comitê científico

Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (UFS) - Presidente
Prof. Dr. Marlon Brandt (UFS) - Vice-presidente
Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw (UFS)
Prof. Dr. Claudio de Majo (Rachel Carson Center for Environment and Society /
Ludwig-Maximilians-Universität)
Prof. Dr. Fábio André Hahn (UNESPAR)
Prof. Dr. Fernando Vojniak (UFS)
Prof. Dr. José Carlos Radin (UFS)
Prof. Dr. Marcos Gerhardt (UPF)
Prof. Dr. Marcos Stein (UNIOESTE)
Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho (UFS)
Prof. Dr. Paulo José Kolling (UNIOESTE)
Profa. Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos (UFG)
Prof. Dr. Renato Viana Boy (UFS)
Prof. Dr. Susana Cesco (UNIRIO)

Editoração dos anais

Prof. Dr. Marlon Brandt (UFS)
Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto (UFS)
Clóvis Alceu Cassaro (UFS)

Emblema do evento elaborado pela Comissão Organizadora com base em:
VISIONHELDUP. Plataforma Vecteezy. **Araucaria Silhouette Vector**. Disponível em:
<<https://www.vecteezy.com/vector-art/124566-araucaria-silhouette-vector>>.
FLATICON. Plataforma Freepik. **Earth Free Icon**. Disponível em:
<https://www.freepik.com/free-icon/earth_723334.htm>.

Apresentação

O História em Debate tem como objetivo fomentar o debate acadêmico acerca das temáticas propostas, visando trazer importantes contribuições para a atualidade do Brasil e da Fronteira Sul. Este evento conecta o V Seminário de Pesquisa do PPGH/UFS e V Seminário de Pesquisa em História da UFS. Esses eventos são os únicos dentro da área de história realizados com periodicidade anual no Oeste de Santa Catarina. Estes, no entanto, possuem um caráter local, vinculados ao curso de graduação e ao Programa de Pós-Graduação em História. O História em Debate visa um público mais amplo, trazendo temáticas e convidados de abrangência nacional, trazendo, a temática “fronteiras, migrações e sociedade”.

Fronteira é o eixo estruturante, articulador e propositivo. As categorias Migrações e Sociedades são aplicadas para pensar e repensar fronteiras, sejam estas políticas, econômicas, sociais e/ou ambientais.

Chapecó, dezembro de 2020

Comissão Organizadora

Trabalhos Completos

- Gênero no Movimento das Mulheres Camponesas: a questão da masculinidade e da
violência em um movimento feminino 12
Angela Cristina Lauchzer
- A representação do imigrante judeu nas capas das obras literárias *Cágada* (ou *a
história de um município a passo de*) e *O exército de um homem só* 34
Gláucia Elise Zinani Rodrigues
- A perspectiva de gênero na análise da violência infantil 60
Debora Rickli Fiuza e Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
- História Ambiental e a (Des)africanização do Brasil Rural nas Páginas da revista
Globo Rural 72
Denis Henrique Fiuza
- No limiar das fronteiras: Imigração e Política Internacional em meio ao Movimento
Social do Contestado 87
Viviani Poyer
- Nordeste Brasileiro: Driblando as Mazelas, uma Revolução Histórica 107
Cesar Capitano
- De Representação Fidedigna para Fonte de Construção do Conhecimento: Uma
Análise das Pinturas de Johann Moritz Rugendas 119
William Fernando Peplow
- Organização Territorial da Agricultura Familiar: Um estudo de caso 133
Tainara Bruna Montagna
- História, Modernidade e Suicídio: uma leitura da sociedade brasileira a partir da
literatura 145
Lucas Eduardo Gaspar

Temporalidades do Antropoceno na História Ambiental: uma nota preliminar <i>Milena Cristina Garbossa e Jó Klanovicz</i>	160
A vigilância do DOPS na região de Campo Mourão (PR) na década de 1950 <i>Jocimara Maciel Correia</i>	175
“Lá quem não morre de fome, morre de malária”: migração para o norte na experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) <i>Eleandro de Moraes Vieira</i>	191
História do Brasil = desigualdades <u>sociais</u> estrutural <i>Valdeir de Oliveira Prestes e Heitor Flores Lizarelli</i>	204
Modos de viver e cultura dos trabalhadores no Brasil (1920-1970), a partir das obras de Carolina Maria de Jesus <i>Sara Munique Noal</i>	218
Breves reflexões: a Lei do Ventre Livre e a retórica do direito à propriedade na província de Santa Catarina – década de 1870 <i>Jasmini Letícia Maurer, Isabel Rosa Gritti e Samira Peruchi Moretto</i>	231
A defesa do território brasileiro: a proteção das fronteiras pelos governos colonial e imperial <i>Leonardo Duglovenski</i>	249
Agricultura Camponesa e Familiar para o Enfrentamento as Desigualdades Sociais <i>Raquel Forchesatto</i>	265
A Importância das Riquezas Naturais no Processo de Ocupação dos Campos de Palmas <i>Alessandro Luiz Serafini</i>	288
Relações de Trabalho de músicos em Toledo - Paraná. <i>Guilherme Cezar Nardi</i>	303

Resumos Expandidos

Populações Tradicionais e sua relação com a natureza <i>Priscila Daiane Pavan e Eduarda Rebelatto Brandalise</i>	321
A Comunidade Rural como centro de socialização <i>Vanderlei Antonio Kuhn</i>	326
Mulheres do Campo, vão a campo: a Agroecologia pelas Mãos e Mentas Femininas <i>Daiana Paula Varotto</i>	334
Entre irmãos: representações de masculinidades negras em disputa no rap de <i>Bluesman</i> (2018) <i>Matheus Eduardo Borsa e Claudete Gomes Soares</i>	339
O papel da agroindústria na transformação da paisagem do Oeste de Santa Catarina: o caso do Projeto de Desenvolvimento Municipal Aurora Floresta (2004) <i>Gabrieli Elisa da Costa, Michely Cristina Ribeiro e Samira Peruchi Moretto</i>	345
Guerra do Contestado e Imperialismo: possibilidade de análise a partir da teoria da dependência <i>Rafael Guindani Hunttmann e Delmir José Valentini</i>	351
A Arte Canibal no Oeste Catarinense: diálogos culturais e ambientais <i>Morgana Jahnke e Samira Peruchi Moretto</i>	357
Entre o prazer da carne e a ameaça infernal: medicina e religião no século XIX e a masturbação enquanto controle dos corpos biológico e social <i>Eduarda Natalia Battistella de Albuquerque e Délcio Marquetti</i>	363
O Contexto do Surgimento da Indústria Frigorífica no Oeste de SC <i>Luciano Adilio Alves e José Carlos Radin</i>	368

Monumento do Contestado em Irani/SC - uma abordagem da Geografia Histórica	373
<i>Clóvis Alceu Cassaro e Marlon Brandt</i>	
Anarquizar Para Lembrar: Uma Investigação da Peça O Incêndio (1979)	379
<i>Cassiano Mignoni</i>	
Agricultura no Oeste Catarinense na década de 1970	385
<i>Adriana Elizabeta Seitenfus e Samira Peruchi Moretto</i>	
A Primeira República através de uma fonte literária	390
<i>Mônica Abramchuk</i>	
A produção e distribuição grãos, legumes e cereais no Brasil (1950-1980) e as teorias demográficas de Thomas Malthus e Karl Marx	395
<i>Gabrieli Elisa da Costa, Lucas Wazlawick do Carmo e Samira Peruchi Moretto</i>	
O ódio a Greta Thunberg e ao ambientalismo nas redes online: notas para um estudo de gênero e História Ambiental cultural no Brasil	401
<i>Bianca Rocha Barreto e Jó Klanovicz</i>	
Observações iniciais sobre manifestações de identidades políticas através de <i>Kingdom Come Deliverance</i>	406
<i>Diego Neivor Perondi e Renato Viana Boy</i>	
Entre o <i>Rock 700</i> e o <i>Rock 701</i> : o cenário do rock autoral chapecoense entre as décadas de 1970 e 1990	411
<i>Mateus Felipe Socha e Claiton Marcio da Silva</i>	
Jovens monarquistas em Manchete, no contexto pré-Plebiscito de 1993	418
<i>Roberto Biluczyk</i>	
“A look inside a modern classic, Maus” – A construção de Metanarrativas na obra de Art Spiegelman	424
<i>Kathiane Thais Facenda</i>	
Revisão crítica sobre a estrutura agrária na região Oeste de Santa Catarina: 1960-	

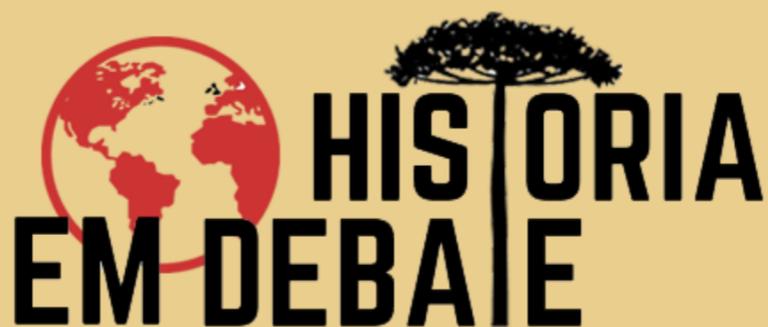
1980 <i>Marcos Rogério Pinto</i>	427
Construção do Laudo Antropológico na Terra Indígena de Mangueirinha - PR <i>Eduarda Bertuol e Emerson Neves da Silva</i>	434
Surgindo uma ameaça: apresentando os agrotóxicos <i>Leticia Solivo e Samira Peruchi Moretto</i>	440
Humanidades digitais e tecno-história do mundanismo <i>André Luiz Paz</i>	446
Experiências de crianças e adolescentes trabalhadores: entre tecer e negar vínculos no Oeste paranaense (1960-2020) <i>Patricia Vieira Morais</i>	452
Projeto RADAMBRASIL: Biopolíticas na fronteira sul (1964-1985) <i>Leandro Gomes Moreira Cruz e Claiton Marcio da Silva</i>	457
Lev Semenovich Vygotsky: O Desenvolvimento da Aprendizagem no âmbito Educacional <i>Amanda Gabrielle Rodrigues Coelho</i>	462
Implicações da tecnificação do território brasileiro na paisagem do Oeste catarinense: considerações sobre a construção de hidrelétricas <i>Joel dos Santos Pereira</i>	467
Entre dados e metadados: os desafios da era digital para a produção historiográfica em história ambiental <i>Iasmin Iaci dos Santos Beranger e Jó Klanovicz</i>	471
Soja e as mudanças de cultura no Oeste Catarinense 1973-1978 <i>Saionara Solange Frantz e Claiton Marcio da Silva</i>	476
Diferenças e semelhanças na prática de cura entre os Monges e Freis no Contestado entre o final do século XIX e início do século XX	480

Josiane Suelen Kamin e Delmir José Valentini

O magazine America e a difusão de ideias da vida moderna 487
Samara Caroline Lovatel e Ricardo Machado

Uma Busca Por Modernidade: Chapecó, início dos anos 1950 492
Scheila Maria Bolzan e Gerson Fraga

Carlos & Mário: Análise do nacionalismo nas correspondências de Carlos
Drummond de Andrade e Mário de Andrade 498
Igor Pavan Tres e Ricardo Machado



HISTÓRIA EM DEBATE

V Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS
V Seminário de Pesquisa em História da UFFS

TRABALHOS COMPLETOS

Anais História em Debate: Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS e Seminário de Pesquisa em História da UFFS, v. 3, n. 1, dez. 2020. ISSN 2675-0635

Organização:



**Mestrado
em História**



**Curso de
História**

Gênero no Movimento das Mulheres Camponesas: a questão da masculinidade e da violência em um movimento feminino

Angela Cristina Lauchzer

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) Campus Chapecó

Resumo

Este trabalho analisa as relações de gênero e suas implicações na formação das masculinidades e violências no Movimento das Mulheres Camponesas, cuja criação foi marcada pela luta feminina em busca da garantia de direitos e combate às violências ocasionadas pelo sistema capitalista patriarcal sob a justificativa de seguir os padrões de uma masculinidade que prejudica tanto homens quanto mulheres. Ele se desenvolveu através de uma pesquisa bibliográfica e documental, análise de cartilhas e materiais de divulgação confeccionadas pelo próprio Movimento, além dos documentários “Celibato no campo” (2020) e “Mulheres da luta” (2016). Possui como recorte a regional de Chapecó-SC, berço do Movimento e analisa o período de 1980 até 2020. Composto de 3 partes nele são trabalhados: a trajetória do Movimento e a vida das mulheres no campo; os conceitos de gênero, masculinidade e violências e, por último, as relações entre o sistema capitalista patriarcal que ignora as violências de gênero e seus efeitos na prática. Após a análise realizada, cujo caráter é o de História do Tempo Presente, é possível concluir todas as transformações resultantes das lutas realizadas pelo MMC deverão continuar acontecendo por tempo indeterminado após o término do recorte, uma vez que não há garantia de mantimento dos direitos conquistados. Além disso, apesar do trabalho se encerrar em 2020, a análise feita é sobre um movimento que continuará existindo após o recorte feito e as questões abordadas continuarão em constante transformação, assim como todos os processos históricos, culturais e sociais que foram analisados durante a pesquisa.

Introdução/Justificativa

A partir das transformações vivenciadas na passagem de um governo que favorecia a reforma agrária para uma ditadura civil-militar que enaltecia o desenvolvimento industrial ao invés da agricultura tradicional nos anos 1960, os trabalhadores brasileiros das zonas rurais ficaram cara a cara com um processo que os espoliavam e, conseqüentemente os deixava sem alternativas de

enfrentamento ao sistema.

Deste momento em diante houve a proibição de pautas relacionadas à reforma agrária e, como resposta, os movimentos sociais, sindicatos e a resistência camponesa passaram a criar movimentos autônomos em todo o Brasil. Entre esses movimentos se destacam os idealizados por mulheres da zona rural, que passaram a se articular para enfrentar as dificuldades enfrentadas em decorrência do panorama negativo na economia, na política e nos seus lares. Nesse contexto, criou-se o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que se baseava na luta feminista e popular, com raízes socialistas e agroecológicas cujo objetivo era compartilhar saberes para superar a dominação, a opressão, a exploração e a violência no campo.

O objetivo central deste trabalho foi analisar as tensões causadas nas relações sociais das famílias integrantes do Movimento de maneira que nos possibilite compreender como se davam as relações entre gênero, masculinidades, poder, violências e as necessidades de mudança significativas nos papéis de homens e mulheres que ocorreram desde o nascimento do MMC até os dias de hoje, com foco na regional de Chapecó- Santa Catarina, seu local de origem.

Este trabalho, que foi o resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso em História, foi embasado em pesquisas bibliográficas e documentais, utilizando os documentários “Celibato no campo” (2010), “Mulheres da luta” (2016), a cartilha “Sudamérica” (2012) e o folder “Mulheres camponesas na luta contra a violência” (2014), disponibilizados pelo Movimento.

O MMC é um dos maiores movimentos da atual conjuntura brasileira em termos de organização da classe trabalhadora, rural e feminista. Criado a partir de lutas no início na década de 1980 na região oeste de Santa Catarina, o ele causou alterações nas estruturas cotidianas das famílias que o integram, uma vez que travou lutas relacionadas à busca de direitos e a melhoria das condições de vida das militantes.

A partir do ano de 2004, as lutas políticas de várias mulheres se unificaram e acabaram assumindo uma identificação social e, por isso, podemos observar que o Movimento é resultado de um processo de mobilização e segundo uma cartilha do próprio movimento:

a mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento

e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (PAULILO; BONI, 2009, p.70)

Contudo, a ascensão de um movimento exclusivamente feminino e de caráter nacional implicou em algumas consequências, já que ao assumirem posições em espaços públicos, as relações nos espaços privados foram modificadas também, espaço em que se inserem os integrantes masculinos.

Quanto ao estudo das masculinidades enquanto objeto de reflexões no campo historiográfico brasileiro, este apresenta uma perspectiva onde a problematização de seu conceito e suas implicações sócio históricas foi sistematicamente tangenciada na medida em que se fixou a ideia da existência de uma única masculinidade hegemônica. Trata-se de uma lacuna historiográfica onde o conceito de masculinidade foi compreendido antes como uma consolidação ou uma permanência natural do que uma construção de gênero passível de ser problematizada (BOTTON, 207, p.109). No que diz respeito às pautas de lutas das mulheres camponesas, podemos dizer que seus anseios por igualdade partem das relações presenciadas no seu ambiente familiar, onde as relações se dão no sistema patriarcal na maioria dos casos.

Que as desigualdades sociais existem é fato, porém as desigualdades sociais e de gênero no campo assumem um papel mais negativo do que nas zonas urbanas. Sem contar que a situação nas regiões mais pobres do país é ainda mais agravante, visto que além das condições de vida precárias, o acesso às políticas públicas é mais difícil, a infraestrutura é inadequada e há carência em condições básicas. Nesse caso, as mulheres acabam ficando expostas a uma situação de vulnerabilidade maior que os homens, pois as péssimas condições afetam em cheio os lares, que são os espaços administrados na maior parte pelas mesmas. Por esses motivos, as principais motivações das mulheres nas questões relacionadas ao feminismo representam um movimento que é uma proposta de projeto de sociedade, a qual enfrenta a cultura patriarcal, a opressão sofrida em decorrência dos homens, a luta contra o capital e o desejo de uma sociedade com mais igualdade. Para isso, é possível notar a construção gradual de um

feminismo que se adequa às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas. (PAULILO; BONI, 2009, p.86)

Dessa forma, é evidente que o MMC trava suas lutas partindo de um feminismo próprio, que representa o Movimento e suas participantes, com o objetivo de não excluir ninguém e de acordo com o contexto em que estão inseridas em todos os âmbitos da sociedade.

Objetivos

O objetivo geral deste texto é analisar como se dão as relações de gênero, masculinidades, poder e violências no Movimento das Mulheres Camponesas e se estes fatores causaram tensões nas relações sociais das famílias integrantes do Movimento e se podem ter alterado os papéis sociais no oeste catarinense.

Metodologia

Muitas vezes gênero costuma ser usado como sinônimo de mulheres e, por consequência, várias produções que tinham como tema a história das mulheres substituíram, gradualmente, “mulheres” por “gênero” em seus títulos, dado que uso deste termo costuma vir associado a ideia de uma conotação mais objetiva e neutra, além de desvincular-se da imagem negativa que muitos atribuem ao feminismo, não implicando obrigatoriamente na defesa de uma posição sobre as questões relacionadas ao tema. Ademais, o termo é usado para denominar as relações sociais entre os sexos e seu uso rejeita as explicações biológicas que tentam reforçar a ideia de subordinação feminina. Assim, ele indica uma série de construções sociais e culturais que impõem definições e categorizações sobre corpos sexuados.

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica e, portanto, pode ser visto em símbolos culturais, organizações e instituições sociais. Apesar das variações, o consenso é de que ele, em outras palavras, é a construção social do masculino e do feminino. Seu conceito não deixa claro que existe

desigualdades entre homens e mulheres, porém a maior parte das feministas defendem que ele já traz uma hierarquia, que inclusive pode ser visto em todos os períodos históricos. Em geral

pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade (SAFFIOTI, 2004, p. 45-46).

O termo passou a ser usado pelos/as historiadores/as na medida em que os estudos sobre mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero cresciam, sendo característico de estudos que envolvem as relações entre os sexos. Contudo, apesar de sabermos que as relações entre os sexos são sociais e construídas cultural e socialmente, quando o termo surgiu nas ciências pouco era dito sobre como essas relações eram construídas, tampouco como funcionavam ou se alteravam. Ademais, seu conceito estava estreitamente ligado ao estudo de coisas relativas às mulheres, dificultando o trabalho dos/as historiadores/as que tentavam questionar os paradigmas existentes.

De acordo com Scott (1995, p.72), o termo gênero fez sua aparição inicial no movimento feminista norte americano, em que era defendido que as diferenças baseadas no sexo biológico eram construções sociais. A partir da luta das mulheres por direitos uma nova categoria de análise histórica surgiu, a mulher. No que tange o MMC e as pautas feministas e de gênero, se levarmos em consideração o histórico de lutas que as mulheres enfrentaram até chegarem a unificação do Movimento é importante analisarmos até mesmo os passos dados até a escolha definitiva do nome do movimento, cuja história possui várias implicações políticas.

Contudo, ao analisarmos as relações de gênero no MMC, é preciso abordar os conceitos de masculinidade também. O estudo das fontes, que foram compostas pela análise de materiais divulgados pelo movimento e pelos filmes “Celibato no campo” (2010) e “Mulheres da Luta” (2016) se deu partindo dessa abordagem e o principal teórico utilizado para embasamento foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que elevou algumas discussões a respeito deste tema na obra “A dominação masculina” (1998). Partindo desse pressuposto, podemos dizer que

tanto a masculinidade quanto a feminilidade são socialmente construídas. Sobre o sexo biológico são criadas demandas culturais que indicam os papéis que devem ser desempenhados pelos gêneros masculino e feminino, bem como a relação que serão estabelecidas entre eles. As relações de gênero não ocorrem de maneira igualitárias e simétricas. Elas são permeadas por relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres. (NADER; CAMINOTI, 2014, p.1)

E justamente por serem construções sociais, ambas “dependem bastante da educação recebida na infância e das influências sofridas ao longo da vida” (NADER; CAMINOTI, 2014, p.5). Desse modo, a construção do gênero e as obrigações atribuídas a eles variam de acordo com o tempo histórico e o lugar onde o indivíduo em análise está inserido. Mas uma coisa é certa, “a masculinidade construída socialmente nos homens, possui um elemento chave que é a relação de poder que existe entre eles e as mulheres” (Idem). Em se tratando de relações de gênero,

também consideramos que dominação seja um conceito útil. Partindo da teoria weberiana, podemos afirmar que entre homens e mulheres, na maioria das vezes, a dominação é do tipo tradicional, legitimada pela crença cotidiana das tradições vigentes desde sempre. [...] E ainda na atualidade o gênero masculino domina o feminino. A dominação masculina não é apoiada prioritariamente na força bruta, nas armas ou na dependência financeira. Esses fatores possuem seu grau de influência, entretanto, se fossem determinantes, quando cessados a mulher deveria adquirir sua total libertação. A dominação dos homens sobre as mulheres, via de regra, ocorre no campo do simbólico. O dominado (no caso, a mulher) adere a dominação de maneira irrefletida e passa a considerar que aquilo seja natural. A violência simbólica é fruto da exposição prolongada e precoce as estruturas de dominação (BOURDIEU, 2003, p. 26).

Falar de masculinidades como objeto de estudo na historiografia nacional é uma perspectiva um tanto quanto inovadora. Seus conceitos e suas implicações para as ciências humanas foi gradativamente se fixando à ideia da existência de uma hegemonia no termo, que se baseia na dominação e no poder do patriarcado, cujo conceito “trata, necessariamente, da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres” (AZEVEDO, 2017, p.1) Essa dificuldade em compreender as construções das noções de masculinidades para desenvolver uma análise mais profunda no campo social acabou gerando uma lacuna historiográfica, fazendo com que sua análise dentro das relações de gênero não fosse possível de ser problematizadas.

Os estudos em torno das masculinidades ganharam maiores proporções a partir da década de

1970, principalmente na Europa e na América do Norte. Conforme as proporções aumentavam, questionamentos referentes a universalidade da supremacia masculina cresciam simultaneamente, dado que o “ser homem” é muito variável nas diferentes culturas–sociedades.

Já na década de 1990, o sociólogo Pierre Bourdieu lançou sua obra intitulada “Dominação Masculina” (1998), na qual complementa algumas constatações já feitas na sua obra anterior, “O poder simbólico” (1989). A partir das obras, Bourdieu conclui que as vantagens masculinas nas relações de gênero se dão não apenas em relação a força física, mas também as forças que estão no campo do simbólico. Segundo tal tese:

dentro do processo histórico humano se instituiu e se reproduziu determinadas relações de violência simbólica, compartilhadas consciente ou inconscientemente entre dominantes e dominados. Nesse aspecto, as relações entre gêneros são, por ele compreendidas, através do conceito de “trocas simbólicas” onde a mulher passa a ser – dentro das relações sociais – objeto de troca, determinado pelo interesse dos homens, reproduzindo o capital simbólico destes homens e sua dominação masculina (BOURDIEU, 2007, p.114).

Todavia, um dos maiores debates acerca das masculinidades é que alguns pesquisadores apontam que existem dois lados conflitantes: de um lado, estaria o homem que se vale da violência física ou simbólica, seja ela consciente ou não, para manter seu status de dominante; do outro, existe um homem vitimado pelos processos e rituais que teria passado ao longo da vida na tentativa de construir sua masculinidade. É justamente nessas duas versões conflitantes que se encontram os maiores debates a respeito da masculinidade.

Alguns estudiosos acreditam que essas oposições são relativas de acordo com o nível social dos homens estudados, uma vez que os elementos que constituem o discurso masculino entre os homens de classes sociais mais baixas vão de encontro ao discurso entre os de classe média e altas. Devido a isto, podemos concluir que as masculinidades devem ser analisadas com singularidade, subjetividade e multiplicidade, já que

não podemos falar em somente uma, mas em diversas masculinidades social-historicamente construídas, sendo uma delas a portadora de um status de “hegemônica” e as demais masculinidades periféricas as concorrentes ou afirmadoras dessa (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.116)

Segundo Pedro Paulo Oliveira (1998, p.98), conforme se desce na escala social, mais os traços distintivos que a masculinidade proporciona se tornam valorizados em sua face mais tosca e opressiva. Uma das justificativas para isso é a de talvez haver uma necessidade de compensar a falta de poder que os homens dos segmentos mais marginalizados sentem em quase todas as esferas da vida social. Dessa forma, o machismo serviria como compensação para o sentimento de inferioridade destes, inferiorizados tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista cultural.

Podemos dizer que em casos como esse, que é similar ao dos homens pertencentes aos grupos familiares do MMC, a masculinidade, dessa maneira mais hegemônica que conhecemos, se torna muito mais importante, uma vez que o poder dentro das relações de gênero poderá ser um dos poucos lugares em que algo seria conquistado, já que há poucas chances desses homens conquistarem poder em outras esferas da vida social. Assim, impor uma masculinidade machista e com forte teor de dominação passa a ser um caminho para adquirir algum status quando outros rumos lhes são negados.

Desse modo, vemos que as masculinidades não podem ser estudadas e entendidas por si só, assim como os movimentos feministas também não. Para compreendê-las é preciso levarmos em conta diversas estruturas e instituições sociais, como: etnia, classe social, nacionalidade, temporalidade, territorialidade, dentre diversos outros fatores. Ademais, para analisar as tensões ocasionadas no MMC conforme as mulheres iam se dedicando mais aos estudos políticos e para alcançar espaços públicos, nos valem da História do Tempo Presente, que surgiu na França, em 1978. Segundo Ferreira (2002, p.324), essa corrente historiográfica era “portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador”. Além disso, ao tratarmos de uma História que ainda está sendo escrita, devemos levar em consideração o que afirmou Michel de Certeau (1982, p.66): “a História se reescreve permanentemente, mas não aleatoriamente cabendo a nós desenrolarmos a operação histórica através de uma combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (Idem, 2002, p.324).

Resultados

As mudanças sociais são lentas e historicamente construídas no nosso cotidiano. Porém, uma vez conquistados direitos, eles nunca estão para sempre assegurados e, por isso, dependem de lutas permanentes. Quando pensamos no sistema em que vivemos, percebemos que as lutas desenvolvidas pelo MMC precisam seguir enfrentando as formas de opressão por tempo indeterminado.

Quando vemos as transformações ocasionadas nas estruturas das relações de gênero do MMC, as lutas e as vitórias travadas também não significam que essas transformações serão constantemente para melhores, uma vez que as desigualdades de gênero continuam a existir. Além disso, precisamos ter cuidado para que a dominação e opressão sofrida pelas mulheres, em especial as camponesas, ao longo da sua história, continuem sendo consideradas o ponto central para seu feminismo, a fim de que não sejam retrocedidos pontos que já estão em situação muito mais favorável à existência delas.

Ao analisarmos o MMC podemos concluir que o processo de construção de identidades das mulheres camponesas é um processo que vem ocorrendo de maneira gradual desde o início da década de 1980 e que as mudanças resultantes dessa construção são decorrentes das lutas de gênero e classe marcadas pelo reconhecimento profissional, luta por direitos e contra todas as formas de violência impostas pelo sistema em que essas mulheres, juntamente com outros movimentos sociais, enfrentaram incansavelmente.

Contudo, nos primórdios do movimento, devido à forte presença dos ideais da corrente da Teologia da Libertação, alguns temas, como o do feminismo fora considerado um tabu. Embora as mulheres tivessem uma prática e postura feministas em diversas ocasiões, isso não era demonstrado em seus discursos e materiais de formação. Essa identidade passou a ser adotada com mais ênfase durante a 11ª Assembleia Estadual do MMC, que ocorreu na cidade de Xaxim, na região Oeste de Santa Catarina, em agosto de 2010. A partir desse momento o vínculo com o feminismo passou a evidenciar as mudanças estruturais que vinham ocorrendo nas relações sociais e na postura que precisaria ser assumida frente aos espaços coletivos dos movimentos no seu local de prática. Assim,

as mulheres já não se sentem intimidadas ao se assumirem como feministas, e da mesma forma que ressignificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características particulares, voltado para a agroecologia, produção

de alimentos saudáveis, luta contra o agronegócio, bandeiras estas que contribuem para o que considero como a postura eco feminista do MMC (PAULILO; BONI, 2009, p.81).

As principais motivações dessas mulheres nas questões relacionadas ao feminismo iam além apenas das relações de gênero, visto que, na verdade representavam um feminismo que era uma proposta de projeto de sociedade, o qual enfrenta a cultura patriarcal, a opressão, a luta contra o capital e o desejo de uma sociedade com mais igualdade. Para isso, é possível notar a construção gradual de um

feminismo que se adequa às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas (PAULILO; BONI, 2009, p.86).

Os anseios dessas mulheres por igualdade partem, inicialmente, das relações presenciadas no ambiente familiar, onde as relações se dão no sistema patriarcal na maioria dos casos. Após perceberem que seus papéis iam muito além de desempenhar tarefas domésticas e cuidar dos filhos, essas mulheres se engajaram de fato no movimento. Após se darem conta que ao longo da história houve uma educação e construções sociais totalmente voltadas a ideia de que a mulher estava em um posição de “inferioridade” e “fragilidade” e, por isso, estava submissa a um papel de dominação e obediência, essas camponesas, com seu próprio modo de luta, demonstraram que também são sujeitos históricos e protagonistas de sua própria história e, portanto, podem alterar as estruturas em que estão inseridas.

Ao se colocarem em movimento, essas mulheres lutam contra o patriarcado, o capital e ainda questionam a estrutura social, pois acabam apontando outras formas de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e de gênero. Formas, inclusive, que favorecem tanto elas quanto os homens, uma vez que esse sistema os prejudica em vários aspectos também.

Ao saírem do campo do privado e se colocarem em marchas, passeatas e manifestações para mostrar as situações de violência em que estão inseridas e quais são seus anseios, além de alcançarem o reconhecimento, as militantes percebem que a igualdade de gênero não existe, mas continuam

reforçando a ideia de que não desejam ser iguais aos homens, pois não o são, mas que lutam pelo direito de serem quem desejarem ser. Querem ter o direito de pensar diferente e de serem respeitadas na diversidade e, conseqüentemente, ao associarem esses desejos as relações de gênero, desejam o mesmo para todos os homens.

Quanto a estes, podemos concluir que é impossível pensarmos nas relações de gênero no Movimento das Mulheres Camponesas sem os levarmos em consideração. Contudo, essa análise voltada para eles também é um pouco mais difícil de ser feita, uma vez que o Movimento em si é consideravelmente jovem e os temas relacionados às questões de gênero estão sendo trabalhadas de maneira gradual. Espero que ao teorizar algumas questões com essa temática, tenha ficado claro que as análises feitas refletem positiva e negativamente tanto no campo das feminilidades quanto das masculinidades.

Não podemos negar que os homens foram responsáveis por muitas situações que causaram dor e sofrimento para muitas mulheres ao longo dos anos, mas é necessário compreender que nem sempre elas foram causadas em decorrência de mau caráter, mas sim devido a construção desse ideal de masculinidade que foi imposta sobre eles. Do mesmo modo que, algumas mulheres, ao longo da vida também reproduziram situações similares por estarem presas nesse sistema de dominação-violência masculina. No entanto, é imprescindível que os homens visualizem essas situações e se esforcem para alterá-las, saindo dessa zona de conforto que favorece apenas eles, caso contrário os processos que pretendem elevar as relações de gênero a um patamar mais igualitário acabarão sendo mais difíceis.

Não podemos negar que a mulher possui uma herança histórica que tenta lhe marcar física e psicologicamente como sendo um ser inferior e de capacidades e potencialidades inferiores se comparadas a dos homens. Todavia, esse status só se torna possível pois é adquirido ao longo da vida, através de uma construção lenta e histórica. Na nossa sociedade capitalista, além das diferenças por questões biológicas e de seu sexo, as mulheres são exploradas também no mercado de trabalho, desempenhando funções no seu local de trabalho e, simultaneamente, no ambiente doméstico, mantendo viva a ideologia patriarcalista do capitalismo. No caso das mulheres residentes das zonas rurais, a questão é mais enfatizada ainda devido ao fato do seu trabalho estar extremamente relacionado ao seu corpo.

Apesar dos movimentos feministas, a sociedade continua educando pessoas para acreditarem que as mulheres deveriam ocupar posições de inferioridade, incapacidade e fragilidade, como se estas fossem as condições que lhes pertencem. Nesse sentido, o MMC atua inserindo as mulheres na sociedade, causando uma luta contra o patriarcado e o capital, questionando e desafiando as estruturas sociais, gerando novas relações sociais, políticas, econômicas e sociais. Todavia, apesar de participarem do movimento, a percepção das militantes quanto seres políticos só passou a ser visível quando estas começaram a tomar os espaços públicos, participando de marchas, passeatas e manifestações que obrigaram os poderes públicos e as suas próprias famílias a dialogarem. Após se apropriarem mais profundamente das questões do movimento,

muitas militantes perceberam que a igualdade de gênero está só no campo da teoria na nossa sociedade, tanto que falam e escrevem, nos vários materiais elaborados, sobre a busca pela equiparação com os homens, afirmam não quererem ser iguais a eles, pois não o são. Querem ter o direito de pensar diferente e de serem respeitadas na diversidade e, inclusive, no direito de travar lutas específicas (CONTE, 2001, p.28).

Além disso, as origens da propriedade privada e da supremacia masculina são resultantes de um mesmo processo histórico. Portanto “capitalismo e patriarcado seriam duas faces inseparáveis, atuando como sistemas de dominação social, cultural, política e econômica (GADELHA; RODRIGUES; MARQUES; ANDRIOLI, 2017, p.181), sendo que os princípios do patriarcado foram imortalizados com o advento do monoteísmo judaico-cristão. Assim, nas relações capitalistas, os homens acabam sendo responsáveis pela produção de valor de troca, enquanto as mulheres ficam responsáveis apenas pela produção de valor de uso, isto é, com trabalhos no âmbito privado e não remunerado, enquanto os homens se encarregam de assuntos destinados a espaços públicos e de trabalhos remunerados. Por causa destas características, o trabalho dos homens acaba tornando-se valorizados e o das mulheres, invisíveis, desconsiderando a importância dos trabalhos reprodutivos (cuidado dos filhos, preparo de alimentos, etc.) sobre os produtivos.

No que diz respeito às mulheres camponesas, a ausência em espaços públicos, inclusive em sindicatos e assembleias, muitas vezes é decorrente do acúmulo de tarefas domésticas e das suas jornadas duplas. Diante disso, o Movimento das Mulheres Camponesas “tem refletido e politizado o

trabalho das mulheres por meio de processos formativos e lutas diversas, visando potencializar o reconhecimento das mulheres como sujeitos tanto no âmbito de suas famílias como nos demais setores da sociedade” (CONTE, 2001, p.28). É fato que mulheres rurais encontram mais dificuldades para participarem da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre os investimentos das famílias, mesmo que somem nas rendas, porque suas contribuições são consideradas ajudas. Quase sempre os trabalhos fora dos lares são informais e temporários, dependentes de períodos de safra e entressafra e as militantes que decidem se especializar nessas atividades de comercialização, muitas vezes se aperfeiçoam em outras funções, para conseguir trabalhar durante o ano inteiro. Porém, a venda desses produtos quase sempre acontece em relações diretas aos consumidores, não sendo possível vendas em maior escala pela falta de investimentos.

A atuação nessas atividades auxilia na conquista de uma renda, mesmo que pequena, geram autonomia econômica, facilitando seu reconhecimento junto aos meios que frequentam e a sua sociabilidade. Outro fator importante é o fato de que nessas ocasiões acontecem as experiências para além da rotina, como a participação em feiras e viagens. O ponto negativo, todavia, é que a reação dos núcleos familiares nem sempre é boa, uma vez que essa mudança de espaços privados para os públicos acabam afetando as divisões de trabalhos nos lares, além de alterar a gestão da renda obtida e, conseqüentemente, abala as estruturas patriarcais a qual as famílias estavam habituadas.

Além do cuidado com os lares, as mulheres são responsáveis por realizar os trabalhos do campo e arredores das casas, onde costumam desenvolver atividades agrícolas para fins de consumo e comerciais, como hortas e roças. Ademais, costumam ser as responsáveis pelo trato de alguns alimentos e do trato de animais, em especial os de pequeno porte. Entretanto, apesar de estarem ocupadas todos os dias com tais tarefas, elas não são consideradas como trabalho, visto que não são agregadas na somatória das rendas mensais, fazendo com que as tarefas agrícolas desempenhadas pelas mulheres acabem se transformando apenas numa extensão do trabalho doméstico. Diversas vezes as mulheres e os filhos até acompanham os maridos para realizarem trabalhos como assalariados, contudo, o pagamento costuma ser feito diretamente ao chefe da família que, na maioria dos casos, ainda são os homens. Devido à falta de identificação de suas funções como uma profissão reflete nos números, uma vez que

uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho”. Situação que tem reflexo nos números. Apesar de as mulheres representarem 48% da população rural, são apenas 33% do total da população ocupada na agricultura (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.110).

Apesar disso tudo, os responsáveis por tentar reduzir os índices de desigualdades entre as zonas rural e urbana foram os movimentos sociais, em especial os vinculados ou nascidos diretamente na zona rural. Para alcançarem tais feitos, precisam focar suas forças na busca pelos direitos e acesso à políticas públicas, até então praticamente inexistentes quando os movimentos surgiram.

A Constituição de 1988 foi um marco na conquista de direitos para os trabalhadores do campo¹, visto que pela primeira vez na história do país políticas públicas voltadas a esses trabalhadores foram levadas para nível nacional após várias reivindicações que marcaram as lutas populares no processo de reabertura democrática da constituinte. Contudo, foi nos anos 2000 que os movimentos sociais do campo avançaram nas conquistas, uma vez que passaram a ter o apoio de um governo que estava disposto a tratar de suas pautas e criar programas e ações governamentais voltados a equidade de gênero nos movimentos, em especial no que dizia respeito a questão das mulheres. Nesse sentido, em 2003, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, posteriormente elevada ao status de Ministério. A partir desta, a brecha para as mulheres exigirem que as políticas públicas que as favorecessem ganharam forma. Além de quererem ser reconhecidas como trabalhadoras e moradoras do meio rural, elas passaram a focar suas lutas no acesso à documentação, a terra, ao crédito e a assistência técnica. De 2003 a 2009

as ações governamentais foram coordenadas pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do mesmo Ministério (Ppigre), que centrou sua atuação na revisão da legislação e dos mecanismos regulatórios dos programas existentes, com vistas a um melhor atendimento das demandas das mulheres. O Ppigre coordenou ainda a elaboração e a implementação de uma série de novos programas voltados para o apoio às atividades produtivas realizadas pelas trabalhadoras rurais. Na prática, o Ppigre funcionou como uma assessoria de gênero àquele Ministério, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p.188).

¹ Em especial os Artigos 6º e 7º do Capítulo II. In Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

Foi ainda em 1997, a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais lançou a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, levando os órgãos públicos, sindicatos e organizações não governamentais e se sensibilizarem com esta pauta. Para o MMC, a falta de documentação consistia na negação do direito a ter direitos. Graças a campanha, materiais educativos e mutirões de documentação passaram a ocorrer em todo o país, emitindo documentos e servindo de espaço para reflexões e orientações para as mulheres sobre seus direitos e a desigualdade de gênero. Entre 1997 e 2011, a campanha pela documentação foi a reivindicação mais importante do movimento e a todo momento o governo era pressionado para assumir esse trabalho. Em resposta a isso, em 2004, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Incra, organismos federais, secretarias de segurança pública e prefeituras municipais.

A importância em ter o nome na documentação, em especial na da terra, consiste na garantia de direitos das mulheres em casos de separações, abandono ou morte dos maridos ou companheiros. É comum a prática dos homens, titulares das terras na grande maioria dos casos, permanecerem nas propriedades após divórcios, obrigando as mulheres e filhos a procurarem outros lugares para morar, o que quase sempre resulta no regresso à casa dos pais. Com a titularidade compartilhada, fica garantido que fatos como esse não ocorram, além de que, caso seja necessário solicitar empréstimos em bancos ou alterar a propriedade, não é possível que os homens o façam sem o consentimento de suas companheiras, que precisam aprovar tais medidas. Além disso,

o movimento de mulheres considera que a propriedade da terra pesa na capacidade das mulheres influenciarem as decisões econômicas da família. A titulação conjunta dos lotes, ou a chefia dos mesmos, auxilia ainda na comprovação da situação de “trabalhadoras rurais” das mulheres assentadas, facilitando seu acesso aos benefícios da Previdência Social (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p.196).

Outro programa de extrema importância e que levou em consideração a posição das mulheres dentro das famílias foi o Programa Bolsa Família (PBF), que consiste em um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade. Este costuma eleger as mulheres

como titulares dos benefícios, permitindo que estas passem a ter controle sobre a renda mediante uma senha pessoal. A escolha das mulheres para gerir tal dinheiro deu-se da premissa que as mulheres eram quem mais sofriam com problemas relacionados a falta de recursos materiais, situação que só se agrava ainda mais se levarmos em conta as barreiras de gênero no acesso a direitos básicos. Além disso, foi levado em consideração que as mulheres tinham maior capacidade para gerir os recursos em prol do bem-estar da sua família, não deixando seus interesses próprios se sobressaírem. Apesar das inúmeras críticas de alguns grupos sociais até hoje “o Programa atende mais de 12 milhões de famílias no país e as mulheres representam 94% dos beneficiários. Estima-se que um em cada quatro brasileiros recebe o benefício” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p.214).

Com a promulgação da lei n. 11.340/2006, conhecida popularmente como Maria da Penha, a Marcha das Margaridas² de 2007, que muito dialogava com o MMC, teve como lema “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, servindo de embasamento para os movimentos sociais, inclusive o MMC, levarem o tema da violência para o contexto agrário, destacando a violência nas lutas pela terra, melhores condições de vida e contra a violência doméstica, de gênero e familiar (BARSTED; PITANGUY, 2011, p.212). O governo federal respondeu a tais manifestações e, no mesmo ano, instalou o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, resultando no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

No que diz respeito a violência contra as mulheres, não podemos deixar de considerar que as mulheres da zona rural apresentam certas especificidades e que as medidas tomadas nesses casos devem ser diferentes das tomadas nas cidades. Contudo, apesar da importância, o tema tem pouca visibilidade até hoje e a carência de políticas públicas que enfrentem os problemas na prática é notado

² A Marcha das Margaridas é a maior ação conjunta de mulheres trabalhadoras da América Latina. Coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), suas 27 federações estaduais e mais de quatro mil sindicatos filiados, ela é construída em parceria com os movimentos feministas, centrais sindicais e organizações internacionais. O nome da marcha homenageia Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983, aos 50 anos, por um matador de aluguel a mando de fazendeiros da região. Em 2020, completaram-se 37 anos de seu assassinato. Até hoje, nenhum acusado por sua morte foi condenado

em todas as regiões do país. Em depoimento, uma representante do Conselho Nacional de Seringueiros sintetiza a situação das mulheres rurais: “na roça ninguém ouve o grito de socorro da mulher, a mulher não tem como buscar ajuda, não tem transporte, o povoado fica distante 40, 50km. Não tem delegacia, não tem nada” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p.219).

É importante destacar que as desigualdades não são naturais, mas sim postas pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas tramas de relações sociais. No que tange as relações entre homens e mulheres, observamos que a desigualdade de gênero não é dada, mas sim construída. Justamente por não ser dada previamente, as relações de violência entre homem–mulher, duas mulheres ou entre dois homens pode se figurar em violência de gênero, que podem se estender a outros patamares de violências. Todavia, quando falamos de violência de gênero, o caminho mais difundido é o de violência de homens contra mulheres, devido aos fatores culturais.

A violência contra a mulher, por sua vez, pode ser considerada um fenômeno social, multiforme e histórico, uma vez que ela se constitui num fenômeno complexo, histórico e de muitas dimensões. Do ponto de vista sociológico, é uma transgressão à norma social e, nela, vemos relações entre agressão e vitimização. Do ponto de vista político, a violência pode ser entendida como relação de forças onde há um desequilíbrio ou abuso de poder de uma pessoa ou um grupo sobre outro indivíduo ou grupos.

Apesar da dificuldade em conceituar violência, precisamos analisar esse fenômeno de acordo com o recorte que damos a cada cultura e sociedade. No caso deste trabalho, o recorte se dá nos núcleos familiares das militantes do MMC no oeste catarinense desde a sua criação até os dias atuais. E no caso da violência contra as mulheres, para melhor analisarmos esse fenômeno, precisamos analisar as relações de gênero já debatidas anteriormente.

Embora violência seja uma prática cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida humana, é fato que ela se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres. A violência masculina contra a mulher é fruto de um modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher, pois é isto que garante ao homem o poder de violentar uma mulher, visto que a considera sua propriedade.

Em decorrência do sistema capitalista patriarcal, as formas de violência se expressam em todas as esferas das vidas das mulheres e, por fim, se reproduzem no cotidiano como se fossem algo natural. Essa naturalização traz consigo o domínio do homem sobre todos os aspectos da vida e do corpo da mulher, que passa a ser encarado apenas como um objeto de servir e obedecer aos homens.

As campanhas pelo fim da violência contra as mulheres é um chamado para provocar uma mudança social, cultural e política, e têm perspectivas que poderão resultar em novas formas de organizações nos lares e famílias das mulheres camponesas. Apesar de ser um assunto doloroso muitas vezes, são essas discussões que levam essas mulheres a construir meios para superar as relações de desigualdade entre homens e mulheres e se libertar dessas amarras.

Na zona rural, assim como em outros meios, podem existir vários tipos de violência. Entre as principais, podemos destacar a violência física, a sexual, a psicológica e a patrimonial e econômica. A violência nada mais é do que uma forma de exercer poder e ele, como já foi descrito, tem duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetram violência, estão sob o efeito da impotência.

Uma série de pesquisadores apontam que a educação é uma das facilitadoras para a criação das desigualdades entre os gêneros, favorecendo os meninos a desempenharem esses papéis negativos de dominação e violência. Bourdieu (2002, p.240) pontua que

as disposições atuais nas quais a dominação se constitui e constrói um mundo hierarquizado, neste momento, de forma invisível, camuflada e inquestionável. As premissas dominantes estão inscritas, segundo o sociólogo, no ambiente familiar – que se opõe entre o universo público masculino, reconhecido pelos encontros nos bares e clubes, e o privado feminino, abreviado no ambiente doméstico. Estas disposições se ampliam na divisão do trabalho, na escolha das profissões, assim como na hierarquia destas e de suas funções. Por exemplo, a escolha por cargos que exigem submissão e necessidade de segurança, são executados pelas vítimas da dominação de forma a se sentirem satisfeitas com tal tarefa, uma vez que naturalmente possuem qualidades de submissão, gentileza, docilidade, devotamento e abnegação.

O autor ainda aponta que os principais alicerces que sustentam e reproduzem o poder masculino e auxiliam na manutenção da violência são a Igreja, o Estado, a família e a escola. E são justamente

essas instâncias que, por muito tempo, excluíram da História as relações de dominação masculina e as condições das mulheres. A família costuma reproduzir a visão masculina e da divisão do trabalho, a Igreja mantém a visão negativa sobre o feminino, agindo de forma simbólica nas estruturas inconscientes e as escolas, por sua vez, transmitem as características da cultura patriarcal (BOURDIEU, 2002, p.484).

Ao mesmo tempo que esses fatores são prejudiciais, se bem utilizados podem trazer resultados positivos. Enquanto a escola é um dos fatores agravantes para manter essa ideia patriarcal, ela foi também um dos fatores mais importantes para a independência feminina. Segundo Bourdieu, o maior acesso das mulheres ao ensino secundário e superior favoreceu sua ascensão no meio social, restringindo sua permanência no ambiente doméstico. Além disso, a maior autonomia quanto ao próprio corpo, proporcionada principalmente pela pílula anticoncepcional, fez com que o tamanho das famílias reduzisse e a mulher tivesse maior autonomia de escolha diante o casamento.

Por isso, podemos constatar que a dominação masculina apresenta privilégios aos homens, mas simultaneamente apresenta um grande peso a eles, visto que acabam sendo prisioneiros da própria construção social. Um exemplo disso são as questões apresentadas nos documentários “Celibato no campo” (2010)⁷⁶ e “Mulheres da luta”⁷⁷ (2016). No último, é possível observar as transformações que as famílias camponesas sofreram no decorrer dos últimos 20 anos. Transformações marcadas, principalmente, pelo fato das mulheres estarem concluindo o Ensino Médio e a participação delas nos movimentos sociais, que começaram a existir justamente conforme as mulheres iam ampliando seu nível de escolarização e, conseqüentemente, passaram a questionar a ordem vigente. Os homens, por sua vez, fizeram o caminho inverso. Ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a estudar mais e se interessar por questões que antes eram consideradas apenas “coisas de homem”, estes começaram a se diminuir, apresentando até certo receio ao se relacionar com as mulheres que já não aceitavam tudo.

Os camponeses, que até então consideravam sua virilidade como característica principal, passaram a se encontrar em situações de vulnerabilidade. Essa sensação é totalmente compreensível, uma vez que é impossível sustentar uma postura extremamente machista e regrada, tal como a masculinidade hegemônica exige, o tempo todo. Ao não serem capazes de nomear seus sentimentos,

usarem a violência como linguagem e não aceitarem os ideais da nova mulher camponesa, esses homens acabaram por ficar reclusos e em situação de celibato.

Obviamente nem todos os homens são violentos e não adaptados às transformações que vêm ocorrendo, mas esses efeitos de não desejar ter uma família podem ser resultados das mudanças estruturais que fizeram com que as mulheres deixassem de visualizar seu presente e futuro sob a ótica “da família tradicional brasileira”.

Devido a esses fatores, questiona-se muito se as alterações propostas pelas feministas ao longo dos séculos XIX e XX e suas vertentes, tal qual o MMC, surtiram efeito na sociedade e de que maneira nos desafiaram a buscar alternativas para solucionar as questões postas pelo movimento. As pesquisas sobre as relações de gênero no MMC mostram que ao analisarmos a masculinidade dos segmentos mais desfavorecidos é possível falarmos em transformações sociais, culturais e, principalmente, de gênero. Portanto, não se trata de questionar as mudanças, pois elas de fato ocorreram, mas questionarmos o alcance das mesmas, que claramente podem ser observadas. São esses fatos que nos mostram que somente a luta contínua e permanente é capaz de estabelecer novas perspectivas de superação das relações patriarcais e de gênero, resultando em transformações na vida de muitas famílias.

Como este trabalho refletiu sobre questões de um movimento que continuará existindo depois do recorte feito, todas as questões levantadas neste texto serão abordadas com mais profundidade durante a realização da minha dissertação de mestrado, onde ocorrerá também a utilização de história oral, que conta com um amplo campo de análise pela frente. Quanto às mulheres camponesas, que tanto batalharam para chegar onde estão hoje, algumas palavras de ordem ditas por elas próprias resumem seus desejos e conquistas até o presente momento: “nós não queremos favores, nossa história a gente faz” e, com certeza, a fazem bravamente.

Referências

BOTTON, Fernando Bagiotto. As **masculinidades em questão**: uma perspectiva de construção teórica. Revista Vernáculo, n. 19 e 20. Curitiba, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOTTON, Fernando Bagiotto. **As masculinidades em questão**: uma perspectiva de construção teórica. Revista Vernáculo, n. 19 e 20. Curitiba, 2007.

CELIBATO no campo. Direção de Casemiro Vitorino e Ilka Goldschmidt. Santa Catarina: Margot Produções, 2010 (52 min.)

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1) 241-282, janeiro-abril 2013.

CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. **Educação para o ser mais no Movimento de Mulheres Camponesas**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 23-28, jan./dez. 2011.

DEERE, 2004; BRUMER ; ANJOS , 2010. In: SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016). **Revista Ártemis**, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017.

HEREDIA Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Ano 9, nº8, 2006.

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). **Cartilha Sudamérica**. Cartilha. Brasília, 2012.

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). **Mulheres camponesas na luta contra a violência**. Folder. 2014.

MULHERES da luta. Direção de Aline Rodrigues e Edio Murer. Rio Grande do Sul: Cresol Central RS/SC, 2016 (56 min).

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder**: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**: uma contribuição crítica à análise de

gênero. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rocco: Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. In **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 6 (1) 1998.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; BONI, Valdete. **Agricultura e maricultura familiares: um recorte de gênero**. In: I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, 2009, La Plata. I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004.
Siliprandi, Emma; Cintrão, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

A representação do imigrante judeu nas capas das obras literárias *Cágada (ou a história de um município a passo de)* e *O exército de um homem só*

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

Mestra em História pela Universidade de Passo Fundo (2019), defendeu a dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*, sob orientação da Dr. Rosane Marcia Neumann. Doutoranda em História pela UPF (2020). E-mail: glauciaelisazinani@gmail.com

Resumo

Esse artigo objetiva-se a analisar a representação do imigrante judeu nas capas de obras literárias, na literatura do Rio Grande do Sul, optando pela imagem da capa da obra *Cágada (ou a história de um município a passo de)* de Gladstone Osório Mársico, publicada em 1974, tendo como cenário a Fazenda Quatro Irmãos, em Erechim; comparando-a com a imagem da obra *O exército de um homem só*, de Moacyr Scliar, publicada em 1973, ambientada no bairro Bom Fim, em Porto Alegre. Justifica-se por analisar a forma de representação marginal, produzida pelas imagens de representação do imigrante israelita. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias.

Palavras-chave: Representação; *Cágada (ou a história de um município a passo de)*; *O exército de um homem só*; Capas;

Introdução

Esse artigo objetiva-se a analisar a representação do imigrante judeu nas capas de obras literárias, na literatura do Rio Grande do Sul, optando pela imagem da capa do romance, *Cágada (ou a história de um município a passo de)* de Gladstone Osório Mársico, publicada em 1974, tendo como cenário a Fazenda Quatro Irmãos, em Erechim; comparando-a com a imagem da novela, *O exército de um homem só*, de Moacyr Scliar, publicada em 1973, ambientada no bairro Bom Fim, em Porto Alegre. Justifica-se por analisar a forma de representação marginal, produzida pelas imagens de

representação do imigrante israelita.

O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias. O escritor Gladstone Osório Mársico nasceu em Erechim-RS, (1927-1976), atuou como advogado da *Jewish Colonization Association* (ICA), vereador erechinense no período de 1956-1959, e produziu o romance satírico, *Cágada (ou a história de um município a passo de)* publicada em 1974, pela Editora Movimento. O escritor Moacyr Jaime Scliar nasceu Porto Alegre- RS, (1937-2011), atuou como médico, foi membro da Academia Brasileira de letras, e produziu a novela irônica, *O exército de um homem só*, publicada em 1973, pela Editora LP&M.

A composição novela *O exército de um homem só*

A primeira edição de *O exército de um homem só* foi publicada pela editora Expressão e Cultura em 1973. O manuscrito original dessa obra, dentre outras documentações como; anotações, reportagem de jornais, fotos, localizam-se na coleção digital, on-line, no acervo Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. O acervo possui mais de 800 arquivos de Scliar, protegidos por direitos autorais. Sobre a construção do livro, Barros (2013, p. 80) salienta,

[...] são tanto de ordem *autoral* (modos de escrever, de pensar ou expor o que será escrito), como *editoriais* (reunir o que foi escrito para constituir-lo em livro), ou ainda *artesanais* (a construção do livro na sua materialidade, dependendo de estarmos na era dos manuscritos ou da impressão). Da mesma forma, quando um autor se põe a escrever um livro, ele se conforma a determinadas representações do que deve ser um livro, há certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá a sua obra.

Avram Ginzburg conta em terceira pessoa a narrativa de *O exército de um homem só*, irmão da personagem principal Mayer Ginzburg, narrador onisciente. Cada capítulo remete a um ano ou conjunto de anos, o primeiro e o último é 1970, mas recua para 1916, 1928, 1929, 1930, até voltar para 1970. A narrativa possui dois cenários; o primeiro situa-se no bairro Bom Fim próximo ao parque

Redenção, e o segundo é num terreno baldio, que tem uma mansão abandonada, na localidade chamada Beco do Salso, que fica num bairro próximo ao bairro Bom Fim.

No primeiro capítulo, Mayer está no setor da emergência do hospital, enfarta e acaba morrendo. Depois, a narrativa segue apresentando a personagem principal, Mayer Ginzburg, um imigrante judeu russo, que imigra ainda criança, em 1916 com sua família para Porto Alegre. No Bom Fim, seu pai é marceneiro, sua mãe limpa a casa e faz comida, sempre extremamente cuidadosa com a educação e alimentação dos filhos, enquanto isso, para ajudar no sustento da casa, Mayer e seu irmão Avram [o narrador] vendem peixe. Mayer é contrário às expectativas de seu pai, que quer torná-lo rabino, porque ele estuda somente marxismo³.

Já na adolescência em 1928, Mayer é conhecido pelos judeus do Bom Fim, como Capitão Birobidijan ou Companheiro Birobidijan. Então, Mayer e seus quatro amigos; José Goldmann, Marc Friedmann, um judeu francês, filho de um engenheiro ferroviário e proprietário do terreno baldio do Beco do Salso; a romântica Berta Kornfeld que tem uma adoração pelo revolucionário Lenin, que acaba morrendo de tuberculose; e Leib Kirshblum, também chamada de Leia, namorada de Mayer estudam Karl Marx e Rosa de Luxemburgo⁴. Esse grupo de jovens, fundam um comitê, na mansão abandonada da família Friedmann, situada na colônia do Beco do Salso, próximo do bairro Bom Fim⁵[imaginário]. A organização desse comitê está dividida em três partes; o Comitê da limpeza, o Comitê da Comida e o Comitê de Estudos Políticos.

Durante a semana, Mayer trabalha com Leia, na loja do pai dela, chamada “A preferida”. Leia é uma judia órfã de mãe, e eles na loja, vendem miudezas como; cadarços, elásticos, novelos de lã, peças de *lingerie* etc. Mayer trabalha totalmente sem ânimo e detesta vender, e fica admirando os operários que passam na frente da loja. Ele imagina “homenzinhos” que lhe batem palmas, quando pensa em desistir de trabalhar nas vendas, e diz para si mesmo, que não quer fazer parte do sistema

³ Marxismo é um método de análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflito social, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética de transformação social.

⁴ Rosa Luxemburgo (Rozalia Luksenburgo), a filósofa marxista Rosa de Luxemburgo nasceu na Polônia e tornou-se mundialmente conhecida por participar do grupo marxista do SPD, ao lado de Karl Liebknecht fundaram a liga espartaquista, foram capturados e mortos em 1919.

⁵ Em *O exército de um homem só*, a trama da narrativa se passa no bairro judaico, chamado Bom Fim, que como no real, também é situado em Porto Alegre.

capitalista⁶.

Em 1934, Mayer e Leia casam-se e o pai de Leia morre, eles herdam a loja. Passam-se os anos de 1935 a 1942, e o casal tem dois filhos; Jorge e Raquel. Mayer sente-se infeliz no casamento, pois não ama sua esposa, e sem a aprovação dela, chama-a de Rosa de Luxemburgo. Ele continua a trabalhar sem vontade na loja, sonha em demoli-la e construir ali uma colônia coletiva, mas sabe que a sua esposa não permite tal proeza.

Em 1943, na busca de realizar seu sonho, de fundar uma colônia coletiva, Mayer foge de casa, e vive no terreno baldio chamado Beco do Salso, no mesmo, em que na adolescência reunia-se com seus amigos de adolescência. Mayer inicialmente imagina estar sozinho, sem saber que nessa colônia moram afrodescendentes que lhe observam ao longe.

Nesse local, Mayer constrói uma barraca e funda um comitê, cria um Palácio da Cultura, constrói uma horta de subsistência, mesmo sozinho, debate questões políticas discursando para homenzinhos que lhe batem palmas, frutos de sua imaginação.

Mesmo assim, sente-se animado em criar ali uma colônia coletiva chamando-a de Nova Birobidijan. Nesse local, convive somente com animais; uma cabra, um porco e uma galinha, então os chama-os afetuosamente de; Companheira cabra, Companheiro porco, e Companheira galinha.

Nos limites da propriedade invadida, sem que Mayer saiba, numa casinhola de madeira, viviam quatro homens afrodescendentes, chamados; Libório, Nandinho, Hortênsio, Fuinha, e uma mulher chamada Santinha. Para trazer a subsistência ao grupo; Libório pesca, Nandinho explora as redondezas em busca de galinhas, Hortênsio é o caçador, Fuinha é o conhecedor de ervas e Santinha cozinhava e tentava arrumar o local em que moravam.

Porém, num dia, eles resolveram durante a noite, invadir as plantações de Mayer e matar os três animais. Mayer se esconde, e ele observa a distância, os quatro homens espancando Santinha, mas ele não ajuda a mulher, depois disso, os homens vão embora ao amanhecer. Com isso, Mayer se

⁶ Capitalismo é um sistema econômico e uma ideologia baseada na propriedade privada dos meios de produção e sua operação com fins lucrativos. As características centrais deste sistema incluem, além da propriedade privada, a acumulação de capital, o trabalho assalariado, a troca voluntária, um sistema de preços e mercados competitivos.

aproxima de Santinha machucada e apaixonada-se por ela, chamando-a de Rosa de Luxemburgo. Mayer se esforça para ensinar marxismo à Santinha, mas ela não demonstra interesse. Com o passar do tempo, Santinha é explorada por Mayer, através da sobrecarga de serviço na colônia, então ela o abandona e vai embora trabalhar numa empresa [sem nome].

Mayer sofre com o abandono de Santinha, desanima em seu plano de fundar Birobidijan. Em 1944, ressurgiu no Bom Fim, e pede perdão para sua esposa e filhos, voltando para casa, faz esforços para tentar esquecer o plano de fundar a colônia coletiva no Beco do Salso, mas continua sonhando em criá-la.

Nos anos 1944 a 1948, trabalha com sua esposa na loja. Em 1950, obtém lucros e funda uma empresa de construção civil chamada “Maykir”, obtendo prestígio social e riqueza, chega a comprar o terreno do Beco de Salso de Marc Friedmann, que antes havia invadido, e constrói uma piscina clube nesse lugar. Porém, Mayer continua descontente por não conseguir fundar Nova Birobidijan. Em 1953, 1954, 1955, 1956, tornam-se ainda mais rico e pela primeira vez se consulta com Dr. Finkelstein que lhe recomenda que trabalhe menos, devido problemas cardíacos.

Numa tarde, em seu escritório na “Maykir”, recebe a visita de seu amigo de adolescência o judeu José Goldmann, pedindo-lhe emprego para sua filha Geórgia, amiga de Raquel, filha de Mayer. Mayer e Geórgia encontraram-se na piscina, e ele sente-se atraído pela beleza e juventude de Geórgia, eles tornam-se amantes. Em 1957 a esposa descobre a traição e separam-se. Mayer briga com o pai de Geórgia, e ela discute com Mayer incentivando-o que se divorcie da esposa. Geórgia instiga que lhe acompanha no sonho da colônia coletiva, mas ele decide se afastar dela chamando-a de mentirosa. Alguns meses depois a empresa chega à falência.

Em 1958, 1959, 1960 Mayer aluga um apartamento modesto, e tenta conseguir um emprego, mas tem dificuldades. Em 1967 a 1969 reside num quarto simples de pensão, paga pelo seu filho que não deixou que mandassem o pai para o hospício. Jorge e Raquel não visitam o pai, Raquel chora ao vê-lo. Mayer convive com outros inquilinos; Octávio Rodrigues um antigo comerciante, 78 anos; um judeu egípcio, de 81 anos chamado David Benveniste, uma senhora de Dom Pedrito, e também a proprietária da pensão chamada Dona Sofia, que tinha aproximadamente 70 anos, e com Santa

Teresinha da Silva, empregada doméstica da pensão.

Mayer mantém relacionamento amoroso com a empregada doméstica da pensão, e Dona Sofia se enfurece com Mayer, porque tem planos de casar-se com ele. Ela propõe casamento, mas Mayer recusa o pedido, a partir disso, viver na pensão torna-se incômodo porque é péssimo o atendimento ao cliente.

Em 1970, Mayer confronta a proprietária da pensão, e ele e os demais inquilinos amarram-na numa cadeira no quarto. Mayer anuncia em voz alta para toda casa, que está fundando Nova Birobidjan, mas os moradores da pensão ignoram-no pensando que ele estivesse louco, com isso Mayer têm um infarto. Então, a narrativa inicia quando Mayer é atendido no pronto socorro pelos médicos, e morre.

Para a crítica literária Gilda Salem Szklo, a obra *O exército de um homem só*, é “a própria visão alegórica da Terra de Promissão, no sentido de que, na mente judia de Mayer Guinzburg, a “Nova Birobidjan”, em contraste com a realidade, constitui a utopia de um socialismo sem repressão política” (SZKLO, 1990, p. 64). Também para Szklo (1990, p. 64), o tema,

[...] é de fato, a história do messianismo sob a perspectiva do reino encantado, como tentativa frustrada da criação de um núcleo judaico, um lar nacional fora da Palestina. Birobidjan não passou de uma fantasia inalcançável que, no texto de Scliar, se expressa [...] pelo heroísmo do seu herói, ora pelas representações de fraqueza, da miséria, da melancolia.

A escolha de nomear “Birobidjan” para a colônia, não é mera coincidência, Birobidjan é o nome de um Distrito Nacional Judaico, criado no governo Josef Stalin, em 1934 localizado na Federação Russa, com a capital do Oblast Autônomo Judaico fazendo fronteira com Krai de Khabarovsk e a província chinesa de Heilong Jiang, no qual Stalin designou os imigrantes judeus em 1934, em áreas isoladas para praticarem sua cultura *íídiche*⁷.

Acredita-se que O título da obra, *O exército de um homem só*, remete à questão de a Mayer lutar sozinho, somente com seu exército imaginário de homenzinhos, porque ele segue suas

⁷ Língua da família indo-europeia, pertencente ao grupo de idiomas germânicos, falada predominantemente por judeus da Europa Oriental. A composição é fonética língua germânica e hebraico e aramaico na escrita.

convicções e enfrenta o capitalismo, mas está sozinho, nesse sonho utópico. Mesmo obrigando-se a render-se ao sistema capitalista, ao tornando proprietário de uma empresa. Em seus pensamentos jamais desiste de fundar Birobidijan, e Mayer somente alcança esse sonho, quando sofre um ataque do coração⁸ e acaba morrendo.

Segundo o irmão de Moacyr, Wremyr Scliar (2018):

O título obedece à uma hipótese de quixotismo, coragem e aventura. Um homem sozinho, uma revolução, mudar o mundo [...] o capitão segue seus ideais. Seu propósito obviamente onírico e irrealizável. Um belo exemplo de utopia.

A morte lhe parece uma redenção por suas más escolhas durante a vida; de ter se rendido ao capitalismo, de contrariar seus pais em não ser um rabino, de possuir uma amante contrariando sua esposa, de não cuidar de seus filhos.

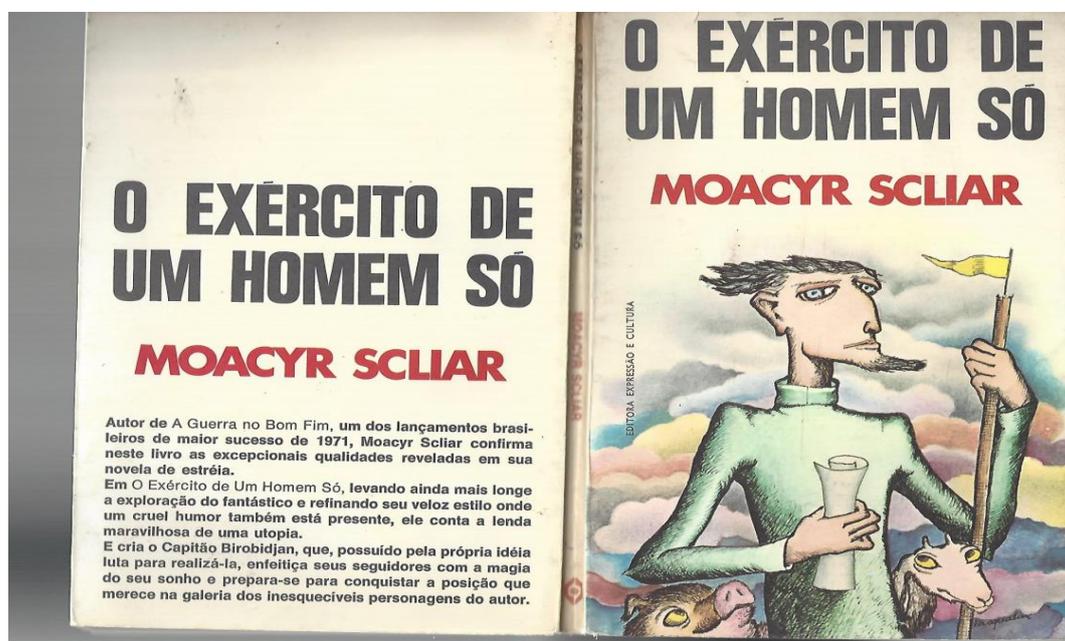
A estrutura da capa da obra merece atenção, de autoria de Vilma Pasqualini, e diagramação e paginação de Laerte Fernandes pode-se constatar aspectos de representação judaica. Observando a capa, existe na parte superior em destaque o título da obra, e um homem ao centro, caracterizado fisicamente, com a imagem de Mayer. Dentro da narrativa o autor descreve,

[...] trata-se de um homem de cerca de trinta e cinco anos, e olhos claros e nariz tipicamente judaico. É antes magro. A barba desponta; crescerá, como a de Marx, a de Freud. O vento agita os cabelos do pioneiro, enquanto a bandeira sobe lentamente no mastro. Ao término da cerimônia, o Capitão diz, em voz baixa, mas bem distinta: Iniciamos agora a construção de uma nova sociedade (SCLIAR, 1973, p. 58).

Acredita-se que as características descritas dentro da obra, são semelhantes as características físicas da imagem de Mayer na capa, ou seja, o produtor da capa poderia ter seguido as características descritas dentro da narrativa, como observa-se na (Fig. 1).

⁸ O coração é um símbolo na cultura judaica, é um órgão vital que permite ao sangue circular no corpo, é considerado, como a sede da afetividade, onde nascem e se expressam os sentimentos. Certamente designa um órgão que simboliza a vida. A língua hebraica, porém, concebe de uma forma mais geral o coração como o “dentro” do homem, tudo aquilo que constitui seu ser profundo. Esse “dentro” não apenas a sede dos sentimentos, mas também a sede da inteligência e da vontade, segundo Dahler (1999, p. 73).

Figura 1 - Capa do livro *O exército de um homem só*



Fonte: *Acervo particular da autora.*

Então, na capa a imagem do colonizador, Mayer Ginzburg está ao centro, possui pele clara, usa roupa verde, e olhos azuis, cabelos negros, segurando na mão direita, um mastro com uma bandeira amarela otimista sem nenhum detalhe, e na mão esquerda um pergaminho. Na parte inferior, ao lado direito da imagem de Mayer, está a imagem de uma cabra⁹, que representa na narrativa a Companheira Cabra, e no lado direito a imagem de um porco, que representa na narrativa o Companheiro Porco¹⁰, os animais olham-no de baixo para cima, dando a entender que Mayer está

⁹A cabra simboliza um animal *casher*. Os animais *casher* usados para sacrifícios eram de três tipos: boi (ou vaca), bode (cabra) e ovelha. Cada um desses representa um tipo de personalidade que as pessoas têm. A finalidade da oferenda era de "sacrificar" a natureza humana, e foi isto que aproximava a pessoa de D'us. O "bode" (cabra) cuja natureza é ousada, porém se quiser movê-lo do lugar é impossível a não ser que ele próprio o queira. Traduzido em termos humanos é a pessoa que não aceita opiniões ou sugestões de outrem, achando que sabe tudo e é teimosa e obstinada em suas convicções. Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/1167335/jewish/O-Sentido-dos-Sacrificios-no-Templo.htm>. Acesso: 21 jan. 2019.

¹⁰O porco é um dos animais não-casher mais conhecidos. Possui um dos sinais de cashrut - o casco fendido - mas não é ruminante. Diz o Talmud que, sempre que se deita, o porco estica as patas para a frente, querendo mostrar que é casher; mas não é ruminante, deixando por isso de ser casher. Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/667126/jewish/Sabedoria-Divina.htm>. Acesso: 21 jan. 2019.

guiando-os.

As cores são vibrantes, mas possuem uma obscuridade dentro dos contornos dos desenhos. Nota-se que a imagem de Mayer parece estar destemida, com cabeça alta e cabelos ao vento. No fundo existem nuvens coloridas dando a indicar que no céu¹¹, ou seja, na morte, Mayer alcançou seu sonho de fundar Nova Birobidijan.

Nota-se que na bandeira amarela, demonstra euforia otimista, em criar uma pátria, por isso, a necessidade de uma bandeira. Provavelmente, a imagem do pergaminho, que a imagem de Mayer segura em suas mãos, é o projeto de elaboração de sua colônia, chamada Nova Birobidijan, que também esse formato de pergaminho lembra o formato da Torá¹² (Bíblia Hebraica).

Quanto a posição das imagens dos animais, estarem próximas da imagem de Mayer, porque eles foram os únicos seres que realmente acompanham-no no terreno baldio. Também porque na narrativa, da Companheira cabra Mayer recebia o leite, do Companheiro porco, servia-lhe como distração, porque Mayer não mata o porco para matar sua fome, devido ele não ser um animal *casher*¹³.

Traços do romance *Cágada*

A primeira edição do romance *Cágada* foi publicada pela editora porto-alegrense Movimento em 1974 e a quarta e última edição em 2006, pela mesma editora, publicação em comemoração do

¹¹ O céu é um símbolo da cultura judaica. “O céu é visto aqui como uma separação ou traço de união entre o mundo de baixo, a terra, e o mundo do alto, “os céus”, que permanecia inacessível ao homem”, conforme Dahler (1999, p. 68).

¹² Para começar, há duas torahs, precisamente duas partes; A primeira é a *Torah escrita*, chamada em hebraico de *Torah Shebitktav* ou *Mikra*. Ela consiste nos primeiros cinco livros da Bíblia e é também chamada de Pentateuco, palavra grega que significa cinco livros, ou *Chumash*, que tem significado aproximado de quíntuplo. Na Torá há 613 mandamentos, ou *mitzvot*. A segunda parte da Torah é a Torah Oral, chamada em hebraico de *Torah Sheb'al peh*. Ela consiste, nas palavras de uma famosa autoridade moderna, o Rabino *Zvi Hirsch Chayes*, nas exposições e interpretações que foram comunicadas oralmente a Moisés, como um suplemento à Torah escrita. A ela nos referimos comumente chamando-o de *Talmude*, conforme Asheri (1987).

¹³ Somente os animais que ruminam e possuem cascos fendidos (os dois sinais mencionados na Torá) são *Casher*. Vacas, carneiros e cabras servem como exemplos. Um animal que tenha apenas um dos dois sinais não é *Casher*. Uma vez que as leis da Torá são exatas, tendo sido projetadas pelo próprio Criador, com certeza há um motivo por que estes dois sinais foram escolhidos. Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/667123/jewish/Carne-Casher.htm>. Acesso: 21 jan. 2019.

aniversário dos 80 anos do escritor. A Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico disponibiliza o primitivo alfarrábio.

O romance possui um narrador, contado em terceira pessoa, classificado como onisciente. A divisão temporal ocorre com verossimilhança de períodos históricos, porque inicia por volta de 1920, com uma tribo que vive, antes da chegada de um casal imigrante judeu sobrevivente da 2ª Guerra Mundial em 1945, e se estende até os três dias, que antecedem a renúncia do presidente da República João Goulart, em 1964.

A narrativa situa-se no Brasil, no Rio Grande do Sul, região anteriormente chamada de terras pertencentes à Zona da Serra. Nesse local, contém uma variedade de pinheiros e terras pródigas, inicialmente chamada de Velópolis, mas que muda seu nome, para Cágada por uma decisão da câmara de vereadores. Ao lado de Cágada, existe o município de Nova Floresta, em que o coronel Maneio é o prefeito.

Quando o território não tem nome, é ocupado pela tribo de Namai, conhecida como tribo dos Bugres sem fala, que vive feliz, durante muitos anos, até que uma companhia que tem sede em Londres, chamada ACA, *Armarish Colonization Association* compra as terras do governo brasileiro.

A ACA é uma companhia judaica com objetivo de colonizar imensos territórios na América do Sul e doá-los aos patrícios que se dedicam à agricultura. Mas, quando os bugres sabem das intenções de Mister Glupp, do diretor da ACA, não querem sair das terras, mas eles não conseguem fazer resistência frente a companhia, optando pelo auto sacrifício de dormir fora da Montanha da Caverna, local onde todos “bugres”, morrem de frio devido uma geada forte. Quando o diretor Mister Glupp, chega até a Montanha da caverna, encontra os 33 corpos congelados, e um papagaio falante ainda vivo, chamado Gimbo.

A companhia ACA inaugura a linha férrea e a linha telefônica, ligando o imenso território de Cágada ao município de Nova Floresta. A companhia se encarrega de enviar uma carta, para o rabino paulista, solicitando migrantes para colonizar Cágada, e escondendo do rabino, os motivos reais da migração, “enfeitando que as terras da ACA com as mentiras do Novo Testamento” (MÁRSICO, 1974, p.21), dizendo que haviam bugres para trabalhar, financiamento sem juros nos bancos, e terras

gratuitas. Então, o rabino convence a comunidade judaica a se dirigir a Cágada, se não lhes propõe o aumento do dízimo, aos que não migrassem.

Dessa forma, chegam numa única leva de imigrantes judeus; o Samuel, o Abrãozinho, o Ben, o Froim, o Maurício, o Damião, e vieram outros mais não identificados. Chegaram via trem de São Paulo e foram recebidos pelo diretor da ACA, chamado Mister Glupp.

Mister Glupp, pela manhã, mostra as terras, dando-lhes uma pá e uma enxada para que iniciem o trabalho na colônia, mas os migrantes não aceitam colonizar Cágada e voltaram para São Paulo, após descobrirem que a Terra Prometida era uma farsa.

O judeu Mister Glupp, antes de chegar no Brasil, mora em Londres, passa fome, torna-se sacristão numa sinagoga, fica órfão ainda moço, quando conheceu Lady Hilda, uma judia de pais expatriados que saem da Alemanha, e tem juntos uma filha, chamada Lady Salma. Mais tarde, veio a 2º Guerra Mundial e Mister Glupp consegue emprego como coveiro enterrando corpos para matar a fome de sua família.

Com o término da 2º Guerra Mundial, Mister Glupp perde o emprego de coveiro e fica sabendo do projeto de colonização por alguns patrícios mais afortunados, chega ao Brasil através da ACA, recebendo o cargo de diretor da empresa ACA. Por não conhecer as matas, tranca a mulher e a filha dentro de casa, devido ao medo dos bugres. Mas, na manhã seguinte, pensa e sozinho, busca bugres para auxiliá-lo na construção da sede de ACA.

Entretanto, quando ele menos espera, vê uma barraca em frente à sede da ACA, para ele são intrusos que chegam; Tio Cidoca, também chamado de Ovo de Páscoa e seu sobrinho Babico que veem de barco de Passo Fundo, eles não são judeus, quando chegam em Cágada constroem uma barraca, de frente à sede da ACA, fundando um bar chamado: *Gimbo's Bar*.

Pela tarde chega de automóvel, um judeu chamado Muja, filho de imigrantes alemães, vendedor no Bom Fim, de Porto Alegre, e traz consigo uma carta de recomendação de Sr. Glorian, o chefão da ACA de Londres. Na carta o chefão de Londres reconhece Muja como judeu. Então, Mister Glupp apresenta-lhe sua casa, sua esposa e sua adorável filha. Muja se interessa pela filha do Mister, e Lady Salma que também demonstra olhares para ele. Porém, Muja sabe que têm que enfrentar Arão,

que era o pai de sua noiva, chamada Rachel, noiva que ele não suporta, e que pretende romper o noivado de sete anos.

Mister Glupp oferece um pedaço de terra, mas ele resolve partir novamente para o Bom Fim¹⁴, prometendo em breve retornar. Chegando no Bom Fim, Muja faz exames médicos diagnosticado com leucemia e conta para Arão. Todos pensam que ele tem poucos meses de vida, e com isso, desfazem o noivado com Rachel. Muja relê o exame e descobre que não tem leucemia, mas anemia. Porém, opta por não voltar mais para o Bom Fim, para não desfazer o engano.

Mister Glupp tenta expulsar com seu trator os intrusos Ovo de Páscoa e Babico donos do bar. Mas, enquanto brigam de frente ao bar, chega o coronel Maneio e de burrico um padre, chamado padre Nero, o padre mais subversivo considerado pela diocese, que tentou vender o sino da igreja, e a igreja para ajudar os pobres. O padre Nero, vê a briga de Mister Glupp e os intrusos e lhes propõe uma aposta. A aposta é que se até 30 dias, não chegar um imigrante judeu, que realmente fique para colonizar Cágada, os não judeus Ovo de Páscoa e Babico podem continuar residindo nas terras, com seu bar. Nesses termos, todos aceitaram a aposta e bebem cachaça para comemorar.

Logo, a fundação do distrito Cágada chama a atenção de não judeus, das regiões de Passo Fundo, Santa Catarina, Santa Maria Boca do Monte, um deles chama-se Comandante, um homem de meia idade, que debate política e os rumos para Cágada com seu amigo chamado Perna de Pau, um fugitivo da polícia por não pagar promissórias, ele vem de Santa Maria Boca do Monte, com ajuda de sua adorável amante, Comadre Pitanga, que é falsificadora de atestados de óbitos, prostituta e dona de uma funerária. O Comandante e o Perna de Pau procuram hospedar-se em Cágada, mas não existe hotel, então encontram o papagaio Gimbo, dentro da caverna e para não dormir no sereno, passam a noite juntos na caverna da Montanha.

Na manhã seguinte, o Comandante, o Perna de Pau e Mister Glupp assistiram à missa de Padre Nero. O Comandante quer que o caboclo Perna de Pau se converta ao Judaísmo para que Mister Glupp ganhe a aposta, mas o Perna de Pau recusa fazer circuncisão. Então, Mister Glupp perde a aposta, porque imagina que Muja vem antes do prazo previsto, então é obrigado a deixar Ovo de Páscoa e

¹⁴ Em *Cágada*, existe um bairro judaico, chamado Bom Fim, que também é situado em Porto Alegre.

seu sobrinho Babico continuar nas terras da ACA.

Muja volta para Cágada depois de um mês, e pede em casamento a filha do Mister Glupp. Então, Mister Glupp lhe oferece o desafio de ir para o Bom Fim, e trazer um grupo de judeus para colonizar Cágada, Muja no início fica com medo da reação de Arão, seu ex-sogro, mas aceita voltar ao Bom Fim. Lá felizmente, encontra Rachel casada com um rabino. Arão ainda acredita que Muja está com leucemia, e aceita organizar um grupo de judeus para ir para Cágada.

Enquanto isso, no *Jimbo's bar*, Ovo de Páscoa aposta com seu sobrinho Babico, 30 contos que transformaria Cágada em município. O coronel Maneio está interessado em casar-se com a filha de Mister Glupp. Então, o Coronel Maneio combina no bar, com o Ovo de Páscoa que ele só lhe autoriza a emancipação do município, se ele conseguir casar com a filha do Mister. Ovo de Páscoa aceitou o desafio de ajudar o coronel Maneio com o aceite de casamento. Então, Ovo de Páscoa, Babico e coronel Maneio formam uma comissão emancipacionista.

Porém, Mister Glupp não espera que o coronel Maneio estivesse interessado por sua filha, porque Muja já havia feito o pedido de casamento, e inclusive estava trabalhando no escritório da ACA.

Enquanto isso, o Comandante e o Perna de Pau organizam uma invasão espalhando bugres em todo o território de Cágada, armados com arcos e flechas. A esposa do Mister Glupp, Lady Hilda telefona para Nova Floresta, por causa da invasão. O prefeito Coronel Maneio atende ao telefone, mas não entende inglês, o idioma da esposa de Mister. Então, se engana pensando que Ovo de Páscoa já havia acertado o casamento dele com a filha do Mister. Assim, Maneio reuniu a câmara de vereadores (sem identificação os nomes), no trezinho e foram à sede da ACA em Cágada.

Quando coronel Maneio chega em Cágada, percebe a confusão com os bugres, e manda-os embora. Dirige-se a casa de Mister Glupp para formalizar o pedido de casamento, mas Mister Glupp recusa, alegando dois motivos; o primeiro é religioso, e o segundo é a formalidade do envio de uma carta para Sr. Glorian, o chefão em Londres, comunicando o casamento de sua filha com Muja. Maneio fica desconcertado com a ideia de perder Lady Salma, mas não briga com Mister.

Na festa do primeiro ano de aniversário da instalação da ACA, Mister Glupp manda uma carta

para Sr. Glorian de Londres, contando que está transformando Cágada numa missão religiosa, e a companhia envia o suporte necessário para a construção, eles constroem uma sinagoga para inicialmente servir de abrigo aos patrícios. Muja dirige-se ao Bom Fim para acertar a chegada dos migrantes.

A caravana do Bom Fim chega de trenzinho, são mais de cem cidadãos sem teto, que trabalham exaustivamente no corte de pinheiros. Ovo de Páscoa se elege prefeito de Cágada, daí surge a escolha de trocar o nome de Velópolis da cidade para Cágada. Em pouco tempo reinou a paz, Lady Hilda e Muja casam na inauguração da Sinagoga, e também na igreja católica com Padre Nero, para que Coronel Maneio aceite que realmente perdeu a oportunidade de casar-se com a filha do Mister Glupp. Quando os patrícios acabam de derrubar a última árvore, eles despedem-se de Mister Glupp e retornam ao Bom Fim, para nunca mais voltar.

No último capítulo, segundo Mársico (1974, p. 175), “o município vivia momentos difíceis. Estava-se no ano de 1964 e Jango desgovernou o Brasil, depois daquela misteriosa renúncia de Jânio”. O Comandante ouve os pronunciamentos de Leonel Brizola, e Ovo de Páscoa quer que Cágada chame atenção no Rio Grande do Sul, para com isso, atrair migrantes.

Então, Ovo de Páscoa e seu sobrinho Babico buscam assinaturas em listas e organizam um grupo erechinense de onze, sendo divulgado nacionalmente pela Rádio Mayrink Veiga. Este grupo é formado por; Coronel Maneio, Ovo de Páscoa, Perna de Pau, Comandante, Babico, Mister Glupp, Muja, Lady Hilda, Lady Salma e mais três ininteligíveis vereadores (o autor não lhes atribui nome).

Então, o grupo dos onze viaja com o trenzinho da ACA a Porto Alegre para trazer novos judeus, porém se dirigiram aos estádios do Grêmio e do Internacional, sem sucesso o grupo retorna à Cágada. Em poucos dias, Cágada é invadida por uma força reacionária e o grupo de onze parte de trem com seus integrantes presos. Os únicos que restam em Cágada foi o Padre Nero que continua a vaguear nos campos em busca de um local para construir sua igreja e o papagaio falante Gimbo.

A primeira capa, elaborada para *Cágada*, na carta de 06/09/1974, Mársico não aprovou de autoria do artista plástico Mário Röhnelt. E propôs à editora um desenho, de uma tartaruga encontrada numa revista. A capa da obra literária *Cágada* produzida por Cláudio Levitan e revisada por Déa

Portanova Barros mostra o planejamento e a preocupação com elementos judaicos, em sua caracterização. Sobre o processo de produção de um livro, Chartier (2007, p. 13) salienta:

[...] convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios textos, é um processo que implica, além do gosto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres-impressores, dos compositores e dos revisores.

Na parte superior da capa, em destaque está o título da obra, e abaixo figuras que aludem as personagens que participaram da trama; Ovo de Páscoa, Mister Glupp, Lady Hilda, Lady Salma. As figuras de Padre Nero montado em cima de um burro, e Muja dentro de seu carro, estão representadas na contracapa, como se fosse uma extensão da capa (Fig. 2).

Figura 2 - Capa do livro *Cágada (ou a história de um município ao passo de)*



Fonte: Acervo particular da autora.

A figura 1 da capa, da esquerda para direita, em cima da tartaruga, representaria Ovo de Páscoa, por caracterizar o intruso que chegou na colônia com sua espingarda na mão. A figura 2 da capa, representaria Mister Glupp por caracterizar o imigrante judeu, devido suas vestimentas, nota-se que a imagem usa um chapéu, também chamado de *Kipau*¹⁵ e que este simboliza o lembrete que Deus está acima de nós, nesse chapéu há o detalhe, de um desenho de estrela de Davi¹⁶. A figura usa um talit branco¹⁷ (manta judaica) e segura um machado em sua mão simbolizando que o homem é o provedor do lar através do trabalho, vincula-se ao machado o símbolo do desmatamento. A figura 3 da capa, corresponde Lady Salma, a filha de Mister Glupp, que está dentro de uma casa antiga de madeira com janelas grandes, representando a proteção familiar judaica. Do lado de fora da casa, a figura 4 da capa, representaria Lady Hilda a mulher judaica devido ao vestido recatado, nota-se que ela protege a casa porque senta-se acima do teto. Nota-se que o intruso, Lady Salma, Lady Hilda e Mister Glupp estão na parte superior do desenho, em cima de uma tartaruga. A figura 5 da capa, é a tartaruga que carrega as outras imagens componentes, ela segue em passos lentos, mas atrasa as personagens que a seguem. A tartaruga pode ser a representação do declínio da colônia frente ao saturamento da extração da madeira, e do encerramento das atividades da companhia ICA, na década de 50.

Na contracapa, a figura 6 da capa, é padre Nero que chega na colônia em cima de um burro que era o transporte da época, trazendo consigo o símbolo da cruz da igreja católica, com objetivos de fundar sua igreja, mas que na ficção não alcança, ele segue os membros que estão em cima da

¹⁵ A *kipá* é um lembrete constante da presença de D'us. D'us nos acompanha em qualquer lugar que formos, e está sempre nos protegendo e nos guiando. A *kipá* deve estar sempre sobre nossa cabeça, lembrando que há alguém acima de nós, que nos acompanha e observa nossos atos. Isso faz com que reflitamos mais sobre nosso comportamento e nossas ações. Revista *PT Chabad. ORG.* Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/1687678/jewish/Kip-e-Chapu.htm>. Acesso: 21 jan.2019.

¹⁶ Originalmente, o nome hebraico – *Maguen David* – literalmente “Escudo de David” – referia-se poeticamente a D'us. Reconhece que nosso herói militar, o Rei David, não venceu pela própria força, mas pelo apoio do Todo Poderoso. A Estrela de David também foi um triste símbolo do Holocausto. Quando os nazistas forçaram os judeus a usar uma estrela amarela como identificação, a Estrela de David foi um triste símbolo. Revista *PT Chabad. ORG.* Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/2351928/jewish/A-Estrela-de-David.htm>. Acesso: 21 jan. 2019.

¹⁷ “Há dois tipos de talit: o *talit catán* (pequeno), também chamado de “*tsitsit*”, usado durante o dia debaixo da camisa; e o *talit gadol* (grande), usado somente na Prece Matinal. As franjas do talit, denominadas *tsitsit*, funcionam como lembrete de todas as mitsvot da Torá. Ao colocar o talit, deve-se ter em mente que D'us nos ordenou que nos envolvêssemos nele a fim de que possamos nos lembrar de cumprir todos Seus mandamentos”. Revista *PT Chabad. ORG.* Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/602882/jewish/Talit-e-Tsitsit.htm>. Acesso: 21 jan. 2019.

tartaruga. A figura 7 da capa, caracteriza a personagem Muja, um judeu vendedor, que vem do bairro Bom Fim em seu automóvel da marca *chevrolet*, e casa-se com Lady Salma.

Mársico faz dedicatória em *Cágada*, para cinco pessoas que por meio de cartas relacionavam-se, os quais são: o jornalista e comentarista do jornal *Correio do Povo* Sérgio Jockymann, ao escritor Ernâni Reichmann, ao diretor cultural da Editora Movimento, ao crítico literário do jornal *Correio do Povo* Carlos Jorge Appel, ao jornalista compositor Adel Carvalho e para o escritor Carlos Nejar.

Na documentação do acervo da Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico está o manuscrito original da obra e estão as cartas recebidas e enviadas de Gladstone para a Editora Movimento, mas existem diferenças comparando-a com a primeira edição publicada pela editora. Sobre o processo de publicação do livro, Chartier (2007, p. 13) aponta:

O processo de publicação, seja lá qual for sua modalidade, é sempre um processo coletivo que requer inúmeros atores e não separa a materialidade do texto da textualidade do livro. Desse modo, é inútil querer distinguir a substância essencial da obra, tida como sempre semelhante a si mesma, e as variações acidentais do texto, consideradas impostas aos textos por preferências, hábitos ou erros daqueles que os copiaram, compuseram ou revisaram não destroem a ideia de que uma obra conserva uma identidade perpétua, imediatamente reconhecível por seus leitores ou ouvintes.

Na primeira edição da obra *Cágada*, comparando-a com o manuscrito do acervo, não consta um trecho, que Mársico faz uma justificativa para sua clientela judaica pela sátira. Na carta de 06/09/1974, envia para a editora, solicitando o trecho: “Não daria para aproveitar, na apresentação da orelha ou na contracapa, aquela frase de prefácio sobre os judeus? (MÁRSICO, 1974). Seria como uma carta minha a editora, entregando o livro”. Nota-se que Mársico preocupou-se com a interpretação de seus leitores judeus, no trecho do manuscrito original, ele escreveu,

[...] antigamente não se podia brincar com o judeu. Era antissemitismo. Hoje não, os tempos e os conceitos mudaram. O judeu sem complexos, goza dele mesmo e dos outros. Adquire aquela superioridade de espírito que sempre teve, mas que muitos quiseram subestimar. Pois na verdade vos digo, não foram os judeus que mataram Cristo. Fomos nós, católicos, que o matamos a prestações no decorrer dos séculos (MÁRSICO, 1974, orelha do livro).

Mársico (1974a) envia uma carta dia 25/10/74 para o editor Carlos Jorge Appel, sobre os erros de publicação, referentes ao nome da obra que foi publicado: *Cágada (uma cidade a passo de)*, no

qual, o correto seria *Cágada (um município ao passo de)*, porque o termo cidade não corresponde ao sentido de regressão da colônia, e também Quatro Irmãos nesse período não era emancipado.

Nota-se, nessa carta, o aborrecimento do escritor, que para ele tratava-se de um trecho importante, chegando até a sublinhar para que o editor não se esquecesse. Sobre o vínculo de amizade com judeus,

[...] meu pai tinha muitos amigos judeus, Erechim era uma cidade muito pequena lá na década de 50, que eu lembro tinha o Litvin, que tinha um moinho ali na Rua Aratiba, o Pedro Brochmann e a dona Sarita que eram nossos vizinhos na Rua Portugal, os Lavinski, vizinhos de casa na Rua Portugal, o Buja e a Dona Rosinha e os pais dela, seu Jacó e Dona Augusta, que tinham um armazém, os Jovelewski, que tinham uma loja: *A preferida*, se não me engano ali na Maurício Cardoso, a dona Sofia Vögel, que tinha também uma loja na Maurício Cardoso, e alguns outros que eu não lembro o nome. Lembro dos filhos deles, a Dvora Jovelewski, o Nelson, Wilson e Beth Brochmann, o Abraham, o Guilherme, a Léia a Tamar Litvin e a mais velha, a Sandra, e também da Dona Belinha, a mãe deles (LEHMANN, 2019).

Em conversa com a comunidade judaica, muitos deles afirmaram para a autora que leram as obras de Mársico, isso vêm reafirmar que Mársico sabia que sua clientela leria o livro, que inclusive em Erechim havia uma biblioteca da “Liane Troglio, que era dona da livraria ABC, a: primeira que vendeu os livros do pai” (LEHMANN, 2019). Essa preocupação de Mársico, provavelmente condiz ao seu conhecimento de antisemitismo moderno¹⁸, que a comunidade judaica, seus clientes e amigos judeus, sentiam em Erechim,

[...] então, a gente teve uma vida boa, teve algumas pequenas “isguinha” de antisemitismo, como todo mundo tem né, mas nada assim de....

Entrevistador: Mas o que, que era esse antisemitismo? O que, que eles faziam?

Entrevistado: Faziam coisinhas pequenas, mas a gente se pegava. Por exemplo, eu jogava futebol no campo dos padres em Três Vendas [bairro erechinense] ali. Então, na época da guerra os caras atiravam pedra, a gente devolvia a pedra, entrava em bolo, em rolo, aquelas coisas todas, mas todo mundo sobreviveu e hoje é amigo.

Entrevistador: Mas, eram coisas assim... extremo

Entrevistado: Nada, no, no (CHARCHAT, 2018).

¹⁸ O antisemitismo moderno, essencialmente político, fundamenta-se nas teorias racistas do século XX, que transformam os judeus em “mercadores do mal” e representantes de uma raça inferior. Tanto no antisemitismo tradicional (ótica cristã medieval) como no moderno (ótica científica) os judeus eram considerados “agentes ativos que ameaçam a ordem natural do mundo” e como tais deveriam ser eliminados, segundo (CARNEIRO, 2000, p. 17).

O preconceito em Erechim, apesar de não ser extremo, como ressalta o entrevistado, era ofensivo. O antisemitismo¹⁹ também ocorria por parte dos clubes de futebol, o entrevistado diz, “Então o Ipiranga, já aceitava que entrassem judeus, já o outro clube... o Atlântico não aceitava judeu, como o grêmio, o grêmio começou aceitar judeu em meio agora, e então o Ipiranga era o povo entende e o Atlântico era a elite, então era uma briga” (CHARCHAT, 2018).

Já em Porto Alegre, segundo a entrevista do vice-presidente da Organização Sionista do Rio Grande do Sul salienta que,

[...] existiu antisemitismo aqui em Porto Alegre? Muito, inclusive na década de 70, daí já eu posso te dizer que eu já tinha uma certa idade em 70, 80. Tivemos ameaças dos nazistas, invasões de cemitérios, pichações de murros, houve ameaças no colégio israelita. No jornal, *Zero hora*, nessa época de 1978, 1984, 1976, 86 tem muitos episódios de pichações de murros, de suásticas, de perseguição, houve, houve recente.

E: E houve nazismo?

R: Sim, também. Tudo associado a discriminação racial, ou seja, o judeu deixou de ser um cidadão e uma religião a ser um perseguido. Aqui também (Entrevista: LEVENTHAL, 2018).

Nota-se que na década de 70, época em que as obras *Cágado* e *O exército de um homem só*, são publicadas é grave o antisemitismo no Rio Grande do Sul. Para Biletzky (1982, p. 49),

[...] no fundo de toda manifestação antissemita, que cria o “problema judeu”, o qual atinge o judeu em todas as partes em todas as épocas, está o instinto de perseguição da fera. A dispersão, a concepção religiosa, o sistema de normas éticas e o estilo de vida que se ajusta aos princípios vitais, tudo isso provoca o antisemitismo, cujas origens são antiquíssimas. O judeu é diferente, portanto, odiado. [...]. As raízes do antisemitismo se ramificaram, sem respeitar fronteiras de lugar nem de tempo, estendendo-se as sementes do ódio aos judeus, ódio esse que se adapta às diferentes situações históricas.

Acredita-se que a justificativa teria importância para Mársico, por ele não ser antissemita e não ser uma pessoa leiga, aliás foi presidente do Clube de futebol Ipiranga, local sede, onde se realizavam celebrações religiosas, enquanto aguardava a sinagoga erechinense atual, ser construída. Mársico sabia que durante muitos séculos, os judeus foram um dos grupos discriminados pela sua

¹⁹ Antisemitismo é uma doutrina ou movimento contra os judeus, segundo (CARNEIRO, 2000).

cultura distinta, e perseguidos pela sua crença religiosa por isso, o escritor preocupou-se com seus amigos leitores judeus.

Sabido que Mársico produzia romances, ou seja, obras de ficção, qual seria seu objetivo em fazer sempre advertências, que suas obras são ficcionais ao publicá-las? No prefácio da obra *Gatos à Paisana*, escreve: “Se me perguntarem se as histórias são reais, optarei pela negativa. Não estou disposto a residir na penitenciária [devido a censura]. Basta as noites que passei em claro. Efetivamente, tudo o que se contém nestas páginas é fruto exclusivo da fértil imaginação do autor” (MÁRSICO, 1962, s/p). Já na obra *Cágada (ou a história de um município a passo de)*, afirma:

Também para esse livro vale a clássica e repetida advertência de que todos os fatos e pessoas são absolutamente imaginários, exceção feita às personagens históricas que entremeiam a narrativa. [...] fazer história com açúcar é tarefa de abelhas. Nada como uma pitada de sal para zangar-se a verdade. (MÁRSICO, 1974, s/p).

Esse questionamento é relevante, porque se por um lado parece defender que o livro é ficcional, por outro lado, o autor diz que seu objetivo é satirizar a colonização judaica de Quatro Irmãos: a *Jewish Colonization Association*. O escritor mescla aspectos culturais e sociais, em um ambiente com indícios reais, por isso Mársico preocupa-se com a opinião de seu leitor, e qual interpretação ele poderia aludir lendo sua obra. Na correspondência enviada para Érico Veríssimo em 12/03/1974, aponta,

[...] vou abordar a colonização judaica numa cidadezinha imaginária aqui da região (Cágada, ou a história duma cidade que ia a passo de) e que, de repente, se vê atingida pela revolução de 64. Pretende ser uma sátira ao relacionamento judaico-católico, seus preconceitos, idiossincrasias etc. ao mesmo tempo que mostra o lado humorístico no que sucedeu naqueles dias que antecederam a derrubada de Jango. Trabalhando apenas nos sábados e domingos, o “romance” vai chegando ao fim, parto doloroso e angustiante. Talvez lá por novembro [...]. É difícil conciliar arrazoadas com fantasia. Consolo-me com a sua experiência de bancário e boticário. Não tenho condições e me falta coragem para largar tudo e viver da “pena”. São vinte anos de banca que, somadas aos trinta de meu ex-colega Caruso [deputado João Caruso], fazem do meu ponto um fundo de comércio de meio século (MÁRSICO, 1974f).

Mársico revela que pretende satirizar o relacionamento judaico-católico e os dias que antecederam a renúncia de Jango. Demonstra, também, interesse em ter somente uma carreira, a de

escritor, mas não consegue devido às dificuldades financeiras que a profissão lhe impõe. Em outra correspondência 25/10/1974, o escritor ressalta,

[...] não sei se o livro vai agradar. Satiriza a colonização judaica de Quatro Irmãos: a Jewish. Procurei seguir os conselhos da crítica comprimindo o que deu. Pretendo melhorar no próximo: *Forúnculo* (história de um organismo doente, o nosso foro...), nosso chão de estrelas cadentes! Dá uma lida, se puderes ou tiveres tempo e depois manda me dizer alguma coisa. Do Cogumelos, anotei as tuas observações sobre erros cometidos no aspecto da história para uma eventual segunda edição (MÁRSICO, 1974a).

Nesse aspecto, Mársico satirizou a companhia responsável, a *Jewish*, dando atenção aos conselhos da crítica literária, e aos conselhos da revista *Veja*, para que diminuísse a quantidade de páginas de seus romances, ou seja, Mársico novamente preocupa-se com a opinião pública. Mársico respondia cartas dos críticos literários, na carta de 05/08/1975, enviada para Antônio Hohtfeldt, Mársico (1975b) agradece a Crítica do caderno de sábado e escreve:

Tentei em Cágada corrigir o defeito de Cogumelos [livro: Cogumelos de Outono]. O defeito – afora ou outros, segundo a crítica – seria o tamanho, a narrativa extensa etc. Disseram-me que havia esbanjado papel... reduzi, então, o que deu. Saiu um livro mais enxuto. Usei, também, de certo simbolismo. Ignoro se consegui o objetivo da mensagem. Hélio Pólvora (recorte incluso) achou o livro coerente. Menos mal. Mas reconheço que o livro é inferior ao Cogumelos. Naquele dei tudo. E foram quase seis anos de sábados, domingos, feriados e férias. Foi angustiante escrever a prestações.

Para responder à questão, sobre porque o escritor escrevia advertências, que suas obras são ficcionais, acredita-se que Mársico não podia expor publicamente que as obras eram baseadas em fatos reais, porque envolvia pessoas da sociedade erechinense, que se ofenderiam ao saber que foram satirizados. Mársico (1974b) pede desculpas para Paulo Hecker Filho, na correspondência de 6/12/74: “Acho que você interpretou mal a minha dedicatória no Cágada. Não tive intenção de ofendê-lo, ou qualquer outra intenção menos deselegante”. Aqui, demonstra um pedido de desculpas. Sobre o interesse de Mársico pela temática do Judaísmo, a filha ressalta,

[...] quanto ao interesse do meu pai a respeito do judaísmo, foi por causa do livro, pois o assunto envolvia a imigração judaica, porém, dos personagens do livro só o Buja, [Rubem Maurício Safro, conhecido por Buja] era realmente judeu, os outros eram todos inspirados em pessoas de Erechim, inclusive o meu irmão, Gladstone

Osório Mársico filho, que era o menino do livro [personagem Babico]. Eu não lembro do nome dos personagens, só do padre Nero, que eu não sei quem inspirou, mas era o meu favorito (LEHMANN, 2019).

Dessa forma, além dos problemas de talvez uma não aceitação por parte dos personagens satirizados, Mársico também teria problemas com a censura²⁰. Na entrevista aponta,

[...] Mársico foi perseguido na década de 60?
Entrevistado: Pela censura federal, na época nenhum texto era publicado sem passar pela censura. Como cogumelos [livro *Cogumelos de Outono*] tinha uma suástica na capa e falava da segunda guerra, os ignorantes da censura pensaram inicialmente que o livro era contra o governo, depois pararam (LEHMANN, 2018).

Nota-se que o escritor tomou certos cuidados ao escrever suas obras, mesmo sendo ficcionais, para que elas não fossem censuradas. E sobre a aceitação pública, na correspondência de 12/01/1975 para Hilton, seu entusiasmo,

[...] fiquei muito feliz e sensibilizado com a sua lembrança e, mais ainda, com a opinião do eminente crítico Hélio Pólvora. Aliás, por coincidência, no mesmo dia, recebi outras três cartas com idêntico recorte: uma aí do Rio, de uma conterrânea que trabalha na Varig (Márcia Oliveira), outra de Brasília (Dr. João Temer, ex-secretário da Fazenda de Perachi ou Peracchi) e a última de Porto Alegre (poeta Carlos Nejar). Passei o dia como jiboia, deglutindo os “elogios” e curtindo (linguagem carioca) as amizades (MÁRSICO, 1975c).

De acordo com Chartier (1988, p. 24) sobre a ação da leitura no leitor,

[...] no ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.

Dessa forma, acredita-se que Mársico preocupou-se com a aceitação da crítica literária, e também com seu leitor, ou seja, porque tinha vínculos afetivos e sociais com judeus de Erechim,

²⁰A censura, no caso do Brasil, sempre foi abrangente. Não atingiu só a imprensa, sendo bem mais ampla e abarcando as artes, os espetáculos, os livros, o cinema, o teatro, a música etc., no início da construção do país e, mais tarde, quando dos períodos autoritários vividos. Legal e institucionalizada, no que se refere à questão moral, a censura política, seja na mídia, seja fora dela, foi sempre uma presença ao longo da história do país. Tem como objetivo de controlar a opinião pública, fazendo com que a população tenha conhecimento só daquilo que interessa ao poder que age a censura (RESENDE, 2014, p. 2). Disponível em: <<http://www.linoresende.jor.br/wp-content/uploads/2014/04/Censura.pdf>>. Acesso: 24 jan. 2019.

comprova-se isso, em sua documentação, encontram-se cartas e notas de pagamentos²¹ com nomes de clientes judeus erechinenses que ao lerem *Cágada* poderiam interpretar de uma forma pejorativa *Cágada*.

Considerações finais

Após análise encontrou-se a representação do imigrante judeu nas duas capas das obras literárias. Através do enredo pode-se entender o contexto de elaboração das obras. A imagem da capa de *O exército de um homem só* traz a representação do sonho utópico de fundar uma Nova Birobidjan em Porto Alegre, o homem ao centro da imagem um judeu estereotipado, o pergaminho que a imagem do homem segura em mãos, associa-se a ideia de uma Torá, ou um mapa utilizado pelo colonizador que possui os animais ao seu lado. Já em *Cágada*, representa os grupos que colonizaram a fazenda Quatro Irmãos. A tartaruga pode ser a representação do declínio da colônia frente ao saturamento da extração da madeira e do encerramento das atividades da companhia ICA, na década de 50.

Pode-se concluir que as capas das duas obras literárias analisadas carregam em si representações do imigrante judeu erechinense e porto-alegrense, relacionada ao processo de colonização da imigração judaica no Rio Grande do Sul.

Referências

ASHERI, Michael. **O Judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes**; tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BILETZKY, Eliyahu. **Antisionismo, nova face do antisemitismo**; tradução do espanhol Keila Litvak. São Paulo: Ed. B'nai B'rith, 1982.

CARNEIRO, Maria Tucci. **Holocausto Crime Contra a Humanidade**. São Paulo: Ática, 2000.

²¹MÁRSICO, Gladstone Osório. *Contas pagas*. S/d. Fonte: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DAHLER, Etienne. **Festas e símbolos**. Trad. Alfonso Paschotte. Aparecida, SP: Santuário, 1999.

DELFO DIGITAL. Moacyr Scliar. Disponível em: <<http://delfosdigital.pucrs.br/dspace/handle/delfos/2>>. Acesso: 31 mai. 2018.

DORSA, Arlinda Cantero. **As marcas de regionalismo na poesia de Raquel Naveira**. Campo Grande: UCDB, 2001.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Cágada (ou a História de um município a passo de)**. Porto Alegre: Ed Movimento. 1974.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Cágada (ou a História de um município a passo de)**. Porto Alegre: Ed Movimento/ Instituto Estadual do Livro/CORAG, 2006.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência para Carlos Jorge Appel**. 25 out. 1974a. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência para Ana Eisenberg**. 02 de mar. 1972.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência para Paulo Hecker Filho**. 06 dez. 1974b. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência a Carlos Jorge Appel**. 15 jul. 1974c. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência para Érico Veríssimo**. 12 mar. 1974d. Acervo: Biblioteca Pública Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Carta Gladstone Osório Mársico para Sérgio Jockymann**. 25 out. 1974e. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Carta para Érico Veríssimo**. 12 mar. 1974f. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Aristides Agostinho Zambonato escreve para Gladstone Osório Mársico**. 1976 s/p. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Documento Câmara eclesiástica de Erechim**. 23 dez. 1971. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência para Carlos Jorge Appel**. 13 abr.1975a. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência para Antônio Hohtfeldt**. 05 ago. 1975b. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Correspondência para Hilton**. 12 jan. 1975c. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Danton Hartmann escreve: Um erechinense de exceção**. 1976, s/p. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Contas pagas**. S/d. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

REVISTA PT CHABAD. ORG. Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/667123/jewish/Carne-Casher.htm>. Acesso: 21 jan. 2019.

REVISTA PT CHABAD. Disponível em: <https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/1687678/jewish/Kip-e-Chapu.htm>. Acesso: 21 jan.2019.

REVISTA PT CHABAD. Disponível em:
<https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/2351928/jewish/A-Estrela-de-David.htm>. Acesso: 21 jan. 2019.

RESENDE, Lino Geraldo. **A censura contra a cidadania**. Vila Velha, Espírito Santo: Comum Editora, 2014. Disponível em: <<http://www.linoresende.jor.br/wp-content/uploads/2014/04/Censura.pdf>> . Acesso: 24 jan. 2019.

SCLIAR. Moacyr Jayme. **O exército de um homem só**. Novela. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1975.

SZKLO, Gilda Salem. **O Bom Fim do shtetl**: Moacyr Scliar. São Paulo: Perspectiva, 1990.

Entrevistas cedidas a autora

CHARCHAT, Abraão Izaquiel. Erechim, 12 set. 2018. Profissão: agropecuarista, idade 70 anos, descendentes de imigrantes judeus que se estabeleceram em Erechim.

LEHMANN, Rosangela Mársico. Suíça, cidade Meggen, (entrevista via Facebook) 15 jan. 2019. Possui 65 anos de idade, filha de Gladstone Osório Mársico.

LEVENTHAL, Luis David. Porto Alegre, 05 ago. 2018. Advogado, Vice-presidente da Organização Sionista de Porto Alegre, descendente de imigrantes judeus alemães.

MÁRSICO, Gaby Garbin, Erechim, 05 set. 2018b. Professora aposentada, colunista do jornal *Bom dia* de Erechim, publicou o livro *Mulher Ladainha*, cunhada de Gladstone Osório Mársico.

MÁRSICO. Gilberto. Erechim, 05 set. 2018a. Advogado aposentado, irmão de Gladstone Osório Mársico.

SCLIAR, Wremyr. Porto Alegre, 25 jul. 2018. Prof. Dr. Direito Administrativo (PUCRS), Conselheiro substituto emérito aposentado do Tribunal de Contas – RS. Comenda Oswaldo Vergara – OAB RS. Primeiro diretor da Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas – RS.

A perspectiva de gênero na análise da violência infantil

Debora Rickli Fiuza

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da
Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Professora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da
Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO

Resumo

O trabalho analisa a produção de violência infantil pela perspectiva de gênero, considerando que a violência direcionada às crianças se apresenta no interior de uma estrutura social e cultural que produz assimetrias de poder entre homens e mulheres, impondo também sistemas de dominação nas relações adultos/crianças. Esse estudo integra a pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO. O principal objetivo refere-se à investigação da violência sexual contra meninas, articulando esse fenômeno às construções de gênero, bem como as intersecções raça e classe. A pesquisa tomará como ponto norteador as notificações dos diferentes tipos de violência contra meninas no município de Guarapuava e Região, além de relatos orais dos conselheiros tutelares que atuaram junto aos casos formalizados. Diante disso, acredita-se que os questionamentos sobre as relações de poder e gênero, estabelecidas historicamente, são urgentes para a construção de conhecimento na temática, de modo que se possa aprofundar o estudo sobre a violência e a infância, bem como problematizar e buscar práticas que sejam efetivas no combate e no enfrentamento da violência infantil. Discutir a violência infantil pelo viés dos estudos de Gênero não é tão simples e óbvio, considerando que o momento histórico em que vivemos, bem como o modelo vigente de redução da violência sexual e outros maus tratos à infância a questões biologizantes e/ou patológicos, os quais exclui qualquer possibilidade de incursões teóricas implicadas em contextos sociais e culturais.

Palavras-chave: Infância; Violência; Gênero

Introdução/Justificativa

A violência infantil é um fenômeno complexo e, por vezes, infâncias são entrelaçadas por

histórias de violência, sofrimento e insegurança. Embora exista um ideário social de que a infância é vivida de maneira estável e feliz por todas as crianças, essa não é uma realidade que pode ser generalizada e uniformizada, a saber os índices tão expressivos e alarmantes que denunciam as diferentes formas de violência direcionadas às crianças em nosso país.

Este trabalho integra a pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO. A pesquisa encontra-se, ainda, em um lugar incipiente, porém, já bem suscitando questões de análise sobre a violência infantil mesmo restringindo-se, nesse momento, ao campo teórico.

Compreendemos que a infância é historicamente construída e que, por isso, podemos apreender diferentes experiências infantis, estas atravessadas por espaços diversos e por múltiplas determinações. Com isso, esta análise rompe com uma ideia/discurso unívoco do ser criança que naturaliza e, muitas vezes, esconde a existência da violência nessa faixa etária. Ariés (1986) entende que as relações entre crianças e adultos também vão sendo historicamente produzidas, inclusive, impondo relações de proteção e desproteção. Nas palavras do autor, “a separação da infância do mundo dos adultos permitiu criar medidas de proteção que garantiram condições sem precedentes de defesa e de segurança das crianças” (ARIÉS, 1986).

Tal como aponta Ariés (1986), a separação da infância do mundo dos adultos permitiu criar medidas de proteção. No entanto, o autor traz ressalvas sobre esses mecanismos de proteção, afirmando que as mesmas não deram conta dos ideais de perfeição e de universalidade, sendo retratadas por situações reais de crianças que têm os seus direitos violados por diferentes tipos de violência, pela vivência de guerra, calamidades ou doença (ARIÉS, 1986). Nesse sentido, importa destacar as relações abusivas entre adultos sobre as crianças, legitimada por estruturas de superioridade e poder, configurando-se um cenário de violência e desproteção.

Diante deste fenômeno de análise, aqui definido pela existência de violências perpetradas contra crianças em um determinado espaço e tempo, essa pesquisa procura aprofundar o entendimento sobre práticas violentas contra crianças, considerando outros olhares e modos de entendimento. Com isso, considera-se urgente incluir a categoria de gênero nesse debate, já que a violência infantil

também se produz em um contexto de desigualdades marcadas pela construção do feminino e do masculino.

Segundo Joan Scott (1995) a perspectiva de gênero configura-se como uma categoria analítica, compreendendo-a como “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Pode-se reconhecer, pela perspectiva analítica de gênero, às diferenças sociais e culturais que vão se construindo pela diferenciação entre os sexos e que se reproduzem nas práticas sociais. Com relação à violência contra crianças, a perspectiva de gênero pode ser analisada pelas notificações de violência que apontam para as meninas como as principais vítimas da violência, ao passo que o homem se apresenta como o responsável pelo ato violento.

Estudos realizados por Spaziani e Viana (2020) destacam a violência infantil como um evento que está inserido em uma cultura que reproduz, continuamente, a violência de gênero. Isso se dá pela “construção da dita sexualidade masculina impulsiva e incontrolável; das representações dos corpos infantis como disponíveis e eróticos; das fantasias sexuais adultas por esses corpos; das feminilidades como maternais e cuidadoras; desconsiderando que mulheres também podem perpetrar a violência contra crianças” (SPAZIANI E VIANA, 2020).

Contudo, discutir a violência infantil pelo viés dos estudos de Gênero não é está tão claro para a comunidade acadêmica, sendo esta responsável pela produção de conhecimento nesse campo de estudos. Essa afirmação é justificada pelo número restrito de pesquisas que apontem para tal articulação. O que se encontra sobre essa investigação estão envoltas e predominam considerações sobre a violência infantil pelo viés psicológico e biológico, o que recai no perigoso percurso de individualizar e naturalizar o problema. Como ainda são poucos os estudos, considera-se importante incluir também as categorias analíticas de raça e classe para examinar alguns aspectos que permeiam a violência infantil, rompendo com uma visão unívoca do tema.

Objetivo

O presente trabalho possui como principal objetivo sistematizar diferentes vozes diante do fenômeno da violência infantil, com o intuito de aprofundar as dimensões que aparecem e

desaparecem nestas situações postas à análise. Os diferentes olhares para a violência infantil se dão pelas profundas concepções psicológicas, sociais, políticas e culturais em torno do tema. Nesse sentido, a inclusão da categoria gênero nesse campo de análise possibilita atentar-se para as relações de poder construídas nas relações homem/mulher, adulto criança, homem/menina.

Metodologia

Este estudo integra a pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO, na linha de pesquisa *cultura, práticas sociais, formação humana e desenvolvimento comunitário*. A pesquisa encontra-se, ainda, em um lugar incipiente, porém, levantando questões de análise sobre a violência infantil mesmo restritas ao campo teórico. No entanto, a pesquisa seguirá o seu trabalho de campo, traçando outros caminhos metodológicos buscando analisar o fenômeno da violência sexual contra crianças de maneira a adensar o debate.

Como a pesquisa está inserida em um programa interdisciplinar de pós-graduação, tal metodologia interdisciplinar integra essa perspectiva como ponto de partida para a produção do conhecimento. Segundo Munhoz e Junior (2009) a interdisciplinaridade depende de uma mudança de atitude perante o problema do conhecimento, no processo de substituição de uma concepção fragmentária por uma visão global e unitária. Sendo assim, nossa orientação teórico-metodológica está ancorada nos estudos de gênero, justamente, por possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre os modos de produção de violência contra crianças.

Para o referencial teórico, esta pesquisa está em processo de levantamento bibliográfico nas bases de dados Pubmed, Periódicos CAPES e BVS, contemplando artigos científicos e na BDTD trabalhos desenvolvidos em nível de teses de doutorado e dissertações de mestrado. Foi estabelecido o período de publicação de cinco anos (2015-2020), de janeiro de 2015 a junho de 2020, considerando a inclusão de pesquisas recentes relacionadas ao tema.

Para o trabalho de campo, os procedimentos de análise tomarão como base as informações coletadas a partir dos registros de casos de violência infantil notificados pelo Conselho Tutelar do

município Guarapuava e Região, no período entre 2015 a 2020. Por meio da análise sistemática dos casos de violência infantil registrados pelo Conselho Tutelar de Guarapuava e Região, com o objetivo de realizar um levantamento quantitativo e qualitativo sobre as situações de violência que são formalizados nessa abrangência. A partir dos dados, será possível analisar indicadores sociais, culturais e psicológicos associados a esse fenômeno. Em outro momento, serão feitas entrevistas com os conselheiros tutelares que prestaram o primeiro atendimento a essas crianças, utilizando-se como recurso metodológico a história oral. A entrevista será realizada, tomando como ponto de partida a investigação sobre *as relações de gênero e de poder do adulto sobre a criança, implicados nos casos de violência infantil*.

Diante da problemática, o estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo, que tem como abordagem a pesquisa qualitativa de caráter exploratório. De acordo com Minayo (1994) a metodologia qualitativa enfoca um mundo de significados das ações e relações humanas, no qual as falas passam a ser reveladoras de símbolos e valores. A investigação qualitativa, segundo Deslandes *et al* (1994) se volta para uma realidade que não pode ser quantificável, resumida a números ou explicada por meio de variáveis, visto que essa perspectiva se ocupa de um espaço mais profundo, pois se volta para as relações humanas, crenças, motivações, valores e intenções. Dessa forma, a pesquisa qualitativa não tem como pretensão a generalização a partir dos dados coletados, mas, sobretudo, se propõe ao aprofundamento de um fenômeno e de toda a complexidade que está em seu entorno.

Para a concretização da pesquisa, será empregado como percurso metodológico o método da História Oral, como tentativa de aprofundamento do caminho percorrido na pesquisa de mestrado. Segundo Meihy (2007) é por meio da história oral que segmentos da população menos favorecidos têm encontrado um lugar para abrigar suas palavras, dando significado às experiências sociais vivenciadas sob diversas circunstâncias.

Vale ressaltar que a história oral não se propõe a atingir ou elaborar um documento que se fecha em si, como se a verdade final fosse alcançada. Contudo, o objetivo dessa metodologia tem como pretensão apresentar análises e conteúdos que, de certa forma, retratem a experiência humana e, sobretudo, apontem para as possibilidades humanas que são complexas e inesgotáveis. Nesse

sentido, Portelli *apud* Thompson (2002) afirmam que a credibilidade das fontes orais é diferente, visto que o valor da narrativa não se encontra no apego aos fatos, eventos ou padrões de comportamento, mas especialmente sobre as experiências e lembranças, inserido em cada relato, cada subjetividade.

Resultados

Como essa pesquisa de doutorado encontra-se em seu processo inicial, em uma contínua tarefa de problematização e amadurecimento sobre o cenário estudado, os resultados consistem no levantamento bibliográfico sobre o tema, na discussão teórica sobre o contexto estudado e, finalmente, na problematização sobre o percurso metodológico de campo, que seguirá a inserção no ano de 2021.

A pesquisa, tomando como ponto norteador as notificações dos diferentes tipos de violência contra meninas no município de Guarapuava e Região, além de relatos orais dos conselheiros tutelares que atuaram junto aos casos formalizados configura-se como uma pesquisa inter-relacionada à comunidade. Essa problemática produz impactos na comunidade, sendo esse o espaço de fragilidade e de risco à violência, mas também de potencialidades para o enfrentamento. Com isso, a pesquisa propiciará possibilidades de intervenções profissionais em contextos comunitários, abrangendo problemáticas que são produzidas e reproduzidas da/na comunidade. Considera-se também que as informações coletadas por meio de um levantamento das notificações e das narrativas orais junto aos conselheiros tutelares tornará a pesquisa mais complexa e adensada. A coleta de dados está prevista para acontecer no período de 2021, após delimitação do campo e da metodologia, bem como da apreciação do comitê de ética em pesquisa.

Como resultados referentes ao levantamento bibliográfico, considera-se relevante mencionar a pesquisa realizada por Raquel Spaziani e Cláudia Vianna, em 2020, pela qual analisaram a categoria de Gênero nas produções acadêmicas na área da educação sobre a violência sexual de crianças. Por meio de uma pesquisa de doutorado, posteriormente, resultando em um artigo científico, as autoras reuniam os trabalhos levantados em três categorias de análise, a saber 01 *invisibilidade do gênero e*

o uso de outras categorias para a análise da violência sexual contra crianças; 02 menção ao gênero, mas sem articular as construções de gênero com a análise da produção da violência sexual contra crianças; 03 a articulação entre as relações de gênero e a produção da violência sexual contra crianças.

Cabe ressaltar que tal pesquisa levantou apenas 09 estudos que utilizassem a categoria de gênero como recurso analítico para o fenômeno da violência infantil. Os demais estudos privilegiaram outros condicionantes para tal entendimento, considerando a categoria idade como principal fator para a reprodução da violência em nossa sociedade. A partir desse entendimento, as diferenças relacionadas à geração seriam potencializadoras de violência, ou seja, à criança estaria à mercê do adulto no que diz respeito à violência. Essa é também uma explicação plausível, já que estamos inseridos em um cenário caracterizado por uma cultura adultocêntrica que compele à criança um lugar de subalternidade e risco. Entretanto, é necessário aprofundar tal análise, contemplando as relações sociais instituídas pela desigualdade de gênero.

Apesar de um número consideravelmente limitado, acredita-se relevante apontar para esses *nove trabalhos acadêmicos*, nível mestrado e doutorado apontados pelas pesquisadoras supracitadas, relacionados à articulação entre as relações de gênero e a produção da violência sexual contra crianças. Os estudos são restritos diante desse jeito de compreender o fenômeno da violência infantil, tal como aponta Saffioti (1987) remete à contrariedade ao campo. Aqui, as assimetrias de poder entre homens e mulheres, construídas por uma cultura patriarcal, foram apontadas como determinantes para a produção de violência. Importa, portanto, considerar que criança, vítima do poder do homem-adulto, ocupando um lugar de subalternidade e desprestígio, estaria também mais suscetível a práticas de violência em sua infância, devido sua posição de desigualdade de gênero.

Apesar do reconhecimento sobre a importância da categoria de gênero para a análise da violência contra crianças, já que as estatísticas apontam a informação de que a maioria das situações de violência referem-se à crianças meninas, sendo que os homens são apontados como o principal autor, ainda assim, reconhecer que a violência se produz no interior dessas relações desiguais de gênero não parece tão evidente. Os estudos acadêmicos, bem como os discursos reproduzidos por profissionais que atuam na área da infância e instituições de saberes, têm contemplado explicações

centradas na ideia de que a violência infantil se dá pelas desigualdades de geração entre adultos e crianças, bem como por explicações psicológicas e psicopatológicas, aos quais individualizam o fenômeno ao condicionarem o foco da análise para fatores comportamentais e traços de personalidade. Essas explicações atuam como o modelo vigente de redução da violência sexual e outros maus tratos à infância a questões biologizantes e/ou patológicos, os quais exclui qualquer possibilidade de incursões teóricas implicadas em contextos sociais e culturais.

Nos estudos de Spaziani e Vianna (2020) foram levantadas 18 pesquisas levantadas *que não relacionavam a perspectiva de gênero à violência sexual contra crianças*. Mesmo mencionando conceitos como patriarcado, gênero, machismo nos trabalhos, estes privilegiaram a categoria idade. A violência é reconhecida pelo uso do poder e da autoridade do adulto, sendo este “mais forte, maior, autônomo (a), com mais conhecimento e mais avançado em estágio do desenvolvimento psicosssexual”. Fica evidente a urgência em discutir o adultocentrismo e as relações desiguais entre adultos e crianças que silenciam tantas outras formas de violência para além da violência sexual. É sabido que as relações familiares têm se constituído a partir desse modo de convivência, autorizando ao adulto a exercer o máximo poder sobre a criança, colocando-a no lugar de objeto. No entanto, as autoras alertam que restringir a análise da violência a essa categoria é restringi-las à compreensão de que são imaturas cognitivamente e, portanto, estariam à mercê e sem nenhuma outra saída que não fosse essa condição violenta.

Outra explicação que invisibiliza a autorização cultural da violência masculina sobre os corpos femininos, mesmo estes ainda muito precoces como é o caso de crianças, são teorias analíticas que tomam como referência a transmissão psíquica entre as gerações, como uma possível interpretação para as situações violentas que se repetem. Esse modelo analítico encontra respaldo e se sustenta por meio da prática clínica de psicólogos e psicanalistas, aos quais com frequência escutam relatos de mulheres que sofreram violência na infância e que na fase adulta reviveram a mesma situação pela violência de seus filhos. Isso é explicado por Gustavo Salinas (2015) quando aponta que a não elaboração do trauma gerado pela violência infantil de pais e mais seria um fator crucial para a “transmissão” de uma herança de violência aos seus filhos, como aponta a seguir:

A repetição no caso das mulheres violentadas representa a nosso ver um duplo movimento: a) refazer a proteção consciente rompida pelo choque traumático; b) possibilitar significações outras, ou seja, promover um possível desatamento de significados fixos relacionados ao evento traumático do abuso sexual, de modo a transformá-lo em uma “dor inteligível” e suportável conscientemente (SALINAS, 2015, p.19)

Vale salientar, enfaticamente, que existem muitas pesquisas e discursos que invisibilizam a categoria de gênero como campo de análise da violência infantil, ao ponto de desconsiderar completamente os encadeamentos sociais e culturais envolvidos na temática. Tal posicionamento aponta para a complexidade do debate, bem como para os embates éticos e políticos, entendendo a partir de Jane Felipe (2012) e Laura Lowenkron (2015) que a violência sexual também é um terreno de disputas teóricas e até políticas.

Por esse viés individualizante, Albuquerque (2010) e Pietro (2007, 2013) consideram que os autores da violência, em sua maioria homens, engendram tais atos violentos em decorrência de traços de personalidade, dificuldades neurológicas, baixa autoestima, intolerância ao estresse e contato com substâncias psicoativas. Segundo os pesquisadores supracitados, os homens perpetradores da violência sexual contra crianças reconhecem que seus atos são inadequados, porém, como esses comportamentos são impulsionados por justificativas biológicas e psicológicas, estariam longe de qualquer controle. Spaziani e Vianna (2020, p.7) problematizam esses argumentos, já que neles, a própria violência infantil encontra uma justificativa, como apontam “*a violência sexual traria então para os perpetradores o alívio de tensão, conduzindo-os à repetição e tornando-os dependentes, fazendo com que suas tentativas de parar tais ações trouxessem sintomas de abstinência, irritabilidade, agitação e ansiedade*”.

Pelos estudos encontrados, fica claro que discutir a violência infantil pelo viés dos estudos de Gênero não está é tão óbvio, sobretudo, para a comunidade acadêmica que vem reproduzindo teorias e discurso que inviabilizam essa perspectiva. Além disso, o momento histórico em que vivemos, bem como o modelo vigente de redução da violência sexual e outros maus tratos à infância a questões biologizantes e/ou patológicos, os quais excluem qualquer possibilidade de incursões teóricas implicadas em contextos sociais e culturais. A existência, ainda, muito pequena de material científico

produzido por esse jeito de compreender o fenômeno da violência infantil, tal como aponta Saffioti (1987) remete também à contrariedade ao campo.

Se o enfoque de análise sobre a violência se impõe na patologia de um indivíduo, corre-se o risco de negligenciar mecanismos sociais e culturais. Por outro lado, se a análise é feita reduzindo-se aos aspectos cognitivos ou psicológicos da criança que a impossibilita de evitar o ato, se reproduz discursos em que as crianças são colocadas à mercê dos desejos e vontades dos adultos, impondo, sobretudo, relações violentas. Nesse sentido, Tatiane Landini (2011) afirma que, algumas perspectivas reducionistas de análise sobre a violência sexual contra crianças impõem-se, desse modo, a uma compreensão fragilizada da temática e práticas de enfrentamento pouco efetivas.

Aqui, as assimetrias de poder entre homens e mulheres, construídas por uma cultura patriarcal, foram apontadas como determinantes para a produção de violência. Importa, portanto, considerar que criança, vítima do poder do homem-adulto, ocupando um lugar de subalternidade e desprestígio, estaria também mais suscetível a práticas de violência em sua infância, devido sua posição de desigualdade de gênero.

Mesmo as pesquisas que já inserem o gênero como terreno de análise da violência infantil, ainda, apresentam algumas posições enrijecidas e lacunas a serem superadas, tal como aponta Spaziani e Landinni (2020):

A compreensão de que mulheres são possíveis autoras da violência sexual contra crianças requer repensar a representação das feminilidades para o cuidado e para a maternidade, assim como o da sexualidade feminina como passiva e isenta de desejos. Da mesma maneira, os baixos índices de denúncias da violência sofrida por meninos estariam relacionados às expectativas sobre as normas de gênero em relação às masculinidades.

A pesquisa que se encontra em andamento e não pretende unificar os discursos e/ou trazer explicações totalitárias sobre o cenário da violência infantil, sobretudo, da violência sexual contra crianças. Muito menos hierarquizar as categorias de análise, imaginando que os estudos de gênero são os únicos possíveis para a análise do fenômeno. Concordamos que não existe apenas uma única forma de enfrentamento dessa problemática e que diferentes olhares contribuem no debate e constroem um panorama que não simplifica e reduz.

Não obstante, acredita-se, convictamente, que as teorias de gênero são fundamentais nesse caminho e que aspectos sociais e culturais não devam manter-se na subalternidade quando falamos do fenômeno, tanto no nível acadêmico, quanto nas formações educativas e de maneira geral com toda a comunidade. Concorda com Spaziani e Landinni (2020) quando apontam que o cerceamento da discussão de gênero no âmbito educacional incorre na limitação de ações destinadas à prevenção e proteção das crianças, levando em consideração que as instituições escolares configuram-se como principal fonte de apoio às vítimas, a possibilidade de um canal de denúncia e também como porta de entrada para atuação das redes municipais de atuação e proteção à infância.

Pretende-se, portanto, que este estudo amplie e sensibilize o olhar acadêmico quanto ao enfrentamento da violência e, as crianças, sobretudo, as meninas terão uma nova possibilidade de ser e de se desenvolver enquanto sujeito pessoal, mas também enquanto sujeitos pertencentes a uma comunidade que propicie o desenvolvimento e não a violência. Nesse sentido, considera-se um importante caminho de contribuição desta pesquisa para estudos e pesquisas interdisciplinares em Desenvolvimento Comunitário

Referências

ALBUQUERQUE, Beatriz. **Análise bioecológica de um serviço de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual**. Rio Grande: Mestrado, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BORGES, Alci. **Direitos humanos e o silêncio da escola diante da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Teresina: Mestrado, Universidade Federal do Piauí, 2011.

BRINO, Rachel. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação**. São Carlos: Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

CUNHA, Roseana. **Violência sexual infanto-juvenil: horror, indignação e enfrentamento**. João Pessoa: Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

FELIPE, Jane. **Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura.** In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012, p. 217-226.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MEIHY, J. C; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SAGAZ, Valéria. **Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e o processo de resiliência: perspectiva de compreensão a partir da abordagem ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner.** Ponta Grossa: Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

SALINAS, Gustavo. **A transmissão da vida psíquica entre gerações: os aspectos determinantes do fazer-se herdeiro da violência sexual.** Araraquara: Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1999.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação (1987-2015).** Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras, 2017.

SPAZIANI, Raquel; VIANNA, Cláudia. **Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação.** Revista Educação Unisinos, volume 24, 2020.

PIETRO, Ângela. **A ecologia da violência sexual contra crianças e adolescentes: redes de proteção e uma intervenção positiva.** Rio Grande: Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

História Ambiental e a (Des)aficanização do Brasil Rural nas Páginas da revista Globo Rural

Denis Henrique Fiuza

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC)

Resumo

Esse trabalho trata do processo de (des)aficanização do meio rural brasileiro a partir da imprensa nacional das últimas duas décadas. Com base nas matérias de fotojornalismo da revista Globo Rural, a metodologia da pesquisa consiste na análise do discurso por meio de uma crítica hermenêutica sobre a modernização e a globalização nas matérias desse periódico, onde se pode identificar uma (des)aficanização da paisagem rural. Tal fenômeno perpassa várias matérias que abordam atividades rurais e tradições regionais como “aficanidades” de um Brasil vetusto. Nas comunidades rurais de afro-descendentes vive-se um impasse, segundo o jornalismo rural: ou elas se modernizam ou vão desaparecer. No Brasil economia e sociedade se africanizaram, a agricultura dependeu por longos séculos do trabalho africano. Com a abolição da escravidão e com a imigração europeia, uma nova política agrária fomentou a migração interna e mesmo o êxodo rural. Nas últimas décadas, o periódico Globo Rural tem contribuído para a promoção da imagem de um Brasil rural moderno e preparado para fazer frente aos desafios da globalização. Resultados parciais apontam para uma associação da ruralidade brasileira a um modelo norte-americano e menos sul-americano e ainda menos africano. Nessa pesquisa, busca-se escrever uma história ambiental a contrapelo ao enfatizar o processo de africanização da paisagem rural brasileira, com destaque para o contingente humano de origem africana e seu patrimônio cultural, inclusive em termos de conhecimento de agricultura e pecuária tropicais, de metalurgia e silvicultura, além do manejo de animais e plantas de origem africana introduzidos no meio rural desde séculos.

Palavras-chave: (des)aficanização; paisagem rural; Globo Rural; história ambiental.

Introdução/Justificativa

Esse trabalho é parte de uma pesquisa maior que desenvolvo em nível de doutorado em história na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo tema é a Africanização e a

desafricanização da paisagem rural do Brasil nos discursos publicados pela revista *Globo Rural* de 1985 a 2015. Editada desde 1985 pela editora Globo, a revista *Globo Rural* tornou-se o veículo de comunicação impressa de maior abrangência nacional sobre a temática agrícola, com tiragem média de 100 mil exemplares. Com o objetivo de expandir a ideia de modernização de agricultura, assentada na plataforma geopolítica norte-americana Revolução Verde, que se baseia na ideia de aumento da produtividade agrícola através do emprego de tecnologia, de insumos e de pesticidas, a revista chega aos anos 2000 defendendo que os agricultores devem fazer frente a uma agricultura modernizada e globalizada.

A partir do binômio modernização/globalização nas matérias da revista *Globo Rural* pode-se identificar uma (des)africanização da paisagem rural, inclusive da paisagem humana. Tal fenômeno perpassa várias matérias que abordam atividades rurais e tradições regionais como “africanidades” de um Brasil vetusto.

Nas comunidades rurais de afro-descendentes vive-se um impasse, segundo o jornalismo rural: ou elas se modernizam ou vão desaparecer. O Brasil é o país com maior população de origem africana fora da África. Economia e sociedade se africanizaram. O Brasil agrário dependeu por longos séculos do trabalho africano. Com a abolição da escravidão e com a imigração europeia, uma nova política agrária fomentou a migração interna e mesmo o êxodo rural.

Ao longo do século XX, novas migrações internas mudaram a paisagem humana do meio rural brasileiro e diversificaram as atividades econômicas, nem sempre em sintonia com as políticas de desenvolvimento rural. Nas últimas décadas, o periódico *Globo Rural* tem contribuído para a promoção da imagem de um Brasil rural moderno e preparado para os desafios da globalização.

Objetivo

O objetivo desse trabalho é apresentar dados iniciais de uma pesquisa que busca discutir o processo de (des) africanização do meio rural brasileiro a partir da imprensa nacional das últimas duas décadas, tendo a revista *Globo Rural* (1985-2015) como fonte principal de pesquisa.

Metodologia

Relacionam-se nesse trabalho preocupações próximas entre a história ambiental e a história a partir da imprensa, especialmente por considerar que, para se pensar a agricultura moderna enunciada pela revista, é necessário enredá-la na dimensão contemporânea da temática das relações entre humanos e mundo natural. Ela crucialmente está vinculada à atividade agrícola que é, como Gregg (2006) observa, o elo de ligação mais direto e complexo dessa relação historicamente construída. Além disso, dialoga-se com Klanovicz (2011), Worster (1991), entre outros.

Nessa perspectiva, de acordo com Jó Klanovicz (2011), a história ambiental assumiu preponderância em moldes semelhantes aos atuais ainda na década de 1970, tendo como núcleo “a interpretação das relações entre humanos e mundo natural no tempo” (KLANOVICZ, 2011, p. 39). Além disso, esse historiador afirma que, “até os anos 1980, as primeiras histórias ambientais tratavam de interpretar tais relações a partir do rastreamento e da genealogia de alguns conceitos como a ecologia” (KLANOVICZ, 2011, p. 39). Nesse sentido, essa pesquisa enfrenta o desafio de “examinar as ideias como agentes ecológicos” (WORSTER, 1991, p. 211), percebendo-as em suas articulações e construções discursivas, por meio de uma revista direcionada para um público interessado no mundo rural brasileiro, como no caso da *Globo Rural*.

Donald Worster (1991, p. 202) destaca que existem níveis em que a história ambiental funciona e, neste caso, pode-se ser relacionado com a temática. O primeiro deles “trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado. O segundo, introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente” (WORSTER, 1991, p. 202). E o terceiro, é “aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). Essa análise se localiza nesse terceiro nível, refletindo sobre as ideias, percepções sobre a natureza e o ambiente rural no Brasil.

Tendo a revista *Globo Rural* como fonte principal de pesquisa, com base em suas matérias de fotojornalismo a metodologia da pesquisa consiste na análise do discurso por meio de uma crítica

hermenêutica. Para o estudo do processo de (des)africanização da ruralidade na imprensa nacional, fez-se uma análise do discurso sobre a modernização e a globalização.

Henrique Espada Lima (2019), ao citar Giovanni Levi e a micro história, afirma que a história global não se trata de abraçar modelos, mas abrir-se a possibilidades de formular nossas perguntas em confronto com um mundo mais amplo de pesquisa. Assim, emerge a “desprovincialização” da história, onde uma pesquisa é apropriada por múltiplos sujeitos de diversos contextos para fazerem suas próprias perguntas para seu próprio contexto. Nesse sentido, busca-se nesse trabalho discutir algumas questões sobre a africanização e a desafricanização do mundo rural do Brasil em diálogo com outros contextos globais sobre essa temática.

De acordo com Ana Luiza Martins (2001), a abolição e o advento da República veem surgir as revistas especializadas, que deixam de ser apenas iniciativas de homens de letras (MARTINS, 2001).. Isso se dá principalmente porque esses periódicos passam a ser produzidas para “homens de negócios”, sejam eles os grandes barões do café de São Paulo, sejam os imigrantes das pequenas propriedades do Sul do Brasil (MARTINS, 2001). A publicação de revistas agro se inicia nos fins do XIX e se intensifica no início do século XX, os principais periódicos agrícolas desse período foram *Chácaras e Quintais*, *Revista Agrícola*, *A Lavoura*, *O Criador Paulista*, *O Fazendeiro*, a *Revista de Veterinária e Zootecnia* e o *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* (MARTINS, 2001).

É interessante ressaltar que os primeiros periódicos agrícolas foram fundados pelo governo brasileiro e posteriormente por fazendeiros. Mas ambos os setores buscavam, mesmo que de forma indireta, fazer com que esses periódicos tornassem ferramentas de fixação de colonos europeus no meio rural, em detrimento da desafricanização desse espaço, pois, as políticas de desenvolvimento rural não se destinaram a ex-escravos. Segundo Luca e Martins (2003), em um país com forte influência da produção agrícola e com um alto contingente de pessoas que moravam em áreas rurais, se comparado a outros países, as revistas ditas “agronômicas”, expandiram rapidamente sua comercialização, desde que começaram a circular mais frequentemente no início do século XX, quando se começa a incentivar à pequena propriedade, em favor da imigração.

Além disso, a partir do século XIX, o fim da utilização da mão de obra escrava no campo, acompanhou objetivos de branqueamento e de eliminação o elemento africano da constituição da nacionalidade brasileira. De acordo com Bittencourt e Correa (2011, p.08) “o processo de alienação, na historiografia nacional, foi simultâneo ao afastamento do Brasil da África em termos econômicos, políticos e culturais”. Também na “historiografia brasileira, minimizaram-se, reduziram-se, subestimaram-se nossas “africanidades” em prol de uma miscigenação que se orientava, de modo geral, pelo ideal do branqueamento” (BITTENCOURT, CORREA, 2011, p.08).

Resultados

Ao longo do período moderno e, com mais ênfase, desde o século XX, a imprensa tornou-se uma arena de debate que veio a participar como catalisadora de conflitos de opinião na esfera pública (HABERMAS, 1984). Dessa forma, o trato da imprensa na pesquisa histórica deve levar em consideração esse aspecto, acrescentando-se a leitura sobre o conteúdo ideológico contido no jornalismo profissional e especializado (KLANOVICZ, 2003, p.175).

Globo Rural é uma publicação da Editora Globo, que começou a circular em 1985 e passou por inúmeras transformações, desde a primeira edição. Na atualidade (conforme catalogação do arquivo completo da revista para uma pesquisa em nível de mestrado), a *Globo Rural* possui entre 150 e 200 páginas, com uma tiragem impressa que orbita a casa dos 100 mil exemplares, com poucas oscilações na história de mais de 360 edições. Considerando o percurso de deslocamento da imprensa escrita para a imprensa digital, é importante pensar que a revista continua sendo uma publicação periódica impressa e com comercialização no Brasil e também em Portugal.

Globo Rural atravessou o período da redemocratização nacional e da Constituinte, época em que mudanças políticas e sociais foram instauradas, tendo a imprensa como elemento fundamental de exposição de questões nacionais, mas também de elaboração de pautas que interessavam a grupos específicos (KLANOVICZ, 2011). Os grupos a quem *Globo Rural* se destinava era formado principalmente por pequenos e grandes produtores, mas também por profissionais agropecuários, indivíduos urbanos saudosos de seu passado rural, entre outros. Todavia, o objetivo central da revista

no momento abordado nesta pesquisa era levar à modernização aos pequenos produtores.

Desde a sua fundação, a revista busca colaborar para modernizar a agricultura do país, sem excluir o homem do campo do processo. As principais características da modernização da agricultura são a utilização de máquinas, de implementos agrícolas, de insumos químicos e do estabelecimento de novas relações sociais de produção, que passaram a ser utilizados pelos países que apresentavam uma agricultura tradicional, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico seguindo um padrão internacionalizado. Um dos destaques do número um da revista foi o editorial assinado por Roberto Marinho, presidente do Grupo Globo. Em suas palavras, fica evidente uma perspectiva específica de modernização da agricultura, entendida pelo grupo empresarial e editorial como essencial para o país.

Inicialmente, Marinho afirma que, “esse trabalho diário, essa vocação para superar as barreiras merecem a ajuda solidária de toda a Nação. Ao lado da produção de alimentos, a mais importante missão da agricultura, existem os aspectos econômicos que justificam, por si sós, esse empenho em favor do homem do campo” (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p. 3). Dessa forma, percebe-se que o aspecto econômico, que “justifica por si só” o trabalho “em favor do homem do campo”, é essencialmente a inclusão e adaptação desse agricultor a agricultura modernizada (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p. 3).

Roberto Marinho expressa que a produção de alimentos, e as demais atividades agrícolas, “podem trazer os dólares da liga com os Estados Unidos, a história tem mostrado que a nossa terra é uma usina de divisas” (GLOBO RURAL, 1985, p. 3). Ele assinala ainda que, “o café, o cacau, a soja, a laranja estão aí para provar que, especialmente nesta fase que passa o país, os dólares de que tanto necessitamos podem e devem sair” (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p. 3). Entretanto, ele coloca a condição. Precisa existir “uma agricultura forte e organizada” (GLOBO RURAL, 1985, p. 3):

A revista *Globo Rural* não vai, por certo, resolver os problemas da agricultura brasileira. Mas pretende ajudar complementando o trabalho do programa *Globo Rural* da Rede Globo de Televisão. Pretende transformar-se em companheira do agricultor, em todas as etapas de seu trabalho, refletir seus anseios e suas reivindicações. A revista *Globo Rural* quer levar informação e serviço ao

agricultor, esteja onde estiver. Mas será distribuída, também, nas grandes cidades. É preciso que todos os brasileiros compreendam um pouco mais esse mundo tão complexo, de que tanto dependemos (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, Editorial escrito por Roberto Marinho, p. 3).

Ao se colocar como companheira do agricultor, *Globo Rural* apresenta novas tecnologias, instrui sobre o funcionamento das mesmas, sobre a utilização de fertilizantes, etc. Torna-se, assim, ferramenta para a expansão da modernização agrícola, alavancando também a venda dos produtos de seus anunciantes, em sua maioria empresas de máquinas, tratores e agrotóxicos. Em um anúncio da empresa de pneus Pirelli, a revista destacou esse agricultor moderno:

Quem tem boca vai sempre pra Roma. O empresário moderno, para controlar e administrar bem um negócio precisa de muita informação. Por isso é importante que ele pergunte e se informe sobre todos os detalhes do seu negócio. Respeitando esta necessidade, a Pirelli criou um serviço a domicílio, de orientação e assistência técnica pré e pós venda para garantir ao empresário o melhor rendimento dos pneus de sua frota (GLOBO RURAL, n.1, 1985, p.34).

Nesse sentido, na revista comemorativa de um ano de circulação, a edição 13 de outubro de 1986, foi publicado o exemplo de duas famílias como sendo “as famílias modelo” (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p.134). O título da reportagem era “Valeu!”, fazendo referência à trajetória de um ano de *Globo Rural*. Para o periódico, tinha valido a pena a publicação da revista devido à história dessas duas famílias.

“Nos confins de Goiás, a família Pinheiro de Melo está em festa: Neste ano a produção do arroz cultivado em sua fazenda, a Boa Vista, aumentou 50% graças a implantação da aração renovada” (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p.134). Em Louveiro/SP, “também tem gente comemorando: a família Tura finalmente achou a melhor solução para o cultivo de uva niágara em sua terra quebrada, adotando a adubação verde em lugar da tradicional cobertura morta” (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p.134).

Globo Rural completa afirmando que as “mudanças”, ou mesmo, a adaptação à modernização agrícola, através de reportagens da revista, demonstram que seu objetivo estava sendo alcançado:

O que nós temos com isso? Bem, em primeiro lugar gostamos de dar boas notícias. Mas, principalmente, achamos que podemos comemorar com eles: essas duas

famílias são exemplos de leitores-agricultores que mudaram a forma de trabalhar suas culturas a partir de reportagens publicadas na *Globo Rural*. Histórias de mudanças como essas, que contamos a seguir, são o melhor presente de nosso primeiro aniversário (*GLOBO RURAL*, n.13, 1986, p.134).

De acordo com a revista, o avanço da tecnologia se enquadrava nos moldes produtivos da agricultura. Por isso, os produtores deveriam focar em alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permitiria ampliar as áreas cultivadas e a escala de produção. As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais a se modernizar, visto almejavam uma venda cada vez maior. E *Globo Rural* vem de encontro com o objetivo de modernizar a imagem desse rural. De forma simbólica e indireta ela passa a pressionar os trabalhadores a se adaptarem à tecnologia.

A *Globo Rural* adentrou a esse processo se colocando como uma ferramenta para sua expansão. Ana Luiza Cerbino (2005) explica, nesse sentido, que as revistas, de forma geral, expressam traços e características de uma época e do grupo social que nele interage, inclusive através de sua constituição física e das marcas nela impressas. Tanto as reportagens quanto as notícias veiculadas por uma revista estão interligadas a um processo histórico amplo. Como afirmam Ana L. Martins e Tania R. De Lucca (2008), “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel” (MARTINS, DE LUCCA, 2008, p.08).

As revistas são atravessadas por diversos interesses e valores de um determinado tempo, e historiograficamente, devem-se seguir algumas regras específicas sobre análise desse tipo de fontes históricas. Além de observar algumas características comuns a esse tipo de documento, por exemplo, “a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, a aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), devemos observar a estruturação e divisão dos conteúdos” (DE LUCCA, 2005, p.139). Outro aspecto relevante na revista *Globo Rural* é perceber as relações que a revista manteve e mantém com o mercado, com o público a que visava atingir, e os objetivos propostos.

Ao assumir o papel de expandir o pacote da Revolução Verde no país, apresentada desde os anos 1960 como uma das principais plataformas geopolíticas dos Estados Unidos para países

subdesenvolvidos, a *Globo Rural* constrói um discurso que concilia ferramentas de expansão desse pacote tecnológico via inserção dos agricultores no consumo de tecnologia e insumos e através da pressão ao Estado brasileiro para que facilitasse esse processo. De acordo com Lathan (2000), para compreender os usos e mecanismos da modernização, especialmente pós Segunda Guerra Mundial, é preciso olhar para o imperialismo exercido pelos Estados Unidos, que através da “ideologia da modernização” engendrou no próprio conceito de modernização “muito mais do que um modelo acadêmico. Também foi um meio de subjugar o processo de mudança global e identificar maneiras pelas quais os Estados Unidos poderiam acelerar, canalizar e direcioná-lo” (LATHAN, 2000, p. 02).

O conceito globalização é empregado na revista como uma bifurcação da modernização. Ambas as ‘izações’, como aborda Cooper (2016), são usualmente utilizadas por aqueles que os evocam, referindo-se a um processo, não necessariamente finalizado, mas em curso e, em princípio, inevitável, e de grande abrangência. Como objetos de pesquisa, os processos de modernização e globalização apresentam problemas parecidos. Ambos surgem dentro de teorias como um processo que pura e simplesmente acontece, como que por iniciativa própria (COOPER, 2016). Surge então uma questão importante a ser colocada: quem o produz ou impulsiona? A partir dos anos 1990, estudos passaram a apontar para a necessidade de problematizar o conceito de globalização para compreender de forma crítica o lugar da África, dos africanos e seus descendentes na formação do Ocidente, o que exige um grande esforço teórico para abranger as mais diversas experiências das populações negras dispersas em escala mundial (SANTOS, 2008, p.185).

No Brasil, país com maior população negra fora da África, o processo de modernização e globalização testemunhado por *Globo Rural* exclui duplamente o contexto histórico da relação Brasil x África. Desde o século XIX, o Brasil buscou eliminar o elemento africano de sua constituição. De acordo com Bittencourt e Correa (2011, p.08) “o processo de alienação, na historiografia nacional, foi simultâneo ao afastamento do Brasil da África em termos econômicos, políticos e culturais”. Também na “historiografia brasileira, minimizaram-se, reduziram-se, subestimaram-se nossas “africanidades” em prol de uma miscigenação que se orientava, de modo geral, pelo ideal do branqueamento” (BITTENCOURT, CORREA, 2011, p.08).

Entretanto, “a desafricanização do Brasil não era apenas ideológica, era também econômica,

já que suas relações comerciais com a África foram coibidas pela política externa britânica e portuguesa” (BITTENCOURT, CORREA, 2011, p.08). O incentivo a imigração europeia e o processo de abolição da escravidão no século XIX constroem uma agricultura cada vez mais próspera para europeus e expulsa progressivamente a população negra do campo. Flora, fauna e cultura resultantes da diáspora africana são apagadas historicamente ou marginalizados na Imprensa.

Num processo inicial de catalogação das reportagens da revista *Globo Rural* identificam-se as marcas deixadas pelos africanos e africanas na agricultura, seus costumes, crenças, tradições e práticas agrícolas que foram mantidas vivas na vivência desses indivíduos, mesmo em intenso contexto de repressão histórica.

Entretanto, além do patrimônio cultural, a bordo dos navios negreiros aportaram no Brasil grande quantidade de plantas, sementes e animais nativos do Continente Africano. Ao longo de três séculos de escravidão desenvolveram-se, intencionalmente ou involuntariamente, plantas frutíferas como a banana e a melancia, árvores como o dendezeiro, a palmeira, o flamboyant, forrageiras, tubérculos e espécies animais, que foram adaptados principalmente na pecuária, como bovinos e caprinos (CORREA, 2012).

Como observa-se a paisagem humana-ambiental brasileira se africanizou em conjunto com elementos europeus e indígenas. Entretanto, a partir do século XIX, nas discussões em torno da questão do fim da escravidão e da construção da nacionalidade brasileira, processo que se intensifica com a Proclamação da República alguns intelectuais e políticos já defendiam uma desafricanização do Brasil.

Impulsionada pela pressão da Inglaterra, a abolição da escravidão é assinada no Brasil em 1888. Entretanto, a elite brasileira era contrária a ideia de que os negros ocupassem os postos de trabalho assalariado temendo sua ascensão na sociedade e até mesmo o fortalecimento de movimentos que reivindicassem a reforma agrária. Dessa forma, preferiu-se embranquecer o Brasil criando uma política que facilitasse a vinda de Europeus para trabalhar no Brasil, especialmente no meio agrícola. Boa parte dos ex-escravos foram deixados a margem, sem direitos atuando em trabalhos precários. Esse contexto se configurou como um meio de desafricanização do Brasil

Todavia, desde o período colonial, escravos fundavam quilombos, espaços onde desenvolveram suas tradições e crença, mas principalmente a agricultura como meio de sobrevivência. A prática da agricultura, pecuária, silvicultura, mineral, entre outras, manteve-se com a presença de africanos, porém, em menor escala e sem o incentivo que foi dado a imigrantes europeus, mas sobreviveu graças a persistência de africanos e afro-brasileiros (GOMES, 2015).

A partir dos anos 1950 intensifica-se as migrações do campo para as cidade e em poucas décadas o Brasil a população urbana ultrapassa a rural. Concomitante a urbanização, as políticas governamentais passam a favorecer o processo de modernização da agricultura, facilitando a entrada e o consumo de insumos agrícolas, maquinário e pesticidas. Esse processo é impulsionado pela Revolução Verde, uma plataforma geopolítica norte-americana apresentada aos países subdesenvolvidos como uma forma de reduzir o problema da fome. É importante destacar que o acesso a tais produtos é facilitado especialmente a produtores que possuem capital e grandes porções de terra. Os pequenos produtores, em contrapartida, enfrentam o dilema de migrar para as cidades em busca de emprego, ou modernizar-se, mesmo com dificuldade de acesso e instrução para utilizar maquinário e agrotóxicos.

Nesse contexto, os produtores rurais afro-brasileiros localizam-se majoritariamente entre pequenos produtores, pois, a política agrícola brasileira historicamente sempre favoreceu uma pequena elite branca. A revista *Globo Rural* surge nos anos 1985, auge do processo de modernização agrícola, onde a agricultura passava a ser encarada não como um problema, mas como a solução econômica para o Brasil. Entretanto, a revista passa a alertar desde sua primeira edição que a modernização agrícola era impreterivelmente o único caminho. Ou os produtores rurais se modernizam ou não seriam capazes de sobreviver a globalização da agricultura mundial.

Ao pautar a ideia de modernização agrícola na Revolução Verde e em modelos europeus para a agricultura, a revista *Globo Rural* buscou construir uma ideia de rural mais norte americano e europeu, e menos africano e indígena. Percebe-se um apagamento da prática agrícola afro-brasileira, são raras as reportagens sobre as comunidades quilombolas, bem como, as práticas indígenas de caça, coleta ou mesmo de plantio e pecuária são desconsideradas.

Observa-se então, que a revista *Globo Rural*, mesmo que de forma não intencional, contribui para um novo processo de desafrikanização da paisagem rural, que acompanha a construção de uma outra ruralidade (VEIGA, 2006). A “palavra do campo” como se auto intitulou nos anos 2000, cria a ideia de um campo moderno, onde a produtividade é alcançada por meio da tecnologia e de práticas agrícolas elaboradas com o apoio do agrônomo e do técnico agrícola. Para exemplificar esse processo a revista publica reportagens sobre como fazer, como criar, como plantar, onde esses técnicos explicam aos produtores tais práticas. Além disso, a equipe da revista vai até os produtores fotografa e descreve as práticas que davam certo e que se enquadravam a lógica da modernização, servindo de modelos.

Multiplicam-se então reportagens em propriedades de descendentes de europeus, especialmente localizadas na região sul e sudeste do Brasil. Já ao longo dos anos 2000 a região centro-oeste passa ao centro das reportagens com o avanço da fronteira agrícola e a prática do agronegócio, do cultivo da soja no Cerrado e das pastagens que passam a adentrar a região norte do país. É nesse momento que a revista adota também o slogan de “porta-voz do agronegócio”.

O avanço da fronteira agrícola e a expansão das monoculturas pelo agronegócio impulsionam novas fases de desafrikanização da paisagem rural, pois, percebe-se que o aumento de grandes propriedades comprimem e absorvem pequenos produtores, dos quais também os afro-brasileiros, desassistidos das políticas de desenvolvimento rural e sem condições de produzir e comercializar seus produtos de forma a fazer frente a modernização agrícola.

A partir do fim dos anos 1990, *Globo Rural* passa a relacionar a modernização da agricultura especificamente com o agronegócio. Essa nova relação se assenta sob a premissa da dependência do agronegócio a globalização imposta pelo mercado. Assim, os temas abordados giraram em torno da produção de commodities, da expansão da fronteira agrícola para o cultivo de soja, etc.

A adaptação editorial que marca esse novo período da revista foi identificada depois de realizar a catalogação do acervo completo²² da mesma. Compreendendo a complexidade da narrativa de *Globo Rural*, percebe-se que ela realizou modificações técnicas importantes e uma mudança no foco

²² Disponível na Biblioteca Pública do Estado do Paraná em Curitiba/PR.

das reportagens sobre o mundo rural. Inicialmente, é perceptível que a revista busca atingir não só os grandes produtores e o agronegócio. Conteúdos conciliavam necessidades, negócios e interesses do agronegócio em sentido amplo, considerando, também, as especificidades da pequena propriedade rural, enfatizando as vivências de antigos agricultores e agriculturas, antes daquelas modernizadas.

Entre 1997 e 2005, a revista inicia um processo de transição, para então enfatizar um conteúdo voltado quase totalmente ao *agrobusiness*. Em propaganda vinculada à televisão durante todo o ano de 2017, *Globo Rural* afirma que a revista tem como meta “traduzir o agronegócio” do qual é “pioneira”. Embora recente, tal perspectiva mostra a consolidação das mudanças de foco da revista, o que se percebe pela transformação na ideia de campo rural em local para produção em grande escala, nos moldes da agricultura convencional modernizada.

Ao reconstituir essa história através do discurso de *Globo Rural* na história recente, percebe-se, que o processo de globalização da agricultura defendido acaba colaborando para a desafricanização e para o apagamento, seja na narrativa sobre, e na prática agrícola. Dados iniciais demonstram que nem todos os locais, grupos e espécies vegetais e animais se enquadram ao mercado global, ou são passíveis de se modernizar, evidenciando os limites desse processo. Como salienta Santos (2008) no Brasil ainda há uma grande dificuldade em pensar e reconhecer a cultura que se formou na diáspora. Desconhecemos ou não reconhecemos o que temos de africano na cultura afrobrasileira.

Em relação a imprensa, Carvalho (2005) afirma que o lugar de fala da mídia, que deveria responder aos interesses da sociedade como um todo se apresenta, na maioria das vezes, de um “lugar camuflado”, que “tornou-se o lugar do mercado por excelência, e este lugar é disfarçado, muitas vezes, de lugar do Estado, sobretudo através do mecanismo, nem sempre transparente, da propaganda estatal veiculada pela imprensa” (CARVALHO, 2005, p.03).

Referências

BITTENCOURT, M. CORREA, S.M.S. África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações. *Métis: história e cultura*, v. 1. n. 1, Caxias do Sul, RS, Educs, 2011.

CARVALHO, José Jorge. As artes sagradas afro-brasileiras e a preservação da natureza. In **Série Antropologia**. Brasília, 2005. p.56-78.

COOPER, Frederick. "Para que serve o conceito de globalização? O ponto de vista de um historiador de África" in **Histórias de África**. Capitalismo, modernidade e globalização. Lisboa: Edições 70, 2016, pp. 173-210.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org). **Bioses africanas no Brasil**: notas de história ambiental. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2012.

ESPADA LIMA, Henrique. "História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil". **Revista Mundos do Trabalho**, v. 10 (2019), p. 59-70.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KLANOVICZ, Jó. Bioregionalismo, modernismo e escrita da natureza: uma leitura sobre as obras de história local e agricultura moderna no Sul do Brasil. In: SOCHODOLAK, H.; KLANOVICZ, J.; ARIAS NETO, J. M. (orgs.) **Regiões, imigrações, identidades**. Ponta Grossa: Editora da ANPUHR, 2011. p. 35-52.

KLANOVICZ, L. R. F. Com a palavra, os leitores. In: PEDRO, J. M. (org.). **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 275-288.

LATHAM, Michael E. **Modernization as ideology**. American social Sciences and the "nation building" in the Kennedy era. Chapel Hill: the University of North Caroline Press, 2000.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, A. L (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001.

SANTOS, J.Á. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra Ruralidade. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, 2006, p. 333-353.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.4. n.8, p.198-215, 1991.

Fontes:

GLOBO RURAL, ano 1, nº1, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1985
GLOBO RURAL, ano 2, nº13, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986
GLOBO RURAL, ano 2, nº15, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986
GLOBO RURAL, ano 2, nº16, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1987

No limiar das fronteiras: Imigração e Política Internacional em meio ao Movimento Social do Contestado

Dra. Viviani Poyer

Professora do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. Pós-Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense /UFF. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Contato: viviani.poyer@uffs.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar em linhas gerais, questões fundamentais pesquisadas e desenvolvidas na tese de doutorado intitulada: “Fronteiras de uma Guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918”. Procuo mostrar a partir do estudo de casos de mortes, prisões, explosões, saques, incêndios criminosos e até mesmo chacinas, como imigrantes tomavam lugar de sujeito de ação e de articulação e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, extrapolando as fronteiras estaduais e nacional, fazendo com que seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil. O desenvolvimento da tese se tornou possível graças aos registros em diferentes instâncias que apontaram para diversas situações, difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela falta de fontes. Por meio do método micro-histórico, é possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira, bem como desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados em meio a Guerra do Contestado. Cabe ressaltar, que muitos casos como esses, ocorreram naquela região envolvendo caboclos, pobres moradores e pequenos proprietários de origem nacional, mas esses na sua maioria tendem a se tornar invisíveis à história, principalmente pela falta de fontes que possam nos ajudar a dar a necessária visibilidade aos mesmos e desvelar outras nuances acerca do movimento social do Contestado

Palavras-chave: Fronteira; Imigração; Contestado; política internacional.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar em linhas gerais questões fundamentais pesquisadas e desenvolvidas na tese de doutorado intitulada: “Fronteiras de uma Guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918”. Procuo mostrar a partir do estudo de casos de mortes, prisões, saques, incêndios criminosos e até

mesmo chacinas, como imigrantes tomavam lugar de sujeito de ação e de articulação e estabeleciam redes que mobilizavam meios os mais diversos, extrapolando as fronteiras estaduais e nacional, fazendo com que seus países de origem se alertassem às questões relacionadas à situação encontrada e vivida por eles aqui no Brasil.

O desenvolvimento da tese se tornou possível graças aos registros em diferentes instâncias que apontaram para diversas situações, difíceis de serem estudadas se fossem casos que envolvessem apenas nacionais, justamente pela falta de fontes. Por meio do método micro-histórico, foi possível compreender questões macro, relacionadas à política nacional e internacional brasileira do período estudado, bem como desenvolver uma percepção ampliada e mais próxima da realidade vivida por caboclos, sertanejos, nacionais ou imigrantes, pobres ou remediados em meio a Guerra do Contestado. Tem-se como marco inicial da Guerra do Contestado a chamada Batalha do Irani, ocorrida em 22 de outubro de 1912, e que se deu após as ordens do Presidente do Estado do Paraná ao coronel João Gualberto, para dispersar o ajuntamento de pessoas que andavam à volta do monge José Maria no Irani, então município de Palmas no Estado do Paraná.

A querela entre os dois Estados da Federação pela demarcação de suas fronteiras já vinha de longa data, desde o início do século XX, após o Supremo Tribunal Federal, em 1904, dar ganho de causa à Santa Catarina pela disputa com o estado vizinho ao norte. Essa história se arrastou até a assinatura do tratado e o acordo de limites entre os dois Estados em 1916, mas não foi esse o único motivo que levou a eclosão do movimento social ocorrido naquela região durante os anos de 1912 e 1916.

Caracterizado por sua complexidade, pode-se afirmar que uma junção de fatores de naturezas diversas levou essa população a se reunir em torno da figura do monge, com a esperança de, unidos nas suas “Cidades Santas”, viverem dias melhores que aqueles dos últimos anos. O fim do Império e a instauração da República foram percebidos, pelos sertanejos do Contestado, como a origem dos males que assolavam a população daquela região. Segundo Machado (2013, p.76), a instauração da República foi uma experiência traumática “[...] que, no Brasil, significou para a população pobre do interior do País, maior tributação, guerras e aumento do poder político dos terratenentes.” Foi a

República que trouxe a ferrovia, as empresas colonizadoras e as grandes serrarias, foi a República que os expulsou de suas terras, trouxe a miséria e os dias difíceis.

O sistema federativo trouxe consigo a descentralização, o que fez aumentar o poder político local dos coronéis daquela região; a Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul e que se alastrou por Santa Catarina e Paraná, acentuou a violência, já bastante presente naquela sociedade, que, durante o conflito, tomou nova face e se fortaleceu; com a implantação da Lei de Terras de 1850, com o Decreto em 1854 e de leis estaduais, bem como o incentivo dos governos federais e provinciais em colonizar áreas até então despovoadas, intensificou a concentração fundiária, e, por fim, deu-se a expropriação de muitas famílias de sitiantes, posseiros e ervateiros, a partir da construção dos trechos finais da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. De uma forma geral, pode-se dizer que esses foram os motivos e acontecimentos que confluíram para se estabelecer o sentimento de desencantamento do mundo entre os sertanejos que habitavam a região do Contestado.

A 26 de agosto de 1914, o presidente da República Hermes da Fonseca nomeou o general Fernando Setembrino de Carvalho para ser o Inspetor Interino da XI Região²³, assumindo o comando em 12 de setembro de 1914. Logo que assumiu o referido comando verificou o estado em que se encontravam as tropas estacionadas e a sua disposição, bem como procurou saber sobre o clima político estabelecido entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e iniciou a elaboração das estratégias que adotaria para tentar pôr fim ao conflito. Feito um levantamento do que tinha a seu dispor, e com o recrudescimento do movimento, o general Setembrino tratou de pedir mais homens e verbas ao governo federal. Mesmo com número reduzido de homens, principalmente oficiais, o general buscou controlar as entradas e saídas da zona do conflito. Com práticas de guerra importadas de países da Europa, Setembrino encontrou muita oposição e resistência de oficiais logo no início de suas ações, mesmo assim conseguiu aumentar o número de militares em sua expedição, bem como agregou à essa significativos números de vaqueanos²⁴ incorporados às tropas.

²³ Essa região militar compreendia a enorme área afetada pelo conflito social, algo estimado em cerca de 40.000 km².

²⁴ Vaqueanos eram homens da região que prestavam serviço primeiramente aos fazendeiros mais ricos e depois formavam extensos e fortes grupos ao lado do Exército brasileiro. Esses homens eram exímios conhecedores da região, e por isso a sua participação nos anos finais da Guerra, fora de fundamental importância para as forças federais.

Apesar das dificuldades e das críticas à sua postura, bem como o estabelecimento de algumas alianças polêmicas com líderes políticos locais, pode-se afirmar que Setembrino inovou em muitos aspectos, utilizando-se, praticamente, de todos os recursos bélicos que o Brasil dispunha na época. Nesse contexto é que a Marinha brasileira foi acionada para se colocar em prática o patrulhamento do rio Iguaçu, que apesar de ser uma barreira natural ao deslocamento dos grupos revoltosos, tornou-se caminho de comércio de alimentos e de outros produtos necessários à continuidade do movimento e à sobrevivência dos sertanejos envolvidos no conflito.

Para fechar o cerco a esse suposto comércio restava somente “[...] fiscalizar com rigor a navegação pelo rio Iguassú, por onde se traficava sem receios com os jagunços, parecendo-me acertado, para impedil-o, empregar alguns vapores artilhados no policiamento do rio.” (CARVALHO, 1916, p.46)²⁵. Foi nesse contexto, então, que o general pediu auxílio ao Ministro da Marinha e, ao que tudo indica, encontrando dificuldades em obter retorno positivo ao seu pedido urgente, tratou de contratar os serviços de um conhecido coronel da região. Fabrício Vieira, coronel da Guarda Nacional e o seu grupo de vaqueanos foram chamados para patrulhar a margem direita do rio Iguaçu, pelo menos essa foi a justificativa utilizada pelo General, para tornar a usufruir dos serviços de figura tão malvista no passado próximo.

Nesse sentido, buscou ajuda de um dos homens que, melhor do que ninguém, conhecia aquela região, uma vez que era proprietário de terras às margens do rio Iguaçu:

Restringi-me, então, ao adjutorio que, no caso, me prestaria o coronel Fabricio Vieira, a quem telegraphiei convidando para uma conferencia, na qual se tratou da organização de uma columna volante de vaqueanos, cuja missão seria bater a margem direita do rio, nos trechos em que se praticava o contrabando. (CARVALHO, 1916, p.46).

O fato é que a reincorporação da gente do Coronel Fabrício despertou um certo estado de alerta entre a população da região e a imprensa paranaense e carioca, que já haviam tomado conhecimento e cedido espaço em suas páginas no passado, aos mandos e desmandos que envolviam o grupo sob o comando daquele Coronel. Peixoto (1995, p. 8), quando, na sua obra, trabalha a atuação

²⁵ Na redação do presente trabalho, optou-se manter a grafia original das fontes.

das forças legais às margens do rio Iguaçu, salienta que a imprensa extremamente incomodada com a incorporação do referido grupo às forças legais, tratou de publicar suas opiniões, cogitando consequências para um futuro próximo. A Gazeta de Notícias, periódico do Rio de Janeiro, lançou as suas impressões sobre essa reaproximação e utilização dos serviços do referido coronel:

[...] O coronel Fabrício ainda dará que fazer ao próprio general que o tem em boa conta. Muito perto estarão os dias de aborrecimento para o Inspetor Militar que dirige as operações contra os jagunços.
E ainda, desarmar depois o pessoal do coronel, será motivo, quiçá, para nova incursão de tropa – para uma outra expedição militar...
A “gente” do coronel Fabrício não deve estar armada com assentimento do governo, sobre ela há suspeitas as mais graves e ainda não apuradas. Para que, pois, semelhante gente unida ao valoroso Exército de tão gloriosas tradições? Para que serem os soldados da Nação irmanados com a baixa gentilha dos crimes de estradas? Esperemos pelo resultado. Os dias se passarão breves e os fatos responderão as nossas interrogações. (Gazeta de Notícias, 04 jan. 1915).

E foi assim, como numa espécie de profecia lançada pela imprensa carioca, que os fatos se sucederam!

Imigrantes e nacionais nos limites da fronteira: a chacina do Iguaçu

A chacina do Iguaçu ou massacre do Iguaçu, foi um episódio com características de barbárie ocorrido durante a Guerra do Contestado. Esse acontecimento diferente de tantos outros, chegou a ser discutido e apresentado, mesmo que de forma breve, por historiadores considerados clássicos do Contestado, como Maurício Vinhas de Queiroz (1981) e o militar Demerval Peixoto (1995). Contudo, não foi dada a devida atenção a esse episódio, acredito que provavelmente por aquele primeiro não ter interesse em aprofundar a temática, e o segundo por se tratar de um militar. Demerval chegou a desenvolver um pouco mais a esse respeito no volume três de sua obra, porém afirmou que o caso “ficou empanado, portanto, nas dobras do manto das coisas inexplicáveis o primeiro ato dos fabricianos.” (PEIXOTO, 1995, p.15) ou como ele mesmo diria, “deixemos este episódio mal narrado e passemos às narrativas mais suaves”. (PEIXOTO, 1995, p.17).

Eu optei por não deixar de lado o caso e resolvi investir em longa e aprofundada pesquisa, que me levaram a inesperados e importantes achados. Sobretudo, pude perceber que o episódio despertou

atenção de deputados federais e mobilizou governos estaduais e até os ministérios da Guerra e das Relações Exteriores, não por se tratar da morte de pessoas importantes, militares, políticos ou coronéis, que, diante do contexto da Guerra, “merecessem” que seus nomes fossem lembrados pela história. Mas por se tratar de um crime que envolveu imigrantes estrangeiros e despertou a curiosidade da imprensa, principalmente a paranaense, mas também nacional e internacional, ocasionando alarde nos meios diplomáticos e tocando de forma delicada as relações internacionais e a política imigratória brasileira. Uma chacina de imigrantes e nacionais, colonos e comerciantes, vítimas dos mandos e desmandos das políticas coronelistas da região, caracterizadas por vinganças pessoais, que marcaram com sangue e crueldade essa Guerra.

Por existirem fontes a seu respeito, principalmente as consulares e as jornalísticas, já que se tratavam de imigrantes, o seu estudo, tornou-se possível, algo que praticamente não seria viável se todas as vítimas fossem nacionais. A partir de uma intensa pesquisa nos periódicos da época que cobriram o episódio, com destaque para o jornal paranaense Diário da Tarde e o carioca Gazeta de Notícias, o contexto e as circunstâncias em que as vítimas foram sequestradas, aos poucos, foi sendo desvendado e um grande e complexo quebra-cabeça foi montado.

A análise desse caso pode servir como uma espécie de amostra e contribuir com a historiografia da imigração, do Contestado, das Relações Internacionais e também da propriedade. Esse cenário serviu como pano de fundo, para que sujeitos das mais diversas origens étnicas, sociais e econômicas estabelecessem relações caracterizadas por crenças religiosas, convicções políticas e sociais e estratégias de sobrevivência numa terra sem lei, ou melhor, numa terra em que as leis eram impostas a força, pelos coronéis e não pelos poderes públicos instituídos e praticamente ausentes na região.

O caso ocorreu na noite de 21 para 22 de novembro de 1914, às margens do rio Iguaçu, quando uma escolta de aproximadamente 40 vaqueanos liderados por Dente de Ouro e Isaiás Daniel, esse último tenente da Guarda Nacional e o primeiro homem de confiança do coronel Manoel Fabrício Vieira, surpreenderam o italiano Giuseppe Lyrio Santi²⁶, o comerciante português Evaristo Felipe e

²⁶ Giuseppe Lyrio Santi era empreiteiro do Ramal São Francisco da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, morava em Porto União da Vitória com sua família, mas como as obras do referido ramal com frequência eram paralisadas, o italiano

Rufino Teixeira, proprietário do pequeno sítio arrendado por Santi, onde se encontravam no momento da captura. Esses três homens foram obrigados a mostrar onde se encontravam os demais empregados, que estavam dormindo depois de um árduo dia de trabalho.

Não se sabe muito bem ao certo, como ou porquê Evaristo Felipe e Rufino Teixeira conseguiram fugir, contudo ao chegar no local, que se tratava de um pequeno rancho, os homens de Isaias Daniel disseram que prenderiam a todos por ordem do coronel Fabrício, que precisava ouvi-los a prestar explicações. Todos se surpreenderam, alguns quiseram reagir, mas foram aconselhados a não temerem, pois não tinham motivos para isso, até porque o coronel Fabrício e sua gente estavam “protegendo” a todos dos jagunços que por ventura, pudessem atravessar o rio e atacar os ranchos e lavouras. Os homens aprisionados por Isaias Daniel, foram amarrados um a um com uma corda no pescoço e levados para a beira do rio na margem direita, atualmente jurisdição do estado do Paraná. Ao chegarem num pequeno porto, foram todos embarcados numa lancha e conduzidos à margem esquerda, desembarcando-os na localidade de Jararaca, atualmente distrito de Felipe Schmidt no município de Canoinhas – SC. Aí foram todos degolados impiedosamente, sem direito a defesa.

Após o ocorrido, os fabricianos, como eram chamados os vaqueanos do Coronel Fabrício Vieira, armados em nome da lei roubaram os porcos de Evaristo Felipe, comeram alguns deles e repartiram o fruto do roubo. Rufino Teixeira e Evaristo Felipe procuraram proteção da polícia de São Matheus do Sul no Estado do Paraná e posteriormente serviram de testemunha na investigação realizada pelo Cônsul italiano.

Segundo o Diário da Tarde, no dia 10 de dezembro, o jornal Comercio do Paraná publicou uma nota em que os “patriotas” do coronel Fabrício, para justificar o seu hediondo crime, arquitetaram uma má contada história a fim de justificar os seus atos, dizendo que os trabalhadores assassinados eram fornecedores de gêneros aos “fanáticos”²⁷. O Diário da Tarde diz ainda que, por meio de uma carta recebida de União da Vitória e publicada no referido periódico, obtiveram informações de que

havia arrendado as terras de propriedade de Rufino Teixeira, para desenvolver o cultivo de batata, criação de pequenos animais e coleta de nó de pinho que fornecia à ferrovia. Acredito que desempenhava essas funções como forma de sustento à família (mulher e cinco filhos) e de emprego aos 15 ou 16 homens que com ele trabalhavam.

²⁷ Fanáticos era o termo pejorativo que as forças legais davam aos sertanejos devotos de João Maria e envolvidos na Guerra.

“[...] os trabalhadores eram vítimas de perseguições comerciais e tiveram a infelicidade de possuir algum dinheiro”. (Diário da Tarde, 10 dez. 1914).

Em pesquisa desenvolvida no Arquivo do Itamaraty recentemente, ou seja, após a defesa da tese, tive a oportunidade de encontrar novas fontes que elucidam ainda mais o caso, como um relatório elaborado por Manoel Coelho Rodrigues²⁸ em fevereiro de 1915 e apresentado ao então Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller. Nesse, o autor conta como se deu o episódio e o desfecho do mesmo, a partir da abertura dos dois inquéritos instaurados. Rico em informações extraídas das diversas notas de jornais publicadas na época, e a partir de diferentes documentos originais²⁹ remetidos à esse Ministério, essa fonte vem a corroborar com algumas hipóteses por mim levantadas na tese e apontam novos aspectos entre eles o fato de que, além de dívidas comerciais, a chacina bem provavelmente, fora motivada por questões ligadas a disputa de terras, entre o coronel Fabrício Vieira e algumas das vítimas que eram moradores da região.

Em seu relatório Rodrigues (1915), afirma não ter dúvidas de que o crime fora praticado pelos homens do dito coronel, que tais homens foram "trucidados" à margem do Iguaçu, em frente a fazenda Chapéo de Sol de propriedade do mesmo, e que já haviam se dirigido àquele Ministério os ministros dos Reinos da Itália e da Espanha. Relata ainda que em 17 de dezembro de 1914, por meio de um aviso reservado, foi feito contato com o ministro da Guerra e repassado informações provenientes do governo do estado do Paraná, comunicando a agitação provocada no seio da colônia italiana composta por imigrantes e moradores daquele Estado, e que cobravam providências. Já sinalizava o governador do estado - Carlos Cavalcanti, uma certa preocupação com a lisura das diligências e dos inquéritos instaurados, quando enfatizava em sua correspondência a certeza de que os inquéritos "tivessem sido

²⁸ No documento pesquisado não existem especificações sobre o cargo ocupado ou função desempenhada por Manoel Coelho Rodrigues no Ministério das Relações Exteriores, contudo em pesquisa complementar desenvolvida nesse acervo, encontrei documentos posteriores a esse, em que o mesmo aparece como ministro de 2ª classe desse ministério.

²⁹ Entre os documentos remetidos à esse Ministério e que o autor do relatório se embasou para o desenvolvimento do mesmo, constam: correspondências trocadas entre os diferentes ministérios envolvidos na questão, mais especificamente o Ministério da Guerra e das Relações Exteriores, documentos diversos como correspondências, minutas, memorandos das legações diplomáticas dos diferentes países cujas vítimas eram provenientes, correspondências trocadas entre os governos dos estados do Paraná e Santa Catarina com o Ministério das Relações Exteriores e documentos de diferentes naturezas como o laudo cadavérico realizados nas 17 vítimas e os inquéritos instaurados acerca do crime cometido. Alguns desses documentos já foram encontrados e analisados na pesquisa realizada no acervo do Arquivo do Itamaraty, contudo, os inquéritos até agora não foram encontrados.

feitos por autoridades de toda confiança e com o máximo rigor e lealdade afim de estarem aparelhados para responder qualquer reclamação diplomática!" (CAVALCANTE, 1915 apud RODRIGUES, 1915, p.II).

Bem, a lisura e a imparcialidade almejada são aspectos que de longe caracterizaram o andamento das investigações e dos dois inquéritos. Rodrigues aponta no seu relatório que o inquérito policial militar apresentava seis indiciados e,

[...] sendo de notar que o principal mandante apontado, quer pela imprensa paranaense, quer pelos Ministros Italiano e Hespanhol em provas colhidas por indagações procedidas pelos respectivos Consules em Curityba, o referido Coronel Manoel Fabricio Vieira, Commandante do batalhão patriótico, figura nelle como uma simples testemunha, cujo depoimento se encontra ás pag. 21 a 25 do citado inquerito militar, aberto em virtude das publicações da imprensa local do Estado, como textualmente dil-o a ordem da pag. 3 emanada do General Setembrino de Carvalho, Inspector interino da Região.

E esse mesmo indiciado além de ser considerado como testemunha, poude arvorar-se em Juiz, presidindo a um inquerito militar procedido no quartel do seu batalhão, em que depuzeram uniformemente com o mesmo estylo e as mesmas palavras tres testemunhas que não assignaram os respectivos interrogatorios [...] (RODRIGUES, 1915, AHI, p. III).

Ratifica a imparcialidade do processo, pois além de Fabrício Vieira ser o principal suspeito como mandante do crime e atuar como juiz do caso, ele acusava o finado Giuseppe Lyro Santi como sendo agente fornecedor de alimentos e armas aos "fanáticos" ao norte da região, e ao sul, outros coronéis com os quais possuía desavenças políticas, entre eles Henrique Rupp e Henrique de Almeida.

Destaca ainda que a ação partidária do coronel Fabrício era incompatível com a missão policial militar de patrulhar as margens do rio Iguaçu, missão essa contratada pelo Inspetor Chefe da Região Militar e comandante da última campanha do Exército na Guerra do Contestado, o general Fernando Setembrino de Carvalho, com quem aquele coronel possuía fortes vínculos de amizade e confiança. Além de serem acusados de "contrabandistas" de gêneros necessários à manutenção dos sertanejos rebelados, os dezessete homens segundo consta no inquérito, foram acusados de terem se embrenhado no mato, quando desembarcados na margem esquerda do rio e travado violenta luta corporal com a escolta de vaqueanos. Contudo, documentos aos quais pude ter acesso ao longo da pesquisa como o laudo cadavérico, apontam e são citados nesse relatório confirmando que não houve

internação da escolta e nem dos prisioneiros no mato. O relator confirma ainda que "o que houve foi evidente morticínio praticado por uma força armada contra homens desarmados." (RODRIGUES, 1915. p.VII).

Rodrigues é enfático ao pedir que sejam tomadas as medidas cabíveis em relação ao coronel Fabrício Vieira e seus homens:

[...] Impõe-se que contra o Coronel Fabricio e os seu soldados o Governo Brasileiro tome medidas severas como satisfação a sociedade brasileira e para evitar commentarios desagradaveis, já annunciados nos Parlametos Italiano e Hespanhól. O inquerito militar está feito com o unico intuito de destruir as allegações feitas afim de evitar a suspensão ou destituição do Coronel Fabricio lembrada por V. Ex. Sr. Ministro, no aviso de 17 de Dezembro ao Ministro da Guerra, e todo esse inquerito é annullado pelos dois autos de corpo de delicto fornecidos pelas proprias autoridades militares brasileiras e policiaes paranaenses. (RODRIGUES, 1915, AHI, p.VIII).

Mesmo com certeza de que os homens haviam sido friamente mortos e em condição indefesa, o encarregado do Ministério afirma que os representantes diplomáticos da Itália e da Espanha não tinham razão em inocentar as vítimas e estava certo de que os mesmos mantinham comércio com os sertanejos em luta. Esse tipo de comércio também conhecido como contrabando de guerra, foi fortemente reprimido pelas forças civis e militares durante a última campanha do Exército na Guerra do Contestado, e essa foi uma das principais estratégias utilizadas por Fernando Setembrino de Carvalho, para derrotar os sertanejos. Para Rodrigues,

O contrabando de guerra, mesmo nos paizes europeus, foi sempre uma industria apeticida apesar dos seus perigos, porque não admittir entre colonos intelligentes estimulados pela falta de policiamento dos nossos sertões?
A crueldade desse morticínio, que o Governo Brasileiro é o primeiro a condemnar e castigar, foi incontestavelmente provocada pela audacia das victimas, que pagaram o seu crime com as proprias vidas em uma zona sob o estado de guerra onde, portanto, estavam suspensas quaesquer garantias constitucionaes.
Juridicamente encarada a questão, além do castigo dos criminosos, nenhuma outra reparação deve o Governo Brasileiro em favor das victimas, que praticaram, em tempo de guerra, um crime de traição, quando o mesmo Governo faz ingentes esforços para debellar essa guerra civil que se desenrola no territorio contestado entre dous Estados da União Brasileira. (RODRIGUES, 1915, AHI, p. IX-X).

O representante do governo acusa as vítimas de terem praticado o crime de contrabando de

guerra, porém sua acusação é embasada nos diversos documentos remetidos àquele Ministério, todos de caráter oficial e na sua maioria oriundos do Ministério da Guerra, do comando daquela Região Militar e juntados nos inquéritos pelos próprios envolvidos no crime. Ao contrapor aspectos desse relatório com os apontados pelo deputado federal fluminense Mauricio de Lacerda, em suas entrevistas concedidas a periódicos³⁰ e nos diversos discursos proferidos e debates travados na Câmara dos Deputados, a veracidade da acusação feita pelo coronel Fabrício Vieira e respaldada pelo representante do Ministério das Relações Exteriores em seu relatório, pode ser seriamente questionada.

Lacerda (1916) diz que, preocupados o governo e os representantes do legislativo com a Guerra na Europa e com as barbáries cometidas por lá, esqueceram todos de olhar para as atrocidades que aconteciam aqui, em território nacional, e que os atos cometidos entre a Estrada de Ferro São Francisco e o rio Iguaçu foram, de certa forma, ocultados ou negligenciados pelas forças militares e, por fim, mandados atestar por delegados da região. Afirma ainda que, por meio de instruções governamentais, foram feitos “arranjos” no inquérito com o objetivo do governo federal não pagar à família de "Giuseppe Lyra" a indenização estipulada em 100 contos de réis, reclamada pelo consulado italiano; e que o italiano fora acusado por Fabrício Vieira de contrabandista de sal, acusação essa documentada pelo intendente de Barra Feia chamado Martins, que vendia sal a Giuseppe e forneceu uma espécie de nota/atestado a pedido do próprio coronel Fabrício, com a intenção de dar origem a diligência e acusar o imigrante italiano de prática de contrabando.

O coronel Fabrício e seus homens eram afamados na região pelos atos de violência, como estupros, roubos, incêndios criminosos, arrebanhamento de animais, apossamento de propriedades a força. Diversos são os casos coletados e publicizados pelo deputado fluminense, entre eles o da morte de um outro italiano conhecido por Zamboni. Esse, foi morto ao que tudo indica, por questões de terra e sem obedecer a qualquer “fórmula de direito” (LACERDA, 1916), apenas seguindo aos instintos cruéis daqueles vaqueanos que o mataram a tiros no lugar denominado Sé do Iguaçu, cujo corpo permaneceu insepulto por cerca de cinco dias, até que a família de Candido Mozart, que possuía uma

³⁰ A mais extensa e importante nota publicada em forma de denúncia pelo deputado Maurício de Lacerda, encontra-se no periódico chamado - O Imparcial, da cidade do Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1916.

serraria próxima ao local do crime, reclamou contra o mal cheiro, e o corpo de Zamboni foi enterrado em um curral.

O caso da chacina do Iguaçu é tratado quase como uma raridade, numa terra sem lei, em que imperavam os mandos e desmandos dos coronéis locais, atitudes como a de Fabricio Vieira e seu bando de vaqueanos sempre passavam impunes quando não despercebidas pelos poderes públicos. Segundo o próprio Lacerda, “[...] ahi, ao menos, se procedeu a inquerito militar e policial” (LACERDA, 1916), e quantas outras mortes não houve qualquer investigação ou apuração dos fatos? Como no caso da morte de um outro homem chamado Manoel Machado vizinho de Fabrício Vieira que o mandou matar por desavenças em torno da questão de terras, ficando o caso sem investigação alguma!

Para finalizar, cabe lembrar que, independente do que esses 17 homens faziam às margens do Iguaçu, a forma como se deu a sua captura e a pena imposta pelos fabricianos tratou-se de uma ação criminosa que o Exército brasileiro tentou de diversas formas encobrir. O estudo acerca da chacina do Iguaçu pode ser tomado como uma prova de que o Exército brasileiro não havia se modernizado e profissionalizado como tentavam impingir. Ao contrário do que pregavam, a partir de uma maior profissionalização militar, buscando se distanciar de intrigas políticas locais, Setembrino de Carvalho parecia retroalimentar o poderio local de coronéis da região, ao fazer vistas grossas aos atos de banditismo praticados por aqueles, ou como diria Mauricio de Lacerda, os inquéritos foram abertos, os responsáveis eram do conhecimento de todos, mas os culpados nunca foram condenados!” (LACERDA, 1916).

A propriedade e suas fronteiras: o caso da família russa Antoniewicz

Em 05 de fevereiro de 1915, foram assassinados na porta de sua casa, o patriarca Mariano Antoniewicz e um filho, sendo que um outro familiar ficou gravemente ferido. Documentos enviados ao consulado russo pela viúva de Mariano e encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores dão uma noção de como tudo aconteceu:

Em 5 de Fevereiro de 1915, um destacamento de vaqueanos que segundo constou pertenciam á columna do Coronel Fabricio, cujos subordinados quasi na mesma época degolaram 18 trabalhadores italianos, chefiados por um individuo fardado de tenente do exercito, acompanhados pelos filhos do defunto Arthur de Paula e Souza: Zacharias e Oscar chegaram aos primeiros raios do dia no sitio de Antonovitch. Cercada a casa, aos gritos de "morrão todos" ordenaram ao pae e filho sahir da casa. Aberta a porta appareceram pae e filho, os quaes sem discussão alguma foram fuzilados imediatamente [...]. (SCHERBATSKOY, AHI, 1916).

Logo após os dois primeiros fuzilamentos, os homens do destacamento começaram a saquear a propriedade, pegando tudo que podiam e com algum valor. Levaram consigo cerca de um conto de réis em moeda corrente e, dos documentos, apenas o salvo-conduto concedido a Mariano Antoniewicz pelo general comandante do corpo expedicionário, em função de suas viagens de negócios. Levaram também vales na importância de 880\$000 emitidos pelo Exército como forma de pagamento ao comerciante, pelos gêneros alimentícios fornecidos à instituição militar. Diz ainda que os vales haviam sido emitidos pelo tenente Assis Correa e pelo Sargento Saturnino³¹, e que o chefe do destacamento, ao ver tais papéis, falou: “parece que matamos um dos nossos.” (SCHERBATSKOY, AHI, 1916).

Mesmo assim, após levantarem tal suspeita, os vaqueanos que ficaram na propriedade, ao ver um outro homem sair de um rancho, também atiraram para matar. Contudo, Estevão Koniski, irmão da nora de Antoniewicz, sobreviveu e foi recolhido para dentro da casa, juntamente com os outros cadáveres, pelas mulheres da família que ali se encontravam. Após recolher os cadáveres e o ferido, as mulheres seguiram a pé pela margem do rio Iguazu até Barra Feia, onde, ao encontrar outro destacamento de vaqueanos do coronel Fabrício, esse sob as ordens de Dente de Ouro, tiveram a permissão de ir, no dia seguinte, a viúva com homens e carroças, enterrar os mortos e levar o gado e objetos domésticos. Contudo, naquele mesmo dia pela noite, ela recebeu uma comunicação em que proibia qualquer pessoa de se dirigir até o sítio, sob pena de morte. Passados dois dias, pelo clarão que se fazia no céu, percebeu-se que o sítio, e o que nele podia restar, havia sido incendiado.

Pelo que consta no documento da legação russa, os crimes foram praticados por pessoas

³¹ Cabe lembrar que o sargento Saturnino, também estava entre os homens do coronel Fabrício Vieira quando aconteceu a chacina do Iguazu.

diferentes. Se os assassinatos e saques foram pelos homens do coronel Fabrício Vieira, diz ter sido o incêndio pelos filhos de Arthur de Paula e Souza. “Os vizinhos mercadores na outra margem do rio afirmaram terem visto os filhos de Arthur de Paula e Souza e o genro deste Arthur Geissler carregarem varios bens do sitio para a casa delles, tendo depois incendiado todos os edificios.” (SCHERBATSKOY, AHI, 1916).

A família Paula e Souza disputava questões de terra já de longa data com os Antoniewicz, sendo que, sobre esses últimos, pairava o boato de terem sido os responsáveis pela morte do próprio Arthur de Paula, em outubro de 1914, ao participarem de um piquete que incendiou a fazenda e matou esse coronel.

De acordo com os documentos anexos à nota do Ministro Plenipotenciário russo, Mariano Antoniewicz havia comprado de Florentino José Marques e de Arthur de Paula e Souza, em 31 de agosto de 1905, 50 alqueires de terras situadas na margem esquerda do rio Iguaçu, que faziam parte da fazenda Santa Leocádia. Para Florentino, Mariano pagou a quantia de 300 mil réis, conforme recibo encontrado na documentação da legação russa. Arthur de Paula, por sua vez, recebeu o valor de 500 mil réis como forma de pagamento do terreno, como consta em outro recibo. O coronel reconhecia, dessa forma, o primeiro comprador e se comprometia a passar em favor de Mariano Antoniewicz a escritura formal.

Afirmava a viúva, ainda, que as terras, quando adquiridas, constituíam apenas matas, o que explicava o baixo valor pago pelas mesmas, e que, dispendo de uma grande família, eles conseguiram, em alguns anos de trabalho, cultivar grande área de terras, arranjar bom erval, construir uma boa casa de moradia e outras menores, como também edificar outros espaços próprios para armazenar produtos necessários para a agricultura, bem como ferramentas. Adquiriram também gado vacum, cavalos e suíno, o que fazia dia a dia aumentar os seus bens. Contudo,

O proprietario anterior, tendo vendido parte da sua fazenda a outros colonos, vendo o valor que iam adquirindo as terras cultivadas, começava a se arrepender de tel-as vendido e por todos os meios procurava reentrar na posse dellas, e por isto recusava-se a passar escripturas formaes, tanto mais que o facto de estar sendo construida a Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande dava ainda maior valor ás terras de S. Leocadia que atravessava de lado a lado. (SCHERBATSKOY, AHI, 1916).

Relatou ela que o sítio era de causar inveja não só ao ex-proprietário como à todos que o vissem. Por vezes também hospedavam pessoas da administração da Ferrovia, por essa passar muito próximo da casa da família e forneciam aos destacamentos militares carne e outros gêneros alimentícios produzidos na propriedade.

Além dos recibos enviados como documentos, a fim de comprovar que as terras eram de Mariano Antoniewicz, uma espécie de atestado emitido por um primeiro tenente do regimento de infantaria do Exército, também foi juntado à nota da legação russa, a fim de dar veracidade ao que a viúva afirmava.

Benedicto de [...] Correa, primeiro tenente do 5º Rejimento de Infantaria do Exercito. Attesto sob palavra de honra que o fallecido Mariano Antonovitch, um filho e um irmão [...] barbaramente assassinados em sua casa por Zacaria de Paula sobrinho e diverços capangas no logar denominado Santa Leocadia, nunca foram fanaticos, e que eram trabalhadores honestos, como tive ocasião de ver quando alli estive [...] com uma Companhia do desesseis batalhão de infantaria. Attesto ainda mais que os assassinos alem das mortes, saquearam e roubaram tudo que poderam carregar e lançaram fogo nas trez casas de propriedade de Mariano deixando a sua familia em extrema miseria. Mariano possuia em Santa Leocadia Trez propriedades e cincoenta alqueires de terras, grande herval, muitos animais, vacuns e bovinos que tudo foi roubado. Durante a minha permanencia em Santa Leocadia, Mariano fornecia a minha força de carne verde, verduras, pães e alguns generos. [...](SCHERBATSKOY, AHI, 1916).

Foi assim, com base nesses documentos e nos relatos de vizinhos enviados pela viúva à autoridade diplomática, que essa, por sua vez, exigiu atenção e justiça à família de Mariano Antoniewicz, conforme tradução a seguir do documento enviado pela Legação russa:

Nestas circunstâncias, bem como Vossa Excelência irá apreciar, sugerem que este é um mal-entendido, que com toda a probabilidade teria sido causado ou facilitado pelo estado de incerteza que reinava em momento do crime na área onde foi cometida, que era então o assunto de uma disputa entre os Estados de Paraná e Santa Catarina.

Pode – ser este estado de incerteza quanto ele explica como nenhuma ação foi tomada pelas autoridades locais após o assassinato e como a viúva do assassinado foi deixada sem justiça ou reparação.

Os membros sobreviventes da família disseram que notificaram a legação imperial dos eventos acima, eu é meu dever trazê-los ao conhecimento do Governo Federal na certeza de que Vossa Excelência estará dando a sua atenção e fazer justiça à viúva de Antonovich e aos órfãos da única maneira possível agora: tê-los retornar o valor de perdas materiais. [...]. (SCHERBATSKOY, AHI, 1916).

Afirmava a autoridade diplomática que, até a data de envio da presente nota ao Ministério das Relações Exteriores, nenhum inquérito havia sido iniciado, nem tão pouco qualquer processo criminal, mesmo com a ciência de todas as autoridades de ambas as margens do rio Iguazu acerca dos atos criminosos ocorridos. E que a viúva, tendo ficado sem meios de vida, por repetidas vezes tentou apresentar queixas, mas as autoridades locais recusavam recebê-las, declarando não se achar a fazenda em local sob sua jurisdição. Atribuía, ainda, essa negligência e omissão ao medo que as autoridades locais tinham de instaurar um processo contra a gente do coronel Fabrício, uma vez que acusava a participação desses homens, juntamente com familiares de Arthur de Paula, no assassinato de seus entes.

Entre os documentos emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores consta uma primeira correspondência em resposta à Legação russa, com data de 05 de fevereiro de 1917, quase um ano depois da primeira nota enviada com a reclamação da viúva. Nessa, o Ministro das Relações Exteriores - Lauro Müller coloca que iria se dirigir ao Ministério da Guerra e ao governo do estado de Santa Catarina, cuja resposta faria chegar oportunamente ao conhecimento daquela Legação.

A 30 de maio de 1917, o sucessor de Lauro Müller no Ministério das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, enviou a seguinte resposta ao Ministro Plenipotenciário da Rússia:

Em additamento á nota nº 1, que o meu antecessor dirigiu a essa Legação em 5 de Fevereiro ultimo, tenho a honra de transmittir a V.Ex. as informações que, sobre a reclamação apresentada pela viuva do subdito russo Marian Antonovich, este Ministerio acaba de receber do Governo do Estado de Santa Catharina.

Segundo essas informações, Marian Antonovitch comprou, de facto, um terreno com 50 alqueires, mais ou menos, pertencente a Arthur de Paula, e que fazia parte da fazenda de S. Leocadia. O pagamento da compra foi effectuado em duas prestações: uma, de 300\$000, em dinheiro: outra, com um documento firmado por Kaezenareki reconhecendo uma divida de 500\$000.

Quanto ao assalto a propriedade de Antonovich, os filhos de Arthur de Paula não tomaram parte no mesmo, como allega a reclamante, pois que, naquella occasião, se achavam elles no logar denominado Triumpho.

Com relação ao documento de divida, na importancia de 500\$000, assignado por João Cordeiro, e que a reclamante disse ter sido apprehendido, a viuva do devedor ja fez o respectivo pagamento em terras no valor daquella quantia.

Accrescenta, entretanto, o Presidente do Estado de Santa Catharina que o logar denominado Anta Gorda, onde se deram os acontecimentos, se achava, naquella occasião, sob a jurisdição do Governo Federal.

Por isso, aguardo ainda os esclarecimentos que este Ministério pediu ao dos Negócios da Guerra, os quaes, logo que aqui chegarem, serão communicados a essa Legação. [...]. (PEÇANHA, Nota n. 5, AHI, 1917).

A partir dessa nota, parece terem cessado as correspondências entre os representantes dos dois países, pelo menos mais nada foi encontrado na pesquisa realizada no Arquivo do Itamaraty.³² Contudo, segundo Tokarski (2008, p. 275), os descendentes de Arthur de Paula e Souza continuaram a contenda com a família Antoniewicz. A viúva Francisca deu início ao inventário dos bens deixados por Mariano e avaliados em um conto e 400 mil réis, em 18 de outubro de 1921. Na sua certidão de óbito, expedida somente em 04 de maio de 1922, constou que o patriarca havia falecido em casa, vítima da rebelião do fanatismo.

Considerações finais

As fontes analisadas na presente pesquisa, nos remetem à mais do que eventos corriqueiros, nos apontam casos que podem ser tomados como intersecções do processo imigratório. Ao nos atentarmos à essas intersecções da política imigratória brasileira, nos deparamos com pequenos nós nas tramas ou melhor, no tecido social daquele projeto nacional. Diferentes nuances sobre uma mesma conjuntura tornam-se perceptíveis, aspectos novos vem à tona e indícios, que muitas vezes passariam despercebidos aos historiadores que desenvolvem estudos a partir de macro escalas de análise (ROSENTAL, 1998) possibilitam uma outra leitura, graças ao método microhistórico utilizado no presente trabalho. A redução de escala não serve só para reconstruir uma história individual, mas em ver algo de 'grande' dentro desta pequena escala. (LEVI, 2017).

Nesse sentido, foi possível construir um novo olhar sobre o imigrante, sobre as relações

³² Na pesquisa desenvolvida no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, bem como no Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro, entre os casos que me chamaram atenção encontra-se também o do polonês Witoldo Roguski, acontecido no ano de 1921. O pedido de indenização feito pela família e encaminhado pelo consulado polonês ao governo brasileiro não foi aceito, e mais uma vez uma família de imigrantes e cidadãos brasileiros pagou com vidas o preço da ingerência dos Governos Federal e Estadual, do coronelismo e da incompetência das forças públicas na região do Contestado. Esse caso é abordado em profundidade na tese de doutorado de Cristina Dallanora sob o título: "Conflitos no ex-Contestado: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira", e defendida no ano de 2019, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

estabelecidas com nacionais, fossem essas amistosas ou conflituosas, sobre seu entendimento acerca da legislação brasileira, no que diz respeito aos direitos de cidadania e da propriedade, e sobre as diferentes formas de tratamento por parte do governo brasileiro para com imigrantes e nacionais num mesmo contexto.

A postura de convivência e, até certo ponto, de cumplicidade do general Setembrino de Carvalho com atos criminosos como a chacina do Iguçu, prova a dependência bélica e contingencial que o Exército tinha em relação aos diversos grupos de vaqueanos liderados por coronéis e fazendeiros da região, mas, sobretudo, o quanto esses chefetes locais se aproveitaram do Exército, a fim de manter e assegurar privilégios tradicionais principalmente políticos e relacionados a propriedade.

Por fim, pude perceber, pelo menos até onde as fontes pesquisadas me permitiram chegar, que, apesar da ação dos familiares e das diferentes representações diplomáticas, o governo brasileiro procurava, sempre que possível, utilizar o discurso da igualdade de tratamento entre colonos nacionais e estrangeiros e, assim, eximir-se de pagamentos de indenizações solicitadas pelos familiares e representações diplomáticas. Se, para os pagamentos das indenizações, o governo seguia uma regra procurando ser equânime, o mesmo não se dava no que diz respeito à aplicação da justiça, uma vez que dificilmente se apuravam os fatos e raramente se puniam os responsáveis pelas propriedades tomadas, pelas propriedades incendiadas ou pelas vidas apagadas.

Referências

CARVALHO, Fernando Setembrino de. Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

DALLANORA, Cristina. Conflitos no ex-Contestado: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. 215f. Tese (Doutorado em História).

HEINSFELD, Adelar. Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe – SC. São Paulo: Perse, 2014.

LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno. Entrevista com Giovanni Levi. In: Revista Brasileira de História, 2017, n 74, v 37, p.157- 82. 2017.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-37-74-00157.pdf>>.
Acesso em: 22 dez. 2019.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A Política de colonização do Império. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

PEIXOTO, Demerval. Campanha do Contestado, III. A grande ofensiva. v. 3. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção Farol do Saber).

POYER, V. Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado 1907-1918. 2018, 350f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2018.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008. 430 f.*

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.151- 72.

SEYFERTH, Giralda. o colono múltiplo: transformações sociais e (re)significação da identidade camponesa. In: Raízes, 2011, n 1, v 31, p.10-24, jan.- jun. 2011.

TOKARSKI, Fernando. Os polacos na Guerra do Contestado. In: ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p. 249- 82.

WEHLING, Arno et al (Org.). Cem anos de Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

Fontes

Relatório elaborado por Manoel Coelho Rodrigues. Secretaria do Estado das Relações Exteriores, 25 fev.1915. In: Relatório de Atividades. Arquivo Histórico do Itamaraty – (AHI), RJ. 322/1/24.

Nota enviada pelo Ministro Plenipotenciário de S. M., o Imperador de todas as Rússias, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 15 fev. 1916. In: Representações Estrangeiras-Rússia. Notas e Telegramas Recebidos 1900 a1926. Arquivo Histórico do Itamaraty – (AHI), RJ. 289/1/22.

Nota n. 5 enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro Plenipotenciário da Rússia. 30 de mai. 1917. In: Representações Estrangeiras-Rússia. Notas e Telegramas Expedidos 1906 a1926. Arquivo Histórico do Itamaraty – (AHI), RJ. 289/2/4.

LACERDA, Mauricio de. Anais da Câmara dos Deputados, RJ, 1916.

Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br>>.

Jornais

O Diário da Tarde - Curitiba - PR

Comércio do Paraná - Curitiba - PR

Gazeta de Notícias - Rio de Janeiro - RJ

O Imparcial - Rio de Janeiro - RJ

Nordeste Brasileiro: Driblando as Mazelas, uma Revolução Histórica

Cesar Capitanio

Mestre em História Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
cesar.capitanio@uffs.edu.br

Resumo

A Região Nordeste brasileira foi tratada durante tempo como região das perdas: econômicas, sociais e inclusive populacionais. Problemas de ordem econômica, fruto de altas taxas de desigualdade social, de mentalidade coronelista na política, indicadores sociais baixos, agravados com o flagelo da seca. Milhares de nordestinos migraram para outras regiões do país, seja de maneira definitiva, ou em busca de empregos sazonais. Em 2002, Lula, um retirante nordestino, se elege presidente. E passa a tratar o Nordeste como centralidade no debate nacional. Apesar de inúmeras críticas ao caráter populista que medidas tomadas por seu governo possam ter sido caracterizadas, o dado concreto é que o Nordeste brasileiro cresceu a médias superiores a média nacional. Programas de transferência de renda, articulados a crédito agrícola, políticas de acesso à água e energia elétrica, potencializaram este impulso. E várias oligarquias políticas dos Estados nordestinos, passaram a ser derrotadas por novas forças políticas. Muito embora, várias das oligarquias mantiveram alianças políticas com o governo Lula. Um destes exemplos foi a família Sarney, mas que em 2014, seu grupo político é derrotado ao governo do Maranhão por Flávio Dino. Mas o carlismo foi derrotado por Jaques Wagner na Bahia, os Cunha Lima foram derrotados por Ricardo Coutinho na Paraíba. Atualmente, os Estados do Nordeste compõem estratégias de desenvolvimento articuladas e com visão nacional paradoxal ao neoliberalismo vigente. Esta articulação está ancorada no Consórcio Nordeste, criado em março de 2019 pelos nove estados nordestinos, que pretende avançar de forma integrada em projetos para a região.

Palavras-chave: Consórcio Nordeste; Sertão; Transformações sociais.

Introdução/Justificativa

A Região Nordeste do Brasil, uma 5 das regiões políticas do IBGE é constituída por nove estados, marcados por uma gama heterogênea nos aspectos econômicos, culturais, sociais, de biodiversidade e clima. O critério de regionalização usado neste artigo é este do IBGE até por estar se tratando de discussões de aspectos políticos.

Tratando dos aspectos da heterogeneidade regional, o estado do Maranhão por exemplo, tem boa parte do seu território constituído por uma extensão da Amazônia Legal. Já nas porções ao sul do Maranhão e do Piauí, e oeste da Bahia, uma espécie de extensão do Cerrado, compondo uma área de produção agrícola em grandes propriedades, do arco do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia). As áreas litorâneas abrangem os nove Estados, sendo que o Piauí é o que tem a faixa mais estreita de litoral e único estado cuja capital (Teresina), não está na faixa litorânea; a concentração populacional nordestina está na faixa litorânea, incluindo as 3 metrópoles regionais, Salvador, Recife e Fortaleza. No Agreste, faixa de transição entre o litoral e as regiões do Sertão semiárido, encontram-se cidades importantes como Campina Grande na Paraíba, Caruaru e Garanhuns em Pernambuco e Feira de Santana na Bahia. Após, o Sertão semiárido ou também conhecido como “Polígono das Secas (que se estende também ao Norte de Minas Gerais, se tratarmos das condições climáticas) e abrange regiões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, de baixos índices pluviométricos e cujo bioma característico é a Caatinga; e por fim, faixas de Zona da Mata, especialmente ao sul da Bahia.

Conforme Roberto Lobato Corrêa (2003), a região é tratada como região das perdas: econômicas, sociais, e também populacionais, devido a intensa migração de nordestinos para o Sul e Sudeste, mas também ao Centro-Oeste e em outros contextos históricos, também ao Norte. Os fatores para se chegar a isso, terão destaque a posterior.

Problemas de ordem econômica, fruto de altas taxas de desigualdade social, de mentalidade coronelista na política, indicadores sociais baixos, agravados com o flagelo da seca no Sertão semiárido. Milhares de nordestinos migraram para outras regiões do país, seja de maneira definitiva, ou em busca de empregos sazonais. Em 2002, Lula, um retirante nordestino, se elege presidente. E passa a tratar o Nordeste como centralidade no debate nacional. Apesar de inúmeras críticas ao caráter populista que medidas tomadas por seu governo possam ter sido caracterizadas, o dado concreto é que o Nordeste brasileiro cresceu a médias superiores à média nacional. Programas de transferência de renda, articulados a crédito agrícola, políticas de acesso à água e energia elétrica, potencializaram este impulso. E várias oligarquias políticas dos Estados nordestinos passaram a ser derrotadas por novas forças políticas, de caráter mais progressista. A que se destacar, contudo, que

várias destas oligarquias mantiveram alianças políticas com o governo Lula. Um destes exemplos foi a família Sarney, mas que em 2014, seu grupo político é derrotado ao governo do Maranhão por Flávio Dino. Entretanto o carlismo foi derrotado por Jaques Wagner na Bahia, os Cunha Lima foram derrotados por Ricardo Coutinho na Paraíba, apenas para pontuar dois exemplos. Atualmente, os Estados do Nordeste compõem estratégias de desenvolvimento articuladas e com visão nacional paradoxal ao neoliberalismo vigente. Esta articulação está ancorada no Consórcio Nordeste, criado em março de 2019 pelos nove estados nordestinos, que pretende avançar de forma integrada em projetos para a região.

Objetivo

Pretende-se neste artigo, compreender a importância desta articulação dos governos estaduais do Nordeste, e como isso impacta no desenvolvimento econômico e social, além de analisar o impacto dos investimentos públicos na melhora dos indicadores sociais e econômicos daquela região

Metodologia

Metodologicamente, se fez uso de leituras de matérias jornalísticas, tratados científicos sobre consórcios governamentais, uso de bibliografias correlatas, para que um esboço do assunto permita ao leitor uma breve compreensão daqueles aspectos regionais e da constituição do Consórcio Nordeste em si, e de seus desdobramentos e importância.

A formação econômica e social do Nordeste brasileiro

A primeira capital do Brasil-colônia foi Salvador e as primeiras incursões econômicas dos portugueses foram no Nordeste. Inclui-se aí, o ciclo do açúcar, notadamente na capitania de Pernambuco, produção de algodão no Maranhão, o ciclo de controle dos holandeses em Pernambuco, dos franceses no Maranhão, a exploração do babaçu e da carnaúba no Maranhão e no Piauí, dentre outras tantas atividades econômicas, desde o século XVI. O dado concreto que isto fez surgir cidades

que estão dentre as mais velhas do país, como Salvador, Recife, Olinda, Parnaíba, São Luís, Porto Seguro e mesmo cidades no Sertão, em especial ao longo do São Francisco, como Piranhas em Alagoas e Juazeiro na Bahia.

Mas este modelo de desenvolvimento assentado especificamente na monocultura exportadora, e geração de riquezas para portugueses, holandeses ou franceses, formou uma sociedade desigual, acentuada pela formação de oligarquias regionais, de amplo controle político e econômico, o fenômeno do coronelismo político. Contudo, sempre houveram insurreições populares contra as ideias de mandonismo e contra a desigualdade social, seja como levante e organização popular, como Canudos/Belo Monte, seja pelo banditismo social dos cangaceiros, em especial Lampião e seu bando, e outras formas de resistência.

O flagelo da seca faz parte da vida dos sertanejos nordestinos, e também em paralelo a isto, a questão da fome e da subnutrição. Na produção acadêmica brasileira, se notabilizaram as obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*, de Josué de Castro, para explicitar a questão da miséria e da fome.

Quanto a questão hídrica, Dom Pedro II, quando visitou o Vale do São Francisco em 1850, fez a promessa de transpor as águas do Velho Chico, incluindo uma frase do imperador tornada famosa “vendo a última joia da coroa, mas acabarei com esta calamidade”³³. A obra da transposição foi sendo prometida desde então por sucessivos governos em sequência, incluindo FHC, cujo governo esboçou teses de estudo técnico. E para combater o flagelo, a construção de açudes, a exceção do Estado do Maranhão, que possui índices pluviométricos melhores, em sucessivos governos, permitiu que abastecimento urbano fosse garantido, pelo menos de maneira apenas razoável. Ao longo dos anos, o uso de caminhões-pipa para abastecimento de água. Aliás, o uso do caminhões-pipa ainda é comum no Sertão dos estados nordestinos.

³³ *O sertão vai virar mar*. Disponível em: https://istoe.com.br/1651_O+SERTAO+VAI+VIRAR+MAR/. Publicado em 09/02/2005. Acesso em 09/11/2020.

2002: um retirante nordestino na Presidência

Em 2002, a eleição do presidente Lula em 2002 carrega uma simbologia: é um retirante nordestino, que com a mãe e irmãos, enfrentou as mazelas da fome e da seca, e se deslocou de Caetés, a época Garanhuns, sertão de Pernambuco, para São Paulo. E de toda esta trajetória, em sua quarta tentativa na disputa presidencial, se elegeu presidente.

E nos governos Lula (posteriormente governos Dilma), os investimentos na região Nordeste tiveram considerável incremento, e isto produziu alterações na dinâmica regional, conforme destacar-se-á na sequência.

A primeira ação concreta, logo no início do governo Lula, foi o início do Programa Fome Zero no município de Guaribas³⁴, no Piauí, que possuía um dos piores indicadores sociais no Brasil. Na verdade, dentre os municípios que tinham os piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil, PIB *per capita* baixo, e problemas sociais graves, centenas de municípios nordestinos estavam nestas listas.

Os programas de transferência de renda causaram impacto real nos indicadores sociais e também econômicos em muitas destas regiões. O jornal *Valor Econômico*, por exemplo, em 12 de junho de 2013, produziu matéria cujo título “Com Bolsa Família e cisternas, menos famílias fogem do Sertão”³⁵. A matéria em questão, dá destaque também a política de expansão de cisternas, que permitiu a possibilidade de milhares de famílias de sertanejos poderem armazenar água da chuva, para os períodos de estiagem prolongada.

No que se refere a questão das alianças políticas, houve movimentos dos governos Lula e posteriormente também dos governos Dilma, para composições políticas com setores das oligarquias nordestinas. No Maranhão, houve aliança com as famílias Sarney e Lobão; no Ceará, Ciro Gomes, que havia sido candidato a presidente, quarto colocado nas eleições presidenciais de 2002, assumiu o

³⁴ *Programa Fome Zero começa a mudar o perfil de Guaribas e Acauã (PI)*. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-05-02/programa-fome-zero-comeca-mudar-perfil-de-guaribas-e-acaua-pi>. Publicado em 02/05/2003. Acesso em 10/11/2020.

³⁵ *Com Bolsa Família e cisternas, menos famílias fogem do Sertão*. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/06/12/com-bolsa-familia-e-cisternas-menos-familias-fogem-do-sertao.ghtml>. Publicado em 12/06/2013. Acesso em 10/11/2020.

cargo de Ministro da Integração Nacional do governo Lula, e estabelecendo em seu estado aliança com o PT na eleição para governador do seu irmão Cid Gomes em 2006 – além dos Ferreira Gomes, Eunício de Oliveira também foi aliado dos governos Lula e Dilma; no Rio Grande do Norte, houve aliança com a oligarquia Alves; em Pernambuco, composição com o PSB, do clã Arraes/Campos, em Alagoas, alianças com Renan Calheiros e Fernando Collor de Mello. A exceção está na Bahia, onde a candidatura de Jaques Wagner para governador em 2006, interrompeu a sequência de governos do carlismo, derrotando Paulo Souto, escolhido de ACM para aquela disputa; contudo, houve alianças mantidas desde então, com setores que romperam com o carlismo, como é o caso do outrora vice-governador e atual senador Oto Alencar, e o atual vice-governador João Leão.

Estas composições políticas trouxeram por um lado, hegemonia política medida nos resultados eleitorais, com votações expressivas nas eleições presidenciais de Lula em 2006, e de Dilma em 2010 e 2014, em ambos os turnos. E de outro, vitórias eleitorais de parcela destes grupos oligárquicos, em eleições municipais e em alguns estados, além de eleições legislativas, escorados na grande popularidade de Lula nas pesquisas de opinião. Só para listar como exemplo, o atual governador de Alagoas, reeleito, é Renan Filho, filho do senador Renan Calheiros (também reeleito senador), e mesmo em 2018, com o MDB tendo lançado a candidatura de Henrique Meirelles a presidência, Renan Calheiros e Renan Filho preferiram apoiar Fernando Haddad, que repetindo as votações de seus antecessores, teve expressiva votação e venceu em todos estados nordestinos no segundo turno, e tendo sido a única região que Haddad venceu Bolsonaro.

Além dos programas de transferência, que foram iniciados no governo FHC, mas tiveram amplitude de escala nos governos Lula e Dilma, uma série de outros investimentos federais do período tiveram impacto, o resultado disto é medido nos números: o crescimento econômico do Nordeste, dentre 2002 e 2015, foi acima da média nacional, muito embora tivesse ficado atrás das Regiões Norte e Centro-Oeste. Programas de transferência de renda, de eletrificação, de habitação, expansão de universidades públicas e institutos federais, programas de cisternas, construção de adutoras e o início das obras da Transposição do Rio São Francisco e de outras obras de infraestrutura, também colaboraram neste sentido.

Sobre números e crescimento econômico, na tabela abaixo é identificado, mesmo que

timidamente, como a Região Nordeste aumentou sua participação na composição geral do PIB brasileiro:

Tabela 1 – Média de crescimento das regiões brasileiras dentre 2002 e 2015

Macrorregiões	Taxa média de crescimento do PIB regional entre 2002 e 2015	Participação no PIB do Brasil (%)	
		2002	2015
Norte	4,3%	4,7	5,4
Centro-Oeste	4,1%	8,6	9,7
Nordeste	3,2%	13,1	14,2
Sudeste	2,7%	57,4	54,0
Sul	2,4%	16,2	16,8
Brasil	2,9%	100	100

Fonte: Moraes & Steinberger, 2009, p. 287

No que se refere ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, é uma obra que tem seu início de fato no governo Lula em 2005, muito embora como citado anteriormente, tenha sido prometida inicialmente por Dom Pedro II em 1850. Com diversas polêmicas, oposição a sua implantação, atrasos, acabou tendo seu Eixo Leste inaugurado em 2017 pelo presidente Temer³⁶, em cerimônia mais fechada e posteriormente, uma inauguração popular em Monteiro na Paraíba³⁷, com presença de multidão, e dos ex-presidentes Lula e Dilma, além do governador Ricardo Coutinho do Paraíba e outras lideranças políticas de todos os Estados do Nordeste.

Ainda sobre a transposição, são dois eixos que desviam água de regiões do Médio São Francisco, em dois canais que iniciam com bombeamento, mas depois por gravidade, e se deslocam para alimentar açudes para abastecer cidades, irrigar pequenas propriedades, e perenizar rios intermitentes. O Eixo Norte se desloca de Cabrobó em Pernambuco, e passa do sertão pernambucano

³⁶ *Temer inaugura etapa da transposição do rio São Francisco*. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/temer-inaugura-etapa-transposicao-rio-sao-francisco-65831/>>. Publicado em 30/01/2017. Acesso em 09/11/2020.

³⁷ *Em grande festa popular, Lula e Dilma inauguram transposição do Rio São Francisco*. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/03/em-grande-festa-popular-lula-e-dilma-inauguram-transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Publicado em 19/03/2017. Acesso em 09/11/2020.

até chegar na Barragem de Jati, no Cariri cearense, esta barragem recentemente inaugurada³⁸ – o projeto final, em tese, seria levar água até o Rio Grande do Norte. O Eixo Leste parte de Floresta, em Pernambuco, e do sertão pernambucano, chega até Monteiro na Paraíba, onde ajuda perenizar o Rio Paraíba – esta que foi a obra concluída no governo Temer (que executou as partes finais do projeto); em que pese todas as críticas de ordem social, política, ambiental e denúncias de possíveis esquemas de corrupção na execução da obra, o canal colaborou para evitar colapso hídrico nestas regiões, incluindo Campina Grande³⁹, segundo maior município em população da Paraíba.

Eleições de 2018 e a formação do Consórcio Nordeste

Conforme já destacado acima, nas eleições de 2018, o Nordeste foi a única região do país que Fernando Haddad venceu o presidente eleito Jair Bolsonaro, totalizando 69,7% dos votos válidos. A liderança do ex-presidente Lula e as alianças regionais fizeram chegar nestes resultados. Inclusive elegendo 9 governadores aliados – reelegeram-se 8, Rui Costa do PT na Bahia, Belivaldo Chagas do PSD, em Sergipe, Renan Filho do MDB em Alagoas, Paulo Câmara do PSB em Pernambuco, João Azevedo, a época no PSB, na Paraíba, Camilo Santana do PT no Ceará, Wellington Dias do PT no Piauí e Flávio Dino do PCdoB no Maranhão. Destes, apenas Belivaldo Chagas precisou disputar o segundo turno. E somou-se ao grupo, Fátima Bezerra do PT, eleita a única mulher governadora em 2018, no segundo turno, no Rio Grande do Norte.

Esta proximidade política entre todos os governadores permite que estratégias comuns dos governos dos estados nordestinos tenham sido tomadas, inclusive acentuadas por supostas ameaças do presidente eleito de retaliar a região, no episódio em que se referiu ao governador maranhense Flávio Dino como o “pior dos paraibas”⁴⁰. Clementino (2019, p. 168), destaca que

³⁸ *Sem governadores, Bolsonaro inaugura trecho da obra do Rio São Francisco*. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/26/sem-governadores-bolsonaro-inaugura-trecho-da-obra-de-transposicao-do-rio-sao-francisco.ghtml>. Publicado em 26/06/2020. Acesso em 09/11/2020.

³⁹ *Boqueirão acumula recarga hídrica de 27,1 milhões de m³ após 8 meses da chegada das águas do São Francisco*. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/boqueirao-acumula-recarga-hidrica-de-271-milhoes-de-m%C2%B3-apos-oito-meses-da-chegada-das-aguas-sao-francisco.html>. Publicado em 18/12/2017. Acesso em 09/11/2020.

⁴⁰ *Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é do Maranhão’, diz Bolsonaro*. Disponível em:

O alinhamento político entre os nove estados e seus governadores coloca em bloco o papel, o entendimento e a crítica do Nordeste frente ao contexto nacional, notadamente no que diz respeito a propostas em debate no país e que resultam em mudanças importantes em políticas públicas.

É neste sentido, das estratégias comuns, que se destaca o Consórcio Nordeste. Muito embora a prática de consórcios neste sentido é regulamentada no país, Clementino (IDEM) destaca o ineditismo de ações desta natureza envolvendo estados federados, nestes termos⁴¹:

Ressalto, agora, o ineditismo do Consórcio Nordeste, uma vez que é o primeiro do Brasil entre estados federados, não incluindo entes municipais e federal. Trata-se de alternativa de negociação e decisão coletiva compartilhada sobre o futuro comum desses entes federativos. Nesse sentido, o ordenamento e o planejamento territorial representam contribuição fundamental para a capacitação e o desenvolvimento sociopolíticos da sociedade, desde que sejam resultantes de um processo de dimensões, ao mesmo tempo, técnica e política.

E as ações conjuntas do Consórcio Nordeste estão se materializando em diversas iniciativas. Uma delas se refere ao combate a pandemia do COVID-19, em que foi constituído o Comitê Científico do Consórcio Nordeste, que é assim definido⁴²:

O Comitê Científico do Consórcio Nordeste para o COVID-19, integrado por representantes de todos Estados da região e assessorados por cientistas e médicos de outras regiões do País e do exterior, tem como missão reunir informações para orientar e articular as ações dos Estados e Municípios para o combate à pandemia.

As ações propostas pelo Consórcio Nordeste visam ter cooperação internacional, investimentos articulados, política de comunicação integrada entre os canais públicos dos estados, políticas articuladas de geração de emprego e renda. A conjuntura acabou mudando com a pandemia, em virtude de que a energia precisou ser canalizada em mecanismos de enfrentamento ao COVID-19. Mas é uma iniciativa interessante em um cenário político complexo e que desde 2015, a austeridade fiscal como pressuposto, reduziu o peso do Estado como indutor do desenvolvimento

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/daqueles-governadores-de-paraiba-o-pior-e-o-do-maranhao-diz-bolsonaro.ghtml>. Publicado em 19/07/2019. Acesso em 09/11/2020.

⁴¹ Idem.

⁴² Boletim 01 do Comitê Científico do Consórcio Nordeste (01/04/2020). Disponível em:<
<https://www.comitecientifico-ne.com.br/c4ne/boletins>>. Acesso em 10/11/2020.

econômico.

Clementino (2019, p. 170) explicita as bases do Consórcio Nordeste:

A iniciativa dos governadores nordestinos numa associação em consórcio revela, portanto, as dificuldades em estabelecer um projeto para a região. Acredito que a aposta no êxito do Consórcio Nordeste está ancorada: i) na existência de uma identidade regional solidamente construída; ii) em uma crise econômica e política no país, forçando saídas conjuntas de gestão governamental pelas lideranças políticas regionais, hoje potencializadas por interesses de bloco político-partidário em oposição ao governo central; iii) em um discurso técnico presente em instituições de fomento ao desenvolvimento como a Sudene e o Banco do Nordeste; iv) em um fundo constitucional com a finalidade específica de promoção do desenvolvimento; e v) em lideranças políticas, nesse momento, bem articuladas em torno de arranjos institucionais de gestão pública, como o Fórum dos Governadores e, agora, o Consórcio Nordeste.

Neste cenário de incertezas e de refluxo econômico em que o Brasil tem passado, com quedas no PIB em 2015 e 2016, recuperação tímida em 2017, 2018 e 2019, e tendência de queda forte em 2020, as teses liberais tem demonstrado seus limites. A austeridade fiscal e as reformas, como a Reforma Trabalhista e Previdenciária, a redução dos investimentos públicos, não colaboraram para uma recuperação econômica plena. Como destaca Clementino (IDEM) “atualmente, o que está em jogo é uma ameaça (ou desmonte) do ensaio social-desenvolvimentista e sua ‘tradução’ no espaço regional”.

A crise política iniciada após a vitória de Dilma Rousseff em 2014, sobre Aécio Neves, e todo o desenrolar do processo de impeachment da ex-presidente, ajudou agravar a condição. E em 2020, este cenário de economia frágil, os problemas se avolumaram com a pandemia.

Neste sentido, as iniciativas dos estados nordestinos indicam um caminho diferente da tendência hegemônica das narrativas recentes. Dão valor aos investimentos públicos como estratégia de retomada do crescimento.

Considerações finais

Em breves reflexões, que carecem de uma densidade analítica, a intenção deste artigo foi

demonstrar que a Região Nordeste do Brasil, independente de seus problemas sociais, teve avanços econômicos e sociais nas últimas décadas. E que estes avanços, diminuíram a intensa migração de nordestinos (permanente ou sazonal), diminuíram a miséria extrema, e aumentaram a participação nordestina no PIB brasileiro. Estes avanços foram possíveis com políticas de transferência de renda e investimentos públicos. E que em cenário mais recente, de crise econômica e social no Brasil, os governos estaduais do Nordeste apresentam uma possibilidade, articulada, de solução de problemas, o Consórcio Nordeste. A efetividade desta iniciativa ainda carece de elemento temporal, haja visto que está em fluxo; carece também de novas abordagens, que permitiriam uma reflexão mais profunda.

Referências

Boletim 01 do Comitê Científico do Consórcio Nordeste (01/04/2020). Disponível em: <<https://www.comitecientifico-ne.com.br/c4ne/boletins>>. Acesso em 10/11/2020.

Boqueirão acumula recarga hídrica de 27,1 milhões de m³ após 8 meses da chegada das águas do São Francisco. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/boqueirao-acumula-recarga-hidrica-de-271-milhoes-de-m%C2%B3-apos-oito-meses-da-chegada-das-aguas-sao-francisco.html>. Publicado em 18/12/2017. Acesso em 09/11/2020.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste.** Boletim Regional, Urbano e Ambiental, jul-dez 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9702/1/BRUA21_Opiniao1.pdf. Acesso em 09/11/2020.

Com Bolsa Família e cisternas, menos famílias fogem do Sertão. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/06/12/com-bolsa-familia-e-cisternas-menos-familias-fogem-do-sertao.ghtml>>. Publicado em 12/06/2013. Acesso em 10/11/2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2003. 7^a ed. Série Princípios.

Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é do o Maranhão’, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/daqueles-governadores-de-paraiba-o-pior-e-o-do-maranhao-diz-bolsonaro.ghtml>. Publicado em 19/07/2019. Acesso em 09/11/2020.

Em grande festa popular, Lula e Dilma inauguram transposição do Rio São Francisco. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/03/em-grande-festa-popular-lula-e>>

dilma-inauguram-transposicao-do-rio-sao-francisco/>. Publicado em 19/03/2017. Acesso em 09/11/2020.

MORAES, Sílvia Ribeiro de. Steinberger, Marília. **A desconcentração produtiva entre 2000 e 2015: uma nova dinâmica virtuosa?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 21, núm. 2, 2019, pp. 280-297. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.

O sertão vai virar mar. Disponível em:

https://istoe.com.br/1651_O+SERTAO+VAI+VIRAR+MAR/. Publicado em 09/02/2005. Acesso em 09/11/2020.

Programa Fome Zero começa a mudar o perfil de Guaribas e Acauã (PI). Disponível em:

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-05-02/programa-fome-zero-comeca-mudar-perfil-de-guaribas-e-acaua-pi>. Publicado em 02/05/2003. Acesso em 10/11/2020.

Sem governadores, Bolsonaro inaugura trecho da obra do Rio São Francisco. Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/26/sem-governadores-bolsonaro-inaugura-trecho-da-obra-de-transposicao-do-rio-sao-francisco.ghtml>. Publicado em 26/06/2020. Acesso em 09/11/2020.

Temer inaugura etapa da transposição do rio São Francisco. Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/noticias/temer-inaugura-etapa-transposicao-rio-sao-francisco-65831/>>. Publicado em 30/01/2017. Acesso em 09/11/2020.

De Representação Fidedigna para Fonte de Construção do Conhecimento: Uma Análise das Pinturas de Johann Moritz Rugendas

Willian Fernando Peplow

Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2020); especialista em História das Revoluções e dos Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2019); especialista em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018); graduado em História – Licenciatura – pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2016).

Will.peplow@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo problematizar as pinturas: *Negros no porão do navio* (1835), *Desembarque* (1835) e *Mercado de escravos* (1835). Construídas pelo artista alemão Johann Moritz Rugendas, elas buscavam representar o tráfico, o transporte e a comercialização de escravos africanos no Brasil. Através disso, visamos compreender as características dessas representações sobre a escravidão negra brasileira, demonstrando como o ambiente em que este viajante estava inserido interferiu no desenvolvimento de sua obra. Pretendemos, através da análise deste material iconográfico e de diálogo historiográfico sobre a temática, desconstruir a concepção de “verdade histórica” incorporada nestas pinturas, pelo senso comum, no decorrer do tempo. Também, estabelecemos relações entre essas obras artísticas e o ensino de história, demonstrando, como o trabalho com essas fontes, em sala de aula, permite a desconstrução de revisionismos históricos errôneos, existentes na atualidade, sobre a escravidão no Brasil. Para alcançar os objetivos propostos, buscamos embasamento na História Cultural e no conceito de Práticas e Representações do historiador Roger Chartier.

Palavras-chave: Johann Moritz Rugendas, História do Brasil; Escravidão.

Introdução/Justificativa

O historiador que pretende desenvolver uma pesquisa possui uma enorme quantidade e variedade de fontes históricas para empreender uma análise, assim como os questionamentos possíveis de serem realizados sobre as fontes escolhidas também possuem uma grande amplitude. Dessa maneira compreende-se que as experiências de cada historiador, assim como sua subjetividade

estão envolvidos na escolha da temática a ser pesquisada, as fontes escolhidas e também a abordagem empreendida durante a análise.

Dentre a enorme variedade existente de fontes históricas, as pinturas apresentam grande importância para a pesquisa histórica. Entre os inúmeros aspectos desse material iconográfico, percebe-se que algumas obras se caracterizam como uma representação do cotidiano de algum determinado período. Apresentando-se dessa maneira como um registro do passado, mesmo que seu autor não tenha pretendido construir sua obra enquanto um registro. Assim entende-se que uma imagem (neste caso específico uma pintura) apresenta ao historiador aspectos do passado que são suscetíveis a inúmeras interpretações.

Com o desenvolvimento de uma análise dessas fontes torna-se possível problematizar como o pintor retratou esse cotidiano, como o grupo que pertence esse sujeito interferiu na representação por ele construída. A maneira como a sociedade do período de produção da obra entendeu as características sociais, econômicas e culturais representadas nesta pintura. Percebemos com isso que, através da problematização de pinturas, conseguimos engrandecer o conhecimento e compreensão do período e sociedade em que esta fonte acabou sendo construída.

Objetivos

Partindo dessas afirmações pretendemos empreender uma problematização acerca da maneira como o pintor Johann Moritz Rugendas retratou em suas obras denominadas “Negros no porão do navio”, “Desembarque” e “Mercado de escravos” o tráfico, transporte e a comercialização dos escravos no período escravocrata brasileiro. Dessa maneira, também discutiremos o tráfico de escravos partindo da representação construída por Rugendas desse cotidiano, utilizando principalmente as concepções presentes nos trabalhos dos historiadores Jaime Rodrigues e Manolo Florentino sobre a referida temática. As fontes utilizadas para a construção desta narrativa acabaram sendo analisadas através de cópias digitais das pinturas (disponibilizadas na internet), pois as obras originais encontram-se na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo (USP).

Metodologia

Com a ampliação da percepção sobre fontes históricas, diversos pesquisadores passaram a discutir metodologicamente sobre maneiras de analisar esses “novos” materiais de pesquisa (inclusive as imagens). Entre eles, o sociólogo Ralf Bohnsack apresenta a noção de que uma imagem contém concepções e ideias presentes na sociedade em que foi produzida, mas ao mesmo tempo essa fonte caracteriza-se como um sistema único. Dessa maneira, surge a necessidade de uma análise e interpretação sobre o sentido apresentado pela imagem (os aspectos representados como um todo) e também uma contextualização histórica do momento de sua produção.

Importante destacar neste momento que as pinturas que pretendem trabalhar com aspectos da realidade (como é o caso das obras de Rugendas) são primeiramente uma representação do real, ou seja, uma maneira como o autor desta obra entendeu essa realidade e a transportou para a tela. Este entendimento sobre a realidade está relacionado diretamente às experiências vivenciadas e concepções desenvolvidas por esse sujeito sobre seu cotidiano social, e auxiliam na sua interpretação sobre a sociedade.

O historiador Ernst H. Gombrich, um importante pesquisador sobre a arte, em uma palestra transcrita para o português pela professora Mônica Eustáquio Fonseca para a revista “Cadernos de Arquitetura e Urbanismo” apresenta considerações que se tornaram importantes para o desenvolvimento da análise das pinturas de Rugendas. Gombrich afirma que as experiências e conhecimentos prévios de um artista interferem de maneira explícita na representação que este indivíduo desenvolve sobre a realidade no momento de construção de sua obra. Dessa maneira realizar-se-á uma breve exposição biográfica do pintor Johann Moritz Rugendas, para compreender como seu cotidiano interferiu na construção de suas obras.

Resultados

Proveniente de uma família alemã que possuía certa tradição no campo da pintura, Johann Moritz Rugendas nasceu em 1802 na cidade de Augsburg. Inicialmente sua principal inspiração para a construção de telas era voltada para a representação dos animais, mas foi na representação do

cotidiano brasileiro do século XIX que este artista obteve notoriedade. Falecendo em 1858, grande parte de suas obras foram expostas no museu de Munich (Alemanha), mas posteriormente foram vendidas e seu material iconográfico espalhou-se por inúmeras regiões.

Como Rugendas pertencia a uma elite alemã do período, pode empreender inúmeras viagens ao Brasil, nas quais percorreu várias regiões do território nacional. Devido à classe social deste artista compreende-se que as ideias e representações por este sujeito construídas acerca dessa região foram influências pelas concepções europeias acerca do Brasil.

Enquanto permanecia no Brasil, Rugendas construiu inúmeras obras e as principais inspirações para elas foram os indígenas, negros e portugueses. Procurando representar principalmente os costumes e a sociedade deste período, retratou em algumas de suas obras aspectos relacionados à escravidão (que permeava o cotidiano brasileiro deste período). Através das experiências vivenciadas durante essas viagens, Rugendas construiu o livro “Viagem Pitoresca Através do Brasil”, obra publicada no continente europeu em 1835, que conferiu a seu autor grande prestígio social. Apresentando-se, juntamente com suas pinturas, como um importante material de pesquisa sobre o Brasil do século XIX, que passava pelo processo de modificação de suas estruturas políticas, no qual deixava de ser uma colônia para tornar-se império.

Como a escravidão, representada por Rugendas e também outros pintores, permeou um grande período da história brasileira existem inúmeros pesquisadores que trabalham com essa temática. Mas ao tratar deste período da história brasileira inicialmente torna-se importante destacar que a escravidão no Brasil teve como uma de suas características específicas a origem de seus escravos, que em sua grande maioria eram provenientes da África.

Entre esses pesquisadores encontra-se Manolo Florentino, que em sua obra “Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”, apresenta que como os escravos eram utilizados em diversas atividades, ocorreu um aumento na necessidade dessa mão-de-obra no Brasil. Essa demanda era resultante do crescimento das regiões urbanas e o aumento no número das exportações de produtos derivados da agricultura, como a cana-de-açúcar e o café.

Mas a reprodução física dessa mão de obra não acompanhava essa crescente necessidade, principalmente devido às altas taxas de mortalidade e também a baixa fecundidade da maioria das escravas. Dessa maneira a solução acabou sendo, através do tráfico, aumentar o fluxo de escravos provenientes do continente africano. Assim compreende-se que os escravos eram tratados como produtos de um comércio que detinha certa organização, sendo denominado pelo Manolo Florentino como empresas escravistas.

Jaime Rodrigues demonstra que devido a essa necessidade de escravos, os indivíduos envolvidos com este tráfico adquiriram grande prestígio social e riquezas, tornando-se assim sujeitos influentes na sociedade brasileira do período. Mas a partir do momento em que emergem discussões, no decorrer do século XIX, que pretendem encerrar a escravidão e conseqüentemente a comercialização de seres humanos, os traficantes passam a pertencer à margem da sociedade e características negativas são vinculadas a sua imagem. Mas é importante destacar que mesmo com o encerramento oficial da comercialização de escravos em 1850 com a lei anti-escravista Eusébio de Queirós esses indivíduos continuaram realizando o tráfico negreiro, desenvolvendo mecanismos para evitar a fiscalização (como o ensino do português aos escravos, nova pintura aos navios, corromper fiscais).

Como apontamos acima Rugendas construiu inúmeras pinturas e percebe-se que as obras intituladas “Negros no porão do navio”, “Desembarque” e “Mercado de escravos” representam aspectos do cotidiano da comercialização negreira, sendo ambas reproduzidas em meio ao desenvolvimento da narrativa do livro “Viagem Pitoresca Através do Brasil”.

Ao apresentar essas pinturas em seu livro, Rugendas expõe que realizou uma representação totalmente pautada na realidade cotidiana dos escravos. Mas é importante destacar que a maioria dos viajantes deste período baseava seus relatos em elementos de uma propaganda abolicionista, sendo que em muitos casos estes indivíduos não tinham contato direto com o espaço físico que buscavam representar. Em meio à narrativa desenvolvida em seu livro, Rugendas demonstra que os escravos brasileiros recebiam um tratamento melhor que o empreendido em outras regiões que também se utilizavam da mão-de-obra escrava neste período. Através deste aspecto consegue-se perceber que este viajante entende os escravos como mercadorias, concepção esta partilhada por inúmeros

indivíduos pertencentes às elites europeias e brasileiras deste momento histórico.

Na pintura “Negros no porão do navio” o autor retratou o interior de um navio negreiro, como pode-se visualizar abaixo:

Figura 01 – Negros no porão do navio



Fonte: <http://gangamacota.blogspot.com.br/2011/04/rugendas-negros-no-porao-do-navio.html>

Nesta obra visualizamos inúmeros escravos negros presos pelo que se assemelha a correntes. Alojados em condições precárias, encontram-se comprimidos no que seria o interior de um navio. Com poucas vestimentas, esses indivíduos apresentam aspectos e feições condizentes com o sentimento de sofrimento e possivelmente medo. Os únicos sujeitos com vestimentas mais elaboradas parecem exercer a função de vigias, que provavelmente tem como objetivo conter possíveis rebeliões. Na lateral esquerda podemos perceber que existe um homem coberto com uma espécie de tecido, apresentando feições de um sujeito com alguma enfermidade (provavelmente decorrente das condições precárias que esteve exposto).

Pinturas como a construída por Rugendas e outros viajantes são as únicas representações

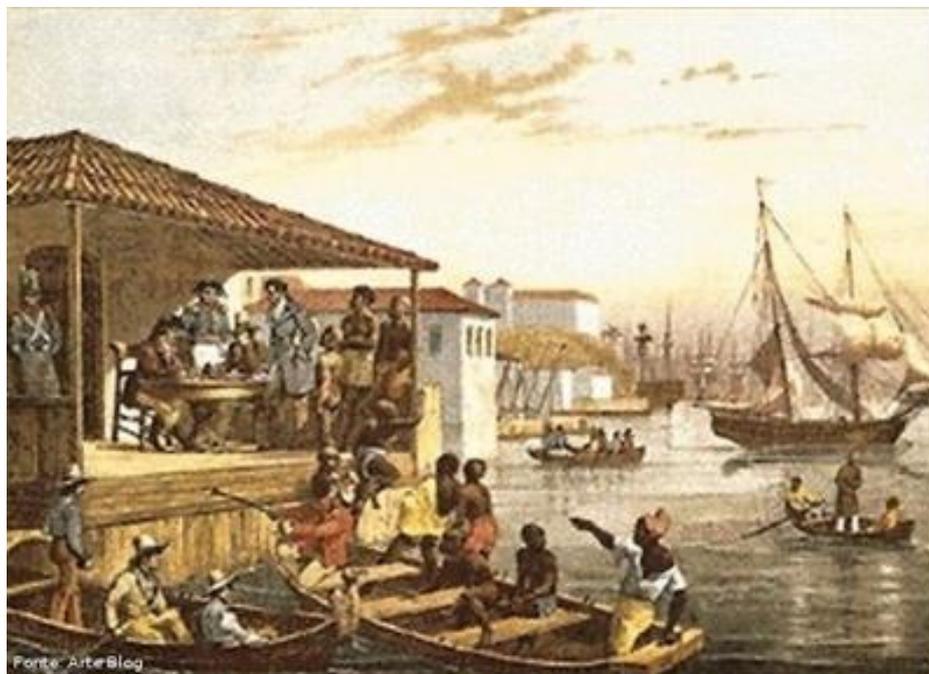
existentes sobre o cotidiano do transporte de escravos em navios negreiros, e com o passar do tempo foram entendidas como retratos fidedignos do interior dessas embarcações. Mas apesar desta pintura demonstrar escravos presos no porão de um navio negreiro, cabe destacar que esse não era o único espaço de circulação dos negros nas embarcações destinadas ao comércio escravo.

Dentre as várias etapas existentes neste comércio de escravos, o momento de transição do continente africano para os portos brasileiros apresentava os maiores riscos à lucratividade dos traficantes. Doenças contagiosas poderiam permear a mercadoria (os escravos), as condições climáticas ocasionariam naufrágios e danos às embarcações, existia a ação constante de piratas e também os africanos poderiam falecer (devido à escassez de alimentos, mas tratos, superlotação e medo).

Como destacado acima esta pintura acabou adquirindo através do tempo grande notoriedade e passou a ser entendida pelo senso comum como uma verdade acerca do passado escravista. Mas é importante destacar que com o surgimento de novas tecnologias os indivíduos envolvidos no comércio escravista buscaram melhorar as condições de navegação e acomodação das embarcações negreiras visando diminuir a mortalidade dos escravos (a mercadoria desta empresa), para através disso aumentar a lucratividade.

Outra pintura que apresenta aspectos relacionados ao tráfico negreiro é denominada como “Desembarque”:

Figura 02 – Desembarque



Fonte: <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=766&evento=10>

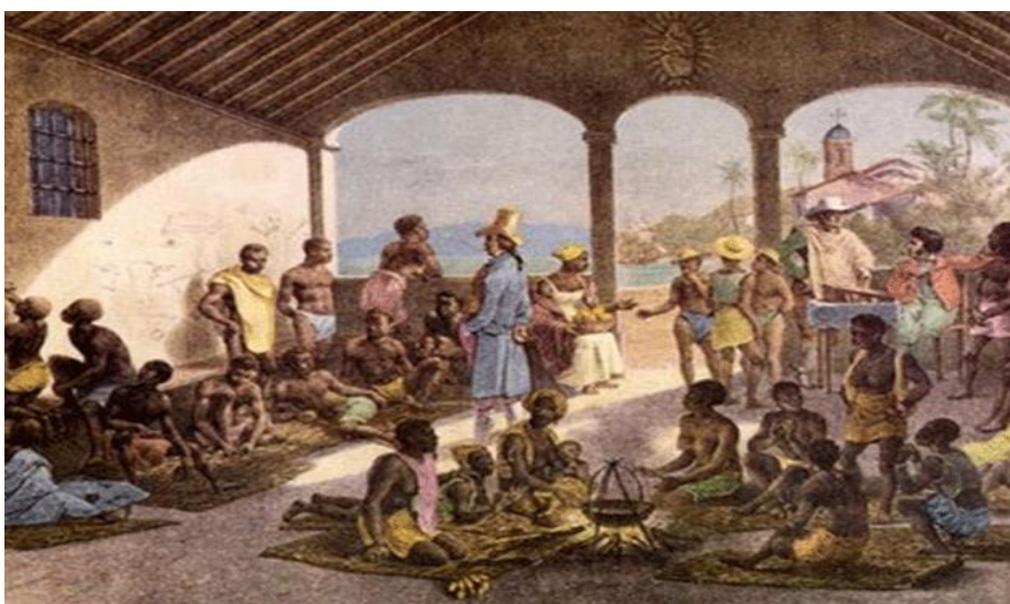
Esta pintura pode ser compreendida de inúmeras maneiras, pois o campo de interpretação desta obra iconográfica acaba sendo muito vasto. Entretanto, enfocaremos apenas duas percepções sobre esta obra, cabendo destacar que em ambas compreendemos que Rugendas pretendeu representar um porto naval (provavelmente o existente na cidade do Rio de Janeiro, no qual circulam inúmeros indivíduos).

Pode-se perceber que ao fundo da pintura apresentam-se algumas embarcações ancoradas neste porto, e ao redor circulam escravos e outros indivíduos (que provavelmente trabalham no porto ou em suas redondezas). Como o título da obra evidencia seu autor provavelmente teve como intuito representar o desembarque dos escravos advindos do continente africano. Mas esta imagem também pode representar a circulação existente em um porto, enquanto esta região encontra-se em funcionamento. Mas compreende-se no geral que Rugendas buscou desenvolver uma representação do movimento de indivíduos (escravos e não escravos) em uma região portuária, apresentando a

importância dos portos para a economia brasileira. Importância esta, residindo nas transações comerciais empreendidas, sendo a venda e compra de mercadorias, entre elas os escravos.

A última obra a ser analisada denomina-se “Mercado de escravos” e Rugendas teve como objetivo representar o momento de negociação da mão-de-obra proveniente do continente africano, como se constata a seguir:

Figura 03 – Mercado de escravos



Fonte: <http://historiaemaulas.blogspot.com.br/2010/06/guia-para-analise-de-imagens-junto.html>

Nesta pintura acabaram sendo representados inúmeros negros (com poucas vestimentas, de ambos os sexos e idades diferentes) dentro de uma edificação que seria um mercado de escravos. Percebe-se que existem dois indivíduos que podem ser caracterizados como prováveis compradores, pois possuem vestimentas mais elaboradas. Estando o indivíduo à esquerda observando os escravos, enquanto que o sujeito à direita aparentemente está negociando com um possível vendedor de escravos.

Utilizando-se do senso comum normalmente as pessoas engendram a errônea percepção de que os escravos não exerciam uma ação em meio ao sistema escravista, sendo assim entendidos como

meros objetos. Mas o historiador Roberto Guedes Ferreira, no livro “Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)” organizado pelo Manolo Florentino, demonstrar que os escravos detinham certos espaços de autonomia em meio a esse sistema escravista brasileiro. Assim, através dessa pequena autonomia, os escravos poderiam interferir direta ou indiretamente no momento da negociação de sua compra. Em alguns casos conseguindo ser adquirido por um indivíduo, que no entendimento do escravo possibilitaria melhores condições de uma vivência cotidiana.

Ao observar as três pinturas de Rugendas simultaneamente consegue-se perceber que são complementares, pois representam um panorama geral das etapas cotidianas do tráfico escravo do período (demonstrando deste o transporte, um possível desembarque e a negociação dos escravos). Entretanto, devemos levar em consideração que esse material iconográfico não apresenta uma verdade sobre o passado e sim uma visão desenvolvida por um viajante pertencente à elite europeia, influenciado pelas concepções abolicionistas e outros relatos anteriores.

Após compreendermos que essas pinturas possuem visões de mundo que se relacionam diretamente com as experiências sociais, políticas, culturais e econômicas do seu produtor, podemos refletir e utilizar elas no ensino de história. Afinal, segundo as historiadoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009), o trabalho com fontes no processo de ensino aprendizagem da História permite que o corpo discente consiga entender o discurso histórico de modo mais adequado e significativo. Todavia, esse emprego das fontes históricas não pode ser respaldado pelos princípios tradicionais.

Em linhas gerais, essa perspectiva também discutia o ensino de história através dos três elementos apresentados pelas historiadoras: o corpo discente, o(a) professor(a) e a fonte histórica. Porém, o(a) estudante era apenas um receptor da aprendizagem, o(a) professor(a) era aquele que apresenta uma narrativa histórica irrefutável, e as fontes históricas serviam para confirmar aquilo que era explanado pelo(a) docente. Essa metodologia didático-pedagógica sofreu inúmeras críticas e, gradualmente, foi substituída por outras propostas. Nesse sentido, Schmidt e Cainelli (2009) apontam que:

Com a difusão de princípios e métodos da pedagogia da escola nova, a forma de usar o documento histórico em sala de aula teve modificações. Essa pedagogia deslocou

para o aluno o centro do processo ensino-aprendizagem. Assim, passou a ser recomendado ao professor que se tornasse, principalmente, orientador do aluno. No caso do ensino da História, a utilização de documentos tornou-se uma forma de o professor motivar o aluno para o conhecimento histórico, de estimular suas lembranças e referências sobre o passado[...] (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 115)

O(a) estudante, protagonista no processo de ensino-aprendizagem, transforma-se em um investigador das fontes históricas, que o(a) professor planejou utilizar durante as aulas. O(a) docente deve atuar como mediador no contato entre o corpo discente e essas fontes, que podem apresentar visões do passado opostas entre si. Assim, nessa perspectiva, o(a) estudante deixa a passividade para assumir um papel ativo nesse processo, que tende a estimular o interesse pelos processos históricos estudados.

Essas discussões devem ser incorporadas pelos(as) professores no planejamento e prática cotidiana, como no estudo sobre a escravidão brasileira. Desse modo, propomos a utilização das pinturas de Johann Moritz Rugendas – Negros no porão do navio, Desembarque e Mercado de escravos – e a declaração, errônea e incongruente, do, naquele período, candidato a presidência, Jair Messias Bolsonaro, no programa da televisão “Roda Viva”, da TV Cultura, exibido em 30/07/2018. Na ocasião, Jair Messias Bolsonaro, afirmou que: “O português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos”, relativizando, de modo equivocado, o processo de escravização.

No primeiro encontro sobre a temática, a turma será dividida em duplas, sendo que cada dupla receberá uma fonte diferente⁴³. Junto com as fontes, os estudantes receberão algumas perguntas, que devem ser respondidas e entregues no encerramento desse encontro. Para as pinturas, as perguntas serão: Qual o tipo dessa fonte histórica? Quem a produziu? A período histórico ela se refere? Quais os aspectos históricos que essa fonte estabelece? Partindo da análise da fonte, como era o cotidiano escravo? Como a escravidão se relaciona com o cotidiano brasileiro contemporâneo?

Sobre o trecho proferido por Jair Messias Bolsonaro, serão colocadas as seguintes perguntas: Qual processo histórico se refere? O que esse trecho aponta sobre a história brasileira? Você

⁴³ Omitiremos o nome de Jair Messias Bolsonaro, para evitar problemas com a comunidade escolar.

concordam com essa afirmação? Por que? Após os(as) estudantes terem encerrado a resolução dessa atividade, eles vão apresentar os resultados obtidos. Com as informações de mapeamento, o(a) professor(a) poderá direcionar as discussões para o segundo encontro, escolhendo novas fontes e abordagem com o objetivo de desconstruir estereótipos e desenvolver empatia histórica para com os escravos, sua situação e perceber como esses aspectos ainda influenciam o Brasil contemporâneo.

Em um terceiro, e último encontro sobre esse processo histórico, os estudantes serão reunidos nas mesmas duplas que haviam formado anteriormente, para responder a seguinte atividade: “Agora vocês estão no Brasil colonial e são escravos de um senhor de engenho, foram escravizados e trazidos do continente africano a cerca de cinco anos. Durante esse processo, foram separados dos seus familiares e membros da comunidade que faziam parte. Entretanto, você tomou conhecimento que um trabalhador livre pretende embarcar em um navio negreiro, para auxiliar no tráfico de novos(as) escravos(as), na mesma região na qual você residia. Você tem a oportunidade de escrever uma carta, para seus familiares, relatando o seu cotidiano no continente africano e também toda a sua trajetória da África até a América. Então escreva essa carta e entregue-a para o trabalhador livre.” Através dessa atividade, com construção de narrativa diversificada, os(as) estudantes poderão expressar aquilo que conseguiram compreender da análise de fontes realizadas anteriormente. Desenvolvendo a criatividade e também empatia histórica.

Conclusão

Através da problematização empreendida sobre as pinturas do alemão Johann Moritz Rugendas consegue-se compreender como a sociedade brasileira necessitava da mão-de-obra advinda do continente africano, devido principalmente ao crescimento das exportações de produtos provenientes da agricultura. Percebe-se também que através dessa demanda os traficantes de escravos adquiriram um importante papel social e tornaram-se influentes na sociedade brasileira do período, influência que declinou consideravelmente a partir da proibição do tráfico escravo em meados do século XIX.

Consegue-se perceber principalmente que as representações sobre a escravidão, adquiriram

(no decorrer do tempo) uma característica errônea de representação fidedigna da realidade passada. Porém, todas as fontes históricas, inclusive as pinturas, não apresentam uma “verdade histórica” e sim aspectos econômicos, sociais e culturais sobre um determinado contexto espaço temporal. Esses vestígios da presença humana no tempo possibilitam (através de metodologias e enfoques específicos) a construção do conhecimento histórico. Dessa maneira um material que acabou sendo entendido pela sociedade como retrato verídico do passado através do olhar do historiador passa a ser compreendido como fonte para a construção do conhecimento sobre o passado.

Assim como as pinturas de Rugendas são importantes para a análise sobre aspectos relacionados ao Brasil do século XIX, neste caso especificamente o tráfico negreiro, esse material iconográfico também contém um grande potencial para ser utilizado no ensino de história. Através de um embasamento metodológico específico para a área da educação o professor de história consegue desconstruir essas características equivocadas acerca da escravidão (entre elas o escravo enquanto objeto e também falta de preocupação com o transporte desses escravos) e auxiliar os discentes a engendrarem um pensamento crítico acerca do passado.

Referências

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FLORENTINO, Manolo (org). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). São Paulo: Editora da Unicamp/ Cecult, 2000.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo: Editora Mario de Andrade, 1980.

COELHO, Thiago Silva. A imagem como fonte histórica: enigmas e abordagens. **Cad. Pesq. Cdhis**. Uberlândia, v.25, n. 02, p. 443-452, jul/dez 2012.

GOMBRICH, Ernest H. Sobre a interpretação da obra de arte O quê, O porquê e o Como. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 11-26, dez 2005.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**. Goiás, v. 03, n.06, p. 27-53, dez 2011.

LIEBEL, Vinícius. **Reconstruindo imagens – O método documentário de análise**.

Link:http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2143&Itemid=171.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009

Organização Territorial da Agricultura Familiar: Um estudo de caso

Tainara Bruna Montagna

Engenheira Ambiental, Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Bolsista CAPES

Resumo

De acordo com a USP (Universidade de São Paulo), a agricultura familiar brasileira é responsável por 70% dos alimentos que chegam às nossas mesas, e também pela geração de 7 a cada 10 empregos no campo segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) sendo que mais de 170 mil famílias brasileiras são beneficiadas por meio do programa do Governo Federal de promoção da agricultura familiar e de acesso à alimentação saudável. Desta forma, o objetivo deste trabalho é de caracterizar uma família agricultora, envolvendo aspectos de produção, organização, economia, cultura, gênero, divisão de atividades, políticas públicas e tecnologias voltadas para a agricultura familiar. Como elemento fundamental foi escolhido tratar das tecnologias. Assim, o memorial inicia-se com uma breve apresentação da propriedade da família, com dados sobre extensão e produção, e, posteriormente apontando os aspectos apresentados anteriormente. Por último, tem-se o destaque as tecnologias utilizadas pela família agricultora.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Produção; Tecnologias.

Introdução/Justificativa

Segundo a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, no Art. 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

De acordo com a USP (Universidade de São Paulo), a agricultura familiar brasileira é responsável por 70% dos alimentos que chegam às nossas mesas, e também pela geração de 7 a cada 10 empregos no campo segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) sendo que mais de 170 mil famílias brasileiras são beneficiadas por meio do programa do Governo Federal de promoção da agricultura familiar e de acesso à alimentação saudável.

Como elemento fundamental do memorial, foi escolhido tratar das tecnologias, aliando com o que foi abordado na matéria e também ao seminário apresentado no período de aula. Assim, o memorial inicia-se com uma breve apresentação da propriedade da família, com dados sobre extensão e produção, e, posteriormente apontando os aspectos apresentados anteriormente. Por último, tem-se o destaque as tecnologias utilizadas pela família agricultora, aliando a teoria com a prática.

Objetivo

O objetivo deste memorial é de caracterizar uma família agricultora, envolvendo aspectos de produção, organização, economia, cultura, gênero, divisão de atividades, políticas públicas e tecnologias voltadas para a agricultura familiar, aos quais podem ser observadas no Anexo 1.

Metodologia

O referencial teórico se baseia em pesquisa bibliográfica e de campo, a fim de esclarecer sobre as principais características da família agricultora. Na fase exploratória empregou-se um questionário simples de caráter qualitativo e quantitativo para a obtenção dos dados.

Resultados

Características da propriedade

A família agricultora pertence ao município de Marmeleiro – PR e tem sua propriedade

localizada na linha Pocinho com uma área de extensão de 4,2 hectares, há cerca de 10 km da cidade. A base de produção é voltada para a produção de ovos. Abaixo, segue uma foto da localização da propriedade.



Imagem 1: Imagem de localização da área da propriedade da família agricultora

Fonte: Imagem do programa Google Earth.

- **Lógica da produção**

A produção baseia-se em ovos, aos quais trabalham para a empresa *Vibra*. A lógica de produção é suficiente para manter a família, e é direcionada para o mercado e ao próprio consumo familiar. Além dos ovos, a família produz leite, queijos, mandioca e melancia. A seguir, segue a foto do principal meio de produção da família – os ovos.



Foto 1: Granja de ovos da família agricultora

Fonte: LANFERDINI, Maurício (2018).

- Organização da produção

A produção é organizada diariamente, com intervalo de 40 a 60 dias no ano. O trabalho é realizado por duas pessoas (pai e filho), quando há o aumento da produção, contrata-se funcionários temporários.

- Interferência do modelo de produção no meio ambiente

Na propriedade ocorre a degradação do solo e a contaminação das fontes de água pelo uso dos agrotóxicos presentes na produção.

- Sucessão da agricultura familiar

Para os agricultores, a agricultura familiar está desestimulada, ocorrendo cada vez mais uma evasão dos agricultores para as cidades.

- Divisão de atividades

Todos colaboram com as atividades. Em relação a produção, o pai e o filho fazem todo o processo produtivo, visto que a mulher trabalha na cidade.

- Papel da mulher na agricultura

De acordo com os produtores, é considerado importante a mulher participar, sendo que muitas vezes ela é a responsável por coordenar as atividades. Por ser uma atividade suficiente de duas pessoas comandarem, a mulher da família produtora decidiu trabalhar na cidade, porém, nas horas em que não está trabalhando ela ajuda em todos os afazeres e atividades do campo.

- Modelo de desenvolvimento e a permanência dos jovens no campo

Para os produtores, a permanência dos jovens no campo está cada vez mais escassa.

- Comercialização da produção

A comercialização ocorre por meio da integração, ou seja, toda a produção é enviada para a empresa *Vibra*, aos quais dão toda assistência técnica para os produtores, incluindo técnicos e cursos de capacitação.

A família agricultora e o uso de tecnologias

As inovações tecnológicas na agricultura possuem uma classificação de acordo com Graziano da Silva (2003), são elas:

- a) Inovações mecânicas, que afetam a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) Inovações físico-químicas, que alteram as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho e reduzindo as perdas naturais do processo produtivo;
- c) Inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital no processo produtivo, através da redução do período de produção e/ou potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas;
- d) Inovações agronômicas, que permitem novos métodos de organização da produção através de recombinações dos recursos disponíveis, elevando a produtividade do trabalho, sem a introdução de novos produtos ou insumos.

Todas essas inovações seja ela qual for sua classificação, são visíveis na agricultura familiar, ou seja, as *Inovações mecânicas* - são representadas pelo uso dos tratores, colheitadeiras, implementos, máquinas e equipamento para irrigação. *Inovações físico-químicas* – compreendem o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, muito comuns no meio da agricultura familiar. *Inovações biológicas* – é a introdução de espécies melhoradas, ao qual são caracterizadas pela melhoria genética na pecuária e no controle de pragas. E, por último, as *Inovações agronômicas* – que são responsáveis por garantir a produtividade no campo, visando aumentar o número de tecnologias disponíveis para os agricultores.

Diante do esclarecimento acerca das inovações tecnológicas, Batalha, Buainain e Filho (2012), explicam que à aplicação das tecnologias de gestão no âmbito da agricultura familiar pode se dar, principalmente, em duas esferas. A primeira está relacionada às organizações associativas das

quais grande parte dos agricultores familiares participa (cooperativas e associações) e a segunda está associada à própria gestão da propriedade rural familiar.

A gestão da propriedade rural, compreende segundo os autores, a coleta de dados, geração de informações, tomada de decisões e ações que derivam destas decisões. Além disso, os mecanismos de difusão tecnológica não são suficientes e adequados para capacitar o produtor na implementação e utilização de técnicas disponíveis.

Em relação as formas associativas aos quais os produtores participam, depende da capacidade de intensificar a geração/agregação de valor. A maior parte das estratégias de agregação de valor passa, necessariamente, pela criação e gestão de formas associativas que congreguem um conjunto de agricultores familiares.

Além destas duas esferas – *organizações associativas e a gestão da propriedade rural familiar* – há uma atenção quanto aos fatores condicionantes para a adoção de tecnologias pelos agricultores familiares. Desta forma, em um estudo feito por Filho et al (2013), a fim de compreender a situação e potencialidades dos agricultores, determinaram:

- A) Características sócio-econômicas do produtor e sua família;
- B) Grau de organização do assentado/beneficiário;
- C) Disponibilidade de informação;
- D) Características da produção e dos sistemas produtivos;
- E) Características da propriedade e dos produtores;
- F) Fatores aleatórios e condições de mercado;
- G) Fatores sistêmicos;
- H) Fatores macroeconômicos;
- I) Políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Características sócio-econômicas do produtor e sua família: São caracterizadas por produtores com longa experiência; pelo nível educacional da família; se possui grande capital; se há jovens no campo.

Grau de organização do assentado/beneficiário: Determinam como são organizadas a

produção (cooperativas e associações); se há comercialização dos produtos, conseqüentemente há um maior uso de tecnologias.

Disponibilidade de informação: Capital, terra, crédito, recursos econômicos.

Características da produção e dos sistemas produtivos: Agricultores familiares localizados em regiões com agroindústria, estrada, serviços, tem maior probabilidade de adotar novas tecnologias.

Características da propriedade e dos produtores: Envolve o tamanho das propriedades; custos altos; condições de acesso ao crédito, grau de capitalização, informação, entre outros.

Fatores aleatórios e condições de mercado: Está relacionado ao risco de uma tomada de decisão sobre a introdução de uma nova tecnologia e também a disponibilidade de mão-de-obra da família, visto que as tecnologias podem ser poupadoras ou intensivas em trabalho. Em relação às condições de mercado, destaca-se as características físico-ambientais da propriedade, em virtude de que o sucesso de uma tecnologia agrícola depende de sua adequação e compatibilidade com as condições da propriedade.

Fatores sistêmicos: São condições em que a exploração agrícola está inserida, ou seja, a infraestrutura física (geração e distribuição de energia, transportes, telecomunicações e armazenamento), a infraestrutura de ciência e tecnologia (universidades, institutos de pesquisa e centros de tecnologia). A decisão de adotar novas tecnologias devem estar relacionados com o contexto institucional e econômico.

Fatores macroeconômicos: Está associado as políticas que afetam direta e indiretamente a rentabilidade da agricultura familiar, devido a mudanças na política comercial ou cambial.

Políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar: São conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos com a participação direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania. Em relação à agricultura familiar, as políticas públicas são voltadas para financiamento.

Na propriedade da família agricultora, o uso de tecnologias se constitui como uma característica bem visível, visto que a família está integrada ao *Grupo Vibra* – do ramo de avicultura.

Ao serem questionados se foi uma exigência da empresa o uso das tecnologias, a família respondeu que não, ficando claro à aplicação das tecnologias ligadas à própria gestão da propriedade familiar, com o objetivo de facilitar o trabalho e reduzir tempo e mão-de-obra empregados para a produção.

Concomitantemente a isso, tem-se os fatores condicionantes para a adoção de tecnologias pela família agricultora. No fator relacionado a “características sócio-econômicas do produtor e sua família”, a família possui um agricultor com grande experiência no campo, e um jovem no campo. Para o aspecto “grau de organização do assentado/beneficiário”, a família é integrada Ao Grupo Vibra do ramo alimentício, que não fez exigências quanto ao uso de tecnologias. Para a “disponibilidade de informação”, a família não utiliza de créditos agrícolas, visto que começaram aos poucos até chegar aonde estão. As “características de produção e dos sistemas produtivos”, a família agricultora está bem localizada, possui uma estrada fácil e de boa qualidade, facilitando o uso de tecnologias. Para as “características da propriedade e dos produtores”, a família conta com apoio da assistência técnica da empresa ao qual trabalham, o que facilita na hora da escolha da tecnologia. Nos “fatores aleatórios e condições de mercado”, a família possui mão-de-obra e também quando há o aumento de produção, contrata-se funcionários temporários. Para os “fatores sistêmicos”, a localização da propriedade da família é de fácil acesso, além de contar com o uso de internet. Por último, tem-se “os fatores macroeconômico” e as “políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar”, aos quais por trabalharem com uma empresa a família optou por não utilizar das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Em relação as tecnologias utilizadas no próprio consumo, a família possui energia elétrica, celular e internet.

Para a produção dos ovos, a família utiliza de tecnologias como: trator, ninhos mecânicos para coleta de ovos, comedouros e bebedouros mecânicos para o alimento das aves.

A seguir, as fotos 2 e 3 ilustram as tecnologias utilizadas na granja de ovos, os ninhos mecânicos e os comedouros e bebedouros mecânicos.



Foto 2: Ninhos mecânicos utilizados na granja de ovos

Fonte: LANFERDINI, Maurício (2018).

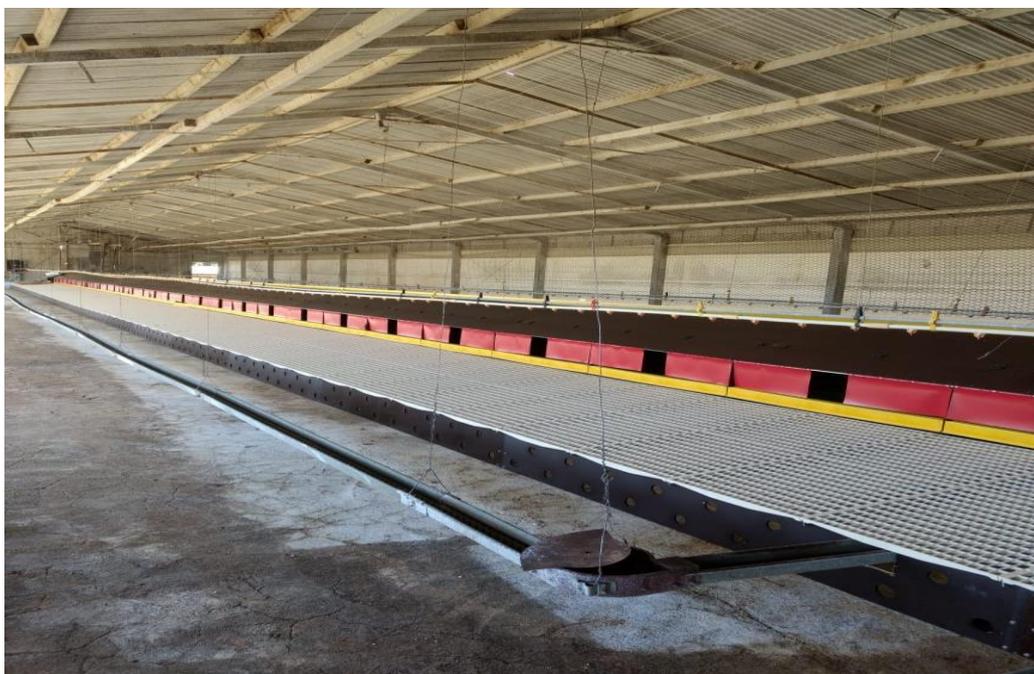


Foto 3: Comedouros e bebedouros mecânicos na granja de ovos

Fonte: LANFERDINI, Maurício (2018).

Conclusão

A heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil exige a adoção de políticas diferenciadas que não podem se restringir à reedição de modelos de oferta de crédito barato ou serviços de extensão rural ou de oferta de tecnologias supostamente adequadas. Embora ainda existam fortes resistências quanto ao uso do mecanismo de mercado para solucionar várias questões, já se encontra disseminada a visão de que grupos sociais marginalizadas devem ser inseridos competitivamente no novo ambiente de abertura econômica e política.

Do ponto de vista da lógica dos sistemas produtivos adotados pelos agricultores familiares, os mesmos enfrentam vários pontos de estrangulamento: exigência de investimentos continuados, requerimento de capital de giro, insuficiência de mão-de-obra, dificuldades para acompanhar o processo de inovação, deficiência de gestão tanto da propriedade como do sistema no qual estão inseridos, deficiência de informação e conhecimento/experiência dos mercados; restrição de terra; recursos genéticos/nível de qualidade inadequados para enfrentar as novas exigências do mercado, entre outros. Essas restrições, mais do que a ausência de tecnologia, explicam as dificuldades para inovar.

O artigo, objetivou exemplificar a relação da teoria com a prática da agricultura familiar com ênfase para a adoção das tecnologias, evidenciando uma realidade vivenciada por esses agricultores, bem como as esferas e os fatores condicionantes para a adoção de novas tecnologias.

Referências

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em:<<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>> p.1-18.

BATALHA, Mário O.; BUAINAIN, Antônio M.; FILHO, Hildo M. de. S. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. Universidade Federal do Semi-Árido, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

FILHO, Hildo M. de. S.; BUAINAIN, Antônio M.; GUANZIROLI, Carlos.; BATALHA, Mário O. **Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos.** 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar.** 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 238p.

USP. Universidade de São Paulo. **Agricultura familiar x tecnologias: perspectivas e desafios.** Disponível em: <<http://www.usp.br/portalbiosistemas/?p=7266>>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

História, Modernidade e Suicídio: uma leitura da sociedade brasileira a partir da literatura

Lucas Eduardo Gaspar

Professor colaborador do curso de graduação em História (UNIOESTE);
Doutorando em História (UNIOESTE).
l.e.gaspar@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir como as narrativas de suicídio, presentes em algumas obras literárias do Brasil da virada do século XIX para XX, podem informar sobre o processo histórico em que estavam inseridas. Um dos pontos de inflexão e problematização será então o conceito de “modernidade” em que, de forma bastante breve, será necessário delimitar como estamos utilizando enquanto categoria de leitura da história, bem como seus limites e possibilidades. Em suma, a proposta é de articular tais conceitos e campos, identificando minimamente como se relaciona a experiência do suicídio, narrada na literatura, e o contexto histórico brasileiro, inserindo a questão da modernidade a virada do século.

Palavras-chave: História; Suicídio; Literatura; Modernidade.

Introdução/Justificativa

Como a prática do suicídio, narrada na literatura brasileira, pode informar sobre a história da sociedade brasileira do final do século XIX e primeiras décadas do século XX? Esta é a pergunta norteadora deste trabalho e que irá orientar o mote das reflexões realizadas aqui. No trajeto para responde-la, ou pelo menos apontar alguns caminhos, diversos temas aparecerão, um destes temas é o da modernidade, não pretendo me delongar sobre esta categoria, porém cabe apontar algumas considerações breves.

Muitas são as leituras sobre a questão da modernidade – e não pretendo contemplá-las em sua totalidade neste texto – que vão desde a relação com movimentos artísticos e suas características e posicionamentos, como é o caso do *modernismo* e a sua ruptura com os antigos padrões da arte

(HABERMAS, 1991). Indo até leituras de caráter social considerando a modernidade como a experiência social de formação dos Estados Nacionais Europeus, expansão do sistema capitalista, posteriormente, os processos de liberação política, social e econômicas. (BERMAN, 1986). Porém, é a visão postulada por Karl Marx as quais me aproximo neste trabalho, intelectual que viveu no século XIX a ascensão e estabelecimento da modernidade traduzida na hegemonia do sistema capitalista e da burguesia. Em decorrência disto, para Marx, uma das principais características do período moderno foi o de acirramento das contradições e lutas sociais. Propõe então uma visão bastante crítica e problematizadora sobre as mudanças nos modos de vida e pensamento deste período bem como suas ambiguidades e tensões.⁴⁴ É a partir desta visão crítica de modernidade, que considera as modificações ocorrida bem como a expressiva intensificação das contradições, exploração e luta de classes, em conjunto com a maneira com que os diferentes grupos experienciaram tais eventos e como moldaram seu pensamento e suas práticas, é que se compõe o olhar sobre a modernidade e como esta – enquanto um período histórico – está diretamente relacionada com os objetos e fontes deste trabalho, ou seja, a questão do suicídio e a literatura.

Visto isto, vale ressaltar qual a concepção norteadora sobre a questão do suicídio, parto aqui da concepção do suicídio como uma prática social e moral. Ao afirmar isto me insiro em um outro campo de debates que pode ser minimamente problematizado aqui. Algumas produções, provenientes de diversas áreas como a medicina e jornalismo, realizam a leitura do ato suicida como diversa e conflitante. Nesta visão, nem sempre o suicídio é tratado como um ato lúcido ou com ligações com as relações sociais. Sendo assim, ocorre uma visão individualizada do ato, aproximando-se nesse sentido do discurso médico, que se distancia da interpretação do suicídio como prática social e aproxima-se da leitura patológica do ato. Diante dessa postura o “silêncio” em relação ao suicídio aparece como arma de combate ao ato, ou seja, quanto menos se fala e se publica, menor é o contato da população com o tema e, por consequência, menores são os pensamentos do suicídio como uma alternativa de pôr fim a um problema.

⁴⁴ Karl Marx não dedicou um trabalhos exclusivos para tratar do tema da modernidade, porém é possível realizar esta leitura de seu posicionamento crítico para com este período através de várias textos como, por exemplo, *O Manifesto do Partido Comunista* e *O Capital*.

A proposta deste trabalho vai na contramão desta leitura, pois considera que o ato do suicídio, bem como a narrativa deste presente na literatura, evidencia uma prática recorrente do período histórico no qual estão inseridas. É evidente que tratá-lo dessa maneira implica alguns cuidados, e o primeiro é de considerarmos que a prática do suicídio não foi a mais utilizada tanto pelas classes dominantes nem pelos trabalhadores como forma de enfrentar ou acabar com determinados problemas. Por consequência, dificilmente podemos encarar esse ato como sendo coletivo, ou pelo menos não nos moldes como ocorrem alguns movimentos sociais.

Mas, não é por isto que devemos desconsiderar o suicídio como prática, pois ele, na grande maioria das vezes, está ligado e é causado justamente pela maneira na qual a sociedade se organiza e exerce pressões sobre os sujeitos históricos. Essas pressões não são somente econômicas ou políticas, mas também culturais e morais. Neste sentido, a prática do suicídio representada na literatura torna-se o objeto principal deste trabalho.

Objetivo

Analisar e compreender como os atos de suicídios narrados na literatura relacionam-se com os aspectos sociais e morais desde finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX, bem como podem informar sobre as transformações e continuidades desta época.

Metodologia

Primeiramente, são as reflexões propostas pela História Social que ganharão ênfase neste texto. É a maneira como a sociedade se organiza, em correlação com as práticas dos sujeitos, grupos e classes sociais que terão primazia no olhar histórico lançado sobre certa temporalidade. Nesse sentido o direcionamento do olhar e da escrita não girarão em torno da predominância dos fatores econômicos, políticos ou culturais, mas sim como todos estes âmbitos estão complexamente entrelaçados com a sociedade e sujeitos que os compõe (SILVA, 1999).

O segundo ponto a ser mencionado é o de que as propostas do materialismo histórico dialético

serão base para a construção do conhecimento histórico no qual este texto se propõe. Os trabalhadores e a “gente comum” serão sujeitos importantes a serem analisados, porém não serão os únicos. A questão do suicídio circunda também outros grupos e sujeitos derivados de outros extratos sociais. Isto posto, será a compreensão crítica e aprofundada da sociedade capitalista – em seu princípio e desenvolvimento no Brasil –, bem como as dinâmicas e complexas relações de classes, o mote principal desta proposta. Dentro desta perspectiva conceitos e discussões sobre desigualdade, relações de poder e luta de classes nortearão o olhar histórico.

Em conjunto com isto, proponho a inserção de termos importantes: a moral e os valores. Neste sentido, compreendo tais categorias enquanto um elemento arraigado a consciência dos sujeitos e com íntima relação com a sociedade, como escreveu Thompson:

Os valores não são "pensados", nem "chamados"; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e "aprendidas" no sentimento) no "*habitus*" de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981, p. 194).

O uso destes conceitos não está dissociado da materialidade dos fatos e da história, pelo contrário, eles irão torná-la mais complexa e dinâmica. Diante dessa visão é que podemos tratar das experiências dos sujeitos e classes sociais. A partir deste termo, experiência, é que vem a necessidade de se “reexaminar os sistemas densos e complexos nos quais a vida social é estruturada” (Ibidem, p. 188). Com isto, surge a importância do estudo do costume, regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé, maneiras, leis, instituições e ideologias. Todos estes campos que delimitam a experiência foram gerados na vida material, em termos de classe, onde o ser social determinou a consciência social. Tomando então das propostas formuladas por E.P. Thompson, é possível considerar que: “Toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” (Ibidem, p.190)

Um dos exercícios para o entendimento do passado é o de formular perguntas adequadas a ele, que servem de base para o olhar e análises que serão feitas sobre determinadas sociedades e sujeitos. Deve-se entender que o sentido do passado é, em suma, uma construção sobre determinada

época, que é feita e também disputada socialmente, devido aos interesses dos mais diversos sujeitos e classes sociais (HOBSBAWM, 2013).

A literatura é um dos campos que se inserem nesta disputa, por vezes a produção literária extrapola a intenção de simplesmente contar determinada história ficcional, mas se utiliza deste procedimento e dos usos do seu presente e passado para lutar por interesses. A literatura, assim como a História, também pode informar sobre a realidade e atribuir sentido a ela. Nestas duas áreas, o referencial é sempre o real, seja para negá-lo, aceitá-lo ou ultrapassá-lo (PESAVENTO, 2003). Nelas há também a configuração de um tempo. Neste sentido, considera-se a ficção para além do verdadeiro e do falso, mas como algo que está calcado no imaginário e realidade social dos sujeitos, como este percebe o vivido e projeta possibilidades de realidade.⁴⁵

Raymond Williams pode ajudar no aprofundamento destas questões. Referindo-se à linguagem e à literatura, destaca que por vezes estes campos foram entendidos como um reflexo da realidade. Williams propõe a superação desta concepção, apontando para a importância de entender qual o papel da linguagem e da literatura, ressaltando que estas não são apenas formas de expressão e comunicação, mas sim uma atividade, situada no campo das relações sociais. Além disto, elas constituem-se também como prática social, como algo constitutivo dos sujeitos históricos, sendo assim ativa neste processo. Neste sentido, mesmo que inconscientemente, há uma intencionalidade na linguagem e na literatura, esta é uma condição destes campos, em que, invariavelmente, executarão esta ação (WILLIAMS, 1979).

Neste momento, vale expor brevemente como compus o entendimento sobre o ao do suicídio, visto que este será o objeto de análise deste trabalho. A primeira coisa a ser notada é a falta de escritos sobre a questão do suicídio dentro da História, poucas foram as pesquisas encontradas e mais raras ainda as que partilhavam do mesmo referencial teórico ou tratavam também da literatura.⁴⁶ Diante

⁴⁵ A História e a literatura não podem ser confundidas uma com a outra, pertencem á campos diferentes, tem trajetória e metodologia que abrem um espaço entre as duas áreas. Porém devemos levar em conta que elas estão sempre em constante relação, em que recorrentemente uma se utiliza da outra para ser construída. Sandra Jatahy Pesavento é uma historiadora que explora esta questão com profundidade. Cf. O mundo como texto: leituras da história e da Literatura. **História e Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, pp. 31-45, set. 2003.

⁴⁶ Entre as produções encontradas na área da história, porém com referenciais bastante distintos dos apresentados aqui, é possível citar algumas realizadas por pesquisadores da própria UNIOESTE como: WADI, Y. M.; STADUTO, J. A.

disto, o caminho foi de recuar até intelectuais clássicos que trataram sobre o assunto. Entre eles estavam Sigmund Freud, Émile Durkheim e até mesmo Karl Marx.

Freud ajuda a compreender o suicídio quando destaca que todo sujeito possui em seu inconsciente o que ele chama de *pulsão de morte*, ou seja, um impulso de isolamento e autodestruição que está constantemente em conflito com a *pulsão de vida*, responsável pela busca do prazer e realizações pessoais (FREUD, 1976). Se relacionarmos isto com um de seus escritos posteriores onde destaca o papel da civilização e sociedade de repressão das vontades dos sujeitos (FREUD, 1996), temos a ideia que o *mal-estar* causado pelas sociedades acabam por estimular a pulsão de morte dos sujeitos e o suicídio torna-se uma alternativa. Quando avançamos para as considerações feitas pela Psicologia Social encontramos a concepção de que os sentimentos e desejos de vida e morte tem um caráter histórico, e se modificam conforme o período e as condições sociais, neste sentido existem os sentimentos morais (PAIVA; OLIVEIRA. VALENÇA 2018, p 1806).

Émile Durkheim, considerado pai da Sociologia, relacionou a prática do suicídio com suas bases sociais. Ao considerar que, apesar do sistema capitalista ter trazido à tona algumas questões a respeito da individualidade e individualização, a sociedade não se orienta para a satisfação dos desejos individuais, mas sim coletivos, por isto existem uma série de regras e valores que devem ser seguidos. Para Durkheim esta é então a moralidade da sociedade. Os atos suicidas, independentes de seu “tipo” (egoísta, altruísta ou anômico) ocorrem em decorrência justamente de como a sociedade está organizada e a avaliação do papel do sujeito em relação a ela (DURKHEIM, 1973).

Já para Marx, em seu texto *Sobre o Suicídio*, tentou explicar estes suicídios por um viés social, mas, diferente de Durkheim, não o faz através de tipificações, mas sim ressaltando como as contradições eminentes da sociedade capitalista causam tamanho sofrimento a ponto do indivíduo

R. ; SOUZA, Keila Rodrigues de . Suicídio e desenvolvimento regional nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná (1990-2005). In: Mirian Beatriz Schneider Braun; Alfredo Aparecido Batista. (Org.). **Perspectivas do Agronegócio e do Desenvolvimento Regional**. 1ed.Cascavel: EDUNIOESTE, 2012, v. 1, p. 329-354. WADI, Y. M.; SOUZA, K. R. DE . Suicídio e escrita autobiográfica: cultura, relações de gênero e subjetividade.. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora FGV; Editora da UFRGS, 2009, v. 01, p. 93-130. DECKER, Eloisa Roberta. **Uma análise história do suicídio nos inquéritos criminais da Comarca de Toledo (1960-1979)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

tirar a própria vida. Outro elemento que aprofunda a análise feita por Marx é a da congregação entre a questão de classe e da vida privada (MARX, 2006).

Apresento aqui as ideias destes autores porque foram estas ideias que auxiliaram na concepção de como o suicídio deve ser tratado na História. Compreendendo que apesar das características individuais do ato ele não pode ser dissociado do momento histórico e da sociedade onde aquele sujeito está inserido. As experiências de contradição e pressões fixadas fazem com que os sujeitos assimilem e atuem das mais diversas formas como forma de resistência, adequação ou fuga. O suicídio pode ser considerado como uma destas formas de atuação.

Resultados

O suicídio existe desde os primórdios da humanidade, um ato que não pode ser lido de forma dissociada de seu contexto histórico, com suas concepções morais e seus valores vigentes. Se, de forma breve, regressarmos ao histórico desta prática, poderemos compreender esta afirmação de maneira mais clara.

Os primeiros registros de suicídio datam de 2.500 a.C., na região da Mesopotâmia, onde um grupo de doze pessoas ingeriram veneno de forma consciente. Isto fazia parte de uma tradição religiosa que pregava o fim da vida na velhice, e tinha como intenção evitar mais sofrimentos ou uma morte violenta. Neste exemplo, o suicídio fazia parte das normas sociais, era legitimado e, até certo ponto, estimulado, pois tratava-se do domínio do sujeito sobre sua trajetória (BERENCH NETTO. 2007).

Posteriormente, na Grécia Antiga, o suicídio passou a ser um fenômeno tolerado desde que seguisse certos critérios políticos e éticos. Em Atenas mantinham-se reservas de veneno para aqueles que conseguissem permissão do Senado para o ato suicida. Já para os romanos, em período posterior, a questão do suicídio girava em torno dos valores acerca da morte, e era um ato autorizado pelo Estado desde que se justificasse com um motivo, como doença, loucura, desonra ou aversão a vida. Os valores que permeavam esta prática estavam ligados a questões como a dignidade e racionalidade da morte (Ibidem).

Saltando para o século VI temos a atuação da igreja na condenação do ato do suicídio. Santo Agostinho desenvolveu seus principais argumentos embasando-se no sexto mandamento, “Não matarás”, que pode ser interpretado como uma condenação inclusive à morte de si mesmo. Já São Tomás de Aquino, no século XIII, encerrou a questão na igreja promulgando a ideia do suicídio como um pecado mortal contra Deus, justiça e a caridade. A partir daí o ato suicida passou a ser objeto de extrema repulsa moral (MINOIS, 2018).

Foi somente no século XVIII, a partir do Movimento Racionalista e das práticas liberais de rompimento entre Estado e Igreja, que o suicídio passou a ser tratado de outra maneira, com estudos sobre as “faculdades mentais” dos suicidas, foi quando o olhar científico ganhou peso no estudo desta prática. Os estudos passaram a se desenvolver nas mais diversas áreas do conhecimento entre os séculos XIX e XX. Neste último período uma nova questão apareceu, a do suicídio como um direito, iniciando assim movimentos de militantes pela chamada “morte doce” (BERENCH NETTO. 2007).

No campo da literatura e das artes a questão do suicídio é tema histórico e recorrente. Aparece já no século V a.C., na tragédia grega *Édipo Rei*, em que a rainha Jocasta tira sua própria vida por não suportar o destino e a maldição de seu filho/esposo. Já no teatro inglês dos séculos XVI e XVII, segundo George Minois, são encontradas mais de duzentos casos de suicídios narrados em peças (MINOIS, 2018). O ato apresenta-se então como um “fenômeno social” que desperta curiosidade. É neste momento que, pela primeira vez, iniciam-se estudos sobre as motivação e valor do ato suicida.⁴⁷ O suicídio, através dessas visões, deixou de ser um ato simplesmente sórdido e condenável, passando a tomar a forma de atitudes humanas inteligíveis.

No século XVIII, Goethe escreveu *Os sofrimentos do Jovem Werther*, no qual criou não apenas um personagem, mas também expôs aflições que atingia alguns sujeitos daquele momento histórico. Goethe fazia parte de uma geração de escritores Românticos, que foi proeminente não somente na Europa mas também no Brasil: nesta geração encontra-se com frequência narrativas de tendência individualista, voltadas à valorização das emoções. Isto ocorreu num momento de acirramento das práticas capitalistas e das ideias liberais, em meios às quais o papel do indivíduo e

⁴⁷ John Donne, poeta inglês, em 1608, escreveu a primeira obra que visa discutir o assunto, *Biathanatos*, que foi publicado postumamente, em 1647.

da individualidade passaram a ser repensando diante dos novos interesses econômicos e sociais.

Essa individualidade exacerbada transparece na literatura romântica, Alfredo Bosi chamou esta característica de *Eu romântico*. Este tem íntima relação com a morte e com o suicídio, pois é objetivamente incapaz de resolver os conflitos da sociedade se lança à evasão dela, de modo que aí que podemos notar as sentimentos como a solidão, abandono, devaneios etc (BOSI, 1994).

No Brasil, o movimento romântico teve sua expressividade dentro da produção literária durante o século XIX. O tema do suicídio tornou-se então um ponto de conflito entre a literatura romântica e o discurso médico no Brasil. Na segunda metade do século XIX a medicina passou a ser caracterizada como “discurso da ordem”, ou seja, uma medicina social que nasceu atrelada ao incipiente desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e que tinha como um de seus intuitos desenvolver uma ordem social e identificar e normalizar indivíduos que portassem ou transmitissem a desordem. O suicídio passou a ser considerado uma das expressões dessa desordem e recebeu então mais atenção da área médica (LOPES, 2003).

A própria literatura passou a ser considerada um “agente de contágio” do suicídio, de modo que o discurso médico iniciou uma perseguição em relação à literatura, pois por vezes as narrativas de suicídios apresentadas nas obras literárias iam na contramão das explicações médicas a respeito da questão - explicações estas que giravam em torno dos temas da loucura, das paixões e da sexualidade. Nesse sentido, o suicida na literatura não era somente o doente mental, o desequilibrado ou o louco, mas poderia ser também sujeito aflito com acontecimentos e a sociedade que os rodeavam (Ibidem).

Como pudemos perceber, o suicídio, a literatura e a história estiveram interligados em diversos períodos, e a proposta aqui apresentada é uma de tentativa de continuar esta relação. Depois desse breve histórico, vale a pena reservar algumas páginas para uma introdução aos recortes da proposta, bem como para um ensaio de análise de algumas fontes a serem utilizadas no desenvolvimento do trabalho.

A Proclamação da República representou tanto uma série de continuidades como também algumas rupturas para a sociedade brasileira. Entre as transformações recorrentemente lembradas

podemos citar a abolição da escravidão, que significou um novo rumo para a estrutura do trabalho no país e, no plano da política e ideologia, uma ampliação das ideias liberais, ambas concorrendo para consolidar as bases para a constituição do sistema capitalista no país. Isto afetou a sociedade em todos os âmbitos, desde a economia e a política até a cultura e as artes.

Uma das primeiras obras literárias do período republicano que narra a tentativa de um ato de suicídio é o romance de 1903, escrito por Luiza de Camargo Pacheco, intitulado *Alice*.⁴⁸ Nessa obra, o personagem Eduardo assassina o parceiro de Alice por amor. Após o crime ser descoberto, Eduardo avalia que a melhor maneira de se livrar da acusação e de suas consequências seria o suicídio. Porém, mesmo chegando a apontar um revólver para si, acaba desistindo da ideia:

Tomou-o entre as mãos e aproximou-o da luz e dos olhos. Súbito, estremeceu. Com a imaginação exaltada, como estava, pareceu-lhe que o retrato assumira proporções reais e que sua mãe, de cujo bondoso e sympathico semblante reçumava uma infinita tristeza, lhe estendia os braços, pronunciando estas palavras:

— “Detem-te, meu filho. Não é assim que deves expiar o hediondo crime que commetteste. A tua existência não te pertence a ti: — pertence á tua família, á sociedade, á Pátria e, acima de tudo, Aquelle a quem a deves, ao Deus de misericórdia, que terá compaixão de ti, si procurares por uma vida illibada purificar-te do teu delicto na pyra lustrai de um arrependimento sincero” (PACHECO, 1903, p.63).

A memória de sua mãe e a suposição das palavras que esta utilizaria trazem à tona diversos dos valores morais da sociedade em que vivia o personagem. Um destes valores é a aversão ao ato suicida, uma noção construída socialmente e que condena o ato sob duas perspectivas.

A primeira liga-se à visão de que cada indivíduo deve prestar um papel na sociedade, seja como um membro da sua família ou de determinado grupo ou classe. Numa sociedade que caminha em consonância com os ideais liberais, o ato do suicídio contraria um dos princípios dessa doutrina, aquele que diz que os sujeitos possuem direitos e deveres dentro da sociedade. Tirar a própria vida não é um direito e muito menos um dever, pelo contrário, vai contra estas duas categorias pois o sujeito, ao se suicidar, não estaria cumprindo seu papel social.

⁴⁸ Antes desta obra, somente *O Cortiço*, de 1890, escrito por Aluísio de Azevedo, tratou do tema. Porém, se regressarmos ao período imperial encontramos várias outras obras de autores como Júlio Ribeiro, José de Alencar e Machado de Assis que já tratavam do tema do suicídio.

A segunda perspectiva que leva à condenação é a de caráter religioso, algo que dentro de uma sociedade como a brasileira, gestada a partir de diversos dogmas do catolicismo, apropria-se da concepção do suicídio como pecado mortal. Esta era a concepção, vigente na igreja do início do século XX e ainda hoje no Brasil, e parece ter sido um dos motivos principais para que Eduardo interrompesse o ato de seu suicídio.

O início do século XX, dentro do campo da cultura e das artes, foi palco do chamado movimento modernista. Com claras influências europeias e também a disposição a uma leitura mais crítica, e menos romântica, da sociedade. Na literatura encontramos dois exemplos de suicídios que estão ligados a esse novo tipo de pensamento. O primeiro, de 1917, na obra de Lima Barreto⁴⁹ *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, a qual, fugindo da trama principal, narra o suicídio do crítico literário Frederico Lourenço do Couto. Este trabalhava para o jornal *Globo*, e após uma crise emocional que resulta na incapacidade de escrever sua crônica diária, acaba por tirar a própria vida. O segundo caso foi encontrado em um pequeno conto, escrito por Sud Mennucci, em 1921, chamado *A Carta do suicida*, onde Sylvio escreve uma carta explicando os motivos de sua morte. Este suicida-se por achar “chique” e “de bom tom” tal ato.

Apesar de necessitar de análise mais profunda, neste momento é interessante ressaltarmos como estes dois atos de suicídio parecem estar em consonância com a perspectiva modernista de visão de sociedade. O primeiro é do intelectual que pressionado diariamente por seu trabalho acaba não suportando esta demanda e vê no suicídio como uma escapatória. O segundo é uma antítese da visão romântica do suicídio, na qual a desilusão amorosa ou a percepção do envelhecimento pelos jovens aparecem como motivações. Quando Sud Mennucci narra o ato de Sylvio, está indo na contramão das motivações “tradicionais” encontradas na literatura e também dos valores e moral de uma época, valores estes explicitados acima, no romance *Alice*.

Num período posterior, conhecido como “Era Vargas”, novamente algumas das questões sociais se modificam enquanto outras permanecem as mesmas. Neste período o populismo e os

⁴⁹ O movimento literário no qual Lima Barreto pertenceu é considerado como sendo o “pré-modernismo”, ou seja, uma vertente que já vinha se desvincilhando das caracterizações e posturas comuns do Romantismo e Simbolismo, caminhando muito mais para características deste novo movimento Modernista.

investimentos na indústria são recorrentemente lembrados como tendo sido marcantes. Por outro lado, apesar dos projetos de alianças de classe, levados a cabo pela gestão de percebe-se que a estrutura de hierarquia social permanecem a mesma, os pensamentos liberais e o avanço do capitalismo continuam vigentes, agora com uma roupagem de cunho “nacionalista”. Quando estudamos o campo da produção literária encontramos um balanço de obras que tratam de temas recorrentes, como por exemplo, as relações de coronelismo e a sociedade patriarcal, narradas de forma excepcional em *São Bernardo* de Graciliano Ramos, relações estas que levam ao suicídio de Madalena na obra. Já em outras produções é possível identificar características marcantes desta nova “fase” da história do país, tematizando, por exemplo, elementos como as mudanças nos locais e forma de trabalho.

Dentre estas produções está o romance *Pedro Maneta*, escrito em 1942 por Paulo Lício Rizzo. Apesar de não narrar o ato suicida efetivamente, o autor revela como o personagem principal, por vezes teve um pensamento suicida. Após narrar a trajetória de vida e trabalho de um operário, ele destaca alguns eventos determinantes para a criação do pensamento suicida nele, como: a perda de sua mão em um acidente de trabalho na indústria e o abandono de sua companheira. Esta obra ganhou destaque pois foi a vencedora do Concurso Nacional do Romance e Teatro promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1942. A obra de Rizzo, que apareceu com uma proposta de narrativa realista, ao ser confrontada com a história do período realmente parecem bastante similares. A trajetória de Pedro Maneta pode ser comparada com várias experiências de trabalhadores que enfrentaram processos comuns como o deslocamento entre regiões do país, o trabalho na crescente indústria do período, os recorrentes acidentes de trabalho e o sentimento de exaustão e decepção.⁵⁰

De um modo geral, é possível perceber que as narrativas literárias sobre o suicídio evidenciam um ato que caminha na fronteira entre a prática social e a moral. Ou seja, que congrega tanto aspectos políticos e econômicos de uma sociedade como também aspectos relacionados aos valores de uma época. Essa leitura não pretende separar ou “tipificar” esta prática, e sim o contrário, de conceber como a prática do suicídio congrega o social e o cultural.⁵¹

⁵⁰ DUARTE, Adriano Luiz. Pedro Maneta e o concurso literário promovido pelo Ministério do Trabalho indústria e Comércio em 1942. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n.59, p. 687-706, Dec. 2016.

⁵¹ Partindo assim de uma ideia defendida por Edward P. Thompson, que indica a cultura como um “sistema” de atitudes,

Referências

BERENCH NETTO, N. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2007. 168p.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. 10ªed. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria Toriatti. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência.** São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix. 1994.

CÂNDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes.** 3º ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. 1999. p. 12.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária.** 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2.v.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador.** São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs). **A História Contada.** Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

DECKER, Eloisa Roberta. **Uma análise história do suicídio nos inquéritos criminais da Comarca de Toledo (1960-1979). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

DUARTE, Adriano Luiz. Pedro Maneta e o concurso literário promovido pelo Ministério do Trabalho indústria e Comércio em 1942. **Estud. hist. (Rio J.),** Rio de Janeiro , v. 29, n. 59, p. 687-706, Dec. 2016.

DURKHEIM, Emile. **O Suicídio.** Estudo sociológico. Lisboa. Editora Lisboa. 1973.

valores e significados compartilhados e as formas simbólicas com que se acham incorporados. E também como um sistema de diferentes recursos, de conflito e oposição. Nesta leitura, a cultura não é auto definida e nem independente de influências externas e está situada em seu lugar material, das relações sociais, do trabalho, exploração e resistência

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. Edição standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da Modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

HOBSBAWM, Eric James. Os sentidos do passado. In: HOBSBAWM, Eric James. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOLLN, Lucas André Berno. História social do trabalho e literatura: esforços para uma calibração dialética. **Espaço Plural**. Ano XVII. Nº 34 • 1º Semestre 2016. pp.56-82.

LOPES, Fábio Henrique. **A Experiência do suicídio**: discursos médicos no Brasil, 1830-1900. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2003.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINOIS, Georges. **História do suicídio**. A sociedade ocidental diante da morte voluntária. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

PAIVA, Ilana Lemos; OLIVEIRA, Isabel Fernandes; VALENÇA, Daniel Araújo. Marxismo e psicologia: aportes para uma reflexão materialista sobre o indivíduo. Re. Direito Práx, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1806.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da Literatura. **História e Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, pp. 31-45, set. 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, São Paulo. 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil 3**. NOVAIS, F; SEVCENKO, N. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Maria Manuela. História Social ou “O que a História Política Deixou de Fora”. **Phoenix**, Rio de Janeiro, 5: 1999. p. 241-254.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 194.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

WADI, Y. M.; STADUTO, J. A. R. ; SOUZA, Keila Rodrigues de . Suicídio e desenvolvimento regional nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná (1990-2005). In: Mirian Beatriz Schneider Braun; Alfredo Aparecido Batista. (Org.). **Perspectivas do Agronegócio e do Desenvolvimento Regional**. 1ed.Cascavel: EDUNIOESTE, 2012, v. 1, p. 329-354.

WADI, Y. M.; SOUZA, K. R. DE . Suicídio e escrita autobiográfica: cultura, relações de gênero e subjetividade. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). (Org.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas..** 1ed.Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora FGV; Editora da UFRGS, 2009, v. 01, p. 93-130.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989.

Temporalidades do Antropoceno na História Ambiental: uma nota preliminar

Milena Cristina Perardt Garbossa

Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro),
Guarapuava, bolsista PET-História e IC Voluntária

Jo Klanovicz

Docente do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste
(Unicentro)/Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário
(PPGDC-Unicentro) e bolsista Pq2-CNPq
jo@unicentro.br

Resumo

Esta pesquisa de Iniciação Científica, em estágio embrionário, busca mapear e discutir novas periodizações que a História Ambiental tem oferecido ao debate historiográfico em meio à emergência do Antropoceno como período da História da presença humana no planeta. Busca-se discutir propostas de periodização e o debate sobre temporalidades na História considerando o encontro entre História Ambiental e História da Historiografia, partindo da leitura e análise de produções acadêmicas sobre o Antropoceno e conceitos correlatos desde 2000, quando a noção foi reposicionada no debate interdisciplinar pelo cientista Paul Crutzen e rapidamente disseminada na historiografia ambiental.

Palavras-chave: Antropoceno; História Ambiental; Periodizações; Temporalidades.

Introdução/Justificativa

No âmbito de um projeto maior,⁵² esta investigação, em caráter embrionário, buscará mapear

⁵² Entre 2019 e 2024, o projeto em desenvolvimento no Laboratório de História Ambiental e Estudos de Comunidade, e que agrega as iniciativas de de investigação desde a graduação à pós-graduação intitula-se “A condição mais que humana no Antropoceno: oportunidades e limites teórico-metodológicos da História Ambiental entre narrativas interespécie de pandemias, refúgio, comunidade, extinções e bem estar”. O projeto é coordenado pelo prof. Dr. Jo Klanovicz (Unicentro) e pretende mapear e discutir temas ambientais contemporâneos, bem como narrativas que têm considerado o Antropoceno como noção estruturante de interpretações historiográficas em História Ambiental. O projeto também presta atenção nas articulações que estão sendo realizadas entre História Ambiental e Humanidades Ambientais, especialmente a partir da proposição de compreensão de mundo contemporâneo a partir da condição mais-que-humana. O projeto articula iniciativas, também, no âmbito do Grupo de Pesquisas Envirotech History, and Community Studies (CNPq).

e discutir periodizações que a História Ambiental tem utilizado ao pensar a presença humana no planeta em meio à emergência da noção e das apropriações que estão sendo feitas do Antropoceno.

A história ambiental utiliza a noção de ambiente como a síntese das dimensões natural e construída do mundo palpável (BUELL, 2001). O acesso a essas relações por meio de documentos sempre fragmentários do passado, que servem para que profissionais de história construam representações desse passado com finalidades orientadas pelas questões que elaboram (GADDIS, 2003, estão profundamente atreladas aos próprios modelos conceituais adotados em qualquer investigação. Wilfred Bisson (2011) aponta, nesse sentido, que os modelos conceituais permitem, ao mesmo tempo, resolver o problema ligado ao armazenamento de conhecimento acumulado numa dada especialidade e, por outro lado, simplificar o problema, permitindo desenvolver mecanismos de descarte de conhecimento julgado irrelevante ao campo (BISSON, 2011, p. 1). Nesse processo de construção do conhecimento, quem trabalha com História se depara com alertas oriundos das fontes e dos fenômenos que analisa, o que faz com que tenha que reavaliar, constantemente, seu conhecimento atual sobre um dado assunto, ou adquirir novos (GADDIS, 2003). Isso faz com que se tenha de examinar documentos em dois níveis; o primeiro, inclui a arquitetura do argumento bem como as respostas e gatilhos que eles oferecem; depois, tem de buscar entender uma fonte avaliando-a à luz do que o conhecimento historiográfico atual oferece. Esse novo conhecimento é adicionado ao modelo conceitual, que novamente será testado e validado, em processo repetitivo.

Nesse sentido, não pode se furta à discussão fundamental da delimitação espaço-temporal no conhecimento histórico, bem como aos desafios propostos pela noção de Antropoceno, recentemente utilizada nas Humanidades Ambientais. Mais que isso: como campo do conhecimento, a História Ambiental, do ponto de vista da proposição de novas maneiras de narrar e de posicionar o próprio narrar nos estudos históricos, tem proporcionado um reaquecimento ou redimensionamento temático e teórico-metodológico, da delimitação de períodos para os estudos históricos - quer se apropriando de conceitos e maneiras de entender o tempo, passado, presente, expectativas, oriundos de outros campos de conhecimento, quer formulando seus próprios conceitos.

As implicações do tempo talvez sejam mais ainda desafiadoras em função de que a contemporaneidade da questão ambiental, como observa José Augusto Pádua (2010), “não está

relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam (dentro do jogo de continuidades e descontinuidades que caracteriza os processos históricos)” (PÁDUA, 2010, p. 134).

Isso porque, em primeiro lugar, a história ambiental, desde sua institucionalização e formalização nos anos 1970, veio a constituir espacialidades e, especialmente, periodizações alternativas àquelas pautadas nos estados nacionais, no que Sebastian Conrad (2016) denomina de nacionalismos teórico-metodológicos ou Donna Haraway (2003) chama de individualismo metodológico da história.

Num segundo momento, ela tem carregado uma tradição e uma característica fundamental, que é trabalhar, na maioria das vezes, com temas contemporâneos, tais como processos e eventos naturais, sociais, econômicos e políticos, como desastres, fome, guerras e doenças no paralelismo com as mudanças socioambientais, observando consequências que afetam sociedades humanas hoje e no futuro (SÖRLIN, 2011, p. 612).

Em seguida, para as delimitações temporais tradicionais da história, como o quadripartismo ou ainda aquelas expressamente políticas como as eras propostas por Eric Hobsbawm (2005; 2010; 2017), Joseph Fontana (1998) ou Samuel Huntington (1997), a história ambiental tem apresentado outras como a era da ecologia e, mais recentemente, periodizações provocativas, polêmicas e tomadas de empréstimo de áreas como a geologia ou economia, da ecocrítica, como o Antropoceno, o Capitaloceno, o Ocidentaloceno, o Plantationoceno, o Chtuluceno ou ainda o Plantropoceno. Em comum, a constatação contemporânea de que a História não se poder explicar ou interpretar por visões monoculares, e que as perspectivas históricas do século XX, tais como as histórias sociais ou culturais já não conseguem dar conta dos desafios construídos pelos estudos pós-humanistas, pelos estudos animais, e por outras maneiras de conhecer que avançam rapidamente no século XXI.

Dessa forma, a proposta é mapear o status do Antropoceno como temporalidade na História Ambiental, em sentido amplo, teórico-metodológico e temático, considerando desafios, oportunidades e limites dessa noção em meio a controvérsias estabelecidas na historiografia.

Temporalidades antropocênicas na História Ambiental

Com vistas ao cumprimento dos objetivos desta pesquisa, o projeto compreenderá investigação bibliográfica e levantamento documental. A metodologia está orientada pela abordagem integrada de elementos audiovisuais e textuais – relatórios institucionais, projetos, documentos oficiais, além de documentos de origem particular, correspondências, artigos, livros, teses, discursos, programas, reportagens de revistas e periódicos em diferentes épocas, e dimensões contextuais, expressas em fontes primárias, sobretudo, mas também em fontes secundárias.

O campo da História Ambiental emergiu no final da década de 1960, nos Estados Unidos da América. É a história dos papéis e lugares da natureza na vida humana, a história de todas as interações que sociedades têm apresentado com o passado não humano, nos seus ambientes. Pádua (2010) observa a emergência de um „ambientalismo complexo e multissetorial“ no período, dotado de “alto perfil na cena pública global” [e que] “representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. A ideia de ecologia, nesse sentido, “rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global” (PADUA, 2010, p. 68).

A história ambiental institucionalizou-se especialmente após a criação da American Society for Environmental History, em 1977, e como John R. McNeill observa, o campo, autoconsciente, aproveitava as energias da sociedade global que testemunhou a coalescência do ambientalismo popular como força política e cultural, já capitalizando trabalhos importantes, ainda nos anos 1970, tais como as obras lançadas por Roderick Nash, John Opie, Donald Worster, Susan Flander e Donald Hughes. A historiadora Jane Carruthers (2012) observa a esse respeito que o campo surgiu com a promessa de catalisar ações na busca de justiça, conectando historicamente ideias que até então estavam fragmentadas e que giravam em torno da sustentabilidade, constituindo-se como o campo das Humanidades que mais intensamente começou a promover a interface entre populações e sua realidade biológica e física.

Mas o que é efetivamente uma história ambiental? John R. McNeill pontua que História

Ambiental tem diferentes sentidos e aparências para cada pessoa. Ela apresenta, contudo, algumas características fundamentais (e até fundacionais) que foram construídas entre os anos 1960 e 1970 a partir da produção das primeiras obras de referência. Em linhas gerais, a partir especialmente de obras como a do historiador Donald Worster (tais como *Dust Bowl: The Southern Plains in The 1930s* (de 1979) ou *The Ends of the Earth: Perspectives in Modern Environmental History*, publicado em 1988), a História Ambiental foi sendo delineada como uma leitura nivelar e interrelacionada da história.

Para compor uma História Ambiental, de acordo com Donald Worster, é necessária a combinação de análise de dados da natureza propriamente dita, orgânica e inorgânica, “incluindo aí o organismo humano em sua relação com os diferentes ecossistemas” - ou, seja, o primeiro nível de análise - , com dados da constituição socioeconômica das sociedades e sua inter-relação necessária com determinados espaços geográficos (segundo nível) e, por fim, com as dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana (terceiro nível).

O que há de novo nessa forma de relacionar os três níveis e dimensionar o ambiente como categoria? De início, e quase de forma peremptória, conforme aponta Pádua (2010), deve-se partir da ideia de que a questão ambiental é uma questão moderna e que precisa ser entendida em sentido amplo, já que a relação com o ambiente coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana, e não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial mas também com uma série de outros processos macro-históricos.

No primeiro nível, a sugestão de que devemos atentar para as transformações do mundo biofísico ao longo do tempo, buscando reconstituir os ambientes do passado, tarefa que tem muitas nuances interpretativas, desde leituras como a de Fernand Braudel, em 1949, contrapondo uma história quase imóvel do ambiente à velocidade das mudanças sociais até outras leituras que rompem radicalmente com essa perspectiva.

A “segunda natureza”, ou seja, a cultura material, os meios tecnológicos produzidos pela ação humana compõem o segundo nível de uma leitura de História Ambiental, o mundo socioeconômico e suas inter-relações com o espaço. Por fim, quando se fala nas dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana, está-se observando o comportamento social dos seres humanos em

relação ao mundo natural, assim como a própria estruturação socioeconômica da vida coletiva, que passa pelas visões de natureza e dos significados da vida humana.

Essa taxonomia não é isenta de críticas. Carolyn Merchant (1998) considera que os três níveis são insuficientes para a elaboração de uma perspectiva de história ambiental, uma vez que eles reproduzem a leitura de uma história econômica que raciocina produção de bens e de conhecimento (níveis 1 e 3), e circulação (nível 2), mas não se preocupa em termos teóricometodológicos com a ideia de reprodução das relações entre sociedade e ambiente. Nesse sentido, Merchant propõe a incorporação da categoria de gênero na história ambiental, para pensar a reprodução tanto biológica como de estruturas de diferenciação muitas vezes binárias que, por vezes, permanecem, ou nascem, reelaboram-se continuamente. Nesse sentido, muitos trabalhos passaram a levar em conta diferentes tradições ecofeministas, dentro da história ambiental.

A partir desses primeiros trabalhos, e, principalmente, pela difusão cada vez mais rápida do próprio termo “história ambiental”, as discussões em torno do campo adquiriram feições e adentraram lugares mais criativos.

Já nos anos 1970, muitos ecólogos depararam-se, em seus respectivos campos das ciências naturais, com a “desordem” prevalecendo sobre a “ordem” das coisas no mundo natural. Isso ocorreu com uma ênfase, na medida em que as próprias ciências naturais abriam o leque explicativo, opondo gerações de cientistas e suas respectivas opiniões. Logo, pensar uma natureza intocada e depois, um homem a modificá-la, na mais clássica das tradições antropocêntricas, a partir do final da década de 1970 tornou-se um problema de posicionamento científico tradicional ou unidimensional, em meio ao conhecimento complexo.

Outros trabalhos começaram a discutir a distinção entre sociedade e natureza como algo pertencente ao mundo moderno, à estruturação do sistema capitalista, da burguesia e das cidades. Essa distinção teria corroborado no domínio humano sobre o mundo natural, na medida em que a riqueza tornou-se a mola mestra da leitura da sociedade, bem como a economia tornou-se peça chave para pensar a própria sociedade.

Essa interpretação é inerente aos grandes sistemas macroexplicativos da sociedade, na medida

em que, qualquer um dos três, tende a interpretar o passado a partir de determinadas idealizações, tais como a de uma menor intervenção humana devido à localização de grupos em meio a ambientes técnicos mais atrasados do que os da modernidade.

Há autores e autoras que acreditam que a distinção entre natureza e sociedade sempre existiu, e que ela varia no tempo e no espaço, já que as sociedades, ao longo de sua história, “abraçam natureza de maneiras distintas”, o que, também, significa afirmar que a natureza “não se nomeia”. O historiador Simon Schama (1996) é um dos principais representantes dessa visão de história e de interpretação das relações de humanos com o mundo natural, e contribuiu em muito para a leitura relativista dos conceitos de natureza e da relação que ela desempenha, especialmente, com a memória e com as apropriações que a história faz da memória sobre essas relações, no tempo. Contudo, a principal crítica feita ao trabalho de Schama é que ele acaba propondo uma visão de natureza eminentemente europeia para um mundo atual não europeu. Outro autor que segue nessa linha é David Arnold (2000), que afirma que, desde que o primeiro homem sedentarizou-se, começaram os processos diferenciados de apropriação dos recursos naturais.

Bruno Latour, em obras como *A esperança de Pandora* (2001) e *Políticas da natureza* (2004) traz uma postura diferente para a história ambiental. Para ele, como a realidade é bizarra e permeada por uma multiplicidade de agentes que é difícil de ser determinada com segurança e precisão, a explicação das relações que se dão no mundo não carecem de ser separadas em dois grupos, humanos de um lado, e mundo natural de outro, já que animais, plantas, doenças, clima, homens, mulheres e rochas pertencem ao mesmo coletivo, embora em câmaras distintas que articulam limites, posições e proposições para o todo. Nesse sentido, a artificialidade da distinção sociedade-natureza seria uma falácia fadada a apenas deturpar as possibilidades de interpretação das relações existentes entre os dois grupos no mesmo coletivo.

É óbvio que a interpretação parte dos humanos, o que representa um dos principais argumentos daqueles que defendem que não existe natureza a não ser pelo processo de mediação mental humana, pelas percepções que são captadas do entorno por meio dos sentidos e pela sua prisão obrigatória aos instrumentos de retórica, também apenas humanos. Contudo, se pensarmos, como propõe outro sociólogo, Henri Acselrad (2003), que, no coletivo, humanos estendem o tecido social para os não

humanos com o objetivo de que esses últimos travem, também, relações humanas, aí poderemos ter uma abordagem interessante para pensar o coletivo, não apenas na relação observador-objeto observado, mas em termos de mútua construção.

Christof Mauch e Helmut Trischler (2010), ao pensarem as relações, o papel e a contribuição da História no trato de questões ambientais, afirmam que a natureza ainda representa um desafio cultural para historiadores e historiadoras. As questões ambientais não têm fronteiras nacionais. Mesmo que temas ambientais sejam diferentes de região para região, de localidade para localidade, ou que haja diferentes perspectivas intelectuais, éticas, culturais e políticas na construção interpretativa ou de engajamento com o tema, os problemas ambientais apresentam uma dimensão global.

O ambiente(a) é, nesse sentido, uma categoria entendida como síntese das dimensões natural e construída do mundo palpável, conforme observa Lawrence Buell (1995), e o desafio da História ao tratar da temática ambiental reside na necessidade de adequar muitas das premissas teórico-metodológicas e temas, buscando vencer o desafio cultural que o mundo natural representa na prática interpretativa e analítica do campo, bem como o desafio de admitir a agência desse mundo na constituição da cultura.

Nas ciências naturais, as questões ambientais têm um caminho interdisciplinar, com tradições consolidadas de contato entre os mais variados campos, quando o tema é ambiente. Já nas ciências humanas e na história, dada à origem desses campos, totalmente devotadas aos estados nacionais e a seus interesses, a opção foi delegar a responsabilidade sobre esses temas para os outros campos, por preocupação teórica de consolidação das humanidades, por um lado, mas também por escolha teórica ligada ao contexto de institucionalização das ciências no século XIX.

John McNeill comparou a história e seu descompasso com as questões ambientais a um bêbado que olha para as chaves do carro perto de um poste de luz. Ele não perdeu as chaves, mas o ponto onde ele está é o único lugar da rua em que ele consegue iluminação suficiente para tentar ligar o carro.

A situação recente da história ambiental é, nesse sentido, a das questões ambientais, da

ecologização da política, de mudanças epistemológicas profundas nas ciências, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em paralelo à crítica da ortodoxia das ciências, à emergência da complexidade como abordagem das relações entre natureza e cultura à necessidade de novas formas científicas e relacionais para trabalhar com essas relações, o que autoras como Donna Haraway (2013) denominam de natucultura. É assim que podemos discernir uma fase de síntese no século XXI, na qual o ambiente tornou-se uma preocupação central da política e do público geral.

A História ambiental e o kainós do antropoceno

Kainós é uma palavra grega que significa novo, recente, mas também incerto, desconhecido, único. É um termo que tem sido fundamental na construção do conhecimento da natureza, especialmente no âmbito da geologia e das ciências biológicas, sendo parte constante da nomenclatura que foi sendo utilizada para a classificação das eras geológicas a partir da segunda metade do século XIX.

No início do século XXI, considerando-se os desenvolvimentos críticos do conhecimento geológico, mas também de outras áreas e a emergência das humanidades ambientais, um “novo” novo, ou melhor, um novo kainós emergiu em meio às ansiedades contemporâneas com relação às pressões humanas sobre o planeta. Diversos elementos foram constitutivos desse contexto e desse fenômeno de redimensionamento conceitual, entre eles a reconfiguração ou restituição de pesquisas ligadas à ideia de biosfera, por um lado, e a emergência das pesquisas sobre o Sistema Integrado Terrestre, por outro. Quando Rachel Carson publicou *Primavera Silenciosa* (1962), estava propondo efetivamente um debate sobre biosfera, porém sem estabelecer um contato direto com o termo. Biosfera e ciclos biogeoquímicos vinham continuamente sendo estudados principalmente na União Soviética, a partir das formulações teóricas apontadas por Vladimir Ivanovitch Vernadsky (1863-1945) a respeito da Biosfera e de ciclos biogeoquímicos.

A ciência soviética, no sentido dos estudos climatológicos, estava muito mais avançada e Vernadsky só foi traduzido para a língua inglesa em 1998. Embora parte das preocupações ligadas a ciclos biogeoquímicos estivessem presentes no debate norte-americano, é fundamental pontuar que o

conceito geral de biosfera parece ter sido interdito durante a Guerra Fria. Biosfera significava, diretamente, que as feições do planeta Terra eram influenciadas biologicamente, e que a cultura representava sua síntese consciente, com função modificadora considerável sobre os elementos naturais e a transformação do todo. Essa perspectiva de entendimento do cosmos, proposta por Vernadsky, teria impacto profundo, porém circunscrito geograficamente e encontrava-se com as primeiras formulações de outro termo, o antropoceno.

Antropoceno apareceria na literatura, pela primeira vez, em 1922, quando o geólogo Aleksei P. Pavlov propunha o termo para designar uma era de presença humana na terra, localizada há 160 mil anos. O termo passou a ser utilizado por algum tempo na URSS, caindo em desuso anos depois.

Na década de 1980, o biólogo marinho Eugene Stormer usou a palavra em alguns artigos publicados e a terceira vez em que ele emergiu foi em 2000, quando o químico Paul J. Crutzen, em conferência, posicionou provocativa e de maneira intuitiva o termo. Desde Crutzen, por quase uma década o conceito de Antropoceno ficou restrito à literatura científica das Ciências da Terra, até que uma matéria publicada em *The Economist*, em 2011, intitulada “Welcome to Anthropocene” deu publicidade mundial e extracientífica ao termo, que já estaria incorporado, naquele ano, em seminários de Dalai Lama e em documentos do Vaticano.

Entre as primeiras décadas do século XX e o início do século XXI, o que mudou em termos científicos desde o nascimento do conceito de biosfera e a emergência do conceito de antropoceno foi o surgimento de uma área específica estudando o sistema integrado planetário, algo que começou a ser palpável na década de 1980, quando novos instrumentos científicos tornaram-se disponíveis, tais como imagens de satélites geoestacionários, sistemas de computação capazes de coletar, transmitir e analisar grandes quantias de dados científicos, que oportunizaram a leitura de fenômenos globais.

O antropoceno, então, apareceu como um termo capaz de designar, ao mesmo tempo, o fim do holoceno e o início de uma nova era geológica. Ele sugeriu que o planeta havia entrado num novo período por conta dos efeitos ambientais resultantes do crescimento da população humana e do desenvolvimento econômico. Rapidamente, o termo começou a ser acatado e empregado de maneira

informal por geólogos para denotar o ambiente global contemporâneo, dominado pela atividade humana

Sônia Torres lembra que a União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS) determinou que a Comissão Internacional de Estratigrafia (ICS) criasse um grupo de trabalho (o WGA-Working Group on the Anthropocene) para discutir os efeitos referidos por Crutzen e, aplicando os mesmos critérios usados para estabelecer novas eras, avaliar se, de fato, justifica-se a necessidade de estabelecer o novo termo para denominar uma suposta nova idade geológica. A autora observa que uma proposta sobre o assunto foi votada em agosto de 2016, estabelecendo o prazo de três anos para determinar quais seriam os sinais mais fortes que determinam a nova era geológica.

Independentemente dos resultados que serão estabelecidos oficialmente pela comissão, não é apenas a geologia que está em um estado de perturbação. O conceito de antropoceno serve para designar um momento histórico mundial: tudo que é construído pelos humanos e que interfere nos sistemas naturais, engloba, em grande medida, as mudanças paradigmáticas que estamos testemunhando nas áreas de inteligência artificial, neurociência, biologia e biotecnologia, entre outras, e nos lança em uma seara de incerteza tanto científica quanto discursiva.

Pádua observa que o termo pode ser entendido como a época em que a espécie humana deixa de ser um animal como outro qualquer, que vive da apropriação de uma fração relativamente pequena dos fluxos naturais de matéria e energia existentes no planeta, e passa a ser um agente geológico global. A partir da mudança de patamar aludida, a presença humana passou a impactar o “Sistema Terra” como um todo, sobretudo a atmosfera, a biosfera (o conjunto dos seres vivos), o ciclo das águas e alguns ciclos biogeoquímicos em escala planetária (como os ciclos do nitrogênio, do fósforo e do enxofre).

O historiador observa que é importante situar a emergência da ideia do Antropoceno em meio à macrovisão global da história humana, lembrando que John McNeill situa o período em três etapas: a formação da era industrial (1800-1945), caracterizada pela expansão maciça do uso de combustíveis fósseis, ou a „era fossilista“; a Grande Aceleração, em algum momento localizado entre 1945 e 1950, ainda vigente, quando a disponibilidade de petróleo abundante e barato – associada com a ascensão

dos produtores árabes – foi determinante para a difusão de tecnologias inovadoras, o que resultou na explosão do consumo de massa, e enorme expansão quantitativa da produção e do consumo (e conseqüente mudança qualitativa da presença humana na Terra); por fim, uma terceira fase ainda não dominante, na qual é notória a dificuldade em se criar e implementar instituições, leis e políticas de fato eficazes no rumo da sustentabilidade.

Nesse sentido, o termo Antropoceno posicionou, novamente, o humano no centro e apontou, a um mesmo tempo, para a época pós-humana, propondo que tenhamos chegado a limites planetários a partir de nove parâmetros de relevância, quais sejam: 1) mudanças climáticas; 2) perda de ozônio estratosférico; 3) acidificação dos oceanos; 4) ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo; 5) mudanças na integridade da biosfera associadas à perda de biodiversidade; 6) mudanças no uso do solo; 7) uso de recursos hídricos; 8) carga de partículas de aerossóis na atmosfera; 9) introdução de entidades novas e poluição química.

O início do Antropoceno revisitado não residiria mais há 160 mil anos, conforme observava Pavlov no início do século XX, mas coincidia com o início da industrialização europeia no século XVIII, e termina de maneira abrupta entre 1945 e 1950.

A grande aceleração, a partir daí, resulta das conclusões observadas na obra *Global Change and the Earth System*, publicado pelo IGBP, expondo 24 gráficos que analisam atividades humanas e mudanças do sistema terrestre de maneira integrada, sendo 12 deles mostrando temas humanos (crescimento do PIB global, população, consumo de energia e de recursos hídricos) e outros 12 tratando de emissões de dióxido de carbono, leituras da camada de ozônio, extinção de espécies, perda das florestas, etc.) nos últimos 250 anos.

Entre os resultados apresentados, observa-se: a) que mais terra foi convertida para a agricultura nos 30 anos depois de 1950 do que em 150 anos entre 1700 e 1850. (Sistemas de cultivo cobrem hoje 1/4 da superfície terrestre); b) que aproximadamente 20% dos corais foram perdidos e adicionais 20% degradados nas últimas décadas do século XX, além de 35% dos mangues mundiais foram destruídos; c) que a quantidade de água represada quadruplicou desde os anos 1960, com três a seis vezes mais água em reservatórios do que em rios naturais, e que 70% da água doce existente

no mundo está sendo usada para agricultura; d) que desde 1960 o fluxo de nitrogênio reativo em ecossistemas terrestres foi duplicado, e que os fluxos de fósforo triplicaram. Mais do que metade do fertilizante sintético a base de nitrogênio, primeiramente manufaturado em 1913, foi utilizada no mundo a partir de 1985; e) que desde 1750, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera aumentou 32%, de 280ppm. para 376ppm. em 2003), devido à combustão de combustíveis fósseis e mudanças no uso da terra, sendo aproximadamente 60% desse volume constatado a partir de 1959. Do lado das mudanças humanas, i) Mais de 2/3 da área de dois dos 14 maiores biomas terrestres e mais da metade da área de quatro outros biomas foram convertidos à agricultura por volta de 1990; ii) A distribuição de espécies sobre a Terra tem-se tornado homogênea, ou seja, o conjunto de espécies em qualquer região do globo tem-se tornado similar ao conjunto de espécies de outra região, primeiramente pela introdução intencional ou não de espécies, em associação com o incremento do consumo e das viagens; iii) O número de espécies no planeta está declinando, e iv) A diversidade genética decaiu globalmente, principalmente entre espécies cultivadas

O Antropoceno adentrou o campo da História Ambiental em paralelo à emergente e crescente preocupação com a crise ambiental (crise da civilização ocidental), refletindo, em certa medida, o que Jason Moore chama de *Zeitgeist* do século XXI, seu senso de urgência entre cidadãos, ativistas e intelectualidade, um senso que faz com que a realidade seja cada vez mais profundamente sentida e dramatizada, identificada como "a pressão humana" empurrando as condições da estabilidade biosférica a pontos de limitação.

A cena do kainos se antecipa propondo periodizações as mais diversas para a História Ambiental agora que a concepção de Antropoceno se consolida mais como uma noção histórica para discutir as relações entre humanos e não-humanos. Para além da leitura geral do Antropoceno em suas fases e da constatação da Grande Aceleração, essa noção despertou novos debates em torno de espaços-tempos alternativos no âmbito da História Ambiental.

Nesse sentido, este projeto abriga oportunamente a pesquisa documental em diferentes mídias sobre as concepções ligadas às transformações ambientais contemporâneas e seu impacto para a construção de novas narrativas na história ambiental

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.

BISSON, Wilfred. **How Clio learned?** Disponível em:
https://www.westpoint.edu/sites/default/files/inline-images/centers_research/center_for_teching_excellence/PDFs/mtp_project_papers/Bisson_11.pdf

BUELL, Lawrence. **The environmental imagination**. Boston: Belknap Press, 1995.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2013.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

GADDIS, John L. **Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da história**. Bauru: Edusc, 1998.

HARAWAY, Donna. **The Companion Species Manifesto**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações**. São Paulo: Objetiva, 1997.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**. Bauru: Edusc, 2001.

MAUCH, Christof; TRISCHLER, Helmut. **International Environmental History**. Munich: Rachel Carson Center, 2010.

MAUCH, Christof; ROBIN, Libby. **The edges of environmental history**. Munich: Rachel Carson Center, 2014.

MERCHANT, Carolyn. Erthcare: women and the environment. **Ethics and Environment**, v. 3, n. 2, p. 197-200, 1998.

MOORE, Jason. The Capitalocene part I: on the nature and origins of our ecological crises. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.

PADUA, José A. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, v. 64, 2010.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996

SÖRLIN, Sverker. The contemporaneity of environmental history: negotiating scholarship, useful history, and the new human condition. **Journal of Contemporary History**, 2011.

WORSTER, Donald. **The Dust Bowl**. New York: Cambridge University Press, 1999. [1979]

Agradecimentos

Ao Programa de Educação Tutorial (PET-História), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava, Paraná, pela bolsa. Ao Laboratório de História Ambiental e Estudos de Comunidade e ao Grupo de Pesquisa Envirotech History, and Community Studies pela possibilidade de pesquisar o tema. Ao professor Jo Klanovicz por sua atenção, orientações, apoio e ajuda. Ao Programa de Iniciação Científica da Unicentro.

A vigilância do DOPS na região de Campo Mourão (PR) na década de 1950

Jocimara Maciel Correia

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, e bolsista pela Capes

Resumo

O presente resumo tem como objetivo refletir a vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) na região de Campo Mourão-PR na década de 1950. No Estado do Paraná grupos opositores eram considerados “subversivos” e também foram caracterizados como inimigos da nação e do seu país. Neste caso, esses sujeitos foram considerados imorais e perigosos para a sociedade civil. Com isso, levantaram-se algumas problemáticas, como: houve repressão política causada aos grupos que não se encaixavam no padrão da época? Ocorreram práticas repressivas contra eles? Como a polícia agia com os sujeitos opositores? A população contribuiu para denunciar esses grupos? Para reflexão destacaram-se as discussões de Angelo Priori (2010; 2012), Rivail Carvalho Rolim, (2000), Marcos Tarcisio Florindo (2007; 2011) e Verônica Ipólito (2016). A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico sobre o tema e análise nos documentos digitalizados e disponibilizados pelo acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná na década de 1950. Entre os resultados foi possível analisar que essa região promovia a supremacia nacional de poder militar. Os métodos de vigilância e repressão foram facilmente instaurados nessa época com apoio de grande parte da população. Nos relatórios, analisou-se que os suspeitos, ditos comunistas, não tinham muitas opções em se defender e eram facilmente levados para as delegacias

Palavras-chave: Ação policial; arquivo público; polícia política

Introdução/Justificativa

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado na década de 1920 pelo governo brasileiro durante o período de Estado Novo. O objetivo desse departamento especializado era o controle de estrangeiros, censurar e reprimir movimentos de cunho político e social que estavam contrários ao regime de poder da época.

Conforme as políticas públicas sociais iriam se transformando no cenário brasileiro, o governo discerniu ser necessária a reestruturação de alguns órgãos dos setores de segurança pública, com isso,

o Dops também passou por mudanças. As delegacias do Dops foram se alastrando nas diversas regiões do Brasil e se modificando conforme a necessidade de cada Estado. Nesse artigo buscou-se refletir a polícia política e a vigilância do DOPS na região de Campo Mourão no Estado do Paraná na década de 1950. A discussão se pautou nas possíveis repressões políticas causadas aos grupos que não se encaixavam no padrão da época ou foram prejudicados por seguirem sua ideologia.

No Estado do Paraná, grupos opositores eram considerados “subversivos” e também caracterizados como inimigos da nação e do seu país. No caso, ditos como comunistas esses sujeitos foram considerados imorais e perigosos para a sociedade civil, isso justificaria com mais ênfase a prática repressiva contra eles.

A década de 1950 obteve um cenário político com diversas lutas e espaço de poder. Nesse sentido, ocorreram também ações policiais repressivas para conter partes da população paranaense que poderia disseminar a ideologia comunista no estado. De acordo com Rosângela Pereira de Abreu Assunção este “imaginário anticomunista da polícia política foi um dispositivo forte e eficiente no controle da vida social e funcionou como o motor para o exercício da autoridade e do poder de polícia sobre a sociedade”. (ASSUNÇÃO, 2006, p.105 apud FLORINDO, p.2, 2014),

Após o acesso às informações de documentos oficiais utilizados pelo DOPS entre os períodos de 1937 a 1989, foi possível ampliar as formas de refletir este passado. Dessa forma, com as fontes disponíveis houve o desejo de aprofundamento sobre as possíveis práticas de repressão na década de 1950 na região de Campo Mourão. As problemáticas basearam nas reflexões em relação à atuação dos policiais diante aos grupos considerados “subversivos” e como a sociedade civil participava das práticas de vigilância na região.

Neste contexto, este artigo contempla breves reflexões sobre a polícia política e o DOPS no Paraná, aspectos sobre a repressão política e que são os sujeitos repressores e oprimidos e como foi à atuação do DOPS na região de Campo Mourão na década de 1950.

Objetivo

O objetivo desse artigo é de refletir os arquivos disponibilizados pelo Acervo Público do Estado do Paraná sobre a Departamento de Ordem Política e Social na região de Campo Mourão na década de 1950. Com isso, foi analisado o comportamento da polícia diante as atividades que eram consideradas subversivas e dignas de suspeição comunista, além de refletir como o Estado envolvia a população na lógica de suspeição como: denúncias populares, fiscais de quarteirão e ações coletivas contra os suspeitos.

Metodologia

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de leituras teóricas e reflexões dos documentos disponíveis no Acervo Público do estado do Paraná referente à 23ª Delegacia Regional de Polícia no município de Campo Mourão na década de 1950. O conteúdo do Acervo Público se pauta em relatórios, informes, ofícios expedidos e recebidos, telegramas, fichas de identificação criminal, sendo pastas organizadas por temas e fichas de cidadãos investigados. Além disso, são fontes que representam uma parcela da sociedade que foram excluídos da história onde se é possível reelaborar uma memória coletiva, com isso,

A abertura dos arquivos secretos, assunto polêmico e atual, vem se pautar em duas premissas basilares: o direito do cidadão a informação e o compromisso institucional de potencializar a sociedade para uma permanente ação libertadora, diante de qualquer ameaça de controle da dinâmica social. (DOPS, 1993, p.9)

No primeiro momento da pesquisa contou com as discussões teóricas em relação à repressão policial, polícia política e atuação do Dops no Brasil. Com o recorte temporal referente à década de 1950, buscou-se também a reflexão histórica entre os aspectos políticos, sociais e culturais em âmbito nacional e regional, priorizando a região de Campo Mourão.

Na sequência, foram selecionados os depoimentos de pessoas que foram presas, relatórios dos oficiais da polícia, noticiários relatados, entre outros documentos que estavam disponíveis no acervo público. O último passo foi à reflexão das fontes coletados confrontando e dialogando com as

discussões teóricas na identificação das possíveis atuações do departamento de polícia na região de Campo Mourão.

A polícia política e o Dops no Paraná

O Estado do Paraná, no início da década de 1950, foi motivo de atração no campo de emprego e qualidade de vida, com isso, o Estado estava passando por um fluxo migratório intenso. Os serviços do DOPS foram utilizados para controlar o fluxo de pessoas na região, entretanto foi criado outro órgão para se responsabilizar por esse setor. Mas, segundo Rolim (2000) era de competência da Dops no Paraná:

A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) perdeu suas atribuições no que se refere ao controle de estrangeiros, todavia não diminuiu sua área de atuação e muito menos o rol de suas atribuições. Coube a esta Delegacia a tarefa de prevenção e repressão dos crimes ligados à organização do trabalho, segurança dos meios de comunicação e em relação a alguns serviços públicos e diversas contravenções penais. (ROLIM, 2007, p.3)

A polícia política representou o poder de controle social a comando de governos que buscavam consolidar o poder na sociedade. Esse serviço objetivou manter uma ordem instituída ideologicamente por partidos políticos que temiam o avanço do socialismo e de movimentos de esquerda. Com o avanço do movimento migratório vindo ao país pós Segunda Guerra Mundial, muitos europeus vieram ao Brasil trazendo junto suas experiências e ideologias. Com isso, foram utilizadas inúmeras ferramentas para vigiar, controlar e punir sujeitos e grupos considerados subversivos que não faziam parte do modelo de sociedade estabelecido na época. De acordo com Reznik,

A polícia política é uma especialização das atividades da polícia para a prevenção- visando o conhecimento, a classificação e o controle- e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que possam exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente. Responsável pela defesa do Estado e do regime funciona dos limites da tolerância permitidos pela agenda formulada para a segurança nacional. (REZNIK, 2014, p. 24)

O Brasil após a primeira República passou por transformações políticas e sociais objetivando

um novo governo que buscasse reerguer o país, ocorreu diversas transformações no cotidiano dos brasileiros, o que não se esperava era a forma que essas medidas iriam ser tomadas. (REZNIK, 2014, p. 20)

Dentre essas mudanças havia o temor de ocorrer um golpe de estado na década de 1930 em que Getúlio Vargas estava no poder, isso fez com que o setor policial fosse procurado com mais ênfase. Esse fato começou a representar as modificações que o país iria enfrentar um novo sentido de proteção ao Estado começa a ser instaurado de forma ditatorial. (IPÓLITO, 2010, p.10)

A Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte, tinha como objetivo fazer com o país fosse um regime democrático sendo assegurado o bem estar social, justiça e a liberdade. Mas, essa constituição deixou de vigorar no país e o fechamento do sistema político entra em vigor com a ditadura de Vargas que teve início em 1937, trazendo mudanças na ordem social brasileira. A liberdade já não é mais a mesma nesse período, a proibição de partidos políticos, censura à imprensa, repressão a diversos grupos sociais se tornou uma realidade brasileira. (IPÓLITO, 2010, p.11).

Com o avanço das ideologias comunistas em diversos países na década de 1930 fez com que nesse cenário fosse promulgada a Lei de Segurança Nacional⁵³ no Brasil. Essa lei tinha como finalidade garantir a segurança do Estado por meio da definição dos crimes que seria contra a ordem social e política.

A Lei de Segurança Nacional fazia parte também de uma ideologia marcada por uma doutrina de segurança especializada em proteção ao Estado. Com isso, as ideias estavam centradas em conter ameaças externas de inimigos, e para isso era necessário utilizar diversas formas de coleta de informação e planejamento governamental. De acordo com Ipólito,

Após o levante comunista de 1935 foi promulgada a Lei de Segurança Nacional, a Constituição deixou de vigorar e o país tomou a direção do fechamento do sistema político, culminando com o golpe de 1937, que instaurou a ditadura. Partidos políticos foram proibidos, declarou-se a censura à imprensa, liberdades públicas foram contidas, as tendências de oposição de diferentes tons foram reprimidas com

⁵³ Lei de Segurança Nacional (LSN) foi criada em 1935, no período pós com a Intentona Comunista e depois reformada em 1938, para agregar os integralistas, que tentaram dar um golpe em Getúlio Vargas.

mão-de-ferro, por fim, o poder centralizou-se na Presidência da República e estabeleceu-se a prática de governar por meio de decretos-lei. (IPÓLITO, 2010, p.13)

O órgão que obteve mais influência sobre as ideias de segurança nacional, foi propriamente o exército, pois já dominavam o treinamento militar e compartilhavam do mesmo interesse. A LSN foi novamente promulgada no ano de 1953 onde o Estado continuava a controlar e centralizar o poder da sociedade civil. Essa nova promulgação se tornou contraditória, pois o período que consiste entre 1945 a 1953 em que ocorreu a promulgação o Brasil havia entrado em um período de democratização. Concordamos ainda que a,

LSN de 1953 só foi promulgada pelo Congresso em 5 de janeiro de 1953, no segundo governo Vargas, sob a vigência da Constituição de 1946. Essa lei definia crimes contra a segurança externa ou interna do Estado e também contra a ordem política e social. Em outras palavras, veio arrematar as leis de 1935 e de 1938, as quais, respectivamente, definiam crimes contra a ordem política e social e crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social (IPÓLITO, 2010, p. 05 apud REZNIK, 2004).

A nova promulgação da LSN em 1953 de acordo com Ipólito (2006) “foi essencialmente elaborada pelo governo, simbolizando o poder de atuação do Executivo e sua mobilização em preparar a política pública de segurança”. (IPÓLITO, 2016, p.19)

Sendo assim, a polícia política atuou com mais força na luta contra os movimentos sociais e atividades consideradas subversivas e de tendências com o Partido Comunista Brasileiro. Além do Brasil, outros países também utilizaram uma legislação com características semelhantes à LSN, com o mesmo intuito em proteger o estado contra ameaças externas, porém, foram utilizadas para conter os supostos inimigos internos nacionais.

Nesse sentido, o papel da polícia política foi de extrema importância para incorporar as decisões e medidas governamentais. Na década de 1930 ocorreu a especialização da polícia política no Brasil e de acordo com Silva “todo o treinamento e aparelhamento dessa polícia especializada passará pela noção de como tratar e coibir os abusos cometidos por uma nova ordem de práticas que correspondem ao crime ideológico”. (SILVA, 2007, p.48)

O receio de um sistema político governamental com base nas ideologias socialistas e o

discurso da segurança nacional foi o estopim para que a polícia política fosse instaurada com mais vigor na sociedade brasileira, por isso a necessidade de especialização e treinamento.

Dessa perspectiva, além das atividades de vigilância e relatórios, ressalva-se que a polícia política exerceu um papel a mais no seu setor promovendo, de acordo com Ipólito "características negativas colocando os comunistas como indivíduos de grande periculosidade e sua doutrina, o comunismo, como algo que visava apenas destruir o mundo ocidental e seus valores". (IPÓLITO, 2016, p.15)

Para garantir a ordem e proteção do Estado, os serviços da polícia política foram institucionalizados nas delegacias regionais criadas pelos governantes, ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que foi reestruturado para atender as novas medidas de segurança de controle nacional.

Em função disso, diversas delegacias foram criadas no país, e no ano de 1937 foi oficialmente criado no Estado do Paraná as Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social. O estado paranaense seguiu as ordens e a lógica política nacional e começou um combate a vigilância e repressão aos grupos que iriam contra o governo, ou que poderiam causar ameaça a ordem nacional. Sendo que, segundo Ipólito,

Em fins da década de 1940 e início dos anos de 1950 o Estado do Paraná foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra, como foram os casos da "Guerra de Porecatu" (1948-1951) e a "Revolta do Sudoeste" (1957), e por uma luta política cotidiana nas cidades, sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra Mundial, do processo de legalização do PCB e sua posterior proscricção ou dos constantes movimentos sociais urbanos. (IPÓLITO, 2010, p.02)

O governador do Estado do Paraná, Moysés Lupion (1947- 1951), investiu em massa no setor policial, devido ao trabalho realizado durante o período da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, de acordo Ipólito "visando ampliar o olhar da vigilância no norte do Estado, foram fundadas duas Delegacias Regionais em 1947, uma com sede em Tibagi e outra em Apucarana, englobando os seus respectivos distritos. (IPÓLITO, 2016, p.143). A autora continua abordando que ocorreu cinco delegacias especializadas, sendo "1) Delegacia de Ordem Política e Social; 2) Delegacia de Vigilância

e Investigações; 3) Delegacia de Segurança Pessoal; 4) Delegacia de Falsificações e Defraudações; 5) Delegacia de Economia Popular. (IPÓLITO, 2016, p.143). Aumentou ainda o número de Delegacias Regionais, totalizando dezessete sedes.

O governo do Estado fazia indicações de pessoas para atuar no serviço, sendo que “o temor e a paranoia com a expansão do comunismo, aliado ao suposto perigo que poderia trazer para a ordem social contribuiu para esse investimento”. (IPÓLITO, 2016, p. 143) Diversos departamentos e cargos foram criados para atender a demanda de segurança nacional e segundo Priori:

Além da Delegacia de Falsificações e Defraudações, que segundo as autoridades era justificada, porque esses tipos de crimes estavam aumentando consideravelmente no Estado do Paraná, foi criada a Delegacia de Economia Popular, que tinha o objetivo de coibir os crimes dessa natureza, já que a conjuntura da Segunda Guerra Mundial havia proporcionado abusos nas atividades relacionadas à economia popular. (PRIORI, 2011, p.15)

A Chefatura de Polícia no Paraná foi se especializando e melhorando suas condições de organização militar, aperfeiçoando e capacitando melhor os policiais. Segundo Motta “um dos principais manuais de estudo na Escola de Polícia do Paraná era o manual preparado pelo agente do DOPS de São Paulo, Luiz Apolônio (1958), um verdadeiro “tratado de combate ao comunismo” (MOTTA, 2010, p. 22 apud PRIORI, 2011, p.18)”.

As ordens e os serviços realizados pelo DOPS nesse período começam a reforçar a supremacia política estatal. E para oficializar os trabalhos realizados foram solicitadas as delegacias do interior e das capitais a seguirem um padrão de informação que deveriam ser repassadas mensalmente. Dentre os itens havia categorias e sub-itens, que poderia ser relacionado a espionagem estrangeira, imigração e colonização e até mesmo a situação econômica, jurídica e policial. Mas, o item mais utilizado era o que estava relacionado à questão do comunismo e as atividades consideradas subversivas.

Sendo assim, podemos compreender as situações que os sujeitos eram submetidos pelo controle e vigilância da polícia política. O governo do Paraná apoiou e investiu nesse setor policial objetivando atender a demanda nacional sobre vigilância e repressão. A população ficava a mercê de um modelo considerado ético e moral para garantir a segurança, porém, não podiam exercer sua cidadania e liberdade de expressão política.

Repressão política: sujeitos repressores e oprimidos

No Brasil, a repressão política foi um fator marcante desde a década de 1920, principalmente contra grupos de operários que faziam alguma movimentação e as organizações sindicais. Em 1924 no Estado de São Paulo com a criação do DOPS e da primeira delegacia que representava a força da polícia política, de acordo com Florindo “inaugurou-se um sistema específico para esta repressão e para a vigilância a estas mobilizações operárias e também a outros movimentos sociais considerados ameaçadores ao status quo social”. (FLORINDO, 2010, p.04)

Na década de 1930 que o sistema repressivo foi formalmente instituído, ou seja, sendo estabelecidos formas de vigilâncias e o controle civil através da nova forma de atenção estatal adquirido pelas delegacias estaduais. Essas informações coletadas ajudavam a conter as manifestações de classes e grupos durante o período republicano. O sistema de repressão sendo instaurado no poder policial, fica claro que “com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), em 1933, consolida-se a autonomia da polícia política no âmbito federal.” (NILO, 2010, p.4 apud REZNIK, 2000, p.92).

O início da democratização com o fim do Estado Novo representou que o Brasil obteve mudanças com a Revolução de 1930. Os trabalhadores ganham maior destaque com o novo sistema do capitalismo industrial e Vargas pode promover mudanças no setor trabalhista com transformações nos direitos dos trabalhadores.

O momento em que a repressão policial começa a ser mais constante na vigilância estatal é quando a ideologia comunista se torna o principal inimigo do país e a tensão serem espalhada rapidamente para a população brasileira. Getúlio Vargas buscou com isso garantir que essa ideologia não fosse ganhando força e ainda procurou, de acordo com Ipólito e Priori “ampliar o sistema de vigilância e os métodos coercitivos com relação aos suspeitos”. (IPÓLITO, PRIORI, 2010, p.2)

Com o poder nas mãos foi possível ainda promover as formas como seria realizado o modo de repressão, pois “consolidando o inimigo nos primeiros dias do novo regime, o Estado negou qualquer eficácia a algum tipo de solução política e iniciou a prática de soluções físicas” (IPÓLITO,

PRIORI, 2010, p. 2 apud CANCELLI, 1993). De acordo com esse pensamento para garantir a ordem e isolar grupos revolucionários o instrumento de violência iria garantir melhores resultados.

No Estado do Paraná, em meados anos de 1940 e 1950, foram marcadas diversas organizações e revoltas de trabalhadores rurais. Os motivos dessas revoltas estavam baseados na luta pela terra que levou a “Guerra de Porecatu” (1948-1951) e a “Revolta do Sudoeste” (1957). Além desses fatores havia também “uma luta política cotidiana nas cidades, sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra Mundial, do processo de legalização do PCB e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos”. (IPÓLITO, PRIORI, 2010, p.02).

O poder da polícia política foi utilizado com isso em forma de repressão em diversos grupos. Essa repressão política exercida pelas forças de comando do poderio militar representou ideologias de grupos que pretendiam manter o seu poder e o controle civil. Para Ipólito “além de alimentar temores no meio civil, o comunismo e o combate à subversão foi um dos elementos que justificou o trabalho da polícia política durante os anos de 1940 e 1950” (IPÓLITO, 2016, p.18). Com isso, a autora ressalva que:

Ao longo de sua trajetória, a polícia política assumiu a responsabilidade de manutenção da ordem e impugnação dos inimigos do Estado, os quais variavam conforme a conjuntura política, desde anarquistas, fascistas e socialistas. Apesar de nutrir inimigos de diferentes matizes, a repressão policial foi mais intensa e permanente, dado a sua continuidade, em relação aos comunistas, dentre os quais se enquadravam os cristãos progressistas e a esquerda socialista. (IPÓLITO, 2016, p.18)

A polícia política atuou como órgão de controle da sociedade brasileira demonstrando como o poder governamental comandava a situação cotidiana da população e suas ações consideradas subversivas. O treinamento e as ideologias que os policiais recebiam deveriam ser praticados com êxito perante a sociedade, isso garantia a legitimidade do poder que estava se buscando para o controle estatal. Florindo aborda que,

Às necessidades práticas do policiamento político e social, cujo alvo era debelar as atividades de “crime organizado” dessas associações e de seus militantes, combinou-se a pressão do Estado pelo enquadramento penal das atividades consideradas perigosas a segurança nacional, intensificadas durante a Era Vargas. (FLORINDO, 2007, p.16)

A repressão política desencadeada durante esse processo de vigilância estatal diante aos grupos considerados subversivos, constituiu então em uma paranoia nacional sobre as ações cotidianas consideradas suspeitas dos brasileiros. Sendo assim, de acordo com Costa:

A repressão política “politiza” a luta contra o crime, transformando “todos os vadios em ladrões, assaltantes e arrombadores; prostitutas, menores nocivos, revolucionários em potenciais embusteiros e em criminosos os “políticos capazes de serem utilizados pelos agitadores.” (COSTA, op. cit., p. 9-10, apud, Ipólito, 2016, p.81)

Nesse sentido, diversos grupos eram perseguidos por policiais por se encaixarem no perfil traçado que iriam contra a ordem social. Mas, o foco da repressão policial priorizava as atividades ditas comunistas ou de esquerda, pois segundo Motta:

Apesar de nutrir inimigos de diferentes matizes, a repressão policial foi mais intensa e permanente, dado a sua continuidade, em relação aos comunistas, dentre os quais se enquadravam os cristãos progressistas e a esquerda socialista. (MOTTA, 2010, p. 21, apud, Ipólito, 2016, p.18)

Para identificar os militantes ativos ou pessoas que poderiam causar danos a ordem política, era comum entre os policiais o desenvolvimento de características que eram mais fáceis de identificar tais sujeitos. As análises realizadas durante a repressão policial foram cultuadas durante o processo ditatorial, sendo analisada a formação familiar, moral e até psíquica do sujeito.

Essas características geraram preconceito e um padrão moral que deveria ser seguido, pessoas que não fizessem parte dessa realidade tradicional poderiam ser autuadas. Os repressores políticos promoveram de acordo com Ipólito “a díade subversão/repressão perpetuou no imaginário dos órgãos de segurança, a ponto de formar uma cultura policial”. (IPÓLITO, 2016, p.75). Essa cultura policial foi crescendo na sociedade e fortalecendo a ideologia anticomunista.

Sendo assim, além da repressão por militares e governantes, era comum a prática dos civis com a colaboração de informações de grupos considerados suspeitos. Em alguns municípios essa prática era realizada com os fiscais de quarteirões, que tinham como função fiscalizar as atividades de seus vizinhos e repassar para a delegacia as informações coletadas.

Os sujeitos reprimidos nesse processo foram alvos de uma sociedade moldada por padrões militares de conservadorismo e ordem política nacional. As atitudes dessa cultura de repressão foram utilizadas como justificativa aos atos promovidos contra esses grupos perseguidos.

Atuação do Dops na região de Campo Mourão (PR)

Nos registros dos relatórios constantes do DOPS pela 23ª Delegacia Regional de Polícia de Campo Mourão, foi possível refletir algumas situações de práticas repressivas contra alguns grupos. No arquivo público sobre o município e região há um vasto dossiê contendo informações sobre supostos suspeitos de esquerda, desconfiança de imigrantes, relatórios oficiais, instruções e auto depoimento. É preciso destacar que alguns municípios se desmembraram do território de Campo Mourão, como Peabiru em 1951, Araruna, Cruzeiro do Oeste e Engenheiro Beltrão em 1954, Terra Boa e Goioerê no ano de 1955. Dessa forma, os registros disponíveis no arquivo público abrangem todas essas cidades, sendo possível identificar em alguns relatórios da DOPS as ações e policiamento nessa região, No entanto, para este artigo foram selecionados alguns documentos que possuíam melhor qualidade de análise e compreensão.

Na década de 1950, Campo Mourão representava um crescimento econômico resultado da extração da madeira e por possuir terras lucrativas. Com isso, o fluxo migratório para a cidade foi significativo atraindo diversas famílias que buscavam melhores condições de vida. Neste cenário a vigilância era constante nas famílias imigrantes na cidade e os sujeitos que iriam à busca de novas oportunidades de emprego e estadia. Nos hotéis, pensões e casas de repouso eram necessárias o preenchimento de uma ficha cadastral que a DOPS impunha para o controle e segurança. De acordo com Priori:

O controle da sociedade se expandia para além das questões políticas, alcançando as questões sociais e morais, como são os casos de defesa da propriedade, da família, dos bons costumes e da ordem pública. Um exemplo dessa expansão dos serviços de controle e vigilância foi à determinação de que os hotéis e pensões da capital eram obrigados a remeter à DOPS, as fichas de hóspedes, após duas horas da entrada, sendo fixada uma multa de 100 mil réis, em caso de descumprimento (Decreto n. 6498, de 25 de fevereiro de 1938). (PRIORI, 2011, p.6)

Nas inúmeras páginas do relatório do DOPS constam também os motivos de alguns sujeitos serem presos como “atividade comunista”. Muitos deles somente portavam em suas residências revistas ou folhetos que abordaram a questão do Partido Comunista Brasileiro e sobre as revoluções. No relatório no ano 1957 em Paraná D’ Oeste, comarca de Campo Mourão, é possível identificar a forma que os policiais registravam a situação:

Ao ser despejado o indivíduo A. M, conhecido como comunista de zona, em sua casa foram encontrados jornais comunistas, assim como, a capa de um livro onde se lê “Congresso do Partido Comunista do Brasil. (Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo Dops, pasta n. 454.51, 1956).

Nesse caso, inclusive, a polícia preparou os moradores que possuíam residências próximas à casa do suspeito para que não houvesse pânico na ação policial. Em seguida, o sujeito dito comunista, juntamente com sua família foi despejado de sua casa por ser uma eminente ameaça à ordem.

No entanto, na auto declaração de A. M, lavrador, 44 anos, casado, residente em Paraná D’ Oeste, relata que possuía sim a revista entre outros folhetos e jornais referente ao tema, que foram comprados sem empecilhos na cidade de Maringá. Declarou também que detinha o direito de posse a três anos do lugar onde residia e que pela ação judicial seria despejado, mas que não tinha nada a declarar sobre a apreensão dos jornais pelos policiais.

Nos registros encontrados fica eminente o medo de expansão dos ideais comunistas e a lógica da suspeição de qualquer sujeito ou grupo que não se enquadrava nos padrões do período. As atitudes tomadas pela ação da ordem judicial sobre esse sujeito representam a repressão policial do período.

Algumas festividades também eram alvo das ações policiais, no ano de 1956 diante uma ocorrência no Paraná d’ Oeste, após a realização de um baile foi registrado o seguinte caso:

Nêsse sitio havia um foco de elementos agitadores que se dizem comunista e que pertencem ao M. N. P.T (Movimento Nacional Popular Trabalhista) e o desordeiros daquele noite que foram preso era um desses elementos. (Arquivo Público do Estado do Paraná (DOPS/PR). Delegacia de Polícia de Campo Mourão. Pasta 454.51, Outubro, 1956.

Nos relatórios de Paraná d’ Oeste, também foi realizado um ofício pelos moradores com um abaixo assinado que solicitava providência no sentido de ocorrer à normalização da situação nesta

localidade. O ofício abordava que estava sendo perturbada por elementos comprovadamente comunistas, e que mesmo os chefes sendo presos, eles voltaram a ameaçar a integridade dos moradores locais.

Outras situações apontadas nos relatórios são referentes às reuniões noturnas em certos pontos da cidade ou sítios. De acordo com o documento, as pessoas que não assinavam uma lista referente à reforma agrária eram submetidas à insistência e ameaças por militantes do movimento. Ocorria a distribuição de jornais e folhetos comunistas, e diversas ameaças verbais para alarmar a população sobre as questões políticas.

Sendo assim, uma ocorrência foi registrada seguindo dessas atividades, em que após alguns sujeitos serem presos foi relatado que,

Esses três presos foram enviados a Campo Mourão juntamente com comprovantes, e com a ordem superior para não serem molestados pela polícia local e com isso tornaram-se ainda mais arrogantes. Arquivo Público do Estado do Paraná (DOPS/PR). Delegacia de Polícia de Campo Mourão. Pasta nº 454.51,1955.

É possível compreender com esse registro a forma de como muitos suspeitos eram tratados dentro das delegacias, pois, precisou ter uma ordem superior para que os suspeitos não passassem por qualquer tipo de violência naquele espaço.

Entre os relatórios e os ofícios que estavam com boa qualidade para reflexão e análise, conclui-se que a região de Campo Mourão década na de 1950 obteve atividades e atitudes referente à repressão policial. Os sujeitos e grupos da região, que eram considerados suspeitos subversivos, sofreram com as consequências de uma sociedade manipulada pelo medo e ideologia anticomunista.

É possível analisar que essa região promovia a supremacia nacional de poder militar. Os métodos de vigilância e repressão foram facilmente instaurados nessa época com apoio de grande parte da população. Nos relatórios analisados observa-se que os suspeitos ditos comunistas não tinham muitas opções em se defender e eram facilmente levados para as delegacias para responder as ocorrências.

A polícia política reafirmou seu papel repressivo, pois, segundo Priori (2011, p.34) “um dos pontos relevantes a se destacar é de que a polícia política tinha convicção de que sua "missão", a de

"maior importância", era prevenir". Essa prevenção utilizada pelos militares tiveram drásticas consequências físicas e morais a uma parcela da população dessa região.

Esses poucos arquivos do DOPS aqui apresentados revelam as situações cotidianas de uma sociedade marcada por medos e conflitos políticos que culminaram em terror e tortura. As consequências desse imaginário e repressão foram realizadas no período de Ditadura Civil Militar, ocorrendo o avanço e investimento de diversos setores da polícia política.

O uso de poder pela esfera pública para silenciar à população perseguida por ideologias anticomunistas não é algo que deve ser arquivado. Os registros transcritos nos documentos devem ser reavivadas para que atitudes e transformações ocorram em outras sociedades em diferentes períodos de tempo.

Referências

Arquivo Público do Paraná, disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> acesso em 25/07/2019.

BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**. Volume 05 - Número 10 - Ano 2013 disponível em < <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013430/2879> > acesso 25/02/2019

Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934) disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm acesso: Fev/2019.

DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, **Arquivos Públicos do Estado**, 1993.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. O Deops/sp na Era Vargas: Crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial. **AURORA**. Ano V número 7 - Janeiro de 2011.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. **O deops/sp na era vargas**: modernização institucional e práticas tradicionais de atuação policial no controle e na repressão sobre o movimento operário. 2007. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus de Araraquara.

IPÓLITO, Verônica Karina. **O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná.** 2016. 253 f.. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis (SP).

IPÓLITO, Verônica Karina, PRIORI, A. A. É permitido proibir: o policiamento político e o imaginário anticomunista no norte-paranaense. **Revista Ágora**, Vitória, n.11, 2010, p.1-19.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A vigilância do DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2008.

PRIORI, A. A.; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). **Revista Antítese**, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012

PRIORI, A. A. **Polícia política e sociedade: Funcionamento e métodos de ação do DOPS-PR (1930-1964)** – Nota de Pesquisa, Relatório de Pós-Doutorado. BH. UFMG, 2011. Inédito.

ROLIM, Rivail Carvalho. A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950. **Revista de História Regional**, v. 5, nº 1, 2000.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

XAVIER, Marília. Da polícia política. In: arquivo público do Rio de Janeiro. **DOPS: A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/ Arquivo Público do Estado do Paraná, 1993.

Fontes:

DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR - Relatórios:1950**. Pasta nº 454.51. Campo Mourão. PR.

“Lá quem não morre de fome, morre de malária”: migração para o norte na experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES)

Eleandro de Moraes Vieira

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS)

Resumo

No final da década de 1970 e na década de 1980 os conflitos pela terra se tornam constantes em todo o país com a oportunização política surgida pela abertura democrática, pela modernização da agricultura, e pelo aparecimento de agentes sociais aliados aos sem-terra, principalmente a Igreja Católica, com a Comissão Pastoral da Terra com base na Teologia da Libertação. O presente trabalho analisa a perspectiva da migração dos agricultores do Sudoeste do Paraná envolvidos com o Movimento dos Agricultores Sem Terra da região (MASTES), que forçam sua entrada no campo político, para projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Norte e Centro-Oeste do país. Com intuito de analisar como foram as experiências dos agricultores do Sudoeste do Paraná enviados aos projetos de colonização, utilizaremos como fonte edições do Boletim Alerta, produzido pelo MASTES, com relatos dessa migração, vislumbrando os planos dos sem-terra para se capitalizar em outra região, incentivados pela propaganda do governo e do INCRA, utilizando autores como Kleas Woortmann, Maria Aparecida de Moraes Silva e Marilda Aparecida de Meneses.

Palavras-chave: migração; sem-terra.

Apresentação

Este artigo analisa as experiências do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) referente às migrações dos sem terra no início da década de 1980 para áreas de colonização do Estado e privadas no norte e centro-oeste do país.

Descrevemos relatos de camponeses da região Sudoeste do Paraná que para aquelas áreas se deslocaram incentivados pela propaganda governamental e pela falta ou baixas perspectivas que

tinham de conquistar a terra no estado do Paraná, e a corolária formação, a partir destas experiências, de uma luta e uma proposta que desse conta de conquistar e fixar os sem terras do Sudoeste no próprio estado, levando em conta perspectivas de Silva e Menezes que trabalham com a migração de forma a observar um processo histórico e social específico de cada época e região olhando para os migrantes enquanto trabalhadores que buscam melhorias em suas existências, especificando a melhoria dos sem-terra no caso estudado que almejam a fixação na terra para reproduzir seu modo de vida que acontecia antes da expropriação pela escolha deliberada da modernização da agricultura e da construção de usinas hidrelétrica no Sudoeste e Oeste do Paraná.

Levamos em conta também a oportunização política nas concepções de Tarrow (2009) para a formação do MASTES na qualidade de movimento que atua na luta pela terra e pela reforma agrária, principalmente, agindo de forma a integrar os sem terra ao movimento em uma espécie de democracia de base.

Um cenário econômico adverso

Na divisão entre o tradicional e o moderno, o segundo é exaltado pela ideologia que se manifesta na década de 1970 no Brasil e também no Sudoeste do Paraná, que além de se sobressair, se opõe ao tradicional de modo a excluir o que seria o arcaico e, mais, essa lógica ideológica não se faz de forma harmônica, ela exclui pessoas do processo produtivo deliberado como superior e necessário para o avanço da economia (SCHREINER, 2002).

A modernização da agricultura que inicia no Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul na década de 1960, no Paraná, culmina em 1975 com o advento das lavouras de soja, milho e trigo, abrindo espaço para uma nova fisionomia do espaço agrário, com expansão de uma agricultura de base empresarial de forte investimento de capitais, isto é, o capital industrial engole de forma repentina a produção agrícola do espaço onde existia uma agricultura baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar, eliminando gradativamente essas pequenas unidades de produção (SERRA, 2009).

A institucionalização dessa modernização ficou conhecida como Revolução Verde e teve como intuito garantir parcerias entre o Estado brasileiro e o capital internacional, objetivando o aumento da produção agrícola no país, com o investimento em máquinas, sementes selecionadas, agrotóxicos, mecanização, com um sistema de crédito destinado e acessível aos médios e grandes produtores, fazendo sucumbir os pequenos que não aguentavam seguir o ritmo exigido pela modernização (PRANDO, 2010).

Dentro desta lógica que chega com a oferta de juros por bancos para compra de insumos, máquinas, e melhorias, vem também a construção de usinas hidrelétricas que, do mesmo modo que os juros altos, expropriam pequenos produtores com os alagamentos para a construção das usinas com promessas de grandes indenizações e sem um diálogo possível a respeito dessas construções, que chegam de forma imponente para mostrar que o arcaico é que o está e o moderno o que chega de forma avassaladora (SCHREINER, 2002).

Oportunização política

Neste contexto de modernização da agricultura dificultando a reprodução da pequena propriedade, da expropriação de agricultores devido a construção de barragens de usinas hidrelétricas, a abertura democrática que se deu progressivamente a partir da segunda metade da década de 1970, e o posicionamento de uma parte da igreja católica, surge um momento de oportunização política para ações coletivas direcionadas a antagonistas de forma sustentada, com propostas e objetivos comuns e a criação de identidades coletivas, baseando as ações em densas redes sociais que se constituem no processo, garantindo a ação no conflito com opositores poderosos.

O confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não tem recursos próprios [...] (conduzindo) a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por redes sociais estimuladas por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para ação. O resultado é um movimento social (TARROW, 2009, p. 18)

Essa oportunização política se deu de forma mais clara com a abertura democrática gradual e com as restrições de acesso a terra, proporcionando incentivo aos atores sociais que começam a

atuar de forma coletiva e interacionista. Essa identidade coletiva se deu primeiramente na noção da terra como lugar de trabalho, produção da vida e com o sentimento de perda deste espaço com a migração forçada pela construção das barragens e ameaça da reprodução do modo de vida, forjando um sujeito com uma identidade própria e identificado com demais sujeitos na mesma situação, reforçados mutuamente neste reconhecimento de identidades políticas diversas com interesses coletivos comuns (SCHREINER, 2002).

Neste período cinco usinas são construídas na região: Salto Caxias, Salto Segredo, Salto Santiago e Salto Osório, no Rio Iguaçu, e Itaipu, no Rio Paraná. Somente esta última desapropriou 38.445 hectares de área rural, desenraizando pequenos produtores e criando oportunidade, juntamente com a perda, para o surgimento do Movimento Justiça e Terra (MJT) em 1978 que lutou por preços justos pela terra, indenização até final de 1978, indenização separada para benfeitorias, pagamento de pelo menos 50% do valor da terra à posseiros, e que o reassentamento fosse no estado do Paraná (SCHREINER, 2002).

Em consequência da organização dos agricultores expropriados pelo alagamento de suas terras surgem movimentos de sem terras, primeiramente no Oeste, com a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) em fins de 1981. Outros movimentos surgem, como é o caso do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) com a contribuição da Associação de Estudos e Orientação Rural (Assesoar) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de região, com objetivo de promover a organização dos trabalhadores na luta e fixação na terra, desenvolvendo a consciência de classe, com a ideia de terra para quem nela trabalha e dela precisa (BATTISTI, 2003).

Neste processo de oportunização política e surgimento de movimentos sociais do campo, as eleições de 1982, também se mostram significativas. No Paraná quem se elege é José Richa, do MDB, com compromisso com a reforma agrária, principalmente na questão de pressionar o governo federal para o cumprimento do Estatuto da Terra, realizar ações de reforma agrária no estado com recursos próprios e construção de assentamentos. Com a eleição de José Richa, quem assume como secretário da agricultura do estado é Claus Germer, agrônomo engajado na luta pela terra (SCHREINER, 2002).

Os Reassentamentos no Norte e Centro-Oeste

A partir de 1983, quando ocorrem as primeiras ocupações de terras no Sudoeste, política que está sendo praticada é a transferência dos sem-terra para projetos de colonização no norte e centro-oeste do país. Schreiner (2002) apresenta notícias de jornais que mostram a transferência de famílias de Francisco Beltrão, Enéas Marques e Pranchita, pessoas essas que deveriam ser de outros municípios também, tendo em vista o seu desenraizamento da terra. Um dos projetos criados pelo INCRA localizava-se no Amazonas e chamava-se Juma. O projeto localizava-se a 430 quilômetros da cidade de Humaitá, com capacidade para 7 mil famílias, com lotes de 40 a 60 hectares. O INCRA se comprometeu com casas de madeira, barracas, infraestrutura básica como a construção de estradas, escolas, ambulatórios, pagamento de salário mínimo de seis meses por família, e transporte até o local. 238 famílias do Sudoeste foram transferidas para lá em agosto de 1983 (SCHREINER, 2002).

Os caboclos e colonos que foram a frente da expansão da agricultura e pecuária no Sudoeste, muitas vezes já migrados de outras regiões, ou descendentes destes, são forçados mais uma vez a migrar para outras regiões em busca da terra para produzir suas vidas, pela expulsão e expropriação por uma política deliberada de modernização da agricultura com vistas a expansão do capital na agricultura e abarcação dele da produção de base familiar, não vislumbrada como importante para o desenvolvimento do país.

O projeto de colonização do INCRA na Amazônia é apresentado como a “solução possível” para a falta de terras para assentamento no Paraná, solução que se alinha a política de questão agrária dos governos militares naquele momento. De início o MASTES se contrapõe a este projeto, afirmando que no Paraná havia propriedades ociosas que poderiam ser assentadas famílias de sem-terra, reivindicando essas ações ao governador José Richa que em sua campanha mostrou-se favorável a reforma agrária e ao secretário Claus Germer que se colocou contrário a transferência dos trabalhadores rurais para os projetos de colonização, tendo visitado, inclusive, em 1983, o Projeto Dirigido Pedro Aleixo, próximo a Rio Branco, no Acre, constatando, segundo seus relatos, ausência de infraestrutura mínima para os trabalhadores rurais, assistência técnica falha, escolas precárias e

incidência de malária nos agricultores. As pressões da Federação da Agricultura do Paraná (FETAEP), culminaram no pedido de demissão do secretário em agosto de 1986 (SCHREINER, 2002).

Os projetos de assentamento do INCRA na Amazônia, onde se encontravam milhares de paranaenses “são autênticos campos de massacre para os colonos que para lá estão sendo levados pela inexistência das mínimas condições de sobrevivência. Um desses projetos instalados no Acre é um quadro patético com os colonos sem estrutura para produzir, passam fome, estão adoentados e morrendo de malária, jogados em glebas que mais parecem uma lata de lixo”. Esse era o posicionamento do secretário Claus Germer a respeito do projeto de colonização no Acre, conforme matéria do Jornal o Estado de São Paulo, reproduzido no boletim Alerta do MASTES, em sua primeira edição em setembro de 1983 (ALERTA, 1983a).

Claus Germer informou que esteve no projeto de assentamento do INCRA em Pedro Peixoto, a 60 quilômetros de Rio Branco, no Acre, numa área de 317.100 hectares, onde estão três mil colonos, dos quais, 400 do Paraná. Esses colonos paranaenses foram expulsos de suas terras no Oeste e Sudoeste do estado e foram para Amazônia com a promessa de receber lotes de 60 a 100 hectares cada, com a área desmatada e destocada, com uma casa construída e as condições indispensáveis em infraestrutura. Dois anos depois de serem assentados nesse projeto os colonos encontraram os lotes demarcados cobertos por imensas árvores e com algumas estradas abertas de forma precária, conforme descreveu Germer (ALERTA, 1983a).

Ainda reproduzindo a fala de Germer, o Alerta destaca a matéria do Jornal Indústria e Comércio, publicada em 26 de agosto de 1983, em que o secretário afirma que “é preciso respeitar o ser humano. Tratá-lo dentro da dignidade, o homem não é um lixo para ser atirado a uma lata, como aconteceu as 400 famílias paranaenses assentadas no projeto Dirigido Pedro Peixoto, do INCRA próximo a Rio Branco. Aquilo lá é um verdadeiro depósito de abjetos, erros do atual modelo agrícola”. Os colonos são abandonados à própria sorte, sem o fornecimento de insumos agrícolas, sem sementes, sem armazéns e quando conseguem colher alguma coisa de mandioca, arroz e feijão, o produto apodrece por falta de transporte nas precárias estradas até Rio Branco (ALERTA, 1983a).

No Pará também se deu um projeto de colonização onde foram destinados colonos do Sudoeste do Paraná, no já citado projeto Juma, que tem feito uma forte propaganda na região para atrair os atingidos pelas enchentes das barragens e que por outras razões perderam suas terras, campanha essa que tem recebido apoio de prefeitura e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais. Alguns que lá foram como acompanhantes, talvez também na intenção de se fixar, acabaram voltando, relatando a situação. Em uma comitiva de três ônibus que levava 27 famílias, quando lá chegaram, foram postos debaixo de uma lona, e observando a terra arenosa, se desanimaram e alguns queriam voltar, porém ouviam dos motoristas que estavam proibidos de transportar novamente as pessoas para o Sudoeste. Outro comentário que se registra é o do gerente do Banco do Brasil de Humaitá, que diz que o pessoal do “sul vem para cá pensando encontrar o paraíso. Na verdade, quem não vem com recursos, vai ficar pior do que se encontrava [...] não devem trazer pobres para cá, o banco não tem dinheiro para emprestar. E o dinheiro que empresta tem os juros tão altos como no Sul” (ALERTA, 1983a).

Os sem-terra iam para os projetos da Amazônia pela falta de emprego na região, e porque a eles eram prometidos 100 hectares de terra, água boa, casa, médico e demais assistência, além de negar o perigo da malária e dizer que lá se produzia de tudo. A volta, no entanto, mostrava a contrariedade da propaganda. Uma família voltou porque o marido morreu de malária e a esposa, com quatro crianças pequenas, ficou desamparada, quando depois de viajar 450 quilômetros para ver seu marido no hospital, encontrou a informação de que ele já havia sido enterrado há dias. Outros retornaram porque na terra não tinha água, havia apenas uma lagoa com água parada para beber e lavar roupa e para onde se olhava via-se areia que era de “doer as vistas de branca”. Outros ainda pelo alto preço da farinha, da carne, da galinha, e por terem comido, por semanas, mandioca cozida com sal, por não achar no mercado azeite e nem açúcar, tendo dinheiro no bolso. A demora na produção também fazia-se retornar, pois o feijão dava somente depois de três anos de derrubado o mato e ainda muito pouco. Lá quem não morria de fome, morria de malária. Conselhos são dados por aqueles que voltaram para que os sem-terra não se dirijam para lá, afirmando que a malária mata muita gente e que o pior vai começar na época das chuvas, como avisou um médico, em novembro e dezembro, que

é melhor ficar aqui no Paraná, trabalhar de empregado, de boia-fria, do que ir para lá (ALERTA, 1983b).

Migração: esperança e desilusão

A criação de uma identidade coletiva de um grupo que foi expropriado de suas terras, seja pela dita modernização da agricultura, seja pela construção de usinas hidrelétricas que também se inserem nesta lógica, faz com que sujeitos históricos e sociais comecem a reivindicar e a lutar por direitos que entendem como seus no âmbito da formação de movimentos sociais, como foi o Movimento Justiça e Terra (MJT), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) e que, em uma construção coletiva colocam objetivos a serem alcançados como, no caso do MASTES, a conquista da terra para quem nela trabalha e dela precisa, a reforma agrária, e o desenvolvimento da organização dos trabalhadores na luta pela conquista da terra (MASTES) e que, em alguns momentos, por força da falta de possibilidade, desesperança ou ilusão, migram para outras regiões com promessas de melhoramento de vida.

Como escreve Woortmann (1990), “camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores de migrantes” (WOORTMANN, 1990), e segue dizendo que a migração camponesa é parte de suas práticas de reprodução social, e não meramente uma consequência de sua inviabilização e de suas condições de existência, porém, devemos ter como ponto de partida para qualquer análise as condições contextuais, materiais, culturais, espaciais e históricas de grupos que migram ou que de alguma forma são forçado ou não veem outra saída.

Não é apenas uma consequência da invisibilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução e a migração induzida dos camponeses sem terra do Sudoeste do Paraná para as regiões norte e centro-oeste do país se valem como alternativa última ou esperança última de conseguir terra para subsistir junto de sua família, geralmente nuclearizada como mostra o retorno da mulher e dos quatro filhos depois de o marido ter morrido em um hospital longe deles e em um lugar que não conheciam. A migração se dá pela introdução da

modernização nessa região com a escolha por uma agricultura que beneficie médias e grandes propriedades e pela construção de usinas hidrelétricas dentro desta lógica reprodutora do capital.

Na elaboração do MASTES a colonização do norte e do centro-oeste brasileiro com a migração dos sem terra do Paraná se faz para impedir a reforma agrária e esvaziar a luta travada pelo camponeses na busca pela conquista e fixação na terra, além de manter e aumentar a concentração de terra no estado e produzir mão-de-obra barata com os sem terra do estado (SÍNTESE DO ENCONTRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ, 1983).

Conforme o sociólogo, Francisco de Oliveira (1977 apud SILVA, MENEZES) não há regiões atrasadas em oposição ao moderno, é o processo de acumulação de capital que gera desigualdades no espaço socioeconômico, criando de forma induzida relações de funcionalidade em que regiões menos desenvolvidas são exauridas de seus recursos, inclusive de força de trabalho para sustentar a expansão de regiões mais desenvolvidas, porém o que acontece no Sudoeste do Paraná é que a perda de terras dos pequenos proprietários faz aumentar a ociosidade de um grande número de camponeses que em vista de uma identidade coletiva criada pela oportunização política e pelo sofrimento gerado na expropriação vê e tem a terra como lugar de trabalho e de reprodução de suas existências enquanto parte cultural da vida e por isso a luta se dá pela conquista e fixação nela e então, ludibriados pela propaganda e já sem esperanças, partem para o norte e centro-oeste na busca de terra e reprodução social. De acordo com as discussões travadas no encontro nacional dos sem terra entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, com a participação do MASTES, representantes de sem terras de 12 estados e entidades religiosas, a migração do sul para o norte, com incentivo de campanhas do governo através do INCRA e colonizadoras privadas, fizeram os sem terras partirem e um tempo depois se encontrarem na “maior miséria”, enfrentando pistoleiros, malária, doenças e falta de assistência com a maioria querendo voltar e não tendo dinheiro para isso (ALERTA, 1984b).

Para entendermos essa experiência de migração forçada dos sem terra do Sudoeste do Paraná e a experiência que isso se formou na concepção do MASTES é preciso observar a migração como um processo social e o migrante sem terra como parte deste processo histórico observando os sujeitos como trabalhadores (SILVA, MENEZES) da terra que a partir da criação de uma identidade comum escolhem a fixação na terra mesmo depois de expropriados para reproduzir sua existência já que ele

também foi produzido nas relações sociais ligado a terra e nos processos que resultaram de violência e expropriação em um processo em que a modernização da agricultura e a construção de barragens juntamente com a propaganda do governo forçam sua ida para o norte e centro-oeste e a experiência e concepções do MASTES fazem com que eles lutem pela terra no próprio estado do Paraná.

A migração enquanto processo social e histórico, neste caso incentivada e vista como última alternativa em um primeiro momento, responde a necessidades materiais de sobrevivência e necessidades de manter viva uma reprodução social por meio do trabalho na terra e visualizando uma melhoria e ascensão em seu modo de vida (SILVA, MENEZES), mas, em decorrência da experiência das primeiras migrações, o movimento dos sem terra atua no sentido de mediar as condições de vida encontradas nos locais de destino após relatos de camponeses que para lá foram, demonstrando e afirmando uma luta que, além de ser pela terra, também é por ela no próprio estado do Paraná.

Em uma carta aberta à população, publicada no Alerta, em 1984, periódico do MASTES, assinada por várias entidades como a CPT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), é reafirmada a não aceitação da transferência de trabalhadores para novas fronteiras agrícolas, entendendo ser uma atitude que induz ao suicídio coletivo e, em última instância, somente transfere o problema, sendo necessário aplicar a legislação em vigor para a solução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores sem terra do Paraná (ALERTA, 1984a).

A migração dos sem terra do Sudoeste do Paraná para o centro-oeste e norte do país produziu uma questão a ser destacada, debatida e defendida pelo MASTES, que é a fixação dos sem terra da região no próprio estado do Paraná pelas experiências e pela conclusão de que o incentivo do governo para a migração se dava na intenção de ocupar outras áreas visando a segurança nacional para a não invasão de estrangeiros naquelas regiões, a produção para a exportação, o oferecimento de terras para os pequenos que não conseguiriam subsistir e iriam se tornar mão-de-obra barata e o esvaziamento de áreas de tensão social, como era o caso do Sudoeste, com o governo propagandeando que está fazendo a maior reforma agrária do mundo (ALERTA, 1984b).

A guisa de conclusão

Os processos de migração devem ser analisados em observância aos processos históricos, culturais, econômicos e sociais dos grupos de trabalhadores que partem de um lugar para o outro na busca de uma vida material melhor sem deixar, no entanto, de ser quem são, isto é, seus modos de vida o acompanham mesmo que em alguns casos deixem alguma parte de lado na esperança de progredir em seus objetivos ou na desesperança de não ter mais o que fazer.

A migração dos sem terra do Sudoeste com a propaganda do governo, os incentivos materiais, a esperança de uma vida melhor, a reprodução de seu modo de existir no trabalho na terra e a desesperança depois da expropriação que aqui encontraram, forçaram a ida dos camponeses para as regiões norte e centro-oeste, locais escolhidos para receber essas populações visto que a justificativa era de que no Paraná as terras já estavam findadas para o assentamento desses sujeitos que, após a experiência em movimento como o Movimento Justiça e Terra (MJT), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), constroem uma identidade coletiva e, mesmo com a migração de alguns, a decisão após os relatos e pelas conclusões dos objetivos do governo com essa migração, fazem com que eles por meio do MASTES decidam lutar pela não transferência dos trabalhadores e pela fixação dos sem terra em áreas no próprio estado do Paraná.

Como aponta Thompson (2017) a classe só se forma a partir da luta de classe e a consciência de classe a partir das experiências, e é isso que percebemos quando baseado em experiências dos sem terras que partem para o norte e centro-oeste o MASTES, em processo de organização e atuação, forma uma consciência de que os sem terras da região devem ser assentados no próprio estado do Paraná, visto os relatos das mazelas enfrentadas pelos camponeses e na concepção de que há áreas improdutivas no estado que podem abarcar esses sujeitos que, como um objetivo de luta, escolhem a terra como lugar de reprodução de seu modo de vida quando já tem muito bem estabelecido, enquanto identidade coletiva, que foram injustiçados e as coisas só se tornarão a mudar se houver organização, pressão e luta sobre o Estado e demais forças vistas como antagônicas.

Referências

- BATTISTI, Elir. **Agricultura familiar e cidadania**: os embates da assessoria. 2003. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- PRANDO, Alzemiro. A Ocupação do Espaço rural do Sudoeste do Paraná a partir dos Movimentos sociais e da Luta dos Trabalhadores Rurais. **Geoinfó**: Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia. Maringá, v.2, n.2, p. 28-53, 2010.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Disponível em: Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. Acesso em: 04/11/2020.
- SCHREINER, Davi Félix. **Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. São Paulo: 2002.
- SERRA, Elpídio. **A relação entre a apropriação da terra, seu uso econômico e os conflitos rurais no Paraná**. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-26.
- TARROW, Sidney. **O Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. v. 1.
- WOORTMAN, Klass. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, January-June 1990, p. 35-51, 1990.
- Fontes:
- ALERTA. **Comissão Regional dos Sem Terra**: setembro, 1983a.
- ALERTA. **Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste**: novembro, 1983b.
- ALERTA. **Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste**: abril, 1984a.
- ALERTA. **Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste**: junho, 1984b.
- MASTES, MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ. **Objetivos**. S/a.

Encontro dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná. 04/05, abril, 1983

Síntese do Encontro dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná. 05/06/1983

História do Brasil = desigualdades sociais estrutural

Por cor ou raça

Valdeir de Oliveira Prestes

Graduando do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), membro do Grupo de Estudos Desenvolvimento Regional – GPDR e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena, ambos da UFS.
valdeir.prestes@estudante.ufs.edu.br

Heitor Flores Lizarelli

Graduando no Curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista do CNPq
heitor.lizarelli@estudante.ufs.edu.br

“A mão que segura o chicote, ela não é invisível”

Criolo, 2014

Resumo

Devido à intensificação nas desigualdades raciais o presente trabalho decorre de elementos que determinam a atual conjuntura social brasileira. Focalizando nas desigualdades sociais por cor ou raça, a partir da construção de um quadro composto por temas essenciais à reprodução das condições de vida da população, como mercado de trabalho, distribuição de rendimento, condições de moradia e, educação, em regiões demográficas. Onde estão contemplados no Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015 - 2024), aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. A metodologia da pesquisa decorre de uma abordagem estruturalista e dialética. Buscando descrever os dados estatísticos de Informações Demográficas e Socioeconômicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADc) e Censo Demográfico 2010, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Concluindo, da mesma forma, relatos esmagadores nos indicadores relativos à violência, à representação política e, gravidade no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; População Brasileira; Mercado de Trabalho

Introdução

Durante situações coloniais, investidas pela abordagem europeia e seus ideais burgueses, o sujeito branco possui e possui o poder de reflexão sobre o objeto negro, o desmembrando do restante das sociedades pela classificação de raças⁵⁴ humanas, ainda, justificando-se pela sua própria “racionalidade”. Embutido neste contexto histórico, concretiza, nos diversos locais onde tornou-se dominante, as diferentes estruturas ideológicas irrigadas pela cultura exploratória e mercantilista, qual ainda hoje, apresenta-se sólida, reproduzindo, através de seu pensamento, a estrutura e dinâmica nessa formação.

A formação da história do Brasil que conhecemos atualmente, transporta-se doravante do reflexo de interesses do “Centro” europeu Ocidental, levando às sociedades subsequentes às colonizações levarem a crer que lá se encontravam as “verdades” e “razões” universais. Desta aventura comercial do branco europeu, sustentada pela insaciável sede extrativista e de dominação, encontram-se resquícios de uma estrutura mercantilista até hoje em formação.

No desenrolar deste processo, a/o negra/o, vem sendo desassistido após sua “libertação”, em 13 de maio de 1888. Nas palavras de Florestan Fernandes:

(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1964, p.20).

Neste corpo histórico social no contemporâneo “mundo moderno”, existem aparatos de legislações que buscam minimizar as desigualdades étnico-raciais, com o objetivo de garantir a promoção e direitos de ações concretas. São realizadas por Estados, Nações Unidas, organizações internacionais e nacionais e a sociedade civil. Um exemplo, é, o Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), aprovado pela

⁵⁴ Para as ciências humanas as “raças” não são entendidas como determinantes biológicos do comportamento de indivíduos e coletivos. Elas são problematizadas enquanto ideologia construída a partir de diferenças fenotípicas e outros critérios morfológicos, sendo histórica e socialmente selecionadas por atores políticos para a construção de hierarquias. Aqui, tem-se que o branco se percebe como ausência de cor, povo ou comunidade, enquanto racializa apenas o não-branco (MIRANDA, 2010).

Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, intermédio da Resolução 68/237, de 23.12.2013(ONU, 2013). Com efeito, nas margens do sistema capitalista em âmbito regional e mundial, as desigualdades presentes em todo instante aparecem;

Pessoas de ascendência africana em todo o mundo, seja como descendentes das vítimas do tráfico transatlântico de escravos ou como os migrantes mais recentes constituem alguns dos grupos mais pobres e marginalizados. Estudos e descobertas de organismos internacionais e nacionais demonstram que as pessoas afrodescendentes ainda têm acesso limitado à educação de qualidade, serviços de saúde, habitação, segurança social e mercado de trabalho (ONU, 2014, p.03).

Lamentavelmente, na unicidade Brasil, o racismo e racismo discriminação, direta e indiretamente, de fato e de direito, continuam de imediato visíveis nas aparências do desenvolvimento das formações sociais, moldando-as em camadas, fragmentadas em toda a extensão do território brasileiro. Alguns temas essenciais à reprodução das condições básicas de vida, como mercado de trabalho, alimentação saudável e segura, distribuição de rendimento, condições de moradia e educação, são exonerados/as desumanamente à população negra.

Diante do contexto deste conflito de dimensões profundas, esta pesquisa, visa agudeza e penetração de vista para reavaliar a realidade em sua concretude; pois é do interesse entender a clara hipocrisia dos sujeitos dominantes, nessa estrutura que fundamenta o modo de produção intrínseco que vivemos, na hierarquia de poder, coabitando em todas as nossas relações, categorizando a raça. Assim,

Charles V. Hamilton e Kwame Ture, autores pioneiros na referenciarão do adjetivo *Institucional* para o racismo, o tratam como o emprego de ações políticas com atenção à raça para o controle e subordinação proposital de um determinado grupo racial. (ALMEIDA, 2019).

Logo, justifica-se necessária, pela ausência do debate racial como totalidade, essa insuficiência e dificuldade, tanto na pauta política quanto educacional. Aliás, às manifestações das desigualdades sociais ao longo do sistema capitalista, por cor ou raça e povos originários coexistem em atitudes opostas para o desenvolvimento de um País, no caso analisado, Brasil. Ainda, este debate torna-se essencial para formulações de políticas públicas, envolvendo “diagnóstico” e na execução de medidas para redução da desigualdade, superando-a do intrínseco.

Objetivo

O objetivo é apresentar fruto de pesquisa, refletindo e propondo um deslocamento da ótica da totalidade social, principalmente o racismo nas aparências e como este é em sua essência. Demonstrar, sob aspecto da estrutura que fundamenta o modo de produção, ancorado no mercado de trabalho atual que vivemos e como está em todos os níveis de relações sociais, corporativas e políticas, entre outras.

Assim, trazer elementos de questões fundamentais das indagações referidas, levanta-se contestações, tais como, qual é o reflexo histórico na sociedade brasileira do séc. XXI? O racismo, ainda é vivenciado e presenciado? Quais reflexos da modernização e globalização nas relações de trabalho no tal considerado “mundo moderno”? Qual o atual papel de políticas governamentais perante as desigualdades sociais?

Metodologia

Esta pesquisa decorre de uma abordagem dialética considerando o conjunto de processos que determinam a atual conjuntura da desigualdade social brasileira. Marconi e Lakatos (2010) consideram que a dialética interpreta o mundo como um conjunto de processos. As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram a bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica permitiu não só a sustentação teórica do estudo como também investigações acerca do tema. A técnica documental possibilitou o acesso a dados a respeito do tema em questão. Este trabalho busca descrever qualitativamente a história do Brasil e resultados em relação ao mercado de trabalho para a dimensão social brasileira.

Em relação ao levantamento documental e de dados estatísticos, a busca sobre a legislação foi realizada em fontes oficiais como o Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. Quanto aos dados estatísticos, para construção do quadro de mercado de trabalho, distribuição de rendimento, condições de moradia e educação, em regiões demográficas do Território brasileiro, foram utilizados os dados de Informações Demográficas e Socioeconômicas da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADc) e Censo Demográfico 2010, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cabe destacar que as informações estatísticas utilizadas compreendem o período recente, no ano de 2018 e 2019.

Resultados e discussão

Brasil e as desigualdades sociais estrutural por cor ou raça

As diferenças nos rendimentos pessoais associadas na desigualdade social por raça, no Brasil, no ano de 2018, sustenta nosso objeto de análise. De maneira “global” as crucias desigualdades sociais, entre países, expões nitidamente uma hierarquia que tem no topo os brancos de gênero masculino (não negros) e decresce para brancas do gênero feminino, após, negros (e pardos) masculinos e por último, negras do gênero feminino.

O sistema capitalista, tem em sua história a colonização da Américas e o tráfico negreiro como determinantes estruturais. A partir destes fatos, entendemos como o racismo transforma e, é, transformado pelas relações sociais de produção com rebatimentos até os dias atuais. Na rodada de Ação de Durban, é citado que:

A Declaração e Programa de Ação de Durban reconheceu que as pessoas de ascendência africana foram vítimas da escravidão, do tráfico de escravos e do colonialismo, e continuam a ser vítimas de suas consequências (DURBAN, 2001).

De acordo com Mbembe, o colonialismo é entendido como um projeto de universalização com o objetivo de “inscrever os colonizados no espaço da modernidade” (2018a, p. 175). Como um dos resultados da pesquisa, percebe-se, que, conseqüentemente, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos (SÍNTESE..., 2018, CENSO..., 2012).

A primeira, visão dominante, considera que a desigualdade entre as regiões, e o próprio desenvolvimento desigual, é ocasionado pelo modo de produção capitalista (Estado de Bem-Estar Social) (Krajevski, p.84, 2018). Portanto, indicadores mostram que há preconceitos explícitos e

implícitos. Discorrendo diante, desta divisão político-administrativa do Território brasileiro, algumas regiões concentram-se populações com perfis socioeconômicos assimétricos.

Pinçando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (IBGE,2018), para explicitar a distribuição espacial pelo território brasileiro, na tabela 01, o Brasil tem uma população formada por 207.853.000, no ano de 2018. Vale lançar os olhos na UF de São Paulo, unidade essa que apresenta maior população do Brasil, acima de tantas Grandes Regiões, e foi onde atraiu muita mão de obra no período industrial, logo emprego e expulso do negro no passado. Nos estudos de Florestan Fernandes, no passado, São Paulo permitiu apanhar melhor as conexões existentes entre revolução burguesa, a desagregação do regime servil e “expulsão do negro” do sistema de relações de produção (FERNANDES, 1964, p.11).

Portanto em uma escala decrescente, a Região Norte, que apresenta a maior concentração da população preta, parda e indígena (80,7%) comparada à branca (19,3%), também apresenta a maior porcentagem de ocupação informal por cor (61,0% da população preta ou parda).

Na segunda posição, está a Região Nordeste, com 75,3% da concentração da população preta, parda e indígena (e 24,6% população branca), também se posiciona em segunda colocação em aspecto de ocupação informal (57,8% da população preta ou parda).

Seguimos respectivamente para os mesmos parâmetros, na Região Centro Oeste, (63,5% da população é preta, parda ou indígena e 36,5% branca) ocupando a terceira posição da concentração da população preta, parda e indígena e ao mesmo tempo, terceira maior região com ocupações informais para este grupo social (40,7%).

Em quarta posição, está a Região Sudeste, apresentando 49,3% de sua população preta, parda e indígena enquanto 50,7% sendo branca, apresenta a quarta maior porcentagem de ocupações informais da população preta e parda (39,1%).

A última posição, apresenta a Região Sul sendo o estado com menor porcentagem da população preta, parda e indígena (26,1%) quando comparada à branca (73,9%) e também, refletindo na menor quantidade de ocupações informais para pretos e pardos (34,1%).

Tabela 1 (UF) - Distribuição da população, por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2018

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual por cor ou raça							
		Branca		Preta		Parda		Amarela ou indígena	
	Total	Total	CV (%)	Total	CV (%)	Total	CV (%)	Total	CV (%)
Brasil	207853	43,1	0,5	9,3	1,2	46,5	0,4	1,1	4,1
Norte	17 871	19,3	2,0	7,1	4,5	71,8	0,7	1,8	8,1
Rondônia	1 747	29,5	3,7	6,7	8,8	62,4	2,0	1,4	16,8
Acre	853	21,0	4,0	5,3	8,4	72,3	1,3	1,3	16,7
Amazonas	3 922	16,8	5,2	3,0	12,3	77,4	1,3	2,8	19,1
Roraima	513	23,7	6,2	7,7	8,3	60,9	2,4	7,7	14,4
Pará	8 472	17,8	3,6	8,2	7,4	72,7	1,2	1,3	12,7
Amapá	822	17,4	7,0	7,0	13,6	74,3	1,8	1,2	22,6
Tocantins	1 542	21,1	4,6	12,4	7,5	65,0	1,7	1,4	16,5
Nordeste	56 618	24,6	1,1	11,3	2,0	63,2	0,5	0,8	5,2
Maranhão	7 001	18,3	2,5	11,9	3,8	68,5	0,8	1,2	7,9
Piauí	3 264	19,8	4,2	9,1	6,4	70,9	1,4	0,2	27,2
Ceará	9 073	28,2	2,4	5,3	5,1	65,7	1,1	0,8	13,9
Rio Grande do N	3 479	35,9	3,3	6,0	7,2	58,0	1,8	0,2	34,4
Paraíba	3 975	32,9	2,8	5,7	7,8	61,0	1,5	0,4	18,8
Pernambuco	9 439	31,2	2,7	6,5	5,5	61,2	1,3	1,1	12,7
Alagoas	3 316	25,4	3,3	5,7	6,1	67,7	1,3	1,2	14,9
Sergipe	2 278	19,4	5,0	8,2	7,0	71,5	1,5	0,9	15,4
Bahia	14 793	18,1	3,5	22,9	3,3	58,2	1,3	0,8	12,3
Sudeste	87 691	50,7	0,9	9,9	2,0	38,3	1,1	1,1	7,9
Minas Gerais	21 030	39,7	1,8	11,8	3,5	48,2	1,3	0,3	15,1
Espírito Santo	3 969	37,1	2,8	11,0	4,2	51,1	1,9	0,8	10,6
Rio de Janeiro	17 159	45,2	1,6	13,4	2,8	40,8	1,5	0,6	10,2
São Paulo	45 533	59,1	1,3	7,6	3,8	31,6	2,2	1,7	9,6
Sul	29 710	73,9	0,6	4,8	3,7	20,6	1,8	0,7	7,6
Paraná	11 336	65,5	1,1	4,1	6,4	29,3	2,3	1,2	10,0
Santa Catarina	7 064	79,9	0,7	3,0	6,4	16,5	3,2	0,5	15,2

Rio Grande do Sul	11 311	78,6	1,0	6,5	5,5	14,5	4,0	0,4	17,0
Centro-Oeste	15 964	36,5	1,3	9,2	3,0	53,0	0,9	1,3	9,8
Mato Grosso do Sul	2 679	44,0	2,5	6,4	6,5	47,3	2,2	2,3	14,5
Mato Grosso	3 389	31,0	3,0	10,2	4,7	57,6	1,6	1,2	30,0
Goiás	6 923	35,8	2,2	9,2	5,4	54,0	1,4	1,0	14,4
Distrito Federal	2 972	37,5	3,3	10,5	6,1	50,4	2,4	1,5	24,9

Fonte: Elaboração dos autores, na base de dados IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Brasil e a distribuição de renda/rendimento

Analisando o Brasil nos parâmetros de desigualdade da distribuição de renda pelo espaço do território, indicadores demonstram um perfil de distribuição de tamanha imperfeição, ficando apenas atrás do País Catar (Pnud, 2019). Isto é, Brasil no *índice de Gini* aproxima-nos à essa dimensão realista, que, as Grandes Regiões brasileiras como Regiões Sul (0,448) e Centro-Oeste (0,486) apresentaram os menores índices e, no Nordeste, ele alcançou 0,520. De 2017 para 2018, no Norte, Sudeste e Sul esse indicador subiu, enquanto no Nordeste e Centro-Oeste houve retração. De 2015 a 2018, a trajetória ascendente do indicador foi mais acentuada no Norte (de 0,490 para 0,517) e no Sudeste (de 0,483 para 0,508) (IBGE, 2019).

Essa tendência estrutural para a concentração da renda favorece o subemprego, subutilizando da população preta ou parda onde é a maioria no Brasil (55,8%) (conforme tabela 01) os indígenas. Essa população, no ano de 2018, representou apenas 27,7% das pessoas quando se consideram os 10% com os maiores rendimentos (IBGE, 2018).

O mercado de trabalho brasileiro e a população brasileira

No âmago do mercado de trabalho, durante a história do Brasil, essa população foi um sustento e substituto perante à dizimação dos povos originários, sendo o “motor” do mais valor da econômico, estando ainda este processo em continuidade. Nas palavras de Eric Williams,

[...] levanta a tese de que a substituição da mão-de-obra indígena e branca pela africana não aconteceu somente devido aos interesses do lucrativo tráfico, atividade em ascensão a partir do século XVI, mas também pelo fator da inesgotabilidade do africano como ponto importante na substituição da mão-de-obra indígena pela negra (HONOR, 2015).

Atualmente, no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País, isto é, 57,7 milhões de pessoas, ou 25,2%, a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões, no ano de 2018 (IBGE, 2018). Portanto, é de completa indignação a população branca ser a parcela brasileira que mais obtém lucro e mais acumula bens em todas as grandes regiões do Brasil.

Se, por um lado, surgem oportunidades bem remuneradas no trabalho flexível, no mundo considerado de “homens livres”, por outro, o setor informal também abriga empregos precários e miseráveis. A Região que assume o pódio nesse complexo, é a Região Sudeste, onde o rendimento médio real habitual do trabalho nas ocupações formais e informais, está em R\$ 3.135,00 para brancos, pretos e pardos em R\$ 1.766,00, sendo puxado principalmente pelo Município da Capital, São Paulo, logo acompanhado pelo Município de Espírito Santo, Vitória. Na Região Sul, o Município da Capital, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, está em 3º colocado, no Brasil, em média o rendimento da população preta e parda está negativamente em R\$2.225,00 quando comparado com a população branca (IBGE, 2018). Esses Municípios estão em destaques, derivando, acima de todas as Grandes Regiões do Território Brasileiro.

Especialmente em países periféricos, no caso brasileiro (uma unidade do conjunto), no ano de 2018, as ocupações informais no mercado de trabalho estão associadas, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção ou seguridade trabalhista, levando contra o direito básicos humanos, como salário mínimo e aposentadoria previstos em legislação. Estes, foram discutidos como dever do Estado, pelas Nações Unidas,

Os Estados devem tomar medidas concretas para eliminar o racismo garantindo a plena igualdade de tudo antes da lei, incluindo a legislação trabalhista, e eliminar barreiras, quando apropriado, à participação na formação profissional, negociação coletiva, emprego, contratos e atividade sindical; acesso a tribunais judiciais e administrativos que lidam com queixas; procurando emprego em diferentes partes de seu país de residência; e trabalhando em condições seguras e saudáveis (2014).

Conforme, na figura 01, apresenta-se que a mão de obra de pretas/os ou pardas/os, na Região Norte apresenta na casa de 61,0% ficando acima da média brasileira que está em 47,3%, logo seguido pela Região do Nordeste em 57,8%, regiões estas acima da média do Brasil (IBGE,2018). O Sul é a Região com menor disparidade, mas vale lembrar, que a população dessa região, preta ou parda é menor (expresso na tabela 01). Dessa forma comparando com o número de população na Força de Trabalho (FT) os números são gritantes. Portando, um crime previsto em legislações.

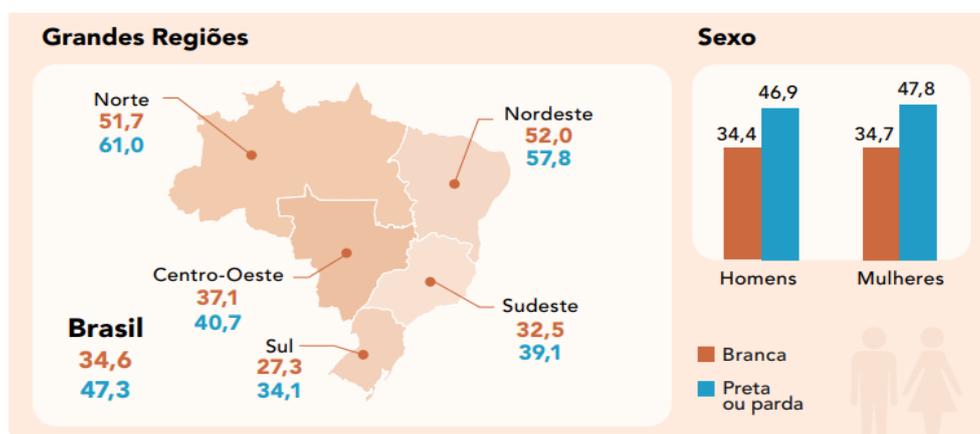


Figura 1: Pessoas em ocupações informais nas Grandes Regiões Brasileiras (%) por cor e gênero 2018.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, ano de 2018.

A tabela 1 e figura 1, se relacionam diretamente, no fator da concentração da população preta e parda, refletindo, nas quantidades e qualidades de ocupações informais. Sendo que, quanto maior a concentração de pretos, pardos e indígenas na região, maior é a porcentagem de ocupações informais nas determinadas regiões pelo espaço do Território brasileiro.

Estes dados/percentuais, apresenta-nos como a qualidade de empregos e formas de renda são desiguais para pretos/as, no Brasil contemporâneo. A população preta, ainda sofre resquícios da escravidão pelos europeus, quando colocamos em pauta a subordinação desta parcela da população pelos modos de produção colocados pelos mesmos brancos, objetivado em número. Ainda,

demonstra-se que vivemos em um País, onde a cor da sua pele define quais serão seus direitos e qualidades de trabalho, no século (XXI) onde à modernidade reina.

O fato desta parcela da população, com histórico de exploração, com nenhum momento de privilégios, torna-se a apresentar uma batalha (diária) de amplitude abrangente para ter a possibilidade de conquistar patamares igualitários que o/a branco/a possui, na atualidade, como pauta de política pública. Enquanto são privados direitos básicos humanos como educação, o grupo social com maior posse de conhecimentos e estratégias estruturais têm o poder de controle empregatício, fatos como a taxa de analfabetismo, em 2018, ser 9,1% da população preta ou parda em comparação a 3,9% da população branca brasileira (IBGE, 2019). Demonstrando como o poder político e econômico alia-se ao fortalecimento de uma população branca continuada no privilégio.

Estes fatores, resultam nos diferentes modos de vida para diferentes camadas sociais, como é o caso das condições de moradia, que, historicamente, nunca foram facilitadas para essa população. De imediato, para o/a branco/o, principalmente as frações ricas, concedidas de terras e outros bens materiais ou não, como cargos e títulos. Estes fatos, resultam nos dados de pessoas residindo em domicílios sem acesso a serviços de saneamento básico, somando 42,8% da população preta ou parda que não possuem esgoto sanitário em comparação à 26,5% da população branca (IBGE, 2019).

A qualidade de moradia inferior da população negra, no Território brasileiro, é persistente em todos os períodos históricos brasileiros, inclusive intensificado no atual, fadado. Na “nova era” do novo método de ensino a distância, antes livro, hoje computacional, há de se ressaltar que a população negra bem como apresenta menor acesso à internet ou menor posse de aparelhos eletrônicos como computadores e celulares quando comparada à população branca brasileira (IBGE, 2019).

Uma ressalva, é no caso da violência, neste País evidencia em âmbito que, a cada 100 mil pessoas entre 15 a 29 anos a taxa de homicídio do homem negro está em número constrangedor; alcançando a casa de 185% na taxa de homicídio, no ano de 2018 (IBGE, 2018). *Brasil é o segundo país mais violento* da América do Sul, aponta ONU (2019).

Considerações finais

Embora existam os aparatos em legislações que, no discurso vem representar a redução das desigualdades; contradições aparecem. Assim, em virtude de pensar a representatividade política, nessas esferas, os números são esmagadores, os deputados federais eleitos são 75,8% brancos e 24,24% pretos e pardos (IBGE, 2018). Isto é, a população marginalizada pela desigualdade que subutiliza a mão de obra “barata” está fadada na falta de representatividade, nas esferas de elaboração de políticas públicas, pensada pelos racionalizados do “mundo moderno”.

As desigualdades sociais por cor e raça, devem ser explicitadas para as gerações atuais e futuras, que estão moldados seus modos de atuação e de pensar, enfatizando que as diferentes formas de qualidade de vida nas necessidades básicas humanas, devem ser previstas à população sem tomar como fator prioritário a cor de sua pele. Ainda enfatizando a necessidade de seguridade nas condições do mercado de trabalho. A nível Brasil, apresenta-se brancos em 18,8%, pretos e pardos em 29,0% no fragmento dos subutilizados e no tocante dos desocupados brancos em 9,5%, pretos e pardos 14,1% *vis-à-vis* com o ano de 2017, se apresenta, de forma ascendente essas percentagens (IBGE, 2018).

Temos não só a necessidade, junto a obrigação de proporcionar, não direitos iguais para a população negra, pois somente este, não é capaz de elevar esta fração social ao mesmo patamar do branco, como exposto. O papel político, econômico e social da população brasileira como uma totalidade, é privilegiar à população negra para que a mesma, possa ter no mínimo de *equidade* em relação direta com os conceitos de igualdade e de justiça histórica, em um contexto tão injusto. Para que talvez, possam um dia, possuir a mesma capacidade de desfrutar uma qualidade de vida parecida à da população branca que tem o papel dominante estrutural, descolonizando o colonizado, nos moldes do sistema capitalista contemporâneo.

Por fim, vale frisar, que, em contextos de pandemia Covid-19 (no caso atual), a população nas margens do sistema capitalista que é subutilizada para posterior descarte ou extermínio, como feito com os povos originários. Torna-se uma forma de superação, colocar esta população como sujeitos e não como objeto.

Referências

Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial. **Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**, realizada em Durban de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. 1920-1995. Recuperado em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4482634/mod_resource/content/1/Florestan%20Fernandes%20-%20A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20na%20sociedade%20de%20classes%20-%20Vol%20I%20-%20O%20legado%20da%20ra%C3%A7a%20branca-1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

HONOR, André Cabral. A BASE DO CONCEITO DE ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ERIC WILLIAMS E SUA OBRA SEMINAL CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO – 2010**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.41.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Estudos e Pesquisas Informações Demográficas e Socioeconômicas**. Recuperado de: <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf >. 2018. Acesso em: 28 ago. 2020.

Krajevski, Luis Claudio, 1975-. **A importância da UFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. – Blumenau, p.84, 2018. Recuperado de: <<https://rd.ufes.edu.br/bitstream/prefix/3722/1/KRAJEVSK.pdf>>. Acesso em: 01 jul.2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018a. Recuperado de:<<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9134/6277>>. Acesso em: 29 out. 2020.

Miranda, Monique Classificação de raça, cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil, no período de 2000 à 2009. / Monique Miranda. Rio de Janeiro: s.n., 2010.

Moura, Clóvis. **Economia e ideologia - A dominação burguesa, patriarcal e da branquitude na prática científica.** Coletivo Clóvis Moura Texto para discussão N° 1.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024).** Resolução 68/237, de 23.12.2013. Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas. **Organização das Nações Unidas. 2020.** Recuperado de: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf.

VIDAL, Dominique. “**Urbanização, restrições espaciais e desafio democrático no Brasil**”. Espace Populações Sociedades [Online], 2014 / 2-3 | 2015, postado em 01 de dezembro de 2014. Recuperado de: <<http://journals.openedition.org/eps/5760>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eps.5760>>. Acesso em: 04 de nov 2020.

Modos de viver e cultura dos trabalhadores no Brasil (1920-1970), a partir das obras de Carolina Maria de Jesus

Sara Munique Noal

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo central compreender os modos de viver e a cultura dos trabalhadores do Brasil entre os anos 1920 e 1970, por meio das obras de Carolina Maria de Jesus. Mulher, pobre, trabalhadora, negra e escritora. Apesar da trajetória de Carolina ser particular sobre muitos aspectos, em muitos outros ela se tornou representativa de uma importante parcela da sociedade brasileira no decorrer do século XX. É, principalmente, por meio daquilo que tomamos como fonte, seus textos, que podemos acessar as particularidades de sua vida, enquanto sua representatividade consiste no seu pertencimento à classe trabalhadora. Ao longo de sua trajetória Carolina vivenciou e "decodificou" uma parte importante da experiência da classe trabalhadora brasileira, sendo ela mesma parte dessa experiência. Nesse sentido, suas obras se apresentam como uma fonte privilegiada para a pesquisa historiográfica, principalmente dentro do campo da História Social, pois nos permitem observar dimensões importantes dos modos de viver da classe trabalhadora brasileira, como o processo de modernização conservadora e autoritária, os movimentos migratórios decorrentes desse processo, além da urbanização e industrialização fundadas na superexploração dos trabalhadores. Mais do que isso, alinhadas às questões mais gerais, (políticas, econômicas, sociais) também as particularidades dos modos de viver dos trabalhadores são frequentemente observadas nas narrativas diárias da escritora. Cultura, lazer, a solidariedade da classe, são apresentadas a partir de uma perspectiva singular, a partir de uma visão "de baixo", da própria classe trabalhadora.

Palavras-chave: História; Literatura, trabalhadores.

Introdução/Justificativa

As discussões aqui propostas são desdobramentos de questões que apareceram durante o desenvolvimento de minha dissertação, intitulada "'Seja o que deus quiser. Eu escrevi a realidade': Carolina Maria de Jesus e o registro da experiência social dos trabalhadores pobres no Brasil (1920-1970)". Assim, nesse momento, muitas delas aparecem como hipóteses, as quais agora norteiam a

construção da tese. Apesar dos limites a cerca de uma conclusão, já é possível vislumbrar alguns caminhos possíveis de serem trilhados.

Primeiramente é importante ressaltar que as obras literárias, principalmente de características históricas, têm se mostrado uma fonte privilegiada para a construção do conhecimento histórico, visto que, assim como a História, são uma forma de explicar o presente vivido ou entender determinado contexto. É possível observar tal utilização em obras de historiadores de grande renome, como em *Os Românticos* (2002), de E. P. Thompson ou *O campo e a cidade na História e na Literatura* (2011), de Raymond Williams. Mais do que isso, ambos os autores utilizam a literatura como forma de entender as relações sociais, os modos de vida e a cultura dos trabalhadores em determinados momentos históricos. A literatura é um produto do homem e, portanto, social e historicamente referenciada. Apesar de serem ficcionais, são baseadas em uma realidade concreta, podendo se tornar um texto de denúncia das injustiças sociais presentes em determinado contexto histórico.

É dentro deste panorama que adotei as obras de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) como fonte privilegiada para o desenvolvimento da pesquisa. Mulher, pobre, trabalhadora, negra e escritora⁵⁵. Apesar da trajetória de Carolina ser particular sobre muitos aspectos, em muitos outros ela se tornou representativa de uma importante parcela da sociedade brasileira no decorrer do século XX. É, principalmente, por meio daquilo que tomamos como fonte, seus textos, que podemos acessar as particularidades de sua vida, enquanto sua representatividade consiste no seu pertencimento à classe trabalhadora.

Assim, a primeira questão que justifica essa pesquisa é a grande relevância das produções de Carolina Maria de Jesus para compreendermos os modos de viver, as relações e a cultura da classe trabalhadora por meio de uma visão de dentro da classe, visto que, Carolina viveu intensamente essas questões ao longo de sua trajetória (1914-1977). Inicialmente, é preciso considerar a "amplitude" de sua trajetória em termos de tempo e espaço. A sua história se inicia em Sacramento, MG, em 1914 e

⁵⁵ Apesar de sabermos que a escrita também se caracteriza como um trabalho, no caso em questão optamos por fazer essa diferenciação devido as peculiaridades da trajetória de Carolina. Enquanto trabalhadora manual (empregada, catadora de lixo, etc.) a escrita aparecia como uma expectativa futura, que não, necessariamente se concretizaria. Na prática, ao longo de sua vida, o trabalho manual, responsável por sua sobrevivência, quase sempre concorreu com o compromisso literário.

termina em Parelheiros, São Paulo, em 1977. Em seus 63 anos, Ao longo dos anos, Carolina vivenciou (e narrou) as transformações sociais, políticas e econômicas do país, momentos históricos significativos para a classe trabalhadora brasileira.

Exemplo disso foi o processo de modernização conservadora e autoritária, caracterizado entre outras coisas por uma urbanização e industrialização fundadas na superexploração dos trabalhadores (MENDONÇA, 1985). Como resultado da intensa propaganda em torno dessas políticas implementadas em algumas capitais do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, por exemplo), Carolina, juntamente com milhares de outros trabalhadores, foram levados para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições materiais de vida. "É em São Paulo que os pobres vão viver, é em São Paulo que os jovens vão instruir-se" (JESUS, 2014b, p. 203).

Mas antes de conseguir chegar à capital, Carolina teve de passar por inúmeras cidades, onde trabalhava por curtos períodos, juntando dinheiro para poder seguir para o destino sonhado. Ela saiu de Sacramento - MG, por volta de 1927, passou por Uberaba, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Jardinópolis, Orlândia, Franca, chegando em São Paulo (capital) somente em 1937. De lá, ainda mudou-se para o e Rio de Janeiro, em 1940, retornando em 1942 para São Paulo, onde viveu o resto de sua vida.

Essa "peregrinação" foi resultado, principalmente, da sua busca por trabalho e uma melhoria nas condições de vida (principalmente do ponto de vista econômico). Ao longo desse processo ela experimentou uma série de situações, morou na rua, em albergues noturnos, cortiços e, por fim, em 1948, quando engravidou do primeiro filho João José, passou a morar na favela do Canindé. Trabalhou em diversas ocupações, embora tenha sido doméstica e catadora de papel, na maior parte de sua vida, também trabalhou no campo, cultivando e colhendo café, em uma fábrica, e até em um circo. Em grande parte desses empregos viveu a condição de trabalhadora informal e marginalizada.

É essa trajetória o pano de fundo de suas obras, principalmente os diários. A sucessão dos dias, embora pareça repetitiva algumas vezes⁵⁶, revelam aspectos do cotidiano dos trabalhadores, os

⁵⁶ Por se tratar de um diário a rotina descrita dá a impressão de que os assuntos são repetitivos. Quase todos os dias

momentos de solidariedade, as pequenas disputas internas, a luta pela sobrevivência, entre outras questões. Além disso, é importante ressaltarmos que os diários, embora repetitivos, em nenhum momento foram escritos de forma "mecânica". A escolha dos diálogos e das palavras, revelam uma Carolina astuta e, principalmente, crítica em relação as condições de vida da classe trabalhadora brasileira e aos privilégios das classes dominantes.

Nesse sentido, Carolina ainda nos permite observar, como a classe trabalhadora anda em uma linha tênue entre a resistência e a conformidade, chegando à incorporar valores que não são próprios. Como bem apontou Thompson:

(...) de um lado, a conformidade com o status quo, necessária a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres etc. De outro lado, o "senso comum", derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta. (THOMPSON, 1998, p.20-21).

Assim, alinhadas às questões mais gerais, (políticas, econômicas, sociais) também as particularidades dos modos de viver dos trabalhadores são frequentemente observadas nas narrativas diárias da escritora. Cultura, lazer, a solidariedade da classe, são apresentadas a partir de uma perspectiva singular. Por meio de seus textos, podemos perceber, entre outras coisas, as diferenças nas relações sociais entre os trabalhadores no campo e na cidade, desde os arrendamentos coletivos nas plantações de café do interior de minas, até os vizinhos da favela do Canindé e, posteriormente, nos bairros de classe média onde residiu.

.. Hoje a noite vai ter uma corrida aqui na favela. A corrida é promovida pelo Rubro Negro. Tipo corrida São Silvestre. Compraram pinga para fazer quentão. Quentão para os adultos e batata doce para as crianças. Fizeram uma fogueira. Puzeram 4 luzes na praça. Estou aguardando a corrida para ver quem vai vencer. Para o primeiro colocado o premio é uma medalha, e uma garrafa de vinho e doce para o

descritos em *Quarto de Despejo*, por exemplo, Carolina começa com a frase "Levantei e fui buscar água". Essas repetições, no entanto, nos ajudam a compreender o cotidiano da escritora, bem como dos demais trabalhadores com que ela conviveu, pois, tendo em consideração o exemplo citado, todos os trabalhadores levantavam e se dirigiam a única torneira d'água disponível na favela do Canindé. E não apenas isso, vários temas se repetem, como a dificuldade para conseguir dinheiro, a fome, as brigas com os vizinhos (tanto na favela, como também fora dela). São essas repetições que nos revelam as carências materiais, as dificuldades, as lutas diárias dos trabalhadores, entre outras questões pertinentes a essa pesquisa.

segundo. E para o ultimo ovos podres e uma veta. O trajeto é da favela até a igreja do Pari. (JESUS, 2014a, p. 74).

Esses relatos, mostram um tipo de sociabilidade própria da classe trabalhadora naquele momento. As comidas e bebidas compradas e feitas em comunhão, bem como a decoração. Um divertimento simples, promovido por eles mesmos, que englobava a todos, homens, mulheres e crianças. A narrativa simples, evidenciando os detalhes, revela a importância do ponto de vista de quem vive essa cultura no seu cotidiano. Ela contrapõe as visões "moralistas" geralmente empregada as análises da cultura dos trabalhadores que, ora são vistos como totalmente violentos, quase como animais ("Quando alguém nos insulta é só falar que é da favela e pronto. Nos deixa em paz. Percebi que nós da favela somos temido. Eu desafiei o preto porque eu sabia que ele não ia vir. Eu não gosto de briga" [JESUS, 2014a, p.84]) e ora como sujeitos ingênuos, puros, que sofrem passivamente as injúrias da vida⁵⁷ ("Subi a rua Tiradentes, cumprimentei as senhoras que conheço. A dona da tinturaria disse: – Coitada! Ela é tão boazinha. Fiquei repetindo no pensamento: 'Ela é boazinha!'"[JESUS, 2014a, p.25]).

Dessa forma, a nossa perspectiva é a de entender a "classe pela classe", tanto pelos seus momentos de conformidade, quanto os de revolta, compreendendo-os enquanto sujeitos históricos, reais, que erram e acertam na medida em que vivem a sua experiência. Carolina é representativa no que tange essa questão. Seus textos nos permitem analisar esses momentos por uma dupla perspectiva: tanto do ponto de vista dela sobre a experiência de ser uma mulher pobre, negra, marginalizada e semianalfabeta, que lutava diariamente pela sua sobrevivência e de seus filhos; bem como as impressões que teve sobre a forma como suas experiências foram recebidas e tratadas pela elite intelectual no momento em que ela passa a frequentar os espaços da elite.

⁵⁷ Um exemplo dessas "análises moralistas" é exposto por Thompson em sua obra *Os Românticos*, a partir da literatura do século XX. "Nas enormes distâncias sociais da Rússia do século XIX, o homem benevolente convocava os camponeses, que lhe retribuía essa benevolência. Lá, a imagem fictícia de um Campesinato Virtuoso obcecava os escritores populistas - foi testada por Tolstói - e continuava acesa ainda em 1917. Ela ainda pode ser encontrada nos escritores populistas e nacionalistas da Europa Ocidental até em épocas recentes e parece vicejar ainda na celebração da negritude na África". (THOMPSON, 2002, p.15). A questão é: esse "moralismo" empregado nas análises existe, pelo menos, desde leituras sobre a classe trabalhadora ainda no século XIX, sendo importante ponto a ser analisado.

Nessa perspectiva, a segunda questão que justifica esse trabalho consiste em observar as formas como as experiências de Carolina foram tratadas, desde as edições de seus diários, passando pela forma como foi noticiada ao longo do seu processo de ascensão e decadência no “mundo intelectual”. Eles são reflexos e indícios das relações sociais estabelecidas naquele momento, entre a classe trabalhadora e a classe dominante. A imagem construída de Carolina, a forma como seus textos foram editados e a recusa em publicarem suas obras mais literárias, nos permitem ter um contraponto entre as expectativas e apropriações da classe dominante sobre a cultura dos trabalhadores. Mais do que isso, também nos permite compreender como a classe trabalhadora (nesse caso representada por Carolina), incorpora e responde a essa apropriação, tendo em vista suas próprias expectativas.

Estudos mais aprofundados das produções de Carolina, principalmente a partir dos seus manuscritos, revelaram dimensões mais complexas da vida e da personalidade da escritora, que aquela observada nas obras publicadas. Ao compararmos esses dois materiais podemos observar uma intencionalidade no que tange a construção da imagem da escritora, o qual buscava atender interesses políticos e ideológicos de parte da elite da época. O que queriam, era uma Carolina "lógica", dirigida para ser uma mercadoria útil ao consumo cabível naquela circunstância (MEIHY; LEVINE, 1996, p. 24), ou como ela mesmo chamou, alguém "teleguiada".

Os cortes e seleções feitos por Audálio Dantas⁵⁸, são exemplo disso. Longe de uma tentativa de "vilanizar" a figura de Audálio pela forma como editou o diário, o que se propõem aqui é pensar como essas mudanças, aparentemente pequenas, (visto que ele manteve a linguagem, mesmo os erros de ortografia, a sequência dos dias, entre outras coisas), projetaram uma certa "caricatura" da escritora e, mais do que isso, como essa visão contribuiu para a ascensão e o fracasso de uma trabalhadora dentro do universo artístico.

O "choque" entre a Carolina "da vida real" e a elite intelectual no Brasil, foram desastrosos para a sua imagem, além de contribuir para a diminuição de seu legado. Carolina passou a ser criticada

⁵⁸ Audálio Dantas (1929-2018), foi o jornalista responsável pela publicação do primeiro livro de Carolina Maria de Jesus, o best seller *Quarto de Despejo* (1960).

por ter uma postura orgulhosa, arrogante, muito diferente daquela vista nos relatos do diário. Como bem apontaram Meihy e Levine,

Jornalistas e políticos a criticavam porque suas ideias, expressas no diário, a mostravam como dócil, mas em público ela se erguia agressivamente, próxima do que os norte-americanos chamavam pejorativamente na década de 50 de *uppity black*, ou seja, 'preta arrogante'" (MEIHY; LEVINE, 1994, p.19).

Tudo isso contribuiu para a exclusão, gradativa, da escritora do "meio intelectual". A possibilidade de publicação de suas outras produções, (poesias, contos, romances, entre outros) foi se tornando cada vez mais distante. Apesar dessas questões não serem novas nas produções acadêmicas sobre a escritora, observadas, por exemplo, nas colocações de Meihy e Levine, a proposta aqui é aprofundá-las na perspectiva de compreender como a cultura da classe trabalhadora é recebida e "refinada" pela classe dominante, com o objetivo de atender interesses imediatos, sendo posteriormente descartada. Para tal, um caminho ainda a ser explorado, é o de confrontar as diferentes formas como Carolina foi apresentada na mídia ao longo de sua trajetória de escritora, e suas próprias impressões sobre aquele momento.

A mídia divulgou incessantemente a "escritora da favela", uma mulher que, mesmo se encontrando na miséria quase absoluta, escrevia sua via crucis, mas nunca sem deixar de apreciar a "beleza da vida". Em um editorial literário do jornal O Estado de S. Paulo, publicado em 4 de setembro de 1960, o redator faz a seguinte consideração sobre o livro:

(...) mesmo em circunstâncias as mais adversas, o espírito logra sobrepor-se às misérias do mundo. Nos momentos de maior tortura, a pobre catadora de lixo encontra, ainda, animo para registrar nos seus "cadernos" a beleza das nuvens da espuma branca correndo de encontro ao céu azul-forte, ou a "sutil doçura que paira nos jardins e nos altares das igrejas no mês de maio"⁵⁹.

No trecho observamos um tom de condescendência na forma de tratar os escritos de Carolina. A "pobre catadora de lixo", o fato de "cadernos" estar em aspas, dando a entender um certo receio de considerar muito técnico o seu meio de produção textual, por sinal, recurso muito semelhante ao

⁵⁹ Da favela à Vila Buarque. O Estado de S. P., São Paulo, SP, 4 de setembro de 1960. Jornal Literário, p.16.

usado por Audálio para se referir as suas outras produções⁶⁰. Esses são alguns indícios relevantes para entendermos essas questões. São esses pequenos detalhes, em sua grande maioria implícitos, não diretamente declarados, que nos revelam, entre outras coisas, um distanciamento social entre o que podemos chamar de uma "cultura erudita", aprendida por meio da educação formal, aceita pela elite e propagada como o modelo ideal, e uma "cultura popular"⁶¹, da gente comum, que se faz na própria experiência, no costume e na tradição da classe trabalhadora (THOMPSON, 2002).

Essa diferença fica ainda mais acentuada na trajetória da escritora. Em certa medida ela foi capaz de transitar entre as duas, porém, ao que tudo indica, não encontrou seu lugar em nenhuma. Carolina era oriunda da classe trabalhadora, (pobre, negra, marginalizada, catadora de papel, moradora de favela), mas que também era uma escritora, publicou várias obras, sendo que uma delas tornou-se sucesso absoluto de vendas. Por outro lado, os estudos biográficos e literários revelam uma mulher que vivia às turras com pessoas que, como ela, eram pobres e viviam na favela. O fato dela saber ler e escrever causava um grande estranhamento entre os trabalhadores. Ademais, seus textos parecem não ter alcançado o público popular, poucas foram as pessoas retratadas em sua obra que puderam ler seus textos. Seu público consistiu, majoritariamente de leitores curiosos, jornalistas e especialistas sociais. Foi esse público o responsável por leva-la à "passear" entre a elite. Porém, passado o *frenesi* da estreia, os críticos não a pouparam, chegando ao ponto de colocar em dúvida o caráter literário de seus textos e até a sua autoria.

Nesse sentido, não era apreciada totalmente entre os trabalhadores e não foi totalmente aceita pela classe média. Foi a partir deste não lugar que, ao longo do mestrado, exploramos os textos de Carolina. O paradoxo entre pertencer e não pertencer a determinado lugar nos permitiu uma

⁶⁰ No prefácio de *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, Audálio Dantas escreveu: "Agora que você está na sala de visita e continua a contribuir com este novo livro, com o qual pode dar por encerrada a sua missão. Conserve aquela humildade, ou melhor, recupere aquela humildade que você perdeu um pouco - não por sua culpa - no deslumbramento das luzes da cidade. Guarde aquelas "poesias", aqueles "contos" e aqueles "romances" que você escreveu". (DANTAS, In: JESUS, 1961).

⁶¹ E.P. Thompson, no artigo "Educação e Experiência", analisa as relações estabelecidas ao longo dos séculos XVIII e XIX, entre a "cultura popular", forjada na experiência, no costume e na tradição dos trabalhadores (ou das classes populares) e a "cultura erudita", uma cultura restrita às elites, aprendida por meio da instrução formal. O mais interessante é que Thompson não se limita a analisar a hierarquização da "cultura erudita" em relação à "cultura popular" ao longo do processo histórico, mas também aponta a necessidade de uma interrelação entre ambas as culturas, ou "uma dialética entre a educação e a experiência" (THOMPSON, 2002).

aproximação singular do cotidiano e da vida dos trabalhadores. Seria essa a perspectiva a ser aprofundada durante a tese, principalmente por meio da ampliação das fontes. Em sua narrativa e descrição, Carolina está ao mesmo tempo próxima e distante da realidade que a cerca. Embora sua experiência de viver e trabalhar seja compartilhada, ao narrar e descrevê-la em seus textos, ela mobiliza um conjunto de saberes e linguagens de outra classe. Neste sentido, as tensões sociais não fazem parte apenas do conteúdo de sua obra, mas de sua própria construção.

Objetivo

O objetivo principal dessa pesquisa é o de analisar e compreender os modos de vida, os valores e a cultura dos trabalhadores entre os anos de 1920 a 1970, por meio de obras de Carolina Maria de Jesus, uma trabalhadora que vivenciou e analisou criticamente as várias transformações sociais, políticas e econômicas do período.

Metodologia

Um dos horizontes metodológicos dessa pesquisa corresponde ao reconhecimento dessas autobiografias como uma forma de expressão da memória. Para produzir suas obras, tanto os diários escritos à luz dos acontecimentos, como *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, como também as narrativas retrospectivas, como *Diário de Bitita*, poemas e contos autobiográficos, Carolina se baseou naquilo que viu e viveu. Como bem apontou Benjamin a “(...) experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Assim, para proceder a análise histórica de seus textos, tomá-los-emos como testemunhos, nos termos propostos por Bloch (2001, p. 76). Seus escritos serão analisados como registros voluntariamente produzidos pela autora sobre sua vida, que simultaneamente nos permitem entrever o mundo cotidiano dos trabalhadores.

Em suas produções, podemos dizer que a memória, a experiência e a narrativa estão interligadas e, embora sejam conceitos diferentes, eles se correlacionam no caso em questão. De forma simplificada, podemos dizer que a experiência é aquilo que foi vivido por Carolina, as relações sociais que cultivou ao longo da vida, os valores morais a que foi submetida, tudo aquilo que constitui

sua trajetória. A memória é a lembrança dessas experiências. Por fim, a narrativa é a forma como essas memórias são elaboradas através de um meio objetivo de expressão. Em outras palavras, é através da narrativa que a experiência, "acessada" por meio de uma memória, pode ser transmitida ao leitor.

Esses apontamentos são importantes para compreender a construção das autobiografias de Carolina Maria de Jesus. Mesmo sendo evidente que os textos possuem o caráter de memória, devemos ter clareza que não se trata apenas de uma memória pessoal, mas de um tempo, de uma forma de viver de uma sociedade e seus dilemas. Como apontou Myriam Moraes Lins de Barros,

Embora o homem só possa ter memória de seu passado enquanto ser social, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva e este ponto de vista varia de acordo com o sentimento de realidade, dado pelo lugar que o indivíduo ocupa nas relações sociais. (...) A memória individual é dependente, assim, do lugar de onde se narra as lembranças. O caráter relativo da memória também vai ser congruente com a ideia da memória como uma reconstrução do passado (BARROS, 2011, p. 11).

Nesse sentido, também é necessário analisarmos que, embora sejam todas fontes autobiográficas, pois em seus textos podemos encontrar as memórias pessoais e a descrição de um diário que nos apresentam a voz de Carolina num primeiro plano, nos livros que escreveu e publicou, percebe-se, além de sua "voz", também a de outros que moldaram e a adequaram ao formato editorial⁶². Essa questão diz muito sobre suas produções, sendo que tais alterações modificaram, não apenas o texto, como a própria construção de sua imagem. Cada um dos diários, principais fontes dessa pesquisa, tiveram diferentes graus de interferências, principalmente em decorrência do momento da escrita, dos períodos retratados e dos lugares de edição e publicação.

Isso se percebe claramente ao lermos *Meu estranho diário*. Essa obra, em sua grande maioria, é composta dos mesmos relatos que compõem *Quarto de Despejo e Casa de Alvenaria*. Meihy e Levine utilizaram os mesmos manuscritos que Audálio, porém o resultado é completamente outro. Nas palavras de Meihy,

⁶² Segundo Bakhtin: Uma atitude fecunda com a língua exclui a palavra separada da voz, a palavra da pessoa. Em cada palavra há vozes, vozes que podem ser infinitamente longínquas, anônimas, quase despersonalizadas (a voz dos matizes lexicais, dos estilos, etc.) inapreensíveis, e vozes próximas que soam simultaneamente. (BAKHTIN, 2000, p, 353).

é verdade que a vastidão das entradas dos diários e as muitas páginas inéditas, demandariam publicações volumosas e por isto de difíceis alcances comerciais. Seria impossível naquele então publicar tudo. (...) Explicando que tirou repetições – como se elas não fossem significativas – contudo, faltou ao importante jornalista dizer qual o critério – técnico e moral – que o levou a “cortar” passagens relevantes para a construção de um perfil mais humano, menos linear, mais próximo do que se revela na leitura das entradas do *Meu estranho diário* (MEIHY, 2015, p. 263-264).

Já em *Diário de Bitita*, o que ocorreu foi uma "limpeza". O livro foi primeiramente publicado na França, com o título *Journal de Bitita* (1982). É normal em um processo de tradução ocorrer variações linguísticas, que embora necessárias, modificam o texto. Os regionalismos, jargões, erros gramaticais, entre outras especificidades, nesse caso, tiveram de ser adequadas ao francês. Essas questões, no entanto, tornam-se um problema, visto que, o texto publicado no Brasil é uma tradução da versão francesa, ou seja, uma “retradução”. *Diário de Bitita* não foi reelaborado a partir dos manuscritos originais, como uma versão “autêntica”, que respeitasse a escrita “caroliniana”, como denomina Fernandez (2015).

Nesse processo, muitas características da forma de escrita de Carolina se perderam. Nesse diário, por exemplo, não encontramos os típicos erros gramaticais que são um aspecto importante da produção de Carolina, visto que são eles, em parte, que marcam a sua singularidade, tanto do ponto de vista literário, mas também como traço característico da sua trajetória de vida. Eram nesses erros gramaticais que podíamos compreender os textos para além da palavra escrita, mas como resultado das experiências vividas por Carolina, seu lugar social e sua luta para alcançar o “mundo intelectual”.

Esses são alguns exemplos acerca das peculiaridades das obras e de suas respectivas edições. Para o bem ou para o mal, precisamos compreender essas distintas interferências que cada uma recebeu, pois, elas também são indícios daquele momento histórico. A forma como cada editor "moldou" as narrativas e, portanto, a imagem de Carolina, também nos mostram evidências sobre as relações sociais do período, principalmente de como os trabalhadores eram compreendidos e como sua cultura era (dentro de alguns limites) "manipulada" pela classe dominante.

Resultados

Apesar de muitas das questões aqui levantadas ainda estarem em fase inicial da pesquisa, algumas considerações acerca dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa de mestrado podem ser apontados.

Primeiramente ressaltamos os escritos de Carolina Maria de Jesus, revelam uma dimensão importante da relação entre cultura popular e erudita que escapa dos moldes da educação formal. Em suas obras podemos perceber uma síntese própria de culturas opostas que permitiram a ela ver e analisar o mundo dentro de uma linguagem singular, a linguagem de Carolina. Apesar de em determinados momentos observarmos um afastamento entre as culturas popular e erudita, em outros existe um rico intercâmbio entre uma e outra, visto que tanto a educação formal quanto a experiência são partes de um mesmo sujeito histórico. Mais do que isso, em alguns momentos a erudição complementa o saber tradicional, enquanto em outros, esse saber tradicional foi utilizado para explicar algo do ponto de vista da erudição. Respeitando os limites, essa relação se estabeleceu de forma dialética na constituição de Carolina e de suas obras.

Ao longo da dissertação observamos, principalmente, como a posição incômoda de Carolina (entre a classe trabalhadora e elite intelectual), foi o que lhe permitiu construir uma narrativa autêntica sobre a realidade social dos trabalhadores. Carolina, ao mesmo tempo, tinha a proximidade concreta da classe, mas também a distância provocada pela reflexão intelectual para analisar e criticar a realidade vivida. Isto não quer dizer que tudo o que foi dito por ela está isento de influências; ao contrário, está repleto delas e é justamente por esta razão que sua narrativa é tão rica: ela expressa o processo desigual, conflituoso e disputado da construção intelectual do trabalhador. Assim, ela nos oferece uma leitura da realidade vivida pelos trabalhadores, visto que, ao reproduzir elementos da ideologia dominante, os utiliza também para denunciar as injustiças por ela produzidas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação verbal**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2000.

BARROS, Myrian Moraes Lins de. **Memória, experiência e narrativa**. Revista Iluminuras, Porto Alegre, v.12, n. 29, pp. 4-17, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DANTAS, Audálio. **Tempo de Reportagem: histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Leya, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014a.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada**. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo LTDA, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2014b.

JESUS, Carolina Maria de. **Meu estranho diário**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert (Org.). São Paulo: Editora Xamã, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. ; LEVINE, R. S. B.. **Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carolina Maria de Jesus: emblemas do silêncio**. Revista USP, nº 37. São Paulo, março/maio, 1998, pp. 82-91.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Ditos e interditos: Ensaio de despedida de Carolina Maria de Jesus**. In: BARCELLOS, Sergio. Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus. [ebook]. Rio de Janeiro e Sacramento, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy**. [maio, 2014]. Caderno Pensar. Entrevista concedida à Aline Alves Arruda; Eduardo de Assis Duarte; Margarete Aparecida de Oliveira; Marcos Antônio Alexandre; Gustavo Tanus; Pedro Henrique Souza; Rafaela Pereira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/1023-entrevista-com-jose-carlos-sebe-bom-meihy>.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

THOMPSON, E. P. **Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade, na História e na Literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Breves reflexões: a Lei do Ventre Livre e a retórica do direito à propriedade na província de Santa Catarina – década de 1870

Jasmini Letícia Maurer

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista da FAPESC

Isabel Rosa Gritti

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
isabel.gritti@uffs.edu.br

Samira Peruchi Moretto

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo

O presente artigo busca discutir a retórica do direito à propriedade presentes nos periódicos de circulação na província de Santa Catarina, no momento de discussão da Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. À luz da História Social, com enfoque nas obras de E.P. Thompson, emprega-se como fontes os periódicos *O Despertador*, de cunho conservador, e *A Regeneração*, com ideais liberais.

Palavras-chaves: Lei do Ventre Livre; Santa Catarina; Periódicos.

Introdução

[...] no fim de uma crise política permanente que durou de 1866 até 1871, foi promulgada a lei de 28 de setembro, a qual respeitou o princípio de inviolabilidade do domínio do senhor sobre o escravo, e não ousou penetrar, como se fora um local sagrado, interdito ao próprio Estado, nos ergástulos agrários; e de novo, a esse esforço, de um organismo debilitado para minorar a medo as conseqüências da gangrena que o invadia, sucedeu outra calma de opinião, outra época de indiferença pela sorte do escravo, durante a qual o governo pode mesmo esquecer-se de cumprir a lei que havia feito passar (NABUCO, 2000, p.3).

As palavras de Joaquim Nabuco (2000, p.3) proferidas em 1883 exemplificam, em partes, as visões antes e durante o processo de abolição, para tais sujeitos da elite, a emancipação era, para alguns, o fim dos males e, por outro lado, compreendia que a Lei 2.040 de 1871 havia falhado em instituir um processo lento e gradual de emancipação, somente maquiando a escravidão brasileira. No livro *O abolicionismo* de Nabuco, o autor adentra em aspectos sociais vigentes, que faziam com que processo de abolição foi tido de forma gradual, defendendo os interesses agrários, porém, almejando uma boa imagem do Brasil internacionalmente. Claro que, a visão de Nabuco aporta-se na coisificação dos escravizados, reflexo da racialização⁶³ social vigente no período de vivência do autor.

A relação entre Direito e Raça no Brasil foi constituída de elementos oriundos da herança colonial. Em um primeiro momento, tem-se a conexão com a teologia, o mundo católico impunha quem deveria ser escravizado, e os aspectos raciais não eram enfatizados, mas sim o paganismo dos sujeitos originários do continente africano, que eram vistos como bárbaros. As Ordenações Filipinas datadas do século XVI trouxeram mudanças na forma de interferência estatal na escravidão. Hebe Mattos, Keila Grinberg e Brodwyn Fischer (2018, p.166), expõem que as Ordenações Filipinas “concebiam a escravidão como uma prática comercial que necessitava de controle governamental; a primeira citação da escravidão africana no código foi justamente em sua relação com o comércio.” A escravidão tornou-se e manteve-se como um pilar de sustentação do Brasil, como colônia e após 1822, como Império do Brasil. Ainda, mesmo após a independência e “apesar da imposição gradual de novas leis nacionais, muitos dos seus princípios permaneceram em vigor” (MATTOS; GRINBERG; FISCHER, 2018, p.166).

Neste ponto, questiona-se em que momento a questão racial torna-se critério de diferenciação judicial? Para os autores citados acima, antes mesmo da independência do Brasil, momento que se explicita a diferenciação entre os sujeitos pela sua origem e cor de pele com a constituição de 1824, tem-se o processo de estigmatização racial. A principal ferramenta que legitimou a racialização social brasileira foram os órgãos jurídicos governamentais, que em um primeiro momento criaram

⁶³ Wlamyra Albuquerque entende que racialização como a concessão de historicidade ao conceito de raça, atribuindo movimento para a construções sociais pautadas em aspectos raciais.

ferramentas para inferiorização racial e, posteriormente o silenciamento racial, no início da República.

À vista disso, o presente artigo objetiva refletir acerca da gênese do processo de emancipação gradativa, por meio da lei nº 2040/1871 e os discursos da elite acerca do direito à propriedade e o controle sobre os corpos das mães escravizadas e seus rebentos. Enfatiza-se os seus significados em terras catarinense, por meio de periódicos, que expressam os anseios da elite, e documentos legais, buscando demonstrar a visão racializada da classe senhorial. A metodologia empregada para o desenvolvimento que dar-se-á nas subseqüentes páginas aporta-se na História Social da escravidão, em que os sujeitos são vistos como produtores de suas histórias, tanto os escravizados, libertos, libertandos, como a elite.

Todavia, a escolha dos periódicos como objeto e fonte vislumbra-se pelos significados transpostos, nestes que eram ferramentas de comunicação a elite. Entende-se aqui, os jornais como um aparato da elite que detinha simbologias e imprimiam as racionalidades daquela categoria social. A eloqüência dos discursos da elite, o tratamento outorgado para os sujeitos empobrecidos e negros, oriundos da escravidão, afloram-se nas páginas dos periódicos. Feitos da elite para elite, os periódicos eram a única forma, pelo menos na província de Santa Catarina, de circulação de ideias. Logo, avistar e compreender a mentalidade da elite em uma província distante dos grandes centros sobre a escravidão e sua emancipação permite-nos captar como deu-se o processo de racialização em terras catarinenses.

A crise social iniciada na década 1860, no Brasil, foi decisiva na construção da tal *emancipação gradual*, que visava a liberdade para os sujeitos negros que ainda permaneciam nas entranhas da escravidão. O Direito entra em pauta, ocasionado por instabilidades sociais e formas de resistência de escravizados, que pressionavam o Estado, além do crescimento de abolicionistas e a pressão estrangeira, fizeram com que D. Pedro e seus conselheiros almejassem o controle das situações. Para tal, arquitetava-se a emancipação gradual, o controle do Estado no processo de liberdade dos escravizados, utilizando de uma legislação posta em prática gradualmente, que culminaria de forma natural na liberdade dos sujeitos negros. Esta ideia, foi contestada por ambas as partes, abolicionista e escravagistas, de um lado os defensores de que esta não era a melhor maneira de

libertar aqueles sujeitos; do outro os grandes proprietários que afirmavam que o país não estava preparado para o fim da escravidão. Neste momento já se sabia que a escravidão estava com os dias contados.

Os caminhos até a abolição são tortuosos, surgindo de crises e embates parlamentares, que buscavam o controle do Estado sobre a população ainda cativa, os libertos e os proprietários. As expectativas e o medo do desconhecido, no caso do comportamento população liberta quanto cidadãos, trouxeram apatia aos políticos responsáveis pela emancipação gradual, até mesmo os que se diziam a favor da abolição. A historiografia aponta, para uma forma não linear de um processo de abolição, a trajetória à liberdade era contraposto por diversas práticas de precarização da liberdade⁶⁴, “escravização ilegal, por estratégias de preservação do domínio senhorial e pelo alcance do tráfico interno e atlântico de escravos.” Ambiguidade legal imposta pelo processo de emancipação tece paralelos entre a escravidão e a liberdade, dando enfoque para os ingênuos e suas mães, locais que fora destinado àqueles que tiveram relações, mesmo que remotas, com a escravidão e possuíam o estigma da cor.

Legislando a liberdade: a Lei do Ventre Livre e seus significados

Somos da opinião, digam o que quiserem os filantropos, que melhor seria não tratar da abolição; *pois que esta se iria fazendo naturalmente pela ação do tempo*, desde que não importamos mais escravos. Para nós que vivemos entre a população escrava e observamos a sua marcha decrescente, é fora de duvida que a abolição se pode fazer somente pela acção do tempo; e, se assim é, *para que atacar de frente essa melindrosa questão, em que estão comprometidos interesses de maxima importancia?* Mas nós damos de barato todos os interesses economicos e os direitos de propriedade, comprometidos com a decretação da abolição, para só tratamos de um ponto, o que diz respeito a seguranças das nossas vidas.⁶⁵

Na edição de 12 de maio de 1871, no jornal *O Despertador* confeccionado na capital catarinense, porém com circulação em toda a província, um grupo de agricultores inquietos com a

⁶⁴ Sidney Chalhoub apresenta o conceito de “*precariedade da liberdade*”, que será explorado durante este trabalho, que limitou os significados da liberdade para afrodescendentes antes da abolição, como o caso dos ingênuos.

⁶⁵ DESTERRO. O despertador. 12 de maio de 1871. p.3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

possibilidade de constituição da abolição gradual, redigem e solicitam a veiculação de uma nota contrária a emancipação paulatina. A maior tormenta dos proprietários catarinenses que assinaram o texto, eram os interesses econômicos e como a emancipação iria afetar suas produções. Este ponto perturbava, pelo menos nas preleções mais infladas, praticamente toda a elite agrária e membros do governo. Entre meados da década de 1860, os discursos sobre uma emancipação lenta e gradual começaram a ganhar força no parlamento, motivados pela crise instaurada pela Guerra do Paraguai, a agência escrava que estava cada vez mais convulsionada e a efervescência de ideias abolicionista, o governo concebe a necessidade de legislar a liberdade dos cativos, aspirando um controle social.

Há uma infinidade de trabalhos acadêmicos que discutem, a fundo, como deu-se o processo de elaboração da paulatina emancipação, com prelúdio na década de 1860 no parlamento brasileiro. Joseli Mendonça (2001, p.51) constrói um panorama geral do processo de emancipação gradual, para a historiadora, o gradualismo tinha dois sentidos, o primeiro a proteção da propriedade e dos interesses senhoriais; o segundo, a construção de uma meia cidadania para os escravizados, em suas palavras:

O gradualismo do processo de abolição era, pois, mais um plano para se cumprir por uma sucessão de leis que restringissem as “fontes da escravidão” ou limitassem no percurso da vida de cada escravo o tempo de permanência no cativeiro. Era, antes de tudo, um projeto por meio do qual se procurava implementar uma concepção específica de liberdade para os escravos. Para tentar fazê-lo cumprir, parlamentares que falavam em nome dos interesses senhoriais se empenharam com afinco e, sem dúvida, conseguiram imprimir seus anseios na lei.

As asserções de Mendonça explicitam os anseios da elite agrária nos anos finais do século XIX, que eram defendidos por uma classe de parlamentares, muitas vezes pertencentes a classe senhorial. O imperador e seus conselheiros almejavam a construção de uma liberdade gradualmente, para proteger, em partes, essa classe que tinha o domínio econômico no país. Por outro lado, em meados da década de 1870, o Brasil era o único país que ainda utilizava a mão-de-obra escravizada⁶⁶, assim, tinha-se pressões estrangeiras, além claro, das pressões internas para o fim da escravização. Assim sendo, a Lei do Ventre Livre torna-se um esforço do Estado para a centralização do processo

⁶⁶ Além do Brasil, as colônias espanholas na América, Cuba e Porto Rico, ainda se utilizavam de mão-de-obra de escravizados.

de emancipação, que naquele momento transpõe-se como inevitável. Por conseguinte, a Lei de 1871 põe-se como o início do fim da escravidão no Brasil. Interferindo diretamente na propriedade e no domínio senhorial e reconhecendo direitos costumeiros, como o acúmulo de pecúlio e a compra da própria alforria.

Antes da aprovação do texto da lei, a população de províncias distantes da capital do Império, recebiam informações por meio da circulação dos periódicos, não possuíam conhecimento de quais seriam as interferências do Estado em seu domínio senhorial. Aspectos que pode ser vislumbrado na continuação da matéria, divulgada no periódico *O Despertador* em 12 de maio de 1871, os agricultores que assinam o texto, continuam para a epopeia final, que se pode acompanhar abaixo:

Crêdo-me, Sr. Redactor, na actualidade só temos em *vista segurança de nossas vidas*; e, como noz prezamos de termos tratados sempre os nossos escravos com a maior humanidade, parece-nos que temos bem o direito de dizer ao governo do paiz: "não toques na melindrosa questão da escravatura; se tocardes, *comprometteis a nossa segurança, sacrificae os nossos interesses, quo também são os interesses da nação, e não melhorareis a sorte do escravo, que, livre, será mil vezes mais desgraçado.*"⁶⁷

Neste ponto, pode-se analisar dois fatores que estavam bastante em voga, para a classe senhorial. São eles: a interferência estatal na propriedade e a utilização da liberdade pelos escravizados. No trecho acima, vê-se explicitamente estes fatores, principalmente, no que concerne ao direito a propriedade, que se encontravam ameaçados. Esta pauta, sempre presente nas discussões, imprimiu nos escritos da Lei nº 2.040 de 1871 suas marcas, institui-se buscando preservar os laços de dependência, entre os ex-proprietários e os ex-escravizados, uma meia-liberdade ou uma liberdade tutelada para aqueles sujeitos negros que se tornavam ou nasciam livres no Brasil.

Explicita-se, principalmente, nos debates acerca da nomenclatura que os filhos livres de mulheres escravizadas deveriam receber, tem-se dois termos: libertos ou ingênuos. Sidney Chalhoub (2001, p.105) expõe:

Na verdade, esses conselheiros que apoiavam o projeto de emancipação discutiam a forma mais prudente de conduzi-lo: evitar a denominação "libertos" aos filhos das

⁶⁷ DESTERRO. *O Despertador*. 12 de maio de 1871. p.3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

escravas era prevenir indenizações que inviabilizariam a aplicação da lei; chamar “ingênuos” a essas pessoas era evitar a emergência de ódios políticos e raciais.

Assim, a Lei promulgada em 28 de setembro de 1871, assume a expressão ingênuos, com isso, o governo eximia-se de pagar indenização e reiterava a benevolência dos escravocratas e abolicionistas, concedendo plenos direitos de cidadania para aqueles sujeitos seria reverenciada. Chalhoub (2001, p.105) enfatiza que o termo ingênuo concedia à classe senhorial e aos emancipacionistas, as chances de “fazer triunfar, *a posteriori*, a sua própria interpretação da lei.” Destarte, durante as discussões acerca da Lei de 1871 pelos legisladores, os entraves e objeções foram removidos à sua aprovação ou deixados para o momento da execução da lei, para depois ficaram alguns significados essenciais (CHALHOUB, p.105).

Em 28 de setembro de 1871 é promulgada a Lei do Ventre Livre, inspirada na Lei Moret⁶⁸ de Cuba. Em seu primeiro artigo trazia: “*Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.*”⁶⁹ No momento de redação da legislação, uma das prudências tomadas e dos significados deixados para depois, foi o a nomenclatura, sendo retirada a frase de Nabuco Araújo “havidos por ingênuos”. Dando margem tanto para os abolicionistas, quanto escravocratas incutir os significados que mais lhe fossem oportunos. A Lei de 1871 não se resumiu em libertar o ventre, dentro de sua redação almejava-se contentar a elite agrária, diligenciava ressignificar os laços de dependência e os vínculos ainda atrelados à escravidão. Os próprios escritos da Lei abrem margem para tal, como vê-se no inciso primeiro:

§ 1º *Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criar-os e tratal-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se*

⁶⁸ Para saber mais: SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

⁶⁹ BRASIL. Lei nº 2040. 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm . Acesso em: 03/08/2020.

dos serviços do mesmo menor⁷⁰.

Este trecho da Lei de 1871 expõe a preocupação com a propriedade e o impacto da legislação para os proprietários de escravizados. Obrigava os senhores a “[...] *crial-os e tratat-os até a idade de oito annos completos*”, após esta idade, os tutores que não quisessem seriam indenizados pelos gastos, caso optassem por permanecer como tutores poderiam utilizar dos serviços dos ingênuos até a idade de 21 anos. Em relação a isso, Arethusa Zero (2004, p.93) identifica para Rio Claro na província paulista que:

Quando o filho da escrava completava oito anos a lei permitia ao senhor, que tinha prazo de um mês para fazê-lo, escolher a modalidade de “libertação” que lhe convia. Isso acontecia, porque aos seus 8 anos a criança já mostrava as suas capacidades. Foram raros os casos de senhores que desistiam do direito de explorar a mão-de-obra dos ingênuos até os 21 anos, pois até completarem essa idade, eram treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo poderia compensar.

Para uma compreensão de como a legislação é utilizada pelos “dominantes” e, feita para eles, utiliza-se as análises propostas por E. P. Thompson, em *Senhores e Caçadores* (1997), que discorre acerca da Lei Negra na Inglaterra no século XVIII desde sua origem até a aplicação. Esta Lei foi construída a partir dos conflitos entre os moradores das florestas e os proprietários e, estabeleceu a pena de morte para delitos, até então costumeiros dos habitantes das florestas, como caça e pesca, o corte de turfa e a extração de madeiras. A Lei Negra demonstra como a noção de propriedade privada se sobrepôs o direito costumeiro. Nas palavras de E.P. Thompson (1997, p.353):

[...] pode ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classes existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora. Mas, devemos avançar um pouco mais em nossas definições. Pois se dizemos que as relações de classes existentes eram mediadas pela lei, não é o mesmo que dizer que a lei não passava da tradução dessas mesmas relações, em termos que mascaravam ou mistificavam a realidade. Muitíssimas vezes isso pode ser verdade, mas não é toda a verdade. Pois as relações de classes eram expressas, não de qualquer maneira que se quisesse, mas através das formas da lei; e a lei, como outras instituições que, de tempos em tempos, podem ser vistas como mediação (e mascaramento) das relações de classe existentes (como a Igreja ou os meios de comunicação), tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes.

⁷⁰ BRASIL. Lei nº 2040. 28 de setembro de 1871. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm . Acesso em: 03/08/2020.

Claro que, a aplicação dos estudos de E.P Thompson, como o próprio coloca, devem ser aplicados a outros contextos com cautela.⁷¹ Em *Senhores e Caçadores*, o autor destaca que a Lei Negra não foi somente utilizada pelos “dominantes”. Os “dominados” quando possuíam condições de lutar na justiça, empregando a mesma legislação. Aspectos que puderam ser vistos durante a aplicação da Lei do Ventre Livre. Em *Concebendo a Liberdade*, Camillia Cowling (2018) realiza um paralelo entre o processo de emancipação no Brasil e em Cuba, partindo das “Leis” dos Ventres Livres e como as mulheres experienciavam a liberdade, utilizando como fontes ações de liberdade. As análises de Cowling (2018, p. 98-99), adentram nas conclusões de Thompson:

[...] a lei constituiu uma arena de lutas políticas e sociais que poderia ser acessada pelos escravos e seus parentes libertos – mesmo que apenas por uma minoria e em condições bastante desiguais. As ações de judiciais também nos sugerem que os escravos participaram não apenas da *implementação* das leis. A tendência dos escravos a procurar a reparação nas leis fez com que – embora gradualmente e de forma limitada – suas demandas e prioridades fossem incorporadas ao próprio processo de elaboração dessas leis.

Assim, quando Cowling determina a relação entre a agência escrava e a legislação, mesmo sem aludir Thompson, sabe-se que a influência é clara. A escravidão no Brasil, foi como o pesquisador colocou em seus textos “uma luta de classe sem classe” (1984), houveram disputas entre “dominantes” e “dominados”, que no caso da presente pesquisa, são os proprietários/ex-proprietários e os escravizados/libertos, após a Lei de 1871 o direito costumeiro passa a dar espaço a legislação estatal, dado isso, o medo dos senhores para o que viria a seguir encontrava um sentido, mesmo havendo a consciência de em qual lado estava o Estado. No periódico *A Regeneração*⁷² de 22 de outubro de 1871 foi vinculada uma matéria que buscava amenizar o *pavor* que os proprietários sentiam após a promulgação da lei:

Devendo a lei nº 2040 de 28 de Setembro ultimo influir mais ou menos imediatamente na organização e economia do trabalho agrícola, e desejando o

⁷¹ A importância da visão thompsoniana para a história da escravidão e do pós-abolição foi primordial, a partir da década de 1980 a influência do pesquisador inglês modificou a forma como os historiadores nacionais realizaram suas pesquisas, a experiência dos escravizados e libertos passam a ser consideradas.

⁷² DESTERRO. *A Regeneração*. 22 de outubro 1871. p.3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

governo imperial contribuir por todos os meios para que a evolução que se vai operar nas relações existentes se realiso sem abalo da propriedade que a mesma lei manteve, e da lavoura, nossa primeira industria; recommendo a V. Ex. que, empregando sua influencia official e individual, se esforce por convencer os interessados e especialmente os agricultores das vantagens que devem aguardar, se as medidas adequadas forem tomando no intuito de proverem suas lavouras e industrias os braços livres.

Com isso, o governo almejava amenizar os temores da elite agrária os aspectos de início do processo de emancipação, para isto, utilizavam dos veículos de comunicação como os jornais. Buscava-se também, explicitar as vantagens da lei e do trabalho livre. Por exemplo, a matéria disponibilizada em 11 de julho de 1871, no periódico *O Despertador*⁷³:

Para chegarmos a esse ponto de felicidade, são precisos braços: quem o duvida? Mas a abolição da escravidão não extingue os braços existentes, antes os multiplica: por um lado, o escravo transformado em cidadão, produz mais e melhor; pelo outro, é então que o paiz adquirirá, espontaneos, muitos e bons auxiliares, que hoje não procurarão. O emigrante que deixa a patria, parentes, amigos, hábitos, para estabelecer-se em alheias e remotas terras, difficilmente buscará paiz de escravidão enquanto nutrir esperança de melhorar de sorte em lugares, onde o recebem de braços abertos, e entre homens como elle ingênuo.

Os discursos propostos pelo governo e pela imprensa estavam em consonância com as discussões da propriedade e os impactos nos interesses dos proprietários. Manusearam a retórica para convencer e legitimar as ações, para ambos os lados. Patrícia Urruzola, em pesquisa acerca dos ingênuos tutelados no Rio de Janeiro, apresenta que os dispositivos presentes na Lei do Ventre Livre “foram pensados a fim de garantir, de alguma maneira, a manutenção desse direito aos proprietários.” Isto é, artifícios foram criados, como os explicitados no inciso sétimo em que “*O direito conferido aos senhores no § 1º transfere-se nos casos de sucessão necessaria, devendo o filho da escrava prestar serviços á pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava*”⁷⁴, este trecho da legislação expressa o sentido da propriedade, que pouco alterou-se, visto que, além do poder concedido pelo Estado para a utilização dos serviços dos ingênuos até os 21 anos pelo proprietários

⁷³ Desterro. *O Despertador*. 11 de julho de 1871. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 01 de setembro de 2020.

⁷⁴ BRASIL. Lei nº 2040. 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm . Acesso em: 03/08/2020.

das mães, o direito a transferência de ingênuos, em casos necessários, estava preconizado pela lei.

Os capítulos até abolição interpelaram-se aos discursos em favor do direito à propriedade, da libertação de um país não-civilizado, deixando à margem a vida dos sujeitos diretamente ligados à escravidão e que não estavam sentados nas cadeiras do parlamento. Ao mesmo tempo, que “ao reconhecer o direito de as pessoas escravizadas terem direitos, limitar a autoridade senhorial e situar o governo imperial na vanguarda do processo de emancipação”, a Lei do Ventre Livre institui o fim da escravidão no Brasil e passa a conceder às mulheres o direito a maternidade, como será exposto na sequência, contudo, questiona-se qual era a representação das mães escravizadas para a classe senhorial? E como o direito à propriedade impactava a maternidade concedida às mulheres escravizadas?

Corpos Lesgilados: as mães e seus rebentos

[...] há uma mãe que tem um filho como escravo. E a explicação do fato, que parece um enigma, é a seguinte: Esta mulher era escrava, n'esta condição teve um filho; foi liberta depois, e seu senhor, por morte, lhe deixou em testamento como legado o proprio filho que continua escravo, embora de sua propria mãe.⁷⁵

A matéria acima, originalmente foi divulgada pelo Jornal *Parahybano*, contudo, sua reprodução em um periódico de circulação na província de Santa Catarina, em tons de curiosidade e entretenimento demonstram que a retórica patriarcal, ainda permanecia em ascensão. Nos anos finais da 1860, pelo direito costumeiro, os senhores concentravam o poder de escolha da vida dos sujeitos escravizados, concedendo alforrias condicionais ou não. A matéria acima representa obstinação do senhor em controlar a vida do jovem e de sua mãe, reforçando o seu direito patriarcal mesmo após sua morte. Mariana Muaze (2016), apresenta um caso similar de controle patriarcal em que em testamento liberta suas escravas *de dentro*⁷⁶, contudo, antes revoga a liberdade de duas das escravizadas e as vende. Para Mauze (2016, p.83), essas atitudes possuíam um,

⁷⁵ DESTERRO. **O Mercantil**. 19 de setembro de 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711667&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=2458> . Acesso em: 30 de setembro de 2020.

⁷⁶ Termo para referir-se aos escravizados que realizam os serviços domésticos.

[...] caráter autoritário e pedagógico fortemente respaldado pela lógica de dominação senhorial. Suas ações atingiam não somente as mulheres punidas, mas todos os escravos domésticos que, através deste ato, sentiram o peso do poder discricionário dos senhores sobre seus destinos. Na gramática escravista vigente, a alforria (ou qualquer outro privilégio adquirido na política de favores envolvida nas relações patriarcais vigentes) deveria ser entendida como uma graça, uma concessão generosa, e, portanto, poderia ser retirada.

Assim, quais os significados da vinculação da matéria no jornal catarinense? Muitos podem ter sido os caminhos pensados pelo editorial, todavia, sabe-se que poucos os escravizados eram letrados e, tinham acesso aos periódicos, contudo a classe senhorial possuía amplo acesso e os jornais funcionavam como um espelho da maioria dos dominantes. Não obstante, a classe senhorial almejava divulgar seus atos de benevolência, mas acima de tudo, de seu poder patriarcal, em um momento de crise do sistema escravista. À vista disso, um simples ato simbólico era representativo da dominação patriarcal e necessitava ser difundido, ainda mais no período em questão, em que a escravidão, ou fim da escravidão era irremissível. E, ao pensar o fim da escravidão, considerando a maneira como o Estado e a elite almejavam que o processo transcorresse, o mecanismo do *partus sequitur ventrem* é posto em xeque, entretanto, a manutenção do paternalismo como forma de controle precisava instituir-se.

Até 1871, o cenário da reprodução da escravidão criou a categoria de gênero de mães escravizadas, pondo-as na função social de reprodução do sistema escravista. Isto é, seus ventres trabalhavam e seus frutos deveriam ser disponibilizados à manutenção do sistema que os forçava ao trabalho, criando um ciclo, de forma mais efetiva posterior a 1850⁷⁷. Diante disso, torna-se presumível os motivos em torno dos debates acalorados relacionada à propriedade dos senhores, e perda deste direito com a liberdade do ventre, visto que retira dos senhores o direito dos rebentos daquelas mulheres, ou pelo menos era a aflição da classe senhorial. E após 1871, qual o papel das mulheres escravizadas para elite?

As angústias da elite escravista com os encaminhamentos da *questão servil*, perpassavam a figura da mulher escravizada, arquitetando-se na manutenção das famílias e no direito à maternidade.

⁷⁷ Até 1850 ainda havia tráfico transatlântico de escravizados, após isso, o sistema escravista brasileiro ficou dependendo da reprodução endógena, isto é, as mulheres tornam-se fundamentais para a perpetuação da escravidão.

Ora, o Estado estava interferindo no direito à propriedade. Mas, antes mesmo da Lei de 1871, o ano de 1869 é marcante, inicia-se o processo de preservação das famílias cativas. A seguinte disposição “*Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos*”⁷⁸, tais incumbências constam no segundo artigo do Decreto 1.695 de 15 de setembro de 1869, a partir daquele momento a constituição e a continuidade das famílias escravizadas estavam asseguradas. Todavia, na história brasileira da emancipação nem tudo são mil maravilhas, muito pelo contrário.

Em 28 de setembro 1871, quando a Lei 2.040 é promulgada contendo em sua abertura “*Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre*” institui-se o direito a maternidade daquelas crianças às mães dos mesmos, no mínimo até os 8 anos de idade. Entretanto, apesar da legislação vigente priorizar a classe dominante, as ambiguidades da legislação (GRINBERG, 2008) que permitia a separação de mães e filhos, também abriu brechas para ações judiciais realizadas pelas mães que buscavam a guarda de suas proles. Marília Ariza (2018, p.38), adentra nos pormenores da maternidade e as dificuldades que as mães enfrentavam para legitimar o *ser mãe*, acompanha-se:

As discussões sobre a libertação do ventre que culminaram na promulgação da Lei de 1871 constituíram um marco importante para o reconhecimento do direito das mulheres escravizadas à maternidade, criando brechas para a reclamação judicial de alforrias de mães e filhos por meio de ações de liberdade. Contudo, ainda que muitas vezes longínquas, a possibilidade de requerer para si as prerrogativas da autoridade e do cuidado sobre os filhos não se estendia amplamente às mulheres egressas da escravidão. As libertas condicionais, mães de crianças enquadradas na categoria de *statu-liber*, por exemplo, enfrentavam verdadeiras batalhas pela alforria dos filhos, nas quais advogados e curadores esgrimiam à exaustão argumentos a favor da precedência do direito natural à liberdade ou do direito positivo à propriedade⁸. Mulheres libertas e libertandas cujos filhos haviam nascido antes de 1871, com grande frequência, empenhavam-se arduamente na formação de poupanças para a

⁷⁸ BRASIL. **Decreto 1.695, 15 de setembro de 1869**. Dispõe acerca da venda de escravizados e a separação de famílias de primeiro grau. Lex: Coleção de Leis do Império do Brasil, Página 129 Vol. 1 pt. I, 1869. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-.DECRETO%20N%C2%BA%201.695%2C%20DE%2015%20DE%20SETEMBRO%20DE%201869,preg%C3%A3o%20e%20em%20exposi%C3%A7%C3%A3o%20publica.&text=2%C2%BA%20Em%20todas%20as%20vendas,filhos%20maiores%20de%2015%20anos>. Acesso em: 01/10/2020

libertação dos filhos ou engajavam-se em draconianos contratos de locação de serviços com o mesmo propósito. *Mesmo as mães de ingênuos que eventualmente conseguiam se libertar, antes de encerrado o período mínimo de permanência de seus filhos sob a “proteção senhorial”, viam-se em meio a constantes disputas e negociações que atravessavam a barreira do encerramento definitivo da escravidão em 1888, para retomá-los à sua companhia.* (Grifos nossos)

A Lei de 1871 preconiza e da sua maneira concede o direito a maternidade às mães que ainda estão sob o jugo da escravidão, excluindo libertas e libertandas⁷⁹. Em suas disposições a lei assegura ao senhor a tutoria dos ingênuos, até os 21 anos, pois, mulheres libertas e empobrecidas não poderiam *cuidar* de forma correta de seus próprios rebentos. Isto é, apesar de instituir o direito a maternidade das mulheres negras, a Lei 2.040, em suas entrelinhas, colocava-as como inaptas na criação das crianças. Em 12 de junho de 1885, uma matéria do periódico *A Regeneração*⁸⁰, discorre acerca da tutela de dois ingênuos, Lourenço e Marianna, filhos de Rosa:

Determina a lei Nº 2040 de 28 de setembro de 1871, no seu art. 1º SS 1º "chegando o filho da escrava á idade de oito annos, o senhor da mãe, tem a opção, ou de receber indemnisação ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos." - Mas, vê-se a fls. 2 destes autos que Millego, logo que concedeu a liberdade a sua escrava Rosa, veio á Juizo isso declarar ou requerer a nomeação de um tutor aos menores Lourenço e Marianna, filhos dessa escrava, o meritíssimo Juiz, nomeando o proprio Millego, para exercer tal cargo.

Considerando, porém, esta curadoria, que Millego aceitando e exercendo o cargo de tutor, renunciára ao direito que lhe conferia o citado SS 1º, do artigo. É necessitados, renunciasse que confirmou pela petição de requerendo a exoneração é nomeação de um novo tutor para o menor no Lourenço, deu o parecer de, com o qual concordou meritíssimo juiz, destituindo Millego da tutoria dos menores Lourenço e Marianna, despacha de, por julgar com essa curadoria, que Millego, com aquelas renúncias ficará sujeito à lei geral, que regula a matéria.

O caso de Loureço e Marianna, demonstra que a figura materna era colocada em esquecimento. Rosa, a mãe das crianças, no todo da notícia é citada somente uma vez, em contrapartida, o tutor das crianças Millego é posto como o personagem principal, acusado de maus tratos às crianças, desiste da tutela antes de ser processado. A matéria é uma defesa aos direitos de Millego, que concedeu a liberdade a Rosa e tutelou seus filhos, e ao perceber seus erros buscou um

⁷⁹ Liberdade condicional que previa a manutenção do laço com a família senhorial.

⁸⁰ DESTERRO. **A Regeneração**. 12 de junho de 1885. Disponível em:

novo tutor. O pobre Millego, antes mesmo de se tornar tutor, foi a Juiz de Órfãos informando da liberdade de Rosa e solicitando um guardião para os filhos dela, aqui, nas entrelinhas percebe-se que Rosa foi posta como inapta para criar seus filhos. O Juiz concede a Millego o direito aos filhos de Rosa. As consequências foram os maus tratos e a troca de tutor. Millego sai impune da situação. Neste ponto, questiona-se qual o lugar de Rosa nesta conjuntura? Os motivos pelos quais após sua liberdade não ficou com a guarda dos filhos? Ela realmente não quis a guarda dos filhos, ou lhe foi negado?

Sabe-se que, as dificuldades de *ser mãe* para mulheres escravizadas, libertas e libertandas era atroz. Mesmo após a aquisição do direito materno, nas últimas décadas do século XIX, as dificuldades impostas pelo sistema escravista e pela classe senhorial distanciava-as de suas famílias e filhos, contudo, o espaço para lutas e resistências estava construído. Essas mulheres lutaram por estes direitos, como Cowling (2018, p.362) coloca

As batalhas das mulheres estiveram atreladas a um processo de mudança legal que, começando com as “leis de “ventre livre” na década de 1870, redesenhou a panorama de batalhas legais para os escravos e seus familiares. A relação singular das mulheres com a lei não era novidade e vinha de longa data: na verdade, o princípio do *partus sequitur ventrem* e o próprio desejo que sentiam de libertar seus filhos fizeram com que, ao longo da história da escravidão do Novo Mundo, as mulheres desempenhassem um papel importante nas negociações em torno da liberdade legal.⁸¹

Em suma, a Lei do Ventre Livre foi criada pela elite para a elite, em sua maioria escravista, contudo, a lei surge abrindo caminho para estas mulheres, que resistiram e lutaram pelas suas liberdades e de seus filhos e familiares. Entre redes de solidariedade e batalhas judiciais e cotidianas, estes foram os ambientes que os ingênuos nasceram e conheceram, uma luta diária para melhores condições e existir. Assim, torna-se presumível conhecer, mesmo que de maneira ínfima, as conquistas destas mulheres, que tiveram seus corpos legislados, a maternidade roubada, no entanto, lutaram pelo seu direito de *ser mãe* e zelar por seus filhos.

⁸¹ Cowling refere-se a leis de “ventre livre”, pois o Brasil não foi o único país a possuir este tipo de legislação na década de 1870. Em seu próprio livro, a historiadora analisa as leis, tanto no Brasil como em Cuba, conhecida como Lei Moret promulgada em 1870. Para saber mais: COWLING, Camillia. *Op. Cit.*

Considerações finais

A ideia de “ninguém mais nasce escravo” no Brasil desde a promulgação da Lei do Ventre Livre colocou em xeque o direito à propriedade dos, até então, senhores de escravizados. Reitera-se a propriedade sobre os corpos e os ventres das mulheres. A retórica mais aludida, tanto no parlamento quanto na imprensa, antes e durante a execução da legislação foi interferência do Estado nesse direito soberano. Mas, e quanto ao direito natural a liberdade de todos os seres humano? A verbosidade da elite prendia-se na propriedade, esquecendo da agência escrava, efervescente. Na província catarinense, distante dos grandes centros, os discursos da mídia reiteravam a questão da propriedade e a inquietação da classe senhorial, deixando de lado a aclamação popular para o fim da escravidão e seu papel no processo.

Nos dois jornais apresentados, *O Despertador* e *A Regeneração*, ambos de circulação em Desterro, tem-se de um lado conservadores e outro liberais, respectivamente, contempla-se a dicotomia presente nos discursos. De uma das faces, o partido Conservador que buscava compactuar com o parlamento, mas ao mesmo tempo, defender os interesses da elite agrária, em uma província que alvorecia em aspectos econômicos; de outro os liberais que almejavam, em partes, que a civilização chegasse ao Brasil. Mesmo com motivos distintos, ambos os periódicos buscavam legitimar o processo relacionado ao elemento servil, intentando convencer a população, ainda presa ao ideal da escravidão, que a emancipação estava sendo feito a favor dos interesses da classe senhorial.

Este artigo apresenta mais questionamento que respostas, contudo, estas análises compõem uma pesquisa em andamento e ainda terá desdobramentos. No entanto alguns apontamentos preliminares podem ser realizados: a relação entre o direito à propriedade e os corpos femininos; a necessidade de autoafirmação do poder patriarcal; e o desejo de manutenção do sistema hierárquico vigente na sociedade do final do século XIX. Nota-se que processo de racialização passa a criar suas bases no estigma na cor da pele, ligando pessoas negras a escravidão e limitando os usos das liberdades. Para a elite brasileira dos idos do século XIX, o homem branco e abastado economicamente possuía mais honra e capacidade para a criação de crianças negras sem vínculos fraternais consigo, mesmo que seus interesses perpassassem somente a utilização de sua força de

trabalho e da legitimação de seu poder patriarcal.

Referências

Fontes

BRASIL. **Lei nº 2040**. 28 de setembro de 1871. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm . Acesso em: 03/08/2020.

DESTERRO. **A Regeneração**. 22 de outubro 1871. p.3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&pesq=Lei%202040&pasta=ano%20187&pagfis=1158> . Acesso em: 01 de setembro de 2020.

DESTERRO. **O Despertador**. 11 de julho de 1871. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&pagfis=3394>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

DESTERRO. **O Despertador**. 12 de maio de 1871. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&pagfis=3326> . Acesso em: 01 de setembro de 2020.

DESTERRO. **O Despertador**. 20 de dezembro de 1880. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 01 de setembro de 2020.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Bibliografia

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: o historiador**. Rio de Janeiro: Companhias das Letras, 2001.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

LAFUENTE, Alejandro de; ANDREWS, George Reid (org.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abamo, 2001.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?*

In. **Tradicón, Revuelta y Conciencia de Clase**. Barcelona: Crítica. 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZERO, Arethusa. **O preço da liberdade**: caminhos da infância tutelada – Rio Claro (1871-1888). 2004. 148f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

URRUZOLA, Patricia. **Mães e filhos tutelados**: família, trabalho e liberdade no Pós-Abolição (Vassouras e Rio de Janeiro, 1880-1900). 2019. 279f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Agradecimentos

Agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e ao Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida para o desenvolvimento da pesquisa pelo Edital nº05/2019.

A defesa do território brasileiro: a proteção das fronteiras pelos governos colonial e imperial

Leonardo Dlugokenski

Doutorando em História pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo sob orientação do professor
Marcos H. Bolsista da FUPF - Email: leoled@gmail.com

Resumo

O Brasil desde sua origem colonial sempre foi visado por potências estrangeiras objetivando o domínio de seu território e a extração de suas riquezas naturais, por isso num primeiro momento a metrópole portuguesa (a descobridora do Brasil e por isso possuidora dessas terras) ergueu fortificações litorâneas tendo em vista a possibilidade de invasões por além mar. No período imperial com a expansão territorial das ex-colônias espanholas, agora independentes, foi necessário o agrupamento de militares em regiões estratégicas, surgiram a partir desse momento as Colônias Militares, que eram pequenos povoados compostos em sua maioria por combatentes do exército brasileiro que além da proteção do território proporcionaram a exploração das riquezas em meio as matas como também a colonização efetiva dos interiores tupiniquins.

Palavras chave: Fortes, colônia, fronteiras.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal clarear a política brasileira de proteção as fronteiras desde o período em que foi colônia de Portugal passando pela luz da sua independência e de sua primeira constituição outorgada a no ano de 1824 pelo Imperador Dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, ou Dom Pedro I, como também pelas políticas de defesa das fronteiras secas empreendidas já pelo seu sucessor Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga – Dom Pedro II. Tem-se como objetivos específicos demonstrar a relação entre as políticas de defesa brasileiras e

a colonização de regiões tanto litorâneas como nos interiors, como eram organizadas arquitetonicamente e socialmente essas formas de defesa, a importância que elas gozavam dentro da administração imperial como também a efetividade desses intentos.

O método utilizado foi o indutivo, visando encontrar respostas aos problemas apresentados através levantamento de fontes documentais e bibliográficas.

A militarização das fronteiras brasileiras no período colonial: os fortes como forma de inibir avanços de outras potências européias

O Brasil em seu passado colonial foi alvo de diversas tentativas de invasão visando desde a mera possibilidade de negociar livremente a extração de madeira com os silvícolas passando pela possibilidade de monopólio da compra e comercialização do açúcar tupiniquim até pela colonização de fato. França e Holanda foram os principais rivais de Portugal visando a ocupação e exploração desse território o que levou o governo lusitano a construir fortificações de defesa nos litorais, os fortes. Essas construções militares foram seguidas por ocupação territorial extensiva que serviram como forma de garantir a posse da região e sua inviolabilidade:

Entre os fortes e fortalezas construídos no Brasil para garantir a inviolabilidade pelo mar e pela terra, podem ser citados: os fortes de São José da Barra, em Manaus e São José do Marabitanas, no Amazonas; fortalezas do Obidos e de Santo Antonio do Macapá, no Pará; as fortalezas de São Sebastião em Alcântara e de São Luiz, esta construída em 1612 no Maranhão. A fortaleza de Santa Catarina do Cabedello, na Paraíba cujos registros datam de 1585. A fortaleza de Reis Magos, no Rio Grande do Norte ... (BARROS, 1986, p.21)

A militarização se iniciou pelas zonas litorâneas devido a possibilidade invasões estrangeiras por vias ultramarinas e se espalhou para as costas dos grandes rios dando início a povoados, em sua primazia por estrangeiros trazidos para defender as fortificações. Segundo Custódio (2011) as fortificações eram arquitetonicamente projetadas ao estilo europeu com influência árabe, dado que Portugal no século XIII foi em grande parte ocupada por estes povos que deixaram além da miscigenação entre seus povos e os europeus também uma mistura cultural com influências arquitetônicas principalmente em construções que visassem algum tipo de defesa do território.

Os portugueses quando começaram a construção de fortalezas para a defesa de pontos estratégicos poderiam ser ocupados por outras potências europeias que foram excluídas do tratado de Tordesilhas (1494)⁸² na nova colônia não empreenderam em uma situação inédita mas, sim, utilizaram séculos de experiência na defesa de territórios internacionais que estavam dispersos desde as ilhas no oceano atlântico até a costa da África. (CRUXEM)

Segundo Tirapelli (2006) O maneirismo rococó predominou como forma arquitetônica dos fortes construídos ao início da colonização como também nas construções militares dos século XVI devido esta ser a escola predominante na Europa influenciando principalmente na construção de catedrais e palácios das nobrezas do velho continente.

Em 1750, segundo Barros (1986) já era possível traçar as fronteiras do Brasil, logo, preocupado com as fronteiras secas, o governo colonial mandou instalar colônias militares nessas regiões para inibir as invasões estrangeiras. Infelizmente com a retirada dos contingentes militares as antigas colônias pereciam e eram desativadas.

As tentativas de invasão ao Brasil colonial e posteriormente imperial por potências estrangeiras avessas ao domínio de Portugal e a independência

No Brasil pré-colonial (1500 – 1530) a colônia brasileira estava sob a responsabilidade do nobre português Fernão de Noronha que através de pacto com a coroa lusitana possuía o direito de explorar as riquezas naturais desta localidade desde que enviasse valores a coroa em forma de tributos, nesse primeiro momento o litoral brasileiro recebeu uma invasão de caravelas francesas que vislumbravam também tirar proveito do novo mundo e foram combatidas por tropas mercenárias contratadas por Noronha.

Durante a união ibérica (1580 – 1640) o Brasil viu-se novamente invadido, agora por holandeses que descontentes com a proibição do comércio com os engenhos de açúcar do litoral

⁸² O Tratado de Tordesilhas, assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa

nordeste o invadiram instaurando um governo geral atrelado a metrópole até que tropas luso-espanholas os expulsassem após diversas batalhas.

Em 1822 foi à vez de a própria metrópole portuguesa intentar a invasão por meio de Santos e do Rio de Janeiro visando transladar o jovem infante D. Pedro I (1798 – 1834) para a Europa e recolonizar o Brasil que se autovinculava desde 1808⁸³. Tal tentativa culminou com a independência do Brasil em sete de setembro de 1822.

No Brasil imperial (1822 – 1889) as principais preocupações deram-se com os novos países formados pela descolonização espanhola, principalmente na fronteira sul do império que não estava claramente definida, não era militarizada e obviamente muito menos defendida. Em 1831 criou-se a guarda nacional visando a utilização de pátrios na defesa dos interesses do império brasileiro e na diminuição de gastos com a contratação de tropas mercenárias porém as tensões mantiveram-se altas principalmente com os argentinos até a resolução da questão do contestado arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos da América Grover Cleveland (1837 – 1908).

Fernando de Noronha, tropas lusitanas e a resistência frente às tentativas de invasão dos franceses à colônia

A França foi o primeiro país a contestar o tratado de Tordesilhas (1494)⁸⁴ firmado entre Espanha e Portugal dado que esta após o descobrimento do novo mundo possuía mercadores que circundavam os novos continentes negociando com os silvícolas locais especiarias que poderiam ser revendidas na Europa por um bom valor mercantil movimentando a economia daquela localidade. (ELMALAN, 2008)

Fernando de Noronha, que recebeu a autorização da monarquia portuguesa presidida por Dom

⁸³ Frente a anexação do território ibérico pelo francês Napoleão Bonaparte (1769 – 1821) a corte portuguesa fixou seu reinado na colônia brasileira, abrindo seus portos para os países amigos e investindo na urbanização do que seria o novo lar da realeza, logo, a ex-colônia foi alçada a metrópole e mesmo com o retorno de D. João VI a Portugal esta não perdeu o seu status quo, o que foi motivo da pressão das cortes portuguesas pela recolonização.

⁸⁴ O tratado de Tordesilhas foi um pacto assinado entre os reis de Espanha e Portugal dividindo o novo mundo descoberto por Pedro Álvares Cabral (1467 – 1520) e nomeado por Américo Vespúcio (1454 – 1512) entre essas duas potências sem consultar os demais países.

Manuel I (1469–1521) para explorar as terras brasileiras em troca do pagamento de alguns impostos e com a obrigação de protegê-las de possíveis incursões de países estrangeiros, o que o fez contratando algumas vezes navios mercenários que trabalharam principalmente na expulsão de caravelas francesas que atracavam recorrentemente onde hoje é a Bahia visando negociar com os aborígenes e fazendo concorrência futura com os produtos comercializados por Noronha na Europa.

Após o período da chegada dos primeiros colonos portugueses ao Brasil, 1530 visando ocupar efetivamente estas terras uma inserção mais aguda dos franceses aconteceu entre 1554 e 1555 quando estes ocuparam primeiramente o Rio de Janeiro sem precisar travar conflitos se instalando na Ilha de Serigipe na baía de Guanabara.

Após a ocupação o general Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571) organizou a construção do forte Coligny, visando a defesa do território agora batizado de França Atarctica que possuía uma fauna e uma flora diversificada e muitos produtos exóticos que poderiam ser explorados e comercializados na Europa. (MARIZ; PROVENÇAL. 2015)

Em 1567, o governador geral do Brasil Mem de Sá (1500 – 1572) enviou tropas visando a expulsão dos franceses, Villegagnon antevendo a impossibilidade de manutenção do território devido a quantidade e organização das tropas lusas fugiu antes de ser capturado para a França e suas tropas foram derrotadas proporcionando o retorno do território para a coroa portuguesa, porém em 1612 há uma nova tentativa de invasão ao território brasileiro agora pelo litoral nordeste, principalmente ao Maranhão onde foi fundada a França Equinocial.

Diversos combates aconteceram com as tropas lusas que conseguiram expulsar efetivamente os franceses no ano de 1615, que afugentados rumaram para direção das guianas onde mais tarde formariam a Guiana Francesa. (MAESTRI, 2007)

A União Ibérica como motivadora para a invasão dos holandeses a região nordeste do Brasil colonial.

Para Fausto (1996) a partir da União Ibérica (1580 – 1640)⁸⁵ caracterizada pela ascensão de Filipe da Espanha ao trono de Portugal, a colônia do Brasil passou pelo momento mais delicado de sua história colonial dado que foram declarados inimigos todos os desafetos espanhóis o que incluía a Inglaterra e a Holanda, logo, os holandeses e britânicos foram proibidos de aportar no Brasil e muito menos comercializar com os mercadores lusos pela ordenação.

Entre 1624 e 1637 os holandeses revidaram as ordenações de Filipe II e conquistaram o litoral do Brasil começando por Salvador (1624 – 1625), Olinda e Recife (1630) e Pernambuco em 1632 visando obter posse portuária do litoral e maior poder de barganha e principalmente retomada do comércio com os engenhos açucareiros. (Mello, 2009)

Na primeira invasão as tropas mercenárias holandesas foram recebidas pelos canhões do forte Santo Antônio, porém penetraram ligeiramente na costa brasileira e tomaram o poder daquele pedaço de chão driblando a resistência dos poucos soldados portugueses /espanhóis desorientados e de parte da população local, porém estes contaram com a colaboração de alguns cidadãos que viam na retomada do comércio com os invasores um alento ao domínio despótico filipino, ou seja, a própria resistência estava dividida segundo Behrens (2004).

As outras invasões seguiram o mesmo modelo e sua cronologia foram segundo Freyre (1675) : Salvador (1624-1625), Pernambuco (1630-1654), Olinda e Recife (1631), Ilha de Itamaracá (1633), Paraíba (1635), Alagoas (1636), conquista da costa africana pelos holandeses (1638) , Luanda, Sergipe e Maranhão (1642-1643), ilha de Itaparica (1645). A restauração dos territórios a Portugal ganhou força em 1645.

Com chegada do Conde João Maurício de Nassau (1604 – 1679) em 1637 o litoral brasileiro

⁸⁵ A desaparecimento do jovem rei de Portugal D. Sebastião de Avis em luta contra os mouros sem deixar herdeiros para a coroa em 1578 forçou que o trono lusitano fosse entregue ao tio, o Cardeal D. Henrique que teve curto reinado de dois anos dado a sua idade avançada, falecendo também sem deixar herdeiros, o que colocou na linha sucessória direta o rei da Espanha D. Filipe II, neto do antigo rei português D. Manuel que fez valer seu direito e assumiu o trono de Portugal, unindo os dois estados.

mencionado acima foi alçado a Nova Holanda e Natal foi denominada de Nava Amsterdã, inclusive a Companhia das Índias Holandesas fundada em 1620 criou um modelo de ordenação jurídica chamada capitulações objetivando dar segurança aos colonos portugueses frente ao novo governo colonial como também iniciou um processo de crédito via Companhia das Índias visando capitalizar os produtores para abastecer a metrópole. (Barléo, 2005).

A resistência popular, alguns percalços internos como o não retorno financeiro esperado partindo do monopólio dos engenhos e os constantes ataques de tropas lusitanas e de rebeldes das províncias anexadas fizeram com que os holandeses fossem expulsos totalmente do litoral brasileiro em 1654.

A chegada da família real, a independência do Brasil em 1822 e a ampliação da política de defesa territorial a partir da implantação das colônias militares

A chegada da família real portuguesa na colônia do Brasil, em fuga das tropas napoleônicas composta principalmente pela Rainha D. Maria I, o príncipe regente D. João VI, a princesa Carlota Joaquina e seus filhos D. Pedro e D. Miguel foi o começo da independência do Brasil que aconteceria mais tarde no não tão longínquo dia sete de setembro de 1822. (MONTEIRO, 1996).

A transferência do poder português para terras tupiniquins e principalmente a assinatura de tratados comerciais com a Inglaterra, como também a liberação da indústria manufatureira por D. João VI, deram a base necessária para que o Brasil pudesse crescer e ser vislumbrado por missões internacionais, principalmente francesas, como também crescer economicamente. (CARDOSO, 1996)

Porém, o Brasil que cresceu e se desenvolveu com a chegada da família real em 1808 tinha seu epicentro no Rio de Janeiro que de vila transformou-se em cidade com o refinamento dos traços europeus e que contrastava com o restante do vasto território, ainda escassamente habitado e de população ignorante, com fronteiras mal resolvidas. (GOMES, 2010)

Esse panorama fica claro a partir dos dados levantados por Cardoso (1996)

O Brasil às vésperas de se separar de Portugal, continuava sendo, apesar de tudo, estruturalmente uma sociedade colonial. Em 1818, de seus 3.817.900 habitantes,

1.887.900 eram livres (sendo 1.043.000 brancos, 585.500 negros e mestiços e 259.400 índios e 1930.000 escravos). Tanto as taxas de fecundidade como as de mortalidade eram muito altas. (CARDOSO, 1996, p.120).

Com a retomada de Portugal frente a Napoleão, D. João VI, já rei retorna a Portugal e 1821, deixando o controle do Brasil na mão de seu filho mais velho Pedro I, que tomou posse em 22 de abril de 1821, que acabou assumindo uma localidade dividida com desejos opostos entre a independência e a recolonização. (FAUSTO, 1996)

Ao retornar a Portugal D. João VI teve que lidar com um novo quadro, já não possuía mais o poder absoluto e a revolução do Porto⁸⁶ proporcionou que seu domínio fosse limitado, o que gerou certa animosidade entre o rei e as cortes constituintes, logo, o monarca já não possuía autonomia sobre as decisões estatais, o que poderia impactar diretamente no vice-reino do Brasil. (BITTENCOURT, 2006).

É importante ressaltar que no Brasil, D. Pedro I continuou governando sob as leis de Portugal que eram compostas pelas ordenações afonsinas (1466), ordenações manuelinas (1521) e ordenações filipinas de 1603, como também pelas leis promulgadas por D. João VI a partir de 1808 até 1821. (DEMO, 2004)⁸⁷.

Pedro, visando tornar-se mais popular utilizava-se de audiências com a população para demonstrar seus atos ao povo e principalmente para explicitar a sua ligação umbilical com o Brasil. (BITTENCOURT, 2016).

Os representantes brasileiros que foram a Portugal assustaram-se com as orientações das cortes visando a recolonização do Brasil, principalmente utilizando como artifício o retorno do príncipe D. Pedro para Portugal, notícia essa enviada para o Brasil gerando revolta do povo e uma tomada de decisão importante pelo jovem Pedro I (GOMES, 2010).

⁸⁶ A revolução do Porto iniciou-se em 1820 e exigia a volta do rei a Portugal e a formação de uma Assembleia Constituinte para fundamentar a administração do novo governo pós-restauração. Também propunham subordinação da Coroa ao Legislativo, criando uma espécie de Monarquia Constitucional. Além disso, intentaram empreender a recolonização do Brasil e restaurar sua antiga condição de colônia portuguesa.

⁸⁷ As ordenações foram às leis portuguesas nos tempos da monarquia, sendo que as que mais afetaram a colônia do Brasil foram as ordenações Filipinas.

No Rio de Janeiro, o centro da conspiração era uma modesta cela no Convento de Santo Antônio, situado no Largo da Carioca. Seu ocupante, frei Francisco Sampaio, era ligado a maçonaria e foi o autor da representação que, em nome dos habitantes da cidade, seria entregue ao príncipe pedindo que ficasse no Brasil. Ao todo o abaixo assinado tinha 8.000 assinaturas – número espantoso para uma cidade de apenas 120.000 habitantes. A data escolhida, 9 de janeiro de 1822, passaria para história como dia do “Fico”. Ao receber o documento das mãos do presidente do senado da Câmara, José Clemente Pereira, D. Pedro anunciou a decisão de permanecer no Brasil, contrariando as ordens das cortes (GOMES, 2010, p.92).

Esse ato inicia a ruptura do príncipe com Portugal, amparado por José Bonifácio e sua esposa a princesa Leopoldina de Habsburgo meses depois decidiria pela total independência do Brasil frente a Portugal. (MONTEIRO, 1996).

O Grito do Ipiranga e a Independência do Brasil: a constituição de 1824 como forma de manutenção da soberania nacional e a ampliação da política de defesa territorial a partir da colonização por estrangeiros civis e militares nacionais

No dia sete de setembro de 1822, D. Pedro I em viagem a São Paulo recebeu um telegrama de sua esposa, a princesa Leopoldina informando sobre os interesses de recolonização do Brasil por Portugal, e as margens do Ipiranga retira os laços portugueses presos em seus chapéus, como gesto de desvencilho e proclama a independência do Brasil frente ao seu algoz colonizador. (SANTOS, 2014).

Após o grito da independência e sua proclamação de fato, D. Pedro I, imperador do Brasil necessitava demonstrar as cortes europeias e aos novos países americanos sua independência, por isso era necessária a confecção de Constituição, lei máxima de um país livre. (MARINHO, 1869)

No dia três de junho de 1822, D. Pedro I convocou a primeira assembleia constitucional, com representantes da maioria das províncias brasileiras, objetivando a organização da primeira constituição nacional, porém esta assembleia possuía objetivos liberais, inclusive em muitos momentos transpareceu ser anti monárquica como no caso da possibilidade da assembleia confeccionar decretos sem a necessidade da sanção do imperador proposta no dia 12 de junho de 1823. (ALMEIDA, 1972)

No período do I Reinado foi adotada a estratégia da colonização das terras do interior visando a tomada efetiva do território, logo o governo proporcionou a chegada de colonos em sua maioria de origem germânica para ocupar as terras brasileiras, para tanto na região sul do Brasil foram fundadas cinco colônias entre 1825 e 1829, foram elas: São Leopoldo, São Luís, São Pedro de Alcântara das Torres e a colônia de Rio Negro estas todas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul e São Pedro de Alcântara na província de Santa Catarina.

Porém essa política gerou gastos acima do previsto com o recrutamento de colonos e principalmente de mercenários para salvaguardar essas regiões: “... o governo imperial teria gasto no mínimo 1,000:000\$000 no recrutamento de colonos e mercenários e no estabelecimento de colônias entre 1823 e 1830” (BROWNE, p.28)

Em 1850, segundo Mello (1969) veio ato do governo brasileiro para a criação de fato das colônias militares veio com a lei nº 555, de 15 de junho, lei orçamentária do Império para o exercício 1850 – 1851 que no artigo quinze, item cinco dizia que para “estabelecer, onde convier, presídios e colônias militares, dando-lhes a mais adequada organização” (Mello, 1969, p. 71).

As colônias militares: urbanização e formação de vilas

As colônias militares foram uma estratégia do governo Imperial do Brasil objetivando a ocupação dos interiores da nação proporcionando além da defesa das fronteiras secas a formação de vilas agrícolas/camponesas. (ARAÚJO, 2013). Segundo o ministro da guerra Jeronymo Coelho (1859) as colônias militares deveriam ser fundadas em regiões remotas onde apenas homens com disciplina militar conseguiriam sobreviver visando levar a civilização ao sertão nacional.

As colônias militares visavam também proteger e expandir o comércio de itens advindos do litoral para os interiores do Brasil como afirmou Brüggemann (2013).

No despertar da década de 1850, o Governo Imperial, com o intuito de fortalecer a sua presença em todo o território brasileiro, criou um sistema de colônias militares que deveriam ser instaladas estrategicamente ao longo da fronteira ocidental brasileira, bem como nas principais rotas comerciais que permitiam o deslocamento de pessoas e de mercadorias entre o litoral e o interior do País. (BRUGGEMANN, 2013, p.35)

É importante ressaltar que esta política também era solicitada pelos presidentes das províncias uma vez que estes sugeriam territórios para a implantação deste modelo civilizatório como no caso de Pernambuco onde o ministro Honório Hermeto Carneiro Leão sugeriu a instalação das colônias naquela província. (OLIVEIRA, 2011)

Ademais a questão indígena igualmente proporcionou a necessidade da existência de tal política uma vez que para os gestores públicos possuir vastos espaços do território nacional ocupados exclusivamente por silvícolas era extremamente perigoso tanto quanto a questões estrangeiras (invasões) como um empecilho a ocupação por mão de obra camponesa que pudesse produzir riquezas segundo Tedesco e Vanin (2018).

A estrutura das Colônias Militares possuía um modelo urbanístico de vilas como no caso da Colônia Militar de Chapecó que tinha uma área média de dezesseis léguas quadradas com o abastecimento de meia légua para os lotes rústicos e urbanos que eram divididos entre habitações e roçado. Existiam habitações de madeira (média de trinta palmos de frente e vinte e cinco de fundo), dois depósitos, uma igreja (com paredes erigidas de pedra e argila), uma escola, um engenho de serrar tocado a água e a casa da diretoria (com onze metros de frente e onze metros de fundo). Um dado importante segundo o relatório apresentado a Assembleia Legislativa provincial do Paraná pelo presidente da província Dr. Brazílio Augusto Machado D' Oliveira no 15 de Setembro de 1884 é que as edificações não possuíam padrão devido a falta de conhecimento profundo por parte dos soldados da arte da carpintaria e da alvenaria. (BRAZIL, 1884)

O mesmo relatório descreveu a Colônia Militar de Chopin que estava encrustada na bacia do rio Iguassú entre seus tributários Chopinzinho e Doria. Possuía casas feitas de pinho divididas entre habitações de colonos e particulares, uma capela, dois comércios e dois monjolos movidos por animais que objetivavam a produção de farinha de milho, neste relatório falaram-se de ruas e praças projetadas, porém há ausência de escola, depósitos e da casa da diretoria.

No caso da Colônia Militar de Foz do Iguassú organizado pelo diretor Joaquim de Sales Torres Homem no mês de dezembro de 1897 surge a reclamação devido a existência de barracões de madeira para a secretaria, quartel e casa do diretor, apenas uma serraria e uma olaria abandonada, não há relatos sobre escola e capela. (BRAZIL, 1897)

O que ficou claro é que estruturalmente os galpões e a casa da administração eram comuns, assim como a serraria movida a água, logo, conforme o território surgem construções diferentes visando a vida prática do local e ligadas principalmente ao planejamento do administrador visando seu objetivo estatal desvincilhando – se de qualquer ideia da existência de um padrão comum advindo do governo imperial e dos seus ministérios quanto as construções ou urbanização.

A Questão de Fronteiras entre Brasil e Argentina: a querela do Tratado de Madri e Santo Ildelfonso que levou a implantação das colonias militares de chapecó e chopin.

Durante a disputa colonial pelas terras da América do sul em 1759, no tratado de Madri, onde portugueses e espanhóis determinaram os limites das suas terras, a região de onde hoje é o oeste catarinense consta no artigo V do presente tratado:

Subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio Peipiri ou Pequiri, que deságua na margem ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Pepiri acima, até a sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu. Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri, e depois pelo do Iguaçu, ou rio Grande de Curitiba, continuará a raia até onde o mesmo Iguaçu desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima; até onde se lhe ajunta o rio Iguereí pela sua margem ocidental. (SOUZA, p.5 e 6, 1939).

Estes limites citados acima foram ratificados pelo tratado de Santo Ildelfonso de 1777, porém em 1788, os espanhóis realizaram uma nova exploração e batizaram os atuais rios Chapecó e Chopin de Peperiguaçu e Santo Antônio em um novo documento segundo Werlang (2005).

Após a independência da Argentina, o ministro do exterior Bernardo de Irigoyen, insistiu que a demarcação correta e válida do tratado de Santo Ildelfonso era a de 1788 e não a de 1777, visando tomar posse das terras que hoje correspondem ao oeste catarinense.

Com a proclamação da república em 1889, o Brasil almejou resolver rapidamente todas as suas questões de fronteira e segundo Werlang, p. 21, em 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca aceitou dividir o território em questão com a Argentina e um acordo foi selado em Montevideu em 25 de janeiro de 1890, porém o congresso brasileiro rejeitou esse acordo.

Empenhado em manter o território sob limites nacionais, o então presidente Marechal Deodoro da Fonseca nomeou o Barão do Rio Branco como representante brasileiro na resolução da questão, o que aconteceu rapidamente.

O Barão do Rio Branco não só apoiou-se no princípio de “uti possidetis”, como também foi buscar, na história e na geografia da Europa, documentos que até então não haviam sido apresentados por nenhuma das partes litigantes. Entre esses documentos, a reprodução de um mapa manuscrito de 1749, denominado de Mapa das Cortes, que estava guardado no depósito geográfico do Ministério de Negócios Estrangeiros da França, além de um mapa confeccionado pelos jesuítas em 1722, onde aparecia o rio Peperi-guaçu com o nome de Pequiri e também documentos do período colonial e da monarquia. Esses documentos foram a essência da defesa brasileira. (FERRARI, 2005, p. 4.965)

Logo, essa questão foi para a corte internacional, cujo árbitro foi o presidente da República dos Estados Unidos da América Grover Cleveland. Em 5 de fevereiro de 1895, este, deu ganho de causa ao Brasil, declarando que toda a parte do Território de Palmas ou Misiones, situado entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio, pertencia ao Brasil. Cleveland assim se manifestou: “Agora, portanto, saibam quantos estes vierem que havendo eu, Grover Cleveland, as funções de árbitro nesta causa (...) dou aqui a seguinte decisão e laudo: Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Peperi (também chamado de Peperi Guaçú por estar abaixo do rio maior o Iguaçu) e Santo Antonio, a saber os rios que o Brasil designou na exposição e documentos que me foram submetidos como constituindo o limite acima, denominado sistema ocidental (...)” (Cleveland apud Pereira, 1946:197).

Com essa decisão o território dos Campos de Palmas tornaram-se juridicamente brasileiros.

No ano de 1856, o então presidente da província do Paraná João de Almeida Pereira Filho, pelo decreto nº 2.502, de 06 de Novembro de 1859 cria as colônias militares de Chapecó e Chopin (CIMI, 1984; PIAZZA, 1982). No primeiro momento este decreto não passou de mais um ato de gabinete, pois somente em 1880, o capitão do exército brasileiro José Bernardino Bormann foi encarregado da instalação da Colônia Militar de Chapecó que aconteceu em 1882.

Somente por portaria de 16 de outubro de 1880, era o capitão José Bernardino

Bormann encarregado de fundar a Colônia Militar do Chapecó (Bormanngrafava *Xapecó*) [...] Incumbido, pois, de fundar uma colônia militar escolheu, para sua instalação, a colina, que margeia o rio Xanxerê, e, a frente de sua colônia, salvo pequenas interrupções, esteve desde sua fundação em 14 de março de 1882, até 16 de julho de 1896, quando foi exonerado (PIAZZA, 1982, p.218).

A chegada de Bormann foi importante, pois este, devido ser um militar de carreira, chegou com o objetivo de aglutinar as populações em uma mesma sede, assim, após escolher a localidade onde ficaria a colônia mapeou e recolocou os camponeses para residirem junto à colônia militar.

Bormann, também foi instruído a demarcar as terras e dar título de posse aos moradores que ali residissem há um ano segundo o decreto do presidente da província do Paraná de 16 de Novembro de 1859 objetivando comprovar perante a corte internacional que ali residiam brasileiros natos, constituindo assim, como território nacional, isso proporcionou que a Colônia Militar de Chapecó fosse a primeira a possuir apenas moradores locais, sem o acréscimo de imigrantes.

Segundo Piazza (1982), a colônia iniciou sua existência em 1882 com 40 famílias, e uma serraria construída por Bormann, em 1891 já contava com 881 habitantes, e além da serraria possuía escola regular, escola de música e uma igreja.

A Colônia Militar de Chopin foi fundada pelo Coronel Francisco Clemente de Santiago Dantas em 27 de dezembro de 1882. Os trabalhos, no entanto, iniciaram em novembro de 1881, com a chegada dos militares e colonos, que imediatamente iniciaram a abertura da mata, construção das casas e exploração dos arredores como o Rio Dório, assim como a abertura de estradas como a que havia para o Distrito de Mangueirinha.

Conclusão

O presente artigo nos leva a compreender como que as preocupações com a defesa do território brasileiro tanto do governo colonial como do governo imperial frente à possibilidade iminente de invasões e tentativas efetivas como a dos holandeses no nordeste possibilitaram a ocupação do vasto território nacional e a formação tanto de vilas como de cidades.

A organização das fortificações e das colônias militares que levavam um contingente

grandioso de soldados possibilitou que regiões fossem desbravadas para que posteriormente colonos as ocupassem e ali reproduzissem sua existência e também gerassem riquezas proporcionando que as fronteiras estatais fossem consolidadas a partir das vilas que viriam a surgir.

A organização das colônias militares que incluía além das casas dos soldados e paiol também tinha igreja, serraria e escola que eram disponibilizados para a população que vinha a se agregar a colônia proporcionando um futuro mais frutífero para os novos colonos.

Finalizando além do surgimento das vilas os Fortes e as Colônias Militares permitiram que o Brasil nunca perdesse nenhum pedaço de terra para potências estrangeiras possibilitando inclusive o aumento territorial.

Referências

ALMEIDA, Nelson Abel de. **Da assembleia constituinte a carta outorgada em 1824**. Espírito Santo, 1972

BITENCOURT, Vera Lúcia Nagib. De Alteza real à Imperador: O governo do Príncipe D. Pedro de abril de 1821 à outubro de 1822. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PPGHS. Universidade de São Paulo. 2006.

BRÜGGEMANN, Adelson André A sentinela isolada : O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883) / Adelson André Brüggemann ; orientador, Paulo Pinheiro Machado - Florianópolis, SC, 2013

COSTA, Arthur Ferreira da. *O oeste catarinense*. Rio de Janeiro: Vilas Boas, 1929.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: CEOM (Org). *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*: Chapecó: UNOESC, 1995 p. 141 – 221

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora UNICAMP, 1989.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FOX, Veronic Del Pilar Proeño de. **MACIEL**, Betânia. **MENDES**, Decilene. **QUEIROZ**, Eliana.

SILVA, Jademilson. WILLIE, Leonardo. Do Jeca tatu ao Zé Brasil: estudo comparativo com fases da Folkcomunicação. In: XII CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO, 8, 2009, Taubaté, *Anais...*p.01 – 15.

PARANÁ, Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Paraná, Corytba, 1884.

PAUSINI. Adel dos Santos Canguero Romanov. De Estado Civil. As relações matrimoniais da casa imperial do Brasil. São Paulo, Dissertação de Mestrado. PEPG em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.

Sousa, Octávio Tarquínio, Coleção documentos brasileiros, vol. 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939

SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Coleção das Leis do Brazil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

STOKMANN, Jaime. *Os Kaingang no Paraná: História e Historiografia*. São Paulo: UNESP, 2001.

Agricultura Camponesa e Familiar para o Enfrentamento as Desigualdades Sociais

Raquel Forchesatto

Mestra em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)

raquel_f@unochapeco.edu.br

Resumo

Vivenciamos um momento de grande preocupação em escala mundial e que ficará marcado por sua complexidade. Nesse sentido, podemos perceber que para além de um problema relacionado a saúde, pois cotidianamente estamos expostos ao Covid-19, outras fragilidades passaram a ser publicizadas com maior nitidez. Nesse sentido, podemos nos referir as desigualdades sociais, de acesso à terra, acesso aos alimentos e a diversas possibilidades que visam garantir uma vida digna a população brasileira, mas que historicamente tem sido negada. Mais do que nunca podemos compreender a necessidade de se ter um Estado forte e que garanta, acima de tudo, a vida aos seus cidadãos. Estas reflexões tem como base pesquisa realizada no ano de 2018, com o seguinte objetivo geral: analisar a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica. O referencial teórico-metodológico utilizado neste estudo foi a História Vista de Baixo, corrente teórica oriunda da nova historiografia social inglesa e que busca interpretar a história a partir da caracterização de acontecimentos relacionados às pessoas comuns. As principais referências utilizadas para compreendermos este estudo, podem ser descritas como: Siliprandi (2015) e Hadich; De Bastiani, (2017), que dialogam acerca do trabalho das mulheres do campo a partir de um viés agroecológico. Sobre as feiras e cadeias curtas de comercialização de alimentos agroecológicos, utilizaremos Scarabelot; Scheneider (2012) e Machado; Machado Filho, (2014). No que tange as desigualdades sociais e a importância das políticas sociais para o enfrentamento a fome, Pastorini (2007) e Pereira (2011). Ao desenvolver esta pesquisa e relacionar ao que vivemos na atualidade no Brasil, compreendemos como um dos resultados a importância histórica do trabalho desenvolvido no campo pela agricultura camponesa e familiar, em especial pelas mulheres. Desse modo, indicamos que uma estratégia potente para o enfrentamento as desigualdades sociais e à fome, é o fortalecimento dos investimentos na agricultura camponesa e familiar. Esta agricultura busca utilizar a agroecologia como modo de produção e se apresenta como um modelo em contraposição ao agronegócio. Para isso, necessitamos de um Estado que direcione seus investimentos para este público e que fortaleça novas cadeias curtas de comercialização de alimentos. Assim, é possível perceber a importância histórica da agricultura camponesa e familiar para o enfrentamento as desigualdades sociais e a fome, levando em consideração os inúmeros contextos de crise vivenciados na realidade brasileira.

Palavras-chave: Agricultura camponesa e familiar; Agroecologia; Cadeias curtas de comercialização de alimentos; Mulheres.

Introdução/Justificativa

Vivenciamos um momento de grande preocupação em escala mundial e que ficará marcado por sua complexidade. Nesse sentido, podemos perceber que para além de um problema relacionado a saúde, pois cotidianamente estamos expostos ao Covid-19, outras fragilidades passaram a ser publicizadas com maior nitidez. Nesse sentido, podemos nos referir as desigualdades sociais, de acesso à terra, acesso aos alimentos e a diversas possibilidades que visam garantir uma vida digna a população brasileira, mas que historicamente tem sido negada.

Visando contribuir com as reflexões acerca da atualidade, onde questionamos a forma como produzimos alimentos em nosso país e como é feita a distribuição dos mesmos, no ano de 2018, realizamos pesquisa que resultou em uma dissertação de mestrado para o Programa de Pós-graduação em História, da UFS. Neste estudo, optamos por pesquisar uma experiência histórica de produção e comercialização de alimentos desenvolvida no município de Passos Maia⁸⁸, localizado no meio oeste de Santa Catarina.

É nesse território, no Oeste de Santa Catarina, que encontramos as mulheres que relataram suas histórias e que foram base para a construção deste artigo. Com isso, podemos contextualizar que o surgimento do grupo de mulheres feirantes é um marco para a realidade dos assentamentos de Passos Maia. O grupo surgiu no ano de 2014, após muitos momentos de debates em cursos e formações promovidos por MST, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), universidades e outros movimentos sociais do campo. Assim, a partir desse processo de diálogo, surgiram as Feiras da Reforma Agrária em diversos municípios do estado de Santa Catarina.

A partir disso, dois projetos contribuíram para a organização dos trabalhos. Um deles é denominado “Kit Feira”, financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁸⁸Segundo os dados do IBGE (2019), o município possui um território de 617,092km² e sua população é estimada de 4.147.

(INCRA/SC), tendo sido disponibilizados materiais como balança, barracas, placas, entre outros, visando à profissionalização da comercialização. O outro projeto é o “Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina”, financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e que teve como foco realizar formações teóricas e práticas voltadas para a produção e comercialização de alimentos saudáveis.

Neste sentido, é possível perceber que o trabalho desenvolvido pelas mulheres feirantes do município de Passos Maia, vem ao encontro do que é proposto na organicidade do MST, tendo em vista suas pautas de luta direcionadas para a emancipação das mulheres, bem como ao desenvolvimento de uma nova forma de produzir através da agroecologia. Desse modo, “A Agroecologia é pauta do MST, em geral, e dos assentamentos do Oeste Catarinense, em específico, pois ela é entendida e posicionada como parte estratégica do desenvolvimento político e econômico, da família, da comunidade da organização.” (HADICH; DE BASTIANI, 2017, p. 142).

Contribuindo com este pensamento acerca do trabalho das mulheres feirantes a partir dos princípios agroecológicos, é fundamental grifar que a busca de diálogo dos conhecimentos acadêmicos, com os conhecimentos vistos como populares, são necessários para a construção de novas relações na realidade da ciência e da vida, de um modo geral. Assim,

A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de pesquisa, sistemas de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes. Ora essa dimensão institucional, apesar de crucial, ficou fora do radar epistemológico. Com isso, o conhecimento científico pode ocultar o contexto sócio-político da sua produção subjacente à universidade descontextualizada da sua pretensão de validade. (SANTOS, 2010, p. 17).

Para além de ser uma pesquisa acadêmica, com todo o rigor proposto pelas normas técnicas vigentes, o estudo utilizado para o desenvolvimento deste artigo buscou discorrer sobre uma realidade específica e se constituiu a partir dos saberes desenvolvidos nesse espaço. Seu propósito foi de tornar visíveis conhecimentos que por muito tempo foram excluídos da história. Todos os esforços depositados neste estudo vêm ao encontro de juntar o conhecimento científico com a história dos

comuns, aqueles que ao longo do tempo foram excluídos dos livros, mas também do acesso a esses livros, aos conhecimentos produzidos para determinados grupos sociais e que dificilmente estariam acessíveis à população em geral.

O que se propõe é que, ao se estudar a realidade das mulheres feirantes no município de Passos Maia, seja possível construir conhecimentos que possam contribuir para a produção e reprodução da vida nos assentamentos. Também para que os que estão dentro da universidade possam conhecer o que se vive e o que se sabe ou se constitui como saber nesses espaços, onde diariamente a vida acontece, mas não é relatada. Isso se apresenta como possível, pois “O reconhecimento da diversidade epistemológica tem hoje lugar, tanto no interior da ciência (a pluralidade interna da ciência), como na relação entre ciência e outros conhecimentos (a pluralidade externa da ciência).” (SANTOS, 2010, p. 19).

Assim, realizar a pesquisa que culminou na construção da dissertação, base para este artigo, foi fundamental para compreendermos a importância da produção da agricultura camponesa e familiar e que na atualidade se apresentam como estratégias para a produção de alimentos saudáveis para a população. Essa produção é essencial para o enfrentamento as desigualdades sociais, dentre elas a fome, mas é necessário, mais do que nunca, um Estado forte e que garanta e que garanta políticas sociais para as diversas áreas da sociedade, dentre elas a agricultura camponesa e familiar.

Objetivo

Visando estabelecer e delimitar o espaço e o tempo em que foi realizada a pesquisa, definimos como problemática a seguinte questão: qual a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica?

Contribuindo com este processo, num segundo momento, foram constituídas hipóteses de pesquisa, como ferramentas balizadoras para o desenvolvimento do estudo, sendo elas: existem diferentes concepções sobre as relações de gênero no interior do MST; A agroecologia se apresenta como um mecanismo de contraposição ao modelo hegemônico de produção, ou seja, ao agronegócio;

as mulheres, ao constituírem o grupo da Feira, visam angariar recursos financeiros, pois geram renda, bem como buscam um empoderamento dadas as desigualdades de gênero fortemente presentes nesta sociedade. De outra parte, contribuem para a constituição do arcabouço teórico do MST sobre a temática de gênero e agroecologia.

A partir deste processo, definimos os objetivos norteadores da pesquisa. Como objetivo geral, este: analisar a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica. No que tange aos objetivos específicos, apresentamos os seguintes: compreender a organização do território em que surgiu a Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC); perceber como ocorreu o surgimento da Feira da Reforma Agrária e quais os impactos, conflitos e tensões existentes, tendo em vista as relações estabelecidas pelas mulheres que participam do grupo; identificar as proximidades e as divergências entre as concepções sobre os temas relações de gênero, agroecologia e trabalho entre as mulheres que participam do grupo da Feira e nas esferas organizativas do MST.

Metodologia

Para analisarmos os elementos centrais da pesquisa, foi utilizado como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, que busca compreender elementos subjetivos da realidade pesquisada. Os conceitos-chave da pesquisa foram “relações de gênero”⁸⁹, “trabalho”⁹⁰ e

⁸⁹“Na sua utilização mais recente, o termo ‘gênero’ parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo ‘gênero’ enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre as mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo ‘gênero’ para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio e um estudo inteiramente separado.” (SCOTT, 1995, p. 72).

⁹⁰Sobre o trabalho, compreende-se que é “[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturnacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 2013, p. 188).

“agroecologia”⁹¹. No decorrer do texto da dissertação, em seus três capítulos, será apresentada mais detalhadamente a compreensão desses conceitos, e como podem contribuir para o diálogo proposto acerca das mulheres no MST.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada como abordagem teórico-metodológica a História Vista de Baixo, corrente teórica oriunda da nova historiografia social inglesa e que busca interpretar a história a partir da caracterização de acontecimentos relacionados às pessoas comuns, aos sujeitos que não constam como vencedores ao longo do tempo. Assim,

O princípio ontológico fundante na teoria thompsoniana assentava-se na razão do processo histórico, em outros termos, baseava-se na história real e concreta que é dinâmica, fluídica e impermanente. Isso significa que as metodologias históricas calçadas em modelos analíticos estáticos pouco ou nada contribuiriam para o avanço da pesquisa historiográfica (MELO JÚNIOR, 2014, p. 397).

Neste sentido, o grupo de mulheres estudadas é historicamente explorado pelas relações produtivas. Tornam-se atores sociais a partir da inserção no MST e na luta pela Terra, onde passam a reivindicar o acesso à terra, bem como a condições dignas de existência. Para compreender esse processo, utilizamos o conceito de experiência histórico de Edward Palmer Thompson. Para o autor, a experiência dos sujeitos que compõem determinado grupo ou sociedade, possui um papel fundamental na construção da história.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam

⁹¹“A Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência.” (CAPORAL, 2013, p. 280-281). Ainda, pode-se dizer que “[...] a agroecologia, como forma de agricultura e como a entendemos, retoma as concepções agronômicas de produção pré-revolução verde. Apropria-se dos imensos progressos da ciência e da tecnologia dos últimos 50 anos que se conformam em técnicas produtivas com a incorporação das questões sociais, políticas e étnicas, tendo sempre presente a escala. Esta a agricultura para os novos tempos, que dispõem de saberes, desde os ancestrais aos atuais, e está apta a pô-los em prática [...]” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 35). “Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição de tecnologia ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivos e criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica, política que a organizam e sustentam.” (SILIPRANDI, 2015, p. 82-83).

suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

A análise de Thompson se estrutura a partir das categorias “experiência”, “classe social”, “cultura” e “econômica moral”. A partir das experiências dos sujeitos e dos costumes transmitidos através das gerações é que se estabelecem as relações entre as classes sociais. Elementos relativos à cultura dos povos são fundamentais para essa compreensão. Ainda segundo o autor, a partir de seus estudos sobre os costumes no século XVIII na Inglaterra,

[...] as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. [...] Essa cultura transmite com vigor – e possivelmente também gera – desempenhos ritualísticos ou estilizados, na recreação ou em formas de protesto (THOMPSON, 1998, p. 18).

Assim, percebemos que o cotidiano das mulheres que compõem o MST é permeado sobretudo pelas formas de reprodução social e são carregadas de costumes passados pelas gerações anteriores. Pensar, por exemplo, a produção de subsistência desenvolvida nas propriedades, carregam em si muito dos conhecimentos oriundos de práticas vividas por suas mães e avós. Os conhecimentos sobre as plantas alimentícias e medicinais estão fortemente ligados ao processo de socialização destas mulheres, desde jovens, e as trocas realizadas entre elas e outras mulheres do grupo familiar.

No que se refere à pesquisa de campo, foi desenvolvida a partir da pesquisa documental e memória oral. Quanto à pesquisa documental, foi realizado levantamento de fontes primárias sobre a história do MST e o debate sobre gênero, trabalho e agroecologia, no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Arquivos da Secretaria do MST de Santa Catarina, *sites* governamentais e da sociedade civil. Também foram realizados levantamentos de dados sobre o histórico da Feira da Reforma Agrária, os projetos realizados e, a partir deles, os processos de formação das mulheres visando à melhoria do trabalho voltado para a Feira.

Visando contribuir com esta pesquisa, foi utilizada como metodologia a História Oral, que,

segundo Thompson (2002, p. 09), consiste na “[...] interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências.” É desse modo, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com as mulheres feirantes, que buscamos compreender o vivenciado por elas. Logo, os elementos presentes na história oral, através dos relatos dessas experiências vivenciadas pelas mulheres, foram relacionados com a bibliografia e fontes documentais, que dialogam sobre o tema. Cabe destacar que o projeto de pesquisa que culminou na dissertação, foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS). As entrevistas foram executadas após envio e aprovação na Plataforma Brasil, seguindo com rigor os procedimentos apresentados.

Assim, a partir da história oral, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 16 mulheres que integram o grupo da Feira da Reforma Agrária e 1 representantes do Setor Estadual de Mulheres e Saúde do MST. Para compreensão e análise dos dados, os principais autores utilizados foram Thompson (2002) e Amado (2006). As entrevistas foram realizadas a partir de elaboração de um roteiro semiestruturado, sendo aplicadas após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido gravadas e depois transcritas pela autora.

Resultados

A partir desse momento, buscaremos apresentar alguns resultados da pesquisa que contribuem para a nossa compreensão da importância da agricultura camponesa e familiar para o enfrentamento as desigualdades sociais. Com isso, abordaremos aspectos presentes na pesquisa intitulada de *“Feiras da Reforma Agrária: concepções sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica”* e que nortearão nossa compreensão.

Assim, iniciamos indicando que o território que compõe a fronteira sul do Brasil, bem como o atual recorte do oeste de Santa Catarina, “[...] é uma criação humana e por isso o seu conceito possui um caráter histórico.” (HEINSFELD, 2015, p. 30). Com o passar do tempo e a intervenção humana, essas fronteiras invisíveis foram criadas; esse processo ocorreu conforme os interesses e anseios dos sujeitos que ocupam o lado da história descrito como “vencedor”.

O recorte espacial delimitado para o presente estudo foi a região oeste do Estado de Santa Catarina, que atualmente faz divisa com o Paraná ao norte, Rio Grande de Sul ao sul e Argentina a oeste. Nesta região, as fronteiras que dividem os Estados e os Países se apresentam de forma nítida; atualmente são respeitadas pelos governos envolvidos, porém nem sempre os processos de formação dessas fronteiras foram harmônicos. Inúmeras vezes as negociações dessas disputas ocorriam em outros locais, sendo que os moradores que viviam na fronteira não participavam da tomada de decisão. Assim, para os que ali habitavam, a fronteira se apresentava de forma invisível. Nesse sentido, ainda segundo Heinsfeld (2015, p. 38-39),

historicamente, a fronteira sul do Brasil a fixação da sua linha divisória, com suas afirmações e oscilações, nas diferentes épocas, apesar das forças de pressão regionais, dependeram de decisões políticas tomadas nos centros de decisão do poder, inicialmente em Lisboa e Madrid e posteriormente no Rio de Janeiro, Buenos Aires e até em Washington.

No Brasil, uma das estratégias do Império foi a criação de colônias militares como instrumentos de defesa e ocupação dos territórios. Na região estudada, foram instaladas as colônias militares de Chapecó e Chopim, tendo como principal função a defesa do território e dos brasileiros que residiam no local.

Também, neste período, intensificaram-se as disputas pela ocupação desse território tanto pelo Brasil quanto pela Argentina. Após anos de divergências quanto aos limites de separação dos países, no final do século XIX, a disputa chegou ao fim: o Barão do Rio Branco realizou a defesa brasileira perante os tribunais e, após longas discussões sobre os limites da fronteira, garantiu-se parecer favorável ao Brasil.

Outro embate importante para essa compreensão é o da região contestada entre Paraná e Santa Catarina, que passou a ser intensificado após a decisão sobre os limites com a Argentina. No que se refere a essa disputa, muitos interesses estavam em jogo para que os governos buscassem garantir esse território; para além do uso da terra, a região era rica em fauna e flora – a erva-mate e as araucárias podem ser utilizadas como exemplo de elementos que interessavam aos dois estados no que tange a se apoderarem dessa região.

Naquele período, um dos principais acontecimentos foi a Guerra do Contestado, disputa que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916. Segundo Valentini (2016, p. 73): “[...] não há como negar que a questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná também serviu de fermento ao episódio bélico que ocorreu pouco antes do seu desfecho.” Outro elemento que pode ser citado como central para essa disputa foi a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, pela norte-americana *Brazil Raylway Company*.

Nesse sentido, ao se definir os limites entre o Estado de Santa Catarina e Paraná e com a chegada ao fim da Guerra do Contestado, e a morte de inúmeras pessoas que habitavam esse território, “[...] em 25 de agosto de 1917, o governo catarinense cria, através da lei 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba), e Chapecó, na área incorporada ao território catarinense.” (WERLANG, 2006, p. 28).

Desse modo, podemos afirmar que, ao longo da história e das disputadas da fronteira sul do Brasil e da região oeste de Santa Catarina, a terra se apresentou como o principal instrumento para os conflitos. Quem acessava a terra dominava as relações sociais na região. Assim, a partir da metade da década de 1980, as terras intocadas pela colonização passaram a ser ocupadas por família que se organizavam através do MST.

Atualmente, um dos principais movimentos sociais que buscam dialogar e lutar pela redistribuição da terra no Brasil é o MST. Surgiu como um movimento que buscava enfrentar o modelo de produção hegemônico em implantação no País. Sua história é composta por mais de três décadas de ações junto à classe trabalhadora, visando novas formas de produção e reprodução da vida no campo.

Assim, quando observamos a realidade do campo brasileiro, podemos visualizar a existência de dois modelos de produção que se encontram em constantes disputas. Esses processos de disputas se configuram de forma desigual, pois historicamente um dos modelos vem se consolidando como hegemônico, sendo detentor de recursos financeiros e incentivos por parte dos governos, que o elegeram como uma estratégia para o desenvolvimento econômico do País.

Dois projetos se confrontam no campo, disputando a hegemonia do território. De um lado estão os grandes empreendimentos do agronegócio, com os monocultivos e seus

megaprojetos de infraestrutura de estradas e ferrovias para escoar os produtos, financiados pelo Estado. Do outro lado estão os camponeses com pouca terra e escassos recursos para investir na produção, diversificação e melhoramento dos seus produtos. As empresas do agronegócio se apropriam das terras dos camponeses, desestruturando as comunidades e desorganizando a produção. Percebe-se que tal processo de conflito está centrado nas ações de expansão do capital na região, concentrando terra e explorando o trabalho camponês (SILVA, 2013, p. 14).

Na busca de refletir sobre a grande concentração de terras que se vivia no País, sobre as transformações do trabalho na área rural e as demais contradições vivenciadas nesse momento da história, iniciaram-se os debates acerca da Teologia da Libertação, a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 1975. As igrejas cristãs obtiveram grande influência para o surgimento dos movimentos sociais na região e no País de um modo geral.

É possível perceber, que a partir da criação da CPT na região os debates acerca do campesinato e os dilemas da vida rural passaram a ser compreendidos como pontos de pauta dos sindicatos, para além dos cuidados com saúde e assistência. Um dos principais elementos que auxiliaram para a articulação e o surgimento dos movimentos sociais foi o processo de modernização agrícola.

Todo o processo de modernização agrícola comprometeu severamente as pequenas propriedades na região, as quais se estabeleciam a partir da produção de pequena escala, principalmente para a subsistência dos grupos familiares e com a escoação dos excedentes produzidos. Com a introdução de agroindústrias na região e a necessidade da produção para grandes mercados, vendiam-se aos agricultores os pacotes de produtos, sementes, fertilizantes e animais, tendo como foco garantir uma produção maior e mais rentável. Esses pacotes eram oriundos de grandes empresas multinacionais e serviam para ampliar a produção, porém ao mesmo tempo tornavam os agricultores reféns de seus produtos.

Foi nesse contexto que, na década de 1980, surgiram movimentos sociais do campo na região: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros movimentos e sindicatos que expressaram ao longo dos anos os inúmeros conflitos e processos de exclusão vivenciados pelos trabalhadores agrícolas na região. O surgimento desses movimentos sociais está fortemente atrelado aos processos de modernização agrícola

vivenciados pelo País. Nesse sentido, podemos conceituar o MST como

[...] um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira (FERNANDES, 2012, p. 496).

No que tange a realidade de Passos Maia, o mesmo foi constituído a partir da realização de um plebiscito, em 31 de março de 1991. A partir desta consulta à população, foi aprovada a lei de criação do novo município⁹². Assim, no dia 12 de dezembro do mesmo ano, foi criado o município de Passos Maia. Esse processo veio consolidar a política de desmembramento adotada pelo estado catarinense ao longo do século.

Nesse território, a inserção das empresas colonizadoras, no início do século XX, foi muito pequena, pois havia grandes propriedades de terra que, como se observou anteriormente, foram respeitadas, garantindo que o latifúndio brasileiro continuasse intocado. Porém, com o passar dos anos e com todas as desigualdades de acesso à terra, esse território tornou-se fundamental para repensar a estrutura agrária do País, como foi possível observar nos itens anteriores deste estudo.

Durante esse processo histórico de ocupações no município de Passos Maia, foram constituídos 14 assentamentos, com aproximadamente 480 famílias. As mulheres que compõem o grupo de feirantes residem nesses assentamentos. Intrinsecamente a esse processo histórico de constituição dos assentamentos no Brasil e, mais precisamente, na realidade de Santa Catarina, as mulheres foram fundamentais para a efetivação das lutas estabelecidas pelo MST.

A experiência histórica das mulheres feirantes não está solta no tempo e espaço. Está alicerçada num contexto de permanentes disputas que foram alterando e transformando o território dos assentamentos, possibilitando, pois, o surgimento da Feira da Reforma Agrária no ano de 2014.

⁹²Historicamente, refletindo sobre o território que compreende o município de Passos Maia, até 1917, não havia um designação municipal para aquele local. Assim, neste ano foi criado, a partir de um decreto estadual, o município de Cruzeiro (atualmente conhecido como Joaçaba). Com a política de desmembramento, intensificada na metade do século XX, esse território passou a ser denominado como município de Ponte Serrada, tendo em sua organização um distrito chamado de Coronel Passos Maia. Posteriormente, no final do século, o município de Passos Maia foi constituído. Isso nos apresenta como o ocorreu o processo de organização dos municípios na região oeste de Santa Catarina, onde ocorreu uma expansão das cidades a partir da metade do século.

A efetivação de políticas públicas foi responsável para a contribuição e organização das mulheres através da comercialização da produção no próprio município.

É neste contexto de organização dos assentamentos no município de Passos Maia, que surge a Feira, que se desenvolveu a partir da ação dos diferentes atores e do acesso a diferentes projetos e recursos financeiros que possibilitaram sua existência. Assim, muitos foram os debates e reflexões que buscaram fomentar estratégias para a manutenção das famílias no campo. Passaram a pensar a produção de alimentos para o consumo das famílias, bem como a comercialização do excedente, apresentava-se como forma de potencializar o trabalho realizado nas propriedades. Esses debates foram realizados ao longo da história do MST⁹³ e contribuíram para a construção de um projeto de âmbito estadual que viabilizou o surgimento das feiras no ano de 2014.

Nesse sentido, visando à construção das feiras, o projeto “Kit Feira”, bem como “Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina”, foram fundamentais, pois contribuíram financeiramente para a organização estrutural, bem como a realização de cursos e formações com temas pertinentes para o desenvolvimento dos trabalhos.

No caso de Passos Maia, as ações oriundas desse projeto foram essenciais para o desenvolvimento e melhoramento da Feira. Contudo, contribuíram para a continuidade das atividades realizadas pelo grupo de feirantes, potencializando-as para o desenvolvimento do trabalho. O conhecimento que possuíam, adquirido através da prática cotidiana e dos seus antepassados, pôde ser discutido com as demais companheiras e com profissionais formados em diversas áreas; buscou-se construir novos saberes a partir das trocas de informação entre as mulheres e técnicos vinculados a equipe técnica da ATER.

Ao indagarmos as mulheres sobre sua participação na feira, uma delas nos indica que:

[...] na verdade a Feira, desde que eu vim morar aqui, eu já participava, eu e a F., nós fazia remédios, aquelas tinturas e coisas, nós vendia na Feira. No começo era só isso que nós fazia, nós vendia sabão medicinal e ia. Depois de um tempo, era uma vez por mês em Chapecó e as outras vezes eram em Passos Maia. Cada 15 dias, uma

⁹³Os debates acerca das Feiras estão presentes ao longo da elaboração de documentos e cartilhas desenvolvidas pelo MST. Também estão presentes nos discursos produzidos pelas mulheres feirantes, bem como demais membros da organização.

vez em Passos Maia e uma vez em Chapecó. Só que daí foi um tempo e a gente parou. Mas sempre ficou aquela coisa de participar da Feira. Depois começou a ter a feira de produtos e a gente começou a participar de novo e levar outras coisas (Entrevistada J).

Percebemos que a Feira é algo que sempre esteve no anseio das famílias assentadas, apresentando-se como estratégia de comercialização da produção desenvolvida nas propriedades. A entrevistada cita experiências de feira vivenciadas no início de sua trajetória nos assentamentos. Assim, percebemos que as feiras estão presentes ao longo da história do MST na região. Essas experiências iniciais foram importantes, para que, no ano de 2014, surgisse a Feira de produtos. A experiência histórica da Feira da Reforma Agrária de Passos Maia, objeto de nosso estudo, está carregada dos costumes e das formas de viver das mulheres que compõem o grupo de feirantes. As decisões tomadas para a formulação do grupo e a continuidade de suas ações estão permeadas de conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas. Muito mais do que um espaço de comercialização de alimentos, a Feira se constitui em um local de diálogo e conscientização dessas mulheres.

Outra entrevistada nos apresenta como foi a sua inserção no grupo, tendo em vista que a Feira representava um sonho. O espaço para comercializar a produção excedente era visto como uma meta, pois a produção sempre foi maior do que a consumida na propriedade pelo grupo familiar:

[...] a Feira pra mim foi uma coisa muito boa, porque eu já vinha sonhando há tempo de vender as coisas, porque sempre a gente planta e não come tudo, as coisas sempre sobra. Eu digo que se tu plantar 50 pé de repolho a família não vai consumir tudo e acabava dando pros bichos e fazendo troca com os vizinhos. E, assim, eu sempre tive um sonho e daí surgiu na reunião da Brigada, de nós fazer a Feira. E a gente já vinha sonhando bem antes, desde o acampamento a gente já tinha aquelas participação de vender as coisas, de ter um dinheirinho a mais. Daí foi quando participamos dessas reuniões ali com a assistência técnica, que tinha aqui e que agora terminou né? Pra nós foi uma perda grande a assistência técnica terminar, eu vejo, eu não gostaria que tivesse terminado, a gente tinha visita deles, a gente tinha apoio, sabia onde ir quando ia lá pra Passos Maia pergunta alguma coisa né? Eles vinham aqui dizer pra gente como é que fazia, ensinavam muita coisa. Daí a partir dessas reuniões que a gente fazia em Passos Maia com a Brigada, que é um grupo de pessoas, surgiu a ideia e conseguimos fazer e não paramos mais até hoje e pra mim tá sendo muito bom. Eu não queria parar a Feira, jamais. Que ao invés de sair uma, que entrasse mais uma. Eu tô sempre convidando mulher, mas elas não querem ir e me dão as coisas pra eu levar. Aqui tem umas que faz melado, que faz rapadura, outras fazem nas verduras, queijo... (Entrevistada B).

Podemos perceber vários elementos importantes para contextualizar o surgimento da Feira, bem como as relações existentes no interior dos assentamentos e com os diferentes atores que atuaram naquele espaço. A entrevistada cita o papel da assistência técnica existente naquele período, bem como da Brigada⁹⁴. Foi a partir das reuniões realizadas na cidade de Passos Maia com essas instituições que se potencializaram as ideias de criação da Feira; posteriormente, ela foi organizada, surgindo assim um novo espaço de comercialização de alimentos no município.

Para compreendermos o trabalho das mulheres a partir de bases agroecológicas, utilizamos três conceitos-chave já descritos no item metodologia deste artigo. Assim, ao nos referirmos ao debate acerca das relações de gênero, podemos dizer que o mesmo faz parte do processo de constituição do MST, e as mulheres feirantes, participantes do estudo, vivenciavam estas questões em seu cotidiano. Assim, a partir da constituição do MST, após sua criação no ano de 1985, novas pautas foram incluídas para além do debate sobre a terra, visando à melhoria das condições de vida das famílias. Dentre os temas que passaram a ser abordados por este movimento, está o debate acerca das relações de gênero. Desse modo,

a luta pela terra, ao mesmo tempo que coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos formando uma identidade coletiva – a de sem-terra, produzida a partir de uma consciência de classe trabalhadora –, gera também a necessidade de recriação das identidades de gênero e do papel da mulher, cuja participação na luta social, desde a constituição do MST, tem posto em movimento práticas político-organizativas que recriam os espaços e as relações de gênero (SCHWENDLER, 2009, p. 204).

Discorrer sobre a realidade das mulheres e sobre a sua participação no interior do movimento social passa a ser fundamental para a melhoria das relações sociais estabelecidas. Esse debate é ainda fundamental para a organização do MST, visando à construção de estratégias para o seu enfrentamento. Aponta-se, pois, que se torna fundamental a “[...] preocupação do Movimento em relação às mulheres” (SILVA, 2004, p. 269). Porém, mesmo com esse contexto propício à inclusão dos debates, ainda se observa forte resistência para que as mulheres ocupem determinados espaços historicamente ocupados pelos homens. Essa realidade corresponde ao modelo de sociedade que o

⁹⁴Nomenclatura utilizada para se referir à atual Coordenação Regional dos Assentamentos, na contribuição e articulação para o desenvolvimento da Feira.

MST está inserido, sendo que continua a reproduzir formas e definições de papéis para cada sujeito previamente estabelecidos. São essas questões que os novos debates sobre a temática vêm discutir.

Nesse período, na realidade do MST, tornou-se necessário impulsionar os debates acerca do conceito de relações de gênero, pois as mulheres sempre estiveram presentes nos diferentes espaços de luta, tendo um papel fundamental nos enfrentamentos e resultados obtidos no decorrer de suas ações.

As relações de gênero no interior de produções subjetivas em acampamentos e assentamentos do MST são muito significativas no conjunto dos discursos e práticas que as constituem. Em primeiro lugar, porque uma das preocupações do Movimento a partir de 1980 foi incorporar algumas discussões de orientação feminista bastante fortes nessa década. Depois, porque se investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas sobretudo deveres no interior do Movimento. Essas preocupações, de certo modo, também reconstituíram partes dos discursos de “igualdade” e “emancipação feminina” que marcaram presença nos enunciados socialistas a partir do século XIX (SILVA, 2004, p. 270).

Assim, a inclusão deste debate no MST, contribuiu para a ampliação da produção de materiais para o estudo, como cartilhas, livros, textos. As discussões feministas foram fundamentais para iniciar esse processo de definição de novas pautas, tendo em vista a realidade das mulheres na sociedade, mas especificamente no interior do movimento. Havia a necessidade de se enfrentar as relações desiguais vivenciadas pelas mulheres, e que até hoje se apresentam como um desafio para a organização.

Desse modo, o MST passou a debater a desigualdades de gênero existentes na sociedade, bem como, no interior de sua estrutura organizativa. Assim, “[...] a participação feminina na luta pela reforma agrária por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), abre a possibilidade de questionar antigas hierarquias, embora o resultado possa não ser uma maior igualdade” (PAULILO, 2009, p. 185).

Muitas foram as cartilhas e documentos produzidos pelo movimento, os quais visavam debater e orientar as discussões sobre as relações de gênero. Assim, quando questionadas sobre o que compreendem por relações de gênero, uma das entrevistadas nos indica que:

[...] essa questão de gênero, eu acho que ela começa dentro da casa, começando pela

nossa família, pela casa. [...] Então começando pelos filhos, a participação, a conversa, o diálogo entre a família, desde o serviço da casa, o serviço da roça – eu acho que não é só o homem e nem só a mulher, mas sim da família toda – isso que eu acredito de gênero. E é por isso que dentro do movimento nós temos esse negócio de não é só o homem. Por isso nos núcleos sempre tem o homem e a mulher né? É uma questão de que gênero, não é só o homem e a mulher, mas sim a família tem que tá organizada. Desde a discussão de dentro de casa, do serviço, da organização produtiva, mexe também com gênero (Entrevistada C).

Ao longo do depoimento, a assentada nos apresenta diversos elementos importantes para a reflexão; para ela, discutir gênero é algo que envolve toda a família. Também nos indica que as práticas vivenciadas no movimento social, como as coordenações de núcleo, em que há um homem e uma mulher, refletem essas discussões. Como pôde ser visto anteriormente, esta é uma das dinâmicas do MST para ampliar a participação e a emancipação das mulheres. A entrevistada continua sua fala indicando problemáticas que verifica sobre essa realidade nos assentamentos:

[...] agora nós sabemos que dentro dos assentamentos também tem essa questão séria de gênero, muitas companheiras não participam porque são barradas e coisa e tal. Ainda essa questão de que lugar de mulher é em casa, na roça e em casa, não pode sair, não pode fazer isso e aquilo, porque lugar de mulher é em casa. Ainda existe dentro dos assentamentos, enfim em tudo né? ...não só nos assentamentos, mas em todos os lugares (Entrevistada C).

Ao mesmo tempo que aponta avanços no debate e nas práticas sobre as relações entre os gêneros, traz à tona reflexões importantes de que ainda existem mulheres que encontram dificuldades em participar. Essas dificuldades podem se expressar principalmente pela divisão sexual do trabalho e a definição de papéis que dizem o que é função para as mulheres e para os homens nas propriedades. Nesse sentido, buscamos tratar do segundo conceito da pesquisa, denominado de trabalho. Ao refletir sobre o presente conceito, compreendemos que

[...] a história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas humanas (ANTUNES, 2015, p. 168).

Assim, percebemos que o trabalho é algo essencial para o desenvolvimento da vida em

sociedade, e é a partir dele que se garante a produção e reprodução da vida em sociedade. O trabalho é elemento central para a humanidade, é desse processo que o homem, a partir da sua consciência, diferencia-se das demais espécies. “[...] o ser humano tem ideado, em sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto de trabalho, antes de sua realização” (ANTUNES, 2015, p. 169).

No MST, o trabalho é algo importante em toda a sua organicidade. Nesse sentido, é através do trabalho que o movimento social vem organizando suas lutas e resistências. Indicamos que

o trabalho efetivo no movimento representa um conjunto de ideias, que se constituiu de forma heterodoxa, utilizando vários paradigmas teóricos e experiências históricas. Não se importaram modelos externos e estabeleceu-se um diálogo reflexivo com a objetividade histórica. Para isso, a leitura da especificidade socioeconômica na qual estava inserido colaborou para o delineamento do arquétipo produtivo do MST (SILVA, 2004, p. 71).

Desse modo, ao longo de sua história, nos baseamos a partir de paradigmas teóricos, mas levando em consideração os aspectos socioeconômicos vivenciados nos diferentes períodos. Consolidar as ações do movimento social requer compreender a realidade e as transformações que vivem a sociedade.

No que se refere a compreensão das mulheres Sem Terra e feirantes sobre o conceito de trabalho, uma das entrevistadas iniciou seu relato dizendo que:

pra mim o trabalho é tudo. Tudo é o trabalho. Tu lavar uma louça é um trabalho, tu plantar uma flor é um trabalho, roçar uma beira de estrada é um trabalho. Eu acho que o trabalho é o todo na vida de uma pessoa, porque sem trabalho acho que parou, porque nós temos que ter o nosso trabalho, é muito importante. Tem gente que pensa que trabalho é ser empregado, não nós dentro do lote trabalhamos muito, dentro da casa a gente trabalha muito, faz as coisas. Acho que o trabalho é um todo das pessoas (Entrevistada B).

Percebemos com isso, o quanto o trabalho é importante para o desenvolvimento da vida, sua produção e reprodução. A feirante salienta que existem diversos tipos de trabalho, e que vai além de ser empregado em uma empresa, comércio, etc. Para ela, todas as tarefas realizadas no campo, nas propriedades rurais são trabalhos, todos os domésticos, bem como o trabalho na produção.

Mesmo que para elas não ocorra divisões nas formas de desenvolver o trabalho, indicamos

que as mulheres são responsáveis na grande maioria pela produção desenvolvida na horta, no pomar e no cuidado com os pequenos animais. São as mulheres que desenvolvem a produção para o consumo dos grupos familiares, sendo também responsáveis pelo trabalho doméstico, ou seja, os afazeres relacionados à moradia e cuidados com os filhos. Nesse sentido, foram abordados elementos acerca da divisão sexual do trabalho.

Segundo Pacheco (2009), “é doméstico se é atribuição da mulher, como quando ela cuida da horta e das galinhas sozinha. Já se ela vai para o trabalho na roça com o marido, é trabalho produtivo, qualquer que seja o destino do que for colhido – para vender ou para comer.” Assim, apresenta-se a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres que vivem no campo. Esse processo pode ser caracterizado como algo inerente ao modelo econômico em que as mulheres estão inseridas, em que se valoriza o que é produzido a partir da lógica do modelo hegemônico. “Essa invisibilidade do trabalho feminino está atrelada a uma visão econômica capitalista e androcêntrica que permeia a sociedade e apenas atribui valor àquilo que possa ser transformado em mercadoria” (VASCONCELLOS, 2016, p. 345). Nesse contexto, não é observada a relação que as mulheres estabelecem com a natureza, e que a forma de produzir alimentos para a família faz com que não seja necessário adquirir produtos externos à propriedade. Não é contabilizado o que se deixa de gastar a partir da produção da horta, de pequenos animais, entre outras estratégias de produção.

O último conceito abordado no estudo foi o denominado de agroecologia. Desse modo, compreende-se que a agroecologia “[...] é uma ciência dialética. Como tal, não tem dogmas nem receitas, porém tem princípios. É o caminho mais radical para a produção de alimentos limpos.” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2015, p. 21). Assim, percebemos que a agroecologia possui um papel importante na contraposição ao modelo hegemônico de produção vivenciado atualmente.

Ao campesinato, portanto, a Agroecologia se apresenta como uma ferramenta de enfrentamento ao Agronegócio. Através da produção de alimentos saudáveis, acessíveis e em quantidade; cuidando das pessoas (produtores e consumidores); gerando renda, autonomia e soberania alimentar todos os envolvidos; se apropriando do conhecimento (técnica e tecnologia) que permite desenvolver a Agroecologia, respeitando todas as formas de vida e os bens da natureza, isso é, portanto, o que diferencia o campesinato, enquanto classe, da lógica de produção capitalista, do Agronegócio (HADICH; DE BASTIANI, 2017, p. 134-135).

Por isso, pode ser observada na atualidade a criação de muitas ações voltadas a essa produção mais sustentável em escala mundial. Esse processo vem ocorrendo através da comercialização desses alimentos em espaços como feiras e estratégias de comercialização por meio de cadeias agroalimentares curtas.

Na realidade dos movimentos sociais, estas práticas são cada vez mais observadas e podem ser caracterizadas com uma estratégia de fomentar o trabalho realizado nas propriedades rurais. Pensar a produção através da agroecologia e a criação de cadeias para a comercialização dos alimentos produzidos é algo inerente ao MST. Assim, para o MST, a inclusão do debate acerca da agroecologia ocorreu no ano de 2000, quando “[...] revela em seu quarto congresso, o discurso de que adotará a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais” (BARCELLOS, 2010, p. 48). Anteriormente a inclusão desse debate na estrutura do movimento social, às mulheres ao desempenharem o papel de cuidado, eram designadas para a função da produção de alimentos para o consumo da família. Apresentando esse debate, uma de nossas entrevistadas indica:

como a mulher pensa mais na saúde, ela quer que a produção seja sem veneno, que se plante diversas coisas pra você ter mais, tipo não comer só feijão e arroz e carne, seria uma comida, mas não pra você ter uma saúde. Pra ter saúde tem que ter verdura, tem que ter vários tipos de verdura. Então eu acho que é por isso que a mulher se alerta mais, porque ela sabe que quanto mais coisas da roça, mais coisas pra você comer, pra tua saúde é melhor. Não adianta você encher um barrigadão de arroz, feijão e carne, pra mim não tem serventia essas coisas. É verdura, é a mandioca, é a batata, as coisas da roça (Entrevistada F).

Nossa entrevistada nos apresenta a importância do trabalho da mulher na diversificação da produção e intrinsecamente nos traz reflexões acerca de uma outra forma de produzir, que não utilize veneno. Indica-nos que esta produção é essencial para que haja um cuidado maior com a saúde dos integrantes do grupo familiar. Esse debate sobre a saúde faz parte da organicidade do MST e pode ser verificado nos discursos das mulheres feirantes. Outra entrevistada afirma: [...] a mulher tem um papel muito importante na questão da vida familiar, quanto também na agricultura, na produção de alimentos. A mulher é sempre a mais preocupada, quer plantar mais variedade, sempre mais preocupada com a questão da alimentação da família (Entrevistada E).

Pensar a agroecologia e o trabalho realizado pelas mulheres feirantes sugere que, mesmo de forma tímida, ocorre a contraposição ao modelo hegemônico de produção. Elas buscam estabelecer em seu cotidiano a diversificação da produção e das relações existentes nesse contexto, mesmo não tendo certificação e/ou tendo dificuldades no acesso as políticas públicas para essa produção sustentável.

Assim, no que tange à realidade das mulheres feirantes de Passos Maia, o fazer da agroecologia está presente cotidianamente, pois realizam as práticas produtivas em suas propriedades. Porém, muitas vezes, não compreendem o conceito agroecologia ou não o conhecem a partir dos livros e da academia, por isso encontram dificuldades em descrevê-lo. Também têm dificuldade em relacionar essa produção que desenvolvem em um contexto mais amplo.

Nesse sentido, podemos observar a agricultura camponesa e familiar como fundamentais para a sobrevivência das comunidades que habitam, mas para além disso, a produção de um alimento saudável a ser consumido pela população em geral. Com isso, ao desenvolver esta pesquisa e relacionar ao que vivemos na atualidade no Brasil, compreendemos como um dos resultados deste artigo, a importância histórica do trabalho desenvolvido no campo pela agricultura camponesa e familiar, em especial pelas mulheres. Desse modo, indicamos que uma estratégia potente para o enfrentamento as desigualdades sociais e à fome, é o fortalecimento dos investimentos na agricultura camponesa e familiar. Esta agricultura busca utilizar a agroecologia como modo de produção e se apresenta como um modelo em contraposição ao agronegócio. Para isso, necessitamos de um Estado que direcione seus investimentos para este público e que fortaleça novas cadeias curtas de comercialização de alimentos. Assim, é possível perceber a importância histórica da agricultura camponesa e familiar para o enfrentamento as desigualdades sociais e a fome, levando em consideração os inúmeros contextos de crise vivenciados na realidade brasileira.

Levamos ainda em consideração, de que a experiência histórica da Feira de Reforma Agrária de Passos Maia é um exemplo de quanto é possível estabelecer formas de cooperação mais humanizadas. Que esta Feira e as demais realizadas no País sirvam como exemplos para a construção de outro mundo possível e que o Estado brasileiro entenda a importância do investimento neste setor da sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e o nosso legado para a futura geração. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HADICH, Ceres Luisa Antunes; DE BASTIANI, Tânia Mara. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no oeste catarinense. In: BONI, Valdete (Org.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

HEINSFELD, Adelar. A Fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFS, 2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Noção de Experiência Histórica e Social em Edward Thompson: percursos iniciais. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, 393-413, jan.-jun. 2014.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**, v. 6, n. 4, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “Igualdade de Gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições dilemas e conquistas. O

campesinato como sujeito político nas décadas de 1950-1980. v. 1. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo**. v. 2. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, Cristiane Berreta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 269-287, jan.-abr. 2004.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Unisinos, 2004

SILVA, Gilvânia Ferreira da. As disputas territoriais do Maranhão. In: REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Franciane (Orgs.). **Ensaio sobre a Questão Agrária**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costume em Comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, p. 9-28, 2002.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. 4. ed. rev. Chapecó: Argos, 2016.

VASCONCELOS, Bruna Mendes de. Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (Orgs.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 342-370.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó, SC: Argos, 2006.

A Importância das Riquezas Naturais no Processo de Ocupação dos Campos de Palmas

Alessandro Luiz Serafini

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), Campus Chapecó

E-mail: als.eg@hotmail.com

Resumo

Este trabalho pretende analisar o processo de ocupação da região dos Campos de Palmas, mais especificamente do Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná, que esteve relacionado aos recursos naturais que este espaço oferecia. Estes eram atrativos para povos de diferentes regiões, além de empresas colonizadoras e madeireiras, que vieram com o objetivo de obter lucros. Uma região que foi considerada por muito tempo inabitada, mas que na verdade era povoada por vários povos indígenas e caboclos. Povos estes que foram desprezados, expulsos de suas terras, ou mortos. Sendo pelos colonizadores europeus, ou posteriormente pelas próprias empresas colonizadoras que se instalaram na região. O trabalho discute a exploração da erva mate, da madeira, a pecuária, a criação gado e porcos, bem como, a importância da atividade dos tropeiros na região. Esta que modificou não somente o meio natural por onde eles passaram, mas também aspectos sociais e culturais. Estas atividades exploratórias, a busca pelas riquezas naturais, ajudaram a povoar esta região e causaram grandes alterações no meio natural, provocou desmatamento, impactos sócio ambientais que ainda hoje são sentidos. Na verdade os discursos de uma região inabitada era uma justificativa para o processo de colonização adentrar nos sertões. O processo de povoamento dos campos de Palmas envolveu a exploração ervateira, madeireira, pecuarista, ou seja, estas atividades sempre estiveram relacionadas ao processo de ocupação.

Palavras-chave: Campos de Palmas, riquezas naturais, ocupação, indígenas e caboclos.

Introdução/Justificativa

Este trabalho analisa o processo de ocupação da região dos campos de Palmas. Este processo esteve relacionado aos recursos naturais que o espaço oferecia, eram atrativos para povos de diferentes regiões, além de, posteriormente, empresas colonizadoras e madeireiras, que vieram com

o objetivo de obter lucros. Uma região considerada por muito tempo inabitada, mas que na verdade era povoada por vários grupos indígenas e caboclos. Povos estes que foram desprezados, expulsos de suas terras, ou mortos. A exploração da erva mate, da madeira, a pecuária e a atividade dos tropeiros modificou o meio natural e social. Essas atividades exploratórias, a busca pelas riquezas naturais, ajudaram a povoar essa região. Na verdade, os discursos de uma região inabitada era uma justificativa para o processo de colonização adentrar nos sertões. Este trabalho nos ajuda a entender que as riquezas naturais proporcionaram a atração de imigrantes que povoaram as terras e expulsaram os indígenas e caboclos, provocando também impactos socioambientais que ainda hoje são sentidos na região.

Objetivo

Perceber como a presença de recursos naturais (erva mate, madeira, animais), foram determinantes no processo de ocupação dos campos de Palmas.

Metodologia

A elaboração deste trabalho se deu com base em leituras e debates de textos feitos durante as aulas nas disciplinas do PPGH, bem como, fazendo uso de fontes de pesquisa (alguns Relatórios da Província do Paraná) que estão sendo analisados para a Dissertação de Mestrado que, compreenderá o período de 1853 a 1889.

A importância do estudo da paisagem regional

O estudo da paisagem é fundamental para entendermos a organização social, é importante para a compreensão histórica e geográfica. O ser humano sempre procurou atender as suas necessidades básicas, para isso se adaptou e modificou a natureza ou foi modificado e adaptado por ela. “A paisagem natural, desta forma, perde sua originalidade selvagem.” (PELUSO JUNIOR, 1991, p. 69) Nesse sentido, a paisagem geográfica se confunde com a paisagem cultural. São determinados

espaços ou áreas onde se localizam as particularidades, físicas, ambientais, culturais, sociais. É essencial a observação e o estudo das paisagens tanto para a geografia, quanto para a história, pois através dela é possível identificar as relações sociais que permeiam o contexto daquela paisagem. Portanto, este conceito também pode ser incorporado nos estudos de história. A história ambiental tem muito a contribuir para reconstruir essa ideia.

A quase inexistência, até recentemente, de obras historiográficas que descrevessem a paisagem da fronteira como humanizada explica que, apesar da crítica à ideia de um vazio social e cultural, essa representação continue a se reproduzir no imaginário do brasileiro. A história ambiental, por também focar o meio ambiente por meio do estudo da paisagem, tem muito a contribuir, recompondo essa memória social. (CORRÊA, 2008, p.136)

O estudo do espaço onde viviam os povos indígenas e caboclos pode ser feito fazendo uso do estudo das paisagens, analisando as alterações no meio natural em função das atividades humanas. Para essas populações, o espaço geográfico era sinônimo de sobrevivência. Porém, desde o período colonial houve uma ocupação das terras e a expulsão dos nativos, inclusive na região Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná. Esses povos passaram a ser alvo das expedições dos bandeirantes paulistas que adentravam a Oeste em busca de riquezas. A penetração nas florestas em áreas de fronteira era importante para garantir o território, ocupar era necessário. Na região de fronteira instalaram-se fazendeiros que compravam as terras dos caboclos que, após a venda, partiam para outras áreas deixando a terra previamente preparada, com a derrubada e queimada da floresta já efetuada.

Nesses sertões habitavam os caboclos, que conforme Bavaresco, (2005), é definido como fruto da miscigenação entre o branco e o índio, porém, a conceituação do caboclo está mais relacionada com a questão social. Constituía uma população excluída, trabalhava em condições críticas, difíceis e perigosas, apenas para sobrevivência, sem instrução, sem apoio governamental. Não possuíam propriedade da terra pois, como eram devolutas, se apossava delas. Interagiam intensamente com as florestas, herdeiros de conhecimentos e práticas dos índios, de maneiras de se relacionar com a natureza e extrair dela o essencial para sua sobrevivência. Dedicava-se também a extração do mate, uma maneira de conseguir dinheiro, além das atividades camponesas e pecuárias.

O caboclo se tornava ervateiro quanto produzia erva para seu consumo, ou então quando era contratado pelo proprietário do engenho para trabalhar no erval, durante o inverno. Nas demais estações do ano, ele assumia a condição de camponês, produzindo alimentos para a sua existência por meio de pequenas lavouras de corte-e-queima (coivara) e pequenos rebanhos, combinados com a coleta de frutos, fibras e plantas curativas, além de pesca e caça. (GERHARDT, 2018, p. 163)

Essas populações possuíam culturas muito diferentes das populações estrangeiras. O colonizador era o homem branco, europeu, católico, pessoas com hábitos, costumes, crenças e tradições totalmente diferentes dos nativos que viviam em uma condição mais simples, ainda com utensílios precários. A diferença entre essas duas culturas provocou muito estranhamento e acabou fazendo com que o europeu se colocasse como superior. O processo de inferiorização da cultura nativa acabou fazendo com que esses povos praticamente desaparecessem da região.

Nesse sentido, a visão do nativo e do estrangeiro era muito diferente em relação ao meio ambiente. Os papéis eram diferentes, cada grupo estava acostumado com um sistema diferente em seu meio. Conforme Tuan, (2012), o nativo tem atitudes mais complexas, pois ele está inserido na totalidade do seu meio ambiente. Essa percepção sobre o meio também está condicionada ao comportamento social, a tradição local, aos conhecimentos e aos mitos. Os índios consideram a natureza como parte deles, não pensam nela como alternativa econômica, ao contrário do conquistador. Esse é um exemplo de diferentes percepções sobre um mesmo ambiente, os nativos e os colonizadores europeus. Estes objetivavam lucros imediatos, não estavam preocupados com o clima ou a vegetação, mas sim com as riquezas. Muitas práticas dos nativos até poderiam causar algum dano ao ambiente natural (pois, algumas práticas poderiam assumir feições predatórias de exploração dos recursos, mesmo pelas populações nativas), porém, não a ponto de causar os danos que foram provocados após a chegada do colonizador. As relações culturais, as tradições e as relações com a natureza eram transmitidas diariamente de geração para geração.

Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. (DIEGUES, 2001, p. 85)

A exploração dos recursos naturais

As terras dessa região tão longínqua e afastada do centro administrativo do país, carregada de preconceitos e medos, considerada como um espaço praticamente inabitado, perigoso e desconhecido, eram terras muito férteis, ricas em recursos naturais, pastos, madeiras nobres, erva mate, plantas medicinais. Pelo menos este era o discurso oficial da época: terras ricas e desabitadas. Esses eram atrativos para a vinda de pessoas de outras regiões a fim de explorar essas riquezas, bem como, praticar a agricultura e a criação de gado.

A erva-mate nativa, *Ilex-paraguariensis*, como é conhecida no meio científico, foi um importante produto de exportação para a economia brasileira durante o século XIX e XX. A erva mate tem sua maior incidência na região Sul da América Latina, abundante no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai e os Estados brasileiros mais favorecidos pelo produto é Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O mate integrava a cultura e as relações interpessoais dos moradores. Mesmo com caminhos difíceis, as picadas possibilitavam o tráfego e o comércio do mate que era transportado no lombo de animais. Os habitantes do planalto conviviam diariamente com o hábito de tomar mate, que era símbolo de saudação para os viajantes.

Produto muito usado pelos indígenas na preparação de chás e remédios. Mas no decorrer do tempo novos usos desta planta foram sendo desenvolvidos, inclusive para produção de cosméticos, além de inúmeras receitas culinárias na preparação de alimentos e bebidas. “Assim, desde o final da década de 1820, a erva-mate tornou-se o principal produto de exportação da economia praticada na quinta comarca de São Paulo, mais tarde, Paraná.” (CAMPIGOTO, SOCHODOLAK, 2008, p. 189) A erva mate proporcionou desenvolvimento econômico, impulsionou o comércio, surgiram atividades derivadas como a fabricação de barricas de madeira e a criação de animais para o transporte, além de novos inventos para o aperfeiçoamento das técnicas de manejo da erva. É um produto de grande importância comercial para a região Sul brasileira. Dessa forma, o mate integrava e ainda integra a cultura e as relações interpessoais dos moradores dessas terras.

Outro importante recurso natural existente nessa região era a madeira que desde o início da colonização foi intensamente explorada. Conforme Bavaresco, (2005), antes da colonização essas

terras eram cobertas pela Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista. A ação dos índios Guaranis em conjunto às Reduções Jesuíticas exerceu forte atuação nas matas de araucárias entre os séculos XVII e XVIII. A madeira era utilizada para a produção de diversos artigos, esculturas, construção de móveis, para o consumo local, lenha e também para exportação. Eram árvores de grande porte e com alto valor econômico. No século XIX, o primeiro presidente da província paranaense já previa a intensificação e forte exploração madeireira que a região sofreria.

O commercio de madeiras ha de, sem duvida, prosperar consideravelmente no futuro, attenta a immensa copia dellas (proprias não só para diversas obras como para construcção naval) que existe tanto no littoral, como de serra-ácima, onde os olhos dos viandantes descortinão matas sem fins de pinheiros, (cuja abundancia, em lingua indigena, dá lugar a nome – Curityba) por ora só aproveitados no limitadissimo consumo desta parte da provincia, e que somente esperão, para descerem á prover maiores mercados, huma estrada que, ao contrario das actuaes, permita conduzir-os á bom porto de embarque. (VASCONCELLOS, 1854, p.74-75)

A região Sul do Brasil foi bem favorecida pela incidência de araucárias e também de erva mate, bem como, inúmeras outras árvores de alto valor comercial. A madeira foi muito explorada na região, causando um processo de devastação irreversível no meio natural. Conforme Saint-Hillaire, (1978), a araucária caracteriza os campos Gerais, não apenas enfeitando, mas também tendo muita utilidade para os habitantes. Essa árvore fornecia alimentação através da coleta e preparo do pinhão, que servia de alimento também para os porcos, lenha para as necessidades da moradia, cozinhar, madeira para a construção de casas e locais onde ficava os animais, construção de mangueiras, cercados, na marcenaria, etc. Essa árvore proporcionou muitos lucros para quem a explorou, muitas empresas colonizadoras e madeireiras extraíram o que conseguiram das terras. Ainda hoje essa árvore é muito valorizada, porém, devido à enorme devastação que sofreu se encontra em extinção.

A estrada de ferro favoreceu a extração da madeira. A devastação foi grande. As florestas deram lugar às lavouras. Essa era uma região isolada, de difícil acesso, os poucos caminhos existentes eram picadas feitas pelos próprios nativos, os viajantes que se aventuravam sofriam para conhecer e estudar a região. A chegada da estrada de ferro mudou os rumos, integrou a região, mas também facilitou a devastação das florestas. O caboclo não era um destruidor, ele não pretendia e nem precisava destruir a floresta, conhecia o tipo de madeira ali existente e para qual finalidade deveria

usá-la. Por isso, só derrubava uma árvore quando realmente precisava. Pois para ele, as matas forneciam lenha, ou quando tinha um período de crise, que afetava suas necessidades básicas, a floresta seria uma alternativa de socorro a ele, pois nela tinha árvores de alto valor comercial, e num momento de pouca colheita esta seria uma alternativa a sobrevivência.

A pecuária foi a motivadora da ocupação dos campos de Palmas. A Província do Paraná, assim como a maioria das províncias brasileiras naquele período, era essencialmente agrícola. Porém, uma região com poucos conhecimentos e ainda utilizando equipamentos e utensílios rudimentares (se comparados ao contexto europeu), o que dificultava o trabalho tanto nas lidas com o gado quanto nas práticas agrícolas. Utilizava-se de várias técnicas para poder controlar e dominar os animais. O ‘costeio’ consistia na prática de amansar o gado, ordená-los, habituá-los a uma rotina. Os animais eram presos numa mangueira e se acostumavam ao contato com o homem. Essa prática permitia a fabricação do queijo e evitava que o gado ficasse solto e se tornasse xucro. Muitas vezes, esse gado selvagem era caçado pelo homem a tiro, mas esta era uma tarefa difícil e trabalhosa. Então, reuniam as rezes num local com pasto onde também lhes davam o sal. Os Jesuítas tiveram importante papel na introdução e criação de gado no Sul do Brasil, criados soltos nas matas e nos campos, com farta vegetação, se criaram bravos e xucros, formaram grandes reservas de gado, que eram alvo de verdadeiros caçadores de gado.

Um importante papel nessa introdução foi desempenhado pelos jesuítas na região que compreende atualmente o Rio Grande do Sul, introduzindo um farto rebanho de gado. Criados soltos e servindo como rebanho disponível às reduções, os animais se tornaram bravos, “alçados”, formando assim imensas reservas de gado, conhecidas como Vacarias do Mar, localizadas ao Sul no bioma dos Pampas, e a Vacaria dos Pinhais, nos Campos da Mata Atlântica. (BRANDT, 2012, p. 40)

Nos séculos XVII e XVIII, o gado era reproduzido livremente, solto, e a atividade consistia em capturá-los. Os animais nasciam e cresciam selvagens e eram os índios guaranis e os bandeirantes paulistas que se dedicavam ao tropeio. A preia do gado xucro era essencial para a alimentação, bem como, para incrementar o comércio com a exportação de couros, sebo e graxa para a Europa. O gado tinha papel de destaque na economia sulina, principalmente catarinense, paranaense e rio-grandense. O comércio do gado em conjunto a atuação dos tropeiros tiveram forte influência na formação e

delimitação da região Sul brasileira. Esta atividade, assim como a maioria das atividades do século XIX, estava baseada na mão de obra escrava, principalmente africana, a pecuária utilizou muito a mão de obra escrava.

Conforme Brandt, (2012), os tropeiros levavam esse gado gordo para comercializá-los em outras regiões, principalmente para o litoral, ou eram vendidos aos invernadores. Os tropeiros foram responsáveis por abrir picadas que se transformaram em estradas e também por criar vilas e povoados por onde eles passavam ou paravam para alimentar o gado e descansar. Era uma atividade lenta e perigosa, sofriam ataques dos índios, de animais selvagens, mas lucrativa para esses comerciantes de gado, carne, couro, banha, e também produtos agrícolas, o comércio era muito intenso.

Os tropeiros tiveram grande participação no reconhecimento, desbravamento e exploração dessas terras. A ligação entre o Sul e o Centro Oeste era feita pelas tropeadas, que facilitavam a comunicação entre essas duas regiões. Por esses caminhos, cruzavam além dos animais (muas, cavalares, bovinos, dentre outros), também pessoas, produtos diversos e informações. Dentre esses animais, a mula foi a principal forma de transporte no Brasil colonial e imperial, foi a força motriz para o transporte da produção interna (produtos agrícolas, ouro, açúcar, café, dentre outros), era um animal forte e resistente por isso era valorizado e muito procurado para realizar os caminhos difíceis e perigosos daquela época.

A roça cabocla

Conforme Poli, uma característica típica dos caboclos era a maneira de preparar e trabalhar a terra. Dividiam em duas partes: terras de criar e terras de plantar, conhecidas como roça cabocla. Nas terras de plantar cultivavam diversos produtos para subsistência, policultura. Desmatavam as áreas a serem cultivadas e depois as queimavam. Este método chamado coivara, era praticado nas regiões com baixa densidade demográfica. As terras de criar abrangiam grandes áreas, inclusive as florestas, nessas áreas os animais eram criados soltos, onde as terras de plantar eram cercadas para evitar que os animais ali entrassem. Os animais (porcos) eram marcados com cortes nas orelhas para diferenciar seus donos, todos eram criados misturados em espaços abertos. Aqueles que não possuíssem a marca

eram de quem os encontrasse, pois muitos nasciam livremente nas florestas sem o conhecimento do dono. As divisas eram feitas através de marcos naturais. “Nas áreas compreendidas pela “roça cabocla” eram cercados não os espaços de criação, mas sim os destinados ao cultivo, que compreendiam as “terras de plantar”, para evitar a invasão de animais.” (BRANDT, 2015, p. 307) A criação de porcos soltos só era possível devido ao espaço ser muito grande e pouco povoado. O porco teve grande importância na economia e principalmente na subsistência da população. Se alimentava de uma grande variedade de alimentos encontrados na floresta, dentre eles, o pinhão, fonte de alimentação não só dos animais, mas também dos seres humanos. A procriação dos porcos era muito grande e engordava rápido, sendo abatido para consumo em pouco tempo. A captura era realizada e organizada pelos proprietários, em ajuda mútua com os vizinhos, que partiam mata adentro em busca desses animais. Os porcos eram conduzidos a pé até os centros consumidores.

A expansão do mercado consumidor propiciou o surgimento dos primeiros frigoríficos na região, a partir da segunda metade do século XX, passando por um intenso processo de industrialização, abastecendo o mercado nacional. O desenvolvimento dos meios de transporte também possibilitou o aumento do escoamento do produto, principalmente a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, a partir de 1920. A criação à solta precisava de grandes áreas de terras e com a chegada dos colonos europeus estes espaços diminuíram, forçando a uma grande mudança nesse sistema, pois, as florestas foram derrubadas para dar lugar à agricultura.

A população posseira ficou de fora do processo de colonização, que desestruturou o modo de vida anterior. Não se admitia mais os animais entrarem em terras que eram agora cultivadas por colonos imigrantes. Todas essas mudanças foram causando o fim da forma de criação à solta dos porcos, provocando uma nova fase de criação, transporte, comércio e consumo. Dessa forma, a interferência da colonização e da apropriação privada da terra na dinâmica sócio espacial no planalto catarinense foi muito intensa.

A construção do vazio demográfico

Essas atividades acabaram provocando uma mudança nas características populacionais da

região. Antes considerada um vazio demográfico agora passa a receber levas de pessoas de outras regiões, contribuindo para um significativo aumento populacional. Os chamados espaços vazios foram construídos ao longo do século XVIII. Muitas expedições foram realizadas para garantir a posse territorial e ocupar as terras consideradas vazias, desconsiderando a presença dos nativos que ali viviam. Além disso, essas expedições também objetivavam extrair e explorar riquezas naturais e a captura de indígenas, bem como, descobrir e desbravar terras, matas e campos. Muitos líderes das expedições faziam parcerias com algumas tribos indígenas para facilitar a conquista.

Essas ações atendiam ao projeto político de Morgado de Mateus para a capitania de São Paulo. Este, entre outros aspectos, implicava, por um lado, defender as fronteiras com as posses espanholas pelo controle, mapeamento, estabelecimento de marcos de posse e da ocupação efetiva de terras anteriormente conquistadas pelos colonos e jesuítas espanhóis. Por outro, assegurar e viabilizar a expansão de fazendas de invernada nos campos gerais e conquistar os campos de Guarapuava. (CORRÊA, 2008, p. 139)

Os índios eram vistos como perigosos, os colonizadores pretendiam expulsá-los ou até mesmo, se fosse preciso, exterminá-los. A ideia era catequizar os índios e fazer com que eles obedecessem ao Rei de Portugal. Essas expedições provocaram muitos conflitos e mortes entre os indígenas e os paulistas. Os próprios indígenas colaboraram para a construção desse espaço vazio, eles sabiam da presença colonizadora e evitavam os conflitos fugindo e apagando qualquer vestígio de sua presença nos locais onde estavam, além disso, os colonizadores evitavam os caminhos onde havia índios. Dessa forma, a ideia de vazio demográfico foi sendo erroneamente construída.

Os campos de Guarapuava foram localizados em 1770 pela equipe de Afonso Botelho Mourão. Esses já tinham conhecimento a respeito dos caminhos, da direção dos ditos campos, dos cursos d'água, rios e acidentes naturais, além dos indígenas que encontrariam pelo trajeto. Muitos documentos da época levam a interpretação de locais abandonados há muito tempo, onde a vegetação tomou conta, evidenciando uma área livre da presença humana. Esses espaços precisariam ser ocupados por ser uma área de fronteira. Isso justificaria a colonização. Mesmo sabendo da presença indígena, o colonizador ocupou as terras e os expulsou. Desconsideraram que os nativos precisavam de grandes áreas para sobreviver. Dessa forma, a imagem de um sertão despovoado foi sendo construído.

A ideia do sertão como um lugar deserto, “selvagem” seria também uma construção ideológica de viés eurocêntrico, onde as “virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas”. Seria uma forma de descaracterizar ou mesmo invisibilizar toda e qualquer forma de ocupação anterior de um determinado espaço por outras sociedades, o que servia como justificativa para uma penetração da civilização no que seria um “vazio” humano. Faziam assim parte desse “vazio demográfico”, não raro representado em mapas como “sertão desconhecido”, o indígena, o caboclo ou outras populações tradicionais. (BRANDT, 2012, p. 36)

A paisagem retratada ao longo dos anos leva o leitor a reconstruir uma paisagem nativa, virgem, livre da presença humana, desabitada, um vazio demográfico. Isso para justificar a presença colonizadora, que levaria o progresso e desenvolvimento para a região. Isso tudo foi construído para atender aos interesses políticos e econômicos da corte portuguesa. “A ausência de homens e mulheres e de cultura nesses cenários, portanto, é uma ilusão produzida pelo narrador devido a sua decodificação da paisagem e tendo em vista seus interesses imediatos. A existência de desertos validou e justificou a sua apropriação.” (CORRÊA, 2008, p. 150)

Conforme Corrêa, (1970), a colonização acabou com a imagem de sertão da região dos campos de Palmas. Era uma região inicialmente povoada por agricultores oriundos do Rio Grande do Sul descendentes de imigrantes italianos e alemães, bem como, pessoas dos Campos Gerais. Região também habitada por posseiros caboclos e indígenas. Também vieram foragidos e bandidos, fazendeiros, agregados, bem como, argentinos e paraguaios em busca da exploração da erva mate. “Assim, o Sudoeste paranaense, desabitado anteriormente ao século XX, seria a partir de 1900 ocupado, ainda que escassamente, por uma população constituída majoritariamente por luso-brasileiros pobres e sem recursos que ali encontraram uma chance ou um refúgio para viver.” (CORRÊA, 1970, p. 89)

Conclusão

Nesse sentido, a erva mate, a caça e criação do gado, o tropeirismo, a criação de porcos e posteriormente a instalação de frigoríficos, a extração da madeira, a prática da caça, a pesca e o cultivo de outros produtos, foram fatores propulsores do aumento populacional no Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná naquele período, proporcionando um crescimento demográfico significativo e

povoando um espaço que foi por muito tempo chamado de vazio demográfico.

As populações nativas das terras a Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná sofreram graves consequências com a chegada do colono imigrante europeu, perderam suas terras, foram expulsos violentamente, tiveram sua cultura e tradições fortemente alterada, miscigenada, muitos morreram pelas doenças trazidas por eles além da enorme exploração das riquezas naturais e das próprias terras. Ainda hoje, essa população sofre com isso, ainda hoje ela representa a parcela mais pobre da região, ainda hoje ela sofre com demarcações de terra, muitas famílias ainda não tem de onde tirar sua sobrevivência, sem contar na drástica diminuição da população indígena e cabocla.

O processo de povoamento da região Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná envolveu a economia ervateira, madeireira, pecuarista e tropeirista. A percepção do governo sobre o meio natural nessa região de fronteira estava ligada aos recursos naturais aqui existentes, fator que foi determinante para as ações exploratórias na região.

Referências

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: **Ambiente & Sociedade**, ano II, n. 05, p. 79-94, 1999.

AVÉ-LALLEMENT, Robert. Despedida de Joinville. - Expedição na mata, através da Serra Geral, entre Santa Catarina e Paraná. - Chegada ao primeiro Campo da Província do Paraná (Capítulo I) e Gente, de novo. - O caçador de antas do Tijucas. - A Estância do rio do Meio. - Algumas considerações sobre o mate. - Repouso no Rio Negro. - Civilização incipiente. - Abandono das matas e chegada ao Campo do Ambrósio (Capítulo II). In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Paraná e São Paulo**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005. 219 p.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História** (São Paulo. Online), v. 34, p. 303-322, 2015.

BRANDT, Marlon. *Caminhos de tropas e povoamento do “Certão de Curitiba”*. In: BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012, 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. Os faxinais da região das araucárias. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marica Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (Org.). **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan. Jun. 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

DIEGUES, Antonio Carlos. As populações tradicionais: conceitos e ambiguidades. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2008.

GALLERO, María Cecilia. La yerba mate en el prisma de la historia ambiental, Misiones (Argentina). In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi. **História ambiental e migrações: diálogos**. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: UFS, 2017. 262 p.

JÚNIOR, Victor Antonio. Planalto de São Joaquim, A costa da Serra e o Vale do rio Itajaí do Oeste. In: PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Cadernos do CEOM – Ano 19, n. 23 – CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros**. Cadernos do CEOM – Ano 19, n. 23 – CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. Descrição dos Campos Gerais (Capítulo I) e Começo da viagem pelos Campos Gerais. – A fazenda de Jaguariaíba. – Os Índios Coroados. – A Fazenda de Caxambu. (Capítulo II) In: SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

TUAN, Yi-Fu . Cultura, experiência e atitudes ambientais e Meio ambiente, percepção e visões do mundo. In: TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: o estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: UEL, 2012.

Fontes

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Relatório apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de Julho de 1854 pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba, 1854.

REZENDE, Theofilo Ribeiro. Relatório do Estado da Província do Paraná, apresentado ao vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan pelo vice-presidente Theofilo Ribeiro Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província em 6 de setembro de 1854. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1854.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Relatório do Presidente da Província do Paraná. O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de Fevereiro de 1855. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1855.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Exposição feita ao Exmo. 2º vice-presidente da Província do Paraná o Dr. Theofilo Ribeiro de Rezende pelo presidente o Conselheiro Doutor Zacarias de Góes e Vasconcellos por ocasião de passar a administração da mesma Província no dia 1º de Maio de 1855. Curitiba, 1855.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de Março de 1856. Pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1856.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Março de 1856. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1856.

DA MOTTA, Vicente Pires. Relatório do Estado da Província do Paraná apresentado ao vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes pelo presidente Vicente Pires da Motta por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província, em 23 de Setembro de 1856. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1856.

DE CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Província do Paraná no dia 7 de Janeiro de 1857 pelo vice-presidente **José Antonio Vaz de Carvalhaes**. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1857.

DE CARVALHAES, José Antonio Vaz. Documentos a que se refere o **vice-presidente** da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1857. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1857.

DE CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório apresentado ao excellentíssimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos, Muito digno Presidente da Provincia do Paraná. Pelo 2º vice-presidente **José Antonio Vaz de Carvalhaes**, sobre o Estado da administração da mesma Provincia no anno de 1857. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Largo da Matriz, n.º 36. Curityba, 1858.

MATTOS, Francisco Liberato. Relatório do Presidente da Provincia do Paraná **Francisco Liberato de Mattos**, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Largo da matriz, n.º 36. Curityba, 1858.

Relações de Trabalho de músicos em Toledo - Paraná.

Guilherme Cezar Nardi

Mestrando do curso de História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus: Marechal
Cândido do Rondon. Área temática: Memória e Cultura
. guilhermenardi92@gmail.com.

Resumo

A pesquisa em andamento consiste em analisar entrevistas de músicos trabalhadores no Oeste do Paraná, busca discutir reflexões sobre a História do Trabalho onde nela buscamos compreender os mundos dos trabalhadores, suas vivências, práticas, e os sentidos que se fazem com o trabalho em seu determinado tempo e espaço. As fontes se amparam em entrevistas realizadas com os músicos que possuem um vínculo profissional com o ofício. O interesse da pesquisa vem por olhar em uma categoria de trabalhadores que experimentam de um senso comum em que sua atividade não é vista enquanto profissional, como demonstrado em entrevistas já realizadas. Com isso, procuro problematizar experiências vividas por tais sujeitos e o modo como estes lidam com os embates que este discurso proporciona no seu cotidiano e exercem sua profissão como tal.

Palavras-Chave: História; Trabalho; Músicos.

Introdução

Compreendendo o ofício da música como uma das relações de trabalho existentes na sociedade capitalista, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar as relações de trabalho de músicos atuantes no Oeste do Paraná, buscando entender as experiências que estes sujeitos vivenciaram nas últimas décadas. A pesquisa realizada dialogou com os estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, por meio da linha de *Trabalho e Movimentos Sociais*, pois, esta proposta de análise está pautada em compreender os diferentes processos e experiências dos trabalhadores na região do Oeste do Paraná, e como suas práticas constroem sentidos na formação das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, busca-se contribuir com novas questões que surgem aos que se debruçam a analisar o mundo dos músicos trabalhadores.

Dentre das profissões reconhecidas na sociedade contemporânea, as do mundo da arte são as

mais ambíguas e possuem um desafio à análise teórica dos ofícios e do trabalho. (Simões, 2011. apud Freidson 1986). As concepções desta pesquisa compartilham das reflexões de Karl Marx em *A ideologia Alemã* sobre a relação da arte com os modos de produção. De acordo com este, o ofício se dá:

"[...] tanto quanto qualquer outro artista, estava condicionado pelos progressos técnicos da arte feitos antes dele, pela organização da sociedade e da divisão do trabalho em sua localidade e, finalmente, pela divisão do trabalho em todos os países com os quais sua localidade mantinha comércio. Se um indivíduo como Rafael virá a desenvolver seu talento é algo que depende inteiramente da procura, que, por sua vez, depende da divisão." (MARX, 2007, p.380)

Um dos principais aspectos que pretendo discutir a relação de trabalho entre os músicos e seus contratantes é a relação entre trabalhador e patrão no que diz respeito aos contratos de trabalho. Em termos bem práticos desta pesquisa podemos pensar: uma composição de valores sociais que formam esta categoria. Primeiramente o distanciamento construído historicamente sobre o conceito de trabalhador e artista, muitas vezes mostrando que o ato da arte não é um trabalho, esquecendo todo o processo de produção que se formam as obras, que são condicionadas pela relação do artista com seu lugar social dentro de uma cadeia nas relações de trabalho. Dentro deste fator um desdobramento é a concepção de *dom* como algo provindo de forças metafísicas herdadas a estes sujeitos. Os movimentos destes personagens como protestos a esta relação, são formas que evidenciam estruturas históricas de valores que permitem evidenciar esta relação. As ações sociais, os embates que estes trazem podem nos revelar as formas estruturais que compõem este cenário

Cerqueira (2006), vê a atividade artística não só como uma profissão, mas um paradigma para as profissões, ela não é uma exceção do mundo do trabalho. Para compreendermos o que é este trabalho a autora buscou conceitos produzidos pela sociologia do trabalho, tais como: Trabalho intermitente, *freelancers* e o trabalho imaterial, pensando estes em suas formas de precarização. O trabalho do músico pode ser reinterpretado em várias dimensões: Expressão artística, realização de um trabalho, exercício de uma profissão. A falta de compreensão do artista enquanto trabalhador leva o que muitos autores apontam, é que se constroem discursos sobre as habilidades destes trabalhadores partirem de modos como: *dom e a vocação*. Esta racionalização da realidade concebe a técnica

provinda de algo divino e descartam todo o processo de trabalho real. Para Cerqueira (2006), a arte como inspiração pura, irracional, interior, gratuita, transcendente, mágica e iluminada etc. são frutos de uma romantização da arte que analisam apenas sua estética em por consequência prejudicam compreender o processo de trabalho. O artista, para ela consegue sua posição pelo seu reconhecimento, então, a obra é algo inovador no ponto de vista estético, o “gênio”, ditado pela sociedade, é um condicionante para o artista e todo seu processo de trabalho procura por uma forma de originalidade estética. A noção cunhada no artista, por uma originalidade estética, mesmo ele não tendo plena noção de que originalidade é essa, é condicionada pela sociedade, porque o trabalho busca a admiração de novas obras.

Metodologia

Como metodologia para visualizar as relações de trabalho existentes entre os músicos do Oeste do Paraná, utilizamos como principalmente entrevistas como fontes. Considera-se que através das entrevistas poderemos nos aproximar de experiências vividas destes sujeitos em seu mundo do trabalho. Portanto, tentamos produzir uma narrativa que privilegia o prisma da experiência destes trabalhadores, dialogando seus relatos com os conceitos sobre a história social do trabalho. Tento caminhar na perspectiva historiográfica sobre a história vista de baixo, onde os historiadores propõem análises históricas de sujeitos em situação de subalternidade.

Na estrutura social e econômica existente no Oeste Paraná os músicos que tomei para objeto de estudo se caracterizam como trabalhadores que possuem os meios de produção (instrumentos musicais, equipamentos de som) mas não têm controle do mercado de trabalho local, ponto que busco desenvolver detalhadamente nos capítulos seguintes. Significa dizer que dependem de agentes sociais proprietários de casas de show, bares etc., para contratar e pagar por seu trabalho. É uma relação social conhecida, que se estende a outras categorias de trabalhadores como o pedreiro independente, o encanador, ou eletricista, a costureira etc. Marx tentou esclarecer este ponto argumentando que a venda de trabalho para um capitalista integra o processo de produção de capital. Não se trata, portanto, de analisar o formato da mercadoria, mas as relações sociais de trabalho e produção (marx, 2004,

pp.115-116). Desse ângulo, fica evidente o caráter subalterno dos músicos que interessa aqui. Por outro lado, esta formulação emprestada de Marx não explica mas propõe abordagem histórica a respeito destes trabalhadores, uma história vista de baixo.

Hobsbawm apresenta uma síntese sobre esta possibilidade de estudo que realça os seguintes pontos: (I) uma história dos trabalhadores, (II) uma história formada por modos de vida, de trabalho e de luta, (III) uma história cujas fontes são formadas diretamente pelos trabalhadores. Há mais detalhes e conselhos em sua síntese que me ajudaram nesta dissertação e que se juntam para explicar mostrar a mobilidade de uma história vista de baixo. Por ora, tenho operado com a ideia de que é uma história do ponto de vista dos trabalhadores e que utilizei no trabalho com as fontes e na exposição da pesquisa.

Analisando a subjetividade de cada fala procurei compreender as diferenças entre experiências vividas e experiências percebidas. A escolha em trabalhar com fontes orais, parte do pressuposto de perceber que há questões, às quais elas podem nos direcionar. Ao mesmo tempo, não havendo registros suficientes na imprensa e outros tipos de fontes para alimentar uma pesquisa exclusivamente sobre músicos, a possibilidade de entrevistá-los abre portas importantes de acesso as suas experiências. Tais questões, que talvez, seriam difíceis serem analisadas em produções musicais ou entrevistas cedidas a outras formas de mídia, por todo filtro de produção que elas possam ter. Na dissertação, o que se procura é observar movimentos históricos que são acessados através das fontes, e a função do pesquisador/historiador no meio deste processo é problematizar a construção destas fontes, não aceitando os relatos como verdades, mas como produções humanas que dão sentido a um determinado tempo e espaço.

A pré-entrevista, é parte da metodologia da pesquisa. Ela de primeiro nos mostra os caminhos ao qual iremos compor o roteiro. As entrevistas foram direcionadas por um roteiro específico. Porém ao analisar cada sujeito antes de abordá-lo com as questões, percebia que para cada um era melhor explorar alguns aspectos. Então além das perguntas padrões, eu adaptava às questões individualmente. (Bosi, 2004).

A partir dos relatos, se busca entender como os músicos vivenciam esta forma de trabalho,

quais suas expectativas, anseios e como enxergam sua profissão. Nem o mais ingênuo dos policiais daria total crédito a todo depoimento que ouviria (BLOCH, 1997). Então, dada as entrevistas caminharemos para a análise das fontes, onde procura-se perceber como estas noções estão incorporadas e os meios utilizados para a atribuição dos sentidos das práticas desta profissão.

Desenvolvimento da pesquisa

Guilherme: Você abandonou a ordem dos músicos?

Ernesto: Eu abandonei a ordem dos músicos porque eu consegui um documento que na época não existia, por exemplo, um plano para ordem de músico assinado pelo governo. Existia um deputado que fez um projeto para os músicos pagarem carteira de músico e se aposentar sobre aquele trabalho. Eu tenho carteira profissional, eu tenho carteira azul. A minha carteira é profissional, só que o seguinte, eu descobri que não era um documento certo, era falso, os músicos estavam pagando e não deviam pagar, não tinha direito nenhum.

Guilherme: Você descobriu isso em que época?

Ernesto: Eu não lembro bem a época que eu descobri isso, entende? Inclusive, era um atrapalho muito grande para a pessoa, porque? Porque quando eu completei a idade de aposentadoria e o tempo de trabalho, o INSS me descontou 10 anos porque eu era profissional da música. Esse é o motivo, me descontou 10 anos. E ninguém tinha o direito de descontar nada, enfim aconteceu, mas tudo bem. Em 1966, Juscelino Kubitschek era o presidente. Quando teve a ordem dos músicos, mas não foi aprovada pelo próprio presidente, entendeu? Só que com esse papo do deputado federal, o povo inventou a ordem dos músicos do Brasil, era falsa. Chegavam nos grupos, igual o meu que eu tinha, na hora da promoção. E falavam:

- Cadê a carteira de músico? Dizia o fiscal da ordem dos músicos.

- Tá aqui a carteira, ta paga a anuidade é paga.

Quando eu descobri, eu parei de pagar. E não deixei mas meus músicos pagarem, porque não valia nada.

Guilherme: E se viesse fiscais?

Ernesto: Mas o fiscal veio. Aí eu peguei o estatuto da ordem dos músicos no Brasil, que tenho até hoje e mostrei pro delegado da ordem dos músicos. Isso aconteceu em Assis Chateaubriand.

Guilherme: Não é um cara de Rondon, um delegado?

Ernesto: Isso! Esse cara de Rondon! Não é mais! Perdeu a vez. Se chamava Negron Petralha.

Guilherme: O famoso!

Ernesto: Aí sabe o que aconteceu? Ele falou assim:

- Você não pode tocar.

Aí deu um problema muito grande, porque ele falou pro presidente do clube que o presidente do clube que tinha uma multa pra ele também. E eu falei:

- Calma que eu vou resolver tudo e vou tocar esse baile sozinho, o resto dos músicos

ficaram instalando a aparelhagem.

Aí ele falou:

- Para de instalar que se não parar eu vou chamar a polícia.

Guilherme: O Petralha?

Ernesto: É, ele mesmo.

- Então você chama a polícia. Eu falei.

E ele chamou a polícia, venho dois policiais, não demorou meia hora e veio dois policiais. Chegaram lá e disseram: O que está acontecendo? Ele explicou a história para o policial. O policial virou para mim e perguntou:

- Então, você tem a carteira da ordem dos músicos?

Eu simplesmente, fui no estojo do meu acordeon, peguei o estatuto, abri ele na frente do policial e mostrei.

- Você sabe o que significa isso? conhece o que diz neste Estatuto. Eu disse. O policial disse:

- não.

Daí eu perguntei:

- Como você vai aplicar uma lei que não sabe?

Então abri na página onze mostrando que não foi aprovada a lei. O policial virou para o delegado e mandou ele embora deixando a gente tocar. E o dono do clube tava do lado, só olhando. E nunca mais o delegado da ordem dos músicos veio falar comigo.

Guilherme: E o Negron, você sabe do paradeiro dele? Muita gente fala sobre ele.

Ernesto: Então, ele está em Rondon ainda, mas ele perdeu. Ele cobrava, fazia um documento na gráfica.

Guilherme: Falso!?

Ernesto: Era falso, e o dinheiro ele colocava no bolso.

(Ernesto, 2019. Toledo-PR)

O relato acima é sobre a experiência de Ernesto Delaver sobre as relações de contrato dos músicos na década de 1990. A política brasileira no século XX passou por uma série de mudanças enquanto as leis trabalhistas dos músicos. A primeira metade do século, ficou marcada por tentativas de articulações de músicos em associações por uma busca de reconhecimento da profissão (SIMÕES, 2011).

Neste capítulo da pesquisa, procuro compreender, a partir das experiências dos trabalhadores estudados, como estes lidam com estas regulamentações ou não regulamentações que se estabelecem em seu ofício. Busco entender como se estabelecem as relações de trabalho entre o músico e o contratante. Neste caminho podemos enxergar as formas de exploração que se estabelecem. Nas análises já feitas, observamos que alguns músicos mesmo tendo a experiência de regulamentações deste trabalho, não enxergam nela avanços em sua qualidade então profissional, acabando por

optarem em relações de trabalho na informalidade.

Primeiramente tentarei compreender e dissertar sobre o movimento histórico das regulamentações trabalhistas, desde as questões políticas que envolvem a criação de leis, passando pelo processo de luta contra estas leis. E buscando compreender as experiências das gerações de músicos que não passou por essas regulamentações.

A hipótese que sigo e tento explorar é que muitos músicos não veem o seu trabalho como profissão. Muitas vezes ele interpreta o que faz como um hobby, principalmente nos casos em que os músicos possuem outros empregos e sua renda com música é a menor parte. Para isso, primeiro abordarei suas relações no âmbito da legislação.

A carteira profissional em que Ernesto refere-se acima, se trata de um documento estabelecido pela Ordem dos Músicos do Brasil - OMB. Nas bibliografias⁹⁵ procuradas acerca do tema, preciso contrariar a afirmação de Ernesto no que diz respeito sobre a carteira ser falsa, ela existiu. O que talvez o caso acima está relatando de forma não tão explícita é que não se trata acerca da existência, mas dos abusos de poder que os agentes exerciam sobre ela, e como isto interfere nos sentidos que Ernesto atribuía a sua profissão.

A Ordem dos Músicos do Brasil juridicamente nasce com um Projeto de Lei n.699, de 1959, de iniciativa do Poder Executivo, publicado no Diário do Congresso Nacional, em 08 de agosto de 1950, p.4989/4992. Esta lei foi um reação da profissão em um tempo onde o artista era atribuído pela sociedade atributos que o definiriam como um vagabundo e boêmio. A marginalização da profissão perante as regulamentações profissionais foi um dos motivos da criação desta lei. As lutas contra este estigma na profissão não são atuais. As discussões acerca desta lei indicam que o pano de fundo era acabar com o preconceito criado sobre a profissão e os estereótipos onde os músicos eram considerados maus elementos na sociedade.

Esta lei não foi um movimento público, mas sim uma ação paternalista do presidente Juscelino

⁹⁵ Um estudo que avança nestas discussões é o de Amaudson Mendonça, em uma dissertação de mestrado intitulada "*OMB, OBRIGADO NÃO*": Análise Social sobre as relações de poder na Ordem dos Músicos do Brasil no Estado do Ceará (1998-2003). O autor nos coloca em um debate bibliográfico sobre o período histórico construção desta organização e há quem ela servia e como os músico receberam elas.

Kubitschek, buscando proteger as explorações no âmbito trabalhista. Segundo Rodrigo Moraes(?), a lei 3.957/60 que estabelece os direitos e deveres da OMB, possui um caráter extremamente paternalista e corporativista. Este fator se deve à legislação mundial criada ao longo dos anos 30 e considerada em 1943 cujo conteúdo relacionado a sindicalização e contribuição sindical onde obriga trabalhadores da iniciativa privada a recolher obrigatoriamente ao valor equivalente a um dia trabalho. Esta cobrança recebeu o nome de Imposto Sindical. De modo geral, os músicos se opuseram a tal cobrança porque não viram nenhum benefício nela. Este fator é explicado pelo seu contexto histórico que é marcado por um período onde a sindicalização era obrigatória para os trabalhadores imposta por sindicatos que eram controlados pelo Estado. Esta lei, não repercutiu de forma amigável para os músicos que reagiram com movimentos sociais logo em sua implementação.

Nos caminhos de se pensar experiências dos músicos com a OMB em Toledo, provavelmente encontraremos em músicos com uma experiência de profissão maior. Neste sentido, o período de 20 anos de atuação profissional de Sérgio Fogasso, nos mostra experiências de rupturas históricas que os músicos de Toledo vivenciaram. Uma questão interessante de se abordar sobre este sujeito é sua experiência referente a carteira profissional de músicos concebida pela OMB. Pelos relatos de Sérgio se entra em questão pensar, como uma categoria, que já participou de uma experiência em que sua profissão tinha um respaldo legal perante a lei, concebe esta vivência como negativa. A maioria dos músicos relatam como negativa e ineficaz esta ação.

Nas entrevistas classifiquei de modo geral duas interpretações dos músicos acerca da real eficiência da carteira da OMB. Podemos categorizar que os entrevistados de maior idade, que possuíam uma maior experiência nesta forma de legislação se identificam em compreender que esta carteira serviu de atraso nos direitos. E os outros músicos, que começaram sua experiência após esta obrigatoriedade não demonstram interesse nesta possibilidade.

As formas de exploração sobre o músico no capitalismo são tão intensas que em nossa sociedade, tal ofício desvanece o sentido e direito do reconhecimento como profissão. Esta falta de reconhecimento serve para continuar desregulada a balança da distribuição de capital, precarizando trabalhadores que se dispõem a tal ofício. Dentro da bibliografia que pesquisei no que diz respeito às formas de relação dos músicos, a OMB não se mostra como necessidade de regulamentação

profissional. Um exemplo prático destes contratos incide na relação contratual de trabalho entre músicos e donos de casa de show, a qual quase sempre é feita de modo informal. Em um estudo realizado em 1997 no estado de Santa Catarina, Marcus Bonilla percebe que a maioria dos contratos de trabalho eram realizados de forma informal. Em entrevistas a empreendedores da cena, 83,3% mantinham os contratos em caráter verbal, sem documentos e nenhum vínculo empregatício. Isto não é uma questão da relação dos empreendedores com os funcionários, mas sim como a categoria é tratada: “Estes mesmos empreendedores declaram que com os demais funcionários este vínculo é diferente e as normas trabalhistas das outras categorias são respeitadas” (BONILLA, 1997. p.49.).

Contextualizando as questões políticas que envolviam a pesquisa de Marcus Bonilla em 1997, as regulamentações trabalhistas dos músicos possuíam formas distintas das que vemos hoje. Nesta época, estava em vigor regulamentações onde os profissionais que se apresentassem em casas de shows só poderiam exercer a função com a apresentação de uma carteira de trabalho exclusiva da categoria. O que vimos, na pesquisa é que o período em que a lei estava vigente, as regulamentações não eram cumpridas. Com as entrevistas, o que percebi é que a falta de informação até os anos 90 foram úteis para que quisesse se favorecer delas. Por isso, muitos músicos relatam que pagavam créditos a fiscais onde muito tempo depois descobriram a fraude. O que me parece ser o caso abordado no começo do capítulo de Ernesto Belaver.

A partir da implementação da lei que dirigia a Ordem dos Músicos cada Estado passou por questões particulares no que diz respeito a esta fiscalização. Até o início de 2007, era obrigatório músicos em São Paulo portarem a Carteira da Ordem dos Músicos do Brasil para atuarem nas casas noturnas (GODOY,2014. p.11). O uso desse documento gerava maior fiscalização sobre o trabalho e multa ao não cumprimento das pautas previstas na Lei nº 3.857/60. Porém, a constitucionalidade da lei foi questionada nos demais Estados por outros músicos. Segundo Amaudson Mendonça(2003), no Estado do Ceará a fiscalização tornou-se um “caça níquel”, marcados por casos de corrupção, violência e abusos de poder, sendo constantemente abafadas.

Aos sujeitos que trabalham com música existem conflitos nos interesses destas relações sobre legalidade. Toda esta falta de organização social é acompanhada por uma baixa ação sindical dos músicos, que acabam experimentado um sentimento de solidão e desamparo na profissão. É difícil se

verem como uma categoria que vive os mesmos dramas vinculados à exploração do trabalho, a subvalorização dos talentos, as dificuldades e barreiras para divulgar seus trabalhos, enfim, uma condição comum que os caracteriza como um grupo social no interior da classe trabalhadora. Tudo isso, contribui para a fragmentação de uma identidade coletiva, ou, mantém os músicos politicamente separados, em distintas posições no mercado de trabalho funcionam balizados na competição. Esta é dominante no universo investigado. As iniciativas de criar associações e outros tipos de entidades cujo objetivo seja defender seus interesses integram a ponte necessária desse universo.

Richard Senneth(2003) observa que situações como esta são agravadas pelo acirramento do individualismo e o aprofundamento da (...) experimentada nos tempos atuais sob o desenvolvimento do capitalismo “flexível”. Na leitura desse autor, as pessoas tendem a sentir pressões para que sejam mais competitivas e melhores do ponto de vista das exigências do mercado de modo que as soluções coletivas(sindicatos, associações) perdem força e crédito que nesse contexto:

“Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvia e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros”.

A obrigatoriedade do uso do documento da OMB, como requisito para a participação em espetáculos e shows foi excluída em agosto de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal(STF) através da LEI N° 6303/09 por reivindicações de uma parcela de músicos por sua má eficiência⁹⁶. “O que os músicos alegam é que não obtém nenhum benefício da instituição e que são “obrigados” a pagar uma anuidade sem saber exatamente para qual finalidade” (REQUIÃO, 2012. p. 162). A Ordem dos Músicos se manifestou alegando que as regulamentações da profissão estavam sendo construídas por pessoas alheias a esta realidade. E estas atitudes acarretavam em manter o músico em relações de trabalho que não lhe garantisse seguros⁹⁷.

⁹⁶Matéria: **Trabalho aprova projeto que dispensa músico do registro profissional**. Acesso: <https://www.camara.leg.br/noticias/4a80010-trabalho-aprova-projeto-que-dispensa-musico-do-registro-profissional/> Acesso: 04/09/2020

⁹⁷ Matéria: **Ordem dos músicos se manifesta sobre fim da ‘carteirinha’ para trabalhar**. Acesso: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/combate-rock/ordem-dos-musicos-se-manifesta-sobre-o-fim-da-carteirinha-para-trabalhar/> Acesso: 13/02/2020.

Dentro dos músicos entrevistados. Fernando Bonfim nos deu sua narrativa sobre a experiência os benefícios da carteira profissional:

Fernando Bonfim: Antigamente eu via muita competição, sabe? E essa competição separava músicos e não faziam que sentassem e falassem coisas do tipo: “Essa carteirinha podia dar desconto, por exemplo, no sistema odontológico”. Sei lá, pra que a gente olhasse nela um benefício. Benefício que se tinha era como, você podia entrar com a carteirinha em qualquer balada e você não precisava pagar nada. Até que começou ter problemas com isso, e nem isso mais você tinha. Se fiscalizava para ganhar dinheiro, mas não se fiscalizava para garantir direitos. Só deveres(...). Músicos das antigas, você pagava por exemplo, 400 reais por anos, mas você não via benefício nenhum. Não tinha nada que você recebesse a não ser a fiscalização.

Fernando Bonfim apresenta uma percepção de que o sistema econômico cria sobre a profissão dos músicos e suas precarizações. A consciência da união de trabalhadores em busca de direitos me parece explícito em suas falas. Porém nele percebemos que a negação das leis estatais estava em suas eficácias de articulações com necessidades reais dos músicos.

As formas de relação que vi nos músicos de Toledo nesta pesquisa, foram além das relações com a OMB. Para entendermos estas relações precisamos mostrar seu processo histórico. Nas análises dos depoimentos, até os anos de 1990 a OMB servia como mediadora das relações dos músicos em Toledo. Porém depois deste período as contratações mudaram seu formato.

Dentro do que forma as relações de trabalho dos músicos, o que eu explorei foi como os discursos aparecem como forma de precarizar a profissão. Esta percepção decorre também da minha própria experiência como músico que se apresenta em bares e pubs da região. Uma das visões mais disseminadas na sociedade sobre o músico freelancer (e que atravessa todos os estados sociais) o estigmatiza freelancer como desocupado, desenraizado, que não encontra eco nas práticas. Nas percepções dos entrevistados todos sentem essa carga de preconceito e, ao mesmo tempo, não desenvolvem iniciativas coletivas para combatê las. Sobre este conceito Wills acrescenta:

“Contrary to popular conception, the term "popular musician" does not refer solely to the rock and pop musician. Indeed, backbone of popular music is the freelance musician, who is able to apply his skills to a number of situations, including theater work, recording session work, club residencies, and jazz⁹⁸.”(WILLS, 2013. p. 23)

⁹⁸“Ao contrário da concepção popular, o termo “músico popular” não está se referindo somente aos músicos de rock e

Não estamos querendo abordar exclusivamente um gênero musical, mas mostrar uma categoria que possuem relações semelhantes de trabalho. Um dos motivos que podemos pensar é o distanciamento que o conceito entre artista e trabalhador se materializam na história. Este olhar do outro sobre si é experimentado pelos músicos do Oeste do Paraná, pois, conforme o entrevistado Vinicius Pelin ao ser questionado sobre qual a pior parte da profissão:

O preconceito. Porque tem aquela brincadeira, você é só músico ou trabalha? A nossa agenda é praticamente cheia, a gente não para de trabalhar, é o dia inteiro trabalhando. Até algumas pessoas que falam isso eles dão risada porque sabem o tanto que levamos a sério e que é verdadeiro. Mas a gente sabe que tem um preconceito sim. Por exemplo, um músico que só toca na noite. A galera acha que ele só vai beber. Tem músicos que bebem, tem músicos que não, depende da forma que você vai levar a coisa. O meu pensamento é o seguinte: O palco é um escritório.⁹⁹

Na narrativa do entrevistado torna-se evidente a necessidade de abordar este tema. As contradições que elas mostram são evidentes. Os discursos da própria sociedade não se sustentam quando se deparam com certas experiências vividas. Algumas reflexões sobre a construção de identidade em relação ao músico com seu trabalho em sociedade foram realizadas por Macedo. Segundo ela:

“A vida artística é acompanhada de rótulos negativos, preconceitos e estigmas sociais da sociedade em relação aos artistas [...]. A imagem do músico, construída socialmente, afeta de modo negativo a formação de uma identidade profissional. Portanto, ele experimenta, dentre outros, sentimentos negativos.” (ASSIS. 2010. P,62)

Estas noções ajudam a manter uma precarização do trabalho destes trabalhadores músicos atuantes no Oeste do Paraná e sujeitos dessa análise. Buscando materializar o conceito de precarização nas relações de trabalho do músico, Dilma F. M. Pichoneri analisando entrevistas dos músicos da Orquestra Sinfônica Municipal (OSM) de São Paulo seguiu conclusões onde:

pop. De fato, a espinha dorsal da música popular é o músico freelancer, que é capaz de aplicar suas habilidades a inúmeras situações, incluindo trabalho de teatro, sessões de gravação (produtor musical), residentes de clubes, e jazz”. Tradução literal do autor.

⁹⁹ Entrevista concedida por Banda Outro Lado.. Entrevistados: BONFIM, Fernando.; GENTIL, Mateus.; PELIN, Vinicius. Entrevista III [nov. 2018]. Entrevistador: Guilherme Cezar Nardi. Toledo, 2018, [Duração 45 minutos].

A formação profissional dos músicos de orquestra, considerada enquanto um processo contínuo que se reinicia a cada concerto, a cada espetáculo, é extremamente prejudicada em um contexto de precarização das relações de trabalho.¹⁰⁰

Ou seja, a formação técnica do músico necessita uma rotina de dedicação a este ofício, que nos estudos salientados não se é possível devido às formas de organização deste trabalho. Esta pesquisa não refere-se a músicos atuantes em orquestra, porém as reflexões acerca da profissionalização do músico estar relacionada ao aperfeiçoamento de sua técnica é compartilhado por todos que se aventuram pelo mundo da música. Então, seguindo esta reflexão a precarização se estabelece pelo fato de que o aumento de trabalho dos músicos não ocorre em um sentido de profissionalização técnica, mas sim ligado a outros aspectos não relacionados a prática como musicista. Dentre estas outras ocupações que o músico exerce, está a: “[...] busca de uma garantia de espaço no mercado musical e aumento de renda, geralmente desenvolvido em tempo determinado, sob forma de cachês ou apresentações em casamento, por exemplo.”¹⁰¹

Dos desdobramentos que podemos ver sobre a precarização da profissão, podemos elencar vários fatores. Nestas tentativas de garantias de uma renda fixa os músicos acabam optando por outras profissões ao mesmo tempo, conforme salientado na reflexão de Dilma F. M. Pichoneri: “Ao trabalhar como docente, ele deixa de atuar como músico de orquestra. Trata-se de outro conjunto de conhecimentos que precisa ser mobilizado para o desenvolvimento da atividade docente”.¹⁰² O apontamento feito pela autora está presente nos relatos concedidos através de entrevistas realizadas com músicos do Oeste do Paraná. Não cabe elencar todos neste projeto, no entanto, a narrativa de Vinicius Pelin da banda “Outro lado”, demonstra a percepção deste e sua relação com a jornada de trabalho:

Que eu trabalho são 10 aulas por dias. Segunda e terça tem 10 aulas, tem dias que tem 9. Tem dias que são 6, 7 aulas. Daí fora o resto, com a banda a gente tem ensaio toda quinta de manhã. É um compromisso nosso. Ah, também tem que tirar a música pros alunos. É cansativo, porque você sempre tá nessa de dar aula, aula, aula mas é

¹⁰⁰ PICHONERI, Dilma Fabri Marão. **Relações de trabalho em música: a desestabilização da harmonia**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2011. p.164.

¹⁰¹ Ibid., p.164.

¹⁰² Ibid., p.165.

gratificante, porque você está vivendo aquilo que você gosta que é música.¹⁰³

Neste caso, o ofício do músico se torna então o ofício do professor, que se desprende de seu aperfeiçoamento técnico para outras funções. Torna-se pertinente abordar e refletir sobre tais experiências, pois, ao compreendê-las relacionadas ao mundo do trabalho, percebemos que estas práticas ao longo do tempo são as que constroem e desconstróem sentidos e significados. O ser músico e as formas como essas relações se dão no tempo presente estão em disputa.

Aqui cabe problematizar as experiências de David Salata enquanto músico onde nos revela outro desdobramento desta exploração. As experiências da profissão relatadas por ele, nos mostram uma série de problemas enfrentadas por uma categoria não amparada pelas leis. O que me motivou a estudar esta categoria, não foi apenas minha aproximação com a profissão esvaziada de sentido, foi a experimentação das contradições de um trabalho tão admirado e ao mesmo tempo tão explorado.

David Salata ao relatar as experiências que a vida de músico noturno trouxe a ele, notamos o relato de um trabalho cansativo, repetitivo e mal remunerado. Valmir Alcantára Alvez, em “*Quando o trabalho do músico passa de improdutivo para produtivo no capital em Belo Horizonte*”, também encontrou realidade semelhante:

“Nos permite ousar dizer que ele(trabalho) se configura para além do ato de vender sua força de trabalho em busca de remuneração: acreditamos que existe uma remuneração social do trabalho, um fator de integração a determinado grupo com certos direitos sociais”.(ALVEZ, 2018. P.4)

A concepção da profissão de músico de David é o resultado de uma experiência de trabalho. Não sabemos certamente o que a profissão lhe mostrava como vantajosa para esta escolha. Nas entrevistas, ele mostra sentir no cotidiano a falta de direitos trabalhistas que a profissão guarda. Lembro no dia que o tom de seu relato era de indignação, não havia conformidade, era um mecanismo de resistência a esta situação. Parte destes trabalhadores põe em práticas em seu cotidiano maneiras de se proteger a exploração. O fato da profissão estar a margem de contratos formais, não significa que estão isentos a resistência. David e outros músicos relataram nas entrevistas sobre um grupo em

¹⁰³ Entrevista concedida por Banda Outro Lado.. Entrevistados: BONFIM, Fernando.; GENTIL, Mateus.; PELIN, Vinícius. Entrevista III [nov. 2018]. Entrevistador: Guilherme Cezar Nardi. Toledo, 2018, [Duração 45 minutos].

uma rede social para celulares (WhatsApp), que foi criado em 2018, onde estão inseridos os músicos que fazem acústicos da cidade. Estes músicos compartilham das mesmas casas noturnas como ambiente de trabalho. Por serem acústicos, sua gama de locais de show aumenta, devido ao fato de agradarem até pequenos restaurantes de comida chinesa, ou um casal comemorando seu aniversário de casamento em um jantar de comida gourmet.

Este grupo de músicos locais em sua maioria se apresentam nas mesmas casas participam deste grupo de whatsapp. Ali, socializam-se e formam consensos e discordam sobre aspectos ligados ao mercado de trabalho onde estão inseridos. Conversam entre si sobre cachês, sobre situações positivas e negativas em relação aos bares tocados. Na falta de amparo em lei, este recurso se torna uma estratégia de classe para a sobrevivência da profissão. Porém, cabe salientar que os músicos inseridos estão no contexto do capitalismo liberal, onde se veem em situação de competição. Onde o ambiente condiciona os sujeitos a uma solidariedade profissional, também leva a uma concorrência para sobrevivência.

Contudo, os profissionais que tocam nestes locais são de uma espécie de cartilha que repartem dos mesmos músicos nas mesmas casas, variando da relação pessoal do dono com o músico. Então, neste grupo, os músicos compartilham posicionamento a sua profissão, porque compreendem que o sucateamento dela pode estar relacionado aos outros trabalhadores do seu lado. Nela, eles conversam sobre o mínimo a se cobrar em cada casa, o que levar, quantas horas tocar, quais casas preferem de tocar, quais não. Se houve falta de pagamento em tais locais, todos ficam sabendo e negando tocar em tal local, não por um código, mas pelo medo da falta de remuneração.

David Salata relata as importâncias que ele compreende sobre estas discussões:

“Imagina se eu estou indo tocar em cascavel e o pneu estoura. Você acha que eu vou ganhar um real? E o cara ainda vai ficar “puto” comigo. As vezes eu fico com gripe. Assim, eu dou bastante aula e se um dia eu falar: “Não, hoje não consigo cantar, preciso cancelar o show”. Ele vai ficar de cara comigo. Ele não entende que é meu instrumento de trabalho. Tipo assim, eu posso cortar o dedo. Qualquer músico está sujeito a cortar o dedo, quebra o dedo. Não toco, é zero. Você não fez o show é zero. Não tem garantia nenhuma. E se o cara fala que não vai pagar não precisa. Não tem contrato. Hoje em dia tem conversa do Whatsapp, vale como prova. Mas se o cara quiser, até vc ir na justiça por causa de 300 pila? Você não vai, ter que contratar advogado, ir no tribunal de pequenas causas, perder tempo, dinheiro, por causa de

300 pilas. Não vai né? Ninguém vai né?”

São inúmeros os fatores que criam sintomas de ansiedade e insegurança nestes trabalhadores. Um simples pneu de carro furado, uma dor de garganta de uma gripe, um dedo cortado, a incerteza de perguntar duas vezes se alguém iria atrás de direitos sobre cachês não pagos. Todos estes são fatores que podem levar ao desvinculamento de casas de show com os contratantes. Então, a submissão sobre condições de trabalho que ultrapassam limites até de saúde se apresentam nessas relações. A angústia relatada é um fator social. Fica explícita com a falta de garantia que veem em sua relação com o contratante. - “Não tocou, é zero”. Sendo a profissão baseada em uma relação direta, contratante com contratado. E a casas de show limitadas e com um número não muito alto de possibilidades. A falta de enfrentamentos legais é uma realidade destes sujeitos.

Neste relato, me parece que existem indícios sobre a visão construídas dos donos de casa de show sobre os músicos. Se trata de uma experiência de um trabalhador sobre a visão de seu contratante, porém, as falas soam como ameaças as condições de trabalho. Que lhe fazem buscar recursos individuais e criativos para enfrentar os problemas de profissão.

Conclusões

Até o momento pesquisa está em desenvolvimento, algumas entrevistas foram realizadas e brevemente analisadas, o que possibilitou abrir questões para serem respondidas no decorrer da pesquisa. Nessa análise prévia, observa-se das fontes que existe uma romantização do modo de ser músico, antes de virar profissão, e conseqüentemente ao se profissionalizar, esta carga vem atribuída. Esta romantização serve de instrumento para uma “pacificação” da categoria, no sentido de aceitar formas de explorações que elas sofrem, como o cachê mal remunerado e as horas de trabalho além do palco que não são contabilizadas. Das questões que motivam a pesquisa ora pretendida, salienta-se a importância em refletir o que ocasiona nas relações de trabalho capitalista, como trabalhadores conhecendo o excesso da carga de trabalho e a remuneração insatisfatória, optam por aquela forma de renda? Estaria esta prática relacionada à tentativa de produzir meios sofisticados de exploração no capitalismo contemporâneo?

Bibliografia

ALVES, Valmir Alcântara. **A relação do músico com o trabalho: quando o trabalho do músico passa de trabalho improdutivo para trabalho produtivo em Belo Horizonte**. 2018.

CERQUEIRA, Amanda Patrycia Coutinho de,. **Paradoxos da atividade artística na narrativa de músicos denominados independentes**. 2017. 1 recurso online (218 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito do Capital**. Livraria editora ciências humanas LTDA. São Paulo, 1978.

ASSIS, Daniela Tavares Ferreira de; MACÊDO, Kátia Barbosa. **O trabalho de músicos de uma banda de blues sob o olhar da psicodinâmica do trabalho**. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 10, n. 1, p. 52-64, 2010.

MENDONÇA, Amaudson. **“OMB, OBRIGADO NÃO”**: Análise Social sobre as Relações de Poder na Ordem dos Músicos do Brasil no Estado do Ceará (1998-2003). 2003. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, 2003. Fortaleza: UECE, 2003. 133p.

REQUIÃO, Luciana Pires de Sá. **" Eis aí a Lapa..."**: processos e relações de trabalho do músico nas casas de shows da Lapa. 2010.

PICHONERI, Dilma Fabri Marão. **Relações de trabalho em música: a desestabilização da harmonia**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2011. p.164.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SIMÕES, Julia da Rosa. **Ser músico e viver da música no Brasil**: um estudo da trajetória do centro musical Porto-Alegrense (1920-1933). 2011.



HISTÓRIA EM DEBATE

V Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS
V Seminário de Pesquisa em História da UFFS

RESUMOS EXPANDIDOS

Anais História em Debate: Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS e Seminário de Pesquisa em História da UFFS, v. 3, n. 1, dez. 2020. ISSN 2675-0635

Organização:



Mestrado
em História



Curso de
História

Populações Tradicionais e sua relação com a natureza

Priscila Daiane Pavan

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista da UFS

Eduarda Rebelatto Brandalise

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista da FAPESC

Resumo

A relação das populações tradicionais com a natureza se difere daquela observada nas sociedades de consumo, uma vez que as primeiras ocupam seus territórios e utilizam os recursos naturais para sua sobrevivência, e como condição para reprodução cultural, social e religiosa. Quando as primeiras Unidades de Conservação foram criadas no Brasil, não houve o reconhecimento inicial dos territórios das populações tradicionais e do seu modo de vida em dependência da natureza, sendo restringida a ocupação e uso dos recursos naturais. Desse modo, a separação entre a natureza e a cultura tradicional desses povos passou a ser promovida pelo Estado a partir da criação de espaços naturais protegidos. Nesse contexto, este trabalho objetiva discutir a relação sociedade/natureza no âmbito das populações tradicionais, considerando a importância em incluí-las nas discussões sobre conservação ambiental, visando preservar também o seu modo de vida e aspectos culturais. Diante das considerações apresentadas, é possível considerar que as populações tradicionais desempenham um papel fundamental para a conservação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Recursos naturais; Cultura; Populações tradicionais.

Introdução/Justificativa

Ao longo dos anos, o ser humano tem modificado sua forma de ver e atribuir sentidos à natureza. Normalmente, quando é tratada a relação entre a sociedade e natureza, baseia-se na ideia das sociedades de consumo dentro de uma lógica capitalista, olhando por este prisma, ignora-se outro modo de enxergar essa relação, como por exemplo, aquela que é realizada entre povos primitivos ou tradicionais, cuja cultura, prevê uma forma de usufruir o natural dentro do estritamente necessário,

comungando com o meio, sem necessariamente alterar o seu equilíbrio. Uma vez que ocupam seus territórios e os recursos naturais presentes neste, como condição para reprodução cultural, social e religiosa.

Quando as primeiras Unidades de Conservação foram criadas no Brasil, não houve o reconhecimento inicial dos territórios das populações tradicionais e do seu modo de vida em dependência da natureza, sendo restringida a ocupação e uso dos recursos naturais. Desse modo, a separação entre a natureza e a cultura tradicional desses povos passou a ser promovida pelo Estado a partir da criação de espaços naturais protegidos.

Objetivo

O presente trabalho objetiva discutir a relação da sociedade e da natureza a partir do modo de agir e proceder das comunidades tradicionais, considerando a importância em incluí-las nas discussões sobre conservação ambiental, visando preservar também o seu modo de vida e aspectos culturais.

Metodologia

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho foram pesquisas bibliográficas de autores que tratam a relação das populações tradicionais com a natureza. Para tanto, os textos foram obtidos em livros e estudos de natureza acadêmica.

Resultados

O Brasil possui uma grande variedade de modos de vida e diferentes culturas consideradas “tradicionais”. De acordo com Diegues (2001), entre as populações tradicionais, destacam-se os povos indígenas, e também as populações e culturas tradicionais não-indígenas, estas denominadas como “camponesas”, resultado da miscigenação entre europeus, indígenas e negros, a exemplo dos “caiçaras”, habitantes do litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os “caipiras” dos estados do

sul, entre outros. Essas populações formadas por pequenos produtores constituíram-se no período colonial, entre a monocultura e outros ciclos econômicos.

As comunidades tradicionais são reconhecidas no Brasil pela Lei Federal nº 13.123/2015 como:

Grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2015).

Por conta do isolamento relativo, às populações tradicionais não-indígenas criaram modos de vida particulares, dependentes dos ciclos naturais, além de amplo conhecimento dos ciclos biológicos e recursos naturais, ligação com o território habitado, crenças em simbologias e mitos, e uma linguagem própria de origem indígena (DIEGUES, 2001).

Visto que a diversidade de culturas e diferentes modos de vida originaram-se a partir do isolamento relativo das populações locais, por conta das mudanças do ciclo econômico do litoral para o interior do país, Diegues (2001, p. 15) afirma que uma “pequena produção de mercadorias” já existia nos interstícios da monocultura colonial, antes mesmo desse desvio. Desta forma, quando se findava o ciclo econômico de exportação regional, as populações retornavam para as pequenas produções de mercadorias.

Com base na perspectiva marxista, o referido autor relaciona as culturas tradicionais a modos de produção pré-capitalistas, onde o dinheiro ainda não é considerado mercadoria, a dependência do mercado já existe, porém não é total. Essas populações dependem dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, para tanto, desenvolvem formas de manejo que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural.

“Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico” (DIEGUES, 2001, p. 61). Essa inter-relação é marcada principalmente pelas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, os mitos ancestrais (aparecimento de constelações

estelares no céu) que determinam o período adequado para pescar, caçar e plantar. Esta identidade também aparece em outras culturas, como a caiçara do litoral sul.

Nesta perspectiva, a prática de utilização dos recursos naturais exercidas por essas populações, está associada com mitos, conhecimentos e valores que definem como determinados recursos serão utilizados (CULTIMAR, 2008). Em concordância, Marques (2001) destaca que estas populações desenvolvem as suas práticas de manejo sobre o ambiente natural com base nestes elementos simbólicos, que representam uma relação de respeito, gratidão, medo e cumplicidade com a natureza, demonstrando a causa direta da preservação ambiental nas localidades em que estas se encontram.

Ainda que existam variadas representações simbólicas e, principalmente míticas que perpassam diferentes culturas entre as populações tradicionais ao longo do tempo, cada uma destas é representada de maneira única por cada organização social, na forma de interpretar e agir sobre o meio natural.

Segundo Arruda e Diegues (2001, p. 73), o conhecimento das populações tradicionais é constituído por um “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitindo oralmente, de geração em geração”. Schimidt (2001) acrescenta que a construção dos conhecimentos destas populações tem grande associação com o meio físico e social habitados por elas.

A partir da criação das primeiras Unidades de Conservação (UCs) no Brasil, as populações ficaram restritas ao manejo da agricultura, perdendo os seus direitos históricos e culturais que antes caracterizavam o seu modo de vida.

As Unidades de Conservação são áreas naturais protegidas pela União, estados e municípios. É através do ato do poder público que são definidas as áreas a serem colocadas sob proteção. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) categoriza as UCs em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, conforme o art. 2º, inciso IV da Lei Federal, são áreas livres de alterações causadas por interferência humana. E as Unidades de Uso Sustentável, que de acordo com o art. 2º, inciso XI, visa relacionar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais,

nesta categoria são permitidas moradias, porém as populações ficam restritas ao manejo da agricultura.

Para Diegues (2001), o preservacionismo baseava-se na percepção de natureza intocada, de ecossistemas que se formaram sem qualquer tipo de interferência humana, e a mínima ação do homem na natureza seria para destruí-la. Porém estudos relacionam a conservação da diversidade biológica com as práticas de diferentes populações tradicionais ao longo da história.

As populações tradicionais desempenham um papel fundamental para a preservação ambiental, representando uma relação simbiótica com a natureza desde a sobrevivência até questões culturais e religiosas. Desta forma, é preciso reconhecer a identidade sociocultural destes povos no contexto dos espaços protegidos, estabelecendo condições de manejo dos recursos naturais entre as comunidades e o Estado, garantindo a conservação da biodiversidade.

Referências

ARRUDA, R. DIEGUES, A.C.S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP.2001.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII DA Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso: 25 set. 2020.

CULTIMAR. **Recursos naturais na vida caiçara**. Curitiba: Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008.

DIEGUES, A.C.S. **O Mito moderno da natureza intocada**. 3º ed., São Paulo, Hucitec/Nupaub/USP, 162p.

MARQUES, J.G. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2. Ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.

SCHIMIDT, M.C. **Etnosilvicultura Kaiabi no parque indígena do Xingu: subsídios ao manejo de recursos florestais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Carlos. São Carlos, 2001.

A Comunidade Rural como centro de socialização

Vanderlei Antonio Kuhn

Graduado em Licenciatura em História – UNIVILLE e especialista em Metodologia do Ensino em História, Faculdade São Luis. Bacharel em Teologia – PUCPR. Mestrando do Programa de História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Pesquisa migração e ocupação urbana da região Nordeste de Chapecó. vanderleiantoniokuhn@outlook.com

Resumo

O texto tem por objetivo analisar a comunidade como centro do processo migratório na região Oeste de Santa Catarina. Dá-se ênfase específica na comunidade rural, tendo como referência a vila de Palmitos. Descreve-se em alguns pontos a história social e de relação dessas comunidades interioranas, no contexto de sua constituição, com as migrações provindas do Rio Grande do Sul. As relações sociais, econômicas e religiosas têm como centro a comunidade, que reúne a partir da igreja, o modo de ser, agir e viver dos membros da comunidade. Os membros da comunidade também possuem seus espaços de partilha, sociabilidade e diversão nos salões de festa, nos diversos esportes e na prática solidária da interajuda nos trabalhos me propriedades particulares ou em espaços comuns, como nas estradas ou edificações comunitárias.

Palavras-chave: Migrantes. Comunidade. Trabalho. Referência. Convivência.

Introdução

O texto tem como objetivo trazer algumas considerações do processo migratório rural da região Oeste de Santa Catarina, enfatizando as características da vivência comunitária onde o núcleo comunitário é o ponto de referência, tendo como modelo a comunidade rural do interior de Palmitos. A comunidade é definida como um “conjunto das pessoas que habitam o mesmo lugar, dos que pertencem ao mesmo grupo social, com um mesmo governo, cultura, economia e história” (SILVA; SILVA, 2009, p. 72). O período da pesquisa compreende as décadas de 1930 a 1950, tendo o objetivo de descrever e contextualizar em alguns traços a história migratória rural, destacando a importância

da comunidade como espaço central e ponto de referência. A centralidade comunitária proporcionou melhorias com a entreatada nos trabalhos comunitários e propriedades particulares. Contudo, se destaca que a comunidade foi o local de atração, partilha e encontro da vivência dos colonos, nos primeiros tempos da colonização, com base na experiência da vivência comunitária proveniente da bagagem cultural dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. Nesse sentido Chartier (*apud* RADIN, 2001, p. 168) destaca que “as representações do mundo social são sempre determinadas pelos dos grupos que as forjam. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, pois elas produzem estratégias e práticas que tendem a justificar as escolhas e condutas dos indivíduos”. Assim, a referência da comunidade rural para os membros dessa sociedade é um espaço geográfico central, desde a demarcação dos lotes, dos espaços de convivência, confraternização, lazer, práticas esportivas, culturais e religiosas.

O contexto da imigração

O fluxo migratório para o Oeste catarinense inicia de modo tímido no início da década de 1920, se intensifica a partir de 1940 e se estende até meados de 1960. Essa colonização, a exemplo de todo o Sul do Brasil, não foi de modo espontâneo. Conforme Heinsfeld (1996, p. 124), “o povoamento dos “vazios demográficos” seguiram critérios e objetivos bem claros e definidos [...], foi planejada por órgãos oficiais, quer sejam centrais, provinciais ou estaduais”. O modelo econômico foi o de pequena propriedade de caráter familiar, (geralmente 25 hectares de terra por família), com o trabalho de mão-de-obra familiar.

Pelo fato da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul ter atingido o seu limite nas primeiras décadas do século XX e fronteira agrícola no “Velho Chapecó” avançado, gerou-se um grande processo migratório, a ser considerado nacionalmente. “[...]. É difícil precisar a quantidade dos que acorreram às “terras novas”, mas, conforme estudos de Roche (1969) e SUDESUL (1975), se estima que cerca de 250 mil gaúchos migraram para Santa Catarina, representando cerca de 60% de todos os que deixavam o Rio Grande do Sul. [...]” (RADIN; VICENZI, 2017, p. 98). A migração para o Oeste de Santa Catarina recebeu predominantemente os descendentes das seguintes etnias, conforme

Nodari (2002, p 36): “os descendentes dos alemães e italianos, ao optarem migrar para o Oeste de Santa Catarina, acreditavam que poderiam recriar as suas próprias práticas socioculturais, idéia essa que era passada pelas próprias colonizadoras”. Além dos citados acima, podemos mencionar a migração dos poloneses, que possuem a prática da comunidade, como centro de suas vivências e espaço geográfico referencial.

Um ponto importante foi o que Eunice Nodari, trata como “éthos do trabalho”, onde somente os descendentes de europeus são considerados aptos à migração, ao trabalho e ao direito de acesso a terra. A opção pela continuidade da vida rural foi possibilitada pela abundância de terras existentes no Oeste de Santa Catarina. “A migração empreendida a partir dos anos de 1920 possibilitou aos colonizadores europeus, ou seus descendentes [...], uma estratégia de reprodução social camponesa, mas também uma nova possibilidade de realização dos sonhos da chegada a uma terra” (RENK, 2004, p. 19).

A unicidade cultural na comunidade se expressa quando as colonizadoras têm o cuidado em manter no mesmo núcleo comunitário a população com os mesmos hábitos culturais e religiosos. Sendo que esses são pontos fundantes, de partida e referência da construção do processo socioeconômico dos migrantes no Oeste. Para Nodari (2002, p. 41) “a comunidade religiosa era importante para a manutenção das práticas socioculturais, [...]. Dessa forma, a valorização do sentido religioso passou a fazer parte da propaganda das colonizadoras”.

As colonizadoras souberam explorar alguns elementos importantes para os imigrantes, por meio de suas propagandas. Entre elas as: “qualidades relacionadas à fertilidade, a existência de água, madeira e clima favorável que abrandavam as dificuldades que pudessem decorrer a quem adquirisse um lote” (RADIN; VICENZI, 2017, p. 89). O acesso à terra era organizado a partir da demarcação dos lotes: “[...]. A demarcação dos lotes era subordinada ao regime hidrográfico, predominando o padrão de povoamento linear. [...]” (RENK, 2000, p. 95). A divisão dos lotes de terra foi organizada em linhas ou comunidades, onde as medições partiam de uma estrada central, com diversos ramais, tendo a comunidade como ponto de partida, seguindo o modelo cultural de migração do Rio Grande do Sul. “[...]. É claro que a cultura herdada de seus antepassados também foi importante. Para cada um desses períodos, uma nova realidade se apresentava e por isso novas atitudes se fizeram

necessárias para ordenar e reordenar o cotidiano desses migrantes, nos diversos aspectos” (RADIN, 2001, p. 159).

A organização espacial e social das comunidades em Santa Catarina seguia o modelo do Rio Grande do Sul, onde era comum o sobrenome da família predominante na região, ceder o nome ao local. Também era recorrente o uso de Santos da devoção do povo: “Entre os ítalos, os nomes mais nomeados: Santa Lúcia, São Brás, Santo Antônio, Aparecida, Caravaggio, Fátima, Maria Goreti [...]” (RENK, 2000, p. 110). Entre os Alemães predominavam as comunidades ou linhas com nomes de elementos da natureza: “Rios, pássaros, plantas, animais, da geografia local ou datas: Seis de Setembro, Passarinho, Tigre, Planície, Lajeado, entre muitas outras [...]” (RENK, 2000, p. 111). Essa migração produziu espaços comunitários, que formaram locais geradores de um intenso movimento solidário e de vivência comum. “Se formaram inúmeras comunidades em torno das quais se desenvolveu intensa vida social. Esquecidas e desamparadas pelo poder público, em geral construíram de forma autônoma um número significativo de escolas, hospitais, igrejas, centros comunitários e espaços de lazer” (RADIN, 2018, p. 164).

A comunidade como centro da imigração

A comunidade tem destaque por ser um espaço central de vivência e os diversos aspectos da tradição herdada foram reproduzidos e reinventados. “A tradição inventada pelos migrantes, objetiva conferir maior coesão à comunidade, [...]. A narrativa que retoma e era reforçada pelos hábitos e costumes da comunidade colonial” (VICENZI, 2008, p. 97).

A comunidade é o ponto onde o coletivo se enfatiza, por meio de práticas como os denominados “puxirões”,¹⁰⁴ para organizar e realizar as tarefas comunitárias, de construir um espaço social comum, como a igreja ou salão de festas. “Destaca-se que boa parte da infraestrutura das comunidades que foram se formando deve-se à ação dos próprios colonos. Na maioria das situações construíram seus espaços comunitários, entre os quais os de lazer, igreja, cemitérios e

104 Puxirões é uma herança cabocla, de interajuda em atividades como roçados e colheitas, que demandavam um grupo maior de pessoas e como isso reforça o sentimento de solidariedade entre os membros da comunidade rural.

escolas. [...]” (RADIN; VICENZI, 2017, p. 98).

O modo de viver dos migrantes na comunidade foi marcada pela prática da religiosidade. “O encontro nos domingos e feriados religiosos, para as celebrações, assumiu também um significado social, pois era a possibilidade de encontro com as pessoas com as quais não era comum conviver no dia-a-dia. [...]” (RADIN, 2001, 163). A igreja foi algo central na vida comunitária e a presença para cultivar a vivência da fé. As missas, cultos, reza dos terços e celebrações festivas dos padroeiros eram vivenciadas com grande destaque, devoção e respeito. A capela ou igreja era o espaço mais importante da comunidade. “O material e o trabalho para a construção da igreja foram respectivamente doados e distribuídos, de forma coletiva. [...]” (VICENZI, 2008, p. 115). Por essa razão, a igreja em geral era a primeira edificação da comunidade. A igreja tinha influência na educação, sobretudo no que diz respeito a moral. Tanto que a capela, durante a semana servia de escola. “No início a educação escolar era precária, deficiente e limitada. O processo de escolarização da comunidade foi lento, e muitas vezes por iniciativa dos membros da comunidade. [...]” (VICENZI, 2008, p. 124). Tanto que os professores, comumente, eram leigos e ensinavam o pouco que conheciam.

Na comunidade as áreas de lazer foram os campos de futebol, canchas de bocha, bolão e salões de festa, bailes e nas bodegas dos clubes, com as jogatinas de carteados. “A maioria das vilas, o campo de futebol vinha acompanhado do clube, onde aconteciam os bailes, jantares, almoços tradicionais, festas, enfim, onde se reuniam as famílias. Os mais velhos jogam o carteados, as mulheres conversam e jogam e as crianças brincam. [...]” (BAVARESCO, 2005, p. 102). Outro aspecto da comunidade era a visita entre vizinhos para conversar e partilhar dificuldades. Os “filós” que consistiam em encontros familiares, com jantares eram muito comuns. A reunião em família também era para se divertir jogando e bebendo era outro momento da vida comunitária, conforme o depoimento do Senhor Olseri Triaca: “[...]. Jogar um baralho, de noite, porque não tinha bodega, nós ia na casa dos vizinhos assim que era um aqui um outro lá longe. Mas se visitava mais na época. E jogava um baralho de noite assim, tomava uma pinguinha” (TRIACA, 2004, p. 4).

A ausência de infraestrutura no processo migratório nas comunidades afirma-se no depoimento da Senhora Adelia Senhore Rodrigues: “Mato! Mato! Nós entremos daqui de Passarinhos num pique. Assim depois que eles fizeram, depois que eles entraram fizeram acampamento aqui. E

depois que eles fizeram a estrada mais larga para poder entrar com a mudança de carroça” (RODRIGUES, 2004, p. 2). A falta da ação do poder público, fez com que o trabalho comunitário coletivo amenizasse a situação, como na abertura ou melhoria dos acessos, como as estradas vicinais, para melhorar o deslocamento da propriedade para a comunidade e da mesma para o núcleo urbano. O que é confirmado com o depoimento de Reynaldo Hilário Perin: “[...] se arrumava a estrada pra ir no comércio, se reunia os vizinhos, se arrumava a estrada pra ir, fazendo boero ou cascalho onde não podia mais passa” (PERIN, 2002, p. 5). Desse modo, percebemos que as iniciativas comunitárias eram para amenizar a ausência do poder público na colonização. “[...]. A presença efetiva do poder público ficou sempre muito aquém das demandas das comunidades que se constituíam. [...]” (RADIN; VICENZI, 2017, p. 98).

Os momentos de vivência comunitária são destaques nas relações sociais. “São momentos de fundamental importância na construção das relações sociais, pois a troca de informações e o contato entre as famílias proporciona o surgimento de muitas organizações da sociedade. [...]” (BAVARESCO, 2005, p. 102). Outro momento significativo da vivência comunitária, por meio da ajuda mútua se refere aos mutirões, para os trabalhos comunitários na edificação da igreja, salão de festas e outros: “Diga-se de passagem, que os mutirões para a construção da igreja, clube, ajuda ao vizinho necessitado, são significativos para o colono imigrante” (BAVARESCO, 2005, p. 102). A solidariedade entre os vizinhos da comunidade, com a troca de favores e serviços, nos mutirões para realizar as tarefas que demandavam mão-de-obra de grupos de pessoas, como nas roçadas ou colheitas. “O trabalho árduo nesses espaços também produziu experiências de solidariedade para o enfrentamento dos problemas, protagonizou vida comunitária, produzindo qualidade de vida e certa autonomia produtiva. [...]” (RADIN, 2018, p. 164).

Os bares nas comunidades eram chamados de bodegas. Elas foram para as comunidades um espaço de socialização e de desenvolvimento econômico. Conforme depoimento do Senhor Olseri Triaca: “[...]. Depois de uma altura então já começou a ter uma bodega. Tem uma bodega sabe. Bodeguinha, uma quadrinha embaixo da igreja ali. A cerveja para nós tomar era um pouquinho fresca, jogar um carta e comprar algum mantimento. [...]. Mais tarde trocamos ou vendemos os produtos da colônia” (TRIACA, 2004, p. 4). Em algumas dessas comunidades se reuniam mais moradores,

tornando-se um vilarejo. Onde a bodega se tornou um pequeno espaço de comércio (venda de secos e molhados e/ou compra e revenda de produtos agrícolas). Alguns casos foram se desenvolvendo ao longo dos anos, a ponto de se tornarem pequenos centros urbanos.

Acima mencionou-se que foi a partir do cunho religioso que surgiram os nomes de muitas comunidades. Percebe-se que a comunidade foi central no aspecto religioso e também cultural, social e econômico. Na constituição e na busca da identidade, pela permanência na terra e o de “ser” dos migrantes no Oeste catarinense. O que Seyferth (*apud* RADIN, 2001, p. 167) destaca como critérios basilares de pertencimento e constituição da comunidade como núcleo de identificação cultural.

Cabe destacar aqui o entendimento de Giralda Seyferth, a qual diz que, entre os imigrantes, as identidades étnicas foram formalizadas com base em critérios positivos de pertencimento a uma nacionalidade. A língua materna, a cultura de origem, mesmo modificadas pelos contatos, a nacionalidade concebida pelo direito de sangue, a filiação às instituições comunitárias e, em alguns casos, à fé, constituíram-se em símbolos de identidade manipuladas para assinalar as diferenças entre imigrantes e seus descendentes e a população brasileira (*apud* RADIN, 2001, p. 167).

Essa vivência, a partir da aproximação cultural e étnica nas comunidades são sinais de aproximação entre a população. Os migrantes se reúnem em comunidades por credo religioso: Católicos e Evangélicos protestantes. Por fim, foi marcante os ajuntamentos grupais, por etnias linguísticas, com comunidades de descendentes de poloneses, alemães ou italianos. Junto a esses elementos, se destaca na comunidade a tradição da culinária e os costumes tradicionais, em suas festas, diversões, celebrações e no modelo de suas edificações (casas, galpões, estrebarias e pocilgas).

Conclusão

Conclui-se que o processo de socialização nas comunidades constituídas de migrantes no Oeste catarinense, seguiu o modelo cultural do Rio Grande do Sul. Onde a comunidade é foi o centro geográfico para a demarcação dos terrenos. A centralidade da comunidade e sua coesão cultural-religiosa-social parte da igreja como espaço aglutinador, que se estendeu para os espaços de vivências: no lazer, nos encontros familiares, na solidariedade e na prática da fé. O cuidado étnico e religioso na constituição dos membros das comunidades foi determinante na constituição da

comunidade como espaço central e de referência a seus membros.

Referências

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

CASOL, Evaldo. **A secretaria do Oeste**. Curitiba: Prottexto, 2013.

CEOM – Centro de Memória do Oeste/Unochapecó. **Entrevista de Olseri Triaca**, cedida no dia 26 de julho de 2004. Palmitos, SC.

CEOM – Centro de Memória do Oeste/Unochapecó. **Entrevista de Adelia Senhora de Rodrigues**, cedida no dia 26 de julho de 2004. Palmitos, SC.

CEOM – Centro de Memória do Oeste/Unochapecó. **Entrevista de Reynado Hilário Perin**, cedida no dia 26 de julho de 2002. Palmitos, SC.

Dicionário de conceitos históricos. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

NODARI, Eunice Sueli; VIEIRA, Alexandre Sarda. **O Oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas**. Fronteiras (Florianópolis), Florianópolis, v. 9, p. 29-50, 2001.

NODARI, Eunice Sueli. **Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras**. Esboços (UFSC), Chapecó, SC. v. 10, p. 29-51, 2002.

RADIN, José Carlos; Os italianos nas terras novas do Oeste Catarinense. HEINSFELD, Adelar (org.). **A região em Perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba, SC: UNOESC, 2001.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização na perspectiva do centenário de Chapecó. *In*: CARBONEIRA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (org.). **Chapecó, 100 anos de histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017.

RADIN, José Carlos; Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. CORAZZA, Gentil. **Dicionário Histórico-Social do Oeste Catarinense**. Chapecó, SC: UFS, 2018.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

RENK, A. **Narrativas da diferença**. Chapecó, SC: Argos, 2004.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

Mulheres do Campo, vão a campo: a Agroecologia pelas Mãos e Mentas Femininas

Daiana Paula Varotto

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista do CAPES
landovarotto@gmail.com

Resumo

As mulheres historicamente tiveram suas duplas jornadas de trabalho, trabalhando em casa e fora. No caso da agricultura, mesmo produzindo alimentos para consumo da família, elas não tinham sua labuta reconhecida como produtiva, aliada as consequências da Revolução Verde a partir da década de 1980, fez com que famílias buscassem alternativas para se manter na agricultura e produzindo alimentos por meio do sistema agroecológico. Nessa perspectiva na metade norte do Rio Grande do Sul no final dos anos 1980 se dão iniciativa da produção de alimentos sem agrotóxicos que culminaram com a criação da Feira Ecológica de Passo Fundo em 1998 e a partir daquele momento, várias outras iniciativas se desenvolveram, na pesquisa dos efeitos dos agrotóxicos, de técnicas de manejo ecossistêmicas e nesse campo a inserção da mulher se deu como uma das protagonistas, afinal o trabalho de produzir alimentos para o consumo da família, focada no bem-estar e saúde, sempre fizeram parte da sua rotina. A presente comunicação tem por objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa de mestrado em História sobre o protagonismo feminino na Agroecologia nos núcleos Planalto e Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia. A metodologia foi pesquisa documental em acervos das entidades que atuam nessa área, revisão das produções acadêmicas sobre o tema e entrevistas, com roteiro semiestruturado, com mulheres agricultoras, pesquisadoras e técnicas de extensão rural. Identifica-se a atuação feminina como componente primordial e exercem papel crucial em todos os setores ligados a Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia; Mulheres; Protagonismo.

Introdução/Justificativa

As mulheres historicamente tiveram suas duplas jornadas de trabalho, trabalhando em casa e fora. No caso da agricultura, mesmo produzindo alimentos para consumo da família, elas não tinham sua labuta reconhecida como produtiva, manifestada pelo não reconhecimento da sua profissão, esta alcançada somente na Constituição Federal de 1988, após muita luta encabeçada por sua auto-

organização.

Aliado a este cenário ficam evidenciadas as consequências do pacote da Revolução Verde no campo, que a partir da década de 1980, fez com que famílias buscassem alternativas para se manter na agricultura e produzindo alimentos por meio do sistema agroecológico e a partir de 04 de abril de 1998 passando a comercializar seus produtos em uma feira por eles organizada, a Feira Ecológica de Passo Fundo.

Esta história inicia a pelo menos 20 anos, no começo da década de 80, onde um grupo, percebendo a insustentabilidade dos sistemas de produção e consumo, iniciou um processo de repensar e reorganizar a forma de fazer a agricultura e o comércio localmente. Alguns grupos de famílias agricultoras começaram a se organizar de forma associativa, e buscar acesso à assistência e formação técnica em agroecologia. Assim, retomaram formas de produção resgatando a sustentabilidade dos processos produtivos (FEIRA ECOLÓGICA DE PASSO FUNDO, 2009, p. 4).

Nessa perspectiva na metade norte do Rio Grande do Sul no final dos anos 1980 se dão iniciativas da produção e comercialização, como a Feira Ecológica de Passo Fundo, e a partir daquele momento, várias outras atividades se desenvolveram, na pesquisa dos efeitos dos agrotóxicos, em técnicas de manejo ecossistêmicas e nesse campo a inserção da mulher se deu como uma das protagonistas, afinal o trabalho de produzir alimentos para o consumo da família, focada no bem-estar e saúde, sempre fizeram parte da sua rotina.

Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa de mestrado em História sobre o protagonismo feminino na Agroecologia nos núcleos Planalto e Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia.

Metodologia

A metodologia foi por meio da pesquisa documental em acervos das entidades que atuam nessa área, revisão das produções acadêmicas sobre o tema e entrevistas, com roteiro semiestruturado, com

mulheres agricultoras, pesquisadoras e técnicas de extensão rural que desenvolvem suas atividades com Agroecologia.

Resultados

Identifica-se a atuação feminina como componente primordial e exercem papel crucial em todos os setores ligados a Agroecologia. As agriculturas desempenham, desde o início da opção, por este formato de produção, papel decisivo, a medida que os primeiros produtos a serem comercializados foram oriundos das suas hortas, do que, inicialmente, era apenas utilizado para o consumo da família.

O quintal produtivo é compreendido como o espaço ou terreno geralmente situado próximo ou mesmo no entorno das casas onde se costumava cultivar e manejar grande quantidade de plantas para vários fins, tais como alimentares, condimentares, medicinais ornamentais, frutíferas e madeireiras. É um espaço aonde também são criados animais domésticos de pequeno porte como galinhas, patos e perus. É ainda um espaço de lazer, acolhimento e maior contato das pessoas com a natureza (DOS SANTOS, CIMA E BONI, 2018, p.114).

De León (2003) ressalta a importância destes espaços como parte dos sistemas agrícolas mais complexos que se conhece. E os responsáveis pela produção de grande parte dos alimentos básicos, como é o caso na África Subsaariana e no Caribe e no sudeste da Ásia, Pacífico e América Latina.

Nos núcleos Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul da Rede Ecovida¹⁰⁵ de Agroecologia, este processo de desenvolvimento e consolidação deste sistema de produção se deu, a partir destas hortas, em especial quando da criação da Feira Ecológica de Passo Fundo, estes foram os primeiros produtos levados para a comercialização.

Começamos levando o que tinha na horta assim, o pouco que a gente tinha na horta, porque na horta a gente nunca passou veneno, daí a gente só ampliou a nossa horta assim, hoje, temos vinte e poucos anos e a nossa proposta de agroecologia ela continua. (FERRO, 2020, p. 2)

105 A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço articulado que surge dos trabalhos de ONGs e outras organizações de agricultores do Sul Brasil que desenvolviam experiências relacionadas a produção, organização social e comercialização de produtos sem uso de agroquímicos. Atualmente ela está organizada em 32 núcleos, 352 municípios, mais de 4.500 famílias, 20 organizações não governamentais e 120 feiras de comercialização de produtos agroecológicos.

Aliando a estas iniciativas a adentrarmos no campo das pesquisas acadêmicas sobre o tema destacamos os trabalhos da professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Vanderleia Pulga, que desenvolve pesquisas ligadas a Agroecologia, Mulheres a Saúde e reforça o papel deste espaço.

As feiras ecológicas são coisas lindas, porque na verdade, a feira ela não é só a troca, porque a troca seria o escambo eu troco alguma coisa por outra, eu vou lá e troco o dinheiro que eu tenho por um alimento ecológico, mas não é só isso, porque na verdade quando a gente vai lá e compra do feirante, do agricultor (a) que está produzindo, fala da sua vida, de onde vem esse alimento, dá dicas de como utilizá-lo. Então, na verdade é um espaço de compartilhar, de somar, a gente sai renovado. Eu gosto muito das feiras, porque elas são espaços de construção de novos saberes e novas coisas, além da gente, não é só trazer ou comprar um alimento como a gente vai no mercado ou em uma outra feira normal, é uma interação de saberes e conhecimentos que a gente não tem em outros lugares (PULGA, 2020, p.4).

As entidades que atuam no tema, Centro de Promoção da Agroecologia (CAPA), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) também são fortemente marcadas pela presença feminina em suas equipes, assim como no desenvolvimento de projetos voltados a este público, sendo a protagonismo feminino como fator primordial para a todos os processos que envolvem a Agroecologia.

Referências

BORTOLIN Camila Ferraz; MARTINS Andressa. **Agroecologia substantivo feminino: um caminho para a luta pela emancipação, autonomia e empoderamento das mulheres.** CETAP. 1 edição – 2020. 1 folheto.

DOS SANTOS, G.; CIMA, I.J.; BONI, V. Quintais produtivos: a experiência do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina. In: PULGA, V.L.; CALAÇA, M.; CINELLI, C.; SEIBERT, I.G.; CIMA, J.I. **Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia.** Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

FEIRA ECOLÓGICA DE PASSO FUNDO. **Organização Popular, ecologia e qualidade de vida: Alimentação.** Revista Comemorativa ao Primeiro Ano da Feira de produtos Ecológicos de Passo Fundo. Passo Fundo, 1999. 20 p.

FEIRA ECOLÓGICA DE PASSO FUNDO. Revista Comemorativa ao décimo aniversário da Feira

de produtos Ecológicos de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008, 20 p.

FERRO, Maristela. **Maristela Ferro**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. São Domingos do Sul, 2020. Arquivo em MP3.

KLEIN, Valdete. **Valdete Klein**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Erechim, 2020. Arquivo em MP3.

LEÓN, Irene. Mulher, vida e semente. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org). **Sementes**: patrimônio dos povos a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p.209-228.

PULGA, Vanderleia. **Vanderleia Pulga**: Entrevista. Entrevistadora: Daiana Paula Varotto. Passo Fundo, 2020. Arquivo em MP3.

Agradecimentos

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Grupo Ecológico Mãos na Terra.

Entre irmãos: representações de masculinidades negras em disputa no rap de *Bluesman* (2018)

Matheus Eduardo Borsa

Graduando do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)

Claudete Gomes Soares

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
claudete.soares@uffs.edu.br

Resumo

O Rap brasileiro, além de um estilo musical, é originalmente uma proposta política de resistência às tiranias de um sistema construído para afirmar as relações de poder, que sustentam espaços de desigualdades social evidenciados, por exemplo, pelas categorias de raça e classe. E quando as rimas são entoadas por uma voz subalternizada, que transpõe o silenciamento histórico, ganham um sentido a mais; a produção de significados sobre si mesmos (HALL, 2016). Mediante as músicas presentes no álbum *Bluesman* (2018), do rapper Baco Exu do Blues, o intuito é perceber como seus ritmos e rimas colaboram para o questionamento do estigma do negro bandido, negro suspeito que recai sobre a identidade dos homens negros, estabelecendo a necessidade de uma leitura sobre suas histórias, subjetividades e posições sociais. No campo analítico, é preciso pensar os homens como produto das estruturas de gênero, autoras como Guacira Louro (1997) já pontuaram como as masculinidades podem assumir múltiplas faces. Essas hierarquias, de acordo com Osmundo Pinho (2004) são expressas em relações entre subalternos e hegemônico, sendo ambos sujeitos políticos engajados em jogos de poder e dominação. Assim, no contexto social brasileiro, os homens negros estão historicamente dispostos em detrimento de homens brancos e nessa relação de poder a humanidade do homem negro é negada, seu corpo é reduzido ao bestial, monstruoso, sexual e irracional. Essa análise, fruto de uma pesquisa maior, mostra que sujeitos negros são capazes de pensar a si mesmos, utilizando um campo em disputa, mas favorável a expressão de subjetividades.

Palavras-chave: Subjetividade; Baco Exu do Blues; homens negros; Rap de afeto; Intelectualidade musical.

Introdução/Justificativa

As *práticas representacionais* são essencialmente portadoras de significados, dizem mais do que aquilo que mostram, comportam sentidos construídos social e historicamente (PESAVENTO, 2003). Nesse sentido, tem sido essencial identificar e revelar quais as formas de representação que vigoram sobre os homens negros no Brasil na segunda década do século XXI¹⁰⁶, as quais ocupam um lugar no imaginário coletivo como o corpo bandido, o corpo fetichizado e o corpo projetado para o trabalho braçal e estão imbuídas de hierarquias que evidenciam relações de poder permeadas por diversos marcadores, como gênero e raça. Mas, principalmente, é necessário entender e mostrar quais são os exercícios de desmontagem simbólica das imagens produzidas historicamente sobre os homens negros. *Bluesman* é uma produção artística/intelectual do rapper Baco Exu do Blues e colabora para o questionamento geral da noção de masculinidades, pois expressa práticas de objeção às imagens essencialistas atribuídas aos homens negros.

Foram escolhidas como fonte deste escrito, entrevistas que abordam falas pessoais relacionadas a história de vida e carreira do rapper Baco Exu do Blues, como origem do artista, suas vivências e a interferência de seu marcador social, homem negro. Primeiro, o diálogo realizado entre Lázaro Ramos e Baco no programa *Espelho* do “Canal Brasil” disponível no YouTube. Segundo, a entrevista concedida por Baco ao programa *#provocações* da rede de televisão “TV Cultura”. Além delas, foram pensadas os elementos de contestação ao esteriótipo do negro suspeito, negro bandido no álbum *Bluesman* lançado em novembro de 2018, composto por um curta metragem do disco homônimo de Baco Exu do Blues e nove faixas musicais.

¹⁰⁶Essa pesquisa vincula-se a História do Tempo Presente, na medida em que, pensando nas palavras de Delgado e Ferreira (2013), “o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. [...] portanto o regime de historicidade do tempo presente pode incluir: [...] sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa” (p. 25).

Objetivo

Perceber, por meio das músicas presentes no álbum *Bluesman*, como seus ritmos e rimas colaboram para o questionamento da representação do negro bandido, negro suspeito que recai sobre a identidade dos homens negros.

Metodologia

Apesar do objeto de análise ser o álbum *Bluesman*, é imprescindível imergir no universo do protagonista Baco Exú do Blues e entender suas vivências, porque estão intimamente ligadas a maneira perspicaz do *rapper* de refletir sobre o racismo brasileiro e marcar uma postura política de representatividade a gente negra. O disco, apresenta uma perspectiva pluri artística da música combinando elementos musicais com referências de outras áreas da cultura, como a pintura, o cinema e a literatura, usando de fortes metáforas para nos fazer lembrar que o rap continua sendo a voz do gueto e das ruas. Assim, consideramos que as palavras, símbolos, imagens e experiências articulados com o contexto, no qual o artista produziu a música, bem como o objetivo dele com sua produção devem ser analisados em conjunto. Tendo como resultado uma análise a partir da sociedade que o produziu e que o consome, possibilitando a visão geral dos aspectos debatidos (BARROS, 2010).

Posicionar uma produção artística intimamente ligada à vida de uma pessoa demanda sensibilidade, por isso, como método de análise para esta pesquisa é fundamental utilizar a teoria interseccional¹⁰⁷ estabelecendo uma leitura sobre as histórias, subjetividades e posições sociais de sujeitos subalternos masculinos envolvidos. “As mulheres negras têm tido a consciência de que as experiências das mulheres e dos homens negros estão unidas por solidariedades objetivas e subjetivas[...]” (VIGOYA, 2018, p. 52).

¹⁰⁷ Conceito que emerge do feminismo negro norte-americano. Nesta pesquisa interseccionalidade é utilizada, especialmente, para pensar a experiência racializada, é sobre o racismo interceptado por outras estruturas. “Sensibilidade analítica - a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidades - elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 59).

Outra ferramenta é a interdisciplinaridade¹⁰⁸, oferecida pela História do Tempo Presente. Torna-se fundamental nesta pesquisa diante da escassez de interlocuções na História sobre as masculinidades negras. O conceito de *representação* é um caso onde há troca profícua entre as áreas de História e Ciência Sociais, pois ambas definições se cruzam na medida que decifram a realidade do passado por meio das representações. De acordo com a história cultural “os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2003, p. 21), análogo a esse pensamento, o sociólogo Stuart Hall define “representação como uma prática de produções de significados” (2016, p. 140). Assim, a interdisciplinaridade é uma escolha política no sentido de desestabilizar a lógica da autoridade discursiva. Ponderando o aporte dos diálogos interseccionais, essa análise privilegiou as práticas contra-hegemônicas inscritas na potencialidade dos subalternos de produzirem representações sobre si.

Resultados

Os resultados preliminares apontam que Baco e sua arte, imbuída de ações políticas, confrontam os projetos sistemáticos que esperam que o negro caia. É substancialmente uma fala de exaustão a um arranjo que está acostumado a suspeitar de corpos negros e ceifar suas vidas, mantendo-se impunes. Baco Exu do Blues exercitou seu papel de mensageiro, fazendo jus a Exu, propôs com sua arte a “liberdade das caixinhas[...] não ser o que as pessoas esperam que você seja” (PROVOCAÇÕES, 2019, 10m.) Propõe, como sugere Stuart Hall (2016), a produção de significados sobre si mesmos.

A música e a arte são conjuntos simbólicos imprescindíveis na visibilidade e na luta da gente negra. Funcionam como o meio livre, onde a intelectualidade é exercitada, conforme destaca Toni Morrison: “Meu paralelo é sempre a música porque todas as estratégias de arte estão aí presentes. Toda a complexidade, toda a disciplina. Todo o trabalho deve passar por improvisação de modo a

¹⁰⁸Marieta de Moraes Ferreira em diversos escritos destaca a interdisciplinaridade como um dos desafios para pesquisas com objetos localizados no tempo presente, entre eles cito: FERREIRA, Marieta. *Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil*. Revista Tempo e Argumento, v. 10, n. 23, Florianópolis, jan./mar 2018, p. 80 - 108.

parecer que você jamais tocou nele.” (1993, p.175-82 apud. GILROY, 2012, p. 167)

Eu amo o céu com a cor mais quente
Eu tenho a cor do meu povo, a cor da minha gente
Jovem Basquiat, meu mundo é diferente
Eu sou um dos poucos que não esconde o que sente[...]¹⁰⁹

A singularidade de *Bluesman* está no estranhamento, porque temos um homem negro resgatando em suas rimas o direto à afetividade. Não um estranhamento aos homens negros, já que o sentimento sempre fez parte de suas subjetividades. Mas sim, um estranhamento para quem está acostumado a ouvir um rap de homens negros caracterizado com falas de raiva e revolta e a olhar para eles como símbolo de agressividade - sexual ou não. Está sendo proposto um movimento de reapropriação da subjetividade negra como plataforma política revolucionária, um corpo negro sentimentalizado que não esconde o que sente.

Embora ainda esteja em desenvolvimento, essa análise mostra que sujeitos negros são capazes de pensar a si mesmos, utilizando um campo em disputa, mas favorável a expressão de subjetividades. Por isso, a importância de Baco Exú do Blues, um cidadão fora das fileiras acadêmicas, constrói um espaço de liberdade a partir da sua experiência e através do Rap consegue evidenciar essa relação basilar entre a História e o presente. Entendendo a linguagem como um mecanismo da manutenção do poder, *Bluesman* consegue aproximar o discurso político racial de diferentes grupos sociais.

Dessa forma, olhar para o rap a partir das masculinidades negras consiste em encontrar elementos que permeiam a vida cotidiana e construir uma análise reconhecendo as vivências e os espaços de luta, de muitas vidas que incomodam as estruturas de opressão. E, fundamentalmente, perceber que o questionamento às representações impostas e a construção de significados próprios sugere um desequilíbrio nas relações de poder. Estamos, cada vez mais demonstrando as diversas possibilidades de ser homem negro.

¹⁰⁹Verso da música *Bluesman*, primeira faixa do disco homônimo. Disponível em plataformas de streaming como YouTube, Spotify e Deezer.

Referências

fontes:

999. *Bluesman*: Filme Oficial. Los Angeles: Stink Film, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-xFz8zZo-Dw>. Acesso em: 8 jun. 2020.

999. *Baco Exu do Blues*: Bluesman. São Paulo: EAO Records, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=82pH37Y0qC8>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BACO Exu do Blues. *#Provocações*. Programa de TV. São Paulo: TV Cultura, 29 out. 2019. (29m16s). Disponível em: https://tvcultura.com.br/videos/71657_baco-exu-do-blues-provocacoes.html. Acesso em: 8 jun. 2020.

CANAL BRASIL. *Baco Exu do Blues e Lázaro Ramos*: Espelho. 2019. (24m23s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ghzaX-NteLI&t=1140s>. Acesso em: 8 jun. 2020

bibliografias:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BARROS, J. D. A. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FERREIRA, Marieta. **Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil**. Revista Tempo e Argumento, v. 10, n. 23, Florianópolis, jan./mar 2018, p. 80 - 108.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, C. E. Afro-Asiáticos, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Ed. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1ª edição, São Paulo, Perspectiva, 2019.

MATOS, Maria, I. S. **Por uma história das sensibilidades**: em foco – a masculinidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001. p. 45-63.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIGOYA, Mara V. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Papéis selvagens, Rio de Janeiro, 2018.

O papel da agroindústria na transformação da paisagem do Oeste de Santa Catarina: o caso do Projeto de Desenvolvimento Municipal Aurora Floresta (2004)

Gabrieli Elisa da Costa

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista da UFS

Michely Cristina Ribeiro

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista do CNPq

Samira Peruchi Moretto

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo

Ao longo do século XX, o processo de colonização da região oeste do estado de Santa Catarina acelerou as transformações ambientais no local. A importância econômica da indústria madeireira levou a um desmatamento intenso, que reduziu consideravelmente as áreas de floresta nativa na região. Com isso, outros setores passaram a ter maior destaque na economia, como as atividades agroindustriais. Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio da perspectiva proposta pela História Ambiental, as relações entre as agroindústrias da região com as transformações na paisagem, principalmente através dos projetos de reflorestamento. Para isso, serão utilizados como fonte documentos relativos ao Projeto de Desenvolvimento Municipal Aurora Florestal e iconografia. A implementação das agroindústrias no oeste o estado se relaciona com diversas mudanças ambientais que envolvem alterações no sistema produtivo como um todo. Através das fontes analisadas, é possível perceber que a utilização de espécies exóticas para o reflorestamento também se inclui no quadro de transformações relacionadas com as atividades das agroindústrias.

Palavras-chave: Reflorestamento; Agroindústria; História Ambiental.

Introdução/Justificativa

No início no século XX, a região Oeste de Santa Catarina passou pelo processo de colonização com a vinda de imigrantes do Rio Grande do Sul, em sua maioria descendentes de alemães e italianos. Esse processo acelerou as transformações ambientais na região tendo em vista importância da indústria madeireira como principal atividade econômica no início da colonização, que causou um desmatamento intenso, afetando o bioma local, principalmente a formação vegetal da Floresta Ombrófila Mista (FOM), e reduzindo consideravelmente a área de floresta nativa.

Nos espaços desmatados, eram implementados os cultivos agrícolas, bem como a criação de animais. O modelo de colonização ocorrido na região favoreceu a existência da agricultura familiar em pequenas propriedades. Com a queda da indústria madeireira como principal atividade econômica da região, torna-se possível a emergência de uma nova atividade econômica, tão lucrativa quanto a indústria madeireira, levando aos primeiros projetos em torno da criação das agroindústrias. De acordo com Silva e Hass (2017), a escolha das elites políticas e empresariais locais por um modelo agroindustrial que superasse os obstáculos encontrados para atingir o tão desejado desenvolvimento da região está relacionada com o contexto histórico local, incluindo entre seus fatores o declínio da indústria madeireira.

Nesse sentido, além do surgimento de grandes empresas voltadas ao ramo agroindustrial, também foram criadas cooperativas que atuavam na região oeste catarinense, contando também com incentivo do estado. Entre estas, em 1969 foi criada a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda (Coopercentral - Aurora) (LIMA, 2018). Segundo Pertile (2008), a cooperativa em questão teve sua atuação voltada para a suinocultura. Apesar disso, considerando a abrangência regional das cooperativas, outras atividades também foram desempenhadas. Neste trabalho, buscamos dar ênfase à relação entre a Coopercentral Aurora e o reflorestamento.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre as agroindústrias da região com as transformações na paisagem, principalmente através dos projetos de reflorestamento na virada do século XX para o século XXI.

Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa foi realizado a partir da perspectiva proposta pela História Ambiental, a qual tem como objetivo compreender as relações que diferentes sociedades estabeleceram com o mundo natural. De acordo com Pádua (2012, p. 31), “o ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas. A apropriação dos recursos da natureza e a valoração das paisagens, nesse sentido, possuem uma clara historicidade”.

Desta forma, buscamos compreender a atuação da agroindústria na proposição de projetos de reflorestamento, considerando o papel de relevância que ocupam na região. São utilizados como fonte documentos relativos ao Projeto de Desenvolvimento Municipal Aurora Florestal e iconografia.

Resultados

Com a ascensão das atividades agroindustriais, que passaram a ocupar uma posição de destaque na economia estadual, a importância do setor madeireiro na região oeste catarinense declinou, embora não tenha deixado de existir. Desse modo, a falta de matéria-prima preocupava empresários ligados ao ramo das madeireiras. Para resolver esse problema, o reflorestamento realizado principalmente com espécies exóticas foi implementado na região, ainda na segunda metade do século XX. De acordo com Moretto e Brandt (2019), havia uma demanda da própria agroindústria para a produção de lenha, a qual superou o volume de madeira destinado para as serrarias. Assim, já nesse período, existia um interesse das agroindústrias pelo reflorestamento. Mesmo com as

transformações observadas no setor, nos anos 2000 a proposta de realização de reflorestamento era demonstrada como vantajosa ao pequeno produtor cooperado.

Para analisar essa relação, utilizamos o documento que apresenta a proposta do Programa de Desenvolvimento Municipal Aurora Florestal, o qual foi redigido de forma a demonstrar os argumentos favoráveis a sua implantação. Desse modo, inicia apontando alguns aspectos de sua atuação enquanto cooperativa. Segundo consta no documento, a principal característica da Coopercentral consiste na “valorização do trabalho do homem e do meio ambiente como forma de manter a origem pura dos alimentos a serem industrializados” (p. 7). Indicadores econômicos e projeções de consumo ocupam parte significativa das páginas do documento.

Uma das páginas do documento discute a possibilidade da região Oeste do estado estar ou não em declínio, por ser a região que mais abrange território geográfico e população do estado (30% e 22%, respectivamente), porém a que menos demonstra crescimento (p. 13). Nesse tópico do Projeto, discute-se a implementação do parque agroindustrial na região Oeste de Santa Catarina nos anos 1960, e também como políticas monetárias de incentivo a agricultura acabam “esvaziando a região que oferece melhores condições de crescimento quando analisada sob vários ângulos, principalmente a relação custos/benefícios” (p. 17) e endividando o setor agrícola devido equívocos causados pelos agentes fomentadores dessas políticas. Entretanto, havia solução para o impasse do declínio na região, pois “(...) ainda há jeito basta que se volte a valorizar as vantagens competitivas da região: seus recursos naturais sua localização seus conhecimentos e experiências a capacidade empreendedora e amor ao trabalho, de sua gente.”

Além desses aspectos, é interessante observar as imagens que compõem o folheto de divulgação da proposta em análise. Embora em diversos momentos esteja destacado que o objetivo principal do projeto de reflorestamento está na finalidade econômica, algumas imagens utilizadas transmitem a ideia de uma natureza a ser contemplada, como podemos observar na Figura 1. No documento, não são apresentadas as referências da imagem, o que dificulta a localização da área representada.

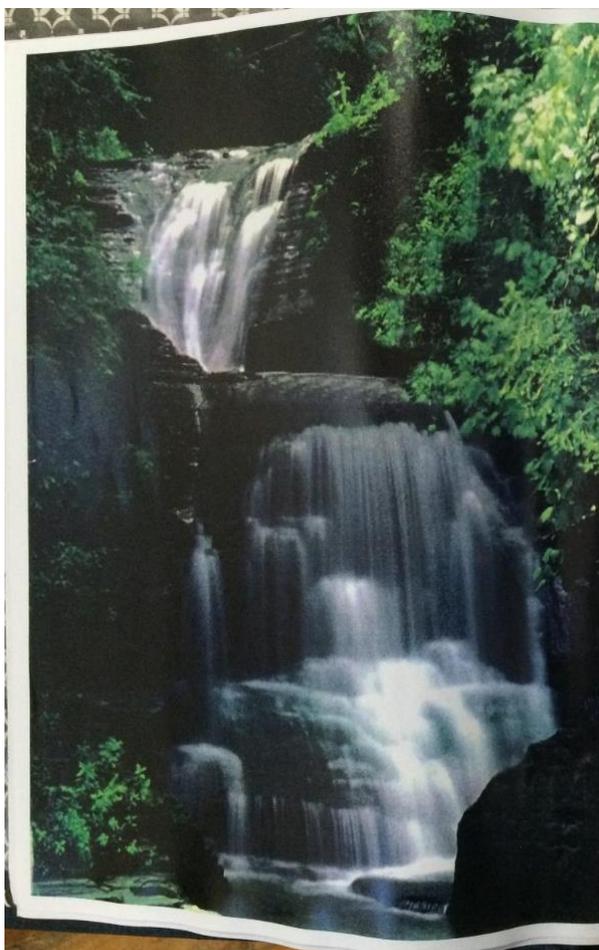


Figura 1: Cachoeira

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Municipal Aurora Florestal, p. 6.

Por fim, a proposta apresentada considera tanto aspectos econômicos quanto projeções de consumo de matéria prima florestal em Santa Catarina e afirma que “não tem floresta para todo mundo” (p. 23). Assim, o Programa de Desenvolvimento Municipal propõe que as terras ociosas, nas quais anteriormente desenvolviam-se atividades agrícolas, fossem utilizadas para a produção florestal. Para isso, a área prevista para esse fim correspondia a 5 hectares por produtor. Em relação à definição de espécies a serem utilizadas para realizar o reflorestamento, pode-se inferir que havia uma preferência por espécies exóticas de rápido crescimento, tanto pela ênfase em caracterizar a

atividade como um investimento, quanto por apresentar valores estimados de rendimento de um plantio de eucalipto.

Referências

AURORA. **Projeto de Desenvolvimento Municipal Aurora Florestal**. Acervo Aurora.

LIMA, Joseane de. **Análise do processo de formação e implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., na região oeste de Santa Catarina: 1969 - 1973**. Dissertação (Mestrado em História). UFS, Chapecó, 2018.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229-254, jan./abr. 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 17-37.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense**. Tese (Doutorado em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2008.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.

Agradecimentos

Ao CNPq e à UFS, pelas bolsas de iniciação científica.

Guerra do Contestado e Imperialismo: possibilidade de análise a partir da teoria da dependência

Rafael Guindani Huntmann

Mestrando em História na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Chapecó - SC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0970485595637013>

Dr. Delmir José Valentini (orientador)

Professor Associado na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus de Chapecó – SC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6989545814629172>

Resumo

Apresentamos uma proposta de pesquisa acerca das consequências da exploração imperialista na região do Vale do Contestado a partir da fundação da empresa monopolista *Brazil Railway Company* em 1906, abordando o processo de inserção econômica capitalista que modificou as estruturas da região e compeliu, através da exploração e segregação da população ali estabelecida, o movimento que deu origem aos conflitos de 1912 a 1916. O intuito é compreender os mecanismos que regem a empresa, como esta se consolida e realiza suas ações de exploração e quais os impactos desse processo para o desencadeamento do movimento sertanejo. Para isso, a proposta concentra sua abordagem nos pressupostos concretos do agravamento do antagonismo de classes a partir das contradições decorrentes das relações de dependência de países subdesenvolvidos em relação à dinâmica do capitalismo monopolista das metrópoles, que leva os sertanejos a reivindicar, através de um movimento social de grandes proporções, seus meios de subsistência então usurpados.

Palavras-Chave: Imperialismo; Contestado; capitalismo; luta de classes; dependência.

Introdução/Justificativa

No início do século XX, o território que abrange o Vale do Contestado, então disputado pelos estados de Santa Catarina e Paraná, foi alvo da avidez capitalista/imperialista que entreviu na região o ensejo para sua expansão monopolista inerente. Esse processo se deu através da atuação da empresa *Brazil Railway Company*, criada em 1906, e de sua filial *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, a partir de 1911, que deram forma ao capitalismo predatório na região e levou à expulsão

e ao extermínio de milhares de sertanejos cujo modo de vida fora antagonizado pelas transformações decorrentes.

Os acontecimentos do Contestado constituem-se no contato com a totalidade conjuntural do mundo ocidental organizada de acordo com o capitalismo internacionalizado. Com isso, os problemas do mundo industrializado, em contato com o ‘tradicional’ e secular, desenvolvem-se nas mais variadas relações sociais, destacando-se relações antagônicas movidas por interesses ou necessidades opostas. Nesse caso, a contestação com relação à terra, usurpada pelas classes dominantes movidas pela iniciativa capitalista e imperialista trazida pela empresa ferroviária *Brazil Railway Company* é fator afincado para o movimento que se desenrolou na guerra entre 1912 e 1916.

Levando em conta a organização estrutural da economia capitalista, que determina aos países subdesenvolvidos um papel complementar, porém essencial como fornecedores de recursos materiais e de mercado para os países centrais reguladores do capitalismo, devemos tratar a BRC como uma “célula” (SANTOS, 1977) desse processo inerente ao capitalismo internacionalizado das metrópoles, que, segundo Cueva (1983, p.70), “necessita de uma afluência sem precedentes de matérias-primas e produtos agropecuários” para satisfazer sua demanda a determinado nível de desenvolvimento. Além disso, é importante ressaltar o papel desempenhado pelo Estado cuja economia em estágio de subdesenvolvimento é configurada, devido as suas classes dominantes detentoras da produção visada essencialmente ao mercado externo, como refém da dinâmica do mercado internacional. Dessa forma, tem-se o papel da América Latina para o imperialismo, que configura a sua economia em via de garantir o crescimento substancial dos centros desenvolvidos e impede, necessariamente, um desenvolvimento nacionalista que sirva ao mercado interno. Quer-se dizer que, apesar da inclusão de novos territórios pela iniciativa imperialista no círculo internacional do capital, sua produção, de acordo com Marini (2000, p.132), “não depende, [...], da capacidade interna de consumo” e, portanto, não visa suprir a sua própria demanda, levando, conseqüentemente, à superexploração da mão de obra. Isso porque “o consumo individual do trabalhador”, em sua posição inerente ao sistema capitalista como ‘motor’ de circulação da mercadoria não existe e, dessa forma, “não interfere na realização do produto” (*Idem*). É essa dependência que define e motiva a dinâmica desse processo e possibilita compreender os impactos do imperialismo ocasionados através da atuação da *Brazil Railway*

Company na região do Contestado e na sociabilidade dos indivíduos diretamente afetados por ela.

Objetivo

Compreender os impactos do imperialismo irradiado através da *Brazil Railway Company* na região do Contestado e na sociabilidade dos indivíduos diretamente afetados por ela, considerando as determinações do subdesenvolvimento da periferia capitalista.

Metodologia

É necessário entender como o capitalismo e a rede econômica da BRC se implantaram no contexto proposto. Tanto Agustin Cueva (1983) quanto Ruy Mauro Marini (2000) consideram em suas análises sobre a introdução do capitalismo na América Latina a base sobre a qual este edifica suas estruturas, se distinguindo determinadamente do processo percebido nos países desenvolvidos, berço da sociedade burguesa, onde, para Cueva (1983, p.69), a partir das concepções de Marx, houve duas condições contraditórias fundamentais: “a constituição da propriedade capitalista dos meios de produção e a criação de uma mão-de-obra ‘livre’, ou seja, ‘libertada’ de toda propriedade, inclusive a dos meios necessários para a sua reprodução social”, que estabelecem “um divórcio entre o produtor direto e os meios de produção”, acertando caminho à “acumulação primitiva” (ver MARX, 2017, p.785-834), base fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Nos países latino-americanos dependentes o capitalismo não se constrói a partir de uma base revolucionária, mas sim através de uma dialética que mantém a estrutura oligárquica vigente. Nesse processo, a acumulação primitiva se deu através da concentração de terras e, por isso, a população camponesa acaba sendo obrigada a submeter-se ao trabalho da terra dos chefes oligárquicos ou ser expulsa e, como no caso do Contestado, substituída por uma mão de obra importada. Com isso, conforme a classe dominante estabelecida acumula seu capital, cresce seu caráter repressivo e dilata a luta entre as classes progressivamente.

Para isso, é importante, por meio de dados concretos, entender a dinâmica da circulação de capital injetado através dessa empresa e o escoamento do excedente de mercadorias, que se dava,

pelas suas características monopolistas e integrais, desde os primeiros estágios da produção até seu transporte e exportação pelas vias portuárias sob o domínio da BRC. Essas questões centrais da BRC como arrecadações, empréstimos de bancos europeus, circulação de mercadorias, lucros e outros dados em geral dos diversos setores da empresa, não apenas da estrada de ferro que atravessou o Vale do Contestado, mas de todos os empreendimentos administrados pelo monopólio de Farquhar, estão descritos nos relatórios anuais da BRC (*Report of Board Directors*, 1914).

Para articular juntamente com os relatórios da BRC, tem-se à disposição os documentos parlamentares da Câmara dos Deputados referentes aos anos de atuação da BRC no Brasil (1906 a 1916), cujos debates nos dão à luz acerca da situação político-econômica brasileira e como a BRC e o capital estrangeiro agravaram as crises financeiras e os fortes endividamentos causados pelo número excessivo de empréstimos e garantias de juros desproporcionais, tornando a econômica brasileira inajustável pela sua configuração dependente do mercado internacional.

O dinheiro veio, espalhou-se [...], fez subir tudo de valor, deu a ilusão da prosperidade; mas o dinheiro voltou a seus donos, o europeu assustou-se com discursos [...] contra o Sr. Farquhar na Câmara, [...]. O dinheiro voltou para a caixa dos bancos, [...] nós nos achamos com o projeto de um hotel em uma praça, de estradas de ferro e construção de portos, sem um vintém no tesouro” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1914, p. 462).

Outro passo é entender os efeitos do imperialismo sobre a população do Contestado e como as transformações decorrentes desencadearam a aglutinação da população sertaneja. Para isso, além da vasta produção científica sobre o contexto, utilizaremos como fontes o relato publicado como ‘Campanha do Contestado: episódios e impressões’ do primeiro tenente Dermeval Peixoto (1920) e a autobiografia ‘Memórias: dados para a história do Brasil’, do general e comandante das forças militares que atuaram no conflito Fernando Setembrino de Carvalho (1950), além de manuscritos dirigidos a Carvalho em forma de telegramas e cartas durante sua atuação (1914-15). Apesar de serem produtos das classes dominantes, esses documentos são os de mais fácil acesso para essa pesquisa, mas requerem cuidados necessários devido ao seu viés político.

Considerações

Tratando-se de uma proposta em estágio inicial de pesquisa, essa abordagem sugere uma leitura da história do Contestado inserindo-a na totalidade dos eventos político-econômicos do início do século XX e suas conexões estruturais em uma dialética cujas contradições se encontram em terreno regional, nacional e internacional. Observar os fatos nessa escala nos permitirá contribuir para a inserção do evento do Contestado no processo global do desenvolvimento capitalista e, considerando suas especificidades fundamentais, como parte constituinte da dinâmica das decorrentes transformações que agravaram – e agravam – a realidade do mundo subdesenvolvido.

Referências

BRAZIL RAILWAY COMPANY. **Report of the Board of Directors**. Portland, Me. 1913. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/>. Acesso em: 21/11/2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elaboração dos Orçamentos de 1912**: Fazenda. v. 5. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/>. Acesso em: 03/01/2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elaboração dos Orçamentos Referentes a 1913**: Receita. v. 1. Rio de Janeiro, 1914. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/>. Acesso em: 03/01/2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elaboração dos Orçamentos Referentes a 1913**: Marinha, guerra e fazenda. v. 2. Rio de Janeiro, 1914. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/>. Acesso em: 03/01/2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Pareceres e Projetos Referentes a 1912**. 2. v. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/>. Acesso em: 25/01/2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projetos e Orçamentos Referentes a 1912**. 4.v. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/>. Acesso em: 25/01/2020.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias**: dados para a História do Brasil. 1950. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 10/07/2019.

CUEVA, Agustin. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

MARX, Karl. **O Capital**, Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**: Episódios e impressões. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/>> . Acesso em: 10/04/2020.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo e Corporações Multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: Ed. UFS, 2015.

A Arte Canibal no Oeste Catarinense: diálogos culturais e ambientais

Morgana Elisha Jahnke

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Samira Peruchi Moretto

Doutora em História pela UFSC. Professora do Curso de História e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo

O presente trabalho abordará um recorte dentre os objetivos que pretendemos desenvolver ao longo da pesquisa de pós-graduação. Dessa forma, discutiremos, de forma geral, as críticas ecológicas representadas nas narrativas fílmicas da Canibal Filmes, uma produtora de cinema independente, que surge sob a aurora da década de 1990 para produzir filmes de baixo orçamento, no pequeno município de Palmitos, que contém cerca de 16 mil habitantes, no Oeste Catarinense. Sendo assim, investigaremos, num recorte temporal entre 1999 e 2020, as denúncias ambientais através do cinema de ficção da Canibal Filmes, o recorte estende-se até o tempo presente ao pensarmos as denúncias ambientais enquanto potenciais criadoras de consciências ecológicas. A pesquisa tem como pressuposto a interdisciplinaridade, portanto, dialoga a História Ambiental, o cinema ambiental e as concepções teóricas e metodológicas da história-cinema. As interpretações a serem discutidas são resultados de uma análise pluridiversificada da linguagem cinematográfica através do média-metragem *Zombio* (1999), dirigido por Petter Baiestorf.

Palavras-chave: Canibal Filmes; Oeste Catarinense; Denúncias ambientais.

O oeste catarinense carrega histórias de uma colonização recente, há aproximadamente cem anos, constituindo assim uma cultura regional ímpar em relações às regiões litorâneas, isto é, emergiu um amálgama cultural a partir das relações étnicas e seus costumes. O Brasil não é apenas vasto em seu perímetro, sistemas biogeográficos, ecossistemas e etnias, mas também em culturas, assim, no plural. Convencionou-se referir a uma cultura brasileira estereotipada, contudo, esquecermos de suas singularidades, resultado das histórias dos conflitos, (i)migrações, colonização, crenças, costumes gerados a partir das condições ambientais em cada microrregião, é um equívoco. Sendo assim,

pretendemos refletir a formação cultural do oeste catarinense compreendendo sua diversidade, assim como em cada região do país. Essa mistura cultural tem consequência antropofágica, a partir das relações entre a cultura regional, a europeia e as culturas nacionais, o oeste catarinense constitui identidades específicas em seu ambiente: indígenas, caboclos/as e colonos/as.

Objetivamos, dessa forma, desenvolver uma análise em torno da arte regional, a partir de uma produtora de cinema independente que surge para transgredir a ordem social vigente do município de Palmitos, no Oeste Catarinense, com cerca de 16 mil habitantes, formado por uma fusão decorrente do desmantelamento da cultura originária indígena e cabocla, a partir da instalação de grupos colonizadores de alemães protestantes. A produtora veio à tona ao *trash* cinematográfico em 1991, Petter Baiestorf funda a Canibal Produções, para editar seus *fanzines* e gravar seus curtas, médias e longas-metragens. Apenas em 2000 é denominada Canibal Filmes. A produtora produz películas com o mínimo orçamento possível, com a utilização de qualquer meio de gravação, atuação, cenários e figurinos (BAIESTORF; SOUZA, 2004). Encontra-se em plena atividade no tempo presente e ao longo de sua história, somam-se mais de cem filmes de horror, sexo e violência, pautados em críticas sociais, ecológicas, políticas e religiosas (JAHNKE, 2018).

O trabalho justifica-se socialmente a medida em que os índices de queimadas, desmatamentos e a liberação de agrotóxicos no país vem crescendo nos últimos anos. A ação antrópica provoca, sobretudo, desequilíbrio na biodiversidade por afetar a vegetação nativa, no caso da Floresta Ombrófila Mista, a fauna e as paisagens. O estudo pretendido contribuirá para pensarmos alternativas sistêmicas, ao analisar as formas como as denúncias ambientais se configuram como possíveis agentes de criação de consciências ecológicas.

O trabalho será desdobrado tendo como principal objetivo a investigação das denúncias ambientais através do cinema de ficção da Canibal Filmes, incorporando um recorte temporal desde 1999, ano de lançamento do média-metragem *Zombio*, analisado aqui, assim como ao longo da dissertação, como fonte histórica, até o tempo presente, porque visa refletir de que forma as críticas ecológicas ou denúncias ambientais inseridas no cinema agem como criadoras de consciências ecológicas, o que pode gerar outras formas do ser humano se relacionar com a natureza.

O cinema ambiental apresenta-se com uma série de divergências e não há consenso entre os teóricos do cinema sobre quais aspectos configuram um filme como ambiental, entre o tema, o cenário ou a denúncia. No entanto, optamos aqui por refletir a partir das considerações de Ismail Xavier afirma, em entrevista à Plaza (2002), que o cinema ambiental não é uma categoria estética, é exclusivamente temática, isto é, a capacidade que o filme tem de criar reflexões e críticas é imprescindível às criações de consciências ecológicas, portanto, é dessa forma que um filme se configura como cinema ambiental. Xavier (2006) elenca duas maneiras de perceber o cinema ambiental enquanto denúncia: *a)* o filme pode assumir o caráter ambiental por meio do documentário; *b)* apresentar críticas ambientais como pano de fundo nas películas de ficção.

A partir disso, tomamos como pressuposto a inter-relação entre as espécies humanas, animais e vegetais, numa perspectiva horizontalizada. Compreendemos, de acordo com Worster (1991, p. 199), que “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas”.

Para analisarmos as críticas ecológicas¹¹⁰, além de dialogar com o cinema ambiental, seguiremos os métodos propostos pela história-cinema. Barros e Nóvoa sugerem uma *análise pluridiversificada*, isto é, abranger à análise ao discurso falado e escrito, mas também aos demais elementos que compõem a *linguagem cinematográfica*, sobretudo os imagéticos: “a visualidade, a música, o cenário, a iluminação, a cultura material explícita, a ação cênica” (BARROS; NÓVOA, 2012, p. 80). Napolitano (2008) ao que concerne a linguagem fílmica, enfatiza as técnicas de composição e estética da imagem. O autor sugere uma sistematização para trabalhar com os filmes como fontes históricas, por meio de um tripé de análise sustentado pela composição dos conteúdos,

¹¹⁰O curta-metragem *290 Venenos* (2019), recentemente dirigido por Baiestorf, produzido pela CineCaos, resultado de uma oficina ministrada pelo diretor com estudantes de Cinema em Cuiabá, refere-se a uma crítica ao uso de agrotóxicos e as conseqüências à saúde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Tkyu4lcFCc>. Acesso em 07 de maio de 2020. O curta *Brasil 2020* (2019) curta produzido pela Canibal Filmes, dirigido por Baiestorf apresenta uma *crentecracia* militar contemporânea, em que além da opressão estatal, o tema dos agrotóxicos é transversal. Dentre as participações em festivais de cinema, a Canibal foi premiada no CINEAMAZONIA – Festival de Cinema e Vídeo Ambiental, em 2017, com o curta *Ándale* (2017). Ver mais: <https://cineamazonia.com.br/2017/10/22/conheca-os-vencedores-da-mostra-competitiva-2017/>. Acesso em 13 de maio de 2020.

linguagens e tecnologias.

A partir das considerações, lançamos o olhar à fonte, devido ao espaço deste trabalho será realizada uma breve análise do média-metragem de 45 minutos, intitulado *Zombio*, produzido pela Canibal Mabuse e dirigido por Petter Baiestorf. *Zombio* foi filmado em VHS, em 1998 numa ilha no rio Uruguai, conhecida como Ilha Redonda (próxima a vila da Ilha Redonda/Sede Oldenburg-Palmitos) em menos de uma semana, com um orçamento de R\$300,00 e teve repercussão nacional e internacional. O filme foi lançado em Curitiba, no evento Supertrash 2, no bar 92 Degraus. As filmagens diurnas foram realizadas na ilha, as noturnas na propriedade de Claudio Baiestorf (pai de Petter – que também participou da produção desse e de outros filmes, assim como sua mãe, Iara Dreher) na vila da Ilha Redonda, iluminadas por tochas de fogo para que o cenário se apresentasse como um só e não divergisse da ilha (BAIESTORF; SOUZA, 2004; BAIESTORF, 2020).

Zombio foi o primeiro filme brasileiro com temática zumbi e, segundo na América Latina, ficando atrás da Argentina com *Extraña Invasión* (1965), de Emilio Vieyra, embora seja considerado como primeiro filme de zumbis propriamente dito, conforme o modelo romeriano, o filme caseiro *Plaga Zombie* (1997), de Pablo Parés e Hernán Sáez, realizado pela Farsa Producciones (REIS FILHO; SUPPIA, 2013). Inspirado nos filmes do cineasta italiano Lucio Fulci, o enredo apresenta os “zumbis tropicais” (BAIESTORF, 2020, p. 229), em que um casal de turistas passeia às margens do Rio Uruguai quando são atacados por zumbis, consequência de uma mutação em humanos contaminados pela poluição do rio. Além da figura de uma sacerdotisa que invoca zumbis e demais criaturas alienígenas, outras cenas de violência atravessam o enredo.

A constituição de uma estética transgressora na imagem (JAHNKE, 2018) nos salta aos olhos, sobretudo, com a representação *gore* na Canibal, através das melecas feitas com materiais caseiros, sangues e vísceras usados na confecção das maquiagens. Contudo, o ataque e pavor instituído ao casal de turistas pode ser interpretado como uma metáfora em que a natureza reage a seu modo à ação humana ou ainda como criadora de consciências através das críticas ecológicas, capazes de gerar reflexões ao público, quiçá na mesma intensidade em que instiga o riso, pela forma satírica e ficcional com que conduz o público a criar sentidos educativos, como podem ser percebidos pela ótica do cinema ambiental.

Por tratar-se de um recorte da pesquisa de pós-graduação que se inicia, as considerações aqui explanadas são breves. A pesquisa abre brechas para uma série de análises distintas, tendo em vista que existem inúmeras fontes a serem exploradas e poucas bibliografias que abordam a Canibal Filmes. Sendo assim, o trabalho proporcionará outros olhares acerca da arte catarinense e suas narrativas historiográficas, propomos uma reflexão em torno das culturas, especificamos a cultura *underground* que surge como um movimento artístico no oeste catarinense.

Referências

BAIESTORF, Petter; SOUZA, Cesar. **Manifesto Canibal**: Uma declaração de guerra dos que nada têm e tudo fazem contra os que tudo têm e nada fazem. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

BAIESTORF, Petter. O despertar dos zumbis tropicais: zombio. In: BAIESTORF, Petter. *Canibal Filmes: os bastidores da gorechanchada*. Pinhais: Sangue Tv, Pitomba!, 2020. Cap. 6. p. 229-246.

BARROS, José D'assunção; NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Cinema-História**: Teoria e representações sociais no cinema. 3. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

JAHNKE, Morgana Elisha. **Canibais em Palmitos**: arte e anarquia no cinema independente. 2018. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2622>. Acesso em 18 nov 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 7. p. 235-291.

PLAZA, Pedro. Cinema: meio ambiente e crítica cinematográfica Ismail Xavier (entrevista). **Comun. Inf.**, Goiás, v. 5, n. 1/2, p. 141-160, jan./dez. 2002. Anual.

REIS FILHO, Lúcio; SUPPIA, Alfredo. Marharhahar Z!namabarn: breve panorama do cinema de zumbi na América Latina. In: XV ENCONTRO DA SOCINE (SOCIEDADE BRASILEIRA DE

ESTUDOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL), 15, 2011, Rio de Janeiro. **Rumores**. 2013. v. 7, p. 35-45.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Tradução por José Augusto Drummond.

XAVIER, Ismail. **Como fica o FICA?**. In: <http://www.overmundo.com.br/overblog/comofica-ofica/mht>, 2006. Acesso em 11 de fevereiro de 2017. Atualmente indisponível *online*.

ZOMBIO. Direção de Petter Baiestorf. Produção de Claudio Baiestorf. Palmitos: Canibal Mabuse, 1999. 1 VHS (45 min.), VHS, son., color. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=HtiY3ZUcjSE&t=131s>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Entre o prazer da carne e a ameaça infernal: medicina e religião no século XIX e a masturbação enquanto controle dos corpos biológico e social

Eduarda Natalia Battistella de Albuquerque

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
duda.na.ba.al@gmail.com

Décio Marquetti (orientador)

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
delcio.marquetti@uffs.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a medicina dos séculos XVIII e XIX se posiciona frente à masturbação masculina e em segundo plano, examinando também alguns aspectos da feminina; considerando-a como uma doença e um fator causador de morte entre os jovens. O texto relaciona ainda outras áreas que entraram em contato com a temática, como, a religião e seus discursos que demonizaram o ato e transformaram-no em um pecado a ser evitado pelos seus fiéis. Como fonte principal para esse trabalho, foi utilizado a obra do médico francês Jacques-Louis Doussin Dubreuil, denominada *Carta sobre os perigos do onanismo e conselhos sobre o tratamento das doenças resultantes*, escrita em 1825 na França. Observamos a construção social da masturbação e a formação de um controle corporal pelas instituições do Estado, tal como, os médicos e a Igreja Católica. Como referencial teórico para esse estudo foram utilizados Michel Foucault e outros autores que trabalham com história da sexualidade e do corpo, pesquisando as mudanças da concepção de corpo na História da humanidade, refletindo nas transformações sociais que a regulamentação da masturbação e dos atos sexuais apresentaram para os jovens.

Palavras-chave: Pudor; Igreja Católica; Pecado; Jacques-Louis Doussin Dubreuil.

Introdução/Justificativa

Confesso aqui publicamente e como acto expletório: “Sim, já me masturbei e várias vezes!”. Esta confissão de um crime abjecto reforçado pela reincidência ter-me-ai custado a vida em Espanha, no tempo da Inquisição, ter-me-ia valido a prisão no século XVIII, umas bastonadas e sevícias corporais no século XIX e desprezo e uma dura reprovação ainda há bem pouco tempo. Hoje deixa alguns indiferentes, mas ainda melindra outros cujas dúvidas os deixam sem saber o que pensar sobre isso.

(Philippe Brenot – O Elogio da Masturbação)

O ato da masturbação perpassa diversos séculos pela história da humanidade, sendo praticada por homens e mulheres, nas mais variadas idades, e como apresenta a descrição de Philippe Brenot (1998, p. 9), em cada temporalidade ela é tratada pela sociedade e órgãos de poder de forma diferente. Durante o século XVIII e XIX, vemos surgir obras médicas utilizadas como guia para combater e explicar a masturbação, como nossa fonte, as *Cartas sobre os perigos do onanismo e conselhos sobre o tratamento das doenças resultantes*, um documento escrito em 1825 pelo médico francês, Jacques-Louis Doussin Dubreuil.

A obra foi utilizada como base na compreensão de quem eram os masturbadores e como os religiosos, o Estado e a os médicos deveriam auxiliar esses jovens, aprendendo as formas que os médicos da Europa tratavam com essa “doença” e suas consequências na sociedade. Além, de apresentar diversos pontos de tratamentos médicos, que poderiam ser utilizados pelos responsáveis pela saúde da população, lembrando que no período do século XIX, os religiosos auxiliavam no tratamento das doenças, muitas pessoas buscavam amparo nos padres para compreender os problemas corporais, e leitores de modo geral também se utilizavam dos escritos médicos e religioso como forma de orientação.

A masturbação é um assunto que ao longo do século XVIII e XIX foi controlada majoritariamente pela área da saúde, deixando a medicina como uma das principais áreas para abordar a temática, ampliando os estudos e pesquisas com a crescente produção teórica, a partir dos tratados médicos. Porém, não foi a única área a trabalhar com o tema, outro setor de destaque foi a religião, em específico a Igreja Católica, que auxiliou na disseminação da visão negativa da masturbação para a sociedade, produzindo tratados religiosos e auxiliando os médicos, ocasionando uma forma de combater esse hábito considerado nefasto.

As referências ao onanismo, com esse nome, outro termo para masturbação, surgem pela primeira vez nos registros da Bíblia em Gênesis 38:8-10¹¹¹ e, com o passar do tempo, foi apresentado

¹¹¹ Mas Her, o primogênito de Judá, desagradou a Iahweh, que o fez morrer. Então Judá disse a Onã: "Vai à mulher de teu irmão, cumpre com ela o teu dever de cunhado e suscita uma posteridade a teu irmão." Entretanto Onã sabia que a

nos escritos católicos como um pecado, já que seu ato, acreditava-se, era contrário à vontade de Deus. A narrativa bíblica conta a história da condenação de Onã, que deixa cair seu sêmen por terra, no lugar de engravidar a mulher de seu falecido irmão e gerar descendentes, desagradando assim a Iahweh, seu Deus. Logo, o pecado inicialmente descrito pela Bíblia, o onanismo, estava relacionado ao derramamento do sêmen o *coitus interruptus*, e não necessariamente a estimulação do órgão genital masculino, enquanto busca de satisfação sexual, denominado futuramente de masturbação. Assim, a prática do onanismo passou a ser vista pela Igreja Católica e pela ciência médica como um desvirtuamento que deveria ser combatido.

Pensando no onanismo como uma prática de masturbação, considerada por muito tempo um pecado, seus praticantes, além de serem julgados pelo descumprimento das normas religiosas, também serão enquadrados em padrões de pudor da sociedade circundante. Propomos analisar a transformação desse pecado em uma preocupação social, que extrapolou o campo religioso, perpassando por outras áreas, como a medicina, e que passou a ditar normas de comportamento dos jovens praticantes, além de refletir sobre o papel dessa prática na satisfação dos prazeres carnis do homem e quais as suas especificidades de gênero. Buscamos demonstrar as características do pensamento médico que, embora procurava distanciar-se do pensamento religiosos, ainda era por este muito influenciado, durante os séculos XVIII e XIX, identificando os usos e apropriações, pela ciência médica, de saberes, práticas e discursos da Igreja, sobre a temática.

As tentativas de regular a ação da masturbação surgem por parte dos médicos e suas obras de tratamentos e curas para os masturbadores, tendo como objetivo combater esse ato considerado por muitos como abominável e doentio, com auxílio igualmente da Igreja Católica e suas normas de pudor corporal, como citado por Jurandir Costa, “Eram também mostrados como suicidas e homicidas; como assassinos do próprio corpo e assassinos do bem-estar biológico-social” (2004, p.240). Sendo está uma visão tanto religiosa quanto medicinal, pois acreditava-se que a masturbação prejudicaria tanto o corpo, quanto a alma, bem como o corpo social. Ou seja, os praticantes da masturbação por se tornarem em certa medida doentes e sem vigor físico para o trabalho e atividades intelectuais,

posteridade não seria sua e, cada vez que se unia à mulher de seu irmão, derramava por terra para não dar uma posteridade a seu irmão. O que ele fazia desagradou a Iahweh, que o fez morrer também.

tornar-se-iam um sério problema coletivo, prejudicando também a perpetuação da espécie. Pensando nessa problemática cabe questionar, de que forma a medicina se relacionou com a temática da masturbação, como ela era vista perante a sociedade e suas normas culturais e quais são os outros discursos (religioso) relacionados a masturbação.

Todas essas observações e análises da pesquisa ajudaram a entender o regramento do corpo na atualidade, pensando em seu processo de formação enquanto atos que poderiam ser praticados, como o sexo no casamento, e atos que não deveriam ser praticados, como a masturbação. Ajudando com isso a ampliar os debates sobre o corpo, pensando nele enquanto um corpo biológico, passível a doenças e um corpo social, enquanto cumpridor das normas e dos pudores estabelecidos.

Objetivo

Analisar a forma com a qual a medicina se relacionou com a temática da masturbação, disseminando assim suas ideias perante a sociedade e as normas culturais, introduzindo os discursos religiosos nesse debate.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, a análise focou na obra *Cartas sobre os perigos do onanismo e conselhos sobre o tratamento das doenças resultantes*, um documento escrito em 1825 pelo médico francês, Jacques-Louis Doussin Dubreuil. Buscou-se examinar nas cartas os elementos que identificavam os masturbadores, a origem do seu “vício”, seus sintomas e possíveis curas.

Além disso, utilizou-se para o embasamento da pesquisa uma bibliografia focada na História da Medicina Social e as formas de estudo que dela derivam.

Resultados

Percebeu-se, a influência dos discursos médicos na formação do imaginário social referente a prática da masturbação, além da presença de outras áreas do conhecimento, como a religião Católica, que auxiliava no discurso médico para condenar tal ato como uma doença degenerativa e impregnada nas futuras gerações do homem. Relacionando como esse ato individual poderia afetar o corpo social, necessitando ser controlado pelas instituições de poder.

Referências

BIBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: King's Cross Publicações, 2006.

BRENOT, Philippe. **Elogio da masturbação**. Tradução de Lidia Amaral. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos Tempos, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DUBREUIL, Jacques-Louis Doussin. **Carta sobre os perigos do onanismo e conselhos sobre o tratamento das doenças** resultantes. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1825.

O Contexto do Surgimento da Indústria Frigorífica no Oeste de SC

Luciano Adilio Alves

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS)

José Carlos Radin

Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS)

Resumo

O processo de colonização do território da Mesorregião Oeste de Santa Catarina ganhou corpo sobretudo a partir do Acordo Interestadual de Limites e da criação dos municípios de Chapecó e Joaçaba. Tal processo foi protagonizado notadamente por colonos descendentes de europeus, procedentes do Rio Grande do Sul, atraídos pela abundância de terras férteis oferecidas a preços módicos. A experiência com o uso da terra propiciou a implantação de lavouras e criação de animais de corte, entre eles o suíno. Parte da produção agrícola e animal era transportada pela estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e vendida no Sudeste do Brasil, especialmente São Paulo. Por diversos motivos, no final dos anos 1930 essa relação comercial arrefeceu. Foi em tal contexto que na Mesorregião surgiram diversos empreendimentos ligados ao processamento da própria produção, o que gerou agregação de valor. Os pequenos abatedouros de suínos, que antes só produziam banha de porco, rapidamente diversificaram a produção a partir da fabricação de embutidos, como salames e linguiças. Os primeiros frigoríficos surgiram a partir dos anos 1940 nos municípios de Videira, Herval do Oeste, Concórdia, Xaxim e Chapecó. Cresceram, se desenvolveram e se tornaram o principal pilar de sustentação da economia oestina. Pretende-se aqui evidenciar, em especial, os principais fatores que favoreceram o surgimento do que atualmente se transformou um dos maiores complexos agroindustriais.

Palavras-chave: Colonização. Frigoríficos; Oeste Catarinense; Pequena agricultura.

Introdução/Justificativa

O presente trabalho pretende contextualizar o cenário social, econômico e ambiental da mesorregião Oeste de Santa Catarina em meados do século XX, período em que surgiram alguns dos principais frigoríficos de suínos e aves. O estudo se justifica pelo fato dessas empresas terem crescido de tal forma que se tornaram o principal pilar de sustentação da economia regional, tendo papel

significativo tanto na oferta de empregos, quanto na grande movimentação financeira a partir do comércio nacional e internacional de carnes e derivados de elevado valor agregado.

A mesorregião conhecida hoje como Oeste de Santa Catarina foi palco de extensas disputas territoriais, sendo que a última delas, com o vizinho estado do Paraná, só terminou em 1916, por meio do acordo interestadual de limites. Com o fim do litígio, foram criados, em 1917, os municípios de Porto União, Mafrá, Cruzeiro e Chapecó, este último com uma área territorial de 14 mil quilômetros quadrados que se estendia até a fronteira com a Argentina (RENK, 2006).

A criação de Chapecó e Cruzeiro corroborou para o processo de colonização da mesorregião que até então contava com significativa população formada sobretudo por povos indígenas e caboclos. Com o aval do governo estadual, diversas empresas colonizadoras comercializaram significativas áreas de terras, tidas como devolutas. Atraídos por essa oferta de terras férteis, em geral oferecidas a preços módicos, descendentes de europeus, em sua maioria italianos e alemães, deixaram o Rio Grande do Sul para recomeçar a vida nesse território catarinense. Os novos moradores, majoritariamente pequenos agricultores, trouxeram consigo o desejo de explorar a terra, pelo cultivo de cereais, como o milho, o trigo e o feijão e pela criação de animais para o consumo próprio. A implantação de lavouras, a construção de moradias e da infraestrutura familiar também impactou na devastação das florestas nativas formadas por espécies nobres, com destaque para as araucárias. (BRANDT e MORETTO, 2019; RADIN, 2020)

O extenso processo de colonização atraiu também pequenos comerciantes interessados em ampliar suas relações comerciais com outras regiões e estados. A maior dificuldade para a difusão do comércio era a falta de transporte rápido, seguro e barato. Neste sentido, conforme salienta Espig (2012) a inauguração da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, em 1910, tornou-se uma importante ferramenta para auxiliar no escoamento da produção. A ferrovia, com 1.403 quilômetros de extensão, que cortava parte da região hoje conhecida como Vale do Rio do Peixe, foi largamente usada por alguns empreendedores do setor agroindustrial, como foi o caso de Atílio Francisco Xaxier Fontana, um dos fundadores da Sadia. Também, como testemunhou Fontana (1980), era pela estrada de ferro que se comercializavam suínos vivos, alfafa e diversos insumos agropecuários, produzidos por catarinenses e destinados aos comerciantes do Sudeste do Brasil, em especial de São Paulo. Em

contrapartida, os catarinenses compravam dos paulistas uma série de produtos, como armarinhos, ferramentas, máquinas e utensílios domésticos em geral.

Reportando-se a essa relação comercial, Pértile (2008) evidenciou que ela permaneceu forte até o final da década de 1930, quando os catarinenses perceberam um repentino arrefecimento nos negócios, fenômeno provocado pela interferência de fornecedores paulistas que ofereciam forte competitividade a partir da oferta de produtos de qualidade a preços inferiores, resultado da redução de custos de produção e, principalmente, do transporte mais barato.

Em meados do século XX, a criação de suínos estava em franca expansão em praticamente toda a Mesorregião Oeste Catarinense. Ao abordar esse fato, Corazza (2016) salienta que os animais exigiam pouco manejo e pequenos investimentos, já que muitos eram criados soltos e se alimentavam basicamente de frutos silvestres, cereais e pequenos animais. A criação desses animais se desenvolvia simultaneamente com as atividades agrícolas como o cultivo de milho, de feijão e mandioca. Observa-se ainda que o acúmulo de capital a partir da comercialização de excedentes agropecuários favoreceu o surgimento dos primeiros abatedouros, alguns dos quais se transformaram em grandes frigoríficos. Entre os primeiros casos cita-se o surgimento do Frigorífico Diadema, em 1936, idealizado pelos Irmãos Lunardi, no atual município de Xaxim. Depois, em 1940, foi fundado o frigorífico Perdigão, em Videira, e Sadia, em Concórdia, este último no ano de 1944.

Um outro cenário socioeconômico deve ser analisado quando estudamos o surgimento de frigoríficos em Chapecó, na maior cidade da mesorregião. Em 1950 ocorreu o linchamento de presos acusados de incendiar a igreja católica. Esse episódio arranhou a imagem de Chapecó e região. Em consequência disso as vendas de terras caíram, assim como a extração e comercialização de madeira também entrou em declínio. O clima de medo passou a imperar e a região passou a ser vista, por muitos anos, como “terra sem lei”. (GRETZLER, 2011)

Diante desse cenário, parte da elite chapecoense sentiu a necessidade de alguma medida que pudesse impactar a retomada dos negócios e, para tal, se articulou no sentido de diversificar a matriz econômica local. Assim, dada a existência de matéria-prima, de mão de obra e, principalmente, de apoio político e financeiro, propôs-se a criação de um frigorífico nos moldes das bem sucedidas

experiências da Perdigão e da Sadia. Em decorrência, em 1952, nasceu aquela que seria, em tempo breve, a maior empresa de Chapecó e região: a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó LTDA – SAIC. Destaque-se que, além dessa empresa, em 1956 surgiu o Frigorífico Seara, no município de mesmo nome e, em 1969, formou-se a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora), em Chapecó.

O objetivo deste breve trabalho, ainda em processo de construção, se situa nesse panorama e anseia compreender o cenário socioeconômico da mesorregião Oeste de Santa Catarina que propiciou o surgimento de diversos frigoríficos, entre os quais alguns que se tornaram os maiores do setor no Brasil a partir da década de 1940.

A metodologia empregada inclui a realização de uma minuciosa revisão bibliográfica, constituída pela leitura de livros e consulta de dissertações e teses que trabalharam o tema em períodos anteriores. O uso de fontes também inclui a análise de reportagens publicadas em periódicos regionais, bem como de mapas e de fotografias.

Resultados

Verificou-se a existência de pelo menos dois cenários que contribuíram para a criação de frigoríficos na mesorregião Oeste Catarinense. No primeiro, no Vale do Rio do Peixe, a existência da ferrovia São Paulo-Rio Grande, por muitos anos, favoreceu tanto o transporte de animais como de diversos insumos agropecuários. Na região de Chapecó, a matriz econômica regional foi alterada a partir dos anos 1950, impulsionada pela crise da indústria madeireira, pela oferta de matéria-prima e de mão de obra e também por alguns fatos sociais, como o linchamento dos presos que foram acusados pela queima da igreja.

Referências

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013

BAVARESCO, Paulo Roberto. A história econômica do oeste catarinense. In: CARBONERA,

Miriam et al (Org.). **Chapecó 100 anos histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018, p. 281-313.

BRANDT, Marlon. Paisagens Caboclas no Oeste de Santa Catarina: Colonização e Rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Org). **Oeste de Santa Catarina: Território, Ambiente e Paisagem**. Chapecó: UFFS, 2015. p. 11-40.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: Traços da Formação Econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 298-317.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 849-869, Dec. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017#:~:text=Em%209%20de%20novembro%20de,%E2%80%93%20Rio%20Grande%20\(EFSPRG\)](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017#:~:text=Em%209%20de%20novembro%20de,%E2%80%93%20Rio%20Grande%20(EFSPRG).). Acesso em 17 de jul. 2020.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: (O Caso Sadia)**. Chapecó: Grifos, 1999.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GRETZLER, Cristiane. **Chapecó (SC) para além de polo regional, uma cidade média no Oeste catarinense**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?type=author&value=Gretzler%2C+Cristiane>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

RADIN, José Carlos. A indústria frigorífica no oeste catarinense e a participação dos ítalos (1940-1960). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 4, p. 720-744, 23 dez. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10495>. Acesso em 14 de março de 2020.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva: Um Ofício Étnico da Nação Brasileira no Oeste Catarinense**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

SERPA, Ivone Maria. **Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a modificação do perfil produtivo da região de Chapecó (1920-1980)**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

Monumento do Contestado em Irani/SC - uma abordagem da Geografia Histórica

Clóvis Alceu Cassaro

Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista de
Iniciação Científica da UFS

Dr. Marlon Brandt

Docente dos Cursos de Graduação e Coordenador do Mestrado em Geografia e Mestrado em
História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)

Resumo

A História da região catarinense contestada entre o Paraná e Santa Catarina é marcada pela Guerra do Contestado, evento bélico de litígio territorial entre os estados que ocorreu entre 1912 e 1916. Este conflito não pautou-se apenas em controle territorial entre forças federalistas que defendiam os interesses de uma empresa encarregada de construir uma estrada de ferro na região e a população cabocla autóctone, mas também envolveu questões étnicas e religiosas deste segundo grupo. Como forma do que seria um resgate simbólico ao evento histórico e valorização da cultura cabocla, no primeiro mandato do ex-governador de SC, Esperidião Amin (1983-1987), foram construídos diversos monumentos que remetem ao conflito, exercendo papel de constante lembrança a quem o contempla. Este tipo de materialização de eventos históricos e aspectos culturais em monumentos e formas que compõem a paisagem, especialmente em espaços públicos, é temática que concerne tanto à Geografia Histórica quanto à Geografia Cultural em perspectiva histórica. Visto isso, este trabalho pretende analisar o Monumento do Contestado presente em Irani/SC, também conhecido como Mãos Cimentadas, enquanto elemento compositor de uma paisagem atual que traz rugosidades históricas, as quais são compreendidas por quem o contempla por meio um diálogo fenomenológico, partindo da mensagem que o construto busca transmitir à como ela é recebida pelo humano.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Mãos de Cimento; Estátua.

Introdução/Justificativa

Monumentos podem ser entendidos como objetos materiais presentes em uma determinada

localidade e que carregam em si o simbolismo e/ou a memória de um evento/fato/personagem histórico, se vinculando à ideia de *Lugar de Memória*, como proposto por Pierre Nora (1989), ou, já em uma visão Miltoniana, como elementos fixos que compõem e alteraram os fluxos sociais (SANTOS, 2014).

Entre os eventos/fatos/personagens comumente representados, destacam-se os vinculados à criação dos ideais nacionais, como o de D. Pedro I presente no Rio de Janeiro (CORRÊA, 2007), ou em moldes de Memoriais de Guerra, como a *Monument Avenue*, cujo intuito inicial destinava-se ao culto aos Confederados (LEIB, 2002), mas podendo ser representativos de diversos fenômenos, incluindo vinculados às classes não dominantes, como também abordado por Leib (2002).

É o caso dos monumentos presentes na região Meio Oeste Catarinense, conforme a regionalização histórico-cultural proposta por Margareth Pimenta (2018), que apresenta grande quantidade e variedade de lugares de memória vinculados ao Movimento Social do Contestado¹¹², muitos dos quais idealizados e construídos durante a década de 1980, quando “[...] museus, monumentos, produções científicas e artísticas foram instrumentos utilizados para se reelaborar uma memória para o Contestado” (MOTTA, 2016, p. 34).

Visto isso, aqui abordaremos o Monumento do Contestado construído em 1984 e presente em Irani-SC (também chamado de *Mãos de Cimento*) sob a ótica da Geografia Histórica, vendo-o enquanto constituinte de um projeto político que buscava uma reformulação cultural no estado de Santa Catarina, ancorado em tendências sociais e culturais do “presente de então” (ABREU, 2000, p. 18), também discutindo como o monumento se configura um elemento geográfico na atualidade.

Objetivo

Objetiva-se aqui compreender como uma estátua, no caso o Monumento do Contestado (também nomeado como *Mãos de Cimento*), se constitui enquanto um fixo construído em tempo

¹¹² Geralmente tratado apenas como *Guerra do Contestado*, aqui corroboramos a proposição da historiadora Viviani Poyer (2018, p. 23), considerando que os eventos bélicos ocorridos entre 1912 e 1916 são o corolário de tensões territoriais e sociais iniciadas ainda no século XIX.

pretérito que se materializa na paisagem atual, sendo capaz de transmitir uma mensagem e conceder sentido ao local em que se localiza.

Metodologia

O percurso metodológico empregado na construção desta pesquisa, bem como na composição deste escrito, baseou-se nas potencialidades investigativas da Geografia Histórica avançando para análise geográfica do monumento e suas espacialidades. Como referencial norteador, aqui utilizamos a sistematização de Roberto Lobato Corrêa (2007) sobre como monumentos podem ser abordados pela Geografia, em que ressaltam-se três percepções principais: Construção, Localização e Iconografia.

Resultados

O estado de Santa Catarina passou por múltiplos processos de colonização protagonizados por atores variados, Pimenta (2018) aponta, por exemplo, que a região do extremo oeste passou por uma colonização de italianos de segunda geração, enquanto no litoral registram-se processos colonizatórios relacionados a populações açorianas, o que, em decorrência da transmissão de valores, tradições e costumes ao longo das décadas subsequentes, materializa-se na cultura local do presente de então.

Vendo essa multiplicidade de culturas e identidades como um fator desfavorável para a integração econômica (e por isso, também territorial) do estado catarinense, o governo executivo estadual de meados da década de 1980 passou a empreender projetos que fomentassem e divulgassem uma mesma *Identidade Catarinense*, baseada na valorização de um sujeito tradicionalmente catarinense, o Homem do Contestado, e os valores a ele atribuídos, como a defesa e o amor pelas terras catarinenses (MOTTA, 2016).

Uma das táticas utilizadas para fomentar esse resgate e reformulação da cultura cabocla foi a construção de monumentos que remetessem ao conflito em municípios imersos na história do

Contestado. É o caso das *Mãos de Cimento* (**Imagem 1**), monumento presente no município de Irani-SC, idealizado e construído pelo artista plástico Vicente Telles (MOTTA, 2016).

Imagem 1 - *Mãos de Cimento*, Monumento do Contestado presente em Irani-SC



Fonte: FECAM

O monumento é constituído por uma cruz, simbolizando o caráter religioso do Movimento do Contestado, sendo “içada” em direção ascendente por um par de mãos, que simbolizam o caráter popular do movimento, também são perceptíveis algumas características ligadas ao caráter popular de maneira mais subjetiva, como o material do construto, cimento, em contraposição a outros materiais que geralmente são utilizados, como metais valiosos.

Tratando sobre a sua localização, podemos considerar que a escolha de onde um monumento será instalado é sempre intencional e estratégica, “[...] pois a visibilidade e a acessibilidade

maximizadas garantem a maximização da capacidade de comunicarem aquilo que deles se espera” (CORRÊA, 2007, p. 19). O monumento que aqui discutimos não se localiza em uma praça pública em espaço urbano central, como a grande (ou maior) parte das estátuas, mas sim às margens de uma rodovia federal, a BR-153, também chamada de transbrasiliana, estando voltado para a mesma, na principal via de acesso à cidade.

Ao mesmo tempo em que os monumentos são construídos em decorrência de eventos históricos ocorridos onde estão situado, dada a relevância e significado a eles atrelados, “[...] esses significados, em razão da presença de um dado monumento, podem ser fortalecidos, ampliando o potencial simbólico do lugar” (CORRÊA, 2007, p. 19). Com isso, podemos considerar que a presença deste, bem como dos demais marcos históricos presentes na cidade, como o cemitério do Contestado, onde está enterrado o monge José Maria e diversos soldados mortos durante o combate (RICHTER, 2013), auxiliam a compor uma atmosfera simbólica do Contestado, reforçando-o enquanto um lugar de memória.

Conclusão

Neste escrito, apresentamos as impressões iniciais de uma pesquisa ainda em execução, prestando-se válida maior pesquisa de fontes históricas sobre o tempo e espaço aqui tratados. Ainda, considerando a existência de outros construtos como este em diversas localidades da região, se prestaria válida a expansão desta análise geográfica dos monumentos, ora lançando olhar sobre o estado catarinense como um todo, buscando reconhecer as confluências e divergências dos outros para com este.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 4, n.1, p. 13 - 25, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 1, n.1, p. 9-22, 2007.

FECAM. Guia SC: Guia turístico dos municípios de Santa Catarina. Disponível em:
<https://guiasc.tur.br/index/detalhe/codEquipamento/6873/municipio/121>. Acesso em: 09 nov. 2020.

LEIB, Jonathan. Separate Times, Shared Spaces: Arthur Ashe, Monument Avenue and the Politics of Richmond, Virginia's Symbolic Landscape. **Cultural Geographies**, n. 9, p. 286 - 312, 2002.

MOTTA, Ana Paula. Mãos de Cimento: as representações da Guerra do Contestado no imaginário de Irani, Santa Catarina. **REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 2, n. 5, 2016.

NORA, Pierre. Between Memory and History: "Les Lieux de Mémoire". **Representations**, v. 26, n. 1, p. 7- 25, 1989.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Percursos históricos e *paisagens culturais*: o legado dos imigrantes em Santa Catarina. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 126-142, 2018.

POYER, Viviani. **Fronteiras de uma Guerra**: Imigração, diplomacia e política internacional em meio ao Movimento do Contestado 1907-1918. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de pós-graduação em História, Florianópolis, 2018.

RICHTER, Fábio Andreas. A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na Memória e Patrimônio Cultural. In: XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH - conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN. **Anais do...**, 2013.

SANTOS, Milton. Configuração territorial e o Espaço. In: SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 83-94, 2014.

Agradecimentos

Agradecemos ao Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFS, à Comissão Organizadora e ao Comitê Científico do presente evento por viabilizarem, direta ou indiretamente, a publicação deste texto, bem como a todos os autores e autoras citados no decorrer do escrito pelo empréstimo de suas ideias.

Anarquizar Para Lembrar: Uma Investigação da Peça *O Incêndio* (1979)

Cassiano Mignoni

Graduando do Curso em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), *campus*
Chapecó. Contato: mignonicassiano@gmail.com

Resumo

A relação entre arte e história é amplamente estudada, seja no campo histórico, literário ou artístico. O seu “poder contestatório” é instrumento para questionamentos sobre os homens e mulheres? A arte têm as competências para exercer o poder de anarquizar a História através da construção de episódios históricos, utilizando-se de elementos próprios para recontar as ações de mulheres e homens no tempo? A partir desses questionamentos que esta pesquisa tem como uma das finalidades investigar a peça teatral, *O Incêndio* (1979) de Jorge Andrade, buscando analisar como o autor recria e narra o linchamento e o incêndio da igreja em Chapecó/SC durante a década de 1950. Deste modo, exploraremos o conceito de anarquivamento na relação da peça com os acontecimentos do violento linchamento e onde se insere o debate histórico e artístico na função de rememorar. Assim, levantaremos as hipóteses sobre qual o papel da arte em expandir as fronteiras do conhecimento histórico, transparecer os eventos em que se baseiam para construir uma narrativa, esta que não esteja submissa a jogos de poder, e sim, a uma narrativa livre, que busque lembrar através da representação da peça teatral os atos traumáticos de um acontecimento que “não se quer lembrar”, atuando como um anarquizador.

Palavras-chave: Memória. Teatro. Literatura. História.

Ao longo da era moderna, novas concepções de arte foram surgindo aliado há um também novo modo de observar os sujeitos históricos. A tais mudanças, uma parte da historiografia vem interpretando a arte como um arquivo de seu tempo¹¹³.

¹¹³ Os estudos de Aby Warburg sobre a arte fez que (re)pensasse os métodos e práticas da história da arte, para tal, ver as ponderações da historiadora De Mattos (2016) sobre as implicações emergentes do pensamento warburgiano.

Ao sentido de arquivo, podemos interpretar com base nos dicionários Houaiss¹¹⁴, Michaelis¹¹⁵ e Priberam¹¹⁶ que se referem há um local onde se deposita documentos, onde se guarda dados. Mas antes deste significado moderno, a palavra origina-se do grego *arkheîon* (arquivo). Derrida (2001) evidencia a origem do sentido de arquivo em *arkhê* (arqueologia), que designa “[...] o princípio da natureza ou da história, onde *ali onde* as coisas *começam*” (p. 11) (grifo do autor).

Mas também caracteriza como “[...] o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a **autoridade**, a **ordem social**, *nesse lugar* a partir do qual a *ordem é dada*” (p. 11) (grifo do autor) (**grifo nosso**). Portanto, a ideia de arquivo está atrelada a ordem social, ao poder controlador da ordem e da história. O começo é a onde se insere a ordem.

Neste momento que a arte adentra-se como provocadora de uma reflexão acerca do arquivo: “Ao invés da fé cega na razão e na sua capacidade de revelar a verdade, surge cada vez mais ao longo da modernidade um outro modo de pensar e de agir que desconfia dos arquivos.” (p. 37), deste modo, conforme sintetiza Seligmann-Silva (2014), esse movimento contestador vem desde o século XIX procurando romper com a ordem de arquivamento. Assim, os “(...) artistas se tornam cada vez mais anarquivadores, anarquizadores do arquivo.” (Seligmann-Silva, 2014, p. 38).

Ao se colocar como críticos de um arquivamento em massa, buscam abrir a história fazendo um movimento contra o fechamento da mesma, que é o arquivamento como desejam e fizeram os regimes autoritários ao longo do século XX¹¹⁷. Em vista disso, tornam-se inimigos do autoritarismo, ao buscar quebrar esses poderes controladores do *arkheîon*.

¹¹⁴ “Arquivo: do gr. *arkheîon*, “residência dos principais magistrados, onde se guardavam os arquivos de Atenas.” (Apud Seligmann-Silva, 2014, p. 36).

¹¹⁵ “2. Lugar onde se conservam ou guardam esses documentos.” Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arquivo/>>. Acesso em: 07 de set. de 2020.

¹¹⁶ “1. Lugar ou edifício onde se guardam documentos”. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/arquivo>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020.

¹¹⁷ Sobre os cerceamentos da liberdade artísticas em regimes autoritários, ver Berg (2019) em que investiga a censura durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

O desejo máximo de controle sobre a história é a manutenção do poder. Dessa maneira, fecham-se os arquivos, tornando-os arquivos mortos¹¹⁸. Tal qual o assassinato de um inimigo político. Silenciar o corpo histórico é perpetuar uma história única, que não consegue conviver com as diferenças, logo, é matar o outro.

Esse corpo histórico, seja as diversas formas que tomam um corpo, tende-se a projetar como resistência contra as normativas impostas por modelos ditatoriais. Busca-se inverter a norma, colidir, subvertê-la, para então mantê-la em um movimento anarquizador.

Ao ato de anarquivar, busca-se abrir a história para interpretar os acontecimentos, mantendo o arquivo vivo¹¹⁹. Esse acervo de memórias revigorado pela arte, amplia as barreiras, cria-se um movimento de rememoração. De escovar a história a contra pelo, como sentencia Benjamin (2018, p. 13).

Anarquivar é manter o arquivo vivo, em movimento, em colisão com as estruturas de poder. Não se adequando ao esquecimento que é relegado. Neste sentido, “(...) os artistas vão embaralhar os arquivos, vão pôr em questão as fronteiras, vão tentar abalar poderes, revelar segredos, reverter dicotomias, para as explodir.” (p. 38), fazendo o movimento contrário de guardar (arquivar). Expôr (anarquivando) para lembrar.

O teatro é um campo que vem ganhando cada vez mais interesse por parte dos historiadores, que após a virada linguística dos anos 1960, mudou-se a percepção do olhar sobre esta arte, como descreve D’Aléssio (2001): “Não é uma história do teatro que aparece, mas o teatro como fato histórico que se articula com outras dimensões do real, tecendo a trama na condição de instituído,

¹¹⁸ Nesta acepção, um arquivo morto pode designar um local em que “Conjunto organizado de documentos que não são normalmente usados ou consultados.” (Priberam, disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/arquivo>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020) e também “arquivo que deixou de ser consultado por possuir documentos que perderam importância por ser muito antigos.” (Michaelis, disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arquivo/>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020). Cabe ressaltar que a transformação em “morto” é intencional, direcionado ao ocultamento de informações que estão intrinsecamente ligados a manutenção do poder.

¹¹⁹ Sobre esta expressão, Michaelis (*Ibidem*) conceitua como “a) arquivo que está em uso”, que pertence à ordem vigente, que *vive* entre os que *comandam*, utilizando-se das reflexões de Derrida (2001). Dessa forma, manter em uso é intencional também, como revelar informações que foram ocultadas, ou no jogo de poderes, para manter a ordem vigente.

certo, mas também de instituinte.” (p. 18). Consequentemente, o teatro se insere como um documento nesse diálogo interdisciplinar.

Assim, pode o teatro lembrar? Se inserir na dinâmica de anarquizador da história? De encontro com estas proposições, a peça *O Incêndio* (1979) de Jorge Andrade¹²⁰ contém rastros episódicos do real. Pois, a obra utiliza-se dos eventos ocorridos durante a década de 1950 na cidade de Chapecó, oeste de Santa Catarina, em que ficaram conhecidos como o linchamento dos quatro presos e o incêndio da Igreja¹²¹.

Ao analisar a peça teatral devemos nos ater para o momento criador em que o autor escolhe determinados elementos que irão compor a trama da obra e como estes aparecem ao longo do texto e, posterior a encenação e recepção. Nesta dialética da construção documental da peça, o autor transita entre os elementos anarquizadores.

Deste modo, inter-relaciona com o que D’Aléssio (2001) apresenta como a incorporação do autor no contexto histórico: “Ao representar o debate que se dá na sociedade, Jorge Andrade recoloca-o para o social, está presente nele como sujeito histórico, faz política - já que o debate é político -, identifica-se com grupos que estão participando do jogo da correlação de forças.” (p. 18). A incursão do sujeito histórico do autor, se dá “(...) quando propõe que a criação teatral pressupõe e implica uma leitura e um posicionamento frente à história.” (p. 11), evidenciado por Arantes (2008),

¹²⁰ Andrade (1922-1984) é natural de Barretos/SP, formou-se entre 1951 e 1954 na Escola de Artes Dramáticas (EAD), importantíssima instituição que auxiliou na construção do teatro nacional, tendo como professores Décio de Almeida Prado e Antonio Candido, que posteriormente realizaram críticas nas suas peças escritas e o colocaram entre os principais dramaturgos do teatro nacional a partir da década de 1960 (Arantes, 2008). O autor produziu cerca de dezoito peças teatrais, entre elas *A Moratória* (1954), primeiro sucesso, e *Veredas da Salvação* (1963) que veio ganhar as telas do cinema com adaptação de Anselmo Duarte no ano de 1965. Em 1970 é publicado *Marta, a árvore e o relógio* pela editora Perspectiva, uma antologia com suas peças que se conectam numa linha narrativa temporal desde o século XVII ao XX, em que temas ligados à história nacional ganham ênfase na trama andradina, como quando insere o bandeirante Fernão Dias em *O Sumidouro* (1969) ou ainda em *A Moratória* (1954) quando aborda as implicações da crise de 1929. Além da dramaturgia, Andrade escreveu também telenovelas, tendo cerca de oito transmitidas, entre elas *O Grito* que foi ao ar na Rede Globo entre 1975 a 1976 e *Gaivotas*, que foi transmitida pela TV Tupi em 1979.

¹²¹ Os quatro assassinatos ocorridos na noite do dia 17 para 18 de outubro de 1950 em Chapecó/SC, linchados por uma população "incendiada" pelo ódio, pois, duas semanas atrás, a Igreja da cidade havia sido destruída por um incêndio. Cerca de 200 pessoas invadiram a cadeia em que encontravam-se os supostos incendiários, os assassinaram de forma cruel, retiraram seus corpos do local, levando-os para fora da cadeia e ateando fogo sobre seus corpos linchados. Em 1952 iniciou o julgamento de 74 indiciados pelos assassinatos, entre eles o delegado responsável pela cadeia, Arthur Lages, ligado ao coronelismo da região. (Hass, 2013)

esse processo ocorre quando busca nos acontecimentos reais as temáticas de suas obras. Logo, escolherá um posicionamento frente à história para transpor em sua dramaturgia.

Nesse ponto, que o sentido de anarquivamento da arte encontra-se com a história, em que o artista demiurgo quebra as fronteiras da história e proclama que a palavra de ordem é: “(...) anarquivar para requebrar as ruínas dos arquivos e reconstruí-las de forma crítica.” (Seligmann-Silva, 2014, p. 38). Ao escolher qual face rememorar em detrimento de outras, o autor está em constante conflito com os poderes que o cercam.

Portanto, o artista se insere na dinâmica de revelador do que até então encontrava-se encoberto pela submissão, assim, ele busca “(...) destruir esses arquivos que funcionam como máquinas identitárias de destruição (pois eliminam os que são diferentes do “tipo”).” (Seligmann-Silva, 2012, p. 39). Ao anarquivar, procura abrir a história para a pluralidade de sujeitos históricos, mantendo o arquivo vivo, em razão disso, está em conflito com a ordem vigente que deseja fechar a história, tornar um arquivo morto para não revelar todas as contradições de seu sistema unitário.

Jorge Andrade se adentra na história para rememorar acontecimentos reais e declara: “Sei que, sem conhecer o passado, a história, não se pode compreender o presente. *Este pensamento tem norteado todo o meu trabalho.* (2009, p. 214) (grifo nosso). Ao reafirmar sua busca pelo passado, anarquiva a história, mantém viva a pluralidade que a forma e expõe os poderes opressores que tentam controlar e arquivar.

Nesse sentido, Andrade (*apud* Arrabal, 2012) busca descrever os corpos históricos com todas suas antinomias e manifesta: “Acredito imensamente na história, no processo histórico, concluindo disso que o homem (e a mulher) irá alcançar seu momento de libertação social e existencial, apesar de viver com todas as suas contradições.” (p. 103) (grifo nosso). Ao levar esse processo histórico para sua dramaturgia, o autor busca anarquivar os rastros destes sujeitos, revelar as implicações que o cercam e contrapor a narrativa oficial, para então, quem sabe, efetuar a libertação social e existencial da história contra o esquecimento.

Referências

- ANDRADE, Jorge. **Marta, a árvore e o relógio**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- ANDRADE, Jorge. **O incêndio**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1979.
- ANDRADE, Jorge. **Labirinto**. Barueri: Manole, 2009.
- ARANTES, Luiz Humberto Martins. **Tempo e memória no texto e na cena de Jorge Andrade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- ARRABAL, José. Resistir é preciso. *Istoé*, 15 de jul. 1977. In: AZEVEDO, Elizabeth R. *et all* (orgs.). **Jorge Andrade 90 anos: (Re)leituras - Volume I: a voz de Jorge**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, Teatro da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BERG, Creuza. **Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- D'ALÉSSIO, Márcia Barbosa Mansor. Apresentação. In: ARANTES, Luiz Humberto Martins. **Teatro da memória: história e ficção na dramaturgia de Jorge Andrade**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- DE MATTOS, Claudia Valladão. Arquivos da memória: Aby Warburg, a história da arte e a arte contemporânea. **Revista Concinnitas**, v. 2, n. 11, p. 130-139, 2016.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó (1950-1956)**. 3ª ed. Chapecó: Argos, 2013.
- LEITE, Paulo Moreira. *Milagre na Cela* traz o novo Jorge Andrade. Folha de S. Paulo, 13 de jul. 1977. In: AZEVEDO, Elizabeth R. *et all* (orgs.). **Jorge Andrade 90 anos: (Re)leituras - Volume I: a voz de Jorge**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, Teatro da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Sobre o anarquivamento: um encadeamento a partir de Walter Benjamin. **POIESIS**, v. 15, n. 24, p. 35-58, 2014.

Agricultura no Oeste Catarinense na década de 1970

Adriana Elizabeta Seitenfus

Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS),
Campus Chapecó, bolsista pelo PIBIC

Samira Peruchi Moretto

Orientadora. Professora do Curso de História e do PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS), Campus Chapecó

Resumo

A colonização que ocorreu no início do século XX no Oeste Catarinense trouxe muitas transformações paisagísticas. As florestas foram as primeiras a sofrer com a ação dos colonizadores, sendo derrubadas e sua madeira comercializada. Com o passar das décadas surgiram consequências ambientais e sociais, em decorrência do grande desmatamento, fazendo com que a atividade madeireira não fosse mais capaz de suprir as necessidades econômicas da região. Outras atividades foram introduzidas, como a agricultura, amplamente incentivada. Como forma de fomento e auxílio aos agricultores da região do Oeste de Santa Catarina, em 1957 foi criada a Associação de Créditos e Assistência Rural (ACARESC) cuja, em 1970 lançou a Campanha de Conservação do Solo, que pretendia abordar novas técnicas de manejo do solo para combater, principalmente a erosão, auxiliando assim os agricultores do Oeste Catarinense a adotarem não somente novas práticas de plantio, mas também insumos e sementes melhoradas, problematizando historicamente os agentes causadores da erosão do solo e como boas colheitas dependiam de novas práticas agrícolas. O presente trabalho se propõe a analisar matérias de jornal que abordam a Campanha de Conservação do Solo lançada pela ACARESC na década de 1970, publicadas no periódico do Jornal Folha D'Oeste, de Chapecó. Como metodologia será utilizada a disciplina de História Ambiental além de técnicas que auxiliam na pesquisa de periódicos.

Palavras-chave: História Ambiental; Campanha de Conservação do Solo; Colonização.

Introdução/Justificativa

No Início do Século XX, no Oeste de Santa Catarina ocorreu uma intensa campanha de colonização. A vegetação que até então não havia passado por transformação tão notável foi sendo

moldada de forma mais brusca com a chegada das madeiras, sendo a Floresta Ombrófila Mista (FOM), ou simplesmente Floresta com Araucárias a mais prejudicada (NODARI, 2018, p.12).

Os colonizadores recém chegados, cujas descendências eram em sua maioria alemã e italiana, acreditavam que os recursos madeiros seriam praticamente inesgotáveis, entretanto com o passar do tempo outras atividades econômicas tiveram que ser introduzidas devido a escassez da madeira, como por exemplo a agropecuária, introduzida na década de 1940 (BRANDT, MORETTO, 2019, p.229). Outro setor econômico que também ganhou destaque foi a agricultura, trazendo para o Oeste catarinense mais transformações paisagísticas e destruição do bioma nativo.

Em 1957, com a finalidade de auxiliar o setor agrícola Catarinense, foi criada a Associação de Créditos e Assistência Rural (ACARES) (LOHN, 1996, p. 66), cuja passou a abordar novas técnicas de manejo para com o sono.

Objetivo

O Objetivo deste trabalho será analisar duas matérias de jornal que abordam a Campanha de Conservação do Solo lançada pela ACARESC na década de 1970, sendo os periódicos do Jornal Folha D'Oeste, intitulados como *Efeitos Nocivos da Erosão* e *Campanha de Conservação do Solo tem Comitê Central*.

Metodologia

A metodologia tem por base a disciplina de História Ambiental que, segundo Worster “tem por objetivo principal compreender melhor como o ser humano foi e ainda é afetado pelo ambiente natural, assim também como eles afetaram e vem afetando o meio ambiente” (WORSTER, 1991, p.200).

Como fontes serão utilizadas duas matérias do Jornal Folha D'Oeste datadas de 1970, a análise dessas matérias levou em conta alguns critérios como “a ênfase em certos temas, a linguagem e a

natureza do conteúdo, tampouco se dissociam de público que o jornal ou revista pretendem atingir. (LUCA, 2014, p. 140)

Assim como, a interdisciplinaridade também se mostra necessária para uma análise mais abrangente das fontes, já que estas dialogam com outras áreas do conhecimento como a geografia, química do solo, economia, entre outros.

Resultados

A partir do início do século XX as terras do Oeste de Santa Catarina que eram ocupadas em sua maioria por caboclos e indígenas passaram a ser ocupadas por imigrantes vindos principalmente do Rio Grande do Sul (BRANDT, MORETTO, 2019, p.231), cuja descendência era majoritariamente alemã e italiana. A ocupação das terras oestinas por esses povos trouxe consequências ainda mais visíveis para a paisagem da região, sendo a extração da madeira a primeira atividade econômica exercida com maior intensidade.

Com o passar do tempo, devido a intensa derrubada das matas, outras atividades econômicas foram introduzidas na região do Oeste de Santa Catarina com o objetivo de assegurar a economia da região. A agricultura foi um setor que ganhou bastante visibilidade, a “vocação agrícola”, assim a política de Extensão Rural implantada no estado de Santa Catarina em 1956 (VIEBRANTZ, 2008) trouxeram para a região novos incentivos a agricultura.

Em 1957, a partir do décimo sétimo projeto do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) fora criada a Associação de Créditos e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), sem fins lucrativos a associação teria como função principal auxiliar os agricultores oestinos (LOHN, 1996, p. 66).

Dentre os projetos que ganharam visibilidade no setor agrícola está a Campanha de Conservação do Solo, lançada pela ACARESC em 1970, a campanha iria abranger “43 municípios do Vale do Rio do Peixe e Oeste Catarinense, tendo como sede a cidade de Chapecó” (Folha D’Oeste, 1970, p.10), o objetivo principal seria o combate a erosão do solo.

A erosão era um problema recorrente nas terras do Oeste Catarinense, este problema histórico seria causado pelo uso incorreto do solo, na matéria do jornal Folha D'Oeste de 1970, também é repreendida a forma de “plantio no sentido da linha de declividade do terreno, que consideramos muito importante, como agente provocador de transporte do solo agrícola.”

Outros problemas recorrentes do mau uso do solo também seriam as queimadas:

O que o fogo consegue, através de sua ação, na queima da matéria orgânica, que impossibilita a existência da vida microbiana, no seu incessante devoramento, está levando o agricultor para o inferno, pois que depois virão as baixas produções, a terra torna-se cansada com mais facilidade, não reterá mais a água que escorrerá livremente[...] (Folha D'Oeste, 1970, p.8)

A preocupação com a baixa fertilidade do solo e a possibilidade de a produção agrícola ser prejudicada acaba se tornando uma peça chave fundamental na Campanha, sendo o agricultor responsável pelo futuro de sua geração: “Ou protegemos devidamente o solo agrícola, usando-o racionalmente, de acordo com os métodos recomendados, ou, em breve, teremos apenas terras improdutivas, desertos.” (FOLHA D'OESTE, 1970, p.8)

A Campanha de Conservação do Solo lançada pela ACARESC tinha então como objetivo principal assegurar a produtividade dos solos e assim a economia da região do Oeste de Santa Catarina. Preocupações secundárias como o desmatamento e os problemas sociais que um solo pobre poderia trazer também são debatidos ao longo das matérias, demonstrando assim como a natureza e o ser humano tanto em suas relações sociais quanto econômicas mantém um forte vínculo ao longo da história Oestina.

Referências

BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi;. Das pequenas produções á agroindústria: suinicultura e transformação na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**. V.11, n.26 (2019). Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019229>.

LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. P 111- 154.

NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 241-260.

NODARI, Eunice. Florestas com Araucárias: uma história do Antropoceno. In: NODARI, Eunice Sueli; XAVIER DE CARVALHO, Miguel Mundstock; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **Fronteiras Fluidas, Florestas com Araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. P 12-27.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991. P. 198-215.

Referência das fontes

ELY, José Egon. Efeitos Nocivos da Erosão. **Folha d'Oeste**. Chapecó, 16 de maio de 1970, ano VII, n. 246, p. 8.

Campanha de Conservação do Solo tem Comitê Central. **Folha d'Oeste**. Chapecó, 18 de abril de 1970, ano VII, n. 242, p. 10.

A Primeira República através de uma fonte literária

Mônica Abramchuk

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e bolsista FUPF 180183@upf.br

Resumo

As palavras são fundamentais e imprescindíveis para o trabalho dos historiadores, os fatos não falam por si mesmos, é preciso que alguém os analise para que assim a experiência humana possa ser transmitida. Um discurso não é estático, depende da experiência, ele é mediador e interpretativo, varia de acordo com o tema e a ocasião em que foi elaborado. Tanto a fala quanto o discurso são mediadores daquilo que nos são estranhos e do que compreendemos pois, são ordenados em palavras que nos familiarizam. Dessa maneira, levando em consideração a importância da interpretação dos historiadores referente aos acontecimentos ou a um período e entendendo que toda a descrição parte de uma interpretação o romance *“Recordações do escrivo Isaiás Caminha”* que foi ambientado no Rio de Janeiro no final do século XIX, sendo o livro de estreia de Afonso Henriques de Lima Barreto, conta a história de um jovem negro e inteligente, Isaiás Caminha. Essa obra foi escrita em um momento de diversas mudanças no Brasil e é passível de ser analisada como uma fonte pelos historiadores.

Palavras-chave: História; Interpretação; Literatura.

Introdução/Justificativa

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro (na época capital do Império) no ano de 1881. De família humilde e descendência escrava perdeu sua mãe ainda na infância ficando com a responsabilidade de cuidar do seu pai diagnosticado como sendo louco. Aos 16 anos entrou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas, em razão da doença do pai, teve que largar os estudos para trabalhar. Tornou-se funcionário público e jornalista, Lima Barreto morreu aos 41 anos de idade, vítima do alcoolismo e de um ataque cardíaco. Mesmo diante de muitos problemas e pelo pouco tempo de vida, foi capaz de deixar importantes obras sobre a sociedade em que vivia, mostrando as contradições da sociedade brasileira, sempre revelando seu lado crítico. Lima Barreto deixou várias

obras, mas, para a realização dessa Pesquisa foi selecionada uma: “*Recordações do escravo Isaías Caminha*”, lançada originalmente em 1909.

Lima Barreto se propôs a questionar e a repensar a formação da nacionalidade brasileira naquele período, que tratava indígenas, negros e sertanejos como seres exóticos, vistos como culpados pelos males nacionais. Portanto, um autor mulato de origem escrava que sofreu na pele os preconceitos¹²² devido a sua cor e posição social, se opôs a outros escritores da mesma época que também se dedicaram a pensar e a escrever sobre a formação social brasileira¹²³.

Dentre tantos autores que se dispuseram a escrever e a interpretar a formação da nacionalidade brasileira na primeira metade do século XX, e acreditando que a produção literária está diretamente ligada ao seu tempo, representando o contexto histórico-social, o autor escolhido para a realização dessa Pesquisa foi Lima Barreto, pois:

Há, desta forma, por parte de Lima Barreto, algo que até então pouco fora visto nas publicações que se ocupavam do Brasil: o deslocamento de nossas mazelas do homem – em especial do homem comum, habitante do interior, das periferias e dos cortiços – para o sistema produzido e comandado por aqueles que tinham em suas mãos os destinos do país. Em seus personagens estava o contraponto à leitura até então apresentada pelas elites, de um país que não evoluiria devido à miscigenação e a mestiçagem. Mestiço que era, Lima Barreto sentia em sua própria pele o peso da discriminação e do preconceito, a lhe fechar portas e oportunidades de ascensão social. Morador da capital da jovem República, tinha diante de si os exemplos vivos dos vícios que subsistiam de maneira arraigada na administração da coisa pública, tratada como espaço privado e objeto de favores e negociações. O tipo de brasileiro que apresenta, portanto, é o que mais destoava dos que até aqui foram tratados: não mais a causa, mas o agente passivo de todos os problemas que uma nacionalidade em formação poderia acarretar. Não admira, desta forma, que a questão de uma

¹²² Segundo Sandra J. Pesavento, através da literatura, Lima Barreto tinha à intenção, “de criticar o governo republicano, sua burocracia e seus métodos violentos como o meio literário medíocre e, sobretudo, o preconceito de cor que leva à discriminação social” (PESAVENTO, 2002, p. 227).

¹²³ Dentre eles podemos citar Oliveira Lima, autor do livro, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, do ano de 1911, diplomata, que, a partir do exterior, pensou a realidade brasileira, sua obra aborda a história do Brasil desde o seu descobrimento até a Proclamação da República, Oliveira Lima admite a possibilidade de uma integração, porém, acredita que ela deva ocorrer através da cultura europeia, branca, para ele a mais desenvolvida. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de Paulo Prado, filho da elite cafeicultora, teve a pretensão de explicar a formação da identidade do nosso povo destacando elementos como: cobiça, romantismo e a luxúria, defendeu o branqueamento da população, pois via no mulatismo a causa dos nossos males. Esses discursos passíveis de análises e interpretações, escritos na primeira metade do século XX, ainda hoje são muito discutidos e disseminados, por esse motivo se tornam relevantes nos dias atuais.

cidadania mal resolvida seja uma constante em suas obras. Como oferecer cidadania ao escravidão Isaias, estigmatizado por sua cor. (FRAGA, 2009, p 88-89).

Esse ponto de vista diferenciado de tantos outros escritores, a sua condição social, a sua cor de pele, o lugar onde morava, seus vícios, sua inquietude perante as injustiças sociais, fazem de Lima Barreto esse escritor singular para a análise da sociedade brasileira.

Objetivo

O objetivo principal desse trabalho é compreender as críticas a parte da sociedade brasileira do início do período republicano relatadas na obra *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto.

Metodologia

Para operacionalizar a investigação proposta nos apoiaremos no teórico Luiz Costa Lima, que em sua obra *Trilogia do Controle* analisa o controle do imaginário e as relações entre as narrativas histórica e literária, não em lados opostos, mas, entrelaçando a escrita da história com a do romance de acordo com o imaginário de cada época. Para o autor o controle do imaginário é “entendido como o mecanismo com que a sociedade (ocidental) opera para ajustar as obras dos que privilegiam o imaginário [...] aos valores em vigência em certo período histórico dessa sociedade” (LIMA, 2007, p. 17-18), em cada momento histórico é dado um veto à ficção, que tem como objetivo controlar o imaginário que não corresponde com o poder vigente. Costa Lima, considera que o controle é uma constante, o que muda com o passar do tempo são as instâncias que o exercem, composto por um quarteto – Igreja, Estado, ciência e mercado. É através do controle do imaginário que a história e a literatura se relacionam.

Para Costa Lima, no fim do século XVIII na Europa e no século XIX na América com o surgimento do Romantismo, o controle do imaginário passou a ser realizado pela historiografia, até então, a narrativa histórica e a literária se confundiam, essa situação mudou quando a história se pretendeu científica. Com o avanço do Estado -Nação, a história se torna política dando voz a grandes

personalidades, tornando o historiador um cientista graças a duas características: objetividade e neutralidade. Segundo Costa Lima, é nesse momento que a história se inscreve na ciência. Porém, com essa “absolutização científica, como sequer pretender que o poético, mesmo submerso, ainda tivesse algo a ver com a história? No entanto, ele se mantém, como um indesejado clandestino, a partir mesmo do culto das fontes” (LIMA, 2007, p. 133).¹²⁴

Para compreender as críticas a nacionalidade brasileira na primeira metade do século XX através da obra: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* do escritor Lima Barreto, o recurso metodológico a ser utilizado buscará entender de que maneira as narrativas são produzidas, para isso, nos apoiaremos na “*operação historiográfica*” de Michel de Certeau que analisa a produção do texto historiográfico. Contudo, mesmo o autor pensando a partir da historiografia aqui nós iremos avançar para o texto literário.

Para a análise da operação historiográfica e, posteriormente literária o autor articula o lugar de produção (lugar social), a prática e a escrita. Essas três fases podem ser analisadas separadamente, mas, é somente em conjunto que fazem sentido.

Para operacionalizar a relação entre história e literatura abordamos a interpretação do teórico Luiz Costa Lima. Por fim como recurso metodológico para analisar a produção das narrativas histórica e literária, o modelo utilizado é “*a operação historiográfica*” de Michel de Certeau.

Resultados

Em um contexto de grandes transformações sociais, econômicas e culturais no início do século XX no Brasil, o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, evidencia uma crítica a parte da sociedade (políticos, empresários, elite econômica, etc) intolerante e preconceituosa brasileira, que passava por uma reurbanização e limitava a participação de negros e mulatos em determinados segmentos sociais.

¹²⁴ Para Soares (2016, p. 20): “a inquietação entre a ficção ou o elemento poético e a tentativa de objetividade científica representa a recusa da ficção em favor do cientificismo da história”. Dessa maneira, “Historiografia e literatura ‘narrativa’ se mantêm agora em contato justamente através da face que mais ressalta em ambas: a face dominante do cientificismo e do serviço que ele presta ao Estado” (LIMA, 2007, p. 137).

No Brasil republicano, como em tantas outras formações sociais egressas de um passado colonial, raça e classe sobrepunham-se definindo uma condição subalterna que nem sempre o talento individual ou o favor conseguiria resgatar. A poesia e a ficção mostram a face subjetiva dessa história que, em grande parte, ainda é nossa contemporânea (BOSI, 2019, p. 36).

A análise da narrativa literária reflete a maneira como a discriminação se manifestava, evidenciando aspectos importantes de relações de poder na Primeira República e se mostra uma importante fonte para pesquisadores que buscam relacionar história e literatura.

Referências

BARRETO, Afonso. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2019.

BOSI, Alfredo. *Introdução*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2019, p. 36.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. IN: A Escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FRAGA, Gérson Wasen. **“A derrota do Jeca” na imprensa brasileira: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS (Tese de doutorado), 2009.

LIMA, Luiz Costa. **Trilogia do Controle: O controle do imaginário; Sociedade do discurso ficcional; O fingidor e o censor**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **FARRAPOS DE ESTÓRIAS: Romance e Historiografia da Farroupilha (1841-1999)**. Porto Alegre: PPGH/ PUC (Tese de Doutorado), 2016.

A produção e distribuição grãos, legumes e cereais no Brasil (1950-1980) e as teorias demográficas de Thomas Malthus e Karl Marx

Gabrieli Elisa da Costa

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista do CNPq

Lucas Wazlawick do Carmo

Graduando do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)

Samira Peruchi Moretto

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo

Há uma preocupante relação entre o crescimento populacional e a quantidade limitada de recursos naturais que o planeta dispõe para produção alimentícia. Malthus, em seu “Ensaio sobre a população”, explanou sobre como o avanço da produção de alimentos ocorre em uma escala de progressão aritmética, sendo incapaz de suprir as necessidades do sucessivo aumento populacional, que se dá em progressão geométrica. Em contrapartida, a teoria elaborada segundo bases do pensamento marxista, defendia a ideia de que o número de habitantes não é o ângulo da incapacidade de alimentar todos, o responsável por isso seria, na realidade, a distribuição de renda, junto às consequências da economia capitalista, que gera grande desigualdade social. Destarte, o presente trabalho tem como objetivo analisar, através da perspectiva proposta pela História Ambiental, a produção e distribuição de grãos, legumes e cereais no Brasil a partir da década de 1950, até os anos de 1980, relacionando-a com duas teorias demográficas, a malthusiana e a reformista. Para tanto, foram realizadas a análise de documentos obtidos através de pesquisas em órgãos responsáveis pela agricultura e pela distribuição dos alimentos produzidos, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e leituras teóricas de autores que discutem alimentação e século XX, esperando-se compreender de que maneira a produção de alimentos, mesmo em grande escala e amparada pelo avanço tecnológico, não atinge toda a população, mesmo nos países mais desenvolvidos, e qual o papel do capitalismo nessa relação.

Palavras-chave: Produção de alimentos; Revolução Verde; Teoria Malthusiana; Teoria Reformista; Agricultura

Introdução/Justificativa

Existem diversos teóricos que discutem sobre a reprodução humana na sociedade e as consequências de seu crescimento, entretanto, dois deles se destacam: o economista político Thomas Malthus, e o filósofo e economista alemão, Karl Marx. No contexto da Revolução Industrial, época de grandes transformações econômicas e sociais, Thomas Malthus se responsabilizou por discutir algumas formas de melhorar a sociedade na época, tendo como cerne da discussão a questão da reprodução populacional e sua relação com uma possível crise na produção de alimentos, supondo que o crescimento populacional é excepcionalmente maior que a capacidade de produção de alimentos disposta pelos recursos naturais terrestres. Segundo Malthus, “a população, quando não obstaculizada, aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética.” (Malthus *in* Szmrecsányi, 1982, p. 57), ou seja, a última não seria capaz de acompanhar a primeira, causando um problema de subsistência humana.

Em contrapartida, para o filósofo Karl Marx, em uma sociedade capitalista não há incapacidade de produção, mas sim uma concentração imensa de mercadorias, gerando uma má distribuição. Outrossim, para Marx, o rápido avanço populacional e o consequente estado de fome não era o problema em si, na verdade, era consequência de um problema maior: a forma como o sistema capitalista ocorre. De acordo com Almeida e Rigolin (2002, p. 119):

Os reformistas atribuem aos países ricos ou desenvolvidos a responsabilidade pela intensa exploração imposta aos países pobres ou subdesenvolvidos, que resultou em um excessivo crescimento demográfico e pobreza generalizada. Defendem a adoção de reformas socioeconômicas para superar os graves problemas.

Desta forma, pode-se entender a superpopulação e a falta de acesso à alimentação como consequência do subdesenvolvimento que os países foram submetidos nessa economia. Posto isso, essa pesquisa busca dar ênfase a relação entre essas teorias demográficas e a produção e distribuição de grãos e cereais no Brasil, procurando compreender porque o problema da falta de acesso a alimentação ainda é tão presente na sociedade mesmo com uma grande produção alimentícia no país.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção e distribuição de grãos, legumes e cereais no Brasil a partir da década de 1950, até os anos de 1980, relacionando-a com duas teorias demográficas, a malthusiana e a reformista.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida através da perspectiva da História Ambiental, que, segundo Donald Worster (1991), pode se debruçar na análise de três elementos: o entendimento da natureza propriamente dita, o domínio socioeconômico e as estruturas de significação estabelecidas em relação à natureza, podendo ou não esses elementos estarem interligados numa mesma pesquisa.

Logo, levando em consideração que a disciplina de História Ambiental “tem por objetivo principal compreender melhor como o ser humano foi e ainda é afetado pelo ambiente natural, assim também como eles afetaram e vem afetando o meio ambiente” (Worster, 1991, p. 200), o presente trabalho busca compreender de quais formas a economia capitalista interfere na produção e distribuição de alimentos no Brasil, envolvendo aspectos ambientais, culturais e econômicos em torno dessa análise, tendo em vista que, atualmente, o problema da fome não se limita a produção alimentícia, mas sim a sua distribuição.

Serão utilizadas como fonte documentos obtidos através de pesquisas em órgãos responsáveis pela agricultura e pela distribuição dos alimentos produzidos, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de leituras teóricas de autores que discutem alimentação e século XX.

Resultados

A produção de alimentos em grande escala no Brasil é recente. Na década de 1950, a agricultura no Brasil era de baixo rendimento, pouca produtividade, o avanço da agricultura dependia

da transformação de áreas naturais em lavouras e a prática inadequada dessas atividades levaram a alguns impactos ambientais sérios (EMBRAPA, 2018). Nessa mesma época, o Brasil passava por um processo de industrialização, contando com o aumento da população e da urbanização, entretanto, ao mesmo tempo, com a escassez de alimentos. Uma reportagem do jornal do Estado de São Paulo de abril de 1968 retrata bem o momento, com a manchete: “Escassez Alimentar no Brasil”, e um texto discorrendo sobre como o Brasil terá de se esforçar para suportar esse surto de industrialização, multiplicando por dez sua capacidade de produção de alimentos. A partir deste pressuposto, o governo passou a investir em pesquisa e desenvolvimento agrícola, na onda da Revolução Verde, impulsionando o processo de modernização da agricultura no Brasil.

Para ilustrar o crescimento da produção de grãos e cereais no Brasil, o gráfico abaixo demonstra o rendimento de tonelada por hectare dos seguintes alimentos: arroz, feijão, soja, milho e trigo (figura 1).

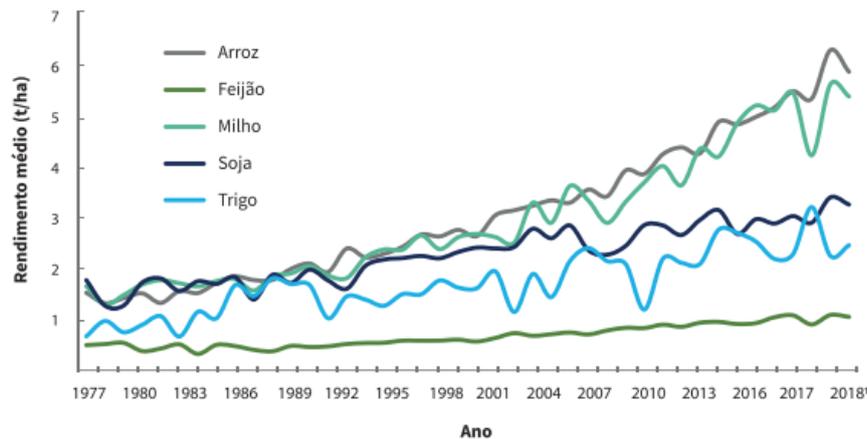


Figura 1: gráfico da produção de grãos e cereais e rendimento de toneladas por hectare (1977-2017)

Fonte: EMBRAPA.

Com o intuito de relacionar a produção desses alimentos, abaixo pode-se observar também o nível do crescimento populacional desde a década de 1950 (figura 2).

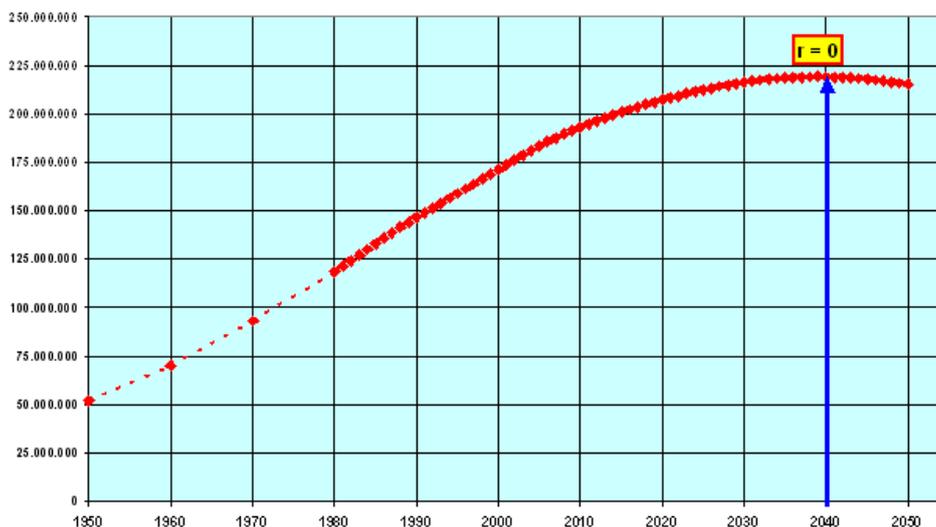


Figura 2: gráfico da evolução da população total segundo os censos demográficos e projeção 1950-2050. Fonte: IBGE.

Com isso, podemos perceber que a produção de alimentos não é um problema no país, mesmo com o aumento da população, uma vez que os impulsos agrícolas na década de 1970 auxiliaram no avanço da produção alimentícia, igualando o crescimento de ambos segmentos. Portanto, a falta de acesso a alimentação não é um problema de incapacidade de produção, mas sim de distribuição dos alimentos produzidos, tendo em vista que a quantidade de alimentos produzidos desde a introdução da modernização agrícola cresceu até seis vezes, conforme demonstra o gráfico da figura 1, indo de encontro com os ideais da teoria reformista, elaborada e discutida por Marx, em que afirma que a escassez de alimentos se dá pela concentração dessas mercadorias, gerando uma má distribuição e, conseqüentemente, a fome, principalmente em países subdesenvolvidos.

Referências

- ALMEIDA, Lúcia M. Alves; RIGOLIN, Técio Barbosa. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2002
- BRASIL. EMBRAPA. **Trajectoria da Agricultura Brasileira**. 2018. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/visao/trajectoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. EMBRAPA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília: Embrapa, 2018. 213 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE. **IBGE: população brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13577-asi-ibge-populacao-brasileira-envelhece-em-ritmo-acelerado#:~:text=No%20per%C3%ADodo%201950%2D1960%2C%20a,215%2C%20milh%C3%B5es%20de%20habitantes>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Thomas Robert Malthus. “**Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições**”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) Thomas Robert Malthus. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 24, São Paulo: Ática, 1982

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

Agradecimentos

Ao CNPq, pela bolsa de iniciação científica. À UFS pelo apoio institucional.

O ódio a Greta Thunberg e ao ambientalismo nas redes online: notas para um estudo de gênero e História Ambiental cultural no Brasil

Bianca Rocha Barreto

Graduanda em História - Licenciatura e pesquisadora na linha de História Ambiental na UNICENTRO/Campus Santa Cruz - Bolsista CNPq.

Jó Klanovicz

Doutor em História, docente na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário/Laboratório de História Ambiental e Estudos de Comunidade – Bolsista Pq2-CNPq. jo@unicentro.br

Resumo

Esta pesquisa de Iniciação Científica, em caráter embrionário, busca analisar os embates sobre ambientalismo jovens e cidadania ambiental na internet, interseccionando misoginia, violência de gênero, negacionismo climático e etarismo, por meio do mapeamento de discursos brasileiros de ódio contra a ambientalista sueca Greta Thunberg de 2018 a 2020. O acirramento político em torno do Acordo de Paris (2015) e a COP24 (Polônia, 2018) tem construído tensões na ecopolítica global e a emergência de novas cidadanias ambientais encontra em movimentos juvenis uma das formas mais articuladas de pressão pública em torno das questões climáticas, como é o caso de Fridays for Future e X-Rebellion, e Greta Thunberg figura, nesse sentido, como personificação e voz autorizada desses grupos. Dados já levantados permitem perceber, no Brasil, dimensões hierarquizantes e assimétricas nas vozes contra o ambientalismo, na sua maioria masculinas, e uma nova onda de ambientalismo feminino e juvenil. Nesse sentido, uma leitura que articula estudos de gênero e de juventude e história ambiental cultural permite aprofundar a problematização das críticas em torno desse ambientalismo e sua importância na história contemporânea. A investigação começa a ser realizada a partir da constituição de um corpus documental de posts em redes sociais como Twitter e aplicação de *tracking* de grupos envolvidos nesses embates.

Palavras-chave: internet; antiambientalismo; Greta Thunberg.

Introdução

Na década de 1990, a categoria ‘jovens’ foi o destaque das problematizações nas políticas

públicas, promovendo um intenso debate sobre a vulnerabilidade social e demais situações de risco que a juventude estaria enfrentando, tornando mais ativa a política jovem na medida que ganhou força e conquistou espaços (SANTOS, 2020, p. 8). De acordo com Bruno Vieira dos Santos (2020), com atenção para a construção da juventude no ocidente e dos reflexos da autocracia, é um controle simbólico e material dos adultos sobre jovens (sendo consideradas adultas pessoas da faixa etária de 30 a 59 anos) incide sobre a política, de maneira que são reproduzidas em sua relação jovem-adulto as estruturas de hierarquia, dominação e subordinação.

Esse adultocentrismo tem atualizado uma perspectiva estereotipada de jovens que não teriam interesse na ação política, tidos como rebeldes, imaturos e claro, incapazes de decidir ou tomar decisões. Todavia, a geração dos *millennials*¹²⁵ vem buscando seu espaço e mostra um avanço nos últimos anos em relação à participação política, representatividade e conquista de direitos, as novas mobilizações jovens se estruturam de maneira diferente, por meio de novos códigos sociais que quebram diariamente com a imagem homogênea de jovens das gerações passadas (BRITES e SCHABBACH, 2014).

Quando buscamos observar o protagonismo ambiental jovem, a adolescente sueca Greta Thunberg tem tido visibilidade pública global desde 2018. Atualmente com 17 anos, tem personificado a iniciativa de cobrar compromisso ambiental de governantes, mais especificamente com relação às emissões de carbono. Em 2018, durante a reunião do Grupo G-20, esses países eram responsáveis por 78% das emissões de CO₂ no planeta, mesmo que muitos deles tenham assinado o Acordo de Paris, de 2015.

Desde 2015, Thunberg está envolvida no ativismo ambiental e, a partir de 2018, deu início a uma greve escolar, ausentando-se do ensino formal nas sextas-feiras para protestar contra a anomia política com relação ao problema na frente do parlamento da Suécia, num movimento intitulado, primeiramente, de Greve Escolar pelo Clima (Skolstrejk för klimatet), que foi se deslocando e ampliando para o movimento Fridays for Future. Antes da Pandemia causada pelo COVID19, o

¹²⁵Recorte que compreende indivíduos nascidos na década de 80 até o final do século, de um ambiente tecnológico e globalizado.

movimento conseguiu reunir milhares de estudantes e simpatizantes nas ruas com atos de desobediência civil pacíficos. Os ativistas estão mais ativos do que nunca, se fortalecendo e ganhando espaço no âmbito da internet, com postagens diárias nas redes sociais publicadas nos perfis oficiais do movimento.

As novas mobilizações ambientais contemporâneas têm sido pautadas por jovens num sentido global, onde a própria juventude vem emergindo uma nova cidadania ambiental, discutindo problemáticas ecológicas, - um dos nossos desafios para os anos seguintes, moderar o uso dos recursos naturais e consequências do planeta - promovendo um ambientalismo com novos rostos e trazendo outros marcadores para o debate, como as lideranças femininas sendo protagonizadas no movimento.

O movimento em prol das mulheres “(...) na sua longa história de avanços e de amadurecimento, tornou-se muito rico, diversificado e multidisciplinar” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2005, p. 8) que nas últimas décadas ocupou espaços como as redes sociais e a internet, segundo Câmara e Nogueira (2018) os meios de comunicação se transformaram em opções da luta feminina, um meio que dá direito a expressão política de mulheres ambientalistas. De modo geral, a jovem trouxe uma repercussão nas reações e aproximações, assim sendo um dos focos deste projeto a violência de gênero reproduzida no âmbito da internet contra a jovem ativista.

Nesse contexto, o processo de um novo ambientalismo somado da notoriedade de Greta, pode-se notar a violência de gênero contra a garota e o antiambientalismo, nas reações, mais negativas do que positivas, acontecendo desde perfis anônimos ou fakes, famosos e até de políticos como o caso de Donald Trump e do presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Segundo Silva (2020), há haters que tentam desqualificar Greta Thunberg, zombando de sua estética, seu diagnóstico de Asperger e sua causa, de forma que o anonimato incrustado da internet de uma segurança ao agressor com o objetivo ferir além da imagem, mas sim a moral.

Bandeira (2014), afirma que a correlação entre a violência na condição de gênero, tem suas origens ainda nas pautas e reivindicações das feministas americanas dos anos 70, que denunciavam arduamente a violência sexual contra a mulher e só anos depois foram prestar atenção no fenômeno

que foi classificado como categoria sociológica.

Metodologia

Devido à pandemia do novo Coronavírus que chegou ao Brasil em Março de 2020, esta pesquisa faz parte do Laboratório de História Ambiental - Unicentro sendo desenvolvida na modalidade online, considerando elementos teórico-metodológicos para debater e compreender a inter relação entre a História Ambiental e Gênero, assim como leituras que abrangem o Ciberativismo e violência de gênero. Nesse sentido, a metodologia corresponde a pesquisa documental e contextual, utilizando as categorias de análise “gênero” e “meio ambiente”, desenvolvendo uma catalogação, classificação e sistematização de dados em pesquisas de história.

Objetivos

Os objetivos desta pesquisa de iniciação científica, buscam mapear em publicações brasileiras que reproduzem os discursos de ódio e violência com/contra Greta Thunberg e o movimento ambientalista, de modo que se possa analisar as relações entre cidadania ambiental e o antiambientalismo presente no Brasil.

Resultados

Por estar em estágio inicial, não há resultados nesse momento.

Referências

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, agosto 2014.

CÂMARA, M. T. P.; NOGUEIRA, E. C. D. O ethos ativista no Facebook: uma análise discursiva das narrativas digitais de mulheres ambientalistas. **Calidoscópico.** v. 16, n. 2, p. 206-215, mai/ago 2018.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

NÚÑES, S.; VÁZQUEZ, S.; FERNÁNDEZ, D. Ciberfeminismo contra la violencia de género: análisis del activismo online-offline y de la representación discursiva de la víctima. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, 861-877.

SANTOS, B. V. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, 2020.

SILVA, F. V. Violência em rede: discursos sobre Greta Thunberg em comentários on-line. **Rev. Estud. Ling.**, Belo Horizonte, 2020.

Observações iniciais sobre manifestações de identidades políticas através de *Kingdom Come Deliverance*

Diego Neivor Perondi Meotti

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS)

Dr. Renato Viana Boy

Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(PPGH)

diego_meotti@hotmail.com

Resumo

Este trabalho teve como enfoque analisar diferentes manifestações de identidades políticas em discussões em torno do jogo eletrônico *Kingdom Come Deliverance* (2018). O jogo em questão tornou-se palco de discussões não somente sobre a autenticidade do passado nele representado, mas também pelos posicionamentos do desenvolvedor chefe em redes sociais durante o período de desenvolvimento do jogo, servindo de estímulo para diferentes discussões identitárias que transcenderam o jogo. Outros documentos analisados foram postagens do desenvolvedor chefe, na rede social *Twitter*, entre os anos de 2015 e 2018, bem como debates entre jogadores em comentários numa análise crítica sobre o jogo. Procuramos analisar como uma identidade política do desenvolver chefe pode se manifestar na narrativa principal do documento em momentos específicos, analisando tais recortes em conjunto com os seus posicionamentos colocados em redes sociais. Para um aporte teórico foi utilizado o diálogo interdisciplinar entre pesquisadores de diferentes áreas. Buscamos estabelecer um diálogo entre os conceitos de retórica procedimental, elaborado por Ian Bogost, para pensarmos no jogo enquanto um objeto portador de argumentos, com o conceito de representação do historiador Roger Chartier. Para analisarmos os posicionamentos como do público, utilizamos da análise do antropólogo Stuart Hall sobre a fragmentação das identidades após o fenômeno da globalização e de historiadores medievalistas, que buscam analisar com o passado medieval é utilizado como espaço de manifestação de identidades contemporâneas, podendo inclusive se desprender para outras discussões, como sobre a separação entre as noções de políticas tradicionais e de extrema-direita.

Palavras-chave: Identidades Políticas. Jogo Eletrônico. Posicionamentos.

Introdução/Justificativa

O século XX é observado como um período de intenso desenvolvimento tecnológico. As inovações produzidas nesse contexto, demarcadas pelas duas grandes guerras e pelo conflito geopolítico entre EUA e URSS, não se restringiu apenas ao uso militar, mas também foram criados objetos para uso prático no cotidiano e para o lazer como forma de propagandas ideológicas. Além dos produtos focados no entretenimento, como filmes, séries e jogos, houve também o advento da internet, sendo uma tecnologia que possibilitou rápidas trocas de informações entre pessoas distantes geograficamente. Neste trabalho, buscamos refletir a partir de dois tipos documentais que surgem neste recorte: um jogo e os posicionamentos colocados pelo desenvolvedor em uma rede social, por um jornalista e público na internet. O jogo eletrônico *Kingdom Come Deliverance*, lançado em 2018 pela desenvolvedora tcheca *Warhorse Studios*. Seus desenvolvedores buscaram criar um jogo desafiador e autêntico historicamente. Sua ambientação e narrativa foram produzidas a partir de um conflito político no reino da Boemia no século XIV. A afirmação do desenvolver chefe, Daniel Vávra, de que seu jogo era o que representou mais fielmente o passado dos últimos anos, gerou intensas discussões entre jogadores e destes com Vávra, bem como análises jornalísticas que relacionaram o passado medieval representado com posturas políticas contemporâneas de Vávra. Tal situação nos fez pensar nas seguintes questões, como um jogo eletrônico medieval tornou-se um ponto para debates sobre identidades políticas contemporâneas?

Pesquisas historiográficas tendo os jogos eletrônicos como objeto central de pesquisa veem ascendendo no Brasil e no mundo nas últimas décadas. Outro espaço, que começa a ser explorado por pesquisadores, são os documentos criados no ambiente digital, necessitando de um olhar diferenciado as particularidades apresentadas nesse tipo documental. Além destes, essa pesquisa possuiu uma importância por buscar refletir sobre as relações sociais que ocorrem no espaço virtual, mais especificamente, como identidades políticas se fazem presentes em um ambiente de discussão acessado por um público heterogêneo, vindo de diferentes locais a partir de interesses próximos.

Objetivos

Geral

- Compreender como o jogo *Kingdom Come Deliverance* pode ser o ponto de debates sobre identidades políticas.

Específicos

- Analisar elementos da trama principal que manifestam uma identidade nacional contemporânea presente no jogo.

- Perceber como as posições do desenvolvedor chefe e do jornalista se enquadram nas discussões identitárias enquanto papéis mediadores com o público.

- Explorar um debate sobre concepções políticas do público nos comentários da análise de Grayson sobre *Kingdom Come Deliverance*.

Metodologia

Para desenvolver o trabalho, usamos um conjunto de pesquisadores com focos distintos, porém, acreditamos ser possível relacioná-los em alguma medida. Para compreendermos sobre os jogos eletrônicos enquanto objetos produzidos a partir de intenções, usamos as reflexões de Ian Bogost. Em sua perspectiva, os jogos seriam objetos, assim como livros e imagens, na qual seus criadores criam argumentos, visando convencer o público a partir dos elementos retóricos disponíveis no produto (BOGOST, 2007, p. 3).

Para pensarmos na criação destas representações digitais utilizamos o conceito de representação de Roger Chartier. O historiador busca pensar como os diferentes grupos procuram construir uma visão que os identifique e os distinga dos demais não somente a partir de características socioprofissionais, mas de um conjunto mais diversificado como opiniões políticas, étnicas e/ou sociais (CHARTIER, 2002, p. 69). No caso, podemos pensar numa identificação dos desenvolvedores tchecos com o passado medieval de sua nação, criando uma visão própria, representada no jogo, que seria comercializada para um público consumidor.

Além de ser um produto que nos permite analisar uma das identidades dos desenvolvedores, também possibilitou o aparecimento de identidades políticas do público, este fazendo parte de um mercado globalizado e heterogêneo. Para tal, trabalhamos com o conceito de identidade analisado por Stuart Hall. Em sua obra, o antropólogo buscou refletir sobre o processo de fragmentação das identidades. O pesquisador focou na fragmentação de identidades nacionais que ocorreu com o fenômeno da globalização (HALL, 2006, p. 8-9). Para além de refletir sobre essa fragmentação e nos processos de tradição e tradução cultural (HALL, 2006, p. 87), foi preciso pensar na utilização do passado representado no jogo. Para tal, utilizamos as reflexões dos medievalistas Amy S. Kaufman e Paul Sturtevant. Os medievalistas buscaram apresentar, em sua obra, como o passado medieval foi utilizado em diferentes contextos e como, este passado representado, dizia mais sobre seus presentes, e preconceitos nele existentes, do que sobre o recorte medieval propriamente dito (KAUFMAN; STURTEVANT, 2020, p. 30). Procuramos também refletir sobre a ação política do desenvolvedor e do jornalista enquanto figuras mediadoras com o público. Para tal, utilizamos a análise de Humberto Rocha sobre o conceito de mediação. Sua análise foca nos movimentos sociais do campo, porém, foi possível estabelecer relações conceituais com nossos documentos.

Resultados

Buscamos, nesse trabalho, analisar trechos da narrativa principal de *Kingdom Come Deliverance* que possibilitam-nos pensar no jogo enquanto um produto carregado de uma identidade nacional que, embora voltada para o entretenimento, buscou trazer uma perspectiva cultural local que dialoga com um senso comum de uma parcela do público sobre quais eram as dinâmicas sociais no período medieval. Por si só, seria problemática apontar o jogo como um produto nacionalista que visa transmitir uma perspectiva identitária conservadora pelo fato de ser um produto divulgado em uma lógica de mercado capitalista, não restringindo o acesso de consumidores à uma identificação política comum apenas, porém, quando buscamos observar tais recortes na história do jogo e pondo-os em observação com os posicionamentos políticos do desenvolvedor em seu perfil no *Twitter*, torna-se complexo separar o autor de sua obra.

Pensar na relação tanto de Vávra, desenvolvedor chefe de *Kingdom Come*, quanto na análise jornalística de Grayson, a partir do conceito de mediação de movimentos sociais abordado por Rocha se demonstrou em descompasso. Pois, uma das bases desta relação mediadora, seria a não de filtragem de informações, o que acaba ocorrendo aqui tanto pelo desenvolvedor, na escolha de elementos presentes no jogo, como por Grayson em sua análise. Por fim, o público, ao se relacionar tanto com Vávra como com Grayson, não foi passivo, se posicionavam e trouxeram novas reflexões políticas, muitas que escapavam do espaço do jogo ao abordarem contextos nacionais e realidades políticas particulares.

Referências

BOGOST, Ian. Procedural rhetoric. BOGOST, Ian. **Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames**. Cambridge, MA; London, England.: The MIT Press. 1º ed. 2007. p. 1-65

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1º ed. 2002. p. 61-80

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 11º ed. 2006. 102 p. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro

KAUFMAN, Amy S; STURTEVANT, Paul B. **The devil's historians: how modern extremist abuse the medieval past**. Toronto: Universidade de Toronto. 2020. 164 p

ROCHA, Humberto José da. Elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo. MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (Orgs). **Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re) apropriação territorial e agrária**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2019. p. 201-229

Entre o *Rock 700* e o *Rock 701*: o cenário do rock autoral chapecoense entre as décadas de 1970 e 1990

Mateus Felipe Socha

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista da FAPESC.
mateus_socha@hotmail.com

Claiton Marcio da Silva

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e Orientador da pesquisa
claiton@uffs.edu.br

Resumo

O *rock'n roll* se mostrou, no final do século XX, como um importante elemento utilizado pela juventude para expressar o que sentiam e como viam o mundo que os envolvia. No Brasil, o rock atinge os grandes centros urbanos na década de 1960, inspirado pelos movimentos juvenis de contracultura, e se espalha pelo país através da difusão realizada pelo rádio e televisão. Em Santa Catarina o rock se populariza na década de 1970, espalhando focos de uma produção autoral por toda a sua extensão, inclusive no Oeste, a qual dedicaremos nossa análise. Desta forma, este trabalho busca apresentar um rápido panorama do cenário musical na cidade de Chapecó, entre as décadas de 1970 e 1990, destacando as influências e inspirações utilizadas pelos músicos para construir suas músicas, característica pela miscelânea de elementos advindos de uma cultura de massas e da cultural local, aplicados sobre a música. Para corroborar esta discussão serão utilizadas como fontes as músicas “Rock 700” (1977), de autoria de Tyto Livi, e “Rock 701” (1994), de autoria da Banda Repolho, que integram a apresentam, de forma aberta, este rock com características locais, que podem ser vistos como um canal para a construção de uma identidade musical na região.

Palavras-chave: Rock'n roll; Música autoral; Chapecó.

Neste trabalho propomos a apresentar a constituição do cenário do rock autoral no município de Chapecó, entre as décadas de 1970 e 1990, percebendo as relações existentes entre a produção musical e o contexto sociocultural da região. Neste sentido, a escolha das duas músicas que dão nome ao trabalho se colocam para justificar os diferentes momentos em que cada uma das produções se

constituiu, no intuito de compreender os elementos que influenciaram sua produção. Este trabalho reúne algumas das discussões realizadas na Dissertação de Mestrado, em desenvolvimento e orientação pelos autores deste mesmo trabalho, e, portanto, alguns pontos ainda encontram-se em processo de levantamento e análise de dados.

Antes de analisarmos especificamente o rock na cidade de Chapecó, buscaremos apresentar um breve panorama sociocultural característico e que, de certa forma, influenciou direta – e indiretamente – a inserção deste elemento musical entre a população. Por assim ser, a história da migração de ítalo-brasileiros para a região, e a consequente inserção de aspectos culturais que se tornaram determinantes até meados da década de 1950, consoante ao inicial processo de urbanização do município, que se mostrou intenso nas décadas seguintes, são elementos relevantes para se compreender a integração e a produção de uma identidade musical cujas características são singulares na cidade.

Assim, o *rock'n roll* surge dentro deste processo de urbanização das estruturas da cidade, onde se percebe, também, uma remodelação dos aspectos culturais da população urbana, no intuito de adequá-la ao contexto de modernização. É interessante mencionar que a cidade, neste contexto de transformação, passou por um processo de permanências e rupturas de determinadas práticas e costumes que interligavam, direta ou indiretamente, o espaço urbano em ascensão ao espaço rural anterior, constituindo uma paisagem rurbana, ou seja, “zonas de transição entre cidade e campo, onde mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo solo” (ESPAÑA, 1991, *apud* ALVES; VALE, 2013, p.35). Assim, tal qual outros elementos culturais como, por exemplo, o dialeto e os modos de falar, característicos do processo de estruturação linguística das décadas anteriores, assim como uma perspectiva ligada ao *ethos* do trabalho, permaneceram muito fortes dentro do imaginário local, sendo importados e redefinidos dentro do ambiente urbano.

O crescimento urbano, em consonância com o declínio do ambiente rural, estimulou um intenso êxodo rural dos jovens, que buscavam melhores condições de vida, de escolarização e de trabalho. Neste sentido, em consonância a todas estas movimentações, as ondas de rádio traziam para a cidade elementos da cultura nacional e internacional, que começavam a ser difundidos com maior intensidade entre a sociedade local. O rádio, portanto, era o principal meio de comunicação do

período, o que abria uma importante janela para que a população pudesse se inteirar dos assuntos em voga no momento, de uma forma muito mais rápida do que por meio dos jornais.

O rádio, desta forma, também traria para dentro do contexto cultural chapecoense um novo elemento, que estava despontando no cenário nacional e internacional: o *rock'n roll*. Este ritmo, cujo surgimento se deu a partir do desejo dos jovens se expressarem acerca do que sentiam e pensavam sobre o mundo, diante de uma sociedade fundada em princípios conservadores, de caráter nuclear e que silenciava esta mesma juventude, adentraria de forma lenta e gradual no gosto da sociedade chapecoense, abordando em primeira medida os jovens que, neste primeiro momento, faziam da música um elemento de sociabilidade. Os primeiros músicos a se aventurarem na produção de um *rock* chapecoense, no entanto, se dedicariam ao *cover*, ou seja, reproduzindo alguns sucessos nacionais e internacionais.

Os primeiros passos de um rock autoral se dariam com Tyto Livi¹²⁶ que, não apenas inauguraria um novo cenário musical para a cidade, como também produziria o primeiro disco independente que se tem notícia em Santa Catarina, no ano de 1977. Tyto Livi, que é natural de Vargeão, migrou para Chapecó para concluir seus estudos do Ensino Médio, momento em que teve contato com o ritmo do *rock'n roll* através do rádio e da televisão. Em entrevista ao jornal Voz do Oeste (2010, on-line), o músico comenta que suas inspirações foram adquiridas,

[..] através dessa caixa mágica que é a televisão, que Tyto Livi pode ver, de fato, Elvis Presley e The Beatles, que só conhecia pelo rádio. Pelo rádio (Rádio Globo) também conheceu as músicas de Raul Seixas e de Ney Matogrosso, no programa Paulo Giovanni Show – onde tocavam os lançamentos nacionais e internacionais. A TV era um chacoalhar de estruturas, uma revolução, em que se passou de ouvir, para ver a arte.

A partir do conhecimento destas figuras, Tyto Livi desenvolveu “uma identificação imaginária com as estrelas musicais, tomadas como referências idolatradas” (PAIS, 2006, p.40), inspirando-o a produzir músicas voltadas ao *rock*. Desta forma, em 1977, quando estava na Universidade Federal de

¹²⁶ O jovem músico Ortenilo Azolini adotou como nome artístico Tyto Livi, vindo do apelido de infância Tito, e em referência ao cantor brasileiro Roberto Livi. A partir deste momento, nos referendamos ao músico apenas pelo seu nome artístico.

Santa Catarina cursando Direito, obteve contato com o coral, o que possibilitou que gravasse o primeiro disco da carreira, intitulado “Memórias de um certo louco”, com quatro faixas. Entre elas, destacamos a música “*Rock 700*”, inspirada pelo estilo de Elvis Presley, que anunciava:

[...] É o rock que chegou/ É o rock minha gente/ Todo mundo está cantando, todo mundo está bailando, todo mundo está contente/ [...] Não precisa ter receio, não/Para entrar no *rock school*/ Sei que ele é nosso amigo/ Vai conosco à escola/ Amarre bem sua botina, vai buscar sua menina que agora ‘vamo’ embora [...]

(*Rock 700*, Tyto Livi, 1977)

Na música é possível perceber que Tyto Livi aponta sobre a presença deste ritmo na sociedade chapecoense, apontando como meio de difusão desta música a juventude que ouvia e discutia sobre o rock nas escolas. Além disso, o *rock* de Tyto Livi aponta também elementos que o ligam diretamente a região oeste de Santa Catarina, dentre eles o dialeto carregado e a presença de elementos voltados ao espaço urbano, como a botina. Tais elementos, portanto, fazem com que a musicalidade do cantor ganhasse uma identidade específica, que unia elementos do seu cotidiano e muito presentes nas práticas culturais de sua origem, com a cultura de massas expressa pela mídia.

Com o sucesso de Tyto Livi, sobretudo pela gravação do disco, o *rock* começava a ser melhor aceito pela população, garantindo assim maior espaço na grade musical das rádios. Não obstante, com o avanço da urbanização em Chapecó, surgiram novos locais de difusão do *rock*, como as lojas de discos e os espaços de encontro da juventude. Em ambos, a troca de experiências e de sons era um elemento comum, seja com empréstimos ou venda de discos no pretexto de ouvir um estilo diferente ou, até mesmo, tocá-lo de modo experimental. As principais características do rock chapecoense dos anos 1980, portanto, se colocam na influência de outros estilos (como o *punk rock*, o *metal* e o *hard rock*), assim como a criação de várias bandas de garagem, cujo destaque se dá a Banda *Atta Sexdens*, do final da década.

Tais movimentações culminariam, nos anos 1990, no início de uma nova cena musical na cidade, que amarrava todas as experiências das décadas anteriores. É característico do *rock* dos anos 1990 a influência das trocas de discos e das experiências realizadas pelos jovens nas décadas anteriores, assim como das produções musicais de Tyto Livi que abordavam temas relacionados às

experiências locais e envolviam essa cidade de Chapecó que, neste momento muito mais urbanizada, ainda se permitia a ter elementos que a ligava ao mundo rural. Essa mistura de elementos globais – adquiridos pelos meios de comunicação de massas – com elementos locais, vindos do contexto que estes jovens viveram e, de certa forma, ainda viviam, fomentou a produção musical do período.

O destaque atribuído neste trabalho se dá à Banda Repolho, surgida em 1991 como uma banda que envolvia múltiplos estilos, herdados das experiências seus integrantes. Originalmente era formada por Roberto (vocal) e Demétrio Panarotto (guitarra), que trouxeram para a banda um pouco da MPB, do rock gaúcho e das produções locais (incluindo Tyto Livi). Por sua vez, o baterista Anderson Gambatto e o baixista Paulo de Nadal trouxeram um pouco do *Hard Rock* empregado no *Atta Sexdens*. Esta mistura de estilos são características marcantes na produção de um *rock* autoral.

O cenário musical dos anos 1990, se movimentaria a partir das produções da Banda Repolho, principalmente após 1994, quando, com apoio do produtor Marcelo Birck, é gravado em Porto Alegre a primeira demotape da banda intitulada “*Repolho e a horta da alegria*”, com 12 músicas autorais da Banda que, tal qual a própria estética da banda, abordavam diferentes temas sempre utilizando da ironia para passar sua mensagem para o público. Talvez o elemento mais importante difundido pela banda seja a ideia da “Colonagem Cybérica”, ou seja, a partir deste uso da ironia sobre elementos da cultura local, como uma forma de criticar características dominantes no imaginário local (como a questão da *ethos*, por exemplo) ao mesmo tempo que remodelar estes aspectos criando uma noção de identidade a esta cultura, valorizando aspectos comuns à sociedade chapecoense do período. Desta forma, elencamos a música “*Rock 701*”, gravada pela primeira vez nesta demo, que dialoga bem com esta ideia da banda:

“Ele queria ser roquero até arpejou os pêlo quando contou pro seu pai/Era só o que me resta roquero nenhum presta vai planta mandioca vai/Por que tu não pega nos livro seja um rapaz querido ingual o filho do Sinvar/ Ou o filho da Otília que passou em Agronomia e foi morá na capitar/Um colono tocando róque, não qué fandango, qué Woodstock/ [...]” (*Rock 701*, Banda Repolho, 1994)

A ironia presente na música se mostrava, portanto, com uma crítica a este modelo dominante. A *ethos*, do trabalhar na terra, se coloca em desacordo com a prática de se produzir música, principalmente o *rock*, ao mesmo passo que ela se vê confrontada com a cultura dominante na

sociedade chapecoense, pois nesta perspectiva do trabalho intelectual e musical não ter tanto prestígio quanto o braçal, o *rock* é colocado como algo assustador. Igualmente, a valorização de aspectos ligados à cultura popular, como o dialeto local, era colocada como uma contraprova ao processo de “limpeza linguística” promovido pelas instituições locais em prol da ideologia do progresso. Assim, a música produzida pela Banda Repolho pode ser vista como

[...] uma maneira de ser, uma ótica da realidade, uma forma de comportamento. O *rock* é e *se define* pelo seu público. Que, por não ser uniforme, por variar individual e coletivamente, exige do *rock* a mesma poliformia, para que se adapte no seu tempo e no espaço em função do processo de fusão (ou choque) com a cultura local e com as mudanças que os anos provocam de geração a geração. (CHACON, 1982, p. 19).

Logo, a partir desta pesquisa podemos apresentar, de forma sucinta, a organização da cena musical chapecoense entre as décadas de 1970 e 1990, partindo das músicas de Tyto Livi e da Banda Repolho. Buscamos relacionar aspectos sociais, culturais e políticos para compreender a formação e o fortalecimento de um ritmo que inaugurou uma importante cena musical no Oeste Catarinense. Entender a importância da música, neste contexto, perpassa a ideia de simplesmente compreender a sonoridade que embalava a cidade, mas é entender também como a juventude se socializava e ganhava, cada vez mais, espaço na sociedade local, ganhando voz e expressão através das músicas.

Referências

- ALBA, Rosa Salete. **A produção do espaço urbano de Chapecó – SC**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998.
- BANDA REPOLHO. **Rock 701**. 1994. Disponível em: <https://youtu.be/8XKsy3dURZc>. Acesso em 02 nov. 2020.
- CHACON, Paulo Pan. **O que é rock**. São Paulo: Brasiliense. 1982. 80p.
- O NOSSO PAI DO ROCK. **VOZ DO OESTE**, Chapecó, 13 de julho de 2010. Disponível em: cafecigarrosedesordem.blogspot.com/2010/07/o-nosso-pai-do-rock.html. Acesso em: 10 nov. 2020.
- PAIS, José Machado. Bandas de garagem e identidades juvenis. In: COSTA, Marcia Regina da.
- SILVA, Elizabeth Murilho da. (Orgs.). **Sociabilidade juvenil e cultura urbana**. São Paulo: Educ, 2006, pp.29-54.

SILVANI, Herman Gomes. **Uma nova música, uma outra história.** 2004. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó, Chapecó, 2004.

TYTO LIVI. **Rock 700.** São José: Estéreo Som, 1977. Disponível em: <https://youtu.be/S2wBmFdgplU>. Acesso em 02 nov. 2020.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Jovens monarquistas em *Manchete*, no contexto pré-Plebiscito de 1993

Roberto Biluczyk

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História
Bolsista Prosuc II - Capes
Universidade de Passo Fundo (UPF)

Resumo

Entre os muitos assuntos tratados na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), um deles se destacou, principalmente por sua excentricidade: a reivindicação do retorno da forma de governo monárquica para o Brasil. Uma proposta do deputado Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno (PDS-SP), amparada por uma emenda popular, visava conduzir a escolha das formas e sistemas de governo para um plebiscito. Em associação com um grupo de constituintes parlamentaristas, a ideia obteve êxito em 1988, passando a movimentar os bastidores políticos. A votação ocorreu em 21 de abril de 1993. A revista *Manchete*, publicada pela Bloch Editores entre 1952 e 2000, designou atenção especial para os desdobramentos do movimento que se opunha à República, detectando em 1988, que a maioria dos apoiadores da causa possuía faixa etária elevada. Quatro anos mais tarde, uma nova reportagem mostrou que esse conceito buscava ser superado. A chamada Juventude Monárquica do Brasil reunia, segundo a revista, jovens de 15 a 25 anos, que conciliavam gostos comuns com atitudes conservadoras. De tal modo, a imprensa proporcionou a exposição de um curioso capítulo da política brasileira.

Palavras-chave: Plebiscito; *Manchete*; Eleições.

Introdução/Justificativa

Na Assembleia Nacional Constituinte, realizada entre 1987 e 1988, parlamentaristas e presidencialistas travaram um longo conflito em torno do debate sobre qual o melhor sistema de governo para o Brasil. Em 22 de março de 1988, os presidencialistas conquistaram a maioria dos votos em plenário, encerrando oficialmente as discussões sobre o tema, conservando o *status quo* (BILUCZYK, 2020). Mesmo assim, os defensores do chamado sistema de gabinete não se deram por vencidos, passando a apoiar uma ideia considerada excêntrica.

Uma proposta do deputado Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno (PDS-SP),

fundamentada em uma emenda popular, reivindicava que as formas de governo, isto é, a monarquia e a república, deveriam ser alvos de uma consulta plebiscitária (NÉMETH-TORRES, 2008). Em menor escala, o referido plebiscito apreciaria também os sistemas de governo, ou seja, o presidencialismo e o parlamentarismo, abrindo novas possibilidades aos derrotados de março.

O Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi aprovado na sessão constituinte de 2 de junho de 1988. A diferenciada votação foi marcada para 7 de setembro de 1993, tendo sua data posteriormente alterada para 21 de abril do mesmo ano (CARVALHO, 2010). A regulamentação da eleição somente se deu em 4 de fevereiro de 1993, poucas semanas antes da efetivação do processo. Entretanto, no decorrer do período que antecedeu o Plebiscito, os ideários permaneceram em evidência na imprensa, de maneira especial na revista *Manchete*.

Fundada no Rio de Janeiro em 1952, *Manchete* foi uma revista publicada pela Bloch Editores até o ano 2000. Inicialmente de formato ilustrado, possuía em sua apresentação, influências de periódicos nacionais, como *O Cruzeiro*, e internacionais, como *Paris Match* (NASCIMENTO, 2015, p. 29). Com o tempo, absorveu novas características, conciliando fotografias com textos de variadas naturezas – de notas a reportagens. O semanário carioca se mostrou interessado em expor atividades de grupos que defendiam a forma monárquica, principalmente entre 1987 e 1993.

Entre essas associações estava a Juventude Monárquica do Brasil (JMB), cuja ação foi repercutida em duas reportagens, aqui analisadas. O Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo e sua viabilização são tópicos pouco explorados na historiografia brasileira. Por essa razão, emerge a pertinência de um estudo sobre esse curioso capítulo da política brasileira, pormenorizado em trabalho de maior extensão, em desenvolvimento pelo autor.

Objetivo

Este trabalho visa analisar detalhes sobre a atuação do grupo de jovens conhecido como Juventude Monárquica do Brasil, notabilizado pela revista *Manchete*, da Bloch Editores, em duas reportagens, publicadas em 30 de março de 1991 e 5 de setembro de 1992.

Metodologia

O uso de periódicos na pesquisa histórica ganhou novos olhares, principalmente a partir das transformações paradigmáticas emergentes do Movimento dos *Annales* e da renovação cultural marxista, em meados do século XX (LUCA, 2008, p. 113). A partir da década de 1970, o número de trabalhos que empregam esse tipo de recurso aumentou consideravelmente, sempre ponderando critérios imperativos à crítica, como a subjetividade da fonte.

Para efetuar o exame das matérias de *Manchete*, utilizou-se a metodologia conhecida como Análise de Conteúdo. Renée Barata Zicman (1985, p. 94) salienta que essa forma de estudo surgiu no âmbito das Ciências Sociais, datando da década de 1920. Entre suas aplicações originais estavam os estudos quantitativos da imprensa (ZICMAN, 1985, p. 94). A descrição sistemática e objetiva dos conteúdos caracteriza a técnica de investigação (BARDIN, 2000, p. 19).

Resultados

Inicialmente, as reportagens de *Manchete* apontavam que a causa monarquista possuía essencialmente apoiadores com elevada faixa etária. Ao explorar o papel da Juventude Monárquica do Brasil, a revista muda seu parecer. Em 30 de março de 1991, o repórter Cláudio Accioli descreveu que JMB convergia com a prática dos Círculos Monárquicos, outro modelo de sociedade favorável à monarquia, ao sustentar a tese “restauracionista” (ACCIOLI, 1991, p. 40).

Isso significava que, para o grupo, se aprovada a monarquia no Plebiscito de 1993, Dom Luiz de Orléans e Bragança, bisneto da Princesa Isabel, deveria assumir o trono, respeitando-se uma complexa determinação familiar, datada de 1908. Dom Luiz era membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada e liderada por Plínio Corrêa de Oliveira, adotando publicamente um rígido discurso conservador e católico (ACCIOLI, 1991, p. 40).

De acordo com Accioli (1991, p. 41), a JMB foi fundada em novembro de 1988, um mês após a promulgação da Constituição. Em 1991, contava oficialmente com cerca de 6.500 filiados ou simpatizantes (ACCIOLI, 1991, p. 41). Entre as ações desenvolvidas pela associação estavam o envio de correspondências, com suvenires que estampavam a foto de Dom Luiz. As atividades da JMB

eram presididas pelo advogado José Guilherme Beccari (ACCIOLI, 1991, p. 41).

Segundo reportagem de Mauro Silveira, em 5 de setembro de 1992, a JMB somava 300 mil simpatizantes em todo o país, um número potencialmente maior do que o informado por Accioli. O “comportamento heterogêneo” dos jovens associados, que tinham de 15 a 25 anos, chamava a atenção do repórter. “Ao mesmo tempo em que gostam de *rock*, *heavy metal* e de sair em turmas como todos os jovens, eles se tratam por senhor e senhora e em geral não concordam com sexo antes do casamento”, ressaltou Silveira (1992, p. 65).

A promoção da monarquia pelos jovens envolvia o uso de camisetas e a distribuição de folhetos, atitudes que algumas vezes geravam hostilidades. O integrante Gianpiero Gasparini, acadêmico de Direito, interessado em propagar a complexidade da causa que defendia, relatava resistências enfrentadas por ele, principalmente em conversas com outros estudantes, que “não entendiam como é que um jovem pode apoiar a monarquia” (SILVEIRA, 1992, p. 64).

Outros sócios consultados por Silveira, como as gêmeas Maria Fernanda e Maria Cláudia Colasuonno, de 18 anos, amplificavam suas admirações a Dom Luiz e ao irmão dele, Dom Bertrand, também tefepista (SILVEIRA, 1992, p. 64). Conforme o jornalista, a JMB realizava suas reuniões em uma casa da Zona Sul de São Paulo, contando com a contribuição de um grupo de 30 mulheres, reunidas na Ação Monárquica Feminina (AMF), cujos encontros se davam em outra casa da capital paulista (SILVEIRA, 1992, p. 65).

Marilene de Oliveira Queiroz, presidenta da AMF, entrevistada por *Manchete*, ajudava os jovens a controlar a divulgação dos materiais. “Nós temos força e garra para lutar”, afirmava Queiroz, preocupada em “mudar a imagem da mulher como figura decorativa durante o Império” (SILVEIRA, 1992, p. 65). No texto, o repórter observou o empenho dos jovens e das mulheres, direcionado ao projeto monárquico, como algo peculiar.

Em atenção a outros materiais analisados na revista, percebe-se que, embora cedesse relativo espaço às associações monárquicas, *Manchete* preferia a manutenção da república presidencialista, no modo reiterado por seus colunistas, como Murilo Melo Filho e Carlos Chagas.

Referências

A DIREÇÃO. Um momento, leitor. **Manchete**, nº 1, 26 abr. 1952, p. 3.

ACCIOLI, Cláudio. Monarquia: o império do marketing. **Manchete**, nº 2033, 30 mar. 1991, p. 36-42.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2000

BENEVIDES, Maria Victória. O Plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. **Lua nova, revista de cultura e política. Estado reforma e desenvolvimento**. n. 28/29. 1993. p. 75-83.

BILUCZYK, Roberto. A apresentação do ideário das frentes na campanha do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo (1993). **XV Encontro Estadual de História - História & Resistências: Anais Eletrônicos**. Passo Fundo: UPF, 2020.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “Vote no Rei”: o plebiscito brasileiro de 1993. In: **Café História – história feita com cliques**. 2010. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Acesso em: 21 set. 2019.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 27-71.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da Morte de Vargas aos Dias Atuais**. São Paulo: Contexto, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO FILHO, Murilo. Constituinte: o Brasil é presidencialista. **Manchete**, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 15.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. “**Aconteceu: Virou Manchete**”: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. Recife: UFPE, 2015, Dissertação de Mestrado.

NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. **Veredas da História**. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 abr. 2008.

PETERSEN, Áurea; BIZ, Osvaldo. **República, Monarquia, Parlamentarismo e**

Presidencialismo: Subsídios para Debate. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

SERRA, José; PALMEIRA, Vladimir; BUENO, Cunha; BARROS, Edgard de. **Parlamentarismo ou Presidencialismo? República ou Monarquia?**. São Paulo: Contexto, 1993.

SILVEIRA, Mauro. Juventude Monarquista: O império contra-ataca. **Manchete**, nº 2109, 5 set. 1992, p. 62-65.

SIQUEIRA, Carla; MURILO, Tatiana. Manchete. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

ZANOTTO, Gizele. **TFP – Tradição, Família e Propriedade:** As Idiossincrasias de um Movimento Católico no Brasil (1960-1995). Passo Fundo: Méritos, 2012.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In: **Projeto História**. São Paulo, v. 4, pp. 89-102, jun. 1985.

“A look inside a modern classic, Maus” – A construção de Metanarrativas na obra de Art Spiegelman

Kathiane Thais Facenda

Mestranda do programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e bolsista Capes DS
kathifacenda@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa visa refletir sobre o processo de construção da obra *Metamaus - A look inside a modern classic, Maus*, do escritor e cartunista estadunidense Art Spiegelman. O livro lançado no ano de 2011, se constitui enquanto uma reflexão de Spiegelman sobre a própria trajetória; crescer em uma família de sobreviventes do Holocausto e os reflexos causados por essas relações; como sua trajetória de vida e familiar influenciam seu trabalho como quadrinista. Principalmente em sua mais célebre criação, a História em Quadrinhos *Maus*, serializada entre os anos de 1980 e 1991, lançada em edição definitiva no ano de 1994. *Maus* narra os momentos de horror pelos quais seus pais, judeus de origem polonesa, passam durante a ascensão do regime nazista na Europa. *Metamaus* se constitui como uma metanarrativa, ou seja, como uma narrativa que visa refletir sobre *Maus*, sua produção, a recepção pelo público e a repercussão dela na sua vida e na de sua própria família. Nesse sentido, nosso recorte temporal se situa entre o período de publicação dessas duas obras, entre os anos de 1980 e 2011 e possui como aporte teórico-metodológico a História cultural. Diante do exposto, o presente trabalho possui como objetivo discutir a composição dessa metanarrativa e a sua relação com um outro momento histórico, o início do século XXI, uma vez que devido ao avanço do tempo, as vítimas diretas do Holocausto começam a desaparecer, trazendo como pauta o lugar do Holocausto nas vidas das gerações seguintes e o futuro de sua rememoração.

Palavras-chave: Metanarração; História em Quadrinhos; Memória.

O presente trabalho, se constitui como parte da dissertação, em andamento, desenvolvida no programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Propõem-se a refletir sobre como se deu o processo de construção da obra *Metamaus - A look inside a modern classic, Maus*, produzida pelo escritor e cartunista estadunidense Art Spiegelman, autor da celebre História em Quadrinhos *Maus*, serializada entre os anos de 1980 e 1991,

lançada em edição definitiva no ano de 1994 e vencedora do prêmio Pulitzer do ano de 1992. *Maus* narra os momentos de horror pelos quais seus pais, judeus de origem polonesa, passam durante a ascensão do regime nazista na Europa.

O livro lançado no ano de 2011, quase vinte anos após o lançamento de *Maus* é produzido a partir de entrevista concedidas a Hilary Chute¹²⁷. Assim, ainda apresenta ao leitor um compilado de fotografias, documentos, esboços da HQ, árvores genealógicas, entrevistas com familiares e amigos, além de transcrições das entrevistas realizadas com Vladek no ano de 1972. *Metamaus* se constitui enquanto uma reflexão de Spiegelman sobre a própria trajetória; crescer em uma família de sobreviventes do Holocausto e os reflexos causados por essas relações; como sua trajetória de vida e familiar influenciam seu trabalho como quadrinista, principalmente em sua mais célebre criação, *Maus*. Ao promover essa série de reflexões, *Metamaus* se compõe como uma metanarrativa, ou seja, como uma narrativa que visa refletir sobre *Maus*, sua produção, a recepção pelo público e a repercussão dela na sua vida e na de sua própria família.

Metamaus, ao discutir sobre as relações de Art Spiegelman com o Holocausto, insere-se no contexto dos debates sobre memória, em especial, da pós-memória, também chamada de memória de segunda geração, e pode ser conceituada como a memória dos filhos sobre a memória dos pais (SARLO, 2007, p. 91). No caso dos descendentes de sobreviventes do holocausto, as memórias de segunda geração se pautam no trauma herdado e são construídas a partir de múltiplas formas de mediação. Nessa lógica, as discussões sobre pós-memória intencionam a reflexão sobre como ocorre transmissão e o processo de produção das memórias herdadas pelas gerações futuras.

Nesse sentido, objetive-se discutir quais são os elementos estruturantes da metanarrativa apresentada em *Metamaus*, bem como a sua relação com os debates sobre pós-memória, que entram pauta no início do século XXI, visto que, em circunstância do avanço do tempo, os sobreviventes do Holocausto passam a desaparecer, deslocando o foco dos debates sobre memória, para o futuro da memória do Holocausto e o espaço que essas reminiscências ocupam na vida das gerações seguintes.

¹²⁷ Renomada pesquisadora em Histórias em Quadrinhos, ficção contemporânea, literatura inglesa, teoria crítica e estudos de mídia, é também professora do departamento de Inglês e do departamento de Arte e Design na *Northeastern University*. In: <https://cssh.northeastern.edu/faculty/hillary-chute/>

Diante do exposto, nosso recorte temporal se situa entre o período de publicação de *Maus* e *Metamaus*, entre os anos de 1980 e 2011. Como aporte teórico-metodológico a História cultural e os debates em torno dos usos da memória pela historiografia.

Almejamos a possibilidade, com o avanço da pesquisa, de construir debates acerca dos processos de mediação que construíram a memória de segunda geração do autor. Além disso, intentamos expressar as percepções de Art Spiegelman sobre sua própria obra, tal como, verificar quais memórias de seus pais, retratadas em *Maus* compõem a metanarrativa apresentada por Spiegelman em *Metamaus*, evidenciando de que maneira se dá a transmissão da memória entre gerações.

Referências

- HILARY Chute. **Northeastern University**, 2020. Disponível em:
<https://cssh.northeastern.edu/faculty/hillary-chute/>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado. Cultura da Memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- SPIEGELMAN, Art. **Maus: A história de um sobrevivente**. Trad. Antônio de Macedo Soares. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.
- SPIEGELMAN, Art. **Metamaus**. New York: Pantheon, 2011

Revisão crítica sobre a estrutura agrária na região Oeste de Santa Catarina: 1960- 1980

Marcos Rogério Pinto

Resumo

O presente estudo procura analisar as concepções do processo fundiário no oeste do estado de Santa Catarina. Diante do projeto de modernização institucionalizado, houve uma caracterização dos espaços e propriedades rurais, buscando não só apenas solucionar a tensão social local, bem como efetivar uma pré-condição ao seu desenvolvimento, estabelecendo uma organização social do Estado nas linhas de fronteira. Procuo fazer uma revisão crítica literária dos elementos históricos constitutivos desse processo para fundamental compreensão de conflitos sociais e ambientais que se estenderam na formação da fronteira da região sul do oeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: Regularização Fundiária, Modernização, Tensão Social, Faixa de Fronteira.

Introdução

Trabalho procura analisar as concepções do processo fundiário no oeste do estado de Santa Catarina. Uma tentativa de levantar um esboço de um quadro de linhas de pesquisa associadas a esse tema historiográfico, onde poderemos viabilizar nessa tarefa um índice de apontamentos nas pesquisas produzidas por autores clássicos e contemporâneos que visitaram o tema. A questão agrária no Brasil suscitou estudos clássicos nas áreas de história, ciências sociais, bem como em estudos ligados às ciências agrárias, notadamente os estudos voltados ao desenvolvimento.

A estrutura agrária de um país, bem como uma relação de distribuição organizacional política e equitativa, pressupõe passar por uma intervenção intrínseca do Estado, buscando entre mudanças naturais e impostas economicamente e socialmente proporcionar corrigir e adequar a ocupação dos indivíduos nesses espaços. Os conflitos entre as organizações camponesas, e as empresas colonizadoras e os processos de colonização por imigrantes resultaram em inúmeras questões de pesquisas em História. Procuo fazer uma revisão crítica literária por meio de autores clássicos e

autores contemporâneos que com elementos históricos constitutivos da região do oeste catarinense buscam fundamentar uma compreensão de conflitos sociais e ambientais que se estenderam na formação da fronteira da região sul do oeste de Santa Catarina

Brasil tem em seu histórico uma continuidade de conflitos e desdobramentos ligados ao ambiente rural concentrado principalmente na questão de posse. Esses autores proporcionaram estudos relacionados a questões de problemas ambientais, territórios de ocupação indígenas e quilombolas, disputas de movimentos sociais e grandes proprietários. A forma desses estudos entrelaça-se no andamento de entrada dos imigrantes no século XIX, que aceleraram o crescimento demográfico e constituíram movimentos de conflitos sociais-demográficos.

Narrativa de formação do Oeste Catarinense coloca na colonização imigrante como “ator-chave”, promovendo uma ideia de formação das fronteiras da região, ignorando inúmeros elementos constitutivos do espaço em momentos passados principalmente por povos indígenas e caboclos e também identidades nacionais limítrofes. Esses trabalhos apontam a evolução quanto aos conceitos e concepções quanto a transformação e apropriação do homem aos espaços geográficos no que se vem a se constituir o campo. De certa forma, a preocupação com a questão agrária no Oeste de Santa Catarina surgiu nos anos 1980, mais especificamente no contexto da redemocratização. Desta forma, tenho por objetivo revisar criticamente a bibliografia sobre a questão agrária nacional e local, como forma de disponibilizar um “ponto de partida” crítico para as discussões subsequentes. Busco um diálogo que venha nos trazer a possibilidade de uma pesquisa voltada para interdisciplinaridade entre variadas áreas das ciências ambientais e humanas, em uma reunião das principais discussões, e fatores epistemológicos presentes nessas produções mais atuais, historicizando esses questionamentos na estrutura agrária da região oeste de Santa Catarina.

Metodologia

Um olhar entre dois clássicos e os conflitos quanto a questão agrária

A questão agrária para Caio Prado Júnior seguia uma concepção que consolidou seu pensamento no materialismo histórico, como afirma que não se trata de uma escolha de transição

entre a Colônia e a Nação, mas, uma complexa relação dos momentos da evolução histórica brasileira, que o mesmo identifica como período “decisivo”, por se constituir, ao mesmo tempo, “uma síntese” dos três séculos de colonização e a “chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 9), como aponta no seguinte:

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil Colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos, é isto que constitui a célula da economia brasileira (PRADO JR. 1976, p.122-123).

Predomina na análise de seus trabalhos uma visão de que o Brasil partia de uma herança de uma forma de feudalismo que transcendia o presente até então, que o curso de desenvolvimento da sociedade brasileira herdara resquícios enraizados nos modos perante a economia e cultura. Em sua obra *A questão Agrária no Brasil*, sua perspectiva analítica atribui a uma matriz europeia que exerce uma autoridade na orientação política e social na realidade brasileira, como segue:

Essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta (PRADO JR., 1979, p. 49).

Octavio Ianni, sociólogo que buscou apresentar os debates colocados pelo cenário intelectual e político de seus antecessores, buscando dirigir um estudo que constituía todo percurso dos debates das questões sociais da sociedade brasileira, como a questão agrária desde seu início e posterior aos anos 60, para Ianni:

(...) como sempre, os desenvolvimentos históricos da sociedade brasileira, em conjunto, e de suas regiões em especial, recolocam a questão da criação e recriação das desigualdades. Além das desigualdades entre as classes sociais, entre as raças e etnias, entre os homens e as mulheres, criam e recriam-se as desigualdades regionais. O que acontece é que essa dinâmica, que parece local, está sempre governada, altamente determinada, pela dinâmica da produção predominante na sociedade, no conjunto do subsistema econômico brasileiro (IANNI, 1981^a, p.127).

Em seus trabalhos Ianni fundamenta muitos dos estudos das desigualdades sociais brasileiras, em *Origens agrárias do Estado Brasileiro*, e tratado a dimensão do campo, as tensões, leis, medidas dos governos e circunstâncias ao que compunha a dimensões e fronteiras do campo.

Quanto as relações de trabalho no campo sua fundamentação se propõe aos modelos de materialismo econômico e luta de classes, construindo um diálogo com a história, alcançando os papéis das desigualdades ao longo da história do país, como evidencia em:

“Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas as formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e idéias.” (IANNI, 1984, p. 243).

As consequências na formação do país, atravessaram os séculos, como foram apontadas, mesmo diante de contradições, Ianni (1984, p. 248) afirma que “Sob várias perspectivas, a história do Brasil parece ser a história de um povoamento que não termina.” Esses autores detiveram leituras importantes desses momentos, onde formaram a base do conhecimento a ser estudado e referenciado, no entanto Ianni dedica assinalar que a realidade trazida nos estudos anteriores detinha um legado de reflexão eurocêntrica, apontando o processo das alterações absorvidas que apontavam esse paradigma.

Como é demonstrado em:

A realidade social, econômica, política e cultural com a qual se defrontavam intelectuais, escritores, políticos, governantes, profissionais liberais e setores populares não se ajustavam facilmente às ideias e aos conceitos, aos temas e as explicações tomadas emprestadas às pressas de sistemas de pensamentos elaborados em países da Europa. Estava em curso uma fase importante no processo de construção de um pensamento capaz de pensar a realidade nacional (IANNI, 2004, p.18).

A questão agrária no Oeste Catarinense por autores contemporâneos

A formação do eixo do Oeste Catarinense perpassa por todo processo de construção das relações entre discussões geográficas, sociológicas, antropológicas e sua contextualização histórica. A forma desses estudos entrelaça-se no andamento de entrada dos imigrantes no século XIX, que aceleraram o crescimento demográfico e constituíram movimentos de conflitos sociais-demográficos.

Nos trabalhos apresentados em História da Fronteira Sul, elaborados com propósito de percorrer um campo da historiografia regional evidenciando acerca de fontes históricas em muito ignoradas sobre a colonização da região oeste¹²⁸, aponta-nos a compreender as representações que foram produzidas no processo histórico da colonização. O livro nos traz uma coletânea com 16 textos onde os conceitos políticos, geográficos, culturais e a memória desses ambientes são transformados e disputados pelos agentes desse registro histórico, como mencionado em:

A história da região pode ser entendida como um caso de guerra de histórias, e o resultado dessa disputa influencia diretamente na interpretação sobre a formação social do território e, também, pode ter implicações na elaboração nas políticas públicas para a região (ZARTH, 2015, p. 11).

A temática desses estudos apresentava uma carência de registros mais profundos onde os pesquisadores abordaram paulatinamente conceitos ignorados nos registros de fontes despercebidas nessa disputa histórica, atribuindo uma complexidade nas construções do que se determina uma região Fronteira Sul, onde delimita-se o Oeste Catarinense. Cada texto em seus capítulos atenta nos ressignificados na história, trabalhando de forma completa um estudo multidisciplinar, diante da região. Como coloca Renk:

Uma região não surge espontaneamente; mas, é construída processualmente, com avanços e recuos, deixando ilhas a serem incorporadas posteriormente. Nos discursos de seus mediadores, isto é, daqueles que falam pela região, aparenta ser homogênea. No entanto, diferentes forças contribuem para que se elabore heterogeneamente, como mosaico. A região (substantivada) pressupõe sempre uma história comum, que será fatalmente uma história entre outras. A invenção de uma tradição comum é o passaporte para a constituição da identidade regional (RENK, 2008. p. 10).

¹²⁸ Ainda que seja inadequado falar em identidade regional no singular, pois a população da região participa de ambientes culturais bastante distintos, é possível perceber algumas características comuns no processo de formação do espaço da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. ZARTH, Paulo A.

O aspecto possivelmente com maior enredamento na formação posterior a colonização, tem apontado nos textos como a ação das empresas colonizadoras, que modificaram totalmente as relações de ocupação do homem e o meio ambiente em todos aspectos. A modernização da agropecuária, alterou os processos mais antigos de intervenção sobre o campo, criando novos tipos de problemas ambientais, como por exemplo a questão da introdução dos agroquímicos.

Nos registros históricos regionais se fazem presente muitas vezes uma retratação de uma colonização de progresso, de um momento divisor de uma fundação da estrutura da região como apresenta-nos:

a história dos municípios originados do processo de colonização produziram a ideia de que tudo começou com a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador. As histórias locais, geralmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda que os povos indígenas e caboclos sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo. (ZARTH, 2015. p.14).

Resultados

Pretendo apontar nesse trabalho a evolução dos conceitos e concepções quanto a transformação e apropriação do homem e aos espaços geográficos no que se vem a se constituir o campo. O tema e evolução das pesquisas e trabalhos dos autores aqui citados mostram a progressão das pesquisas e debates sócio ambientais e econômicos. Um olhar pela História Ambiental busca dimensionar historicamente o impacto dessas atividades. A pesquisa apresentada nas linhas de História da Fronteira Sul nos faz observar com clareza as demarcações que são apontadas nos registros históricos ignorados, muitas vezes por detrimento das disputas de uma memória empurrada por uma cultura de progresso. Indígenas e caboclos são ocultados nos registros para uma determinada cultura histórica dominante. A narrativa de formação da região oeste de Santa Catarina da corpo na constituição dos processos de colonização imigrante como atores-chave, promovendo uma ideia de formação das fronteiras da região, ignorando inúmeros elementos constitutivos do espaço em momentos passados.

Referências

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MARQUETTI e SILVA, Cultura cabocla nas Fronteiras do Sul. In: **História da Fronteira Sul**. Organizadores: José Carlos Radin, Delmir José Valentini e Paulo A. Zarth- Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2ª ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. In: ZARTH, Paulo; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Letra e Vida, 2015.

Construção do Laudo Antropológico na Terra Indígena de Mangueirinha - PR

Eduarda Bertuol

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS)

Émerson Neves da Silva

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
emerson.silva@uffs.edu.br

Resumo

A terra Indígena de Mangueirinha está situada nos municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho no Sudoeste do Estado do Paraná. Historicamente foi concedida pela União aos indígenas em 1903 por meio de decreto nº 64 pelos serviços prestados por esses à Colônia Militar do Chopin. O conflito agrário se estabeleceu e perdurou no período que vai de 1949, ano do acordo entre governo do Estado e União que tinha por discurso oficial a regularização das terras indígenas (mesma ação que atingiu outras 4 terras indígenas no Paraná) e desencadeou o processo de grilagem dessas terras, obstruindo 8.975 hectares da posse dos indígenas de Mangueirinha, sendo expulsos das terras que ficaram em litígio judicial, até o momento da conclusão com a decisão judicial em favor da causa indígena em 2005. Esse trabalho procura analisar brevemente o laudo antropológico construído sobre a Terra Indígena de Mangueirinha pela antropóloga Prof.^a Dr.^a Cecília Maria Vieira Helm, em 1996. Esse laudo foi solicitado para o processo judicial da posse de terra da área grilada que tinha como oponente a FUNAI e como opositor a F. Slavieros & Filhos S/A e ajudou no decorrer do processo e na legitimação da posse indígena.

Introdução/Justificativa

Com a intensificação dos conflitos entre indígenas e colonos, principalmente pelo crescimento da população de imigrantes, o governo do Estado do Paraná procurou liberar terras a para fins de colonização por meio da redução das áreas destinadas aos indígenas. Isso se concretiza em 1949 quando o governo desse estado realizou um acordo que iniciou muitos problemas agrários em relação à grilagem de terras indígenas já concedidas, inclusive aos Kaingang e Guarani de Mangueirinha. Essa ação atingiu 5 terras indígenas do Estado do Paraná (NOVAK, 2014).

Na história do povoamento do Paraná consta que indígenas passaram a se refugiar das investidas dos primeiros colonizadores nos campos de Palmas. Nesse território permaneceram isolados até a instalação da Colônia Militar do Chopin, em 1882, que acabou com o isolamento desses indígenas. Em reconhecimento aos serviços que os índios Kaingang, chefiados pelo cacique Antonio Joaquim Cretã, prestaram para a implantação dessa Colônia, como esses não aceitaram pagamento em papel moeda, o Governo do Paraná reservou uma área de terra a esses indígenas, a partir do decreto nº 64 de 2 de março de 1903 (HELM, 1996b).

A partir do acordo de 1949 alienou-se dos indígenas de Mangueirinha 8.975 dos 16.375 hectares que constitucionalmente eram seus segundo o decreto de 1903 e, recuperando-as para o Estado, Moysés Lupion, então Governador do Paraná, doou-as à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI). Na parcela de terras alienadas pelo estado existia grande quantidade de madeiras de lei e mata nativa de Araucária angustifólia, se caracterizando como a área mais fértil dentro do território indígena. Em 1961 começa-se a venda, primeiro dos pinheiros e madeiras de lei, depois da terra dos então compradores à firma F. Slaviero e Filhos S. A. Indústria e Comércio de Madeiras, madeireira da cidade de Ponta Grossa. Os indígenas que viviam nas terras que passaram legalmente a F. Slaviero foram violentamente forçados a sair do território, sendo as casas incendiadas e as plantações destruídas (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1968).

Objetivo

Esse trabalho procura analisar brevemente o laudo antropológico construído sobre a Terra Indígena de Mangueirinha pela antropóloga Prof.^a Dr.^a. Cecília Maria Vieira Helm, em 1996. Procura-se demonstrar a importância do campo da antropologia, a partir das perícias antropológicas, juntamente com o movimento de reivindicação indígena pela terra, para a resolução do conflito agrário de Mangueirinha, auxiliando o judiciário na decisão favorável à causa indígena.

Metodologia

Para esse trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica sobre o processo de expropriação da terra indígena em Mangueirinha a partir do acordo de 1949 bem como do conceito e da utilização do laudo antropológico como meio de prova no judiciário. Foi também analisado brevemente o laudo Antropológico realizado por Helm na terra indígena de Mangueirinha.

Resultados

Na década de 1960 ocorreu, em nível nacional, grande exposição da situação em que vivam os povos indígenas e das violações que vinham enfrentando nos últimos anos a partir de denúncias, como exemplo o Relatório realizado por Jader Figueiredo sobre a exploração e violência sofrida pelos indígenas por agentes públicos e privados (RESENDE, 2015). Intensificam-se as reivindicações contra essa situação sendo decorrente disso, a partir dos anos 80 com a própria consolidação da Constituição Federal que leva em consideração os povos indígenas, o reconhecimento e proteção do patrimônio histórico-cultural e aos direitos territoriais. Sendo assim, segundo Ilka Boaventura Leite:

[...] nesta conjuntura histórica que a perícia antropológica se consolida, pelas contribuições apontadas nas pesquisas etnográficas. Fica evidente que o trabalho do antropólogo perito não se constitui num mero parecer técnico, mas reflete uma preocupação central: o aprofundamento resultante da pesquisa de campo etnográfica, elaborado na vivência “in loco” e que busca realçar o ponto de vista dos grupos pesquisados (LEITE, 2005, p. 17).

A perícia feita pelo antropólogo é então documentada em um laudo, sendo o documento apresentado para servir de base aos juristas para a aplicação mais correta do Direito. Sendo que o laudo pode identificar a posse indígena sobre um território e também os processos de grilagem e expulsão a que um determinado grupo indígena foi submetido (MAIA, 2015).

Dessa forma antropologia e direito se aproximam na medida em que, além de ser tratado como meio de prova, o estudo antropológico auxilia na percepção, pelos juristas, da realidade do povo e do território em questão, dando maior embasamento para as decisões que envolvem grupos étnicos e ocupação tradicional.

Em 1994 a antropóloga Prof.^a Dr.^a. Cecília Maria Vieira Helm foi nomeada para realizar a

perícia da Área Indígena Mangueirinha e elaborar o Laudo Antropológico, sendo que apresentou o resultado dos seus trabalhos em 1996. Esse trabalho de perícia foi solicitado para o processo judicial da posse de terra da Área grilada da terra indígena de Mangueirinha que tem como oponente a Fundação Nacional do Índio e como opositor a F. Slavieros & Filhos S/A. Esse laudo foi realizado a partir do cruzamento das informações obtidas por meio de relatos indígenas com as fontes históricas considerando os quesitos formulados pelo Ministério Público Federal e pela FUNAI.

Para a elaboração do Laudo Helm utiliza-se de várias fontes em sua narrativa, sendo essas a narrativa histórica dos indígenas, fontes bibliográficas sobre a história da povoação e sobre a própria cultura indígena, documentos oficiais do ex-SPI, decretos expedidos pela União e também se baseia em pesquisas realizadas antes da produção desse Laudo, como o trabalho realizado por Lombardi e Nakamura e outro feito pela própria antropóloga em 1964 (HELM, 1996a).

No Laudo, a partir das questões direcionadas pelo Ministério Público Federal é realizado um levantamento das genealogias, procurando demonstrar o parentesco entre as famílias indígenas que ocuparam e habitaram a Área em questão. Para chegar a essa conclusão Helm usa as famílias mencionadas no Relatório de 1934 traçando a genealogia de algumas dessas para demonstrar a sua relação de parentesco com os atuais (esse termo se emprega ao período de realização do Laudo Antropológico, entre 1994 e 1996) moradores da área (HELM, 1996a).

É importante a utilização, também, nessa pesquisa da memória indígena para remontar a história de ocupação e a própria relação que esses detêm com a terra. Em algumas entrevistas da pesquisa da antropóloga é possível a recriação dos fatos, a partir da comparação com a documentação histórica, que se desenvolveram nesse território (HELM, 1996a).

A partir do levantamento das atividades agrícolas e dos alimentos necessários para a sua sobrevivência dos indígenas Helm (1996a) certifica que cada família complementa a produção agrícola com a venda de pinhões, lenha, erva-mate, xaxim e mel, reconhecendo assim que: *“Necessitam da mata para a retirada de produtos dos quais também dependem para a sobrevivência.”* (p. 39). E que, além do caráter imediato de sobrevivência que a terra possui essa também se volta aos aspectos culturais e sociais sendo que: *“Nas suas representações terra, território,*

mata são indissociáveis de suas culturas.” (p. 39).

A partir do exposto é possível perceber a importância que esse estudo, que abrange vários aspectos da vida e cultura dos indígenas de Mangueirinha, tem para o reconhecimento e reafirmação da posse indígena sobre a terra em litígio. Sendo assim, segundo a própria antropóloga:

A elaboração do Laudo antropológico em dois volumes, as provas apresentadas, as genealogias desenhadas, o censo dos habitantes das sete aldeias da Terra Indígena Mangueirinha, o histórico da presença indígena na região dos rios Iguaçu e Chopinzinho, permitiram um estudo profundo dos fatos e a sentença do Dr. Juiz Federal, Mauro Spalding, dada em 2005, reconheceu a ocupação tradicional indígena (HELM, 2009, p. 17).

Referências

HELM, C. M. V. **Laudo Antropológico**. Justiça Federal de 1ª instância. Curitiba, 1996a.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A justiça é lenta, a FUNAI devagar e a paciência dos índios esta se esgotando**: perícia antropológica na área indígena Mangueirinha. In: NUER- Núcleo de estudos sobre Identidade e relações Interétnicas. **Laudos Periciais Antropológicos**. Ano 2, nº4, UFSC, 1996b.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A etnografia, a peripécia e o laudo antropológico nos processos judiciais**. Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curitiba, 16: 5-17 vol.3. 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Laudos Periciais: um novo Cenário na prática antropológica. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Laudos Periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Coedição NUER/ABA. 2005. p. 15-28.

MAIA, L. M. Do papel da perícia antropológica na afirmação do direito dos índios. IN: OLIVEIRA, João Pacheco; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa (Org.). **Laudos Antropológicos em Perspectiva**. Brasília- DF: ABA, 2015.

NOVAK, Éder da Silva. **Territórios e grupos indígenas no Paraná**: a expropriação de terras através do acordo de 1949. XIV Encontro Regional de História, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2014.

RESENDE, Ana Catarina Zema. O relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a “justa memória”. IN: SIQUEIRA, Gustavo Silveira; WOLKMER, Antônio Carlos; PIERDONÁ, Zélia Luiza. **História do Direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Encaminhamento nº 208/SNI/ACT/68**. Grilagem de Terras no Paraná: terra dos índios. 1968.

Surgindo uma ameaça: apresentando os agrotóxicos

Leticia Solivo

Mestrando (a) no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
leticiasolivo@hotmail.com

Samira Peruchi Moretto

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo

O debate sobre a nocividade do uso de agrotóxico, vem preocupando os ambientalistas cada vez mais. Isso porque estudar o uso dos agrotóxicos, significa avaliar a agressividade que os mesmos ocasionam e que sua utilização em grande escala de agrotóxicos, passou a tornar as plantas mais sensíveis e cada vez menos nutritivas, devido aos resíduos químicos, tornando as “pragas” cada vez mais resistentes, sendo assim gerando necessidade de produção de insumos mais forte, ocasionando, um ciclo vicioso. Sendo assim o presente trabalho tem por objetivo mostrar os resultados obtidos na monografia, intitulada “O uso de agrotóxicos: o veneno chegou no oeste catarinense (1970-1980) analisando a gênese do uso de agrotóxico, e sua representação nos periódicos *Folha d’Oeste* e *Celeiro catarinense*, entre as décadas de 1970 a 1980, no Oeste Catarinense. Desta forma, será abordado como ocorreu a implantação da Revolução Verde, que gerou um novo modelo agrícola, que modificou profundamente a produção agrícola familiar e como tais transformações ocasionaram as contaminações através de agrotóxico, no solo, água e nos seres vivos. A pesquisa parte do viés historiográfico da História Ambiental, que busca analisar as mudanças e transformações da natureza e relação com seres humanos, considerando o ser humano como parte integral do meio ambiente onde está inserido.

Palavras-Chaves: Agrotóxico; DDT; Periódicos; Contaminação.

Introdução/Justificativa

O presente trabalho tem por objetivo mostrar os resultados obtidos na monografia, intitulada “O uso de agrotóxicos: o veneno chegou no oeste catarinense (1970-1980)”, através dos periódicos *Folha d’Oeste* e na revista *O Celeiro*, que circulavam no Oeste Catarinense. Assim foi possível

observar-se como foi a disseminação destes produtos químicos, que também são denominados de venenos, pesticidas ou, defensivos agrícolas. As fontes utilizadas para desenvolver a pesquisa, se encontram no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM). Com base nas pesquisas realizadas diretamente no CEOM, os periódicos escolhidos, foram os que publicaram sobre o uso do agrotóxico, seja incentivando ou alertando seus riscos. Importante atentar-se ao fato de que ao utilizar-se de periódicos como fonte para realização de uma pesquisa, os mesmos são de suma importância, pois assim permitem adentrar parcialmente como era abordado determinado tema na época e analisar as informações, as preocupações da mídia. Analisando também o pensamento e preocupações da sociedade perante a temática, analisando que “o jornal como uma das principais fontes históricas, ponderava que nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, caracterizado como mistura de imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (LUCA, 2005, p. 115). Sendo assim, é necessário considerar que os periódicos não refletem totalmente a realidade daquela sociedade, por isso é dever do pesquisador fazer uma reflexão dessas questões, filtrando as informações e posteriormente aplicando na pesquisa.

A escolha do recorte temporal abordado na pesquisa, ocorreu devido ao fato de uma alteração do discurso sobre o uso do agrotóxico, na década de 1970 havia um discurso incentivando o uso de agrotóxicos pela implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que concedia empréstimos aos produtores, entretanto era necessário ter um percentual a ser gasto com agrotóxicos. Ainda no final da década de 1970, percebeu-se uma comercialização em larga escala desse produto e com disponibilidade de consumo e estoque. Já em 1980, iniciaram-se as pressões por parte dos pesquisadores em relação a seu uso, pois os efeitos nocivos dos agrotóxicos começam a ser explanados por diversos autores. Inúmeros casos relatados de pessoas que desenvolveram sérias doenças provocadas pelo uso do agrotóxico, e em muitos casos, o efeito foi sentido anos após a exposição, efeito estes que podem ser imediatos, curto, médio ou a longo prazo. Dentre os vários riscos, destacam-se os que são relacionados a intoxicações agudas, doenças crônicas e envenenamento estomacal, problemas no sistema nervoso, convulsões, lesões nos rins e cânceres.

Metodologia

Compreende-se assim que estudar o uso do agrotóxico significa avaliar a agressividade que os podem ocasionar, e pelo fato de seu uso ter se tornado uma dependência, estando cada vez mais inserido na agricultura. A preocupação essencial da pesquisa se colocou perante a problematização sobre o uso do agrotóxico, em consonância com a preocupação da História Ambiental. O historiador Donald Worster (1991, p. 2) define História Ambiental, sendo:

[...] parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.

A mesma avalia as consequências ecológicas e socioambientais e que tem por objetivo analisar mudanças e transformações da natureza e da humanidade, considerando o ser humano como parte integral do meio ambiente onde está inserido.

Resultados

Para compreender o contexto que se insere o debate sobre o agrotóxico é necessário compreender que “as contaminações por agrotóxicos estão entre os principais problemas ambientais na atualidade, por agredirem a saúde humana e por degradarem e poluírem o meio ambiente”, (LOPES, 2010, p. 31). Analisando seu auge a partir de 1970, pois foi nesse período que ocorreu uma expansão no uso de agrotóxicos, juntamente com a implantação de maquinários e expansão da agricultura. Outro fator preocupante, é que tais substâncias quando espalhadas pela terra, fixam-se no solo, onde habitam uma série de organismos vivos, por um longo tempo, envenenando o solo e água, pois tais substâncias têm a capacidade de contaminar tanto rios, como correntezas subterrâneas, segundo Rachel Carson ¹²⁹“sem solo, as plantas terrestres, como nós as conhecemos, não poderiam

¹²⁹ Rachel Louise Carson foi uma bióloga norte-americana. Através de publicação de artigos e outros livros sobre meio ambiente, Rachel ajudou a lançar a consciência ambiental moderna (CARVALHO; NODARI; NODARI. 2017)

medrar e crescer; e, sem plantas, nenhum animal conseguiria sobreviver” (1962, p. 63). Um dos efeitos ambientais indesejáveis dos agrotóxicos é a contaminação de espécies não alvos que não interferem no processo de produção e não representam perigo a planta, porém acabam sendo atingidos, dentre as quais se inclui a espécie humana.

Com o levantamento de dados no decorrer da pesquisa, compreende-se que os meios de comunicação são instrumentos de extrema importância na formação da opinião pública, por isso analisar a comunicação da sociedade contemporânea é um grande desafio, pois quem controla os meios que distribuem as informações, são grupos elitizados, que além de influenciarem na opinião, também desempenham um papel importante no meio social, político e cultural. Guareschi destaca que “se a comunicação que constrói a realidade, quem detém a construção dessa realidade detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das ideias, sobre a criação da opinião pública” (GUARESCHI, 1991, p. 14-15). Analisando que o controle das comunicações é visto como uma forma de deter o poder.

Percebe-se que inicialmente o desejo de lucrar que advinha do agricultor, conjuntamente com políticas de comunicação, mostram-se ferramentas importantes para vender a propaganda de um determinado produto. No caso dos agrotóxicos os periódicos buscam através de reportagens e notícias, mostrar que os mesmos são pesquisados e testados, destacando a necessidade do uso dessa substância química para o desenvolvimento da agricultura, mostrando aos agricultores os benefícios que seu uso tinha para a lavoura. Acredita-se que as preocupações sobre o uso de agrotóxico começam a surgir devido aos movimentos ambientalistas, que mostram os impactos ambientais e sociais do seu uso.

De forma geral a modernização agrícola no Brasil, banalizou a utilização elevada de insumos industriais, juntamente com a existência de recursos disponíveis para o financiamento da atividade agrícola. Ocorrendo assim uma expansão neste ramo, criando uma oportunidade para as empresas líderes do mercado mundial de produção de agrotóxicos, investirem no país. E que juntamente com a política de subsídios no início da Revolução Verde, contribuiu expressivamente para o uso demasiado de agrotóxico, pois além dos agricultores que possuíam um grande capital, os pequenos agricultores também começaram a fazer uso desta forma de praticar a agricultura. Porém essa política

de modernização, que subsidiou crédito e estimulou a inserção de insumos agrícolas e maquinários, ignorou as carências estruturais, como o total despreparo para lidar com determinados produtos, como é o caso do agrotóxico, negligenciando uma política de capacitação. Entende-se assim que o setor agrário brasileiro, tem como base um uso excessivo e inadequado de agrotóxicos, para suprir uma demanda desenfreada de compensação e de produtividade, sem preocupações com a qualidade.

Percebe-se que o uso do agrotóxico no Brasil, foi sentindo em vários campos, em especial no campo produtivo, contribuindo para a produção acadêmica, já que muitas pesquisas foram realizadas, buscando mostrar sua agressividade. No campo político, no que se refere a legislação; e por último no campo econômico, analisando que os prejuízos pelo uso demasiado ou inadequado do agrotóxico causa danos no meio ambiente e na saúde humana, demandando assim uma quantidade significativa de verbas públicas e privadas para o atendimento hospitalar. Porém mesmo com a variedade de estudos e alertas sobre os riscos que os agrotóxicos representam à saúde humana e ao meio ambiente, as políticas públicas ainda não atentam devidamente a este fato. Em alguns casos, as mudanças parecem acontecer na direção oposta.

Sabemos que o agrotóxico contamina o solo, a água, os alimentos e os seres que entram em contato, direta ou indiretamente, que o mesmo tem um poder devastador. E que quanto maior o consumo de agrotóxicos, maiores são os riscos de desenvolver doenças, como os cânceres; e do ponto de vista dos trabalhadores, quanto mais agrotóxicos em circulação, maiores são os riscos de contaminação.

Referências.

BONATO, Edécio Paulo; VEIGA, Milton da. Agrotóxicos: diagnóstico e procedimento de sua aplicação no Meio-Oeste Catarinense. *Florianópolis*: Epagri, 2013, 64p. (Epagri. Documentos, 245).

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos. 1962

CARVALHO, Miguel M. Xavier de; NODARI, Eunice; NODARI, Rubens Onofre. Avanço no Uso de Agrotóxicos e das Intoxicações Humanas em Santa Catarina. **Rev. Bras. De Agroecologia**. nov. 2009 Vol. 4 No. 2.

FORNECK, Elisandra.; KLUG, João. A difusão dos agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 27, p. 84, 5 jun. 2018.

GUARESCHI, Pedrinho A. *et al.* **Comunicação e controle social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINKSY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa; DUBOIS, Gaetan Serge. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. *In*: PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa (org). **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 21-41.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n 8, 1991, p.198-215

Humanidades digitais e tecno-história do mundanismo

André Luiz Paz

Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade da Fronteira Sul (UFS)

Resumo

O presente trabalho aborda questões relativas ao site “Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos” (disponível em: <http://obscurofichario.com.br/>), sendo esse um projeto cultural transformado em endereço eletrônico motivado pela existência de um conjunto de fichas produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE) entre os anos de 1934 e 1958, com registros daqueles indivíduos vistos e nomeados como artistas. O site apresenta uma estreita relação com o movimento das Humanidades digitais, considerando que as Humanidades, como categoria acadêmica, vêm incorporando diversas das novas tecnologias em seus processos de pesquisa e produção, os estudos dessa área abordam essas transformações e os seus efeitos no contexto acadêmico. Partindo dessa relação, pretende-se abordar os efeitos da criação de um site sobre artistas mundanos para a escrita da História, visto que o site, além de disponibilizar mais de 400 fichamentos de artistas pelo DOPS, conta com outras fontes que permitem um maior reconhecimento desses sujeitos, além disso, é organizado para que se possa ter uma experiência sobre a cartografia da cidade de Recife, abordando os locais das delícias, das paranoias, das artes e do nomadismo. Nesse sentido, ao tornar acessível e amplamente organizada a existência desses arquivos é possível indicar para as novas possibilidades de pesquisa historiográfica no mundo digital, refletindo sobre o que poderia ser considerada como uma tecno-história.

Palavras-chave: Humanidades digitais; tecno-história; mundanismo.

Introdução/Justificativa

O presente trabalho se trata de um recorte do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, no qual é abordado os fragmentos da vida e passagem de Norberto Americo Aymonino, artista transformista que circulou no território brasileiro na durante o século XX. Tal recorte se refere a um estudo do *site* “Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos” (disponível em: <http://obscurofichario.com.br/>), onde foram encontradas as primeiras fontes sobre o artista já citado, sendo esse, um projeto cultural transformado em endereço eletrônico

motivado pela existência de um conjunto de fichas produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE) entre os anos de 1934 e 1958, com registros daqueles indivíduos vistos e nomeados como artistas.

O site apresenta uma estreita relação com o movimento das Humanidades digitais, considerando que as Humanidades, como categoria acadêmica, vêm incorporando diversas das novas tecnologias em seus processos de pesquisa e produção, os estudos dessa área abordam essas transformações e os seus efeitos no contexto acadêmico. Partindo dessa relação, pretende-se abordar os efeitos da criação de um site sobre artistas mundanos para a escrita da História, visto que o site, além de disponibilizar mais de 400 fichamentos de artistas pelo DOPS, conta com outras fontes que permitem um maior reconhecimento desses sujeitos, além disso, é organizado para que se possa ter uma experiência sobre a cartografia da cidade de Recife, abordando os locais das delícias, das paranoias, das artes e do nomadismo. Nesse sentido, ao tornar acessível e amplamente organizada a existência desses arquivos é possível indicar para as novas possibilidades de pesquisa historiográfica no mundo digital, refletindo sobre o que poderia ser considerada como uma tecno-história.

Objetivo

Os objetivos dessa pesquisa se dirigem a construir reflexões sobre como as Humanidades vem ocupando (ou não) os espaços digitais na nossa sociedade contemporânea, levando em consideração o aceleramento em que se transformam virtualmente as formas de sociabilidade, de distribuição de informações e conhecimento e os efeitos disso para a área das Humanidades e da História.

Metodologia

A pesquisa foi construída através do estudo do endereço eletrônico, aliado a leitura e reflexão conjunta de teorias e abordagens que conversam e discutem com as tecnologias e a criação de novas temporalidades e espacialidades. Para isso, são utilizadas bibliografias construídas e disponíveis através do próprio *site*, onde são apontados os objetivos do projeto e o meio pelo qual se constrói um

espaço-virtual da circulação artística da cidade de Recife na primeira metade do século XX. Ao tratar da Humanidades Digitais foram utilizadas as indicações do endereço virtual do Manifesto das Humanidades Digitais (2010), o texto numa perspectiva geral indica os princípios do movimento que tem como pretensão integrar as Humanidades a evolução e democratização dos meios tecnológicos. Além do manifesto, foram utilizadas as considerações de Michel Foucault (2011), em seu texto *Outros espaços* e Pierre Lévy (1999), em sua obra *O que é o virtual?*, buscando refletir sobre a formação do ciberespaço e os efeitos nas noções de espacialidade e temporalidade clássicas.

Resultados

A partir da relação estabelecida entre o *site* e as bibliografias citadas é possível reconhecer o endereço eletrônico como uma ferramenta importante na ocupação do ciberespaço. A internet em sua constituição histórica aparece como uma heterotopia, segundo Foucault, em seu texto *Outros espaços*, as heterotopias são esses espaços-outros que funcionam em condições não hegemônicas. Espaços que não estão nem aqui nem lá, cuja complexidade não pode ser observada imediatamente, tendo múltiplas camadas de significação, muitas vezes relacionados com o tempo (heterocronias) ou estando dispostos em relação a outros lugares.

Segundo o autor, há as heterotopias do tempo que se acumula infinitamente, como os museus e bibliotecas na modernidade, que antes faziam parte de acervos particulares e passam a ser públicos com a vontade de encerrar em um lugar todos os tempos, épocas, formas, gostos, uma acumulação perpétua e infinita em um lugar que não mudaria. "O museu e a biblioteca são heterotopias próprias à cultura ocidental do século XIX" (p. 419). No mesmo sentido do museu e da biblioteca, a internet surge com a intenção de criar um espaço virtual onde estariam disponíveis uma infinidade de informações e por consequência, temporalidades.

O ciberespaço é conceituado por Pierre Lévy (1999), como uma multiplicidade de espaços virtuais, lugares desterritorializados que ainda dependem de um suporte físico, mas não de uma concepção de tempo e espaço clássico. A internet se tornou um *locus* da nova configuração espacial, algo que ao mesmo tempo ocupa um espaço e nenhum espaço – ciberespaço – combinando

informações que constituem novos espaços e novas formas de sociabilidade. O mundo digital é uma heterotopia própria dos finais do século XX e início do século XXI. Contudo, transformou-se em distopia, visto que a internet se constitui como mecanismo de acesso e distribuição desigual de informações, aliadas a interesses tecnológicos capitalistas, tomado pelas redes sociais e seus desdobramentos.

No mar de informações que são politicamente capitalizadas e coordenadas para que cheguem até nós, é necessário fazer um trabalho de pirata, ou de *hacker*, como logo se percebeu que estes eram os novos piratas, e encontrar no oceano de espaços e tempos do mundo virtual algo que possa, por algum motivo, nos afetar como valioso. Nesse sentido, seria importante dar visibilidade a ocupação do ciberespaço por endereços virtuais, sem locais próprios mas que podem ser acessados pelos nossos celulares, computadores e dispositivos tecnológicos nos dando acesso a fontes que talvez se mantivessem perdidas nos grandes bancos de dados digitais ou que talvez nunca chagassem a adquirir existência virtual. Afinal, para quem interessam aqueles arquivos mundanos que não acrescentam ou adicionam nada para a hegemonia das histórias oficiais? O que é um arquivo do mundanismo? Para onde vão os arquivos mundanos? A quem interessam? Essas são questões suscitadas pelo acesso ao Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos.

A produção do *site* se deu através da existência de um conjunto de fichas produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE), com registros da passagem pelo estado daqueles indivíduos vistos e nomeados como artistas e que por suspeição de atos subversivos, foram submetidos a diferentes técnicas de investigação. Conforme Foucault (2009), a produção desse tipo de registro é resultado da encruzilhada entre uma vida e o saber-poder;

Para que algo delas chegasse até nós, foi porém necessário que um feixe de luz, ao menos por um instante, as viesse iluminar. Luz essa que lhes vem do exterior. Aquilo que as arranca à noite em que elas poderiam, e talvez devessem sempre, ter ficado para lembrar o seu fugidio trajecto. O poder que vigiou aquelas vidas, que as perseguiu, que, ainda que por um só instante, prestou atenção às suas queixas e ao seu leve burburinho e que as marcou com um golpe das suas garras, (p. 97-98)

Documentos como os produzidos pelo DOPS/ PE caracterizam, em diversos contextos, o único registro de vidas “que estavam destinadas a passar ao lado de todo o discurso e a desaparecer

sem nunca terem sido ditas, não puderam deixar traços – breves, incisivos, enigmáticos muitas vezes – se não em virtude do seu contato momentâneo com o poder” (ibidem, p. 98). Arquivos da tentativa de capturar o mundanismo, “documentos fragmentários e deformados, provenientes quase todos de arquivos da repressão” (GINZBURG, 2006, p. 21).

Nesses termos, o endereço passa a ser uma heterotopia da cena mundana de Recife no início do século XX, ao contrário do movimento de captura exercido pela DOPS o *site* apresenta a possibilidade de construir narrativas e dar vida a esses sujeitos infames. Como informa o organizador dessa estrutura virtual, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016), através desse material podemos traçar uma cartografia dos corpos desviantes, na sociedade brasileira, entre os anos trinta e cinquenta do século XX. Corpos que se contorcem, que quase voam ou se despedaçam, corpos que flutuam, que dançam, que rebolam, corpos sensuais, corpos que se travestem, que se divertem, que se embriagam, corpos alijados do trabalho regular, corpos mais noturnos que diurnos, corpos capazes de performances e disfarces, são estes alguns corpos desses aristas mundanos, mantidos na obscuridade de um fichário.

A criação de endereços eletrônicos como este representam condições para construir um processo de pesquisa histórica cada vez mais amplo e de livre acesso, refletindo sobre as possibilidades de uma tecno-história, não apenas no sentido tecnológico e nos seus efeitos, tratando dessas ferramentas modernas de fichamento como fazendo parte do desenvolvimento das técnicas de vigilância e abordando o *site* como uma comunidade de tecno-historiadores a favor das transformações das fontes em dados e metadados para livre disponibilização e circulação.

Referências

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: **Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Nova Vega, Limitada, 7ª edição. Lisboa. 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. O Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos. O Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos. 2016. Disponível em: < <http://obscurofichario.com.br/artigo/o-obscuro-fichario-dos-artistas-mundanos/> >. Acesso em: 02 de outubro de 2019.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1999.

MANIFESTO DAS HUMANIDADES DIGITAIS. Disponível em: < <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/> >. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

Experiências de crianças e adolescentes trabalhadores: entre tecer e negar vínculos no Oeste paranaense (1960-2020)

Patricia Vieira Moraes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do
Paraná (UNIOESTE) e bolsista da CAPES
patricia_vieiramoraes@hotmail.com

Resumo

A presente comunicação propõe discutir as experiências de crianças e adolescentes que foram/são trabalhadores e laços construídos em redes de convivências a partir da década de 1960, no Oeste do Paraná. Analiso, como esses convívios compõem parte importante das decisões, moralidades e expectativas desses trabalhadores, uma vez que exercem pressões e interferências sobre os mesmos. Busco investigar, ainda, de que maneira esses sujeitos posicionam-se e concebem significados diante de tentativas de controle. As evidências indicam relações de poder, mas também ações e valores empreendidos por essas crianças e adolescentes que visam delimitar espaços, constituir autonomia e romper laços. Aspectos que configuram tais convívios enquanto dinâmicas tensionadas e que expõe aproximações e distanciamentos entre os trabalhadores. Para realizar a investigação, utilizo enquanto fontes entrevistas orais produzidas com tais sujeitos, residentes na região. Inquéritos policiais da Vara Cível referente à Comarca de Toledo, disponíveis no acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (NDP/UNIOESTE-Toledo-PR). Prontuários médicos da Fundação de Saúde Santo Antônio, dos Trabalhadores Rurais em Guaraniaçu. E, ainda, índices estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ligados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Palavras-chave: Experiência social; trabalhadores crianças e adolescentes; redes de convivências.

Introdução/Justificativa

O presente resumo expressa o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado que se iniciou em 2020. Sobre isso, o objeto de pesquisa se concentra em compreender as experiências de crianças e adolescentes que trabalharam ao longo de suas trajetórias e as relações que mantêm em redes de convivência, a partir da década de 1960 até os dias atuais no Oeste Paranaense.

Dentro disso, o que acho importante esclarecer minimamente o caminho que percorri para interessar-me sobre ao estudo dessa discussão em especial, uma vez que isso compõe minhas decisões e interpretações no caminho da pesquisa. Nesse sentido, entendo como necessário ressaltar que também iniciei a trabalhar quando era criança/adolescente, bem como meus familiares e outros que convivi em minha trajetória.

Isso demonstra que, divido com os sujeitos de minha pesquisa mais do que interesse por suas experiências, mas compartilho percepções, sentimentos e práticas tendo em vista que entendo essas relações mantidas desde muito cedo compõe de modo essencial sua experiência social. Nesse sentido, apesar dessa realidade constituir a experiência de muitos trabalhadores por conta de urgências e expectativas que nutrem, grande parte dos trabalhadores, inclusive esses que já trabalharam quando crianças e adolescentes, reforçam em suas avaliações a continuidade dessas práticas e bem como de sua importância para a constituição dos sujeitos.

Ao trabalhar com inquéritos policiais, entrevistas e índices estatísticos na monografia sobre temática semelhante a essa pesquisa, determinados eixos de análise, tal qual as relações entre as crianças e adolescentes trabalhadores e suas redes de convivência, despertaram meu interesse. O trabalho com novas documentações que englobam fontes orais, inquéritos policiais, índices estatísticos e prontuários médicos indicam que o convívio entre esses trabalhadores é permeado por conflitos motivados por questões como o trabalho, valores e expectativas.

Assim, entendo que tais redes de convivência que inclui familiares, amigos, vizinhos e outros constituem os modos de viver desses sujeitos, bem como também ao meu ver são em parte responsáveis por estruturar as moralidades e ações de crianças e adolescentes trabalhadores. As evidências apontam pressões e interferências exercidas por esses convívios, as quais em algumas situações fazem com que esses sujeitos estipulem barreiras em relação a isso, seja moralmente ou fisicamente. Alguns exemplos são a saída de casa ou mesmo a autonomia financeira a partir do trabalho.

Assim, considero necessário para compreender a experiência desses trabalhadores, levar em conta que fazem parte de uma dinâmica social a qual inclui em grande parte suas aproximações e

distanciamentos com outros trabalhadores. Frente a isso, busco discutir: de que maneira as relações de trabalho e os laços afetivos se envolvem? Quais ambiguidades são identificadas ao expor isso? Por quais motivações e quais são as tensões presentes nesse convívio?

Até o momento possuo enquanto fontes as entrevistas com trabalhadores e com assistente social, realizadas em cidades da região Oeste do Paraná, processos da Vara Cível referente ao Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (NDP/UNIOESTE-Toledo-PR). Prontuários médicos da Fundação de Saúde Santo Antônio, dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu-PR. E, também, dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Objetivo

O objetivo do presente texto é apresentar brevemente a pesquisa que venho desenvolvendo, bem como apresentar as principais questões que reflito acerca da mesma. Além disso, pretendo explicitar como meu olhar para a experiência desses sujeitos, as fontes e o caminho percorrido da investigação.

Metodologia

A metodologia da pesquisa envolve caminhos estruturados através de leitura de bibliografia, mas também da prática da investigação, especialmente no contato e análise das fontes. Dessa forma, possuo grande afinidade com autores da História Social dentre eles cito Edward Palmer Thompson (1981) e Raymond Williams (2011) os quais trouxeram diversas contribuições para a pesquisa especialmente sobre os modos de vida e experiência social dos trabalhadores.

Entendo como primordial em minha investigação as concepções de Thompson (1981) sobre a teoria e prática no ofício do historiador. O autor considera a teoria extremamente necessária para as nossas orientações na análise, porém não quando essa se estabelece *à priori* e determina as

experiências dos trabalhadores. Nesse sentido, busco construir um procedimento que parte, como o autor, das experiências reais desses sujeitos e dialoga com a teoria.

Não posso deixar de mencionar Heloisa Helena Pacheco Cardoso (2010), Yara Aun Khoury, Heloisa de Faria Cruz e Laura Antunes Maciel (2016) entre outras autoras e autores que contribuem muito para essa investigação na medida em que se debruçam sobre discussões que envolvem os trabalhadores e conceitos como linguagens, classe, cultura que são importantíssimos no caminho da investigação. Bem como também, auxiliam a análise de fontes como os prontuários médicos e índices estatísticos, na medida que entendem as evidências enquanto linguagens que enunciam uma prática social, tendo em vista que foram construídas por sujeitos e que possuem intencionalidades.

Alessandro Portelli (1996) auxiliou-me no processo reflexão sobre as fontes orais, como construí-las e analisa-las, entendendo que as memórias produzidas pelos sujeitos expressam um processo de visão e de sentidos que atribuem aos fatos e a sua experiência social. Silvia Hunold Lara (2010) ao trabalhar com fontes jurídicas, faz-me refletir acerca dos materiais que possuo e apontam um espaço de poder, mas que os trabalhadores também o utilizam baseado em suas noções de justiça e direito.

Resultados

Mais do que resultados, até o momento, possuo questionamentos sobre as experiências desses sujeitos. No entanto, alguns elementos podem ser explicitados sobre a complexidade da investigação. Sobre isso, percebo que as relações entre crianças e adolescentes trabalhadores e as redes de convivências estruturadas são ambíguas, no sentido que muitas vezes suas moralidades e ações se identificam, mas em outros momentos, se distanciam. As fontes evidenciam que esse convívio é tenso, envolvem afetos, violências, necessidades, expectativas.

Isso tudo, está ligado a condição de classe desses sujeitos, uma vez que é mediante isso que esses sujeitos organizam suas vidas, constituem vínculos, constroem valores e prospecções. No entanto, é preciso levar em consideração que apesar dos limites impostos por essa realidade e por outras relações de poder, esses sujeitos avaliam/reavaliam suas condições e elaboram alternativas. É

necessário, ao meu ver, compreender os protagonismos desses sujeitos em meio as forças sócias que os pressionam.

Referências

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 42, p. 31-47, 2010.

CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do R.; KHOURY, Yara A. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9-21.

LARA, Silvia Hunold. Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Trabalho, Justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 106-122.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n 2, p. 59-72, 1996.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria Ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Projeto RADAMBRASIL: Biopolíticas na fronteira sul (1964-1985)

Leandro Gomes Moreira Cruz

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista DS/CAPES

Dr. Claiton Marcio da Silva

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
claiton@uffs.edu.br

Resumo

Este resumo apresenta alguns apontamentos iniciais de uma investigação que objetiva analisar os reflexos das políticas autoritárias do Estado brasileiro sobre a população humana e não-humana da Fronteira Sul durante os governos militares (1964-1985). A partir do conceito de *estado de exceção*, propomos investigar como o Estado brasileiro, usando-se da construção de um aparato técnico-jurídico, legitima o projeto desenvolvimentista e relega à exclusão as populações humanas, fauna e flora tradicionais no oeste catarinense, o sudoeste paranaense e o norte riograndense. Compreendendo esses construtos como parte integrante de um grande projeto biopolítico do Estado, entendemos os relatórios do projeto RADAMBrasil – projeto de mapeamento do território nacional – como uma fonte privilegiada para compreender o planejamento de gestão de território e população. No campo teórico-metodológico, nos fundamentamos na História Ambiental, buscando nos referenciais neomaterialistas uma análise que dê conta de enfrentar as questões propostas considerando as existências humanas e não-humanas no recorte temporal e espacial referido.

Palavras-chave: História ambiental. Ditadura. Neomaterialismo. Ecologia.

Introdução/Justificativa

Apresentamos aqui os apontamentos iniciais de nossa pesquisa, propondo como objeto central verificar como as políticas do Estado brasileiro durante os governos militares modificam as relações entre as populações da fronteira sul do país – Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná – e, acrescentando que interpretamos o termo “população” como aplicável

não somente as comunidades humanas, mas também aos corpos não-humanos dentro da limitação geográfica estabelecida. Acreditamos que o Estado brasileiro produziu uma quantidade considerável de documentos durante o regime militar, entre eles, os que inicialmente se destacam são os relatórios do projeto RADAMBrasil publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, consideramos fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa, questões relativas à construção do aparato jurídico, técnico e institucional do Estado para promover o “desenvolvimento” e a “modernização” (SILVA, 2014) do campo, sua implicação nos corpos humanos e não-humanos que habitavam o território da fronteira sul e como esse processo altera a própria rede de sociabilidade desses agentes envolvidos.

Mediante o espaço disponível neste trabalho, nos ateremos a emergência dos projetos de mapeamento e levantamento de recursos naturais no território nacional brasileiro. Durante os anos 1960, sobretudo após o golpe de 1964, houve um esforço por parte das classes políticas dirigentes em reorganizar os aparatos administrativos e jurídico-políticos com vistas a aceleração da Marcha para o Oeste, que “constituiu-se numa importante meta do governo militar” (LEITE, 2018). No cerne desses processos, o Programa de Integração Nacional - PIN, criado em 1970, figura como marco central. Foi a partir de itens constantes no PIN que ainda em 1970, já estava instituída a Comissão do Projeto RADAM (Radar na Amazônia), vinculada ao Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia (PROJETO RADAM, 1971, p. 5-7).

Inicialmente, a proposta do RADAM era o levantamento de recursos naturais em “grande parte da Amazônia”, “pré-Amazônia” e “parte do Nordeste” com a finalidade de “promover a rápida integração, à economia nacional, das regiões norte e nordeste” (PROJETO RADAMBRASIL, 1979). Em decorrência do “êxito alcançado”, o projeto inicialmente previsto para dois anos, foi sendo sucessivamente prorrogado, até alcançar a extensão de todo o território nacional em 1975 e passa a se denominar Comissão Executora do Projeto RADAMBRASIL (PROJETO RADAMBRASIL, 1979b). Assim, se implementava nacionalmente um projeto de “uniformização cartográfica de todo o território nacional” em diversos mapas que registravam os recursos naturais “geológico, o potencial de recursos hídricos, o geomorfológico, o fitogeográfico, o exploratório dos solos, o de aptidão agrícola, o de uso potencial da terra, o de subsídios ao planejamento regional e a carta de imagem de

radar [...]”(PROJETO RADAMBRASIL, 1979b, p. 5).

Dessa forma, é durante os anos 1970 e 1980 que se produz uma série de relatórios, dentre os quais, o volume trinta e cinco, publicado somente no ano de 2018, abrange a Mesorregião da Fronteira Sul, que figura como quadro espacial da análise proposta. Considerando esse contexto, pretendemos lançar um olhar através das lentes da biopolítica, como já preconizava Michel Foucault (1999, p. 293-294; 2007, p. 130), no sentido de compreender o “fazer viver” e “deixar morrer”, entre quais corpos humanos e não-humanos são desejáveis e aqueles que podem ser relegados, tomando em conta o próprio caráter do projeto RADAMBRASIL como uma projeto biopolítico.

Objetivo

Propomos como objetivo geral da pesquisa analisar as relações entre as políticas autoritárias do governo militar brasileiro e as inclusões/exclusões de vidas humanas e não-humanas no perímetro da Fronteira Sul. Para alcançar tais objetivos, apontamos algumas das questões orientadoras para a leitura das fontes: como compreender as relações entre o Estado e a natureza não-humana? Como se apresentavam as relações entre humanos e não-humanos mediante o projeto estatal de modernização do campo e suas implicações? Quais as consequências da modernização imposta pelo Estado brasileiro com relação as associações entre grupos humanos e espécies não-humanas? E por fim, seria possível repensar a relação humanos/não-humanos a partir do modo de vida tradicional da região? Essas são questões que estão colocadas como meio de obter uma compreensão mais profunda das relações ecológicas e suas transformações na fronteira sul.

Metodologia

No que tange aos pressupostos teórico-metodológicos, partimos do arcabouço da História Ambiental. Assim, buscamos reafirmar a relevância dos elementos não-humanos para a construção de um determinado modo de vida, bem como, o impacto da ação humana sobre a natureza (PÁDUA, 2010). Essa interrelação entre o meio ambiente e a sociedade humana (WORSTER, 1991), pensamento chave nas discussões atuais, é também o foco de nossas discussões. No mesmo sentido,

concebemos a História Ambiental como “parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”, ao mesmo tempo em que nos preocupamos em compreender as “consequências ecológicas” (WORSTER, 2003, p. 199) dos feitos humanos passados.

Portanto, faz-se necessário desenvolver alguns pontos centrais sobre os conceitos utilizados para a análise proposta. Por um lado, procuramos elaborar nossa investigação a partir do conceito de *estado de exceção*, conforme compreendido por Giorgio Agamben (2003; 2007), ao qual está intrínseca uma reflexão acerca da *biopolítica* e, por outro, o conceito de *afeto*, categoria utilizada por Jane Bennett (2010) para compreender a dinâmica das relações, quer seja entre corpos humanos ou não-humanos. Agamben (2003) aponta que o *estado de exceção* é, no ocidente, um paradigma de governo, não mais vinculado a alguma anomalia, ou acontecimento excepcional. Ao regime jurídico da exceção soma-se sua forma política, eminentemente *biopolítica*. Nesse sentido, a exceção se caracteriza não tanto no “controlar ou neutralizar excessos”, mas sobretudo para exatamente criar e definir esse espaço de ordenamento jurídico-político (AGAMBEN, 2007, p. 26). Do ponto de vista ecológico, o que o Estado brasileiro promove é a transformação radical de uma dinâmica de *afetos*. Esses afetos, interpretados em acordo Jane Bennett estão colocados em duas direções. A primeira diz respeito aos humanos que percebem suas capacidades de agência sendo reforçadas mediante o aparato tecnológico, e a segunda, diz respeito as *coisas que produzem* (positivamente ou negativamente) efeitos em humanos e em outros corpos (BENNETT, 2010, p. xii). A partir dessa noção temos que considerar todos os corpos como “corpos sociais”, humanos ou não (BENNETT, 2010, p. 21). Ao incluir os não-humanos no escopo das investigações podemos dar um novo fôlego às análises biopolíticas, pois também os corpos não-humanos foram *afetados* e *afetam* a política humana e o que estamos chamando aqui de *estado de exceção*.

Resultados

Nossos apontamentos iniciais demonstram a centralidade de uma compreensão aprofundada dos estudos realizados pelo projeto RADAMBRASIL para elucidar as transformações ecológicas

ocorridas durante os anos do regime militar. Certamente, esse texto consiste num esboço de um trabalho de investigação que ainda está por ser realizado, mas que pode contribuir para uma melhor percepção dos processos de desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo, na região da fronteira sul.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer : O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. - Bela Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BENNETT, Jane. **Vibrant matter: A political ecology of things**. Duke University Press. 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª edição. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEITE, Pedro Furtado. Fragmentos históricos Radam/RadamBrasil. In: IBGE. **Desbravar, conhecer, mapear: memórias do Projeto Radam /RadamBrasil / IBGE**. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 364 p.

PROJETO RADAMBRASIL. *Comissão Executora do Projeto Radambrasil: considerações 1*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1979b. 48 p.

PROJETO RADAM. Projeto Radam: relatório n. 1: resumo das atividades realizadas até 19/03/1971. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1971. 17 p.

RADAMBRASIL. *Comissão Executora do Projeto Radambrasil: informações básicas 1*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1979. 48 p.

SILVA, Felipe Maia Guimarães. **Questão agrária e modernização no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2014.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente e Sociedade**, vol. 5, n. 2. 2003.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 101. 4, n. 8. 1991, p. 198-215

Lev Semenovich Vygotsky: O Desenvolvimento da Aprendizagem no âmbito Educativo

Amanda Gabrielle Rodrigues Coelho

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Oeste do
Paraná, UNIOESTE

Resumo

O interesse pela presente pesquisa originou-se por intermédio do desenvolvimento dos Estágios Supervisionados realizados durante o período do curso de Pedagogia inserido no Centro Universitário Internacional. Através da realização da prática de estágio no campo escolar, permitiu-se o surgimento de interesse e indagações frente ao acompanhamento e aproximação do tema desenvolvimento da aprendizagem no âmbito escolar através de Lev Semenovich Vygotsky. Fundamenta-se em um objetivo geral que visa compreender como se dá as influências teóricas de Lev Semenovich Vygotsky no desenvolvimento da aprendizagem no âmbito educacional. Para garantir a objetivação dessa premissa, os objetivos específicos elencados organizam-se em: 1). Estudar a construção histórica da teoria de Lev Semenovich Vygotsky; 2). Contextualizar a particularidade da influência que o meio exerce sobre o processo de ensino-aprendizagem; 3). Apresentar pressupostos positivos e nativos do contexto social para a aprendizagem. Parte-se do pressuposto de que apreender as influências deixadas por esse autor são de proporção fundamental no desenvolvimento da aprendizagem, visto que se configuram em considerar os ambientes nos quais essas crianças estão expostas durante o ensino escolar, a didática entre estímulo e resposta, contribuindo intensamente quanto a atuação do profissional Pedagogo frente as demandas apresentadas por seus estudantes. Dessa maneira, utilizou-se uma metodologia consistente na pesquisa bibliográfica e documental, através de livros, artigos, documentos. Considerando importância em contribuir com a elaboração de conhecimentos sobre o ensino-aprendizado através da teoria de Vygotsky, visa-se contribuir com o profissional que diariamente encontra-se com particularidades específicas dos seus estudantes, busca-se uma visibilidade quanto a essa teoria desenvolvida.

Palavras-chave: Teoria. Aprendizagem. Estímulo.

Introdução/Justificativa

Compreender o processo da teoria de Lev Semenovich Vygotsky é um procedimento complexo e desafiador, visto que sua fundamentação está permeada em um envolvimento de atribuições dos diferentes papéis sociais frente a criança e ao seu processo de aprendizagem. O que se pretende é a análise de tal teoria como foco nas particularidades materializadas em âmbito escolar, ou seja, a relação entre a teoria proposta e a prática executada na pedagogia, considerando os desafios diários do professor em sala de aula, assim como as bagagens que as crianças estão construindo ante mesmo da inserção na escola. Vygotsky foi um psicólogo bielo-russo que destinou diversos estudos e pesquisas frente a diversas áreas sociais: Psicologia, Direito, Filosofia, até mesmo no que diz respeito a área da aprendizagem, com ênfase em compreender o papel que as interações sociais realizam durante esse desenvolvimento, traçando uma relação entre o desenvolvimento das funções psicológicas, juntamente com o ambiente social, cultural e econômico do sujeito. Essas determinações deram origem a uma corrente denominada Sócio Construtivismo.

Com relação aos aspectos metodológicos, para garantir uma aproximação maior como campo de investigação científica em torno do objeto, a pesquisa se baseará de tipo bibliográfica, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, com vista a torná-lo mais explícito e/ou a construir hipóteses. Constituindo-se ainda em uma integração entre a pesquisa documental e a de campo, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com sujeitos que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (GIL, 1994).

A partir desse entendimento, o contexto social configura-se como determinante quando se fala em desenvolvimento cognitivo, sendo de responsabilidade do profissional compreender os desafios postos e a atender a diversidade na sala de aula. Concebe o sujeito socialmente inserido em um meio que é historicamente construído, contribuindo diretamente como uma fonte do sistema de conhecimento. Dessa maneira, pretende-se contribuir em aspectos metodológicos materializados em um ensino de qualidade, que além de possibilitar a inserção da criança no âmbito escolar, certifique-se da esfera da garantia de permanência nessa instituição.

Objetivo

Diante dos pressupostos desse artigo, elencou-se o objetivo geral fundamentado em compreender como se dá as influências teóricas de Lev Semenovich Vygotsky no desenvolvimento da aprendizagem no âmbito educacional. Viabilizando-se através dos objetivos específicos: 1-). Estudar a construção histórica da teoria de Lev Semenovich Vygotsky; 2-). Contextualizar a particularidade da influência que o meio exerce sobre o processo de ensino-aprendizagem; 3-). Apresentar pressupostos positivos e nativos do contexto social para a aprendizagem.

Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa será fundamentado em uma pesquisa bibliográfica, que consiste em buscar a união de informações e dados para construí-la. Segundo Severino (2007) a pesquisa bibliográfica configura-se como

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Além disso, na execução da pesquisa se utilizará de uma abordagem qualitativa que se fundamenta na compreensão do objeto, na organização, no contexto no qual está inserido. Segundo Miotto e Lima (2007), este levantamento de literatura não pode ser considerado, no entanto, como um simples levantamento de dados quantitativos, pois já traz implicitamente uma aproximação teórica do pesquisador com o seu objeto, ou seja, a partir de aproximações sucessivas o pesquisador já vai iniciando o processo de extração das múltiplas determinações do objeto que se propõe a pesquisar, auxiliando na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994, *apud* COELHO, 2019 p. 15).

E para finalizar pretende-se realizar um levantamento de literatura para se aproximar do objeto de pesquisa por meio de uma pesquisa documental. Esta é compreendida como um estudo profundo

e analítico a partir de fontes como jornais, diários, documentos oficiais que se articulem com o tema de pesquisa em questão.

Resultados

Essa seção tem por finalidade apresentar os resultados obtidos através da pesquisa documental e bibliográfica realizada no campo da Educação com a integração do autor Lev Semenovich Vygotsky. Os materiais encontrados estão disponíveis através da fonte, buscando apresentar as obras do autor no Brasil, que permitem um melhor desenvolvimento na área da Educação, que estejam de acordo com o objetivo da pesquisa e apresentam uma participação metodológica do autor.

Além disso, vale ressaltar que considerando a Internet como fonte primordial no processo de pesquisa, visto que, através dela encontra-se uma ampla área de publicações de artigos, existe um recorte frente os requisitos para análise, sendo eles: a necessidade de trabalhar com as teorias do autor durante todo o processo do texto e não somente na bibliografia. Essa necessidade se deu através das observações de identificação dos materiais necessários e o encontro frente ao objetivo geral desse artigo.

Diante desses pressupostos, observa-se que no Brasil no final da década de 90 começa a surgir as primeiras publicações de artigos referentes ao autor Vygotsky, de acordo com Mainardes e Pino (2000), só nesse período foi possível identificar dezessete teses e quarenta e quatro dissertações que citavam o autor. Para isso, busca-se identificar os materiais publicados pelo autor a partir de 1984 até o ano de 2020, apresentando de sua publicação no Brasil e a disponibilidade de estudos e avanços na área pedagógica através desse autor. Como resultado constata-se que:

PUBLICAÇÕES	DÉCADA	ÁREA EDUCAÇÃO
9	Década de 90	6
11	Década de 2000	6
32	Década de 2010	8

5	Ano de 2020	1
---	-------------	---

Quanto as publicações, buscou-se apresentar o quantitativo de obras do autor durante esses períodos, que estão direcionadas a área específica da Educação e possibilitam contribuições. Outras obras, direcionam-se para áreas como Ciências Sociais, Psicologia, entre outras. Como resultado, avalia-se de fato a existência dos materiais e suas disponibilidades e como essas influências teóricas possibilitam o desenvolvimento no âmbito educacional.

Referências

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R. **A criança e seu comportamento**. In: Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança. Victor I. Golod (Coord e org.); tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 151-238.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jéferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

COELHO, L.; PISONI, S. **Vygotsky: sua teoria e influencia na educação**. Disponível em:http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teorica_e_a_influencia_na_educacao.pdf. Acesso em: 02 de Novembro de 2020.

FERRARI, D.F.M **Desenvolvimento Cognitivo: As Implicações das Teorias de Vygotsky e Piaget no Processo de Ensino Aprendizagem**. Disponível em:
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4808/1/MD_EDUMTE_VII_2014_34.pdf. Acesso em: 02 de Novembro de 2020.

COELHO, A.G.R; PAIXÃO, S.A.S. **Lev Semenovich Vygotsky: O Desenvolvimento Da Aprendizagem No Âmbito Educacional**. Paraná, 2020.

Implicações da tecnificação do território brasileiro na paisagem do Oeste catarinense: considerações sobre a construção de hidrelétricas

Joel dos Santos Pereira

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS)

Resumo

Na emergência dos projetos modernizantes de interesse governamental brasileiro, o Oeste de Santa Catarina, entre as décadas de 1930 e 1990, torna-se uma região privilegiada na implementação de diversas iniciativas compreendidas como inovadoras. Como exemplo dessas ocorrências, pode-se apontar a proposição inicial de diversas barragens, sejam de pequeno ou grande porte, com o propósito de ampliar a oferta de energia considerada necessária para a concretização dos planos que se pretendia implementar, tanto em escala estadual quanto nacional. Entretanto constata-se que a questão das intervenções estatais na produção de energia, é típica, mas não única, em relação às alterações na paisagem do Oeste catarinense. A tecnificação destacou-se como elemento importante nas práticas agrícolas, ensejando implementação de novas lógicas de valorização e ocupação do solo. Esses processos de tecnificação e suas implicações constituem o objeto de estudo desse trabalho. Elege-se a abordagem de caráter qualitativo para leitura da realidade do fenômeno que se pretende compreender, de viés conceitual desenvolvimentista. Desse modo, utilizam-se os estudos de: Caballero (2002), Silva (2007), Brandt (2012), Nodari (NODARI, KLUG, 2012), Fritzen (2014, 2017), e Pereira (2018).

Palavras-chave: ambiente natural; transformações; paisagem cultura.

Introdução/Justificativa

A partir do surgimento da eletricidade como meio e instrumento dos processos industriais, a idéia de ampliar as fontes geradoras de tal recurso energético passam a receber particular atenção no contexto da industrialização mundial, chega ao Brasil como meio de facilitação à atividade de mineração, no período do século XIX (FRITZEN, 2014, p. 47). Com o esgotamento desses recursos naturais, a energia elétrica continuou a ser pensada como meio de aceleração de processos em escala

nacional que começa a se intensificar mediante decreto nº. 1.699 de 24 de outubro 1939, em que se criou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE (CABALLERO, 2002, p. 56).

No Oeste de Santa Catarina, dentre outros fatores, a indústria da madeira associada à disponibilidade de fontes hídricas, favoreceu o modelo de geração de energia a partir da força de cursos d'água, desde a década de 1930 (FRITZEN, 2014, p. 50-51). Entretanto, ainda em 1908, já estava em perspectiva potencial hidroenergético “dos rios da bacia do Uruguai e Pelotas” (BRANDT, 2012, p. 204). Pode-se compreender que a necessidade de produção de energia crescente estava relacionada com a industrialização do Oeste de Santa Catarina – que aos poucos tinha sua cobertura arbórea derrubada, favorecendo outras práticas de cultivos e implementação de atividades agro-industriais (FRITZEN, 2014, p.5). Considere-se que a implantação de pequenas centrais elétricas continuaram em estudo/implantação por diversas partes do Brasil¹³⁰.

Desse modo, cursos d'água foram modificados, como formas de apropriação dos recursos naturais, produzindo intensa alteração na paisagem do Oeste de Santa Catarina. Tal fato se constatou em estudo do processo de implementação da UHE- Itá (PEREIRA, 2018), além de sua abrangência em escala nacional (SILVA, 2007). As mudanças na paisagem natural do Oeste catarinense, em breve período de tempo, justificam o interesse em analisar suas causas e consequências.

Objetivo

Pode-se considerar como objetivo desta análise, tentar compreender a forma como as intervenções tanto sobre o setor agrícola quanto sobre o setor energético possuem semelhanças contextuais e convergência de resultados, no estudo de caso, em Santa Catarina, quanto à relação com as mudanças na paisagem. Entretanto, pode-se entender que esse movimento de proposições, tem sua origem no passado recente em que o estado brasileiro pretendeu implementar idealizações político-econômicas de um Brasil modernizado, sobretudo a partir da década de 1940 (GOULART FILHO, 2001, p. 9-11).

¹³⁰ FRITZEN (2017) desenvolve seus estudos sobre a produção de energia a partir de pequenas unidades geradoras, abrangendo a experiência brasileira em várias partes do território nacional.

Metodologia

Em relação à metodologia empregada, iniciou-se o levantamento de fontes bibliográficas, priorizando literaturas disponibilizadas publicamente, tais como TCCs – Trabalhos de conclusão de curso, Dissertações de mestrado e Teses de doutorado. Além disso, foi possível encontrar publicações em formato de livros e em revistas, disponíveis em formato digital e acessíveis via internet. Quanto à utilização de um conceito-chave, optou-se pela categoria analítica ‘paisagem’ – para compreender as alterações incidentes sobre o que se compreende por natureza primitiva, natureza natural ou “natureza selvagem” (NODARI, KLUG, 2012, p.30) como também afirma SILVA (2007, p.35), resultando em uma paisagem cultural, antrópica, no caso de Santa Catarina.

Resultados

Constata-se que, a partir da década de 1930, dentro do período do pós-guerra e de outros acontecimentos internos ao estado catarinense, reverberando até meados da década de 1990, as condições vigentes que privilegiaram o avanço das proposições estatais, articuladas com interesses privados, que contribuíram para as alterações sócio-culturais e ambientais em Santa Catarina.

Referências

- BRANDT, Marlon et al. Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina. 2012.
- CABALLERO, Álvaro José Agramonte et al. Adaptação organizacional estratégica e evolução financeira no setor elétrico: o caso das centrais elétricas de Santa Catarina-Celesc. 2002.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- FRITZEN, Maycon. Gênese e organização do macrossistema elétrico: entre a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento produtivo no oeste de Santa Catarina. 2014.
- FRITZEN, Maycon et al. Uso do território e geração hidrelétrica de pequeno porte no Brasil. 2017.

NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História ambiental e migrações**. Oikos, 2012.

PEREIRA, Joel dos Santos. Implantação e operação da UHE Itá: memórias de incertezas e medo (décadas de 1970 a 1990). 2018.

SILVA, Edima Aranha. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO BRASIL: O CASO DAS HIDRELÉTRICAS. **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 23, 2007.

Entre dados e metadados: os desafios da era digital para a produção historiográfica em história ambiental

Iasmim Iaci dos Santos Beranger

Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Paraná, e voluntária no Programa de Iniciação Científica Tecnológica. e-mail: iacisabe@hotmail.com

Jó Klanovicz

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná –Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Bolsista Pq2-CNPq
e-mail: klanov@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar impactos trazidos à prática de pesquisa em História Ambiental com avanços tecnológicos na área de análise de dados. Nesta primeira fase do projeto, a proposta foi avaliar a disponibilidade de dados na área e algumas ferramentas (Zotero, Omeka, EndNote, Mendeley) que começam tardiamente a ser utilizadas para pesquisa bibliográfica na era digital no campo da História e o avanço da discussão metodológica em torno delas no campo. Para isso, analisamos produção bibliográfica em torno de análise de dados em ciências humanas e nos aproximamos de aplicativos que têm buscado construir uma oferta permanente de dados nessa grande área com vistas a um futuro desenvolvimento de repositório de dados voltado à História Ambiental, de cunho colaborativo e integrado.

Palavras-chave: História Ambiental, Dados e metadados, História.

Introdução/Justificativa

Marcada por um avanço tecnológico sem precedentes, a segunda metade do séc. XX trouxe novas perspectivas de mundo marcadas principalmente pela era digital. Computadores, televisores, internet, redes sociais, dispositivos móveis, foram artefatos que transformaram e ainda hoje continuam transformando a forma como produzimos, interagimos e nos posicionamos frente ao mundo.

Várias áreas do conhecimento passaram a pensar as implicações trazidas com esses efeitos e a era digital tem influenciado na prática de profissionais em história, trazendo para esse campo novas formas de produzir, armazenar e de se relacionar com as informações, dados e conhecimento produzido pelos sujeitos. Maiores acervos de obras disponíveis, grandes armazenamentos de dados, inúmeros acervos globalizados que conseguem dar conta de trazer ao sujeito globalizado pesquisas que estavam longe de seu alcance, velocidade de informação e até mesmo a facilidade de acesso às línguas estrangeiras são efeitos que a Internet e as ferramentas tecnológicas trazem para a História.

Esta pesquisa buscou adentrar no campo historiográfico, mais especificamente em História Ambiental para analisar e observar como tal ramo da História se desenvolve virtualmente, tendo como foco demonstrar a pouca oferta de bancos de dados e metadados de fácil tradução na área, apontando tal fato como um problema para a área.

Objetivo

O objetivo da pesquisa foi tornar lúcida a dificuldade de consulta e defasagem de disponibilização de bibliografia no formato de dados e metadados em História Ambiental. Em um segundo momento, analisamos também as implicações trazidas pela Era Digital e pelo Antropoceno ao cenário da prática do Historiador.

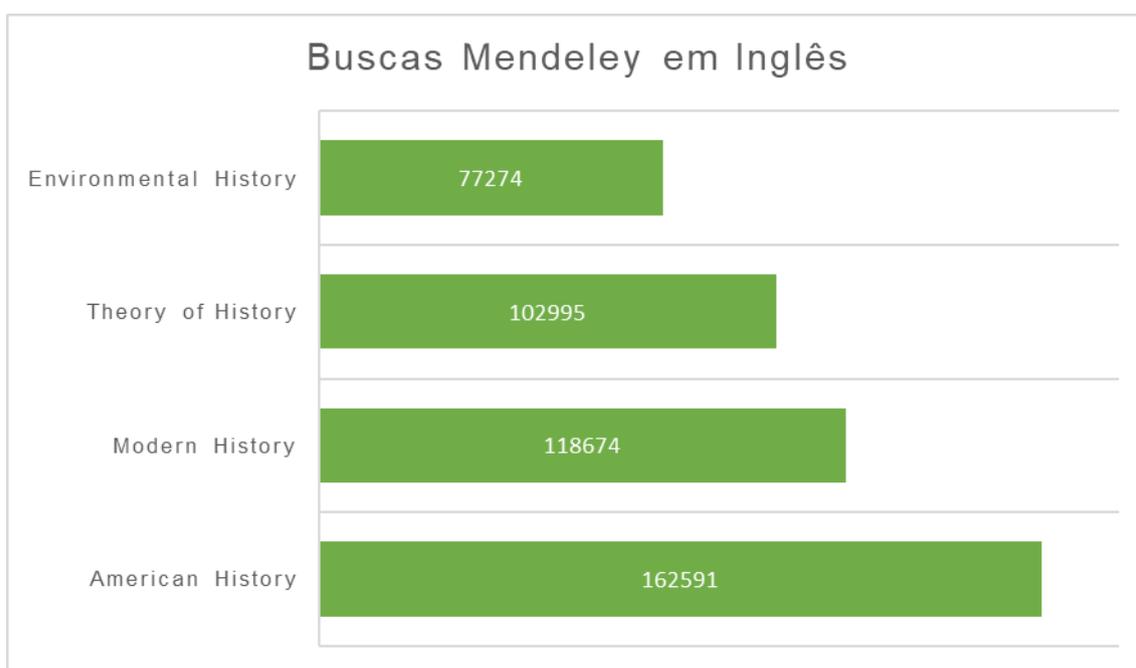
Metodologia

A metodologia empregada teve cunho bibliográfico, analisando autores que trabalham acerca da área de História Digital e Humanidades Digitais, para em um segundo momento, utilizarmos aplicativos como Mendeley e EndNote como fontes de pesquisa acerca da disponibilidade de dados em áreas específicas, objetivando demonstrar a defasagem de tais na área de História Ambiental.

Resultados

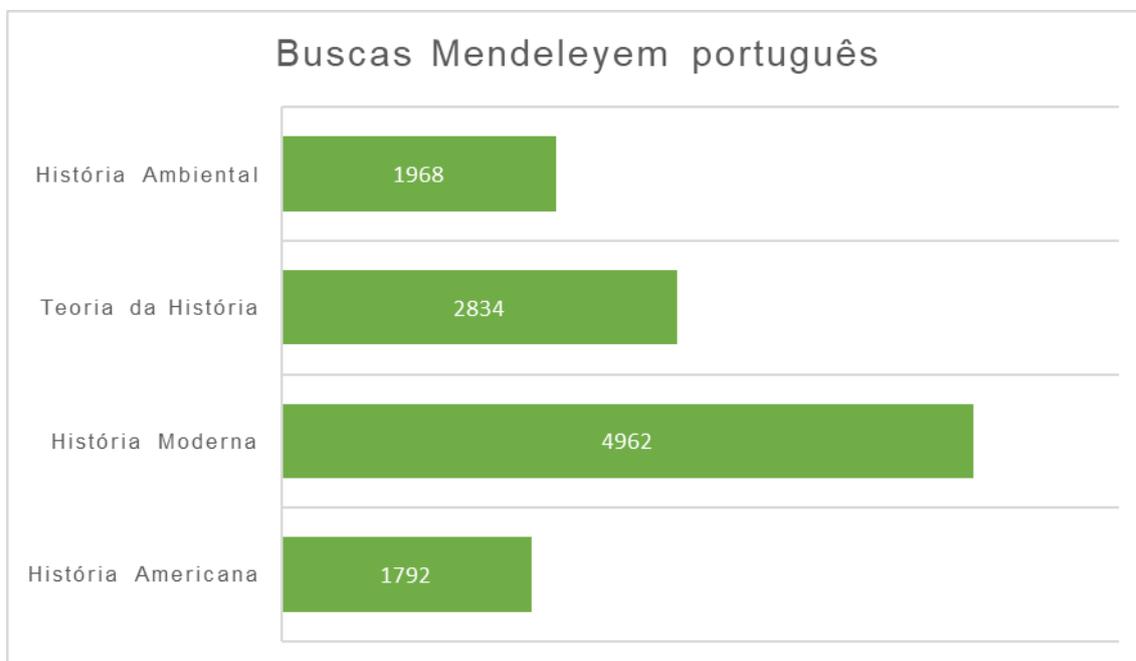
Podemos perceber no decorrer da pesquisa que, ao analisarmos os principais softwares de pesquisa, consulta e armazenamento bibliográfico, é clara a falta de dados e metadados na área de História Ambiental quando comparada às outras grandes áreas do ramo historiográfico. Em especial na língua portuguesa, o quadro também se repete, realçando as dificuldades encontradas por pesquisadores e pesquisadoras em produzir nacionalmente pesquisa sobre História Ambiental, demonstrando também dificuldades de se encontrar bibliografia em língua portuguesa nos bancos de dados. As análises de resultados de alguns aplicativos, são demonstradas em

Gráfico 1 – Buscas Mendeley (I) (2020)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma Mendeley. (Mendeley, 2020).

Gráfico 2 – Buscas Mendeley (II) (2020)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma Mendeley. (Mendeley, 2020).

Esta discrepância, que não é vista somente nos aplicativos por nós escolhidos, mas também perceptível ao buscar qualquer conteúdo na área em algum navegador, nos permite afirmar uma dificuldade em trabalhar com dados e metadados na área de História Ambiental. Uma dificuldade de teor tecnológico, mas que também sofre as influências das discussões na área serem recentes e ainda em construção. Isto significa dizer que o impacto das novas tecnologias é um pouco mais lento nesta nova área e que é necessário ampliar os locais de armazenamento, busca e pesquisa acadêmica na área.

Referências

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**. São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014.

CAMPOS, L. F. B. Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. **Encontros Bibli**. Florianópolis, v. 1, p. 16/23-46, 2007.

COSTA, M. A. F. Tecnologia, temporalidade e história digital: interpelações ao historiador e ao professor de História. **Revista Mosalco**. v. 8, p. 173-182. jul/dez. 2015.

CÂMARA, S. A.; BENICIO, M. História Digital: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. **Observatório**. v. 3, n. 5, p. 38-56. agosto. 2017.

GALLINI, S.; NOIRET, S. La historia digital en la era del web 2.0. Introducción al dossier Historia digital. **Historia Crítica**. Bogotá, v. 43, p. 16-37, abr., 2011.

LUCCHESI, A. A história sem fio: questões para o historiador da Era Google. **Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-RIO**. Rio de Janeiro, 2012.

LUCCHESI, A. Reflexões sobre intolerância no Tempo Presente: A quebrada da ressaca conservadora na Web. **I Seminário de História Política e do Poder**. Luxemburgo, 2012.

LUCCHESI, A. Entre a storiografia digiyale e a digital history: um olhar comparativo. **II Seminário Visões do Mundo Contemporâneo: As Estações da História - Do Inverno Russo à primavera Árabe**. Sergipe, 2012.

LUCCHESI, A. Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI. In: **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**. Org. MARTINS, E. C. R. Mollo, H. Mariana: SBTHH, 2015. pp. 9-52.

LUCCHESI, A. In: **Poder e Política: Pensando a Tolerância e a Cidadania**. Org. SILVA, A, P, B, R. PINTO, J, A. LOURENÇO, L, C. PEREIRA, D, S. Anais do I Seminário em História Política e do Poder da UFF e IV Colóquio Internacional do LCP. 2012. pp. 31-42.

PEREIRA, J. C. **O surgimento do antropoceno e seus estudos na administração**. Tese (Pós-graduação em Administração) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2019.

PÁDUA, J. A. **Vivendo no Antropoceno: Incertezas, riscos e oportunidades**. Rio de Janeiro: Museu do Amanhã. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SEQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **GEO UERJ**. v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SILVA, G. C. da. Representação do Passado e História Pública: a História das Mulheres na Internet. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.8, p. 162-184, Set/dez. 2016.

SILVEIRA, P. T. da. **História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

TORRES, L. H. O conceito de História e Historiografia. **Biblos**: Rio Grande, p. 56-59, 1996.

Soja e as mudanças de cultura no Oeste Catarinense 1973-1978

Saionara Solange Frantz

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), saiofrantz@hotmail.com

Claiton Marcio da Silva

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)
claiton@uffs.edu.br

Resumo

Este trabalho é resultado da pesquisa que foi desenvolvida no decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Licenciada em História. O objetivo do trabalho foi compreender os modos de persuasão/convencimento utilizados para com os agricultores da região Oeste de Santa Catarina que fez com que os mesmos aderissem ao cultivo da soja, substituindo culturas que antes da década de 1970, eram predominantes como a do trigo por exemplo. No desenvolver do trabalho, foi utilizado metodologicamente de uma das características da História Ambiental que usa uma grande variedade de fontes que são utilizadas para estudar as relações entre as sociedades e o seu ambiente, sejam fontes escritas, orais ou visuais. A análise foi feita usando como fonte o Jornal da Produção, que circulou no Estado de Santa Catarina entre 1973 a 1980, visando a extensão rural. Com auxílio do jornal, buscou-se compreender as formas pelas quais, esse meio de comunicação, representava a soja. Através da análise, foi possível compreender quais sujeitos e grupos, tinham interesse na produção da soja, sendo eles engenheiros agrônomos, cooperativas e/ ou políticas do governo que incentivavam o plantio. Como parte do convencimento, foram utilizadas notícias que destacavam a soja como o grão fundamental para trazer o desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina, aumentar a produtividade fazendo uso mais adequado do solo. O bom preço e o mercado favorável à exportação, resultaram em uma boa estratégia para a expansão da soja no oeste catarinense nos anos de 1973 a 1978.

Palavras-chave: Soja; Convencimento; Representação; Jornal da Produção; Mudança de cultura.

Introdução/Justificativa

A região Oeste de Santa Catarina é o espaço constituído pelo território do antigo município

de Chapecó. De 1917 até 1953, Chapecó possuía um território de 14 mil quilômetros de extensão. Com seu início em Irani, ao sul fazendo divisa com o Rio Grande do Sul, ao norte com o Paraná e a oeste com a província de Misiones, da República Argentina (CARBONERA. 2017, p. 13).

O processo de colonização do oeste catarinense ocorreu através de um interesse do Estado em ocupar áreas e desenvolvê-las. Esse processo gerou conflitos já que, nessas terras se encontravam outras pessoas, que ocupavam o espaço residindo e cultivando. Sendo estes, grupos indígenas e os caboclos. O modelo de produção de alimentos dos indígenas e dos caboclos era pautado na subsistência, não havendo uma ideia de lucro ou de acumulação de riquezas. Enquanto que, os descendentes de europeus que colonizaram o oeste catarinense vieram com um modelo pautado no capitalismo, de acumulação (CRUZ; BRANCO; DICKMANN. 2018, p. 64). E sobretudo, vieram para atender as demandas da produção agrícola que a região era capaz de realizar.

Com a vinda dos novos habitantes sobretudo do estado do Rio Grande do Sul, elabora-se a abertura de estradas, incentivos a créditos e outros fatores que vão estruturar na região um mercado regular para produtos agrícolas, dentro dos modelos que eram visados pelo Estado. O oeste catarinense passou então, a ser caracterizado por uma agricultura voltada à produção de excedentes, estabelecendo um contato com o mercado e organizando então a produção visando as necessidades que o mercado apresentava (POLI, 2001, 31). Podemos fazer um paralelo entre os três Estados da Região Sul do Brasil, sendo que, os três foram estimulados fortemente pelo espírito capitalista, e também, foram fortemente ligados ao trabalho e a demarcação da propriedade privada.

Todo o processo de inserção da sojicultura no Oeste de Santa Catarina perpassa pelo uso mais intenso dos recursos naturais. Com os investimentos vindos do Estado, vai se propiciar uma produção focada na produção de excedentes, dentre eles a soja. Os agricultores que vão produzir para sua sobrevivência, não vão corresponder as necessidades que eram lhes impostas, passando a ser improdutivos nesses moldes. Podemos destacar também, que a soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais e, em torno dela se ampliou e consolidou o processo de modernização da agricultura (BRUM, 1988, p. 78).

Objetivo

O objetivo do trabalho é analisar os modos de persuasão/convencimento utilizados para com os agricultores da região Oeste de Santa Catarina que fez com que os mesmos aderissem ao cultivo da soja, substituindo culturas que eram predominantes antes da década de 1970, como a do trigo.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma análise documental utilizando como fonte um jornal de extensão rural, o Jornal da Produção. Analisamos o período que correspondeu aos anos de 1973 a 1978. Metodologicamente usamos de uma das características metodológicas e analíticas da História Ambiental. A História Ambiental nasceu da pesquisa e da escrita de um grupo de diferentes especialidades e temas de estudo. Um diálogo entre as ciências naturais e humanas foi estabelecido. Uma característica metodológica e analítica da História Ambiental é a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente, sejam elas escritas, orais, visuais (DRUMMOND, 1991)

Através da análise realizada no Jornal da Produção, buscamos compreender qual foi o discurso utilizado pelo periódico para fazer com que os agricultores aderissem ao cultivo de soja. Como, foi possível, por meio do jornal, convencer os agricultores da região oeste de Santa Catarina, que seria vantajoso plantar soja, ou como utilizaram destes meios para então convencer que por meio do plantio de soja seria possível utilizar uma nova forma de fertilização do solo, para então, tornar mais rentável o plantio de outras culturas como a do milho ou trigo.

Resultados

No desenvolver da pesquisa, buscou-se demonstrar como o Jornal da Produção foi um meio importante para se criar uma representação da soja. Ao analisamos o processo de inserção da sojicultura nos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, percebemos que os jornais também publicavam reportagens sobre a produção de soja e como esta cultura era rentável e lucrativa. Nesse sentido, os jornais quando apresentavam reportagens sobre a produção de soja ou sobre o grande

rendimento quando eram adotadas determinadas práticas de cultivo, mostravam os interesses de determinados grupos. Esses grupos legitimavam a soja como sendo a cultura agrícola adequada à modernização do meio rural (KLANOVICZ; MORES. 2014, p. 184).

É possível concluir que, o que levou muitos agricultores ao cultivo de soja substituído a cultura que desenvolviam anteriormente, fora um conjunto de estratégias, propagadas de engenheiros agrônomos, de governos e de cooperativas. Ou seja, por grupos que tinham interesses econômicos. Assim, para os agricultores eram oferecidos subsídios como: garantia de preços mínimos, preços de sustentação, empréstimos em bancos. Bem como, um trabalho de assistência técnica. A partir desses incentivos, buscou-se o desenvolvimento da agricultura, o aumento da produtividade e, o aumento na utilização do solo.

A mudança na cultura, além de acompanhada de um trabalho de convencimento, fora concretizada porque, era na soja que o produtor rural via uma maneira de ter uma vida melhor, com isso, como era apresentado no jornal, pedia-se aos técnicos ou engenheiros agrônomos que conscientizassem esse produtor para não vender somente visando seu interesse econômico pessoal, mas sim, ao interesse que era propagado pelos grupos.

Referências

BRUM, Argemiro. Jacob. Modernização da Agricultura: Trigo e Soja. Petrópolis-RJ: Vozes Ltda, 1988. 200 p.

CARBONERA, Mirian. et al. (Ed.). Chapecó 100 anos história plurais. Chapecó: Argos, 2017. p. 181 – 215. ISBN 978-85-7897194-6.

DRUMMOND, José. Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

KLANOVICZ, Jó. MORES, Lucas. Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. Diálogos, Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 18, p. 179-201, 2014.

POLI, Odilon. Luiz. Camponeses no Oeste Catarinense. Cadernos do CEOM, Chapecó, p. 12 – 79, Dezembro 2001. ISSN: 2175-0173.

Diferenças e semelhanças na prática de cura entre os Monges e Freis no Contestado entre o final do século XIX e início do século XX

Josiane Suelen Kamin

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFS)

Delmir José Valentini

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(PPGH-UFS)

Resumo

A presença de personagens que auxiliam na cura do corpo e da alma é algo que estendeu-se por todo Brasil. Porém durante o final do século XIX e início do século XX, na região do Contestado em Santa Catarina foi perceptível as influências de monges e também de freis católicos os quais traziam nas suas práticas, seja pelo uso de plantas, por suas técnicas ou por suas orações ou conselhos, uma forma de acalmar senão a doença pelo menos a alma. Propõe-se aqui demonstrar como estas práticas de cura aconteciam e quais diferenças e semelhanças, eram possíveis de serem percebidas.

Palavras-chave: praticas de cura; monges; freis.

Introdução/Justificativa

A presença de personagens que auxiliam na cura do corpo e da alma é algo que estendeu-se por todo Brasil. Porém durante o final do século XIX e início do século XX, na região do Contestado em Santa Catarina foi perceptível as influências de monges e também de freis católicos os quais traziam nas suas práticas, seja pelo uso de plantas, por suas técnicas ou por suas orações ou conselhos, uma forma de acalmar senão a doença pelo menos a alma.

Cabral nos apresenta que as populações que existiam por essa região sofriam de diversas moléstias e as possibilidades de curas faziam-se poucas e por isso muitos viam nos monges e na suas

crenças e orientações sua alternativa (CABRAL, 1960, p. 121).

Era escassos os hospitais assim como os médicos e padres, cabia a população simplesmente organizar-se como podiam, para curar suas mazelas do corpo e da alma.

Não tinha quem lhe levasse o conforto de uma palavra amiga, num momento de angústia, nem de um remédio num caso de doença. Não conhecia outro médico que não um vizinho que já passara por angústia semelhante e por isso conhecia algum cozimento de ervas ou alguma simpatia salvadora. Não havia quem pudesse dar-lhe um conselho ou um aviso (CABRAL, 1960, p. 96)

Entre meios a esperança de socorro e a possibilidade de morte, encontra-se nos monges, e até mesmo alguns freis que circularam pela região uma oportunidade para o conforto de suas dores e aflições.

A formação populacional da região do Contestado, decorrente de indígenas, portugueses e negros, sendo agregado a estes grupos novas etnias que aos poucos vinham se instalar por essa região resultou em um caboclo místico tendo recebido a herança cultural – material e espiritual- das suas três etnias formadoras passou a ter o que Nilson Thomé apresentou como “religiosidade da população do Contestado”,.(...)(THOMÉ,2009, p.18)

(...) Os processos de aculturação envolvendo o branco, o índio e o negro, com o passar dos anos criaram na figura do caboclo, fruto desta mescla toda, sentimentos religiosos próprios, que não necessariamente mais se identificavam com os das três raças formadoras isoladamente, que se interligavam e interpenetravam, mostrando novas características, bem peculiares. Do índio, o cristianismo do europeu recebeu influencia do animismo e, do negro, o feiticismo, fazendo florescer uma espiritualidade cristã católica com boa dose de crenças profanas, que passou de geração em geração. (THOMÉ, 2009, p. 18)

Ao acreditar fielmente que os acontecimentos do dia-a-dia estejam vinculados a credices e superstições, as ações decorrentes do seu comportamento poderiam resultar nas doenças e demais catástrofes.

Destaca-se aqui sobre as práticas realizadas e dos indivíduos que a exerciam na medicina religiosa do Contestado, segundo Queiroz,

Mágicos ou sacerdotes, todos esses homens e mulheres eram agentes através dos

quais aquela sociedade arcaica e patrimonialista acreditava poder alcançar num plano sobrenatural o que lhe era negado pelo atraso técnico ou pela injustiça-real e imaginária - das relações existentes entre os homens (...) (QUEIROZ, 1981, p. 51).

Baseando-se neste misticismo e nesse contexto comportamental ditado pelas crendices e superstições, destaca-se dentro do território do Contestado a passagem de diversos mágicos ou sacerdotes que saíram do anonimato¹ deste chamados de Monges os quais eram assim chamados no sertão sul - brasileiro, “aqueles indivíduos que, quer por fanatismo, quer por cálculo, se segregavam da sociedade, levado, pelo menos na aparência, vida mais austera(QUEIROZ, 1981, p. 55) dentre tantos que passaram pela região pode-se dizer que não exerceram tamanha influência ou fama que tenha perdurado por tanto tempo quanto destes quatro personagens, João Maria de Agostini , João Maria de Jesus, Frei Rogério Neuhaus e José Maria de Jesus.

Objetivo

Demonstrar como estas práticas de cura aconteciam e quais diferenças e semelhanças, eram possíveis de serem percebidas entre a prática do Monge João Maria e do Frei Rogério.

Metodologia

Para a realização deste estudo busca-se utilizar principalmente de fontes bibliográficas para fundamentação teórica. A metodologia do estudo inclui observações, utilização de notícias de jornais, fotografias e consulta da documentação presente nos arquivos, assim como presente nas bibliografias.

Propõem-se organizar reflexões a cerca das práticas de cura exercidas pelo monges e por freis, no final do século XIX e início do século XX, práticas essas que curavam o corpo, mas também a alma.

A partir destes temas procuraremos entendimentos sobre as práticas de cura utilizadas no território do Contestado buscando estudar as relações dessas práticas e sua presença nas comunidades.

Resultados

Nessa etapa incipiente do estudo procuramos as práticas de curas realizadas pelos Monges do Contestado, dialogando com o contexto histórico da época para compreender as experiências de vida da população da região e a presença constante de monges.

Dentre os poucos Freis que circulavam pela Serra-Acima destaca-se a presença do Frei Rogério Neuhaus. Queiroz descreve que “talvez por sua origem campônia e sua experiência de vida” conseguiu se adaptar aos padrões locais da região de forma mais rápida. Percebeu algumas características específicas da população e tem-se que a partir de um entrave com João Maria de Jesus em 1897, “mandou vir uma farmaciuzinha portátil de homeopatia e começou a receitar”. Sobre esta conversa Queiroz escreve:

Durante esse encontro, que se realizou em 1897, no lugar Capão Alto, o monge e o sacerdote católico discutiram ainda sobre o fim do mundo, tendo alegado o primeiro que as suas crenças se baseavam na Sagrada escritura, da qual ele possuía um exemplar- que seria da ‘boa, e não a dos protestantes’- mas que não a trazia consigo, por que era pesada (QUEIROZ,1981, p. 52)

Ainda nesse encontro, o Monge “demonstrou que o povo que o cercava queria remédios” e sendo convidado a participar na missa que seria rezada por Neuhaus negou-se no primeiro momento, mas cedendo e indo no dia seguinte a missa com seu cajado na mão, cachimbo na boca e acompanhado pelo povo (QUEIROZ, 1981, p.)

Frei Rogério era muito procurado pelos habitantes locais e por pessoas da região as mais distantes, que acorriam a Lages com a finalidade de receber os remédios homeopáticos que o padre distribuía e para serem curadas de toda sorte de doenças (AGUIAR, 2017, p. 32).

Com a chegada de sua farmaciuzinha Frei Rogério começa a receitar e utilizando dos seus contatos, aos poucos ia conduzindo os sertanejos para a ortodoxia católica, em especial fazendo com que aceitassem a confissão e a comunhão como algo costumeiro.

Em toda parte por onde andava, Frei Rogério levava consigo sua botica homeopática e seus remédios, que o acompanhavam mesmo nas circunstâncias mais adversas e difíceis para atuar um padre e homeopata. (...) Se a cura para o corpo era a homeopatia, a cura para a alma era a administração dos sacramentos, sem os quais

os moribundos não obteriam a preparação necessária para a morte e para a salvação (AGUIAR, 2017, p. 33)

A partir destas ações “de certo modo” o Frei passou a ser considerado um monge, “os doentes que ele tratava passavam a chamá-lo de paizinho. Chegaram a atribuir-lhe poderes mágico, nos quais acreditavam os seus próprios colegas.” Viajava pela região serrana, batizava e pregava, fazia caridade, ameaçava com as penas do inferno os casais não ligados pelo casamento religioso, exorcizava possessos do diabo. Com certeza Frei Rogério fazia concorrência com Monge João Maria (QUEIROZ, 1981 p. 58).

Para melhor entendermos esta afirmação de Queiroz busca-se nos escritos de Aguiar o qual destaca que “o primeiro contato de Frei Rogério com o monge João Maria de Jesus, o segundo monge, é datado de dezembro de 1897” algo já apresentado também por Cabral, Queiróz e Machado, assim como também já foi relatado sobre a conversa existente entre eles a partir deste encontro. De certa forma as práticas deste monge também serviam como uma ameaçada ao catolicismo de Frei Rogério, pois João Maria também executava funções sacerdotais, como batizar crianças, e pregava mensagens apocalípticas de penitência, criando uma relação aparentemente de competição entre os homeopatas.

Cabe ressaltar, porém que nem somente de conflitos distanciantes é tecida a colcha que aquece as relações entre Frei Rogério e os monges João Maria. A teia que enreda Frei Rogério e a população sertaneja das regiões pelas quais peregrinava como padre-homeopata também não pode ser simplificada por discrepâncias que não dialogam entre si. O ponto de encontro é que a medida que ia prescrevendo e distribuindo seus remédios homeopáticos, curando enfermos e ganhando fama, Frei Rogério ia se tornando um santo à semelhança dos monges (AGUIAR, 2017, p. 36)

Supõe-se assim que entre tantas diferenças de opiniões destacou-se a semelhança da cura e que esta então importava de quem viesse, fosse de padre ou de monge, a sua execução resultava no misticismo em torno das práticas através da planta assim como da reza.

Com o desaparecimento do Monge João Maria surge em 1912 “um curandeiro de ervas, conhecido por José Maria de Santo Agostinho”, ele não era um curandeiro vulgar, “sabia ler e escrever e, há muito possuía uns cadernos nos quais anotava as propriedades medicinais – comprovadas pela prática e a experiência popular- de numerosas plantas da flora de Serra-Acima” (QUEIROZ, 1981, p. 81) instituiu a Farmácia do Povo, onde todos que possuíam pagavam no mínimo dois mil réis por consulta

dos fundos conseguidos socorria os mais necessitados. (QUEIROZ, 1981, p. 81)

Este monge também encontrou-se com Frei Rogério, mesmo que curto e circunstancial as questões apresentadas por alguns autores¹³¹ demonstram que algumas características tornam-se específicas de cada monge em questão de vínculo sacerdotal. O primeiro Monge curava e não realizava ações sacerdotais, não batizava, mas mantinha um boa relação com a religiosidade católica, o segundo monge batizava mas mantinha de certa forma críticas aos padres, negou-se a confessar mas mesmo assim participou da missa realizada pelo Frei Rogério, o terceiro monge realizava batizados e rezas pelas moradias e igualmente ao seu antecessor negou-se a participar confessar-se ao Padre, afirmando que não queria dar motivo para que falassem dele.¹³²

Assim as práticas regionais de cura tiveram mais visibilidade através das ações dos diversos monges, e que algumas dessas práticas passam a ser utilizadas também por alguns Freis, seja para a melhora de sua própria saúde, ou como uma forma de se aproximar mais da população cabocla. Mesmo tendo cada um sua característica pensa-se ser necessário aprofundar nosso conhecimento sobre dois destes, baseados na influência destes nos demais, pois de certo modo João Maria realizava a síntese de todas as atividades ‘misteriosamente’ poderosas” (QUEIROZ, 1981, p. 56)¹³³ e sem dúvida foi o mais importante personagem deste conhecimento em torno da cura.

Referências

¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria Interpretações da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 310, 1960.

¹ THOMÉ, Nilson. **São João Maria na História do Contestado**. Caçador,. 2009. 2ª edição. Pág 18

¹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**, 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1981 pag.54

¹³¹ Autores que falam sobre o encontro de monge e as práticas sacerdotais.

¹³² QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**, 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1981 pag. 83

¹³³ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**, 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1981 pag. 56

¹ AGUIAR, Taylor Pedroso, Resgatando laços entre catolicismo e homeopatia: Práticas curativas e medicina homeopática nas trajetórias de três sacerdotes católicos. Porto alegre 2017. Pág 32

¹ Sobre estes ler Maurício Vinhas de Queiroz, Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916) pág 54 a 56

O magazine America e a difusão de ideias da vida moderna

Samara Caroline Lovatel

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus
Chapecó
samaralovatel52@gmail.com

Ricardo Machado

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor do
Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó
ricardo.machado@uffs.edu.br

Resumo

Este texto se concentra na pesquisa do magazine ilustrado America, um periódico mensal produzido na cidade do Rio de Janeiro em 1923 que tratava de assuntos relacionados à modernidade, dentre os principais temas estão à arte, moda, esporte e cinema. O magazine America é analisado a partir da importância dos impressos na década de 1920, período em que as sociedades passavam por intensas transformações sociais e econômicas, para assim relacionar a sua produção, circulação e recepção com a difusão de ideais modernistas e compreender qual era o seu espaço enquanto impresso em meio às mudanças causadas por esta valorização do moderno.

Palavras-chave: Modernidade. História Cultural. Impressos.

Introdução/Justificativa

No início do século XX, especificamente em meados das décadas de 1910 e 1920, a palavra ‘moderno’ era um termo de impacto, viver a modernidade se tornaria o sonho de muitos jovens da época (SEVECENKO, 1992). Dirigir automóveis, frequentar clubes de dança, teatros e cinema, praticar esportes, usar roupas mais leves, chapéus estilo coco ou de abas largas, saias mais curtas e decotes mais ousados, cabelos cortados na altura da nuca, ler jornais e revistas no caminho do trabalho, no final de semana nas praias, nas praças, em casa... Hábitos que rapidamente se tornaram o cotidiano do Rio de Janeiro e que o transformariam na vitrine cultural do Brasil (CASTRO, 2019).

Grande parte da difusão desses ideais de vida moderna se fez por meio dos impressos, surgem periódicos de todos os estilos e gostos, desde revistas de variedades até revistas específicas, como as de esporte, femininas, infantis e agrícolas, dentre diversas outras. Essas revistas passam a se diferenciar dos jornais diários de páginas enormes e repletos de texto, através da presença de ilustrações, fotografias e temas variados (MARTINS, 2008).

A partir desse contexto, a fonte desta pesquisa é o magazine ilustrado *America*, que surge em 1923 no Rio de Janeiro, levando a seus interessados assuntos sobre moda, arte, esporte e cinema, tendo como diretor-proprietário Sylvio Figueiredo. Atualmente encontram-se quatro edições da revista, ambas de 1923, no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin. O magazine circulava mensalmente no Rio e também em outros estados, com a presença de representantes e agentes nestas localidades que se encarregavam de fazer encomendas e cobrar assinaturas. Entre seus colaboradores estão nomes notáveis da época, as ilustrações são o ponto alto da revista, e fazem da *America* um magazine encantador, que é preenchido em cada página por detalhes gráficos, fotografias, aliados a títulos e textos que chamavam à atenção dos leitores, tanto alfabetizados quanto não alfabetizados, competindo com as outras revistas a fidelidade do público.

Parte desse sucesso que os impressos alcançaram se deu pelo desenvolvimento das técnicas gráficas, que além de permitir maior tiragem e melhor aproveitamento das páginas, transformaram os impressos em indústria, ou seja, eles passam a ter um caráter mercantil e de fonte de lucro e por isso expressavam o que estava em voga no momento, por vezes mascarando a realidade (MARTINS, 2003). Essa nova indústria também era utilizada na otimização dos demais setores econômicos, sendo lugar onde empresas e marcas anunciavam seus produtos e serviços, por isso os periódicos eram carregados das mais diversas propagandas (ELEUTÉRIO, 2018).

Através de pesquisas em outros periódicos, revistas e jornais da época, pode-se colher informações sobre a gráfica responsável pela impressão de *America*, e sobre seu editor-chefe, Sylvio Figueiredo, que deixa algumas dúvidas sobre sua vida pessoal, podendo ter sido um intelectual escritor e ilustrador de renome da época. Além da casa impressora e do editor da revista, seus colaboradores formavam um time de intelectuais notáveis e aliados a forma como os conteúdos eram

apresentados, deflagram uma revista que almejava os novos ares da modernidade, mas que ainda se calcava em algumas bases do tradicionalismo.

Propagandas, comentários, tendências de moda, novas exposições de arte, fragmentos de literatura, poesias, contos, notícias, novidades... Os impressos formam um conjunto de fontes de pesquisa ricas em detalhes e com abertura para diversas perguntas, entender seu processo de produção, sua circulação nos mais diversos locais e os seus modos de leitura, são os principais aspectos da pesquisa que se traça sobre *America*.

Objetivo

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a modernidade brasileira da década de 1920, com foco na mudança de hábitos e nas formas de sociabilidade, fazendo um paralelo com a influência dos impressos e suas formas de leitura. Para isso, tem-se como base o magazine *America*, que apesar de apresentar poucas informações sobre sua produção, se revela como uma fonte histórica notável, com diversos conteúdos e colaboradores de renome, que fazem das suas páginas um projeto editorial comprometido com os leitores.

Metodologia

Para traçar os métodos de pesquisa que relacionam o magazine *America* com a modernidade, é preciso em primeiro momento, conhecer o papel que os impressos ocuparam ao longo da história para assim melhor compreender a sua atuação na sociedade brasileira e suas mudanças correntes com o passar do tempo. Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, pesquisadoras da história da imprensa brasileira, afirmam que, “A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira” (MARTINS; LUCA, 2018, p. 8). Por isso se tornam diferentes possibilidades de pesquisa.

Posto isso, as questões metodológicas para a pesquisa de *America* são calcadas pela História Cultural, em específico dos trabalhos do historiador Roger Chartier, que estabelece um tripé, composto por produção, circulação e apropriação, para o estudo de impressos. Esse viés trilhará o

caminho de análise sobre o magazine *America*, pois além de atentar para as questões de produção e circulação, atenta também para a recepção, que concentra importância, sendo, pois, as obras quando produzidas adquirem diferentes significados que são atribuídas por diferentes públicos em diferentes temporalidades, essas perspectivas dos desafios de produção, usos e significados das obras serão utilizadas na compreensão da *America*.

Inicialmente fez-se um mapeamento de seus conteúdos, que foram divididos por categorias pré-estabelecidas, como por exemplo, artes, esportes, moda, cinema e literatura, que servem de uso para estabelecer relações com sentidos de modernidade da época. Através da *America*, será construída uma análise diante dos seus aspectos modernos que se relacionam com os ideais de vida moderna da época.

Resultados

Verificou-se que a modernidade teve forte influência na produção dos impressos, mas que também foi moldada por eles, pois, sendo veículos de propagação cultural, estabeleceram uma extensa rede de influências sobre a população, que por vezes se encontrava perdida entre o novo, desconhecido e encantador em relação à preservação das tradicionais bases fixas e seguras.

Portanto, com o cuidado necessário para lidar com a fonte, atentando para suas armadilhas que por vezes mascararam a realidade, o magazine *America* destaca-se como um periódico nascido no ventre modernista, que difundia seus ideais, buscando levar aos seus interessados assuntos diversos, mas que também contribuiriam para a formação de cada leitor. As suas ilustrações e conteúdos revelam que Sylvio Figueiredo tinha o magazine como um projeto próprio e intelectual também, apesar das incertezas de sua biografia, *America* se mostra como um periódico respeitado e com conteúdos que além de trazerem uma leitura despojada, tratava de assuntos em voga no período, conflagrando um comprometimento com seus leitores.

No entanto, o seu fim ainda não é conhecido, revelando-se como uma fonte que ainda pode render boas discussões.

Referências

- AMERICA: magazine mensal ilustrado. Rio de Janeiro: [s.n.], 1923-?. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6819>. Acesso em: 25 Nov. 2019.
- CASTRO, Ruy. **Metrópole à beira-mar**: o Rio Moderno dos anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 83-102.
- MARTINS, Ana Luiza. **Da fantasia à História**: folheando páginas revisteiras. Em História: São Paulo, n. 22, 2003.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.
- MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Uma Busca Por Modernidade: Chapecó, início dos anos 1950

Scheila Maria Bolzan

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)

Gerson Fraga

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS)

Resumo

O presente trabalho tem a intenção de compreender, como ocorreu o processo de continuidade dos discursos de uma cidade moderna em Chapecó, durante os dois primeiros anos de 1950, quando José Miranda Ramos venceu as eleições de 1951 e se colocou como oposição do grupo pertencente a elite chapecoense e a PSD. Utilizaremos os jornais locais para entender como foram direcionados os discursos de cidade, vinculados aos periódicos. O início dos anos de 1950 foi marcada pelo Linchamento, quando houve uma estagnação econômica, e por eleições que provocaram uma mudança no cenário político de Chapecó e grande rivalidade entre grupos partidários distintos.

Introdução/Justificativa

Pensando que existia pouca produção historiográfica sobre a prática discursiva na região Oeste de Santa Catarina no início da década de 1950, com o objetivo de contribuir com esta historiografia, analisaremos os primeiros anos da segunda metade do século XX, problematizando a história local a partir da cultura urbana, em uma perspectiva mais voltada a análise da cidade através de sua prática discursiva, e da sua construção imaginária, com uma abordagem da história e da linguagem. Percebendo assim a cidade através de seus traços, suas palavras e discursos, dando voz a diferentes camadas sociais, que discutiam cidade na década de 1950. Possibilitando assim que seja feita uma leitura diferente dos discursos que foram publicados nos jornais.

Objetivos

- Buscar entender como os jornais que circulavam em Chapecó no início da década de 1950, apresentam os seus discursos de cidade, para contribuir com o progresso e o desenvolvimento de Chapecó após as eleições de 1951 que modificaram o cenário político chapecoense. Além de observado as fontes, na tentativa de compreender a forma como os discursos proferidos pelos sujeitos desta cidade contribuiriam para a economia e o desenvolvimento.
- Analisar os discursos sobre Chapecó publicados nos jornais “O Imparcial”, “Voz do Chapecó” e “Jornal do Povo” no início dos anos de 1950;
- Compreender como estes discursos contribuíram para a volta do desenvolvimento na cidade, e até que ponto eles foram influenciados pelos “donos do poder local”;
- Perceber como ocorreu os discursos de cidade durante o governo de Miranda Ramos.

Metodologia

A partir deste momento discutiremos baseando-se em alguns teóricos os termos utilizados durante a pesquisa, para facilitar a compreensão dos mesmos. De início será trabalhado com Foucault para compreender questões, como política e discurso, em seguida a discussão aprofundará no conceito de cidade, utilizando então autores como Walter Benjamin, Bressiani e Pesavento para entender melhor qual o objetivo do estudo da cidade neste contexto.

Foucault chama de domínio não discursivo as instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos, apesar de não serem discursivas estas instâncias apresentam relação com a forma discursiva. Foucault¹³⁴ aproxima também a prática política ao discurso, mostrando que este pode ser carregado de intenções para levar certo status ou “prestígio”, Esta prática política associada ao conceito de discurso de Foucault serão trazidas para o contexto de Chapecó nesta pesquisa, com o objetivo de analisarmos como ocorreram as relações políticas que estavam envolvidas a práticas

¹³⁴ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Barreta Neto. 7 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

discursivas em cada um dos indivíduos estatuários que exercem determinada função social de prestígio e de dominação sobre camadas inferiores.

Os discursos são normalizadores de certas práticas políticas, Foucault acredita que em todas as sociedades esta produção discursiva seria controlada, com certas intenções políticas e religiosas, neste sentido o discurso é direcionado sendo um controle tanto do conteúdo do enunciado como do sujeito falante. A busca foucaultiana dos discursos vai além da análise linguística e se preocupa de fato com a forma como os discursos sustentam determinadas práticas. O discurso não seria apenas uma sequência de palavras, mas um modo de pensamentos, uma rede ou conjunto de enunciados que são determinados pelo tempo e espaço podendo definir em determinado período e área social “as condições de exercício da função enunciativa”. Ou seja, para Foucault a relação do discurso se caracteriza pelo próprio discurso enquanto prática, e este estariam carregados de poder. A partir deste olhar buscaremos entender as relações discursivas presentes nas fontes da pesquisa para tentar identificar as relações de prática e poder existentes em Chapecó no período estudado, e seus discursos de cidade.

Sergio Rouanet¹³⁵ ao analisar a obra de Walter Benjamin comenta sua semelhança com Freud ao trabalhar os sonhos, mas segundo ele a ideia de sonho de Benjamin está relacionada a um sonho coletivo. Neste sentido buscando relação com as questões de cidade é possível relacionar este sonho coletivo ao que PESAVENTO¹³⁶ chama de “Cidade Imaginária” ou seja, a cidade sonhada e idealizada pelo coletivo que estaria ancorada no cotidiano, no mundo dos acontecimentos reais de cada dia e de seus discursos, como no caso de Chapecó que buscaremos identificar a “Cidade Imaginária” que tentou ser criada com intuito de favorecer um momento conturbado dos primeiros anos 1950. Será possível perceber através da análise de jornais estes acontecimentos reais e diários da cidade.

Para desenvolver o presente trabalho utilizamos duas fontes históricas distintas, trabalhando

¹³⁵ ROUANET, S. P.; PEIXOTO, N. B. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: **Revista USP**. Dossiê Walter Benjamin. 1992. p. 50-75.

¹³⁶ PESAVENTO, Sandra. Cidades imaginárias: literatura história e sensibilidades. In: **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. [S. l.] Vol 6, ano VI, n. 1, jan./fev./mar. 2009.

com jornais e fotografias, ambos do início da década de 1950. Será feita a leitura e análise dos jornais, “O Voz do Chapecó” e “O Imparcial” que estão disponíveis para pesquisa no Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina-CEOM/ Unochapecó e também com o “Jornal do Povo” disponível na biblioteca pública de Chapecó. Com relação às fotografias, utilizando a Coleção Cidades de Chapecó, que faz parte do acervo disponível no CEOM.

Sabendo da importância de conhecer como trabalhar com as fontes para conseguir desenvolver uma boa pesquisa, vão ser utilizadas algumas bibliografias importantes que possibilitarão entender o jornal de forma diferenciada. Pois ambas são riquíssimas em informação, mas segundo SILVA e SILVA¹³⁷ toda produção humana torna-se fonte para o conhecimento da história, lembrando ainda que a fonte é uma construção do historiador e de suas perguntas. Ou seja, apenas conseguiremos retirar do jornal aquilo que perguntarmos de forma adequada a eles. Ao trabalhar com jornais e preocupados com uma leitura adequada desta fonte será necessário tomar uma série de cuidados ao analisar os periódicos. Por muito tempo o jornal não foi visto com bons olhos pelos historiadores como fonte histórica, a partir da terceira geração da escola dos Annales é que surgiu o reconhecimento e a nova possibilidade de investigação.

Com o objetivo de identificar estas forças políticas e seus discursos, serão analisados na pesquisa, os jornais da década de 1950 em Chapecó, percebendo que este não é um veículo neutro dos acontecimentos, mas sim que seus discursos demonstram os interesses dos quais os jornais estão vinculados. É preciso levar em consideração também segundo Calonga¹³⁸ para quem os discursos eram produzidos, e qual o seu objetivo ao atingir o seu leitor.

Resultados

A partir de uma primeira feita nas fontes percebemos que de fato ocorreu uma intensificação/

¹³⁷ SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. Fonte Histórica. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.p.158-162.

¹³⁸ CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? In: **Revista de Comunicação & Mercado**/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012. ISSN: 2316-3992.

modificação discursiva sobre a cidade provocada pela mudança no cenário político local, onde quem assumo o poder são os PTB e a UDN, sabendo que até então este tinha ficado as mãos apenas da PSD. Com isso surgem dois novos jornais na cidade que além de possibilitarem termos uma visão mais ampla dos fatos da cidade, também nos propicia acalorados e apimentados debates sobre vários problemas da cidade, com o intuito de denegrir a imagem de quem esteve no poder até aquele momento em Chapecó. Ao contrário do que imaginávamos, os discursos dos cidadãos num primeiro momento não são para acalmar os ânimos da população, e desconstruir a imagem negativa do linchamento, pelo contrário começa a aparecer uma grade rivalidade política, e a tentativa de denegrir a imagem de famílias desbravadoras como a família Bertaso. Ao mesmo tempo podemos perceber que ainda neste período existe certa dominação discursiva, do que pode ou não ser vinculado na imprensa, citando como exemplo as questões de religiosidade.

Apesar desta intensa rivalidade política que se torna visível nas páginas dos jornais, percebemos algumas continuidades do projeto desenvolvimentistas, com a preocupação de um dos meios de comunicação escrita da época em dar destaque a novos investimentos econômicos, preocupação com a mobilidade, e fácil locomoção dos cidadãos e da produção de Chapecó a outros Estados.

Referências

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 9-26, nov. 2004.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? In: **Revista de Comunicação & Mercado/UNIGRAN** - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012. ISSN: 2316-3992.

LUCA, Tania Regina de. “A história dos, nós e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Barreta Neto. 7 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HASS, Mônica. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos,

2013.

MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História da Cidade: questões e debate. In: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. p. 101-112, 2012.

NODARI, Eunice. S. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

PESAVENTO, Sandra. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v.8, n.16, p.279-90, 1995.

PESAVENTO, Sandra. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo. Vol. 27, n. 53, jan./jun. 2007. p.11-23

PESAVENTO, Sandra. J. Cidades imaginárias: literatura história e sensibilidades. In: **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. [S. l.]. Vol 6, ano VI, n. 1, jan./fev./mar. 2009. Disponível em: < <http://www.revistafenix.pro.br/vol18sandra.php>>. Acesso em: 20/08/2016.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROUANET, S. P; PEIXOTO, N. B. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: **Revista USP**. Dossiê Walter Benjamin. 1992. p. 50-75.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. Fonte Histórica. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.p.158-162;

VITORIA, Fernando Antonio. **De “Velho Xapecó” a “Polo formador de polos”**: A construção discursiva da “Capital do Oeste”. 2011. 156.p. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Carlos & Mário: Análise do nacionalismo nas correspondências de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade

Igor Pavan Tres

Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus
Chapecó, igor_12tres@hotmail.com

Ricardo Machado (orientador)

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016),
ricardo.machado@uffs.edu.br

Resumo

Esta comunicação apresenta a pesquisa que analisa o nacionalismo nas correspondências de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade e insere-se no campo de estudos sobre os intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Tem por fonte as 161 (cento e sessenta e uma) cartas trocadas por Mário e Carlos entre 1924 e 1945, que encontram-se transcritas no livro “Carlos & Mário”, organizado por Lélia Coelho. Os resultados corroboram com a hipótese, de que as discussões sobre nacionalismo entre Mário e Carlos a partir das cartas, tiveram por gênese a tensão entre os dois, que derivaram da discrepância de ideias sobre o Brasil.

Palavras-chave: Modernismo; Cartas; Prática Epistolar; Nacionalismo.

Introdução/Justificativa

A Semana de Arte Moderna, em 1922, consolidou um movimento que iniciara anos antes: o Modernismo, em que pensadores, escritores e artistas, formaram grupos das mais diversas correntes políticas e campos estéticos, visando a reinvenção do campo literário, até então submetido aos modelos importados. Atualizando a arte, os eventos de 1922 debatiam a identidade nacional, proporcionando uma nova descoberta e modernização do Brasil e do ser brasileiro. As abordagens de intelectuais para produzir novas representações da nacionalidade ficaram expressas em discussões por meio das crônicas, dos intensos debates e das inúmeras obras artísticas e científicas. Um dos

maiores expoentes desse projeto de modernização do Brasil através da brasilidade, com profundo conhecimento das realidades nacionais, símbolo da busca de referências para a identidade, foi Mário de Andrade.

É comum que as interpretações sobre Mário de Andrade venham de suas obras que já são de domínio público. Nesta pesquisa, porém, analisa-se esses principais elementos do pensamento de Andrade sobre o projeto de construção da identidade nacional, que ressoa no movimento Modernista, a partir das correspondências trocadas entre ele e Carlos Drummond de Andrade, nos anos de 1924 à 1945, inserindo-nos em um conjunto amplo de estudos sobre os intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX.

Apesar de crescente o número de edições no mercado, a análise destes documentos epistolográficos não acompanha o mesmo ritmo. O vasto acervo de missivas dos intelectuais modernistas abre horizontes na possibilidade de estudos e nos imerge no contexto de efusiva discussão no cenário cultural brasileiro, possibilitando-nos problematizar pelos bastidores íntimos o debate que, discutindo a cultura, repensava a identidade nacional. A discussão acerca da cultura nacional e, conseqüentemente, da identidade nacional, permeiam todo o contexto do Movimento Modernista. Tal debate fora explorado inúmeras vezes pelas obras públicas dos modernistas, mas muito se tem para explorar no campo íntimo, através das correspondências.

Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso adentra na intimidade desses intelectuais/artistas que expressam o movimento modernista brasileiro, problematizando melhor os seus pensamentos através das cartas. Mais do que escritos destinados a alguém, as cartas evidenciam uma “gênese de si” (DIAZ, 2016, p. 78), como diz o próprio Mário de Andrade em correspondência de 1925: “pros mais amigos me conto” (FROTA, 2002, p. 116). Um abre-se ao outro; um conhece o outro.

As correspondências não apenas refletem o contexto de quem as escreve, mas criam acessos que os conduzem aos espaços literários. Com isso, as cartas de Mário e Carlos são ricas não apenas em descrições íntimas, mas discussões que permeiam o ambiente externo: social, cultural, literário e político. Naquele período em que os intelectuais tentavam encontrar as origens dos problemas do Brasil e propor soluções brasileiras para o país (LEMOS, 2010), é possível interpretar e identificar

nas correspondências desses dois escritores, em especial no Mário de Andrade - como enfatiza pesquisador da epistolografia de Mário de Andrade, Marcos Antonio de Moraes - uma “prática de um projeto pedagógico inserido no ideário modernista” (MORAES, 2003, p. 55).

Objetivo

Analisar as concepções de nacionalismo e brasilidade presentes nas correspondências de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, a análise focou nas correspondências trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Com isso, buscou-se examinar nas cartas os elementos de brasilidade, identidade nacional e nacionalismo, tendo como fonte principal estas cartas transcritas e organizadas por Lélia Coelho Frota no livro “Carlos & Mário”, com prefácio de Silvano Santiago.

Além disso, utilizou-se para o embasamento da pesquisa uma bibliografia focada na História das Correspondências e as formas de estudo que dela derivam, bem como a sua utilização no Movimento Modernista, de modo particular o uso das missivas por Mário de Andrade.

Resultados

Percebeu-se que, de fato, havia discussões sobre nacionalismo nas missivas trocadas por Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, e que essas discussões foram mais abundantes nos primeiros anos de troca epistolar. Isso porque foi justamente no início da relação epistolográfica que o diálogo foi mais tenso, pois além da relação amistosa dos dois, havia discrepâncias nas ideias sobre o Brasil. Tal relação amistosa foi fundamental para a ocorrência dos curtos-circuitos, visto que havia muita liberdade de fala das duas partes.

Entretanto, na medida em que a distância das ideias de um e de outro sobre o Brasil diminuiu,

somando-se aos problemas particulares de cada um, a engrenagem epistolar arrefeceu. Com isso, também foi possível concluir que o embate de ideias sobre o nacionalismo foi fundamental no contrato inicial da relação por missivas, proporcionando o início do movimento da engrenagem epistolar. Na medida em que a prática pedagógica de Mário de Andrade surtiu efeito em converter Carlos D. de Andrade ao Brasil, os debates diminuíram e, conseqüentemente, a velocidade da engrenagem epistolar também diminuiu.

Referências

DIAZ, Brigitte. **O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade:** Formas e Funções da Correspondência em Alguns Percursos de Escritores no Século XIX. São Paulo: Edusp, 2016.

FROTA, L.C. (Org.) **Carlos & Mário:** Correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.

LEMOS, Clarice Caldini. **Os Bastiões da Nacionalidade:** nação e nacionalidade nas obras de Elysio de Carvalho. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MORAES, Marcos Antonio de. Epistolografia e projeto nacionalista em Mario de Andrade. **Gragoatá**, n. 15, p. 55–67, 2003.
